

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**AS ARMAS DOS NÃO TÃO FRACOS: AS RESSIGNIFICAÇÕES DOS VALORES
MORAIS PELOS ARRENDATÁRIOS PARTICIPANTES DAS LIGAS
CAMPONESAS E SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS NA PARAÍBA E
EM PERNAMBUCO (1954-1964)**

EDUARDO GUANDALINI GENARO

CAMPINA GRANDE (PB)

6 DE DEZEMBRO DE 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

AS ARMAS DOS NÃO TÃO FRACOS: AS RESSIGNIFICAÇÕES DOS VALORES
MORAIS PELOS ARRENDATÁRIOS PARTICIPANTES DAS LIGAS CAMPONESAS
E SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS NA PARAÍBA E EM
PERNAMBUCO (1954-1964)

Tese apresentada ao PPGCS/ UFCG como
requisito para obtenção do título de Doutor
em Ciências Sociais

Orientador:: Prof. Dr. Luís Henrique
Hermínio Cunha

EDUARDO GUANDALINI GENARO

CAMPINA GRANDE (PB)

6 DE DEZEMBRO DE 2023

G324a

Genaro, Eduardo Guandalini.

As armas dos não tão fracos: as ressignificações dos valores morais pelos arrendatários participantes das ligas camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais na Paraíba e em Pernambuco (1954-1964) / Eduardo Guandalini Genaro – Campina Grande, 2023.

409 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação: Prof. Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha."

Referências.

1. Movimentos Sociais. 2. Sociologia Rural. 3. Sindicatos de Trabalhadores Rurais. 4. Ligas Camponesas. 5. Revoltas Tradicionais. 6. Moralidade. I. Cunha, Luis Henrique Hermínio. II. Título.

CDU 304(043)

EDUARDO GUANDALINI GENARO
**AS ARMAS DOS NÃO TÃO FRACOS: AS RESSIGNIFICAÇÕES DOS VALORES
MORAIS PELOS ARRENDATÁRIOS PARTICIPANTES DAS LIGAS
CAMPONESAS E SINDICATOS DE TRABALHADORES RURAIS NA PARAÍBA E
EM PERNAMBUCO (1954-1964)**

Tese defendida em 06/12/2023

Professor Doutor Luís Henrique Hermínio Cunha (PPGCS-UFCG)
(Orientador)

Professora Doutora Ramonildes Alves Gomes (PPGCS-UFCG)
(Examinadora interna)

Professor Doutor Valdênio Freitas Meneses (PPGCS-UFCG)
(Examinador interno)

Professora Doutora Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA-UFRRJ)
(Examinadora externa)

Professora Doutora Maria José de Rezende (UEL)
(Examinadora externa)

Professora Doutora Marilda Aparecida de Menezes (Programa de Pós-Graduação
em Ciências Humanas e Sociais-UFABC/ Profa. Colaboradora UNICAMP)
(Examinadora externa)
CAMPINA GRANDE (PB)
6 DE DEZEMBRO DE 2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

FOLHA DE ASSINATURA PARA TESES E DISSERTAÇÕES

EDUARDO GUANDALINI GENARO

AS ARMAS DOS NÃO TÃO FRACOS: AS
RESSIGNIFICAÇÕES DOS VALORES MORAIS
PELOS ARRENDATÁRIOS PARTICIPANTES DAS
LIGAS CAMPONESAS E SINDICATOS DE
TRABALHADORES RURAIS NA PARAÍBA E EM
PERNAMBUCO (1954-1964)

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais como pré-
requisito para obtenção do título de
Doutor em Ciências Sociais.

Aprovada em: 06/12/2023

Prof. Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha - PPGCS/UFCG
Orientador

Profa. Dra. Ramonildes Alves Gomes - PPGCS/UFCG
Examinadora Interna

Prof. Dr. Valdênio Freitas Meneses - PPGCS/UFCG
Examinador Interno

Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes - Unicamp
Examinadora Externa

Profa. Dra. Leonilde Sérvolo de Medeiros - CPDA/UFRRJ

Examinadora Externa

Profa. Dra. Maria José de Rezende - UEL

Examinadora Externa



Documento assinado eletronicamente por **Leonilde Servolo de Medeiros, Usuário Externo**, em 06/12/2023, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIS HENRIQUE HERMINIO CUNHA, PROFESSOR**, em 06/12/2023, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAMONILDES ALVES GOMES, PROFESSOR**, em 06/12/2023, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALDENIO FREITAS MENESES, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/12/2023, às 00:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marilda Aparecida de Menezes, Usuário Externo**, em 07/12/2023, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria José de Rezende, Usuário Externo**, em 23/02/2024, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **4046285** e o código CRC **11CE5397**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE DOUTOR EM CIÊNCIAS SOCIAIS, REALIZADA EM
06 DE DEZEMBRO DE 2023

CANDIDATO: Eduardo Guandalini Genaro. COMISSÃO EXAMINADORA: Luis Henrique Hermínio Cunha, Doutor, PPGCS/UFCG, Presidente da Comissão e Orientador; Ramonildes Alves Gomes, Doutora, PPGCS/UFCG, Examinadora Interna; Valdênio Freitas Meneses, Doutor, PPGCS/UFCG, Examinador Interno; Marilda Aparecida de Meneses, Doutora, Unicamp, Examinadora Externa; Leonilde Sérvolo de Medeiros, Doutora, CPDA/UFRRJ, Examinadora Externa; Maria José de Rezende, Doutora, UEL, Examinadora Externa. TÍTULO DA TESE: *“AS ARMAS DOS NÃO TÃO FRACOS: as ressignificações dos valores morais pelo arrendatários participantes das ligas camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais na Paraíba e em Pernambuco (1954-1964)”*. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Sociologia. HORA DE INÍCIO: 14h00 – LOCAL: Sala Virtual (Google Meet). Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua tese, obtendo conceito APROVADO. Face à aprovação, declara o presidente da Comissão achar-se o examinado legalmente habilitado a receber o Grau de Doutor em Ciências Sociais, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que o mesmo faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 06 de dezembro de 2023.

Recomendações:

RINALDO RODRIGUES DA SILVA
Secretário

LUS HENRIQUE HERMÍNIO CUNHA, Doutor, PPGCS/UFCG
Presidente da Comissão e Orientador

RAMONILDES ALVES GOMES, Doutora, PPGCS/UFCG
Examinadora Interna

VALDÊNIO FREITAS MENESES, Doutor, PPGCS/UFCG

Examinador Interno

MARILDA APARECIDA DE MENEZES, Doutora, Unicamp
Examinadora Externa

LENILDE SÉRVOLO DE MEDEIROS, Doutora, CPDA/UFRRJ
Examinadora Externa

MARIA JOSÉ DE REZENDE, Doutora, UEL
Examinadora Externa

EDUARDO GUANDALINI GENARO
Candidato

2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Tese de Doutorado do candidato **EDUARDO GUANDALINI GENARO**, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa da tese e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **Leonilde Servolo de Medeiros, Usuário Externo**, em 06/12/2023, às 18:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIS HENRIQUE HERMINIO CUNHA, PROFESSOR**, em 06/12/2023, às 18:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAMONILDES ALVES GOMES, PROFESSOR**, em 06/12/2023, às 19:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALDENIO FREITAS MENESES, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/12/2023, às 00:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marilda Aparecida de Menezes, Usuário Externo**, em 07/12/2023, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO RODRIGUES DA SILVA, SECRETÁRIO (A)**, em 07/12/2023, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Guandalini Genaro, Usuário Externo**, em 08/12/2023, às 21:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria José de Rezende, Usuário Externo**, em 23/02/2024, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **4046087** e o código CRC **2CFE401A**.

À Vó Tonha (in memoriam), por ter me ensinado a xingar

O palavrão é, em algumas situações, a primeira forma de revolta contra o mundo ao nosso redor

Ser sociólogo é um pouco sobre isso

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pesquisadoras e pesquisadores do LERA pelos debates realizados em torno de temáticas da sociologia rural, assim como pelas contribuições nos momentos em que apresentei meus avanços de pesquisa.

Às pesquisadoras e pesquisadores do grupo de pesquisa Estado e Democracia e Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Humano e do grupo Os Relatórios Regionais do Desenvolvimento Humano (PNUD/ONU) lidos à luz da Teoria Social Latino-americana, pelas discussões promovidas em torno da sociologia latino-americana.

Ao Memorial das Ligas Camponesas em Sapé pelo acesso a documentos e pelo fornecimento de contatos com que pude conversar sobre minha pesquisa, assim como pela organização de eventos, como a Semana das Ligas, em que diversas informações sobre o movimento foram fornecidas.

Menciono que o CNPQ realizou o pagamento de bolsa de pesquisa e de taxa de bancada como incentivo à produção desta tese.

Aos colegas de turma do PPGCS/UFCG pelas diversas conversas que tivemos sobre nossas teses.

À Patrícia Carola Facina pelas diversas vezes em que conversamos sobre minha pesquisa.

À Rei Kuboyama pela elaboração dos mapas finais da tese. Os originais, feitos por mim, eram bem mais desafiadores de entender.

À Felipe Lima pela atenciosa correção ortográfica.

Aos professores Kaliane de Freitas Maia e Aldo Manoel Branquinho Nunes pelos conselhos sobre como utilizar os dados dos censos agrícolas e pela disponibilização de documentos.

À Roberval Véras de Oliveira por ter disponibilizado seu TCC sobre as Ligas e se disposto a conversar comigo sobre a mesma.

À Maria do Socorro Rangel pela conversa sobre sua pesquisa.

À Roberto Véras de Oliveira por ter intermediado a minha conversa com Roberval Véras e com Maria do Socorro Rangel.

À Wilson José Felix Xavier pela conversa sobre sua pesquisa e pelas informações concedidas.

À Edno Luna pelas informações fornecidas sobre as Ligas.

À Julyanna de Oliveira Bezerra pela conversa em que me informou detalhes de sua pesquisa sobre as Ligas e pelos contatos que me forneceu.

À Areilton Martins pelas conversas sobre as Ligas, pelas informações e contatos fornecidos e por intermediado a entrevista realizada com seu tio, José de Oliveira Pereira do Nascimento.

À Anacleto Julião, Agassiz de Almeida, José de Oliveira Pereira do Nascimento por terem concordado em conceder relatos sobre suas experiências e conhecimentos a respeito das Ligas, assim como pelo fornecimento de contatos e documentos sobre as mesmas.

Ao professor Roberto de Sousa Miranda por ter intermediado o contato com Anacleto Julião.

Ao professor Valdênio Freitas Meneses pelas conversas que tivemos sobre minha pesquisa.

À professora Leonilde Servolo de Medeiros pelas contribuições à pesquisa no encontro da Rede de Estudos Rurais, assim como na banca de qualificação do doutorado.

À professora Marilda Aparecida de Menezes pelas contribuições à pesquisa no seminário de tese e na qualificação do doutorado.

À professora Maria José de Rezende pelas discussões realizadas no grupo de pesquisa, assim como pelas conversas a respeito da pesquisa do doutorado.

À professora Ramonildes Alves Gomes por ter orientado o mestrado, que deu base para a atual pesquisa, e parte do doutorado. Assim como pelas contribuições à pesquisa realizadas na qualificação do doutorado.

Ao professor Luís Henrique Hermínio Cunha pela orientação durante o doutorado, assim como pelas contribuições realizadas anteriormente em todas as bancas do mestrado e no seminário de tese do doutorado.

RESUMO

Esta tese busca comparar as experiências sociais dos trabalhadores rurais que participaram da mobilização no campo na Paraíba e em Pernambuco entre 1954 e 1964. A pesquisa utiliza uma abordagem hermenêutica para relacionar dados estatísticos com as narrativas dos agentes, sendo que nos baseamos na hermenêutica de profundidade de J. B. Thompson (2010). A partir dos censos agrícolas de 1960 e do jornal A Liga se observou a relação entre os grupos de trabalhadores que apresentavam maior autonomia de trabalho –, destacadamente os rendeiros (parceiros e foreiros), que classificamos como camadas intermediárias – e ações coletivas que apresentavam, simultaneamente, características de revoltas tradicionais e de movimentos sociais modernos. Para explicar estas ações propomos a categoria de ações coletivas híbridas, a partir de um diálogo com a teoria de Tilly (1993;2005). Nossa principal hipótese foi a de que as camadas intermediárias, em meio à crise da organização tradicional, foram fundamentais para a mobilização estudada, sendo que a moralidade destes agentes foi investigada a partir das pesquisas como as de Rangel (2000), Novaes (1997), Bastos (1984), Sigaud (1980;1979) e nossa própria pesquisa (GENARO, 2019). Para entender a relação entre moralidade e revolta, debatemos com as obras de Wolf (1984), Scott (2000), Barrington Moore Jr. (1987), Queiroz (1973) e E. Thompson (1981), de modo a concluirmos que as camadas intermediárias têm centralidade na ressignificação de valores morais tradicionais em contextos de mobilização política, de maneira a exercerem um agenciamento moral que influencia as demais camadas de trabalhadores rurais.

Palavras-chave: Sindicatos de trabalhadores rurais; Ligas Camponesas; revoltas tradicionais; movimentos sociais; *morada*; moralidade

ABSTRACT

This thesis seeks to compare the social experiences of rural workers who participated in the mobilization in the countryside in Paraíba and Pernambuco between 1954 and 1964. The research uses a hermeneutic approach to relate statistical data with the agents' narratives based on J. B. Thompson's depth hermeneutics (2010). From the 1960 agricultural censuses and the newspaper A Liga, we observed the relationship between groups of workers who had greater work autonomy – particularly the tenants (parceiros and foreiros), which we classify as intermediate layers – and collective actions that presented, simultaneously, characteristics of traditional revolts and modern social movements. To explain these actions, we propose the category of hybrid collective actions, based on a dialogue with Tilly's theory (1993;2005). Our main hypothesis was that the intermediate layers, amidst the crisis of the traditional organization, were fundamental for the mobilization studied, and the morality of these agents was investigated based on researches such as those by Rangel (2000), Novaes (1997) , Bastos (1984), Sigaud (1980;1979) and our own research (GENARO, 2019). To understand the relationship between morality and revolt, we debated the works of Wolf (1984), Scott (2000), Barrington Moore Jr. (1987), Queiroz (1973) and E. Thompson (1981), in order to conclude that the Intermediate layers are central to the resignification of traditional moral values in contexts of political mobilization, in order to exercise moral agency, which influences the other layers of rural workers.

Key words: Rural workers unions; Ligas Camponesas; traditional revolts; social movements; *morada*; morality

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Usinas na Paraíba (1954-1955)	77
Figura 2 – Usinas em Pernambuco (1955-1964).....	79
Figura 3 – Ligas Camponesas em Pernambuco	100
Figura 4 – STRS do PCB em Pernambuco	101
Figura 5 – STRs da Igreja em Pernambuco	102
Figura 6 - Ligas, STRs da Igreja e STRs do PCB em Pernambuco	103
Figura 7 -Ligas Camponesas na Paraíba	107
Figura 8 - STRs da Igreja na Paraíba.....	108
Figura 9 - Ligas e STRs da Igreja na Paraíba	109
Figura 10 – Ligas e STRs da Igreja e do PCB na Paraíba e no Pernambuco	110
Figura 11 - Ações coletivas e ações híbridas na Paraíba em 1963.....	160
Figura 12 - Camadas intermediárias na Paraíba em 1960	161
Figura 13 - Produção de cana na Paraíba em 1960.....	167
Figura 14 - Ações coletivas e ações híbridas em Pernambuco no ano de 1963.....	179
Figura 15 - Camadas intermediárias em Pernambuco no ano de 1960	180
Figura 16 - Produção de cana em Pernambuco no ano de 1960	181
Figura 17 - Ações coletivas, movimentos, camadas intermediárias, produção de cana e ações híbridas na Paraíba e em Pernambuco na década de 1960.....	192

QUADROS

Quadro 1 - Usinas na Paraíba (1954-1955)	76
Quadro 2 - Usinas em Pernambuco (1955-1964).....	78
Quadro 3 - STRs e Ligas Camponesas em Pernambuco (1955-1964).....	96
Quadro 4 – STRs e Ligas na Paraíba (1955-1964).....	105
Quadro 5 – STRs e Ligas em Pernambuco com detalhes de engenhos mobilizados (1955-1964).....	111
Quadro 6 - Moralidade dos moradores segundo as pesquisas	224

Quadro 7 - Ideologias, contraideologias, utopias da morada e enquadramentos do movimento social.....	233
--	-----

TABELAS

Tabela 1 - Ações coletivas e ações híbridas por município em 1963 na Paraíba ...	148
Tabela 2 - Ações coletivas, ações híbridas e movimentos que organizaram as ações em 1963 na Paraíba.....	149
Tabela 3 -Ações coletivas e ações híbridas por município de Pernambuco em 1963	150
Tabela 4 - Ações coletivas, ações híbridas e movimentos que organizaram as ações de 1963 em Pernambuco	151
Tabela 5 - Posições sociais relacionadas as dinâmicas da morada em 1960 na Paraíba.....	156
Tabela 6 - Posições sociais relacionadas as dinâmicas da morada e ações coletivas híbridas em 1960 na Paraíba	157
Tabela 7 - Dados econômicos da produção de cana e algodão na Paraíba em 1960.	164
Tabela 8 - Segundo e terceiro setores nos municípios paraibanos em 1960.	165
Tabela 9 - Posições sociais relacionadas às dinâmicas da morada em 1960 no estado de Pernambuco	175
Tabela 10 - Posições sociais relacionadas às dinâmicas da morada e ações coletivas híbridas de 1960 em Pernambuco.....	176
Tabela 11 - Dados econômicos da produção de cana e de algodão em Pernambuco em 1960	177
Tabela 12 - Segundo e terceiro setores nos municípios pernambucanos em 1960	178
Tabela 13 - Ações híbridas, posições sociais relacionadas à <i>morada</i> e dados econômicos por município na década 1960 na Paraíba e em Pernambuco	187
Tabela 14 - Cercamentos à casa grande, mutirões e ocupações em 1963 (PB-PE)	200
Tabela 15 - Porcentagens de cercamentos à casa grande, mutirões e ocupações por camada intermediária e produção de cana na década de 1960 (PE-PB).....	200
Tabela 16 - Cercamentos à casa grande e mutirões por município em 1963 (PB-PE)	201

Tabela 17 - Porcentagens de cercamentos à casa grande e mutirões por camada intermediária e produção de cana na década de 1960 (PE-PB)	201
Tabela 18 - Movimentos que organizaram cercamentos à casa grande, mutirões e ocupações	203

Sumário

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – A QUESTÃO AGRÁRIA, A EXPANSÃO DA LAVOURA CANAVIEIRA EM PERNAMBUCO E NA PARAÍBA E A POLARIZAÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES QUE ARTICULAVAM ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS RURAIS NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960	60
1.1 Tensionamentos no debate acerca da questão agrária nos Governos Federais (1945-1964)	61
1.1.1 Contexto pós-revolução de 1930	61
1.1.2 Contexto pós-1945	62
1.1.3 Governo Vargas pós-1945	64
1.1.4 Governo Juscelino Kubitschek (JK)	64
1.1.5 Governo Jânio Quadros	67
1.1.6 Governo Jango	70
1.2 A mata e o agreste de Pernambuco e da Paraíba: estrutura agrária e expansão da cana	73
1.3 A mobilização dos trabalhadores rurais e os governos estaduais da Paraíba e de Pernambuco	80
1.3.1 A mobilização dos trabalhadores rurais e as gestões do governo de Pernambuco (1955 - 1964)	80
1.3.2 A mobilização dos trabalhadores rurais da Paraíba e o governo Gondim	83
1.4 A polarização entre o PCB e as Ligas: tensionamentos e diferenciações na trajetória de cada movimento	90
1.5 A espacialização da criação de STRs e associações do PCB, da Igreja e das Ligas	95
1.6 Tendências em torno da questão agrária e da organização de STRs e associações de trabalhadores rurais na Paraíba e em Pernambuco	114
CAPÍTULO 2 – AÇÕES COLETIVAS HÍBRIDAS: ENTRE AS REVOLTAS TRADICIONAIS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS MODERNOS	116

2.1 Os cercamentos à casa grande enquanto ações coletivas híbridas: um caso destoante do novo e do velho repertório	117
2.1.1 O repertório das ligas camponesas.....	120
2.1.2 Os cercamentos à casa grande enquanto uma ação híbrida	130
CAPÍTULO 3 – A RELAÇÃO ENTRE AS AÇÕES HÍBRIDAS E AS CAMADAS INTERMEDIÁRIAS: A AGÊNCIA MORAL QUE GERA NOVAS DINÂMICAS DE REVOLTA	145
3.1 Ações coletivas e posições sociais em Pernambuco e na Paraíba	147
3.1.1 Ações coletivas, posições sociais e dados econômicos na Paraíba	152
3.1.2 Ações coletivas, posições sociais e dados econômicos em Pernambuco	171
3.1.3 Análise das variáveis de Pernambuco e da Paraíba conjuntamente	186
3.2 A especificidade dos mutirões e dos cercamentos à casa grande	196
CAPÍTULO 4 – A MORALIDADE DAS CAMADAS INTERMEDIÁRIAS: RESSIGNIFICAÇÕES SIMBÓLICAS E REVOLTA.....	210
4.1 As perspectivas teóricas sobre a moralidade dos moradores	211
4.1.1 A resistência dos moradores na <i>morada</i>	211
4.1.2 Valorização de características das camadas intermediárias nas lideranças	213
4.1.3 A identidade política camponesa e a oposição entre o latifúndio e a terra camponesa.....	215
4.1.4 A representação das leis e dos direitos pelos moradores	215
4.1.5 A idealização do passado e a representação de um tempo bom e um tempo ruim	217
4.2 A moralidade das camadas intermediárias na mobilização das Ligas camponesas	226
CAPÍTULO 5 – AS ARMAS DOS NÃO TÃO FRACOS: A RESSIGNIFICAÇÃO SIMBÓLICA DAS CAMADAS INTERMEDIÁRIAS.....	242

5.1 A concepção de camada intermediária em Maria Isaura Pereira de Queiroz	243
5.2 As possibilidades e as limitações para a revolta dos agregados a partir de Maria Sylvia de Carvalho Franco	249
5.3 A participação das camadas intermediárias nas revoltas a partir de Eric Wolf.....	260
5.4 As armas dos não tão fracos: a dinâmica da resignificação moral nas revoltas camponesas	280
CONSIDERAÇÕES FINAIS	288
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	298
APÊNDICES	309
APÊNDICE A - TABELA A - AÇÕES POR MUNICÍPIO DA PARAÍBA EM 1963	309
APÊNDICE B - TABELA B - AÇÕES POR MUNICÍPIO DE PERNAMBUCO EM 1963.....	315
APÊNDICE C – TABELA C - POSIÇÕES SOCIAIS RELACIONADAS À MORADA NA PARAÍBA EM 1960	335
APÊNDICE D – TABELA D - PORCENTAGENS DAS CATEGORIAS RELACIONADAS À MORADA E AÇÕES COLETIVAS NA PARAÍBA NA DÉCADA DE 1960	336
APÊNDICE E – TABELA E - POSIÇÕES SOCIAIS RELACIONADAS À MORADA NO ESTADO DE PERNAMBUCO EM 1960	337
APÊNDICE F – TABELA F - PORCENTAGENS DAS CATEGORIAS RELACIONADAS À MORADA E AÇÕES COLETIVAS EM PERNAMBUCO NA DÉCADA DE 1960	338
APÊNDICE G – TABELA G - DADOS ECONÔMICOS DE PRODUÇÃO DE CANA, ALGODÃO, INDUSTRIAL, TERCEIRO SETOR E DE TERRAS PRÓPRIAS E ARRENDADAS POR MUNICÍPIO NA PARAÍBA EM 1960	339

APÊNDICE H – TABELA H - DADOS ECONÔMICOS DE PRODUÇÃO DE CANA, ALGODÃO, INDUSTRIAL, TERCEIRO SETOR E DE TERRAS PRÓPRIAS E ARRENDADAS POR MUNICÍPIO DE PERNAMBUCO EM 1960	340
APÊNDICE I – TABELA I - DADOS ECONÔMICOS, POSIÇÕES SOCIAIS RELACIONADAS À MORADA, AÇÕES COLETIVAS E HÍBRIDAS EM PERNAMBUCO E NA PARAÍBA NA DÉCADA DE 1960	341
APÊNDICE J – TABELA J - DADOS DO CENSO AGRÍCOLA SOBRE AS POSIÇÕES SOCIAIS NO CAMPO NA PARAÍBA	344
APÊNDICE K – TABELA K - DADOS DO CENSO AGRÍCOLA SOBRE AS POSIÇÕES SOCIAIS NO CAMPO EM PERNAMBUCO	345
APÊNDICE L – INFORMAÇÕES SOBRE A COLETA DE DADOS ECONÔMICOS E DAS POSIÇÕES SOCIAIS A PARTIR DO CENSO AGRÍCOLA DE 1960 EM PERNAMBUCO E NA PARAÍBA	346
APÊNDICE M – QUADRO A – CATÁLOGO DE AÇÕES COLETIVAS NA PARAÍBA EM 1963 NO JORNAL A LIGA	352
APÊNDICE N – QUADRO B – CATÁLOGO DE AÇÕES COLETIVAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO EM 1963 NO JORNAL A LIGA	369

INTRODUÇÃO

Trabalhadores rurais se encontram em uma sede de movimento social, em Sapé, na Paraíba, no ano de 1961, para discutirem a expulsão de um reideiro da fazenda onde vivia. Além de expulsá-lo, o grande proprietário daquela fazenda havia soltado o gado e, com isso, destruído a plantação desse trabalhador. A liderança do movimento pergunta quantas pessoas estariam disponíveis para protestarem contra a atitude do latifundiário, sendo respondido pelas mãos levantadas dos trabalhadores presentes. Os trabalhadores se sentiam indignados com a situação, pois o reideiro havia sido expulso sem motivo, sua plantação – que tanto trabalhara para ter – havia sido destruída e fora humilhado pelo grande proprietário. Pairava um sentimento de injustiça entre os trabalhadores, e muitos deles sonhavam com a possibilidade de um dia pararem de trabalhar a maior parte de seu tempo nas lavouras de cana e virarem reideiros como o companheiro que havia sido expulso. Entre os presentes, havia outros reideiros, os quais também se sentiam ameaçados, visto que o caso em questão não era uma exceção, mas um evento que, nos últimos anos, estava se intensificando, de modo que, de uma próxima vez, poderia ser qualquer um deles a sentir a injustiça, a ira, a amargura e o desespero de serem expulsos das terras em que trabalhavam.

O líder do movimento, então, chama os participantes da reunião para, no dia seguinte, se reunirem na mesma sede onde estavam, que ficava na parte urbana de Sapé, de onde saíam para o protesto. No outro dia, os trabalhadores rurais comparecem com enxadas e foices nas mãos, sobem em caminhões e partem para a fazenda. No caminho, outros trabalhadores vão se juntando à mobilização, subindo nos caminhões. Ao chegarem à grande propriedade, os trabalhadores descem dos veículos e iniciam uma caminhada até a casa grande. No percurso, outros trabalhadores daquela fazenda também se juntam ao grupo, pois o sentimento de injustiça os faz querer resolver a situação com o grande proprietário. Ao avistarem a casa grande, eles apertam o passo e formam um círculo em volta dela, cercando a casa do latifundiário de modo que ele não pudesse fugir sem passar pelos trabalhadores.

O grande proprietário, ao avistar a grande quantidade de pessoas chegando, fica furioso e sai da casa, acompanhado de seus capangas, gritando contra os

trabalhadores e dizendo que eles seriam presos. A liderança do movimento se aproxima e diz ao latifundiário que não estavam lá para brigar, mas para colocar a cerca no sítio do redeiro e plantar novamente em seu terreno, para que ele pudesse continuar vivendo em suas terras. O latifundiário olha para seus capangas com vontade de pedir-lhes que disparem tiros contra os manifestantes, mas fica amedrontado com a quantidade de trabalhadores presentes. Ele grita que vai ligar para a polícia e entra na casa grande. Um dos capangas, muito irritado, pega um revólver e tenta levantá-lo contra os trabalhadores, mas é impedido por um dos manifestantes e pelo líder do movimento, que seguram seu braço e lhe dizem que ninguém quer confusão. Irritado, mas também assustado, o capanga entra na casa grande.

Os trabalhadores sentiam uma sensação nova com os acontecimentos daquele evento. Tratava-se de uma sensação de força, pois estavam enfrentando um grande proprietário: estavam na casa grande, mas não haviam retirado seus chapéus em sinal de respeito; haviam ouvido os gritos enraivecidos do latifundiário, mas gritaram de volta pela devolução das terras do redeiro; viram um proprietário furioso, mas também amedrontado; e observaram um camponês com o poder de falar em tom de autoridade com o “patrão”. O tom respeitoso e a obediência às ordens do dono das terras tinham sido constantes em suas vidas, mas, naquele momento, a obediência e o respeito não pareciam mais justos, visto o desrespeito para com o redeiro, que era como que um desrespeito para com todos eles. Os trabalhadores permanecem cercado a casa enquanto um repentista improvisa uma música sobre a expulsão do redeiro e sobre como a liderança do movimento iria acertar as contas com o grande proprietário, para que este devolvesse as terras ao trabalhador. Após uma hora de ação, a polícia chega ao local. O líder do movimento vai ao encontro dos policiais, que afirmam que não estavam lá para reprimir a ação, mas para evitar que acontecesse algum conflito violento. Os trabalhadores ficam assustados com a polícia, mas aquela sensação de força se mantém, ao verem que nem mesmo a polícia iria atacá-los.

Frustrado e indignado com os trabalhadores que não lhe obedeciam, o grande proprietário resolve chamar a liderança do movimento para negociar, que, acompanhado de mais duas outras lideranças, entra na casa grande para iniciar as negociações. O latifundiário afirma que não queria mais aquele trabalhador em suas

terras, sendo respondido, pelo líder camponês, que, nesse caso, o trabalhador deveria ser indenizado pela plantação que perdera. Pouco tempo depois, o advogado do movimento social e o do grande proprietário se apresentam e fecham um acordo de indenização. O líder do movimento sai da casa grande e comunica a vitória do protesto aos trabalhadores. Ele, então, organiza os mesmos para voltarem juntos até a sede no centro urbano do município, e, de lá, cada trabalhador segue para a fazenda onde mora.

O evento acima relatado é uma exemplificação de como ocorria uma ação das Ligas Camponesas, que chamamos de *cercamento à casa grande* devido à sua ação de cercar a sede da propriedade¹. Os sentimentos e as percepções dos participantes do movimento demonstram como havia uma ambiguidade em relação às regras costumeiras que organizavam a vida dos trabalhadores rurais. Por parte dos trabalhadores rurais, havia o sentimento de ruptura da obediência ao grande proprietário, visto que esse respeito à autoridade era um valor partilhado por eles desde crianças. Mas havia algo novo naquele momento.² O bom patrão, que provia casa, terras para plantar, trabalho, ajuda econômica e médica, agora era visto como um patrão ambicioso, que não mais respeitava os trabalhadores que moravam em sua fazenda, retirava os sítios e as lavouras de suas plantações para poder aumentar a lavoura de cana, expulsava os trabalhadores e contratava mais trabalho de fora da fazenda, e destruía casas. Cometia essas injustiças até mesmo com aquelas famílias que moravam há gerações em suas terras. Havia algo de repugnante naquela situação, que não podia mais ser aceita. Não era mais possível tratar aquele latifundiário com aquele antigo respeito, surgia uma indignação, um

¹ O trecho inicial foi escrito com um teor fictício, mas baseado em narrativas de participantes das Ligas Camponesas apresentadas em Van Ham *et al.* (2006) e Rangel (2000), sendo que cabe destaque as narrativas de Galego e de Severino Guilhermino de Souza apresentadas em Van Ham *et al.* (2006, p.135; p.372). O trecho ilustra a ação coletiva e as representações dos trabalhadores rurais, de modo a conseguir explicitar, de maneira breve e sintetizada, as questões centrais a serem pesquisadas. Os elementos empíricos sobre a ação e sobre os símbolos, os valores e os sentimentos manifestados pelos agentes da ação serão trabalhados ao longo da tese. A respeito dos cercamentos à casa grande, cabe esclarecer que esse tipo de ação foi analisado na dissertação do autor (Genaro, 2019), sendo chamado de “negociação coletiva”, por esta ser uma de suas características. Entretanto, acreditamos que o termo “cercamento à casa grande” explicita melhor a ação, por isso, a modificação foi adotada a partir de Genaro (2021). Como a palavra “cercamento” costuma ser relacionada ao processo de êxodo rural europeu na historiografia agrária, tomamos o cuidado de, em todos os casos, fazer referência a se tratar de “cercamento à casa grande”.

² Como fica nítido ao longo do texto, nunca houve algo como uma “dominação absoluta” na *morada* – e, na verdade, em nenhuma sociedade algo assim é possível –, o que é evidenciado pelas diversas formas de resistência dos trabalhadores rurais, expressas, inclusive, nas ambiguidades da própria maneira como a dominação ocorria.

sentimento de injustiça, e uma revolta em seus sentimentos, pensamentos, representações e sonhos.

Entre os trabalhadores, já existia uma ambivalência para com seus patrões, tendo em vista que, ao mesmo tempo, estes eram vistos como provedores, mas também como agentes que poderiam impedir o acesso à terra e realizar repressões. Os trabalhadores diferenciavam os patrões, observando que alguns eram bons, pois proviam coisas e não eram agressivos, enquanto outros eram ruins, pois não cediam em acordos cotidianos com seus moradores, não davam terras para o plantio e eram muito violentos, torturando e matando trabalhadores. Mas, até mesmo os bons patrões não eram o tempo todo vistos como quem só fazia o que era correto. Isso porque os trabalhadores rurais tinham sonhos e almejavam terras para plantar, mas apenas poucos deles as tinham. Muitos recebiam tão pouco, que passavam fome, e, mesmo os que tinham terras, muitas vezes dispunham apenas de uma pequena quantidade ou não podiam contar com a ajuda de toda sua família para fazê-las prosperar, porque o patrão, mesmo sendo “bom”, muitas vezes exigia o trabalho dos filhos do reideiro na sua lavoura de cana. Parecia um caminho impossível concretizar o sonho de ter terras para plantar e prosperar, mas os trabalhadores se movimentavam nas brechas entre o sonho e a realidade. Assim, tentavam fazer acordos com o proprietário para terem terras e conversavam entre si sobre suas percepções do trabalho e seus sonhos às escondidas do olhar do latifundiário. Às vezes, desobedeciam as ordens e faziam atividades escondidas para terem melhores condições de vida. Tratava-se de resistências à dominação do proprietário, as quais sempre existiram, como ocorre em toda forma de dominação.

Mas aquele contexto era diferente. A mudança de perspectiva em relação ao proprietário fazia com que essas revoltas cotidianas ganhassem ainda mais sentido, mas também fazia com que outras formas de revolta aparecessem e fossem consideradas válidas. As idas às feiras e as conversas com os demais trabalhadores mostravam novas possibilidades: os direitos trabalhistas; o direito ao acesso à terra; a ideia de que era possível protestar pública e coletivamente para se conseguir melhores condições de vida e evitar as injustiças feitas pelo latifundiário; a noção de que era justo participar de um sindicato ou de um movimento social onde os trabalhadores rurais e urbanos poderiam somar forças; bem como as percepções de que era possível ter acesso à terra dentro do latifúndio e, mais surpreendentemente,

de que era possível ter acesso à terra sem a existência de um latifúndio. Nesse sentido, as mobilizações de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e Ligas Camponesas ocorrem tanto devido ao momento econômico de expansão da lavoura canavieira e ao contato com militantes de partidos e sindicatos urbanos quanto pela canalização de sentimentos de injustiça, por meio da ressignificação dos símbolos de uma moralidade das regras costumeiras vivenciadas na *morada* (forma de organização tradicional referente à relação entre os trabalhadores rurais que residiam nas fazendas, chamados de moradores, e os grandes proprietários).

Neste trabalho, portanto, estamos preocupados em tematizar a relação entre essas ressignificações simbólicas e a mobilização política, observando como houve participações diferenciadas entre os integrantes das Ligas Camponesas devido às suas diferentes experiências sociais, com foco na mudança das narrativas específicas dos grupos de rendeiros que tinham acesso à terra. Entender a especificidade deste grupo permite observarmos qual foi o papel desenvolvido por esses agentes na mobilização como um todo, assim como percebermos novos detalhes das revoltas³ que ocorreram, ampliando a compreensão sobre as Ligas e sobre revoltas semelhantes.

Os termos “ressignificação simbólica” e “ressignificação de valores” são adotados nesta tese para remeterem tanto à mudança de um símbolo como à mudança do sentido social de um símbolo. A mudança de um símbolo implica um sentido social diferente para ele, mas essa mudança de sentido poderia ocorrer, inclusive, quando o símbolo é mantido muito próximo de seu significado original, como é o caso do símbolo de manter ou de retirar o chapéu na presença do grande proprietário. Nas relações da *morada*, retirar o chapéu era sinal de respeito à autoridade do proprietário, atitude que não era realizada por pessoas de posições sociais altas, sendo improvável, por exemplo, que um latifundiário tirasse seu chapéu em reverência a outro latifundiário. A ação do cercamento à casa grande,

³ O termo “revolta” é utilizado nesta tese para remeter a qualquer tipo de ação ou discurso no qual os dominados tensionam as dinâmicas de poder que favorecem os grupos dominantes. Utilizamos o termo com um significado amplo, com o intuito de abranger desde formas de resistência dos trabalhadores dentro das organizações tradicionais – que eram feitas, muitas vezes, de maneira individual e escondida – e rebeliões camponesas – como saques de comida e incêndios propositais em plantações de grandes proprietários – até protestos de movimentos sociais. Termos como “ação coletiva” e “protesto” poderiam ter sido utilizados no lugar de “revolta”. Entretanto, remeteriam seu significado mais a eventos de confrontação moderna como as ações coletivas de movimentos sociais. Por isso, mantivemos a preferência pelo termo “revolta”.

por sua vez, tinha como uma de suas características a presença de muitos moradores frente ao grande proprietário, quando os mesmos não retiravam os seus chapéus, o que remete ao símbolo de que a retirada seria um gesto de respeito e que, portanto, sua não retirada seria um desrespeito à autoridade do latifundiário. O símbolo sofre, assim, uma pequena modificação, se pensarmos que antes a não retirada do chapéu não acontecia por parte dos moradores, mas apenas por pessoas de posições sociais mais altas. O símbolo articulado no período da mobilização política mantém muita semelhança com o símbolo da relação da *morada*. O que muda de maneira muito relevante é o sentido social do símbolo, pois, se nas relações costumeiras ele era mobilizado para o sentido de validação da dominação do grande proprietário, na ação coletiva, ele assumiu o sentido de enfrentar essa autoridade, configurando uma dinâmica de confrontação.

A ressignificação de valores morais dos moradores foi fundamental para entendermos as ações coletivas realizadas no período estudado. Os valores morais compõem parte do que é simbólico, mas existem elementos simbólicos que não são morais. A centralidade de nossa pesquisa será nos aspectos morais, cabendo um esclarecimento sobre como compreendemos a questão. A moralidade é entendida enquanto um conjunto de valores sobre o que deve e o que não deve ser feito, o que é certo e o que é errado. Estes valores não estabelecem um sistema fechado, e são agenciados nas relações sociais, como se pode observar em recentes discussões da nova sociologia moral (Hitlin; Vaisey, 2010; Abend, 2010; Werneck, 2013; Hitlin, 2015). Estas discussões também chamam atenção sobre a moral não se limitar a um fenômeno cognitivo, por também manter um forte aspecto emocional. A ideia de que os valores morais podem ser agenciados, isto é, podem ser mobilizados pelos agentes conforme suas posições sociais e para interesses diversos, formando interpretações diversas dos símbolos, é mais destacada em Werneck (2013). Todavia, aqui, propomos que a ressignificação simbólica dos participantes das mobilizações conformou uma agência moral, isto é, uma mobilização de símbolos a partir de suas posições sociais que propiciou formas específicas de revolta.

A centralidade de nosso recorte sobre a moralidade não implica que a interpretamos como a origem única das revoltas. Toda disputa entre grupos dominantes e dominados é perpassada por interesses materiais e valores morais, mas, em nossa interpretação, não existe uma prevalência de um desses dois polos

sobre o outro, e sim uma dinâmica em que ambos são mobilizados nos conflitos. Os formatos adotados pela moralidade e pelo interesse econômico variam historicamente, sendo que, no contexto estudado, havia uma moralidade em torno das obrigações mútuas da *morada*, que, ao ser rompida por parte dos grandes proprietários, gerou forte revolta dos moradores. Nessa ruptura de valores morais, nosso foco de pesquisa não implica que não observaremos os interesses econômicos em meio a esse processo, tendo em vista que as condições de vida dos moradores eram completamente modificadas com as proibições de plantios e, ainda mais radicalmente, com a expulsão da terra. Dessa forma, o período estudado abrange de 1954 a 1964, e nos concentraremos nas mobilizações de trabalhadores rurais em Pernambuco e na Paraíba. O período do pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado, principalmente na década de 1950, pela expansão da lavoura canavieira e pelo início da crise da *morada* nas regiões canavieiras da Paraíba e de Pernambuco, contexto que inicia com intensidade o processo de expulsão do campo (Azevedo, 1982; Andrade, 1986a).

Segundo Moacir Palmeira (2009), o morador era um trabalhador que chegava ao engenho e pedia morada e trabalho ao latifundiário, o qual atendia seus pedidos e lhe cedia um pedaço de terra – o roçado – onde poderia plantar. Então, esse trabalhador se tornava um morador de condição, termo que remete ao pagamento da condição: dias de trabalho não pago realizados semanalmente na lavoura do grande proprietário, sendo a quantidade de dias variável por região e por grande propriedade. Esse morador poderia se tornar um morador foreiro, ao receber um pedaço maior de terra chamado de sítio, e pagar um valor anual chamado de foro ao grande proprietário, o que seria possível através da demonstração, por parte do trabalhador, de que havia internalizado as regras da *morada* ao longo do tempo. O sítio era idealizado como um “prêmio” concedido pelo latifundiário, de maneira que poucos moradores conseguiam essa forma de ascensão social. O foreiro apresentava autonomia para plantar a lavoura alimentar que desejasse em seu sítio – plantações mais comerciais como a cana costumavam ser proibidas nos sítios.

Outra forma de arrendamento dentro da *morada* foi a parceria, na qual o parceiro adquiria um pedaço maior de terra, mas não tinha total autonomia sobre o mesmo, de maneira que costumava plantar uma lavoura comercial como o algodão e conceder, como forma de pagamento pelo arrendamento da terra, a meia ou a

terça ao grande proprietário, isto é, a metade ou um terço da produção. Os foreiros e os parceiros não pagavam condição, entretanto continuavam fortemente dependentes do grande proprietário, pois, em geral, eram forçados a vender sua produção ao latifundiário, que se aproveitava dessa condição para pagar um valor abaixo do mercado pelos produtos adquiridos. Da mesma forma, eram obrigados a pagar o cambão, que constituía outra forma de exploração na *morada*, na qual os moradores eram forçados a trabalhar gratuitamente durante alguns dias do período de safra da monocultura do grande proprietário, ou esporadicamente, conforme a necessidade dos grandes proprietários nas lavouras de monocultura ou em alguns outros serviços das fazendas. As terras concedidas aos foreiros e aos parceiros também eram menos férteis e com uma localização mais afastada, o que, em certos casos, dificultava a locomoção do trabalhador até seu sítio. Este problema aliava-se à falta de crédito e de ajuda no trabalho – principalmente para foreiros e parceiros com poucos familiares em condição de trabalhar na terra, por exemplo, com muitos filhos pequenos ou um número de idosos e doentes elevado na família –, fazendo com que, em diversas situações, os foreiros e os parceiros fossem obrigados a vender sua força de trabalho ao grande proprietário, para serem remunerados e conseguirem complementar sua renda.

O termo “moradores” remete aos moradores de condição, aos parceiros e aos foreiros. As três categorias estavam condicionadas a cumprirem obrigações para com o grande proprietário como: serem chamados arbitrariamente para trabalhar na monocultura da fazenda; e, em caso de não conseguirem se locomover para a feira da cidade, terem de comprar produtos no barracão, um comércio colocado pelo latifundiário no interior da fazenda que vendia produtos a preços acima do mercado. O grande proprietário também poderia remunerar seus moradores, principalmente o morador de condição, com vales para serem usados no barracão, ao invés do pagamento em dinheiro, o que aumentava ainda mais a exploração do trabalho, pois o morador se via obrigado a consumir produtos com preços elevados, gerando alto lucro ao grande proprietário; as baixas condições de vida e, no caso de parceiros e foreiros, a pouca possibilidade de investimento em suas plantações faziam com que os moradores pedissem empréstimos para os grandes proprietários, de maneira a constituírem mais uma dívida para com o mesmo; as dívidas dos empréstimos e do barracão eram estrategicamente utilizadas para gerarem uma dependência contínua

dos moradores para com o grande proprietário, dificultando a saída dos moradores daquela fazenda; as baixas condições de vida dos moradores também eram exploradas pelos grandes proprietários no que tange aos serviços de saúde. Auxílios a doenças, nesse sentido, eram realizados, de maneira a gerarem um sentimento de dívida nos moradores; os trabalhadores estavam constantemente expostos ao arbítrio das violências dos grandes proprietários e seus capangas, de modo que as relações de poder expressas nos vínculos pessoais, que colocavam o grande proprietário como o provedor de seus moradores, poderiam se desdobrar na repressão violenta contra um trabalhador, expulsando-o e destruindo sua casa, torturando-o e matando-o (Palmeira, 2009; Garcia Jr., 1989).

Outras três categorias participantes das dinâmicas do contexto pesquisado, mas que não residiam na grande propriedade, não sendo, portanto, moradores, são os posseiros, os pequenos proprietários e os “pontas de rua”. Os posseiros eram aqueles trabalhadores que residiam e trabalhavam em uma terra sem ter sua propriedade ou arrendá-la, de maneira a não apresentarem o título de propriedade daquele espaço, por mais que nela pudessem estar já há muito tempo. Os pequenos proprietários, por sua vez, apresentavam a o título de propriedade da terra. Tanto estes quanto os posseiros costumavam residir em terras menos férteis, marginais às grandes propriedades, de maneira a ser comum não conseguirem se sustentar apenas com a própria produção, necessitando vender sua força de trabalho e contrair empréstimos para com os grandes proprietários de terra. Os pontas de rua eram trabalhadores rurais que residiam nas cidades e vendiam sua força de trabalho para os grandes proprietários⁴.

Por mais que as três categorias expostas acima não fossem formadas por moradores, é notável como as dinâmicas da *morada* influem sobre suas trajetórias, de maneira que, quando nos referirmos à *morada*, é importante observar como as dinâmicas desta influem sobre todas estas posições sociais, direta ou indiretamente. O termo “moradores” foi usado nesta tese para se referir aos moradores de

⁴ Na tese estaremos nos referindo aos trabalhadores de ponta de rua que foram expulsos da terra, apenas trabalhando nas lavouras de monocultura das grandes propriedades quando contratados para tal. É relevante indicar que haviam trabalhadores nas pontas de rua que mantiveram sítios para plantio, mas esta categoria não será aqui trabalhada, tendo em vista que a expulsão do campo gerou muito mais primeira condição descrita. Desta maneira, por mais que o termo “na ponta de rua” poderia remeter a mais de uma posição social, estaremos o tratando na tese como uma categoria que unifica trabalhadores que trabalham por remuneração nas grandes propriedades, mas não tendo vínculo algum com esta, fora a contratação de trabalho temporário.

condição, aos moradores foreiros – que também podem ser chamados, ao longo do texto, de foreiros – e aos parceiros – (estando incluídas nos termos também as famílias que residiam junto a estes agentes). Por sua vez, os pequenos proprietários, os posseiros e os pontas de rua, não são incluídos no uso do termo *morada*. A esse respeito, quando nos referimos a uma categoria específica como a de moradores de condição, essa diferença foi melhor explicitada. As posições foreiro, parceiro e pequeno proprietário eram valorizadas porque conseguiam ter um maior controle sobre sua produção e sobre as relações de sua própria unidade familiar, sendo, portanto, posições mais autônomas, se comparadas às dos moradores de condição e dos trabalhadores de ponta de rua.

Os moradores idealizavam um passado em que todos receberiam sítios, o que indica apenas a existência desta possibilidade que passa a ser fechada com o aumento da monocultura da cana, na década de 1950, contribuindo com o processo de expulsão dos moradores (Palmeira, 2009). A expulsão do campo é explicada por Francisco de Oliveira (2008) a partir da imposição do padrão de acumulação industrial do Centro-Sul aos grandes proprietários da economia canavieira. Os conflitos de interesse entre as camadas dominantes ligadas à propriedade da terra e os capitalistas industriais refletiam as possibilidades de mudança social no período, de modo que a tendência em proletarizar os trabalhadores rurais gerava forte crise em formas de organização tradicionais como a *morada*.

O conflito entre as dinâmicas tradicionais de trabalho e um padrão de trabalho assalariado não é aqui entendido como uma disputa entre elementos pré-capitalistas e capitalistas. Por mais que não seja o foco da tese, cabe fazer alguns esclarecimentos sobre nosso entendimento da formação econômica brasileira. Celso Furtado (1963; 1964) afirma que o Brasil, assim como muitos países latino-americanos, não poderia ser enquadrado como um país que estava em vias de trilhar os mesmos caminhos de países europeus e dos Estados Unidos, tornando-se desenvolvido. E isso, pois haveria uma dinâmica entre centro e periferia na economia mundial que fazia com que países com uma economia predominantemente marcada pela exportação de lavouras agrícolas se tornassem dependentes de países produtores de produtos manufaturados a partir de uma base tecnológica. O Brasil, portanto, não estava – estamos remetendo a meados do século XX – no meio de um processo linear para se tornar desenvolvido, mas, sim,

apresentava uma forma específica de capitalismo na qual existiam um setor de exportação agrícola, um ligado à agricultura de subsistência (as pequenas plantações dos trabalhadores agrícolas) e um industrial (gerado a partir da expansão do mercado interno posteriormente à década de 1930). O hibridismo dessas três formas conforma o que Furtado entende como subdesenvolvimento.

Cabe observar que, a partir da perspectiva de Furtado (1963; 1964), podemos entender que a formação econômica brasileira no contexto dos anos 1950 e 1960 não se trata da mistura de formas pré-capitalistas com elementos capitalistas, mas de uma forma específica de capitalismo gerada por dinâmicas tanto internas quanto oriundas da economia mundial. A perspectiva de Furtado é criticada por Francisco de Oliveira em *A economia brasileira: crítica à razão dualista* (1972), devido à maneira como aquele entende o setor da agricultura de subsistência como um elemento atrasado, sem observar como sua existência foi fundamental para o formato que o desenvolvimento industrial tomou no país, ajudando a conformar um setor informal de trabalho que rebaixou os custos de reprodução da força de trabalho. As críticas de Oliveira à obra de Furtado são coerentes, mas cabe ressaltar que aspectos fundamentais da teoria desenvolvida pelo último, isto é, o caráter híbrido do subdesenvolvimento e os limites de uma economia global para sua superação, permanecem válidos para entendermos as características do Brasil da década de 1960. O próprio Francisco de Oliveira, em *O ornitórrinco* (2011), diminui o tom de sua crítica a Celso Furtado, reconhecendo a relevância de suas análises para o entendimento da economia brasileira.

A superação do subdesenvolvimento, segundo Furtado (1963; 1964), seria possível mediante mudanças estruturais a partir do desenvolvimento de um mercado interno no qual a população conseguiria condições de renda que permitiriam impulsionar a economia, e com o incentivo de dinâmicas internas para o desenvolvimento tecnológico. A redução das desigualdades econômicas e as mudanças na estrutura agrária brasileira seriam, portanto, fundamentais para a efetivação desse processo.⁵ O termo “subdesenvolvimento”, ao longo do tempo, foi caindo em desuso, como se pode exemplificar através dos Relatórios do Desenvolvimento Humano encomendados pelo Programa das Nações Unidas

⁵ Nesse sentido, Oliveira (2011) aponta os impedimentos para a superação do subdesenvolvimento após a Terceira Revolução Industrial.

para o Desenvolvimento, que utilizam o termo “países em desenvolvimento”. Todavia, o último termo perde de vista o caráter estrutural da relação entre a forma econômica dos países periféricos e a economia mundial – afinal, o próprio termo “em desenvolvimento” repete o caráter linear criticado por Furtado –, de maneira que manteremos, no decorrer desta tese, o uso do termo subdesenvolvimento.

A relação entre moderno e tradicional também é relevante de ser esclarecida neste momento. Referimo-nos à *morada* como sendo uma forma de organização tradicional. Com isso, podemos gerar a impressão de associarmos a essa figuração noções que, ao longo da história da sociologia e da antropologia, foram vinculadas ao termo “tradição”, como atrasado, primitivo e simples (não complexo). Nosso entendimento, entretanto, foge dessa percepção, tendo em vista que associamos a *morada* à tradição com o fito de destacarmos como as relações costumeiras, pautadas em valores morais e dinâmicas pessoais, foram centrais nas dinâmicas dessa figuração, o que não significa que classificamos essas dinâmicas como um ponto em uma linha evolutiva da sociedade. O mesmo cuidado é adotado quando falamos de formas de revolta, tendo em vista que o termo “revolta tradicional” remete às ações que historicamente ocorreram em contextos mais marcados por dinâmicas tradicionais, como os motins de comida, as queimadas das plantações de grandes proprietários, as sabotagens e os ataques pessoais contra uma autoridade, entre outras.

Ao fazermos uso de “revolta tradicional”, não estamos indicando uma linearidade evolutiva entre a revolta tradicional e a revolta moderna que toma formato de movimento social. Portanto, não diminuimos o caráter político da primeira – ou seja, não a resumimos a reações abruptas, violentas, estritamente afetivas e sem racionalidade –, assim como não negamos a coexistência das duas formas de revolta em diversos contextos históricos. A distinção entre ambas, entretanto, é historicamente relevante e ajuda a entendermos as dinâmicas de uma figuração específica. A substituição do termo “tradicional” por “relações costumeiras” seria uma alternativa, mas reconhecemos que essa troca seria apenas uma mudança na aparência do termo, sem com isso resolver o dilema da dualidade entre tradicional e moderno. Dualidade que, se apresenta o limite de, quase inevitavelmente, promover uma imagem linear das dinâmicas sociais, por outro lado, expressa mudanças históricas empiricamente verificáveis, de maneira que a problemática permanece

não resolvida dentro da teoria social. Por isso, optamos pela manutenção dos termos “tradição” e “modernidade”, mesmo reconhecendo seus limites.

A década de 1950 apresentou a intensificação da mobilização de STRs em diversos estados do país, sendo a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em 1954 um marco dessa intensificação, na qual o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi o principal articulador de sindicatos e mobilizações. Todavia, cabe observar que a Igreja⁶ mobilizou muitos STRs, prevalecendo em grande número em diversas regiões. Esse período é marcado pelo aumento de protestos como greves rurais, e, principalmente na década de 1960, pela ampliação da sindicalização rural reconhecida pelo Estado (Medeiros, 1989).

Em meio a esse contexto, as Ligas Camponesas foram organizadas contrariamente ao processo de expulsão do campo e à intensificação da exploração do trabalho. Elas foram associações que participaram do movimento social camponês entre 1955 e 1964, predominantemente no Nordeste, permeadas por demandas vindas do campesinato e tensionamentos entre as lideranças políticas que disputavam o controle do movimento. Entre estas, destacaram-se o PCB e Francisco Julião, advogado e político do Partido Socialista Brasileiro que acabou se tornando a maior liderança na mobilização das Ligas. Desse modo, as Ligas foram permeadas por disputas, mas também por alianças entre Julião e diversos segmentos do PCB, que também manifestavam divergências entre si, durante sua mobilização (Alves, 2015; Rangel, 2000). Como ficará mais nítido ao longo do texto, houve confluências, disputas e rupturas entre o PCB e as Ligas Camponesas que variaram conforme os contextos, as regiões e as lideranças que estavam se mobilizando. Dessa forma, alguns STRs foram antes Ligas Camponesas, permanecendo ligados à estrutura organizacional das Ligas, outros se vincularam ao PCB e às Ligas, e, em outros casos, as Ligas poderiam estar fortemente ligadas ao PCB, o que também variou ao longo do período histórico estudado e conforme as regiões de atuação das organizações.

Um fator central para entendermos a disposição dos moradores de participarem das mobilizações são suas percepções sobre a autonomia no trabalho,

⁶ Na tese, o termo “Igreja” foi usado para se referir à Igreja Católica. Quando afirmamos que a Igreja mobilizou sindicatos, estamos entendendo que religiosos de diferentes vertentes interagiram com trabalhadores rurais, de modo a fundarem associações e sindicatos rurais.

através das quais valorizavam positivamente a vivência de posições sociais menos dependentes dos grandes proprietários em relação ao trabalho, à renda, ao controle da unidade familiar entre outras relações que marcavam o cotidiano desses agentes. Nesse sentido, as narrativas dos moradores conformam uma moralidade que toma o conjunto de deveres das partes dominadas e dominantes como um imperativo moral, de modo que a mudança e a continuidade desses costumes se constituíram como um alvo das lutas. As vivências da expulsão da terra e do fechamento de possibilidades ligadas à permanência no campo marcaram o contexto de crise do poder político e da autoridade dos senhores de engenho e dos usineiros, de modo que permitiram o questionamento de suas posições sociais, partindo da moralidade com relação aos deveres que os dominantes tinham para com os dominados. Elide Rugai Bastos (1984) demonstra como as concepções dos moradores – ou seja, os valores e as formas de entendimento presentes em suas narrativas –, em diversos momentos, apresentaram contraposições aos grandes proprietários.⁷ Essas significações remetem ao que James Scott (2000) entende como “discurso oculto”⁸. Ao se oporem às dos latifundiários, essas valorações indicavam a existência de uma “ira moral”⁹, como entendida por Barrington Moore Jr. (1987), constituindo o que Scott denomina de “resistência cotidiana”¹⁰, por se manifestarem pouco no discurso público e dificilmente assumirem uma forma mais nítida de enfrentamento.

⁷ Um Exemplo desses valores é a diferenciação feita pelos moradores entre lavoura para viver e lavoura para comprar. A primeira remetia à plantação destinada ao consumo ou a uma renda vinda da própria produção, que era destinada aos gastos mais ligados à subsistência. A segunda remetia às lavouras comerciais como a de algodão, cuja renda era destinada a pagar os meios de trabalho e o foro, no caso dos foreiros. Bastos (1984) enfatiza que, a partir da segunda plantação, o foreiro vislumbrava a possibilidade de economizar e comprar a terra, livrando-se da figura do grande proprietário. O fato de essa separação entre lavouras ter o potencial de carregar a expectativa de uma vivência que excluiria o latifundiário permite entendê-la como um valor contraposto aos da *morada*.

⁸ Scott (2000) indica que a relação direta entre dominados e dominantes pode ser entendida a partir de suas ações e representações, que são os discursos públicos desses agentes, colocados em prática em seu contato. Entretanto, as práticas e representações desses agentes não se encerram na relação direta, visto que há também um discurso oculto no qual os agentes expressam representações e práticas (referentes às práticas e representações públicas) para outros agentes em posições sociais semelhantes às suas. Assim, no caso dos dominados, o discurso oculto é um espaço de elaboração de diversas formas de resistência.

⁹ Barrington Moore Jr. (1987) assinala a ira moral como a percepção de injustiça na relação de obrigações mútuas entre dominados e dominantes. A ruptura de códigos morais origina esse sentimento de injustiça que motiva, por exemplo, diversas formas de revoltas camponesas.

¹⁰ As formas de resistência cotidiana consistem em práticas e discursos difusos e fragmentários que sempre envolvem alguma forma de interesse pessoal do agente em sua realização. Elas podem ser coletivas e organizadas, como no caso de saques, entretanto, quando são dessa forma, as práticas não são públicas – seus participantes não assumem publicamente terem feito tal ação –, de maneira a evitarem a identificação e a repressão. No caso de serem públicas, como nas situações dos boatos,

A existência de falas e valores opostos aos dos latifundiários não era o único indicativo de formas de resistência cotidiana, visto que outras formas estão mencionadas na literatura como sabotagens, fugas e trabalhos mal executados, indicados por Dabat (2015), assim como queimadas, indicadas por Edson Silva (2010), e o “roubo de si mesmo”¹¹, mencionado nos relatos concedidos a irmã Tonny Van Ham *et al.* (2006). Também destacamos missas nas Igrejas, eventos festivos, conversas nas casas de farinha e nas casas dos próprios moradores, feiras e outros espaços ocultos – em que os moradores conversavam longe do olhar do vigia e do grande proprietário –, assim como práticas que tinham como objetivo garantir o controle dos moradores sobre as relações da unidade familiar, a despeito das ordens dos grandes proprietários mencionadas em relatos e nas entrevistas concedidas a Rangel (2000), nos quais também são detalhados os acordos cotidianos.¹² Essas diversas práticas ocorriam no cotidiano e constituíam enfrentamentos às tomadas de posição dos grandes proprietários, mesmo que ocorressem de modo dissimulado ou valendo-se do recurso do anonimato.

A mobilização das Ligas implicou a elaboração do que Charles Tilly (1993; 2005; 2010) chama de “repertório de ação coletiva”¹³, o que significa que novos símbolos e valores foram mobilizados nas disputas com os grandes proprietários e os agentes do Estado. O repertório de ações coletivas das Ligas Camponesas foi constituído: pela realização de reuniões; comícios; passeatas; o apoio aos trabalhadores ameaçados de expulsão; as negociações entre proprietários e membros das Ligas, assim como negociações entre estes, com participação do governo estadual – como no caso da luta contra o cambão¹⁴ na Paraíba –; a

as práticas sempre usam do anonimato e da dissimulação para não iniciarem um conflito direto. Um confronto direto e aberto, que costuma ser pouco comum, tende a ser individual (Scott, 2000).

¹¹ Trata-se de uma prática indicada nos relatos concedidos a Irmã Tonny (Van Ham *et al.*, 2006), que se refere à estratégia adotada por certos foreiros de coletarem o seu algodão em segredo, à noite, para poderem vendê-lo para outro grande proprietário que não o do engenho onde moravam, visando receber um pagamento maior, pelo fato de terem eliminado a figura do mediador do processo de comercialização.

¹² Nos relatos concedidos a Rangel (2000), verifica-se um caso em que o foreiro constrói uma casa para seu filho em seu sítio sem a permissão do grande proprietário, que, ao saber, reprime a atitude. Trata-se de um tipo de ação que, assim como a prática do “roubo de si” e outras, visava assegurar por parte do foreiro um maior controle sobre o próprio trabalho e as diversas relações da *morada*, como decidir onde seus filhos viveriam.

¹³ Ação coletiva remete ao evento do protesto ou da confrontação, como por exemplo, uma greve, uma passeata, uma ocupação, que ocorreu em um dia e em um local específico.

¹⁴ Andrade (1986b) indica que o cambão era realizado nas épocas de safra da cana e se constituía, durante essas épocas, como o trabalho não remunerado dos moradores na grande lavoura em alguns

assistência jurídica aos camponeses; a disponibilização de serviços de saúde; o combate ao analfabetismo; as reivindicações pela reforma agrária; a criação de sindicatos; a procura por apoio externo de grupos e movimentos sociais do município; os mutirões no campo e nos municípios, quando os camponeses se dirigiam à população urbana para realizarem trabalhos, buscando apoio para o movimento; as greves; as marchas; o uso de jornais; as ocupações¹⁵/os cercamentos à casa grande; as procissões/os velórios; a emissão de notas; e as tomadas de terra (Menezes; Moreira; Targino, 2011; Bastos, 1984; Souza, 1996; Van Ham *et al.*, 2006; Xavier, 2010; Genaro, 2021; A Liga, 1963).

Os STRs tiveram em seu repertório ações como: as reuniões; a fundação de sindicatos; as greves; as manifestações; as passeatas; a emissão de notas; os recursos jurídicos; o uso de jornais; as negociações com grandes proprietários, inclusive com a mediação do Estado; as ocupações de terra; a disponibilização de serviços de saúde; o combate ao analfabetismo; as reivindicações pela reforma agrária; a procura de apoios externos no campo e no município; e o que foi chamado de “greve-tartaruga”, que consistia em uma forma de ação coletiva publicamente defendida pelo sindicato, na qual os trabalhadores realizavam o trabalho de maneira morosa, como forma de protesto. Essas informações podem ser conferidas no jornal *A Liga*, que noticiava as mobilizações dos trabalhadores rurais e era publicado pelas Ligas Camponesas.

Neste momento, cabe uma breve revisão bibliográfica das pesquisas sobre as Ligas e os STRs. Primeiramente, mencionaremos as pesquisas sobre as Ligas, e, depois, complementaremos a discussão com as pesquisas mais direcionadas a outros STRs das décadas de 1950 e 1960, tendo como principal foco o uso de entrevistas nestes trabalhos. Os trabalhos realizados sobre as Ligas Camponesas

dias da semana. A quantidade de dias requeridos pelos grandes proprietários também variava conforme sua relação com os moradores.

¹⁵ O termo “ocupação” costuma ser usado para descrever ações que Sigaud, Rosa e Macedo (2008) entendem a partir da “forma acampamento”, e que costumam se realizar em grandes propriedades improdutivas, incluindo uma série de símbolos e demandas dirigidas ao Estado. O contexto em que as Ligas se mobilizaram é bastante distinto, principalmente pelo fato de que as mobilizações das décadas de 1950 e 1960 foram realizadas por trabalhadores que ainda residiam nas grandes propriedades, e não por trabalhadores rurais sem terra. Ações semelhantes às ocupações de terras improdutivas foram chamadas por Bastos (1984) de “tomadas de terra”, que eram realizadas pelas Ligas em engenhos abandonados ou terras devolutas. A autora usa o termo “ocupação” para remeter à ação em que os trabalhadores rurais e camponeses entravam nas grandes propriedades de engenhos e usinas que ainda funcionavam e tinham moradores em suas terras. Esta última ação foi chamada de cercamento à casa grande em Genaro (2021).

inicialmente direcionaram seu interesse para as disputas políticas das organizações que buscaram organizar os trabalhadores rurais, com destaque para as atuações do PCB e de Francisco Julião. As primeiras pesquisas sobre o movimento foram as de Aspásia Camargo (1973), que defendeu sua tese em 1973, trabalhando a organização das Ligas e dos sindicatos no contexto do Estado populista e da crise das oligarquias açucareiras; a de Fernando Antônio Azevedo (1982), que defendeu sua dissertação em 1980 e a publicou em livro em 1982; a de Bernadete Aued (1986), que defendeu sua dissertação em 1981, a qual foi publicada em livro em 1986; e a de Elide Rugai Bastos (1984), que defendeu sua dissertação em 1981 e a publicou em 1984.

A pesquisa de Bastos (1984) se destaca por ter realizado entrevistas com participantes do movimento e contrastá-las com as perspectivas das lideranças das Ligas. A autora demonstra uma série de símbolos nas narrativas dos moradores que lhe permitem observar um discurso que se contrapunha ao dos grandes proprietários, mesmo que de maneira ambígua. A pesquisadora Vanilda Paiva (1983) realiza duas entrevistas, uma em 1976 e outra em 1979, com um participante das Ligas, que resultaram em um artigo contendo vários detalhes das motivações e da participação desse trabalhador no movimento, como se percebe nos recortes de entrevista apresentados no referido texto da autora. Já Benevides (1985) utiliza uma entrevista feita com a liderança camponesa Ivan Figueiredo, que foi arquivada no CPDOC (Figueiredo, 1979), e também realiza uma entrevista com outra liderança camponesa, Antônio Dantas.

O foco da maior parte das pesquisas citadas acima sobre a organização das Ligas Camponesas deixa em segundo plano as narrativas dos moradores que participaram do movimento, o que acaba por não aprofundar o entendimento da relação entre a revolta dos moradores contra os latifundiários e a reciprocidade envolvida nas regras morais da *morada*. Nesses estudos da década de 1970 e início da década de 1980, a ausência de um maior aprofundamento nas entrevistas com participantes das Ligas decorre tanto do foco analítico dessas pesquisas nos direcionamentos das organizações políticas sobre o movimento quanto do silenciamento dos participantes das Ligas em decorrência do medo da repressão praticada em todo o período da ditadura militar no Brasil. Pesquisadoras que realizaram entrevistas posteriormente como Novaes (1997) e Rangel (2000) relatam

as dificuldades para conseguirem encontrar pessoas dispostas a compartilhar suas memórias, assim como sua desconfiança para concederem relatos sobre as Ligas. O fato de os pesquisadores conseguirem realizar entrevistas em um momento de menor repressão durante a ditadura – caso de Novaes (1997) e também de Bastos (1984) –, ou posteriormente à redemocratização – caso de Rangel (2000) –, esclarece como a conjuntura política influenciou a disposição dos agentes participantes das Ligas de falarem ou não sobre suas experiências de vida, sendo exceção a essa dinâmica as entrevistas feitas por Paiva (1983).

No início da década de 1980, Regina Novaes recolheu novos relatos, defendendo sua tese de doutorado em 1988, publicada em livro somente em 1997. Mas, em seu texto, a autora não apresenta as entrevistas completas, apenas trechos, o que impossibilita identificarmos a quais perguntas se referem as respostas apresentadas nos trechos recortados, assim como não permite que o leitor conheça o restante das falas e a própria trajetória de vida do entrevistado. As datas e os locais das entrevistas também estão, muitas vezes, ausentes. Novaes (1997) tem como foco em sua tese as experiências religiosas dos moradores na formação de uma identidade política camponesa. Essas experiências demonstram várias formas de contraposição aos grandes proprietários, seja no cotidiano da fazenda ou na mobilização política, e os recortes dos relatos trazem detalhes de algumas dessas ações.

Em 1983, Antônia M. Van Ham, também conhecida como Irmã Tonny, religiosa que participou de movimentos sociais rurais desde a década de 1970, entrevistou participantes das Ligas. Juntamente outras pessoas que também participaram de movimentos sociais rurais, Irmã Tonny efetuou novas conversas com participantes do movimento entre os anos 2001 e 2006, com a finalidade de organizar um livro em homenagem a João Pedro Teixeira, principal liderança camponesa da Paraíba, assassinado em 1962 como forma de reforçar a repressão às mobilizações por ele lideradas.¹⁶ A obra apresenta entrevistas temáticas completas que, em geral, são identificadas por datas, nomes dos entrevistados, local da entrevista e nome do entrevistador, que é, na maior parte das vezes, a própria

¹⁶ Após a morte de João Pedro Teixeira, sua esposa Elizabeth Teixeira assumiu a liderança da Liga de Sapé, tornando-se a principal liderança camponesa na Paraíba e, até hoje, uma porta-voz da memória do movimento. A trajetória de Elizabeth Teixeira pode ser observada em entrevista publicada por Bandeira, Miele e Godoy (1997), assim como na feita por Rocha (2009).

Irmã Tonny. As entrevistas se configuram como relatos bastante completos sobre formas de ação das Ligas, momentos de conflito com latifundiários e como eram as falas de João Pedro Teixeira e de outras lideranças. Também estão presentes no livro algumas narrativas sobre as motivações dos moradores para participarem das Ligas, as formas de repressão e o temor de certos moradores em relação às mobilizações promovidas. As entrevistas, por terem tido foco na figura de João Pedro Teixeira, acabam não revelando com tanta profundidade a trajetória de vida dos entrevistados e suas percepções quanto à mudança nas relações de obrigações mútuas entre grandes proprietários e moradores.

No final da década de 1980, Roberval Vêras de Oliveira (1989) também realizou entrevistas com participantes das Ligas. O autor traz a contribuição de observar as dinâmicas da *morada*, assim como os detalhes das ações coletivas. Os relatos foram usados por Maria do Socorro Rangel (2000), que realizou no ano de 1991 outras entrevistas de histórias de vida de participantes das Ligas, com trechos citados na dissertação da autora defendida em 2000. Rangel (2000) utiliza-se de nomes fictícios, não revela os locais onde foram colhidos os relatos, assim como não identifica onde os entrevistados viveram ao longo de sua trajetória, para protegê-los contra possíveis repressões. As datas também não são identificadas. Os trechos das entrevistas, assim como a descrição indireta feita pela autora, relatam as trajetórias dos moradores que foram prejudicados ou expulsos pelos grandes proprietários, perpassando formas de resistência às opressões praticadas pelos últimos, assim como descrevendo as motivações dos moradores para participarem das Ligas. A pesquisa da autora mobiliza as entrevistas para entender como as experiências dos moradores antecedentes à mobilização das Ligas influíram nas suas motivações para participarem do movimento. Rangel (2000) também distingue as experiências de agentes de diferentes posições sociais nesse processo.

As pesquisas de Novaes (1997) e Rangel (2000) possibilitam inferirmos como a quebra da reciprocidade entre grandes proprietários e moradores foi um elemento central para a mobilização das Ligas, algo que não foi possível de ser aprofundado nas pesquisas que tiveram maior foco na organização política do movimento. A perda de condição econômica e a organização de grupos políticos no campo foram fundamentais para que a mobilização fosse possível. Entretanto, cabe observar que

o sentimento de injustiça diante do rompimento das regras morais participou das motivações dos moradores para aderirem ao movimento.

Em 2006, foi realizado um seminário com participantes das Ligas Camponesas (Paraíba, 2006) na Assembleia Legislativa da Paraíba, contando com diversos relatos de participantes e parentes de participantes do movimento, contribuindo para a apresentação de novos detalhes sobre a participação dessas pessoas nas Ligas. O seminário foi organizado por Moacir Palmeira, Marilda Menezes, Ivan Targino, Emília Moreira, Genaro Ieno, Belarmino Mariano Neto, irmã Antônia M. Van Ham e Valdir Porfírio.

Em 2010, Xavier defendeu sua dissertação, que cita trechos de entrevistas temáticas feitas pelo autor, trazendo detalhes da mobilização. A produção também se destaca por atender-se para as ações educativas das Ligas, algo que foi deixado em segundo plano nas outras obras. O trabalho de Reginaldo José da Silva (2015) apresenta entrevistas inteiras em sua pesquisa, enquanto outras obras não as apresentam na íntegra, mas a partir de trechos, como Gadelha Pessoa (2015), Nobre (1990) e Dabat (2015).

As pesquisas sobre os STRs relacionadas ao período de nosso recorte também apresentam relatos de participantes do movimento sindical. A tese de doutorado de Maria do Socorro de Abreu e Lima (2003), por exemplo, conta com entrevistas de participantes de sindicatos e das Ligas Camponesas de Pernambuco. Wilkie (1964) não apresenta entrevistas, mas relatos do que presenciou em visitas aos STRs no final de 1963, de modo a explicitar algumas características das organizações que conheceu. A autora também realiza um dos levantamentos mais completos sobre a sindicalização rural em Pernambuco. Koury (2010) também apresenta trechos de entrevistas realizadas com participantes que integraram o movimento anteriormente a 1964. A respeito da mobilização sindical na Paraíba, damos destaque à pesquisa de Nobre (1990), que menciona trechos de falas de participantes do movimento.

Na dissertação de mestrado do autor desta tese, Genaro (2019) percebe a existência de continuidades entre algumas formas de resistência cotidiana e algumas ações coletivas das Ligas Camponesas. Foi o caso das reuniões escondidas entre os moradores, que se assemelhavam às reuniões feitas pelas

Ligas de maneira sigilosa para com os proprietários e os vigias, e o caso dos acordos cotidianos nos quais os trabalhadores negociavam com o grande proprietário para manterem, melhorarem ou evitarem maiores perdas – nos casos de expulsão ou de retirada de sítios, principalmente – nas suas condições de vida, práticas que se assemelhavam aos cercamentos à casa grande. A descontinuidade entre as resistências cotidianas e as ações coletivas de movimento social é evidente, tendo em vista que era uma condição para que os moradores conseguissem expressar coletiva e publicamente suas demandas. Mas, as observações de que havia semelhanças nos formatos dessas práticas e de que existiam elementos da moralidade tradicional da *morada* nas narrativas sobre a mobilização política permitem avaliarmos que a ressignificação de símbolos, das percepções e da moralidade por parte dos moradores foi um elemento-chave na mobilização das Ligas.

A referida pesquisa de Genaro (2019) também chegou à conclusão de que a ressignificação era realizada com mais intensidade por uma camada específica de moradores, no caso, os foreiros e os parceiros, que tinham condições de vida um pouco melhores do que as dos moradores de condição e as dos trabalhadores de pontas de rua. Nesse aspecto, Rangel (2000) destaca que os foreiros diferenciavam um tempo bom de um tempo ruim, entendendo o primeiro como sendo o período anterior ao processo de expulsão da terra decorrente da expansão da lavoura de cana sobre os roçados e os sítios – época na qual os foreiros tinham seus sítios, o que era muito valorizado pelos mesmos – e o segundo, como o período de intensificação da expulsão do campo, pós-1945. A separação de um tempo bom de um tempo ruim, para a autora, diferencia a narrativa dos foreiros das dos demais moradores.

Para melhor explicitarmos essa questão, apresentamos dois relatos de um participante das Ligas, Severino, que foi entrevistado por Rangel (2000) e era foreiro. No primeiro, ele narra o que chamamos de acordo cotidiano, por meio de uma conversa com o administrador do engenho em que pede permissão para que seus filhos voltassem a trabalhar no roçado, visto que estes tinham recebido a ordem de trabalhar apenas na lavoura de cana, o que prejudicava os cuidados na lavoura de alimentos da família deste foreiro:

- Quem lhe deu aquele roçado pra plantar?
- Foi um acordo que eu fiz com o dono – respondi.
- Então pronto. O acordo era com você, não era com seu filho. Você tem um roçado muito bom e tá reclamando do quê?
- Tô reclamando não senhor, Deus me livre. Nossa Senhora me defenda de uma hora dessa, mas sem o menino para ajudar vai apodrecer tudo nos pé. O feijão, o milho. A mandioca não, que pode esperar mais um pouco, mas o resto apodrece tudo. E isso é um pecado muito grande,
- Aí ele disse: – Eu preciso do menino no trabalho da cana e pronto, num quero mais discussão (Severino, entrevista concedida a Rangel, 2000, p. 275-276).

Observemos como fica essa narrativa a partir da sua análise¹⁷, para, então, discutirmos os valores e os posicionamentos elencados por Severino:

0A0 – Quem lhe deu aquele roçado pra plantar?

0B1 – Foi um acordo que eu fiz com o dono

1C0 – respondi

0D2 – Então pronto

1E1 O acordo era com você, não era com seu filho.

2F0 Você tem um roçado muito bom e tá reclamando do quê?

0G3 – Tô reclamando não senhor, Deus me livre.

1H0 Nossa Senhora me defenda de uma hora dessa, mas sem o menino para ajudar vai apodrecer tudo nos pé. O feijão, o milho.

0I1 A mandioca não, que pode esperar mais um pouco

1J0 mas o resto apodrece tudo.

2K0 E isso é um pecado muito grande,

0L1 Aí ele disse: – Eu preciso do menino no trabalho da cana e pronto,

1M0 num quero mais discussão

A demanda de Severino é dissimulada no discurso público, de modo que, ao ser questionado pelo administrador sobre estar reclamando de suas condições, nega a reclamação, colocando-a como algo absurdo de ser feito. Uma forma simbólica próxima ao discurso ideológico dos grandes proprietários, que veem a reclamação como uma desobediência e tentam negar a formação das demandas dos moradores. A fala do administrador, no discurso de Severino, apresentadas em E e F, associa

¹⁷ Seguindo os indicativos de Labov e Waletzky (1967), separamos a narrativa em cláusulas e observamos as possibilidades de movimentá-las (para cima e para baixo) pela narrativa, sem retirarmos a linha narrativa original, o que é indicado pelos números que vêm antes e depois das letras que correspondem a cada cláusula. A finalidade é a de melhor entendermos os momentos da narrativa – como as complicações e as resoluções – e suas partes avaliativas, isto é, as partes em que o narrador expressa diretamente valores e interpretações sobre os acontecimentos narrados.

uma primeira cláusula, que menciona um acordo entre o latifundiário e o morador que excluía o trabalho dos familiares do último, com uma outra cláusula, em que tenta deslegitimar a reclamação do trabalhador. A próxima parte da narrativa, G, é a própria concordância de Severino com essa falta de legitimidade.

Se o trabalhador, em um primeiro momento, deslegitima seu direito de reclamar, logo em seguida, expressa uma forma simbólica de seu discurso oculto em público: o pecado de não conseguir fazer a colheita antes do apodrecimento da plantação. E, se nesta fala há a indicação, em forma simbólica e apoiada na religião, de um pecado, existe também um pecador, que é o grande proprietário, na figura do administrador. A narrativa faz uma associação entre a ausência no trabalho familiar – não ter os “meninos” para trabalharem –, apresentada em H, e o apodrecimento da colheita, apresentado em H e J, para, então, encaixar uma cláusula avaliativa em K, em que associa esses dois fatores com um pecado. Dessa maneira, podemos sintetizar a associação como a “ausência de trabalho familiar-apodrecimento-pecado”. Assim, Severino vincula a atitude do administrador – e do grande proprietário por trás deste – a uma valorização negativa (pecado) relativa justamente à negação de sua demanda, ou seja, que seu filho continuasse ajudando no trabalho em seu sítio.

Se em G o narrador fortalece a associação “acordo feito com o grande proprietário-falta de legitimidade em reclamar”, fica nítido em H, J e K que ele não reconhece a relação entre “acordo-impedimento do trabalho familiar”. O que remete à moralidade da *morada*, na qual havia a expectativa de o foreiro conseguir produzir em seu sítio, o que, em geral, era atravessado pela possibilidade de utilizar-se do trabalho familiar. Severino expressa a demanda de ter seus filhos à disposição para trabalharem em sua terra, para conseguir voltar à condição de vida anterior, mas o faz negando que está demandando algo, ou seja, o faz de modo dissimulado – visando evitar represálias –, de maneira a demonstrar que a explicitação de valores e interesses contrapostos aos dos grandes proprietários se realizava na prática do acordo cotidiano.

O relato deste entrevistado prossegue com a indicação de que, depois desse acontecimento, ocorre o aumento do cambão e de seu “encabrestamento”, de maneira a ter cada vez menos tempo de trabalhar no sítio, o qual já tinha sido reduzido pela metade, então ele indica: Foi quando veio a lapada final. Ele pediu o resto do sítio para plantar cana. A terra era

muito boa, como eu lhe disse no começo pra senhora, e a ambição dele cresceu para cima do meu canto. Aí não teve outro jeito se não enfrentar aquela desgraça todinha. E começou a peleja, que dali eu não podia sair, não senhora, que eu tinha nascido e me criado naquelas terra, criado meus filho tudo e não podia sair, não senhora. Foi aí que um clarão alumiou o meu juízo e eu pensei, era tudo ou nada, era guerra mesmo. Fiquei ali até o fim. É isso que eu posso lhe dizer (Severino, entrevista concedida a Rangel, 2000, p. 277).

A análise narrativa¹⁸ da citação acima nos traz novos elementos:

0A2 Foi quando veio a lapada final. Ele pediu o resto do sítio para plantar cana.

1B9 A terra era muito boa, como eu lhe disse no começo pra senhora,

2C0 e a ambição dele cresceu para cima do meu canto.

0D5 Aí não teve outro jeito se não enfrentar aquela desgraça todinha.

1E4 E começou a peleja, que dali eu não podia sair, não senhora,

2F3 que eu tinha nascido e me criado naquelas terra,

3G2 criado meus filho tudo

4H1 e não podia sair, não senhora

5I0 Foi aí que um clarão alumiou o meu juízo e eu pensei, era tudo ou nada, era guerra mesmo.

0J0 Fiquei ali até o fim

0K0 É isso que eu posso lhe dizer

A narrativa de Severino traz a ideia de que as ambições do administrador e do grande proprietário foram as responsáveis pela perda de seu sítio, como fica nítido nas cláusulas “A terra era muito boa, como eu lhe disse no começo pra senhora,” e “e a ambição dele cresceu para cima do meu canto.”, que são avaliações a respeito do indicativo de que o grande proprietário havia pedido todo o sítio de volta. Assim, a figura de um “bom patrão” vai sendo substituída na narrativa pela de um proprietário ambicioso que “cresce para cima” do canto de seus moradores. Ação que é entendida como um ataque do grande proprietário ao acesso à terra por parte de morador, afetando seu sentimento de pertencimento àquele sítio, o que é perceptível nas falas E, F, G, H e I, nas quais Severino associa seu pertencimento àquele sítio, onde nasceu e foi criado, local das vivências suas e de seus filhos, para indicar a

¹⁸ A técnica utilizada teve influência de Labov e Waletzky (1967), mas também da proposta de Fritz Schutze, que dá uma dimensão mais sociológica à análise narrativa, como pode ser visto em Jovchelovich S. e Bauer M. W. (2002) e W. Weller (2009).

impossibilidade de sair de sua terra. Essa impossibilidade não se trata de um bloqueio material, mas de um impedimento moral devido à valorização que o trabalhador atribui ao vínculo estabelecido com aquele sítio em específico. A resolução da problematização – trazida na narrativa em I e J, mas já presente, de certo modo, em D – é de que só restava o enfrentamento “aquela desgraça todinha”, ou seja, enfrentar as ordens do grande proprietário.

A escolha da ação de enfrentar e o fato de ela ser elencada como o único caminho estão associados com as cláusulas explicativas anteriores, que vinculam nascimento e vivência na terra ao legítimo pertencimento à mesma e à impossibilidade de sair da terra. A associação do enfrentamento ao grande proprietário – algo pouco comum na *morada*, tendo em vista o descumprimento de regras já acordadas e as diversas repressões associadas a tal ação – com a valorização do pertencimento àquele sítio permite entendermos como Severino agenciou seus valores morais para realizar o enfrentamento. Ação motivada pelo objetivo de cumprir um dever moral – tendo em vista o valor do seu pertencimento¹⁹ e de sua família àquele lugar – que ocasiona uma ruptura tanto com a regra moral da *morada* de não desafiar o senhor das terras quanto com a sua própria posição de morador, que ficou completamente ameaçada – assim como sua integridade física ameaçada, tendo em vista as repressões feitas pelos latifundiários – com a atitude de enfrentamento tomada.

O resultado da decisão de Severino de não ceder o sítio o causou forte repressão pelo administrador, que destrói sua plantação sem nenhuma indenização. O trabalhador afirma: “(...). Aqueles cachão de banana, já quase madurinha, e eles cortava assim né, e ia amontoando num canto e depois metia a foice pra cima, que nem pra salvar as banana os desgraçado servia. Era a lei do cão dona. Só podia ser (...)” (Severino, entrevista concedida a Rangel, 2000, p. 277). Demonstra-se como a negação dos grandes proprietários de fazerem acordos cotidianos, a qual, neste

¹⁹ Estudos sobre a *morada* como os de Palmeira (2009), Afrânio Garcia Jr. (1989), Lygia Sigaud (1979; 1980), Beatriz Heredia (1979) e Christine Dabat (2007) permitem observarmos que nem todo morador tinha esse sentimento de pertencimento, visto que a *morada* permitia uma constante mudança de fazendas, a qual era vivida por diversos trabalhadores. Todavia, outra parte dos trabalhadores vivia esse pertencimento devido à longa vivência em uma mesma grande propriedade, conformando duas vivências distintas, por mais que não conformem posições sociais diferentes. O sentimento de pertencimento influi em como vai ser construída uma moralidade na *morada*, de modo que ainda cabe um aprofundamento empírico nessas diferenciações, o que não será feito neste trabalho.

contexto, envolvia a ruptura da reciprocidade das relações costumeiras da *morada* podia desdobrar-se em repressões mais fortes contra os moradores, que acabavam sendo expulsos sem nenhuma indenização. O caso de Severino é interessante, pois, no relato que concede a Rangel (2000), fica nítido que ele era um foreiro com um sítio muito grande e certa proximidade com o grande proprietário, tanto que dificilmente, em sua entrevista, fala algo sobre o latifundiário que não seja o associando à figura do “bom patrão”, relacionando, portanto, a perda de seu sítio ao administrador das terras.

Sua proximidade com o grande proprietário e o fato de ter tido um grande sítio demarcam que Severino dispunha de possibilidades constantes de negociar com o latifundiário e colocar suas demandas. Entretanto, esse recurso passou a se fechar no contexto da expansão da cana, quando o administrador cede cada vez menos nos acordos, até pedir literalmente todo o sítio. O relato de Severino, ao subsidiar nossa interpretação de que os agentes com melhores posições na *morada* eram os que tinham mais recursos na resistência cotidiana dos acordos, permite, ao associarmos essa interpretação à indicação²⁰ de que os foreiros foram os que mais se mobilizaram nas Ligas, construirmos o seguinte argumento: os foreiros foram os agentes que mais dispuseram de meios de resistência cotidiana e os que mais tiveram motivações para filiar-se às Ligas no momento de expansão da cana e perda de seus sítios.

A diferença entre as narrativas dos foreiros e as dos moradores de condição permite afirmarmos que essas categorias vivenciaram experiências sociais²¹ distintas. Em Genaro (2019), foi analisado que os foreiros, assim como os parceiros, constituíam camadas intermediárias, no sentido entendido por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), que define o termo como uma camada do campesinato brasileiro que conseguia melhores condições de vida em relação ao restante da massa camponesa, mas sem constituir uma classe média rural propriamente, ou seja, continuava sendo um grupo “de baixo” na estrutura social. Os pequenos

²⁰ Esse indicativo pode ser verificado nas diversas pesquisas realizadas na década de 1980 sobre as Ligas, dentre as quais se destacam a de Azevedo (1982) e a de Bastos (1984). A relação entre posição social e mobilização também é explicitada pelo fato de que as regiões que tiveram maior intensidade de atuação das Ligas eram as que tinham mais foreiros, passando a apresentar uma crescente expulsão de moradores devido à expansão da monocultura canavieira. Essa questão é evidenciada em Genaro (2019).

²¹ O termo “experiência social” tem influência de E. Thompson (1981).

proprietários e os posseiros também podem ser considerados como camadas intermediárias, desde que apresentassem condições de vida superiores às dos moradores de condição. Isso porque – e o mesmo pode ser válido para certos grupos de foreiros e de parceiros – o acesso à terra não necessariamente promovia uma melhor condição de vida, principalmente nos casos em que o trabalho familiar era insuficiente (o que, em geral, poderia ocorrer pela falta de pessoas aptas a trabalhar em uma família), a qualidade da terra era baixa, ou por conta de outros fatores que interferiam na produção como eventos meteorológicos ou doenças que afetavam as pessoas daquela família. Nessas circunstâncias, as condições de vida desses agentes poderiam ser até piores do que as de um morador de condição.

Como os relatos trabalhados em Genaro (2019) focam a constante participação de foreiros e parceiros das mobilizações pesquisadas, as duas categorias foram as mais analisadas nesta tese, de modo que quando falarmos em camadas intermediárias, estaremos, em geral – e frisaremos quando não for o caso –, nos referindo aos foreiros e aos parceiros. De todo modo, os pequenos proprietários e os posseiros poderiam, dadas as circunstâncias apresentadas, ser categorizados como camadas intermediárias, e só não focamos mais detalhadamente nessas duas posições sociais devido ao recorte de nossa pesquisa. Dessa forma, a motivação desta tese de focar as camadas intermediárias pode ser explicada a partir de alguns pontos. O conceito de camada intermediária remete aos estudos de Queiroz (1973). A autora destaca como os grupos abrangidos pelo termo foram negligenciados nas pesquisas sobre a estrutura agrária brasileira, o que gerou a interpretação de que esta seria composta apenas pela polarização entre os grupos dominantes (os grandes proprietários) e as camadas mais baixas (as pessoas escravizadas e, posteriormente, os trabalhadores rurais em condições mais precárias).

O estudo das camadas intermediárias permite analisarmos dinâmicas específicas, não apenas por entendermos as características específicas dos grupos que as compõem, mas também por, ao observarmos essas características, conseguirmos entender dinâmicas sociais antes não estudadas, como se percebe na observação de Queiroz (1973) de que as camadas intermediárias eram um grupo com condição mais autônoma em relação aos demais trabalhadores rurais, de modo a conformarem um horizonte de expectativas compartilhado com as camadas mais

baixas, que idealizavam a autonomia do trabalho familiar, . Na interpretação da autora, essa dinâmica fazia com que as camadas intermediárias contribuíssem para amenizarem os conflitos entre trabalhadores rurais e grandes proprietários, evitando que revoltas acontecessem. Maria Sylvia do Carvalho Franco (1997) converge com Queiroz no que tange aos limites da revolta desses grupos, mas, por mais que aponte a possibilidade da revolta, indica que a mesma era limitada por ser individual ou messiânica. Já Eric Wolf (1984) vai na contramão de Queiroz (1973) e Franco (1997), indicando um papel revolucionário ao que ele chama de campesinato médio, (que se enquadra no que entendemos como camada intermediária). O autor discute que a maior mobilidade social desse grupo foi usada para a revolta contra a dominação em contextos de crise das organizações tradicionais, tendo o campesinato médio realizado a projeção de uma nova ordem social que se baseia, curiosamente, na idealização de um passado tradicional.

As pesquisas sociológicas e antropológicas, a partir da influência de Durkheim e de Marx, focam, em diversos momentos, ou nos elementos mais básicos de uma dinâmica social ou nos mais complexos. Por exemplo, ao pesquisar a formação das sociedades, Durkheim (1987) visa observar na horda os elementos fundamentais para entender todas as sociedades mais complexas. Marx, por sua vez, afirma que “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco” (Marx, p. 120, 1978), pretendendo indicar, com isso, como a sociedade mais complexa (a capitalista) continha os elementos explicativos das sociedades anteriores. A pesquisa das camadas intermediárias tenta observar as dinâmicas a partir de grupos que não são nem os mais modernos nem os mais “simples” ou “primitivos”, (como poderiam ser enquadrados em um enfoque durkheimiano).

Fora isso, é curioso que as camadas intermediárias pareçam desempenhar um papel fundamental na mudança social justamente em contextos de transição, isto é, momentos históricos de intensa mudança social que está a ocorrer em figurações que não são nem as mais modernas nem as mais simples, como observamos no estudo de Wolf (1984), que foca as revoluções em sociedades que apresentavam esse caráter médio²² (entre a sociedade mais “simples” e a sociedade moderna) como o México, a Rússia (em sua transição para o socialismo) e a China (também

²² O autor tem sua trajetória marcada pelo estudo de contextos com essa característica, como se percebe em seu foco em estudar o México (Wolf, 1974).

em seu momento revolucionário). O estudo das camadas intermediárias pode, portanto, trazer à tona novas características de certas dinâmicas sociais. Por fim, a análise desses grupos, ao permitir a observação de novas características tanto da camada estudada quanto da figuração em que esta se encontra, possibilita futuras pesquisas comparativas em contextos rurais ou urbanos.

Sintetizando esses apontamentos, podemos afirmar que a pesquisa das camadas intermediárias gera as seguintes contribuições: 1) observar dados empíricos de grupos não tão estudados; 2) reinterpretar dinâmicas sociais que são afetadas pelas dinâmicas das camadas intermediárias, como a formação de um horizonte de expectativas entre os trabalhadores e o sentido político que este pode tomar em diferentes contextos; 3) permitir futuras pesquisas comparativas tanto com camadas intermediárias rurais quanto com grupos urbanos que ocupem uma posição intermediária, o que é interessante, no caso dos estudos sobre formas de revolta, para entendermos as tendências políticas desses grupos em contextos distintos; e 4) as pesquisas sociológicas focadas nos elementos mais básicos/simples/primordiais das dinâmicas sociais ou nos elementos mais modernos podem ser complementadas com o estudo de figurações medianas que expressam momentos de intensa mudança social, e, por isso mesmo, permitem a observação de características específicas da mudança social. Nesta tese, o papel da moralidade para a revolta é evidente, quando as camadas intermediárias se destacaram na mobilização de símbolos morais no contexto das Ligas e dos STRs. O entendimento da relação entre moralidade e revolta pode, portanto, ser aprofundado mediante o estudo das camadas intermediárias.

A afirmação de Queiroz (1973) sobre as camadas intermediárias amortecerem e evitarem os conflitos políticos que poderiam emergir devido às altas desigualdades no campo converge com os estudos de Palmeira (2009) e Garcia Jr (1989), os quais indicam que os foreiros eram um grupo que internalizava as regras da *morada* de maneira mais intensa que os demais moradores, o que, em nossa interpretação, indica que os foreiros compartilhavam valores morais mais próximos aos dos grandes proprietários. Estes, por sua vez, costumavam ceder sítios aos moradores que demonstravam ter internalizado mais as regras da *morada*, mostrando “serviço”. Isso fez com que os moradores de condição que se tornaram

foreiros, ao receberem o sítio como um “prêmio”, estivessem ideologicamente mais próximos aos valores dos latifundiários.

No entanto, a tendência de os foreiros apresentarem valores próximos aos dos latifundiários foi contrariada no período de mobilização das Ligas e dos STRs, visto que a expulsão da terra e a ruptura das obrigações mútuas das relações da *morada* por parte dos grandes proprietários geraram grande revolta nas camadas intermediárias. No período, ocorreu uma experiência social através da qual os valores da *morada* foram ressignificados pela camada intermediária, promovendo narrativas contrárias ao latifundiário e em prol do acesso à terra, o qual ocorreria através da mobilização no formato de movimento social. A narrativa da mobilização política contrária ao latifúndio também foi apresentada pelos moradores de condição, mas a intensidade da revolta presente nas narrativas dos foreiros chama mais atenção, assim como o fato de estes agentes terem sido próximos dos valores morais dos latifundiários em momento anterior à mobilização. A partir da observação desses fatores, concluiu-se em Genaro (2019) que as camadas que mais internalizaram as regras da *morada* foram as que mais se revoltaram no período de expulsão do campo decorrente da ampliação das lavouras de cana.

Passadas as noções introdutórias e contextuais desta tese, bem como a apresentação de alguns dos nossos principais aportes teóricos, podemos apresentar nosso objeto e problemas sociológicos. Cumpre afirmar que optamos por manter o objeto, os problemas, os objetivos e as hipóteses originais da pesquisa por motivos éticos, e como forma de esclarecermos o percurso da pesquisa. O objeto da presente pesquisa de doutorado é a experiência social dos diversos agentes da economia canavieira de Pernambuco e da Paraíba que se mobilizaram em Ligas Camponesas e em STRs. As questões de pesquisa gerais são: 1) Qual a relação entre a experiência social de cada posição social e as pautas²³ e os repertórios acionados pelas organizações a que se vincularam?; e 2) Qual a relação entre moralidade, crise de formas de organização tradicionais, modernização, camadas intermediárias e revolta? A pesquisa visa, portanto, analisar as diferenças da experiência social das camadas intermediárias em relação à experiência social das demais posições sociais, principalmente os moradores de condição e os

²³ Como será observado ao longo do texto, não nos focamos tanto nas pautas, mas, sim, nos repertórios, o que decorre da centralidade que eles adquiriram ao longo da pesquisa, assim como do fato de já termos debatido essas pautas, principalmente das Ligas, em Genaro (2019).

trabalhadores rurais assalariados, para, com isso, entender a relação entre moralidade e revolta, focando a relação entre a resignificação dos valores da *morada* e a mobilização em associações e sindicatos no período.

Os objetivos específicos da tese são: 1) Observar a relação entre a mobilização política e a expansão da produção canavieira; 2) Entender a relação entre os debates em torno da questão agrária nos governos federais e estaduais de Pernambuco e da Paraíba, no período de nosso recorte, e as ações coletivas realizadas por cada organização que mobilizava os trabalhadores rurais; 3) Analisar a espacialização das Ligas e dos STRs vinculados à Igreja e ao PCB, de maneira a evidenciar quais regiões foram mais mobilizadas por cada organização, permitindo um entendimento mais aprofundado sobre a polarização política; 4) Avaliar as características das ações coletivas realizadas pelos STRs e pelas Ligas, observando a presença, ou não, de dinâmicas das revoltas tradicionais e das modernas; 5) Espacializar as ações coletivas realizadas pelos trabalhadores rurais, de maneira a perceber em quais municípios elas ocorreram e que organização as articularam; 6) distinguir os trabalhadores rurais em posições sociais, produzindo dados com a quantidade e a porcentagem de cada uma dessas posições por município, com o fito de comparar esses dados com os das ações coletivas, correlacionando as tendências de cada tipo de ação coletiva com a maior ou a menor presença de cada categoria e de cada organização que articulava os trabalhadores rurais; 7) Levantar dados referentes à produção de cana e de algodão, e ao trabalho industrial e do terceiro setor por município, com o fito de comparar essas estatísticas com as das posições sociais e das ações coletivas; 8) Comparar as narrativas dos moradores, observando a forma como acionam valores morais e atentando-se para as diferenciações das narrativas das camadas intermediárias para com as demais camadas; 9) Analisar o sentido político dos valores morais dos trabalhadores rurais, investigando como esses valores foram acionados em meio à mobilização política; e 10) Correlacionar nossos dados sobre as camadas intermediárias com pesquisas sobre esses grupos de trabalhadores rurais situados em outros contextos, de maneira a permitir observarmos algumas tendências políticas das camadas intermediárias.

O Capítulo 1 realiza uma revisão bibliográfica sobre as mobilizações, discutindo os contextos políticos federal e estadual no tocante à questão agrária, e

focando, principalmente, o governo João Goulart e as diferenças entre os governos estaduais de Miguel Arraes (em Pernambuco) e Pedro Gondim (na Paraíba). No capítulo, também discorreremos a respeito da expansão das lavouras canavieiras sobre as terras de plantação alimentar dos moradores e da polarização entre as organizações que articulavam os trabalhadores rurais. Produzimos quadros e mapas em torno da espacialização da mobilização. A esse respeito, destacamos que, ao fazermos uma revisão bibliográfica abrangente sobre este tema da mobilização, conseguimos montar quadros e mapas mais completos (em termos dos números e das localidades dos STRs e das Ligas mobilizadas) que os das pesquisas anteriores, como Wilkie (1964) e Genaro (2019).

O objetivo da revisão e da síntese propostas no Capítulo 1 é realizar uma primeira contextualização sobre os eventos a serem pesquisados no decorrer da tese. O levantamento dos dados da pesquisa permite a posterior observação dessa contextualização e o aprofundamento das análises sobre o contexto histórico em questão, em torno da prevalência de tipos de ação coletiva diferentes na Paraíba e em Pernambuco (as greves tiveram maior peso no segundo estado do que no primeiro, como se observará no Capítulo 3), relacionados, entre outros motivos, aos governos estaduais dos estados. Além das pesquisas feitas sobre as mobilizações, nos utilizamos de obras produzidas pelas lideranças dos movimentos e de biografias dessas mesmas lideranças, como Julião (1962), Clodomir Moraes (1965), Assis Lemos de Souza (1996), Bandeira, Miele e Godoy (1997) e Rocha (2009).

O Capítulo 2 se dedica a entender ações coletivas realizadas no período estudado como os cercamentos à casa grande, que já haviam sido destacados em Genaro (2019) com o nome de “negociações coletivas”. Os cercamentos à casa grande chamaram nossa atenção pelo fato de apresentarem características históricas muito específicas, notadamente o fato de terem em sua formação, simultaneamente, características do que Tilly (1993) chama de velho e de novo repertório (ou formas tradicionais e modernas de revolta). Essas ações foram denominadas “ações coletivas híbridas” em Genaro (2021). O Capítulo 2 se centra, portanto, na elaboração dessa categoria com o fito de mobilizá-la para a análise das ações coletivas das Ligas e dos STRs estudados.

O Capítulo 3 realiza um levantamento de ações coletivas realizadas pelos STRs e pelas Ligas, através do jornal *A Liga*, veículo ligado às Ligas Camponesas,

com o objetivo de diferenciar o repertório das Ligas e dos STRs ligados ao PCB e à Igreja. A escolha do jornal *A Liga*²⁴ decorreu da observação de que os relatos sobre ações híbridas – a exemplo dos apresentados em Van Ham *et al.* (2006) – como os cercamentos à casa grande relacionavam estas às Ligas, de modo que era mais provável que uma gama maior desses eventos fosse registrada no jornal da organização. A pesquisa em um número maior de jornais seria interessante, entretanto, os limites de tempo e de fôlego da pesquisa não permitiram tal atividade. O recorte temporal do levantamento foi o ano de 1963, e esta escolha se deveu, principalmente, por conta do próprio material disponível na Biblioteca Digital²⁵ durante os anos 2016 e 2017. Neste acervo, encontramos 57 números do jornal, publicados semanalmente, sendo 12 de 1962 (de outubro a dezembro) e o restante de 1963, (não apresentando edições de 1964)²⁶.

Optamos por focar no ano de 1963 devido, principalmente, ao tempo da pesquisa, tendo em vista que a análise de mais 12 números de *A Liga* demandaria um tempo que nos era escasso. O fato de o nosso foco no ano de 1963 estar ligado à disponibilidade do material não diminui a relevância empírica do recorte nesse ano, pois a sindicalização rural apresentou uma forte intensificação em 1962, e o ano de 1963 registrou muitas ações coletivas, principalmente relacionadas às greves em Pernambuco. A análise de um período em que a expansão de sindicatos já estava ocorrendo permite espacializarmos com mais precisão as tendências das ações coletivas, de maneira que analisar dados de 1963 foi relevante para a comparação das ações entre movimentos e regiões. O levantamento das ações foi realizado observando-se o título das matérias de um por um, de modo que estas foram lidas na íntegra quando seu título apresentava algum indicativo de que a

²⁴ Os jornais eram lidos em voz alta, provavelmente por lideranças locais, para que os moradores soubessem dos acontecimentos e ouvissem as ideias de lideranças como Julião. Detalhes sobre a prática podem ser observados em Novaes (1997), que indica que Elizabeth Teixeira fazia leituras em voz alta de boletins e jornais no período anterior à sua participação nas Ligas como liderança de Sapé. Julião (1962) também indica que diversos de seus escritos foram lidos aos camponeses.

²⁵ O jornal *A Liga* não se encontra mais no referido banco de dados.

²⁶ A bibliografia sobre as Ligas deixa diversas lacunas em relação ao jornal *A Liga*. Clodomir Morais (1965) indica que o mesmo foi publicado por um grupo político interno das Ligas que teria sido afastado no final de 1962. Alves (2015), por sua vez, discute, a partir da narrativa de Pedro Porfírio, que chegou a ser editor do jornal por um curto período de tempo, que em outubro de 1962 teria ocorrido o afastamento de pessoas envolvidas no jornal, mas, provavelmente por vontade própria das mesmas, e não por uma imposição de lideranças do movimento, como aponta Clodomir Morais. As afirmações são curiosas, pois o jornal, por nós acessado na Biblioteca Digital, apresenta seu primeiro número em outubro de 1962, o que gera um estranhamento devido às afirmações de que o jornal já circulava antes dessa data.

reportagem traria informações sobre uma ação coletiva. Esta maneira exaustiva de trabalho foi possível, tanto porque boa parte do jornal se dedicava a textos de opinião política, diversos deles do próprio Julião, quanto por não haver um número tão extenso de jornais a serem observados. A adoção desse procedimento decorreu, também, do fato de que a qualidade da digitalização do material era baixa, o que nos impediu de conseguir procurar palavras-chave no mesmo.

A utilização de um único jornal, o qual era vinculado a um movimento específico, evidentemente, apresenta limitações, tendo em vista que as Ligas disputavam a organização dos trabalhadores rurais com outros grupos, principalmente o PCB e a Igreja, de modo que as interpretações do jornal tendem a favorecer a perspectiva de sua entidade. Entretanto, essa limitação foi relativamente contrabalançada por dois fatores: a) o levantamento buscou o evento da ação coletiva, de maneira que a interpretação sobre sua relevância política não foi relevante para a construção de nosso acervo de ações; e b) temos clareza de que, mesmo sem levarmos em conta as interpretações políticas, o jornal tenderia a favorecer a apresentação e o destaque de ações das Ligas Camponesas, entretanto, para nossa surpresa, *A Liga* noticiou amplamente as ações feitas pelos sindicatos ligados ao PCB – o que não ocorreu com as ações dos STRs ligados à Igreja, o que pode estar ligada tanto à menor mobilização desses STRs quanto ao maior afastamento político das Ligas em relação às organizações comandadas pela Igreja -, sendo que, inclusive, estas são a maioria dos eventos registrados, ultrapassando o número de ações feitas pelo próprio movimento que organizava o jornal. Uma gama tão elevada de ações de outros movimentos sendo noticiadas pelo veículo das Ligas pode ser explicada pelo fato de que, naquele contexto de grandes limitações políticas na mobilização dos trabalhadores rurais, havia o interesse comum às organizações na ampliação das lutas no campo. Por isso, noticiá-las era importante, mesmo que se tratasse de uma ação organizada por outro grupo, e mesmo que, futuramente, houvesse o interesse independente de comandar os rumos da mobilização.

Simultaneamente ao levantamento das ações coletivas, foi feito um levantamento estatístico através do Censo Agrícola (IBGE, 1960a; 1960b), ressaltando os municípios envolvidos nas ações e as porcentagens de cada categoria (moradores de condição, pontas de rua, foreiros, meeiros, posseiros e

pequenos proprietários) que compunha a *morada* ou tinha sua trajetória de vida ligada à lógica da mesma (caso de pequenos proprietários, posseiros e pontas de rua), com o objetivo de comparar as mobilizações, os movimentos que organizavam-nas e as porcentagens das categorias participantes. Dados econômicos como a produção de cana e a presença de trabalhadores industriais e do terceiro setor também foram levados em conta, para observarmos qual a relação entre áreas com maior produção, áreas em que havia maior presença de categorias urbanas e áreas de maior mobilização. O levantamento permitiu demonstrarmos que existe uma correlação entre a presença de camadas intermediárias e as ações coletivas híbridas. Da mesma forma, foi possível, atestarmos que existe uma conexão entre a moralidade dos agentes e a mobilização de certas ações, o que permite pensarmos a relação entre camadas intermediárias e certas formas de ação.

O Capítulo 4 sintetiza as narrativas dos moradores presentes nas pesquisas de Sigaud (1979;1980), Garcia Jr. (1989), Bastos (1984), Novaes (1997), Rangel (2000) e Genaro (2019). O objetivo do capítulo é, além de descrever os valores morais específicos dos moradores, observar o sentido político que eles tomaram na *morada* e no momento da mobilização política. Dessa maneira, elaboramos um quadro em que esses símbolos são caracterizados como ideológicos, contraideológicos, utópicos e enquadramentos do movimento social. A análise desempenhada nesse capítulo permitiu discutirmos as relações entre os valores articulados na *morada* e na mobilização, assim como entendermos a especificidade das camadas intermediárias na ressignificação desses valores.

O Capítulo 5 teoriza a participação específica das camadas intermediárias no processo de mobilização política a partir das obras de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), Maria Sylvia do Carvalho Franco (1997) e Eric Wolf (1984). As duas primeiras autoras compreendem as camadas intermediárias como extremamente limitadas em termos de possibilidades de revolta, sendo que a contribuição das pesquisadoras está no esclarecimento desses entraves e na observação de diversas características das camadas intermediárias no Brasil. O terceiro autor, Eric Wolf, observa que essas camadas, chamadas por ele de campesinato médio, foram fundamentais em diversos processos revolucionários, de maneira que formula uma série de caracterizações a respeito das tendências de mobilização por parte desses grupos.

Ao compararmos as teorias dos três autores com os nossos dados empíricos, conseguimos sintetizar algumas características da mobilização das camadas intermediárias. Estas faziam parte das camadas dominadas, mas com uma situação social um pouco acima da dos demais moradores, isto é, eram “fracos”, mas “não tão fracos”, termos com que fazemos uma referência indireta a *Weapons of the Weak* (As armas dos fracos), obra de James Scott (1985).²⁷ Ao final do último capítulo, concluímos que as camadas intermediárias, a partir de uma maior mobilidade social e de uma possibilidade maior de mobilizar e ressignificar símbolos tradicionais, em relação aos demais grupos dominados da *morada*, realizaram uma agência moral ao ressignificarem os valores tradicionais, de maneira a influenciarem, pela experiência cotidiana e pela própria dinâmica da mobilização, os demais trabalhadores rurais.

A maior mobilidade social das camadas intermediárias é entendida nesta tese a partir de uma perspectiva multidimensional, ou seja, não remetemos apenas à maior autonomia econômica - melhores condições de vida e maior controle sobre o trabalho familiar realizado na terra -, mas também as possibilidades de circulação nas feiras e nas cidades, ao contato com agentes em outras posições sociais e a um horizonte de expectativas amplificado, justamente por esta circulação e contato com outras cosmovisões. Os trabalhadores pertencentes às camadas intermediárias, por vezes, também chegaram a ocupar posições sociais fora das grandes propriedades, como no caso de, em sua trajetória, terem ocupado empregos urbanos, o que também contribuiu com uma maior interação com outras formas de trabalho e entendimento do mundo.

O marco teórico metodológico usado para a análise das narrativas estudadas em Genaro (2019) se baseou na hermenêutica (J. B. Thompson, 2010) e na história oral (Albertini, 1998; Queiroz, 1988; P. Thompson, 1992; Pollak, 1989). Também aplicamos essas perspectivas nesta tese para relacionarmos nosso esforço de contextualização da mobilização política estudada (a revisão bibliográfica do contexto e a análise estatística das ações coletivas) com as interpretações das

²⁷ Cabe ressaltar que não estamos indicando que os trabalhadores rurais eram fracos em um sentido pejorativo, mas em um sentido relacional e mais imediato das dinâmicas de poder. Evidentemente, em termos de poder potencial, os grupos dominados são mais poderosos do que os dominantes, pois as possibilidades de grandes transformações estruturais estão ligadas aos primeiros. A diferença entre um poder potencial e um poder imediato marca a distinção entre quem seria fraco e quem seria forte.

narrativas dos moradores. A análise interna das narrativas não esteve presente neste trabalho devido às limitações de tempo e da pesquisa, de maneira que nos dedicamos a sintetizar dados já trabalhados, principalmente em Genaro (2019) e Rangel (2000), das narrativas, com o fito de compararmos as informações obtidas com os dados de nossa análise das ações coletivas. Por mais que não tenhamos desenvolvido uma análise interna, a interpretação das narrativas foi possível tanto por já termos feito uma análise das mesmas em Genaro (2019) quanto por nosso esforço de reinterpretar as análises das entrevistas de moradores que constam nos trabalhos de Rangel (2000), Novaes (1997), Bastos (1984) e Sigaud (1980; 1979). Após esta análise, foi possível fazermos uma recontextualização, aprofundando o entendimento de como a moralidade destes agentes se relaciona com a mobilização.

As hipóteses adotadas no começo da pesquisa foram: 1) Em estruturas econômicas subdesenvolvidas nas quais uma forma de organização social tradicional está em crise, é possível que a revolta mobilizada pelos grupos que se sentem injustiçados seja alimentada tanto por formas tradicionais de revolta quanto por formas de ação de um movimento social, também apresentando formas de ação híbridas. As condições para que se apresentem tais características variam conforme dois fatores: a) as possibilidades de acesso à forma de movimento social por parte dos grupos tradicionais que se revoltam; e b) a existência de camadas dependentes de grupos dominantes – principalmente senhores de terra – vinculados a formas autoritárias de relação de trabalho e política; 2) Em contextos de crise de uma forma de organização tradicional, em meio a um processo de modernização (política, mas também de acesso a relações fora do círculo da organização tradicional), as camadas intermediárias desempenhariam um papel importante, ou até central, na revolta tanto por carregarem de modo mais enraizado a moralidade da organização social que foi rompida quanto por constituírem posições sociais menos dependentes de grupos dominantes – principalmente senhores de terra –, conseguindo estabelecer relações com outros grupos, inclusive com agentes não vinculados à organização tradicional a que pertencem.

Como se perceberá ao longo da tese, a primeira hipótese foi parcialmente confirmada, pois, no caso estudado, existiu tanto uma forma de dominação personalizada quanto o acesso dos moradores a interações com agentes externos à

grande propriedade, e ambos os elementos foram importantes para estabelecerem formas de revolta específicas historicamente, isto é, formas que misturam características de revoltas tradicionais e formas de protesto típicas de movimentos sociais urbanos dentro de contextos democráticos. A questão de saber se tais formas aparecem mais ou menos em contextos subdesenvolvidos não pôde ser testada, pois necessitaria de uma comparação mais aprofundada entre países, o que foge ao material e ao fôlego que tivemos para fazer a pesquisa. Quanto à segunda hipótese, o que se observou foi que, em lugar de pensar se as camadas intermediárias tomaram ou não um papel central nas revoltas, faz mais sentido perguntar qual o papel que ocuparam. A esse respeito, observamos que a ressignificação simbólica dos valores tradicionais é algo mais constante entre esses grupos, o que permite afirmarmos que, no contexto estudado, as camadas intermediárias tenderam a realizar uma agência moral que propiciou uma ressignificação simbólica e impulsionou formas específicas de revolta. Já a questão de saber em qual tipo de contexto histórico as camadas intermediárias tenderiam a ocupar esse papel só poderá ser respondida com futuras pesquisas comparativas.

O final desta introdução é dedicado a explicitar o percurso da pesquisa. Inicialmente, tínhamos o objetivo de fazer entrevistas com participantes das Ligas Camponesas e dos STRs, entretanto, tal interesse foi frustrado tanto no mestrado quanto no percurso do doutorado. Os trabalhadores rurais que participaram dessas mobilizações sofreram uma extrema repressão antes e depois do golpe militar de 1964, de modo que o medo de concederem entrevistas é marcante e faz com que eles evitem contato com pesquisadores, organizações e movimentos sociais interessados em registrar suas histórias de vida. O tempo biológico foi outro fator que impediu a realização de entrevistas, tendo em vista que pessoas que tinham 20-30 anos em 1960, teriam, em 2020, 80-90 anos, de modo que muitos dos participantes das organizações já faleceram. Esses agentes dificilmente concederam entrevistas, e, como já explicitado, nas pesquisas mais atuais, os pesquisadores/entrevistadores que conseguiram registrar esses relatos residiam por vezes no mesmo município que os entrevistados ou possuíam familiares que pertenciam às localidades onde esses agentes moravam. Isso revela a necessidade de uma ideia de proximidade/familiaridade para que o relato fosse concedido ou, até mesmo, para que o contato da pessoa fosse encontrado. Outro fator a ser destacado

é como movimentos sociais e organizações atuais buscam “preservar” esses agentes de possíveis contatos que lhes sejam agressivas, de modo que dificilmente compartilham com pesquisadores contatos e endereços que possam ter guardados.

As pesquisas anteriores à década de 2000 também demonstraram dificuldades de encontrar relatos, e, quando os conseguem, foi por meio de lideranças ou sindicatos rurais. O tempo cronológico novamente é uma explicação para esse fator, visto que as lideranças dos movimentos e dos STRs provavelmente conheciam participantes das mobilizações das décadas de 1950-1960, o que vai se modificando com o tempo. A alternativa encontrada, em face das dificuldades de acharmos pessoas para entrevistar, foi a de utilizar entrevistas já feitas por outros pesquisadores, de modo que quase todos os autores listados nesta pesquisa que já haviam realizados entrevistas com esses agentes foram procurados. A partir disso, nos deparamos com outra frustração: pesquisadores que não nos responderam, outros que haviam perdido as entrevistas ou que não as encontraram em suas residências ou nas de seus parentes, assim como pesquisadores que se recusaram a compartilhar as entrevistas por motivos éticos, pois haviam prometido aos entrevistados só usá-las para suas próprias pesquisas. Esses diversos relatos são comuns à área da pesquisa, e muitos pesquisadores, ao lerem tais palavras, podem pensar: “também sou desorganizado e perdi tais documentos”, “não pensei no que faria com meu material de pesquisa depois, e não sei se devo divulgá-lo”, entretanto, este pensamento se detém apenas no plano individual.

Não estou²⁸ aqui julgando quem perdeu documentos ou não preservou os dados de pesquisa da melhor maneira possível, mas, sim, problematizando como a dinâmica social da pesquisa não incentiva um uso futuro dos dados para desenvolver outros exercícios científicos. A questão que nos cabe é coletiva: por que não se elaboram fundos coletivos de entrevistas e dados em geral? A resposta que encontrei, nesse sentido, foi a de que existe uma grande dificuldade de entendermos a importância da memória coletiva tanto por parte da população em geral, que obviamente não tem contato com tais discussões, quanto por parte de organizações, movimentos sociais e até pesquisadores da própria memória coletiva. A questão está no fato de que existe grande limitação nos esforços coletivos para que a

²⁸ Nesse espaço final, como é nítido, estou expondo uma série de opiniões políticas a respeito da organização acadêmica. Dessa maneira, permiti-me utilizar da primeira pessoa para expressar como as palavras usadas a partir desse ponto partem de interpretações completamente minhas.

memória, observada em diversas pesquisas, seja acessível a outras pesquisas. O avanço científico nas ciências sociais depende de dados empíricos, ou seja, das observações sobre os contextos históricos, de modo que a criação de fundos coletivos de dados e entrevistas é de extrema relevância para pesquisas futuras.

Dessa maneira, é fundamental que os departamentos das humanidades e os programas de graduação e de pós-graduação exijam de seus pesquisadores o arquivamento de seus dados de pesquisa. Essa proposta, evidentemente, tem de levar em consideração questões éticas, entretanto, os pesquisadores de nossa área estão mais do que preparados para lidarem com tais questões, tendo em vista que dados que possam afetar a vida de algum entrevistado ou de alguma comunidade mencionada em pesquisa podem ser modificados, de modo que as pessoas entrevistadas não sejam localizadas. Em caso extremo, o dado poderia não ser registrado no fundo coletivo. A disponibilização desses dados constitui outro embate, tendo em vista que alguns deles poderiam ser abertos a todo o público, e outros, restritos a pesquisadores. Sua digitalização é outro elemento relevante, tendo em vista a facilidade técnica de sua disponibilização e sua preservação, o que não implica a ausência de cuidado para que esses dados não sejam roubados pelos meios virtuais.

As ciências sociais – e não me restrinjo às três áreas do curso neste termo – são fundamentais para a possibilidade das mudanças sociais a partir da racionalização das dinâmicas de poder. Desse modo, a democratização das relações de poder no mundo depende da elaboração científica dessas áreas, tratando-se de processos simultâneos. A melhor preservação e utilização da memória coletiva é parte fundamental desse processo, por mais que, aos olhos de políticos, militantes e até de pesquisadores, a pesquisa possa parecer deslocada da prática. Mesmo a pesquisa mais abstrata, teórica, e aparentemente deslocada da realidade prática, contém contribuições para as possibilidades de pensar outras realidades e, portanto, transformar a atual. Relatar a importância da memória coletiva não significa o fanatismo a uma memória inerte em um museu, pois, afinal, um museu pode ser muito mais revolucionário do que muitos pensam.

Os jornais foram outra fonte de pesquisa bastante utilizada e importante em nossa pesquisa, sendo que, ao final, pelas questões já indicadas, utilizamos apenas o jornal *A Liga*, que era vinculado às Ligas Camponesas. A problemática do acesso

aos jornais também merece destaque. Jornais que antigamente eram de grande circulação por vezes restringem o contato com suas publicações antigas, colocando uma série de regras para seu acesso. Cabe a questão: o jornal que circulou publicamente é de propriedade da empresa que o produziu? Não entraremos em uma discussão legal, mas cabe a reflexão de que, ao fazerem parte da memória coletiva, aquelas informações não deveriam mais ser de direito daquela empresa, mas de acesso público. O material que produz um jornal é a própria memória coletiva, que pertence à sociedade. Uma transformação legal neste sentido parece distante, mas esforços para a publicização desses materiais são relevantes, e, novamente, reiteramos a importância de sua digitalização. A partir de uma digitalização bem feita, é possível que os pesquisadores façam uso de palavras-chave para localizarem o material (dado ou fonte) de que necessitam, o que aumenta muito significativamente a velocidade da pesquisa, permitindo, inclusive, pesquisas muito mais amplas.

Outro fator que dificultou, para não dizer que impediu, as possibilidades de realizar entrevistas foi a gestão federal de Jair Bolsonaro, e a lista antes da pandemia do COVID-19 pois a primeira foi mais importante que a segunda. O fato de as democracias – incluindo a orgulhosa democracia estadunidense que, em que pese o autoritarismo para com todo o resto da humanidade, se orgulhava tanto de sua estabilidade democrática interna –, em pleno século XXI, observarem a ascensão de fascistas em seus governos reflete um contexto extremamente complexo em que as formas de solidariedade de classe se enfraqueceram perante poderes globais e internos extremamente autoritários. A pesquisa sofreu com tais fatores em diversas facetas. A primeira delas remete ao sentido de ser um sociólogo, afinal, o mesmo tem o poder de possibilitar democratizações a partir da racionalização das relações de poder, e o fascismo faz o contrário, desracionalizando a dinâmica de poder e impedindo qualquer distribuição de poder. Qual o sentido de um sociólogo existir perante tal cenário? Resistir e continuar procurando mudanças são boas respostas, mas viver esse processo com consciência política tortura o indivíduo. A dificuldade de realizar entrevistas nesse contexto político se acentuou, tendo em vista que o medo dos participantes de mobilizações das décadas de 1950 e 1960 se relaciona fortemente à ditadura, o que evidentemente pode ter se intensificado perante um governo que defendeu o regime

autoritário. O Brasil não se tornou um regime fascista, entretanto, a constante tentativa para tal gerou muitos impactos sobre o país. Afinal, trata-se de uma dinâmica da mudança social a partir da qual demoramos muitos anos para conseguir elementos de democratização de poder e riqueza, mas se precisa de pouquíssimo tempo para retrocedermos em todos esses avanços: JK nunca conseguiria fazer o Brasil avançar 50 anos em 5, mas o mais estúpido fascista que poderia nascer quase conseguiria o oposto. A política negacionista do período 2019-2022 teve como um de seus efeitos a diminuição de bolsas de estudo e a ameaça de que bolsas de estudantes já bolsistas fossem retiradas. Cabe registrar que no meu primeiro ano de doutorado (2019) era tido como certo por diversos professores do PPGCS que as bolsas do CNPq iriam ser cortadas, o que impactaria de maneira extrema minha vida financeira. A ameaça não se efetivou, entretanto, o risco de, repentinamente, não ter mais a bolsa, foi constante durante o doutorado. Essa incerteza contribuiu fortemente para a diminuição do meu ritmo de pesquisa.

A respeito da pandemia, é inevitável lembrarmos a problematização de Norbert Elias sobre como a humanidade passou a pensar racionalmente sobre fatores da natureza, mas ainda expressa imensas dificuldades de fazer o mesmo com as dinâmicas sociais. Afinal, seria totalmente possível evitar todas as mortes por COVID-19 no território brasileiro se os aeroportos, os portos e as fronteiras fossem fechados. Não existe político atualmente que conseguiria realizar tal feito, por mais que isso fosse tecnicamente fácil de ser realizar para um Estado moderno. Entretanto, o que se apresentou na realidade brasileira foi uma gestão caótica, de modo que o medo da morte de familiares, assim como o medo da própria morte, foi impactante para a vida em geral e, evidentemente, para a pesquisa também. As medidas acadêmicas a respeito da estabilidade do bolsista perante a situação da pandemia foram ridículas. As bolsas, em geral, não foram prorrogadas, e, quando o foram, isso ocorreu no início da pandemia, ignorando o fato de que quem planejava fazer campo entre 2020 e 2022 simplesmente não teve condição de fazê-lo. Portanto, mesmo depois da mudança presidencial em 2023, que fez o país retornar, parcialmente, a ares mais democráticos, a situação do pesquisador de pós-graduação na pandemia foi ignorada. Nesse sentido, a prorrogação de bolsas era uma medida necessária para as pesquisas que atravessaram, em qualquer período, esse momento histórico.

No período de finalização desta tese – a partir de fevereiro de 2023, ou seja, no prazo de prorrogação de entrega da mesma – trabalhei em regime de 40 horas semanais em um colégio integral. Devido ao formato da escola integral e ao processo de seleção simplificado do Paraná, não foi possível que eu aceitasse uma quantidade menor de horas. Da mesma forma, seria inviável financeiramente que eu recusasse o cargo devido ao fato de que isto faria com que fosse colocado em último na lista de chamada para as vagas. Nas 40 horas semanais de trabalho, dei apenas 3 aulas de sociologia por semana, e as demais de conteúdos diversificados, que o modelo de escola integral no Paraná inventou, o que não remete a nenhuma forma de criatividade ou de inovação para o ensino, o que resultou em muitas aulas para alunos de sétima e de oitava série. Essa dinâmica cansativa de aulas também contribuiu para um baixo rendimento ao final da tese. Assim, listo diversos fatores que influenciaram o andar desta pesquisa, fora fatores familiares e pessoais que optei por não mencionar.

O impacto sobre a pesquisa remeteu à dificuldade para realizar entrevistas, assim como uma diminuição do ritmo de estudo, que fez com que o recorte da tese fosse cada vez mais restrito, tendo em vista que inicialmente se buscava comparar as associações e os sindicatos de Pernambuco e da Paraíba aos de São Paulo e do Paraná, com o fito de realizar uma comparação de contextos distintos. Isso foi modificado para um recorte apenas nos dois primeiros estados, tendo em vista o limite de tempo e de fôlego que a primeira proposta de pesquisa requeria, em meio a um contexto de dificuldades para o trabalho acadêmico.

O menor rendimento do estudo também impactou o desdobramento da análise empírica, tendo em vista que o foco central da mesma era as entrevistas dos participantes de associações e STRs. A demora para conseguirmos realizar os levantamentos das ações coletivas realizadas no período estudado fez com que a pesquisa se focasse nessas ações, sendo finalizada com uma comparação entre os dados sobre as mesmas e uma síntese de pesquisas já realizadas sobre narrativas de participantes dos movimentos sociais. Dessa maneira, o foco empírico inicial da pesquisa, que eram as narrativas, foi deixado em segundo plano, o que trouxe limitações às conclusões aqui observadas, mas não as desqualifica. E isso devido ao levantamento empírico das ações coletivas e à possibilidade de acessarmos dados relevantes sobre as narrativas dos participantes da mobilização, a partir de

pesquisas já realizadas, inclusive a minha (Genaro, 2019). Assim, pretendo, futuramente, concluir a análise mais aprofundada das entrevistas, de modo a elaborar com maior profundidade as questões aqui analisadas.

CAPÍTULO 1 – A QUESTÃO AGRÁRIA, A EXPANSÃO DA LAVOURA CANAVIEIRA EM PERNAMBUCO E NA PARAÍBA E A POLARIZAÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES QUE ARTICULAVAM ASSOCIAÇÕES E SINDICATOS RURAIS NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

A intensificação da mobilização de trabalhadores rurais nas décadas de 1950 e 1960 fez com que os governantes, seja na esfera federal ou na estadual, sentissem a necessidade de responder às demandas ligadas ao campo. As maneiras como estes tentaram atender ou ignoraram as pautas levantadas pelas associações e pelos STRs rurais variaram ao longo do tempo e conforme o contexto local. Os modos como o Estado realizou aberturas ou procedeu com o encerramento de possibilidades de ação política afetaram as formas como as organizações de trabalhadores rurais agiram, de modo a se observar variações temporais e espaciais na atuação destes grupos.

Este capítulo contextualiza a mobilização de Ligas Camponesas e STRs na Paraíba e em Pernambuco nas décadas de 1950 e 1960. Inicialmente, realizamos uma exposição dos principais aspectos do debate em torno da questão agrária e da expansão canavieira em Pernambuco e na Paraíba. Nesse tocante, as principais referências utilizadas foram Camargo (1983), Andrade (1986a), Alves (2015) e Cittadino (2014). Na sequência, debatemos a polarização política entre três organizações: as Ligas Camponesas, a Igreja Católica e o PCB. Ao final, elaboramos quadros e mapas localizando as associações e os STRs mobilizados por estes grupos.

Esta primeira parte da tese traz contribuições direcionadas ao campo de pesquisa que se debruça sobre a mobilização rural no período estudado, ao montar mapas e tabelas dos STRs e das associações organizadas de modo mais completo em relação às pesquisas anteriores, como a de Wilkie (1964) e a de Genaro (2019). Dessa forma, permite uma visualização geográfica deste processo a partir dos mapas. As especificidades dos contextos políticos paraibano e pernambucano foram significativas para a mobilização, como se percebe na maior presença, e na ausência, de uma ou de outra organização em cada estado. No caso das Ligas paraibanas, o fato de contarem com a participação do PCB em sua própria organização não gerou uma polarização de organizações tão explícita, como ocorreu

em Pernambuco. Neste estado, o início da mobilização das Ligas, na década de 1950, contou com a participação do PCB, o que se modificou a partir da polarização política das duas organizações, quando, já na década de 1960, o PCB passou a organizar STRs separadamente das Ligas.

O capítulo inicial desta tese, portanto, visa apresentar os primeiros aspectos contextuais do período estudado, assim como oferecer uma perspectiva a respeito da espacialização da organização de associações e STRs. Vale salientar que tal material serviu de base para a análise das ações coletivas realizadas por estas organizações, apresentada no Capítulo 3.

1.1 Tensionamentos no debate acerca da questão agrária nos Governos Federais (1945-1964)

1.1.1 Contexto pós-revolução de 1930

Aspásia Camargo (1983) indica que as oligarquias rurais permaneceram inseridas nos centros de poder durante a industrialização pós-1930, visto que sua influência econômica e política permitiu que se incluíssem neste processo sem uma contradição a curto prazo, de modo que a hegemonia agrária só entraria em cheque em um longo prazo. O monopólio da terra e o controle da população rural também seguiram garantidos aos grandes proprietários, e o seu poder político se manteve através do voto – o que foi abalado apenas de forma parcial e momentânea no Estado Novo (1937-1945), pela centralização ditatorial –, diminuindo os efeitos do alargamento da participação popular no pós-1945. A força das oligarquias rurais no Congresso e a tendência do Executivo de buscar ampliar alianças e reagir às pressões das massas fizeram com que, através do último, de Vargas (1954) a João Goulart (1963), se canalizassem as demandas contrárias ao latifúndio e a necessidade de reformas na estrutura agrária.

Wanderley (1985) afirma que, mesmo com a ascensão da fração industrial da classe capitalista frente à dominação econômica e à hegemonia política no pós-1930, isto não significou o declínio ou a falência das grandes propriedades, visto que o poder político dos grandes proprietários permitiu a manutenção do latifúndio e de

sua exploração tradicional mediante políticas de proteção à crise econômica. A nível nacional, a força de trabalho adotada pela grande propriedade correspondia a um trabalho familiar exercido em seu interior, pelo morador, colono, arrendatário ou parceiro, categorias que transferiam o sobre trabalho ao grande proprietário ao assumirem o custo e o risco de sua própria reprodução. Wanderley destaca ainda que, mesmo a propriedade da terra sendo a base material da grande propriedade, existe uma mobilidade social ascendente dos grandes proprietários para com as classes que investem em outros tipos de capital, que faz com que a classe proprietária não dependa só da terra, a ponto de poder utilizá-la apenas para fins especulativos.

Os grandes proprietários se apropriam da renda da terra e, devido à mobilidade social, também conseguem se apoderar do lucro agrícola, havendo uma distinção pouco clara entre as duas formas de apropriação, uma vez que esse processo ocorreu simultaneamente à transferência, para fora do setor agrícola, de parte do lucro, o que constituiu a base da acumulação de capital para a industrialização brasileira, em uma aliança que beneficiou os grandes proprietários, os capitalistas industriais e o capital estrangeiro. Vale salientar que essa transferência para fora do setor agrícola não acarretou ônus à grande propriedade, pois o investimento estatal assegurou sua reprodução, o que significou a transferência desse ônus à classe trabalhadora (Wanderley, 1985).

1.1.2 Contexto pós-1945

Com o fim do Estado Novo, observa-se um novo contexto político econômico. Celso Furtado indica que a industrialização no período posterior à Segunda Guerra Mundial utilizou-se da inflação e do subsídio ao setor agrícola como modo de socializar as perdas e de permitir um acúmulo de capital no setor industrial, através do processo de substituição de importações (Furtado, 1964). Ainda a respeito desse período de industrialização, Francisco de Oliveira (2008) indica que o capital industrial do Centro-Sul estabeleceu outro padrão de acumulação, que passou a ser preponderante sobre o capital agroexportador. A hegemonia política dos capitalistas industriais da região em questão modificou o caráter da intervenção do Estado na economia, de modo a privilegiar a acumulação industrial.

Essa mudança histórica acarretou a perda da hegemonia econômica e política dos grandes proprietários da economia cafeeira, assim como gerou uma contradição na divisão do trabalho entre as regiões do país. Os grandes proprietários do Nordeste também foram atingidos por esse processo, destacadamente os produtores de algodão e de cana dos estados Pernambuco e Paraíba. Oliveira (2008) indica que a relação capital-trabalho do Centro-Sul passou a se impor como um padrão a nível nacional, de modo a pressionar a divisão do trabalho no Nordeste, a qual se realizava tanto com o trabalho proletário quanto com o trabalho de camponeses (os quais o autor considera como sendo semiproletários ou até mesmo semi-camponeses). Essa pressão se realizou com mais força sobre a economia canavieira, tanto devido à competição com a crescente economia da cana em São Paulo quanto pelo fato de a economia algodoeira favorecer a exploração não assalariada²⁹.

Manuel Correia de Andrade (1986a) afirma que o contexto pós-1945 também contou com a valorização internacional do preço da cana, de modo a gerar um processo de expansão da economia canavieira sobre as áreas exploradas pelas unidades familiares, tanto dentro quanto fora dos engenhos e das usinas, assim como gerou a intensificação da exploração dos trabalhadores rurais. Processo que foi identificado, por autores como Azevedo (1982), Bastos (1984) e Wanderley (1985), como proletarização. Entretanto, cabe observar que essa dinâmica não se reduz à ampliação do capitalismo para a área rural brasileira, visto que, simultaneamente, se mantiveram relações que não se assemelhavam à transformação da força de trabalho em capital variável, o que é perceptível na manutenção da *morada*, inclusive nas regiões canavieiras do Nordeste brasileiro, em décadas posteriores ao processo em questão.³⁰

O fim do Estado Novo permitiu um cenário de abertura política. Isto pode ser observado quando o PCB volta à legalidade e consegue cadeiras no Congresso. Todavia, os limites desse processo ficam evidentes quando o governo Dutra faz o partido voltar à ilegalidade em 1947. A respeito da reforma agrária, Dutra propõe que

²⁹ Oliveira (2008) também indica que a hegemonia política na Paraíba e em Pernambuco, nesse contexto, pertencia aos grandes proprietários da economia algodoeira.

³⁰ Durante a modernização conservadora, esse processo fez com que o trabalho familiar de certos agentes, como os moradores expulsos ou que perderam os sítios, desaparecesse. Entretanto, esse desaparecimento não foi absoluto, de modo que arrendatários e parceiros continuaram enquanto força de trabalho não proletarizada (Wanderley, 1985).

fosse realizada a partir da indenização em dinheiro aos grandes proprietários e do loteamento privado. Mesmo sendo uma proposta extremamente limitada, ela foi severamente rejeitada pelos grandes proprietários, que defendiam que qualquer reforma agrária se limitasse às terras públicas (Camargo, 1983, p. 143-144).

1.1.3 Governo Vargas pós-1945

Getúlio Vargas venceu as eleições de 1950 e assumiu novamente a presidência em 1951, defendendo uma reforma agrária através da desapropriação por interesse social – assim, tentou, sem sucesso, contornar o pagamento da desapropriação em dinheiro e promover uma lei de arrendamento compulsório a terras improdutivas –, mas indicando que os proprietários que possuísem terras não produtivas poderiam recorrer ao Estado para obter financiamentos. Vargas também passou a defender a extensão dos direitos trabalhistas ao campo. Jango, no Ministério do Trabalho, defendia a sindicalização rural, mas, por diversas pressões, inclusive da CRB (Confederação Rural Brasileira), foi demitido do Ministério (Camargo, 1983, p. 147). Ainda segundo Aspásia Camargo (1983), o governo Vargas tentou manter seu cunho nacionalista e criar grandes empresas estatais, mas, em meio às pressões de um Congresso conservador, de uma direita com cada vez mais aceitação pública, dos militares, e de interesses estrangeiros exacerbados com a Guerra Fria, não conseguiu promover a abertura de um debate sobre a questão agrária.

1.1.4 Governo Juscelino Kubitschek (JK)

A segunda metade da década de 1950 foi marcada pela diminuição do poder político dos latifundiários devido à expansão da participação urbana nas eleições e à mobilização de trabalhadores rurais. Esse enfraquecimento permitiu novos posicionamentos do governo federal em torno da estrutura agrária. O governo JK (1956-1961) tentou limitar os efeitos disruptivos da industrialização sobre o poder oligárquico, buscando diminuir os debates reformistas apresentados por Vargas anteriormente, de modo que o pacto agrário (aliança das oligarquias rurais com poder estatal) entrou em cheque apenas no governo Jânio Quadros e no governo

João Goulart (Jango) devido à ampliação da participação popular (Camargo, 1983, p. 128). A mobilização de associações e sindicatos de trabalhadores rurais foi fundamental para tensionar a influência política dos grandes proprietários, entretanto, cabe observar, conforme Rangel (2000), que a pauta da reforma agrária sofreu uma série de bloqueios no Congresso, o que dificultou sua discussão e votação.

Aspásia Camargo (1983) afirma que o PSD assumiu um tom de conciliação nas eleições de 1955, o que é demonstrado por JK ser seu candidato, conseguindo, contra a resistência de vários membros do partido, que Jango fosse seu vice. Durante a campanha, JK afirmava que garantiria a propriedade privada, forneceria crédito agrícola e realizaria taxaço sobre latifúndio improdutivo, buscando acalmar a discussão em torno da questão agrária. Em seu governo, focou seus esforços no Programa de Metas (industrialização, siderurgia e transportes), defendendo que este era necessário para uma reforma agrária de êxito.³¹ JK chegou a encaminhar diversos anteprojetos sobre a redistribuição de terras próximas aos centros de consumo e sobre o arrendamento compulsório, visando evitar a proletarização rural e garantir acesso à propriedade aos trabalhadores rurais. Mas, as dificuldades políticas da campanha e do governo o fizeram recuar, deixando de debater propostas em torno da estrutura agrária, em troca da neutralidade dos ruralistas em torno do Programa de Metas.³² As iniciativas no campo foram, ainda segundo Camargo, mais indiretas, através da Operação Nordeste e da SUDENE, que se estabelece através do Executivo, tendo forte apoio dos governadores do Nordeste, com destaque para os udenistas Cid Sampaio e Juraci Magalhães, em 1959.³³

Camargo (1983) indica que a SUDENE foi uma medida mais indireta, justificando sua argumentação com a discussão de que a formação da Superintendência teria desviado a atenção destinada ao debate em torno do

³¹ Aspásia Camargo (1983) chama atenção para o fato de que a maior parte dos discursos políticos favoráveis à reforma agrária a entendiam como um passo necessário para a industrialização, ao passo que JK inverteu essa lógica em seu discurso, defendendo que, primeiramente, se fizesse um processo de industrialização, para que, depois, se realizassem mudanças na estrutura agrária.

³² O próprio presidente da Comissão de Economia da Câmara, Daniel Faraco, do PSD, afirmou que nenhuma reforma agrária passaria enquanto ele fosse presidente da comissão (Camargo, 1983).

³³ A respeito da participação de políticos e governadores do Nordeste em discussões a respeito da questão agrária, cabe o destaque de Camargo (1983) a respeito de sua atuação na Conferência de Salvação do Nordeste, em 1955 – na qual políticos mais progressistas também estiveram presentes, como Arraes, Julião e Clodomir –, e na Conferência dos Bispos do Nordeste, de 1956, em Campina Grande, da qual o próprio JK participa e se compromete com as pautas.

Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), portanto, da disparidade de classes para a disparidade regional. Cabe destacar que a afirmação acima da autora nos parece exagerada, tendo em vista que o projeto da SUDENE, como observado por Furtado (1985; 1989), tinha uma perspectiva modernizadora das relações trabalhistas. Portanto, visava promover a industrialização e a inserção das leis trabalhistas no campo, o que não era excludente para com a política de desenvolvimento regional. O que de fato se observa é um forte constrangimento político devido ao fato de o Congresso Nacional ser conservador, de modo que a promoção de direitos trabalhistas no campo foi constantemente bloqueada, até sua aprovação em 1963. Em que pese a consideração de Camargo (1983) a respeito de a SUDENE deslocar o foco político das questões trabalhistas, a autora considera que, no plano ideológico, ela contribuiu para tornar a população mais sensível à mobilização camponesa, de modo a contribuir para a geração de uma nova mentalidade que discutia desenvolvimento e cidadania em torno das reformas de base, consolidando o amplo consenso das áreas reformistas.³⁴

Em 1954, Vargas discursou sobre a necessidade de ampliar direitos trabalhistas no campo. Já em 1956, ocorreu a IV Conferência Rural Brasileira, da CRB, na qual os ruralistas debateram as leis trabalhistas, tendo oposição dos grupos de São Paulo que eram contrários à estabilidade trabalhista no campo, por mais que defendessem a realização de medidas de ajuda. O líder do PTB no Congresso, Fernando Ferrari, tomou as decisões ali colocadas e apresentou a proposta de um Código do Trabalhador Rural. Mesmo com longas tentativas de debater o texto, ele foi rejeitado em junho de 1957, e tal tipo de iniciativa só foi retomada em 1963, com o ETR.

Durante esse período, o *Correio da Manhã* se posicionou sobre o tema da legislação trabalhista rural como sendo um derivado da necessária reforma agrária, enquanto *O Estado de São Paulo*, a Sociedade Rural Brasileira e a Confederação Rural Brasileira viam o debate como uma demagogia que evitava olhar para o problema da produtividade do campo. Para o PTB, o tema da legislação rural era

³⁴ A respeito da elaboração desses consensos, Camargo (1983) a exemplifica com as reportagens de Callado, que elogiavam simultaneamente a SUDENE e as Ligas Camponesas. Esse elogio simultâneo chama atenção, pois, se a leitura historiográfica hoje nos permite entender como ambas as organizações tensionavam a estrutura agrária vigente, o mesmo não era tão evidente para os agentes políticos daquele período, como podemos observar através das críticas de setores do PCB e das Ligas à SUDENE, que a compreendiam como estando vinculada a interesses estadunidenses.

uma forma de expandir seu eleitorado rural, enquanto o PSD, fortemente apoiado nesse eleitorado, incomodava-se com o avanço do PTB na área, tendo em vista que JK estava dando espaço para o PTB em ministérios.³⁵ Entretanto, durante o governo JK, o PSD e o PR (situacionistas/governo) se alinharam com a UDN (oposição) para barrarem leis trabalhistas no campo, quando o próprio PTB tinha fissuras internas que o impediam de defender mais fortemente a pauta (Camargo, 1983, p. 157-158).

Em 1956, houve debates na Câmara dos Deputados sobre o ETR. Após adiamentos devido a atritos dentro do PSD, que queria manter o PTB como aliado, mas que também não queria afrontar sua área ruralista e os próprios latifundiários, a votação ocorreu em junho de 1957, sendo derrotada por 106 votos contra 62 votos. Nesse contexto, o próprio PTB já não apresentava tanto apoio à ideia, visto sua bancada ser a que menos compareceu à votação, com apenas 54% de presença. Isto porque, por mais que Ferrari defendesse fortemente o projeto, outros setores, como o de Goulart, defendiam a manutenção da conciliação com PSD, em vista do controle sindical de que estava dispoendo na vice-presidência. O PSD, por sua vez, sustentou formalmente o projeto para não perder o apoio do PTB, mas, em vista de sua ala ruralista e de sua aliança com o PR, não ofereceu um auxílio sólido em torno da questão, apoiando a oposição da UDN ao projeto e esperando uma derrota futura do projeto no Senado (Camargo, 1983, p. 159-160).

1.1.5 Governo Jânio Quadros

A respeito do contexto político da década de 1960, Camargo (1983) afirma que a participação popular passou a ser um foco dos grupos políticos mais progressistas, o que se percebeu por meio das demandas feitas ao Estado, como a extensão do direito ao voto ao analfabeto e a organização sindical. Essas demandas romperam com a perspectiva dos grupos reformistas da década de 1930, que dissociavam a democracia social da política, ao pensarem a segunda como sendo contaminada pela herança oligárquica, de maneira a focarem a intervenção estatal centralizada como uma solução. Segundo a autora acima, essa mudança de

³⁵ Não nos aprofundaremos nas disputas entre o PTB, partido mais à esquerda, e os dois partidos conservadores de maior expressão na época, o PSD e a UDN, tendo em vista nosso foco na questão agrária e na mobilização dos trabalhadores rurais. A respeito da política institucional, ver as obras de Maria Victoria de Mesquita Benevides (1981) e de Maria do Carmo Campello (1976).

perspectiva dos grupos políticos foi fortemente influenciada pela crescente mobilização de trabalhadores rurais.

Em 1961, Jânio Quadros assumiu como presidente da República, tendo João Goulart como vice – Goulart havia sido da chapa do adversário de Quadros, o Marechal Teixeira Lott –, renunciando meses depois de ser empossado. A respeito da brevidade do governo Jânio Quadros, Aspásia Camargo (1983) indica que as pesquisas³⁶ costumam associá-la à contradição estabelecida entre uma política interna conservadora (filiação com a UDN e com os militares, assim como sua política de estabilização monetária e o moralismo administrativo) e uma política externa progressista. Todavia, para a autora, o grande impasse desse governo foram as modificações no plano social que Quadros pretendia estabelecer, visto que é em seu governo, e não no de Jango, que se inicia a implementação frustrada de reformas. O governo Jânio, ao buscar um caminho mais independente em relação aos EUA, rompia com uma tradição consolidada entre os países, levando os EUA a terem maiores preocupações em demonstrar intenções de ajuda para com o Brasil.

Jânio Quadros se elegeu prometendo a extensão da legislação trabalhista ao campo – durante o seu governo, apoiou a proposta de Fernando Ferrari, do PTB, sobre o ETR – e uma lei agrária que facilitasse o acesso à terra, defendendo, inclusive, quando já eleito, a desapropriação por interesse social.³⁷ Quadros ainda discutia o controle sobre o investimento estrangeiro em terras, assim como sobre a remessa de rendimentos dos proprietários de terra, a fim de que estivessem alinhados aos interesses do desenvolvimento brasileiro.³⁸ A respeito das terras improdutivas, defendia tanto a tributação quanto, conforme ocorresse progressão das punições, o confisco para os que fossem efetivamente trabalhar a terra. Mas, a eficácia das intenções de Quadros foi baixa, e a comissão montada para debater o tema (composta pelo vice-presidente da CRB e por D. Helder Câmara) demorou a

³⁶ A principal referência da autora é a pesquisa de Hélio Jaguaribe (1961).

³⁷ Jânio Quadros, durante sua campanha em 1960, realizou uma aproximação com Cuba, viajando ao país junto a membros das Ligas Camponesas, inclusive Julião, que chegou a ter uma aproximação com o candidato, mas que não se converteu em aliança política, visto o apoio de Julião e das Ligas a Lott nas eleições (Camargo, 1983).

³⁸ Essa pauta de controle de remessas é curiosa, pois, na história política brasileira, raramente se tentou controlar a evasão de capital dos grandes proprietários. A mudança da destinação dessa renda normalmente ocorria devido a fatores macroeconômicos, e não exatamente devido a uma política econômica de controle sobre as grandes riquezas.

concluir os trabalhos, só o fazendo em 1962, já no governo parlamentarista Goulart-Tancredo (Camargo, 1983).³⁹

No Congresso, Jânio Quadros manteve apoio à tentativa de José Joffily (que era da ala-moça do PSD e da Frente Parlamentar Nacionalista), da Paraíba, de integrar diferentes projetos de reforma agrária. A proposta de Joffily sobre a desapropriação de terras defendia que esta fosse realizada sobre o valor declarado para imposto, o que reduziria consideravelmente os valores pagos pelo Estado. A proposta teve resistência interna no PSD, que apresentou outra, reavaliada por Joffily, defendendo uma reforma agrária por etapas, começando pelo fim do latifúndio. A proposta do PSD foi apresentada para debate na Câmara dos Deputados em 29 de julho de 1961, já com o apoio de líderes do PSD e de Jânio. Nesse contexto, Joffily dissera: “façamos hoje um pouco de Reforma Agrária para que amanhã outros não façam a Revolução Agrária” (Correio da Manhã, 29 jul. 1961, *apud* Camargo, 1983, p. 177).

As reações dos grupos conservadores não tardaram. Como indica Camargo (1983), os ruralistas da CRB se organizaram contra a proposta e um grupo conservador na Câmara se formou, defendendo que a reforma agrária se limitasse às terras devolutas.⁴⁰ O próprio PTB começou a mostrar sinais de um possível distanciamento com o PSD, e, portanto, com a proposta de reforma agrária de Joffily. No dia 23 de agosto de 1961, a proposta foi rejeitada pela bancada do PSD, e no dia 25 de agosto do mesmo ano Jânio Quadros renunciou, o que, segundo Aspásia Camargo, tem conexão com as mudanças por ele propostas tanto com a reforma agrária quanto com medidas como o crédito ao pequeno produtor, uma lei de remessa de lucros e uma lei antitruste. A autora, por mais que ressalte o fator das pautas sociais elencadas por Quadros, reconhece como sendo um dos aspectos da fragilidade política do governo a base social heterogênea de seu eleitorado, que

³⁹ O fato de essa comissão ser composta por grupos conservadores já evidenciava os bloqueios que as propostas de reforma agrária e de legislação trabalhista teriam, mesmo se fossem mais moderadas do que as apresentadas.

⁴⁰ Outro grupo conservador que interagiu nesse momento foi o IBAD, que enviou uma proposta de reforma agrária, reconhecendo sua importância, mas apenas indicando como solução para a questão a criação de cooperativas, uma política de colonização, a democratização de créditos e a alfabetização, não defendendo a mudança de legislação trabalhista. Posteriormente, a Aliança para o Progresso encamparia essas propostas. Um elemento curioso da proposta do IBAD é que, no que se trata de casos de desapropriação, propõe o uso de títulos de mercado de capitais e de empresas estatais, visando privatizá-las, o que, diferentemente das propostas de indenização por títulos apresentadas por outros grupos políticos, tenderia à concentração de renda (Camargo, 1983).

abrangia tanto grupos de esquerda, por sua política externa, quanto de direita, por seu moralismo.⁴¹

1.1.6 Governo Jango

A renúncia de Jânio Quadros foi seguida por uma turbulenta sucessão por parte do vice-presidente na época, João Goulart. Jango tomou posse em setembro de 1961, mas sob um regime parlamentarista, devido à manobra feita pelos grupos conservadores no Congresso em vista de buscar diminuir os poderes presidenciais. Após fortes tensões, o regime presidencialista voltou em janeiro de 1963.⁴² Camargo (1983) indica que o governo Goulart oscilou entre o centro e a esquerda diversas vezes, tendo em vista os projetos que visavam mudanças sociais no país, as reformas de base, e as tensões das alianças políticas por meio das quais o governo operava. Os posicionamentos do governo sobre a reforma agrária acompanharam essa oscilação, acenando alianças à esquerda e à direita, de modo que Goulart ocupou, muitas vezes, uma posição mais conciliadora. O presidente também tentou firmar vínculos com os movimentos sociais do campo, como se observa na tentativa de aproximação com as Ligas durante o Congresso de Belo Horizonte em 1961, o que gerou fortes reações de grupos à direita, com destaque para a CRB, que entendia a questão agrária como estando ligada à questão da produtividade do campo e não às leis trabalhistas e à distribuição de terras.

O debate em torno da reforma agrária gerou forte polarização, de modo que grupos conservadores também mostraram sinais de abertura para negociação – por mais que a disposição para negociar não tenha prevalecido ao longo do tempo por parte desses grupos –, como se observa, em abril de 1962, no caso de Amaral Peixoto, da ala conservadora do PSD, manifestar apoio à proposta de emenda constitucional de Goulart que permitiria o pagamento da indenização por desapropriação de terras a partir de títulos da dívida pública (Camargo, 1983). Já em dezembro de 1962, o governo regulamentou a SUPRA, que passou a cuidar do Serviço Social Rural (SSR) – até então controlado pela CRB –, do Instituto Nacional

⁴¹ Novamente aqui a principal referência é Jaguaribe (1961).

⁴² Goulart intensificou a campanha pelas reformas de base e pela volta do presidencialismo em maio de 1962 (Camargo, 1983).

de Imigração e Colonização (INIC) e do recém-fundado Conselho Nacional de Reforma Agrária. A instituição também organizava o Departamento de Promoção e Organização Rural (DEPROR), que visava fomentar associações e sindicatos (Camargo, 1983).

Em março de 1963, o governo elaborou um projeto para reforma agrária, tendo vários impasses durante esse processo. Em abril do mesmo ano, a liderança petebista Bocaiuva Cunha apresentou uma proposta de emenda constitucional para alterar a indenização da desapropriação de terras para títulos da dívida pública (interpretando que caberia na Constituição tal mudança, necessitando apenas de maioria simples para sua aprovação). A emenda foi fortemente contrariada por grupos ruralistas. As lideranças do PSD, devido às lógicas de conciliação, chegaram a aceitar a proposta, por mais que corresse o risco de desagradar suas bases. Entretanto, medidas como o arrendamento compulsório foram amplamente reprovadas pelo PSD, pela UDN e pelos ruralistas. A ala mais progressista da UDN chegou a apoiar a emenda da reforma agrária com pagamentos em títulos (mas com valores reajustados, como previa o PSD), posição que chegou a ser oficialmente defendida pelo partido, mas que foi minada internamente por seus setores mais conservadores, que prevaleceram na conferência partidária de 1963, configurando os posicionamentos da UDN mais à direita. Em maio de 1963, a proposta foi rejeitada na Comissão Especial que a debatia, e em outubro a proposta foi recusada em plenária (Camargo, 1983).

A derrota da proposta na Comissão Especial foi seguida por diversos tensionamentos, visto que grupos mais à esquerda a entenderam como sendo um sinal de que se necessitava de uma campanha nacional para pressionar o Congresso. Com esse fito, Arraes e Almiro Afonso (então ministro do trabalho) percorreram estados, visitando sindicatos, mas se frustraram, pois sua mobilização era fraca. Nesse ínterim, a greve anunciada pela CGT para 25 de maio de 1963 foi protelada várias vezes e, ao final, se resumiu a manifestos, a comícios e a um dia nacional de protesto: 7 de agosto de 1963. Por parte dos ruralistas, foram observadas manifestações nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás, com destaque para a concentração de 1500 entidades ruralistas em Brasília. Esse período (de março a outubro) também foi marcado por instabilidade no governo, haja vista que, em junho, Goulart fez concessões, simultaneamente, à

esquerda, com trocas de ministro, e ao PSD, retirando políticos ligados a Brizola de alguns cargos. A ação acabou contribuindo para o isolamento político do presidente. Em setembro de 1963, a CGT realizou uma onda de greves pelo país, e, em outubro, Jango enfrentou uma crise político-militar, a qual tentou superar com estado de sítio (Camargo, 1983).

A respeito da questão agrária, o governo se observava limitado na esfera da reforma agrária, de maneira que restou-lhe continuar promovendo a institucionalização sindical, o que se vê no aumento de sindicatos e em sua institucionalização regional e nacional, com a fundação, em dezembro de 1963, da CONTAG. No mesmo mês, o governo apresentou um decreto prevendo, entre outras propostas de reformas de base, a desapropriação de terras de mais de 500 ha a 10 km das rodovias. O projeto foi recusado pelo PSD, mas, em janeiro, Jango conseguiu o apoio do Marechal Osvaldo Ferreira Alves, o que lhe motivou a apresentar o decreto em março de 1964. Esse evento se desdobrou na organização dos militares e na execução do golpe de Estado (Camargo, 1983). A respeito desse período Aspásia Camargo (1983) destaca que a forte resistência ao tema da reforma agrária, observada no imediato pós-1945, modificou-se entre 1961 e 1963 devido à forte pressão dos trabalhadores rurais.⁴³

Os grandes proprietários se beneficiaram do poder estatal a partir do que Furtado (1964) conceitua como sendo a “socialização das perdas”, isto é, um conjunto de políticas econômicas que tendiam a onerar o conjunto da classe trabalhadora pelos riscos dos fracassos econômicos dos grupos dominantes. As possibilidades de mudança social emergentes nas décadas de 1950 e 1960 foram fortemente bloqueadas pela repressão estatal e local. Porfírio (2016) destaca como o período em questão foi marcado pela intensificação da violência contra os trabalhadores rurais e suas organizações, o que permite interpretar esse contexto a partir do que Florestan Fernandes (2013) denomina como sendo o “controle da

⁴³ Camargo (1983) indica que os partidos tradicionais e as associações rurais se abriram à negociação, até mesmo com a proposta de pagamento das indenizações por títulos da dívida pública. Mas, ainda segundo a autora, a irredutibilidade do PTB em ceder às pressões pessedistas reforçou o acontecimento de uma onda antirreformas. A análise da pesquisadora nos parece exagerada nesse ponto, tendo em vista que o PTB realizou diversas concessões. O que se observa, de fato, é a irredutibilidade por parte dos grandes proprietários rurais e de outros grupos dominantes no Brasil frente às possibilidades de mudança social que se apresentavam nesse contexto, o que fez com que as concessões feitas por parte do PSD e da UDN quanto à reforma agrária não se sustentassem.

mudança social pelos grupos dominantes”, de modo que qualquer possibilidade de desconcentração de renda e poder fosse fortemente reprimida.

O debate sobre as possibilidades de mudança na estrutura social do período estudado é atravessado pela questão das desigualdades regionais, sendo que a região Nordeste, econômica e industrialmente menos desenvolvida do que o Sudeste, principalmente devido à influência de polos econômicos como São Paulo e Rio de Janeiro, apresentou fortes tensionamentos que sinalizaram para possibilidades de mudança no modelo de desenvolvimento brasileiro. Desenvolvimento que, se por um lado, apresentava uma crescente industrialização, por outro, continuava fortemente apoiado em uma economia de exportação agrícola. Logo, a questão agrária foi fortemente debatida em meio a esse tensionamento regional, tendo encontrado fortes bloqueios mediante os interesses políticos dos grandes proprietários. Para melhor entendermos esse debate, apresentaremos a seguir o contexto de expansão da economia canavieira pós-1945, em Pernambuco e na Paraíba.

1.2 A mata e o agreste de Pernambuco e da Paraíba: estrutura agrária e expansão da cana

Esta seção realiza uma breve contextualização histórica das áreas canavieiras e de plantação de algodão nos estados Pernambuco e Paraíba, com o fito de melhor entender a mobilização de STRs e Ligas nas décadas de 1950 e 1960. A esse respeito, contextualização um pouco mais extensa foi feita em Genaro (2019). Sobre a formação histórica da área canavieira em Pernambuco, Manuel Correia de Andrade (1986a) afirma que o Sul do estado era a região mais favorável ao plantio da cana, onde se localizavam os engenhos mais ricos. A forma predominante de exploração do trabalho era a escravidão, mas também havia forte presença de moradores que pagavam renda pelo plantio de alimentos e pela morada. O Norte de Pernambuco e a Paraíba foram territórios marcados pela menor presença de pessoas escravizadas e pelo maior uso do trabalho assalariado (contratando negros livres e indígenas).⁴⁴ Também foram regiões, já na segunda

⁴⁴ Andrade (1986b) indica que a porcentagem de pessoas escravizadas na Paraíba era de 16,3% em 1825 e de 5,7% em 1872. Afrânio Garcia Jr (1989), por sua vez, discorre sobre a baixa presença da

metade do século XIX, marcadas por uma maior presença da *morada*, o que se intensificou com as restrições ao tráfico de pessoas escravizadas e com a Abolição.

Manuel Correia de Andrade (1986a) ressalta como o fim da escravidão resultou na transformação de grande parte dos agentes antes escravizados em moradores, deixando-lhes em situação econômica também muito precária e em grande dependência para com os grandes proprietários de terra. Nesse sentido, para muitos desses agentes, a abolição foi sentida como geradora apenas do direito de trocar de senhor quando se quisesse. O final do século XIX também marcou o início da expansão das lavouras de cana sobre os roçados dos moradores a partir da criação de usinas, sendo este processo mais intenso no Sul de Pernambuco.

A respeito do Agreste, tanto na Paraíba quanto em Pernambuco, Andrade (1986a) indica que a maior divisão de sua área fundiária permitiu o desenvolvimento da policultura de alimentos na região. O plantio de algodão, iniciado no século XVIII, mas com uma expansão mais expressiva no século XIX, foi marcado por uma maior participação de pequenos proprietários, foreiros e parceiros, tendo em vista que essa cultura não se baseou apenas na grande propriedade, como foi o caso da cana. A industrialização do algodão também foi mais acessível, de modo que não apenas grandes proprietários realizaram o beneficiamento do mesmo, mas também comerciantes, o que favoreceu o desenvolvimento de grandes municípios comerciais na região.

A prevalência do algodão no Agreste não significou a ausência da plantação de cana, visto que nas regiões sub-úmidas foi comum intercalar as duas plantações. Os brejos são um exemplo dessas regiões, marcados por uma maior divisão da propriedade e pela plantação de alimentos. Como exemplos dessas regiões, podemos mencionar as áreas úmidas da encosta da Borborema, na Paraíba, e brejos situados no estado de Pernambuco, como o da Serra do Vento, em Bom Jardim, o da Serra Vermelha, em Caruaru, e os de Bezerros e Camocim de São Felix (Andrade, 1986a).

escravização no Brejo paraibano. O indicativo dos autores não significa que não tenha ocorrido o uso de trabalho escravo na região, mas apenas que o mesmo foi menos presente quando comparado com o da região Sul de Pernambuco.

A relação entre áreas de plantação de cana e de produção de alimentos também se reflete na realização de feiras. Estas, como demonstrado em Genaro (2019), tiveram relevância para a mobilização das Ligas e dos STRs. Andrade (1986a) menciona os seguintes municípios com grandes feiras na região: Caruaru, Campina Grande, Camocim de São Felix, Cupira, Cachoeirinha e Capoeiras, cidades da região Agreste, e Goiana, Nazaré e Palmares, situadas na Mata (as do Agreste sendo até maiores que as da Mata).

O início do século XX é marcado por uma queda no preço do açúcar o que diminui o ritmo, mas não interrompe, a expansão das usinas. O fim da Primeira Guerra Mundial culminou no aumento dos preços do açúcar e na expansão das usinas sobre os engenhos banguês, sendo que este processo sofreu uma nova queda com a desvalorização do valor do açúcar em 1923. A ampliação das estradas pelo Estado em 1939 e uma nova alta nos preços do produto com o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 geraram uma expansão ainda mais intensa das usinas, como discute Andrade (1986a).

O período de 1923 a 1945 foi marcado pela redução da expansão das usinas e pelo aumento das lavouras de subsistência, ocasionando um maior número de roçados e sítios concedidos aos moradores. Este fator, como demonstra Andrade (1986a), foi sucedido por um processo de expulsão do campo, com a retirada de roçados e sítios dos moradores. O contraste entre esses dois períodos ajuda a entendermos a revolta dos moradores, tendo em vista que um momento histórico de maior acesso à terra foi sucedido por uma crise da *morada*, que, diferentemente de outros períodos históricos, acarretou em amplas expulsões do campo e no êxodo rural. Esse processo ocorreu no Sul de Pernambuco a partir de 1945, acontecendo, por sua vez, no Norte deste estado e na Paraíba, em período um pouco posterior, a partir de 1956.

A respeito da distribuição das usinas na Paraíba, Novaes (1997) ressalta que a área canavieira do estado era dividida entre três famílias de grandes proprietários: os Ribeiro Coutinho⁴⁵, com propriedades na Várzea e uma quantidade maior de

⁴⁵ A respeito do poder político dos Ribeiro Coutinho, cabe destacar uma reportagem do jornal *A Liga* (“O Latifúndio tem bancada”, *A Liga*, 25 de jul. de 1962), que menciona os cargos ocupados pela família Ribeiro Coutinho desde 1945: 1 deputado federal (Flaviano Ribeiro Coutinho, que substituiu João Úrsulo Ribeiro Coutinho) e 4 deputados estaduais (Luís Ribeiro Coutinho, Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, Joacil de Brito e Batista Brandão) – numa representação de 40 membros. Na mesma

usinas; os Veloso Borges, que tinham vínculos de parentesco com os Ribeiro Coutinho e possuíam mais terras no Brejo; e os Lundregren, que eram mais influentes no litoral. Rangel (2000) indica que, entre 1953 e 1964⁴⁶, a produção de cana na Paraíba duplicou, mesmo com a manutenção do número de 7 usinas, o que é um indicativo do processo de concentração de terras pelas usinas e de aumento do número de fornecedores de cana para as mesmas.

A expansão das usinas em Pernambuco, por sua vez, foi mais intensa do que na Paraíba, visto que a região Sul daquele estado teve uma quantidade maior de usinas, acompanhando a tendência de produção de cana em Pernambuco. Abaixo, os quadros e mapas das usinas nos dois estados permitem observar os processos até então discutidos. A seguir, apresentamos a lista de usinas na Paraíba, indicando o município e o ano de fundação de cada uma delas.

Quadro 1 - Usinas na Paraíba (1954-1955)

Usina	Município	Fundação
São João	Santa Rita	1888
Santa Rita	Santa Rita	1910
Santana	Santa Rita	1922
Santa Helena	Sapé	1922
Monte Alegre	Mamanguape	1940
Santa Maria	Areia	1931
Tanques	Alagoa Grande	1926
São Francisco	Pirpirituba	1931

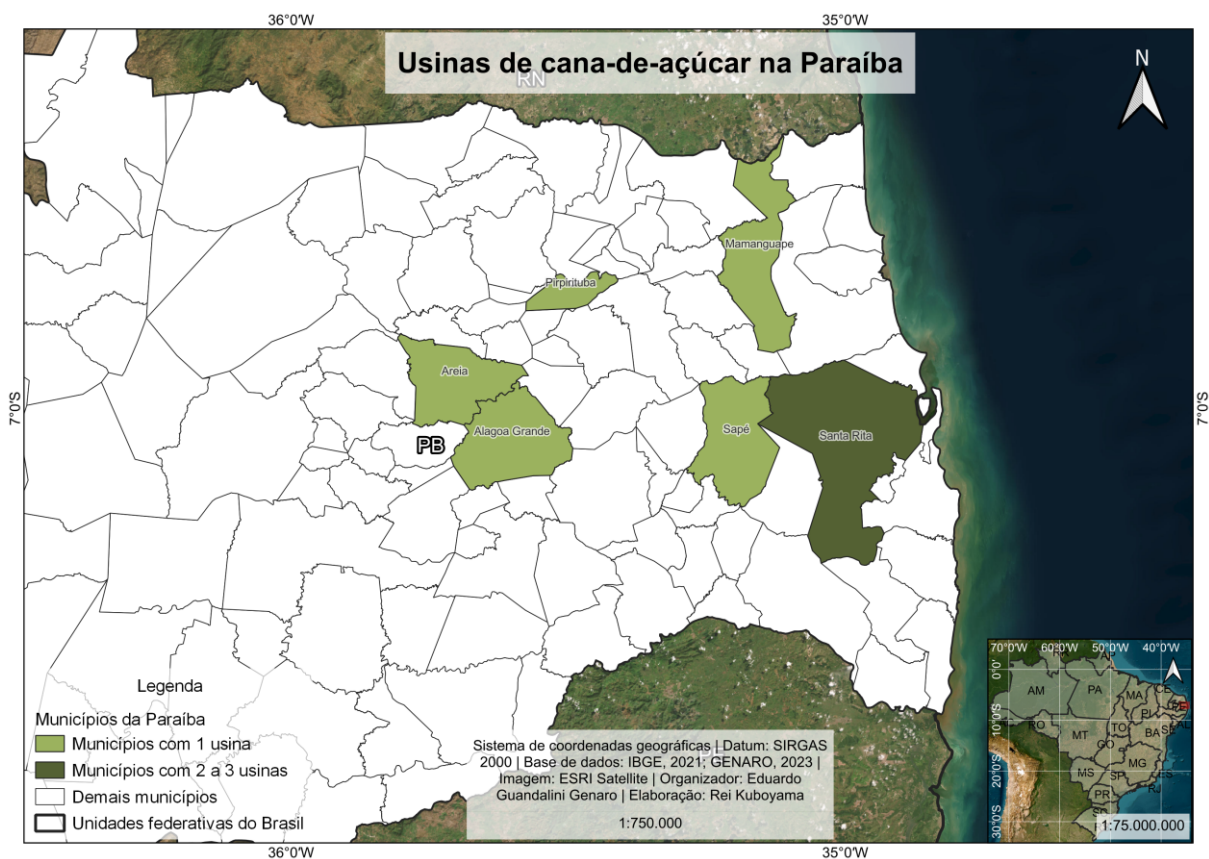
Fonte: Elaboração própria, com base em Xavier (2010) e Santana (1990).

A partir do quadro acima, elaboramos o mapa da Figura 1 – Usinas na Paraíba (1954-1955), reproduzido a seguir:

reportagem, é veiculado que, 1 mês antes da votação, as feiras eram realizadas nas usinas para evitar o contato dos trabalhadores com outras pessoas que pudessem convencê-los a votarem em outra pessoa. No dia da votação, ocorria um almoço na casa grande, ao longo do dia, os trabalhadores eram vigiados, e, por fim, levados de caminhão para votarem.

⁴⁶ A respeito desse período, cabem dois outros destaques feitos por Novaes (1997): a seca de 1958 intensificou a piora da condição de vida dos moradores; e a produção de cana na Paraíba se beneficiou indiretamente dos preços internacionais, pois o estado não produzia o açúcar demerara, que era usado na exportação. Logo, aumentava suas vendas no mercado interno, incentivado por uma diminuição da competição devido a outras usinas intensificarem a produção de açúcar para exportação.

Figura 1 – Usinas na Paraíba (1954-1955)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa.

A seguir, apresentamos o Quadro 2 – Usinas em Pernambuco (1955-1964):

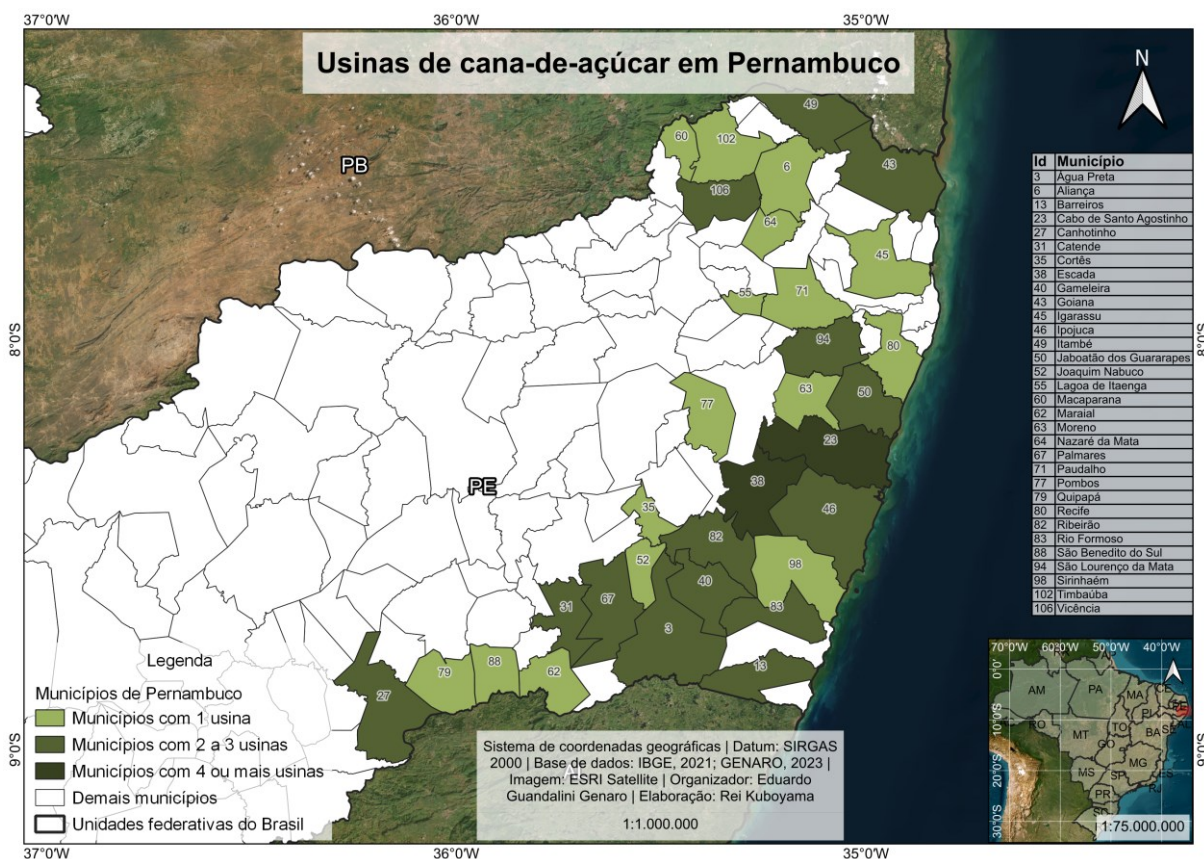
Quadro 2 - Usinas em Pernambuco (1955-1964)

Usina	Município	Fundação	Encerramento
Santa Terezinha	Água Preta	1926	
Três Marias	Água Preta	1925-1930	
Aliança	Aliança	1914	
Central Barreiros (antes era chamada de Carassu)	Barreiros	1885-1890	
Regalia	Barreiros	1930-1935	1956-1957
Bom Jesus	Cabo	1895	
Destiladora Central Presidente Vargas	Cabo	1940	1974
José Rufino	Cabo	1917	1960-1961
Maria das Mercês	Cabo	1891	1976/1977
Santo Inácio	Cabo	1884	
Sibéria	Cabo	1925	
Crauatá	Canhotinho	1915-1933	
Gravatá	Canhotinho	1929	
Catende (antes era chamada de Correia da Silva)	Catende	1890	
Rogadinho	Catende	1891	1974/1975
Pedroza	Cortez	1891	
Barão de Suassuna (antes foi Mameluco e absorveu a Usina Limoeirinho)	Escada	1877	
Massauassu	Escada	1890	
Timbó-Assu	Escada	1897	1961/1962
União e Indústria (já foi Santa Philonila; Bonfim; e Santos Dias)	Escada	1895	
Cachoeira lisa	Gameleira	1890	
Estreliana	Gameleira	1891	
Nossa Senhora das Maravilhas	Goiana	1889	
Santa Thereza	Goiana	1910	
Mussumbu	Goiana	1910-1930	
São José (antes era chamada de Coelho)	Igarassu	1906	
Ipojuca (antes era chamada de Bandeira)	Ipojuca	1889	
Salgado	Ipojuca	1892	
Central Olho D'Água	Itambé	1928	
Brasil	Itambé	década de 1940	
Bulhões	Jaboatão	1906	
Jaboatão	Jaboatão	1896	
Muribeca	Jaboatão	1889	1965
Petribu	Lagoa do Itaenga	1910	
Nossa Senhora de Lourdes	Macaparana	1949	
Frei Caneca (antes era chamada de Colônia Izabel)	Marial	1886	
Nossa Senhora Auxiliadora	Moreno	1922	
Matary	Nazaré da Matra	1912	
Piraji	Palmares	1891	1966-1967
Serro Azul	Palmares	1916	
Treze de Maio	Palmares	Século XIX	
Pumaty	Palmares/ Joaquim Nabuco	1886-1888	
Mussurepé	Paudalho	1911	
Nossa Senhora do Carmo	Pombos	1918	
Água Branca (antes era chamada de Maria Anunciada)	Quipapá	1913-1914	
Ron Bacardi	Recife	1961	Final da década de 1990
Aripibu	Ribeirão	1888	
Caxangá	Ribeirão	1894	
Cucaú	Rio Formoso	1895	
Rio Una	Rio Formoso	1914	1962-1963
Santo André	Rio Formoso	1913	
Pery Pery	São Benedito do Sul	1920-1925	1960-1961
Capibaribe	São Lourenço da Mata	1927	1961-1962
Tiúma (antes era chamada de Engenho Central São Lourenço da Mata)	São Lourenço da Mata	1881	
Trapiche	Sirinhaém	1887	
Cruangí (antes era chamada de Genipapo)	Timbaúba	1918	
Barra	Vicência	1922-1923	
Laranjeiras	Vicência	1959	

Fonte: Elaboração própria, com base em Andrade (1989), Fundaj (2019), Blog Usinas de Pernambuco (2019), Biblioteca IBGE (2023), Melo (2021) e Nascimento (2017).

A partir do quadro acima construímos o Mapa Figura 2 – Usinas em Pernambuco (1955-1964):

Figura 2 – Usinas em Pernambuco (1955-1964)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa.

Os mapas acima mostram como é nítida a diferença entre a produção de cana entre os dois estados, de maneira que Pernambuco possuía uma quantidade muito maior de usinas. A concentração de usinas no Sul desse estado também é outro fator de destaque, que ressalta uma maior produção de cana e uma maior presença de formas de trabalho que excluíam a autonomia de controle da terra pelo morador. Mais a frente, o Capítulo 3 esclarecerá a relação entre esses fatores e as ações coletivas. Tendo em vista que o indicador produção de cana se demonstrou mais relevante para a análise do que a presença de usinas, no referido capítulo, aquele será o indicador usado para entendermos as áreas com maior presença do avanço da exploração da cana.

1.3 A mobilização dos trabalhadores rurais e os governos estaduais da Paraíba e de Pernambuco

A seguir, explicitaremos como a mobilização dos trabalhadores rurais gerou tensões nas políticas estaduais da Paraíba e de Pernambuco nas décadas de 1950 e 1960, tendo em vista que os governadores se sentiram constrangidos a oferecer respostas às demandas colocadas por esses grupos, o que se chocava com os interesses dos grandes proprietários dos dois estados, que tinham muita influência política. Na época em questão, as tendências políticas na Paraíba e em Pernambuco mostravam algumas semelhanças, mas também uma diferença significativa no que tange ao governo Arraes e ao governo Gondim, tendo em vista como o posicionamento do primeiro, mais à esquerda, permitiu desfechos diferentes para o atendimento de demandas e a mobilização dos trabalhadores rurais de Pernambuco, diferentemente dos da Paraíba.

1.3.1 A mobilização dos trabalhadores rurais e as gestões do governo de Pernambuco (1955 - 1964)

O governo de Pernambuco, na década de 1950, foi ocupado predominantemente por políticos do PSD ligados aos setores agrários. De 1955 a 1958, o cargo foi ocupado por Cordeiro de Farias, do PSD. A respeito da mobilização de trabalhadores agrícolas, Pereira (2008) indica que esse governo se esforçou para tentar interromper a mobilização das Ligas Camponesas, com destaque para a prisão realizada contra Julião, em 1956, enquanto discursava para um grupo de trabalhadores em Vitória de Santo Antão. Também nesta localidade, em outro incidente, centenas de policiais militares e os capangas dos senhores de engenho cercaram a sede da Liga, com o intuito de intimidar a mobilização.

Cordeiro de Farias renunciou ao cargo de governador de Pernambuco em 1958 – ele o fez já no final do mandato, para ocupar a presidência da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos –, que foi assumido, de forma temporária, primeiramente por Otávio Correia de Araújo (PSP), e posteriormente por Constantino

Carneiro de Albuquerque Maranhão (PSD), até o momento em que Cid Sampaio (UDN) tomou posse em 1959.

O governo Cordeiro de Farias foi palco de uma polarização entre a UDN e o PSD motivada por uma mudança tributária que opôs os industriais do primeiro grupo aos ruralistas do segundo. Esse conflito político se desdobrou em um enfrentamento eleitoral que resultou na vitória da UDN, apoiada por grupos industriais e também por setores progressistas que se opunham aos interesses dos grandes proprietários de terra. Foi o caso do apoio da Frente de Recife, organização que mobilizava políticos de diversos partidos, como PTB, PCB, PSB – integravam a organização nomes como Francisco Julião, Clodomir Santos de Moraes e Miguel Arraes -. A Frente de Recife se opunha ao Partido Social Democracia (PSD) e elaborava pautas progressistas, inclusive a respeito da reforma agrária, e viria, futuramente, a apoiar a eleição de Arraes (Alves, 2015).

As Ligas Camponesas também apoiaram, nesse contexto, a candidatura de Cid Sampaio, mas, como aponta Julião (1962), houve conflito de interesses entre o governador e o movimento social, tendo em vista as discordâncias das Ligas a respeito de como o governo propunha a desapropriação do engenho da Galileia. A desapropriação do Engenho da Galileia em 1959 acabou se efetivando através da venda de lotes aos moradores, contrariando a expectativa do movimento de que ocorresse a distribuição imediata da terra. A pressão das Ligas sobre a questão fundiária levou o governo Cid Sampaio a criar a Companhia de Revenda e Colonização (CRC) em 1961, que tentou realizar projetos de colonização em terras devolutas, o que também não atendia às expectativas do movimento, visto que os projetos eram destinados às áreas de baixa qualidade, em locais mais afastados dos centros consumidores. A CRC criou alguns postos de revenda de alimentos que tentavam evitar a intermediação de sua venda por atravessadores.

Com a posterior mudança de governo, Arraes deixou os projetos de colonização de lado e passou a se concentrar no crédito (Alves, 2015). A respeito do governo Arraes, Pereira (2008) afirma que este recebeu apoio significativo dos grandes proprietários no interior e de usineiros na zona canavieira. Arraes tinha sua base de massas nos sindicatos de ferroviários, de gráficos, de operários têxteis e de estivadores, principalmente na região de Recife. A sindicalização rural também contribuiu para a criação de um novo contexto político em que Arraes inseriu seu

programa de governo. Após a eleição de Arraes, representantes dos trabalhadores foram, cada vez mais, sendo reconhecidos pelo Estado. O novo governador, em um encontro no começo de fevereiro de 1963 com os organizadores sindicais católicos Padre Melo e Padre Crespo, prometeu prevenir a violência contra os trabalhadores. Atos violentos, no entanto, continuavam a ocorrer. Os padres asseguravam que “os trabalhadores rurais são muito pacíficos e pedem muito menos do que eles têm direito” (Última Hora, 5 fev. 1963, *apud* Pereira, 2008, p. 18-19).

Ainda a respeito do governo Arraes, Dabat (2015) indica como este tentou realizar uma mediação do Estado nas disputas entre grandes proprietários e trabalhadores rurais, de modo a evitar que as forças policiais servissem aos grandes proprietários na repressão local e passassem a ser usadas para conter os conflitos. Essa iniciativa teve grande importância política, por mais que, como mostra Porfírio (2016), houvesse aumento da repressão organizada contra os movimentos no campo, o que não significou a diminuição da repressão local. De todo modo, a mudança de posicionamento do Estado, assumindo uma dinâmica de intermediação, no sentido da diminuição da violência local, permitiu que certos espaços de negociação fossem gerados.

A opção de Arraes de diminuir o foco nas políticas de colonização e aumentar as políticas de crédito e incentivo à sindicalização fica ainda mais nítida pelo direcionamento dado aos programas em seu governo: Andrade (1986b) afirma que, visando melhorar as condições dos produtores de alimento, o governo investiu em crédito através do Grupo Executivo da Produção de Alimentos (GEPA), dirigido pelo próprio Manuel Correia de Andrade. O mesmo governo também investiu, através da CRC, na diminuição dos custos de máquinas e utensílios agrícolas, assim como na comercialização dos alimentos dos pequenos produtores. Assim, muito embora o fato de Arraes ter deixado de lado os projetos de colonização ser explicado, em parte, pelas limitações jurídicas desse processo, também fica nítido que o governador realizou a escolha política de não enfrentar a questão fundiária, apoiando a sindicalização, mas não apoiando, simultaneamente, a mobilização das Ligas Camponesas, como expõe Alves (2015).

Alves (2015) afirma que o incentivo à aplicação do ETR e à sindicalização surtiu efeitos principalmente na Zona da Mata. O governo Arraes utilizou-se da Secretaria Assistente para solucionar os conflitos, sem recorrer à Delegacia do

Trabalho. A Secretaria em questão também tinha um órgão de assessoria sindical, o que demonstra como houve um esforço governamental para atender às reivindicações oriundas dos sindicatos rurais. Outro elemento a ser destacado em relação ao governo Arraes foi o papel de mediação subjacente à realização de um conjunto de greves de trabalhadores rurais em 1963. Duas destas conseguiram a ampla participação dos trabalhadores da área canavieira, conquistando o aumento da remuneração em 80% e o Acordo do Campo, que estabelecia uma tabela de tarefas para as atividades agrícolas, além de que promovia uma série de direitos trabalhistas (Dabat, 2015). Nesse sentido, a mediação estatal foi muito relevante para que a FETAPE, as Ligas e a Igreja conseguissem negociar suas demandas com os grandes proprietários.

1.3.2 A mobilização dos trabalhadores rurais da Paraíba e o governo Gondim

Em 1945, Pedro Gondim se elegeu como deputado estadual pelo PSD, sendo reeleito em 1950. Neste mesmo ano, ele foi convidado pelo governador José Americo de Almeida para assumir a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas, instituição ligada à dinâmica da indústria da seca. As bases políticas de Gondim já começaram a ser definidas nesse período, conseguindo apoio das classes médias e do operariado. Cittadino (2014) indica que Gondim se enquadra no que Welfort (1980) entende como populismo⁴⁷, isto é, uma dinâmica em que as demandas populares conseguem se expressar e serem incorporadas em jogos políticos convencionais. Todavia, cabe salientar que essa incorporação não significa a representação e a participação direta dos grupos populares nos cargos políticos e seus jogos de poder.

Nesse contexto, o espaço para a atuação política das classes trabalhadoras na Paraíba era praticamente inexistente devido à sua baixa incorporação no mercado de trabalho, tendo em vista a economia predominantemente agrária do estado. A via da política partidária estava bloqueada a esses grupos, de modo que a política populista foi uma alternativa para a expressão de suas demandas sendo que o populismo no estado, segundo a autora, não foi gerado a partir de uma massa de

⁴⁷ Cabe destacar que Cittadino (2014) menciona a crítica ao conceito de populismo feita por Ferreira (2001).

trabalhadores industriais, a exemplo do ocorrido no Centro-Sul do país, mas a partir da formação de periferias urbanas ligadas ao êxodo rural (CITTADINO, 2014).⁴⁸

Ainda conforme a autora, a década de 1950 na Paraíba foi marcada por forte mobilização popular protagonizada pelo movimento camponês, com destaque para as Ligas Camponesas. Esse fato chama atenção quando comparado com o contexto de Pernambuco, tendo em vista que, neste estado, a mobilização urbana foi mais presente, e a rural teve grande participação de STRs ligados ao PCB, de modo a deixar a atuação das Ligas em segundo plano. Cabe lembrar que a mobilização das Ligas na Paraíba contou com a participação de militantes do PCB no interior do movimento durante o período que vai de 1958 a 1964, diferentemente do contexto pernambucano, em que os conflitos entre grupos ligados a Julião e a setores vinculados ao PCB ocasionaram uma polarização organizacional, quando o PCB funda sindicatos, inclusive em municípios onde já haviam Ligas Camponesas ligadas a Julião.

A respeito da mobilização urbana na Paraíba, Cittadino (2014) destaca a Seção Paraibana do Movimento Nacionalista Brasileiro, criada em 1957, e as associações estudantis secundaristas e universitárias, como a União dos Estudantes da Paraíba (UEEP) e a Associação dos Estudantes Secundaristas da Paraíba (AESP). No estado, a sindicalização urbana também avançou, quando diversas associações profissionais se tornaram sindicatos, inclusive no interior. A autora destaca que esses diversos grupos tiveram como núcleo articulador as bandeiras do movimento camponês. A respeito da centralidade das demandas camponesas para a mobilização urbana na Paraíba, cabe observar a pesquisa de Xavier (2010), que indica que a Federação dos Trabalhadores Rurais da Paraíba tinha sua sede em João Pessoa, no mesmo local da sede da Federação dos Trabalhadores da Indústria da Paraíba. No espaço partilhado, os trabalhadores rurais eram a maioria em termos de circulação. O autor destaca como o movimento das Ligas se apoiou na experiência político-administrativa do sindicalismo urbano de João Pessoa. Em sua perspectiva, os sindicalistas urbanos entendiam a mobilização camponesa enquanto o “despertar” de uma massa antes inerte, dedicando a maior parte de seu tempo às questões do campo.

⁴⁸ A autora indica que a quantidade de atividades industriais praticamente se mantém a mesma no estado, no período que vai de 1940 a 1960.

A discussão desenvolvida por Xavier (2010) fortalece as afirmações de Cittadino (2014) sobre a centralidade do movimento camponês, por mais que coloquem a informação de que a mobilização das Ligas se apoiou na experiência dos sindicatos urbanos. Outro ponto destacado por Xavier (2010) que chama atenção é a afirmação de que a preferência para o uso do espaço da sede com a finalidade de fazer reuniões era da Federação dos Trabalhadores da Indústria. Isso demonstra uma relação de poder entre as duas federações que pende para o lado dos trabalhadores urbanos, por mais que o fato de as pautas agrárias serem centrais nesse período demonstre um foco de atuação mais dedicado aos trabalhadores rurais.

A complexidade da questão da centralidade da pauta agrária para os sindicatos urbanos pode ser entendida pela maneira como os trabalhadores urbanos e suas lideranças lidavam com algumas pautas dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, Xavier (2010) destaca o tema da participação política e do voto do analfabeto. Para os trabalhadores urbanos, o analfabetismo era associado à ignorância, à impossibilidade da consciência política, e, portanto, a uma exclusão política que deveria ser reproduzida no sindicalismo. A mobilização de trabalhadores rurais colocava questões a essas interpretações, tendo em vista que grande parte desses trabalhadores era formada por analfabetos que estavam se mobilizando e exigindo seu direito ao voto. Portanto, a centralidade das pautas rurais pode ser associada a um contexto em que a questão agrária se impunha em meio às disputas políticas, no que se destaca a mobilização dos trabalhadores rurais. Entretanto, as formas simbólicas mobilizadas pelos trabalhadores urbanos carregavam uma concepção que excluía o trabalhador rural do direito ao espaço político, o que gerava conflitos nas alianças políticas entre movimentos rurais e urbanos.

A eleição para governador da Paraíba de 1955 foi marcada pela aliança entre o PSD e a UDN, de modo que Gondim se candidatou à vice-governança, aliando-se a Flávio Ribeiro Coutinho, que, por sua vez, se elegeu governador. Em 1958, Gondim assumiu o governo do estado devido ao afastamento do representante da família Ribeiro Coutinho motivado por complicações de saúde. Gondim, portanto, permaneceu no cargo até 1960, quando dele se afastou, com o fito de poder se candidatar ao cargo de governador. Entretanto, a aspiração ao cargo de governador contrariou os interesses do PSD, que já tinha Janduhy como candidato, de modo

que Gondim foi expulso do partido. Este, então, se candidatou pelo PSB, realizando aliança com a UDN, que lançou um latifundiário do Sertão, André de Paiva Gadelha, como vice-governador. A UDN não tinha um nome de peso para competir com o PSD. Por isso, procurou o auxílio de Gondim, que, por sua vez, contribuiu com o apoio popular vindo de grupos de trabalhadores e da classe média, tendo ainda o benefício dos votos dos currais eleitorais da UDN.⁴⁹

Gondim venceu a eleição, e posteriormente se desligou do PSB para se filiar ao PDC (Partido Democrata Cristão). Do final de 1963 ao ano de 1964, Gondim rompeu com os grupos de esquerda e se aproximou dos grupos políticos ligados aos grandes proprietários. Desse modo, apoiou a repressão aos movimentos sociais, bem como o golpe militar de 1964, ficando no cargo de governador até 1966 (Cittadino, 2014). A procura de Gondim de atender demandas populares mostrou fortes limitações em suas alianças políticas, o que gera um contraste com o contexto de Pernambuco, onde Arraes assumiu como governador em 1963, realizando uma guinada nitidamente à esquerda, por meio de suas pautas políticas. Isso não se verifica com tanta nitidez no governo de Gondim, que desde 1958 já demonstrava uma aliança com setores conservadores, visto sua candidatura conjunta à UDN, que se repetiu em 1960, mas agora com Gondim como membro do PSB.

A filiação de Gondim ao PSB parece demonstrar um movimento mais à esquerda e uma ruptura com setores dominantes. Entretanto, a aliança com a UDN explicita que esse movimento era muito limitado. A maior quantidade de políticas públicas destinada à população rural durante o governo Arraes, quando comparada ao governo paraibano, também explicita o cenário mais limitado em que Gondim se mobilizava, atendendo às demandas dos trabalhadores rurais de modo muito mais limitado. Gondim, durante seu mandato, se desfilou do PSB e entrou no PDC, confirmando uma aproximação com setores mais conservadores, acentuada entre os anos 1963 e 1964, de maneira que o governador, como já citamos, contribuiu com a repressão à mobilização dos trabalhadores rurais, mantendo-se no governo, já com o golpe militar, até 1966.

⁴⁹ Cabe destacar que Gondim não teve apoio de todos os grupos de esquerda. As Ligas Camponesas, por exemplo, apoiaram Janduhy Carneiro, do PSD, para o governo, e Jacob Frantz, do PTB, para vice-governador (Pereira, 2008).

Gondim, no período de 1961 a 1963, tentou assumir uma posição instável de imparcialidade nas disputas entre trabalhadores rurais e grandes proprietários, adotando a postura de rejeição ao uso da violência contra as manifestações e de resolução dos conflitos pela via jurídica. A tentativa de ser um árbitro entre as classes em conflito o deixou em posição cada vez mais isolada, diante da impossibilidade de conciliar os interesses dos grandes proprietários, que o apoiavam de forma partidária, com os dos grupos populares mobilizados, que lhe deram apoio eleitoral. Cittadino (2014) afirma que Joacil de Brito Pereira usou de um ditado popular para explicitar a posição de Gondim: “Ele acendia uma vela a Deus e outra ao Diabo”.

O discurso de Gondim também demonstra a busca de apoiar as mobilizações populares, mas com limitações devido a suas alianças políticas. Nesse sentido, ele apoiou, no período de 1961 a 1963, as mobilizações dos trabalhadores rurais e questionou a concentração fundiária (Cittadino, 2014). No contexto do assassinato de Alfredo Nascimento no engenho Miriri, em Sapé, acontecimento no qual os dois capangas que atacaram a liderança camponesa foram mortos por moradores que estavam próximos a Alfredo Nascimento, Gondim explicitou seu apoio à mobilização das Ligas, considerando-lhes um fenômeno decorrente da disputa entre o legal e o justo: “o legal ao lado dos proprietários de terras amparados pela lei; o justo no que reivindicam os camponeses. Resta o Congresso dar o legal ao justo” (A União, 23 mar. 1962, *apud* Cittadino, 2014).

O discurso acima evidencia o apoio de Gondim à mobilização dos trabalhadores rurais, bem como sua busca por encontrar soluções não violentas para os conflitos. Essa postura nos ajuda a entender o porquê de a ocupação do engenho Miriri⁵⁰, ocorrida logo depois do assassinato de Alfredo Nascimento, não ser reprimida pelas forças policiais. Entretanto, em outro discurso do governador, cabe destacar a limitação de seu apoio à mobilização acima referida:

Na Paraíba, mais de 14 mil lavradores e trabalhadores rurais já buscaram a incipiente organização das Ligas Camponesas como forma associativa de condução da defesa de seus interesses. E essas sociedades civis não se transformaram em faces de agitação subversiva porque a política do

⁵⁰ Informações sobre essa ocupação podem ser verificadas no jornal *A Liga* (n. 15, edição de 16 de jan. 1963, p. 6, com a seguinte manchete: “IV Exército tenta desalojar camponeses da Fazenda Miriri”).

Governo tem sido, até agora, a de admiti-las dentro de uma filosofia realista nas limitações permitidas pelo grau de maturidade social e política, como grupos de pressão democraticamente formados. Na verdade não se poderá cuidar dos agudos problemas do Nordeste sem tratar primeiro de incorporar à força do trabalho de uma legião desventurada de famintos, retirados de qualquer participação na vida da comunidade brasileira. (A União, 28 jan. 1962, *apud* Cittadino, 2014).

O discurso de Gondim chama atenção em dois fatores: primeiro, o reconhecimento de que o problema agrário gerava a fome e a exclusão política dos trabalhadores rurais, sendo este problema associado a mobilização dos trabalhadores rurais; segundo, o fato de atribuir às Ligas Camponesas um potencial subversivo controlado pelo governo, que conseguia transformá-las em grupos de pressão democráticos. Este segundo ponto merece destaque, pois, simultaneamente, legitima a mobilização dos trabalhadores rurais e deslegitima as demandas articuladas por estes através das Ligas Camponesas. Dessa forma, o discurso reconhece que é legítimo se mobilizar, mas que isto não se faria com o tipo de mobilização das Ligas, tendo em vista que é indicado o papel do governo de diminuir a radicalidade daquelas para, só assim, se tornarem mais legítimas. Logo, o fito dessa narrativa está associado à busca de Gondim de se colocar acima dos conflitos, buscando ter a capacidade de circular entre os grupos dos grandes proprietários e entre os trabalhadores rurais.

A disposição de Gondim em não usar da violência policial contra os trabalhadores rurais mobilizados desagradou os grandes proprietários, como é possível perceber em fala de Aguinaldo Veloso Borges, latifundiário com forte poder político no Brejo paraibano, que fundara a LILA (Liga dos Latifundiários) e estivera envolvido no assassinato de João Pedro Teixeira. Em reunião com o governador, Borges afirma: “reforma agrária vamos receber à bala” (Souza, 1996). A pressão dos latifundiários, dos quais Gondim era politicamente dependente, nos ajuda a entender o movimento por parte do governador de afastamento dos grupos de esquerda e das mobilizações populares.

Cittadino (2014) indica que 3 episódios marcam a virada de Gondim para um apoio às práticas de repressão às mobilizações de protestos: 1) em novembro de 1963, ocorreu uma forte repressão policial a estudantes que solicitavam a diminuição dos preços das passagens de ônibus; 2) em janeiro de 1964, ocorreu a chamada “Tragédia de Mari”, em que 11 pessoas, na maioria trabalhadores rurais,

morreram em conflito entre capangas e trabalhadores rurais que protestavam; e 3) em um protesto de estudantes e grupos de esquerda contra a visita de Carlos Lacerda à Paraíba, ocorreu um conflito daqueles com grupos conservadores, o que levou à intervenção de policiais e militares. Após esses eventos, Gondim se afastou dos grupos populares e de esquerda, que até então lhe garantiam alguma autonomia política. Nesses termos, a fragilidade política do PDC, partido ao qual Gondim era filiado, e a forte pressão dos grupos conservadores contribuíram para esse afastamento, que resultou em uma forte submissão do governador aos interesses da UDN e dos grandes proprietários.

Essa dependência de Gondim pode ser percebida a partir do forte esquema de repressão utilizado pelo governo em resposta ao conflito de Mari, no qual enviou tropas da polícia, sob o comando do coronel Luiz de Barros, para a região situada entre Mari e Sapé. Os relatos concedidos por moradores de Sapé da época da mobilização das Ligas à Irmã Tonny mencionam diversas ações de repressão e tortura feitas sob o comando de Luiz de Barros (Van Ham *et al.*, 2006). Eventos que geraram traumas físicos e psicológicos a essas pessoas. Cittadino (2014) indica que Gondim também reprimiu manifestações em João Pessoa e em alguns outros municípios, assim como puniu os manifestantes que participaram dos protestos contra a visita de Lacerda à Paraíba. O governador também nomeou oficiais explicitamente anticomunistas e favoráveis à repressão das mobilizações para cargos dos principais órgãos de segurança do estado. Essas ações de Gondim não só o aproximavam dos grandes proprietários como também, ainda antes do golpe militar, da visão de grupos mais autoritários⁵¹ de dentro das Forças Armadas. Esses fatores explicam a manutenção de seu cargo de governador até 1966.⁵²

Após termos descrito as características da política estadual do Pernambuco e da Paraíba, cabe observar com mais detalhes a trajetória dos movimentos que organizaram os trabalhadores rurais no período estudado.

⁵¹ Cittadino (2014) cita uma declaração de Cel. Bandeira, do serviço secreto do IV Exército, ao *Correio da Paraíba*, em que indica que, em 31 de março de 1964, a Paraíba já se encontrava “pacificada” devido à atuação do Coronel Luiz de Barros, ou seja, a repressão já teria tido sucesso em momentos anteriores ao golpe militar. Cabe destacar que, até o dia 31 de março, os movimentos sociais continuavam mobilizados, mas que a repressão foi extremamente rápida em extinguir as Ligas Camponesas e em aparelhar os STRs (CORREIO DA PARAÍBA, 2 jul. 1964, *apud* Cittadino, 2014).

⁵² Gondim se elegeu deputado pela UDN em 1966, mas, com o aumento da repressão motivado pelo AI-5, em 1968, foi cassado (Cittadino, 2014).

1.4 A polarização entre o PCB e as Ligas: tensionamentos e diferenciações na trajetória de cada movimento⁵³

As mobilizações de trabalhadores rurais nas décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por uma crescente polarização entre as organizações que mobilizavam esses agentes. De um lado, a Igreja promovia STRs que reivindicavam direitos trabalhistas, todavia, a partir de um viés conservador⁵⁴, visava evitar a ampliação de sindicatos e associações ligadas ao PCB e às Ligas.⁵⁵ De outro lado, o PCB e as Ligas visavam transformações mais profundas da estrutura social, mas apresentavam divergências tanto internas, em suas próprias organizações, quanto entre si. O início da mobilização das Ligas e dos STRs na década de 1950 apresentou confluências entre essas organizações, que, entretanto, logo passaram a ter sua relevância cada vez mais reduzida, com a crescente polarização entre as duas. O Congresso de Belo Horizonte, em 1961, pode ser entendido como sendo um marco dessas disputas. O evento contou com uma participação muito maior de trabalhadores rurais ligados à ULTAB, e, portanto, ao PCB, do que de participantes vinculados às Ligas – estes, somados aos participantes do MASTER, compunham menos de 250 delegados, de um total de 2400. No Congresso, a escolha dos grupos do PCB de não debater mais profundamente o tema da reforma agrária gerou diversos conflitos, de maneira que a pauta “reforma agrária na lei ou na marra”, colocada pelas Ligas, foi defendida em diversos espaços, gerando a derrota de algumas propostas do PCB (Morais, 1965).

Clodomir Moraes (1965) indica que havia divergências entre a ULTAB e as Ligas a respeito dos caminhos a serem desenvolvidos para uma revolução. Nesse sentido, a ULTAB abrigava duas concepções: uma, que reconhecia a existência no Brasil de uma contradição correspondente aos restos feudais do país, e outra

⁵³ Uma revisão bibliográfica mais aprofundada sobre a polarização entre o PCB e as Ligas pode ser encontrada em Genaro (2019). Vale salientar que Aued (1986), Rangel (2000) e Max Porphirio (2013) realizam revisões com grande riqueza de detalhes sobre o tema em questão.

⁵⁴ O fato de a maior parte da sindicalização rural realizada pela Igreja seguir um ideário mais conservador não deve retirar a atenção para como diversos religiosos se mobilizaram junto às Ligas e às STRs do PCB, assim como mobilizaram a AP, com uma perspectiva progressista.

⁵⁵ A respeito da mobilização de trabalhadores rurais pela Igreja, ver as obras *De corpo e Alma*, de Regina Novaes (1997), e *Trabalhismo, círculos operários e política*, de Leila de Menezes Stein (2008).

contradição, de caráter mais relevante, que dizia respeito à influência do imperialismo. A primeira vertente entendia ser possível ao movimento operário-camponês fazer alianças com a burguesia nacional e o imperialismo; a segunda vertente defendia que a contradição brasileira era entre as massas camponesas e os donos de terra que representavam o imperialismo, de maneira que a aliança com a burguesia nacional seria possível, mas não a com os latifundiários.

Por parte das Ligas, havia a defesa de uma revolução sem alianças com os latifundiários ou com a burguesia. As Ligas também apresentavam duas vertentes de pensamento a esse respeito: uma, que defendia que a revolução se basearia na aliança operária-camponesa, e a outra, oriunda da concepção de Julião, para quem a classe revolucionária seria o campesinato. As Ligas Camponesas se distanciaram do PCB⁵⁶ e de outros setores de esquerda ao tomarem posicionamentos políticos divergentes em relação aos da maioria dos grupos organizados de esquerda. Foi o caso do posicionamento de Julião de ser contrário à retirada do parlamentarismo, que, na sua perspectiva, permitiria a João Goulart retomar plenamente os poderes presidenciais. O fato de a sindicalização rural ter beneficiado mais o PCB e a Igreja, assim como a exclusão das Ligas da fundação da CONTAG – que teve participação do PCB, do PTB e da AP –, são demonstrativos desse embate entre as Ligas e as demais organizações.

A sindicalização rural na década de 1960 favoreceu o PCB e a Igreja, de modo que as Ligas Camponesas visaram participar daquele processo, mas estavam limitadas para tanto, devido ao apoio estatal favorecer os outros dois grupos. Nesse período, o discurso de Julião passou por uma mudança de perspectiva, de forma que, se na *Cartilha do Camponês* (Julião, 1960) ele defendera que grupos – que aqui entendemos como sendo as camadas intermediárias – como o foreiro e o meeiro deveriam procurar as Ligas, enquanto outras categorias, mais próximas do trabalho assalariado, deveriam procurar o sindicato, por sua vez, no documento *Bença Mãe!* (Julião, 1963a), ele mudou o discurso e defendeu que o trabalhador participasse da Liga Camponesa e do STR: “quem for da Liga entre para o Sindicato, e quem entrar no Sindicato, fique na Liga.” (Julião, 1963a *apud* José da

⁵⁶ A respeito das perspectivas políticas do PCB em torno da questão agrária, cabe observar as obras de Aued (1986), Rangel (2000) e Max Porphirio (2013). Um elemento central a ser observado é a mudança de perspectiva do PCB, que apoiava vias armadas de revolução, mas, que, ao longo do tempo, mudou sua perspectiva, defendendo outras vias de ação.

Silva, 2015, p. 128). Essa mudança discursiva expressa o momento de sindicalização em que havia a possibilidade dos STRs reconhecidos conseguirem agregar os participantes da Liga à sua organização. Assim, Julião incentivou a continuidade da participação nas Ligas para aqueles trabalhadores que começavam a participar de reuniões de um STR, bem como defendeu a fundação de uma Liga onde havia STRs, mas não uma associação das Ligas.

Margarida Maria Alves concedeu uma entrevista a Novaes (1997)⁵⁷ na qual indica que participava do STR “do padre” e, simultaneamente, de reuniões das Ligas, gostando mais das ideias defendidas pela última:

Eu pertencia ao sindicato, mas gostava de ir às reuniões das Ligas. Eu gostava muito, eu aprendi muita coisa com a Liga [...] Eu me lembro em 1962, quando o sindicato foi fundado, as Ligas falavam dessas coisas de jornada de trabalho, o trabalhador trabalhava 10 horas, 12 horas... Isso nasceu das Ligas Camponesas. Naquela época a Igreja não dava apoio à Liga e a gente sabia que as Ligas falavam a verdade. E eu quase que ficava com a Liga. Mas como eu era muito religiosa, eu gostava muito da Igreja... Aí o padre tratou de fundar o sindicato, que era o Papa João XXIII... Eu me lembro muito bem, quando Padre Geraldo chamou Cassimiro [primeiro presidente]. Mas, mesmo sendo “de padre”, sempre eu ia lá, misturava o sindicato com as Ligas, não é? Olhe, tinha até trabalhador que ficou no sindicato mode o padre, mas tirou também carteira da Liga (MARGARIDA MARIA ALVES, Entrevista, Apud: Novaes, 1997, p. 68).

A narrativa de Margarida Maria Alves esclarece que diversos trabalhadores rurais participavam de mais de uma organização simultaneamente, o que permite entendermos melhor a orientação de Julião para que os trabalhadores não deixassem de ir à Liga Camponesa. Nesse sentido, a liderança chegou a afirmar que a Liga seria a mãe do sindicato, de maneira a tentar expressar a centralidade que o movimento deveria ter sobre as demais organizações (Julião, 1963). A mudança discursiva de Julião indica um momento de maior tensionamento entre as organizações que mobilizavam os trabalhadores rurais. Todavia, cabe observar como essas disputas diziam muito mais do rumo tomado pelas organizações do que das demandas elaboradas pelos próprios trabalhadores rurais, como se percebe no fato de vários destes participarem simultaneamente de mais de uma organização. Se a maior participação de camadas intermediárias nas Ligas permite entender a

⁵⁷ Novaes (1997) realizou diversas entrevistas no início da década de 1980, sendo que a com Margarida Maria Alves ocorreu no ano do assassinato desta importante liderança sindical da Paraíba, sendo sua morte, juntamente ao assassinato de João Pedro Teixeira, lembrada como uma das marcas da violência dos grandes proprietários, mas também da luta pela terra no estado.

formulação das demandas específicas desses grupos, isso não explica todas as querelas entre as organizações, visto que muitas destas expressavam, em diversos aspectos, uma disputa na adoção das perspectivas defendidas pelas lideranças dos movimentos.

A defesa da realização de guerrilhas, nesse sentido, é um dos pontos-chave para melhor entendermos essa disputa. Clodomir Morais (1965) foi a principal liderança das Ligas vinculada à tentativa de realizar guerrilhas. Em seu texto, ele indica que a estratégia era criticada por grupos do PCB e pelo que ele chama de grupos esquerdistas no interior das Ligas. O autor ainda aponta que estes eram os responsáveis por afastar Julião da via da luta armada e aproximá-lo de uma estratégia mais eleitoral, o que fez com que Clodomir afastasse Julião dessa parte da mobilização.⁵⁸ Como demonstrado em Genaro (2019), Clodomir Morais exagerava as possibilidades de uma revolução armada, radicalizando sua perspectiva, de maneira a entender qualquer grupo contrário à estratégia das guerrilhas como um inimigo, o que se estende, parcialmente, à Julião, visto que este, por mais que tolerasse a mobilização de setores armados, não os incentivava como principal estratégia política. Para Clodomir Morais, os impeditivos da via armada eram mais organizacionais (a falta de verbas destinadas ao setor, a falta de pessoas, a dificuldade organizativa devido à inexperiência militar dos envolvidos) do que sociais.

Alves (2015) indica o descontentamento de diversas lideranças das Ligas, principalmente do Sul, para com as práticas de Clodomir Morais. Esses militantes o consideravam exagerado e fantasioso quanto às possibilidades de um setor militar das Ligas sair vitorioso. Nesse contexto, a insistência de Julião em manter Clodomir Morais na organização gerou a ruptura de diversos militantes com as Ligas. Os conflitos entre Morais e setores das Ligas contrários à estratégia das guerrilhas ocorreram em meio a uma tensão entre essa liderança e Julião, que não dava tanta ênfase para a referida estratégia. O fato de as Ligas defenderem as guerrilhas

⁵⁸ Clodomir Morais (1965) afirma que afastou Julião das atividades armadas. Entretanto, cabe destacar a pesquisa de Alves (2015), que trata de uma viagem de Julião ao Rio Grande do Sul, para observar os dispositivos militares, assim como a participação de Alexina Crespo – na época, esposa de Julião – nesses dispositivos, o que reafirma o conhecimento de Julião sobre essa parte da mobilização. Em entrevista concedida em 2020, Anacleto Julião, (JULIÃO, Anacleto, 2020), filho de Francisco Julião, afirma que tanto sua mãe quanto seu pai eram favoráveis a uma revolução armada, o que colabora com a interpretação de que Julião conhecia a mobilização armada das Ligas, mesmo não as defendendo tão enfaticamente como Clodomir Morais.

também gerou tensões com outros grupos, como foi o caso do PCB, que não defendia essa via de mobilização. Assis Lemos de Souza (1996), era uma liderança de muita influência na Paraíba e expressava divergências com Julião devido ao apoio deste à prática da guerrilha. A polarização entre os dois atores ganha relevância dentro do contexto paraibano, tendo em vista as influências dessas lideranças, além do fato de que as Ligas na Paraíba foram fortemente marcadas pelo PCB. Nesse sentido, Assis Lemos de Souza realizou diversas ações e defendeu demandas das Ligas Camponesas de maneira diversa ao que se defendia na militância do PCB, sendo interessante observarmos como houve uma especificidade nas disputas entre PCB e grupos ligados a Julião na Paraíba, fazendo com que as confluências entre os dois grupos se mantivessem, mesmo num contexto de maior polarização.

Clodomir Moraes (1965) discute que a limitação para a formação das guerrilhas era principalmente de cunho organizacional. Entretanto, a falta de apoio político por parte de grupos internos às Ligas, assim como o próprio indicativo do autor, sobre a participação dos estudantes nos campos de treinamento e suas exigências de certos tipos de alimento e idas semanais à cidade para frequentarem prostíbulos, demonstram que havia outros fatores demonstrativos da fragilidade do setor armado nas Ligas. Assis Lemos de Souza (1996) reafirma a crítica direcionada aos estudantes, alegando ainda que os militantes que participavam dos dispositivos militares eram de origem urbana, sendo principalmente estudantes. Esse fato nos ajuda a compreender como esses grupos eram pouco articulados com as outras práticas das Ligas, tendo em vista que a aposta em um desfecho de revolução armada era contrária à aposta em um desfecho com demandas atendidas pelo Estado. A defesa de uma mobilização armada pelos trabalhadores rurais, ambígua e advinda de setores específicos de dentro do movimento, foi um ponto de divergência das Ligas para com o PCB e outros setores de esquerda, favorecendo uma polarização dessas organizações na disputa pelo controle de um maior número de STRs. Dando continuidade a essa discussão, a seguir, descreveremos a expansão de sindicatos e associações dessas duas organizações e da Igreja, com o fito de observarmos suas tendências em meio a esse processo.

1.5 A espacialização da criação de STRs e associações do PCB, da Igreja e das Ligas

Logo abaixo, o Quadro 3 – STRs e Ligas Camponesas em Pernambuco (1955-1964) relaciona os STRs e as Ligas Camponesas mobilizadas no período em questão em cada município do estado. Listamos os municípios em que o movimento existiu e, ao lado do nome de cada município, os nomes das organizações presentes em cada um deles. Sempre que possível, especificamos a data de fundação de cada STR ou Liga. Quando uma organização ligada a um grupo passou para outro grupo, como quando um STR da Igreja passou a ser organizado por grupos do PCB, detalhamos esse acontecimento. Quando mostramos que houve uma organização fundada em uma data e outra fundada em uma data diferente, isso significa que essas organizações coexistiram no mesmo município. As organizações que obtiveram carta sindical do Ministério do Trabalho foram sublinhadas. Quando um STR foi delegacia de outro, isto é, tratou-se de uma organização vinculada a outro STR, caso presente em vários municípios ligados ao STR de Palmares, por exemplo, isso também foi especificado. No caso em que o sindicato sede possuiu carta sindical, sublinhamos o nome de seu município sede.

Quadro 3 - STRs e Ligas Camponesas em Pernambuco (1955-1964)

Município	Movimento
Afogados de Ingazeira (63)	Igreja (63)
Agrestina (63)	<u>Igreja (3/12/63)</u>
Água Preta	Ligas (57) e <u>PCB (61; delegacia de Palmares, mas antes era o centro de todos os sindicatos ligados à Palmares)</u>
Águas Belas (63)	Igreja (63)
Alagoinha (63)	Igreja (63)
Aliança	Ligas e Igreja (63; já havia sido delegacia de Timbaúba)
Altinho (3/12/63)	<u>Igreja (63)</u>
Amaraji	Ligas; Igreja (62; delegacia de Escada)
Angelim (62)	Igreja (62), vira do <u>PCB (63; delegacia de Palmares)</u>
Araripina (63)	Igreja (63)
Arcoverde	Ligas
Barra de Guarabira	Igreja (62; delegacia de Escada), vira do <u>PCB (63; delegacia de Palmares)</u>
Barreiros	Ligas e <u>PCB (1/3/56)</u>
Belém de Maria	<u>PCB (61; delegacia de Palmares)</u>
Belo Jardim	Ligas
Bezerros	Ligas; Igreja (63) vira do <u>PCB (63; delegacia de Palmares)</u>
Bom Conselho	<u>Igreja (3/12/63)</u>
Bom Jardim	Ligas e Igreja (27/8/63; vira delegacia de Limoeiro)
Bonito	Igreja (63) e <u>PCB (delegacia de Palmares)</u>
Brejão	Igreja (03/12/63)
Brejo da Madre de Deus (63)	Igreja (63)
Buíque	Ligas
Cabo	Ligas; Igreja (62) vira do <u>PCB (64; delegacia de Palmares teve influência de grupos das Ligas- julianistas-); Igreja (64) em Ponte dos Carvalhos, um distrito</u>
Cachoeirinha	Igreja (63)
Camaragibe	Ligas
Camocim de São Felix (63)	Igreja (63) vira do <u>PCB (63; delegacia de Palmares)</u>
Canhotinho	Ligas e Igreja (16/09/63; virai delegacia de Lajedo)
Carnaíba (63)	Igreja (63)
Carpina	Ligas, Igreja (26/4/63; até 62 era delegacia de Nazaré da Mata; já foi delegacia de Pau D'Alho) e PCB
Caruaru	Ligas e Igreja (61; reconhecido em 13/5/62)
Catende	<u>PCB (desde 54; 61 delegacia de Palmares)</u>
Chã de Alegria	Ligas (teve influência de grupos do PCdoB)
Condado	<u>Igreja (3/12/63)</u> e PCB
Correntes (62)	<u>Igreja (62)</u>

Cortez	Ligas e <u>PCB (61; delegacia de Palmares)</u>
Cumaru	Ligas
Cupira	Igreja (1962) e vira do <u>PCB (62; delegacia de Palmares)</u>
Escada	Ligas, <u>Igreja (62)</u> e PCB
Ferreiros (64)	Igreja (64)
Gameleira	Ligas e <u>PCB (61; delegacia de Palmares)</u>
Garanhus	Ligas; Igreja (62; reconhecido em 20/8/63) e vira do PCB (63; delegacia de Palmares)
Glória de Goitá	Ligas, Igreja (63) e vira do PCB (63; delegacia de Jaboatão; teve influência de grupos do PCdoB)
Goiana	Ligas, Igreja (63) e vira do PCB (63; em 54 também já existia sindicato)
Gravatá	Ligas, Igreja (20/8/63) e vira do PCB (63; delegacia de Palmares teve influência de grupos das Ligas- julianistas-)
Igarassu	Ligas e <u>PCB (62)</u>
Ipojuca	Ligas; Igreja (62; delegacia de Escada)
Itaíba (63)	Igreja (63)
Itamaracá	<u>PCB (62; delegacia de Igarassu)</u>
Itambé	Ligas e <u>PCB (2/8/63; teve influência de grupos trotskistas)</u>
Jaboatão	Ligas, Igreja (62) e vira do PCB (63; desde 1954 havia sindicato; teve influência de grupos do PCdoB)
João Alfredo	Ligas e Igreja (63; não era reconhecido mas vira delegacia de Lajedo)
Joaquim Nabuco	Ligas e <u>PCB (61; delegacia de Palmares)</u>
Jupi	<u>Igreja (19/8/63)</u>
Jurema	<u>Igreja (2/12/63; virou delegacia de Lajedo)</u>
Lagoa do Ouro	<u>Igreja (16/09/63)</u>
Lagoa dos Gatos	Igreja (61; delegacia de Panelas)
Lajedo	<u>Igreja (61; reconhecido em 13/05/62)</u>
Limoeiro	Ligas e <u>Igreja (61;reconhecido em 13/05/62)</u>
Macaparana	Igreja (63; <u>já foi delegacia de Timbaúba)</u>
Maraial	Ligas, Igreja (63) e PCB (61; delegacia de Palmares)
Moreno	Ligas, Igreja (26/4/62) e PCB (63; delegacia de Jaboatão; teve influência de grupos do PCdoB)
Nazaré da Mata	Ligas, Igreja (63; <u>já foi delegacia de Timbaúba</u>) e PCB
Olinda	Ligas e Igreja (62)
Orobó	Ligas e Igreja (62; <u>vira delegacia de Limoeiro</u>)
Palmares	Ligas e <u>PCB (61; reconhecido em 21/1/63)</u>
Palmeirina	<u>Igreja (20/8/63)</u>
Panelas	Igreja (61) e <u>PCB (61; delegacia de Palmares)</u>
Passira	Ligas

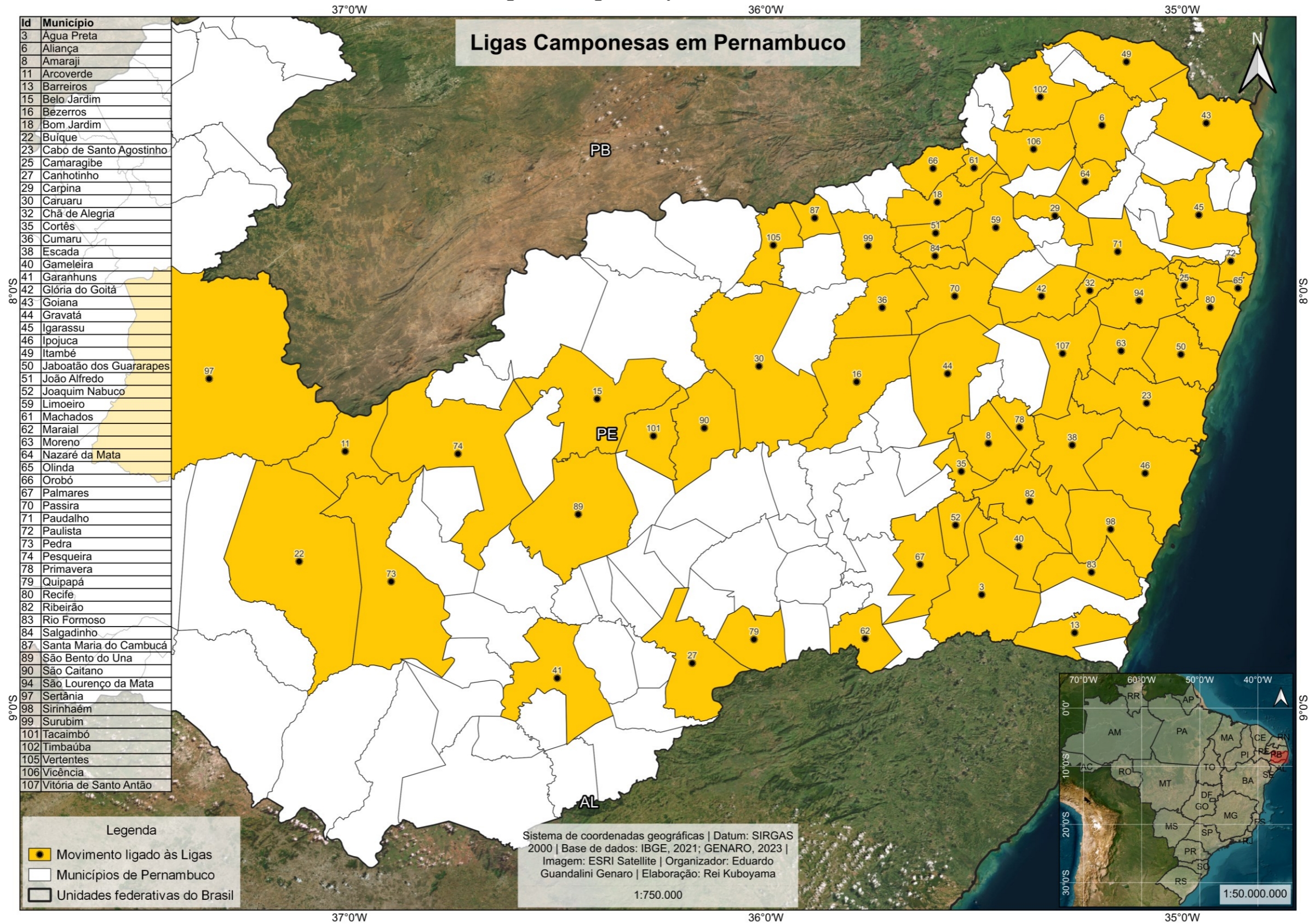
Pau D'Alho	Ligas, Igreja (63) e PCB (63; delegacia de Jaboatão; havia sindicato desde 1954; teve influência de grupos do PCdoB)
Paulista	Ligas e <u>PCB</u>
Pedra	Ligas
Pesqueira	Ligas e PCB (63)
Petrolândia	Igreja (63)
Petrolina	<u>Igreja (27/7/63)</u>
Quipapá	Ligas, Igreja (61) -reconhecido em 26/4/63 - e vira do PCB (63; delegacia de Palmares)
Recife	Ligas
Riacho das Almas	<u>Igreja (63; delegacia de Caruaru)</u>
Ribeirão	Ligas e PCB (61; delegacia de Palmares)
Rio Formoso	Ligas e <u>PCB (ligado a Pau D'Alho até 1957; delegacia de Barreiros)</u>
Salgadinho	Ligas
Salgueiro	Igreja (63)
Santa Cruz do Capibaribe	<u>Igreja (61; delegacia de Caruaru)</u>
Santa Maria	Ligas
São Benedito	<u>PCB (61; delegacia de Palmares)</u>
São Bento da Una	Ligas e Igreja (3/12/63; vira Delegacia de Lajedo)
São Caetano	Ligas; Igreja (63 - reconhecida em 2/12/63-) vira do PCB (63; delegacia de Palmares)
São João	<u>Igreja (28/8/63)</u>
São Joaquim do Monte	<u>PCB (61; delegacia de Palmares)</u>
São José do Egito	Igreja (63)
São Lourenço da Mata	Ligas, Igreja (62; reconhecido em 26/4/63) e PCB (63; delegacia de Jaboatão; teve influência de grupos do PCdoB)
São Vicente Ferreira	<u>Igreja (61; delegacia de Timbaúba)</u>
Serra Talhada	Igreja (63)
Sertânia	Ligas
Sirinhaém	Ligas e PCB (56; delegacia de Barreiros; teve influência de grupos trotskistas)
Surubim	Ligas e Igreja (62)
Tabira	Igreja (63)
Tacaimbó	Ligas
Timbaúba	Ligas, Igreja (61; reconhecido em 3/6/62; já foi delegacia de Nazaré da Mata) e PCB
Triunfo	Igreja (63)
Tuparetama	Igreja (63; delegacia de São José do Egito)
Vertentes	Ligas e Igreja (61)
Vicência	Ligas e Igreja (63)
Vitória de Santo Antão	Ligas (55), <u>Igreja (61; reconhecido em 13/5/62)</u> e PCB

Fonte: Elaboração própria, com base em Wilkie (1964), Abreu e Lima (2003), Koury (2010), Aued (1986), Barbosa (2021) e Nobre (1990), além do jornal *A Liga* (1 maio 1963).

A partir do Quadro 3 é possível espacializar a mobilização das Ligas e dos STRs do PCB e da Igreja. Assim, podemos observar a seguir a sua organização representada nos mapas das seguintes figuras: **Figura 3** – Ligas Camponesas em

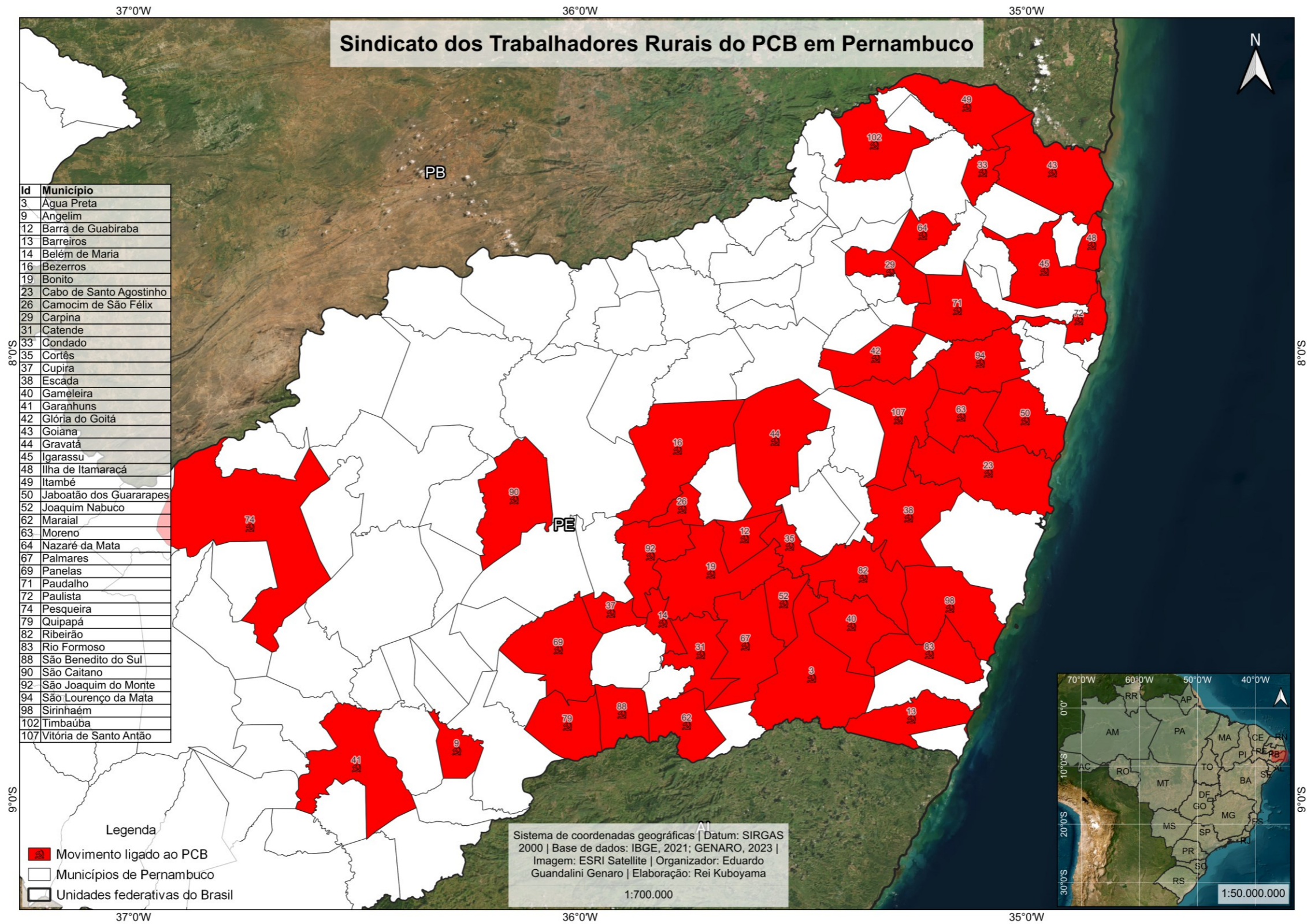
Pernambuco; **Figura 4** – STRS do PCB em Pernambuco; **Figura 5** – STRs da Igreja em Pernambuco; e **Figura 6** – Ligas, STRs da Igreja e STRs do PCB em Pernambuco.

Figura 3 – Ligas Camponesas em Pernambuco



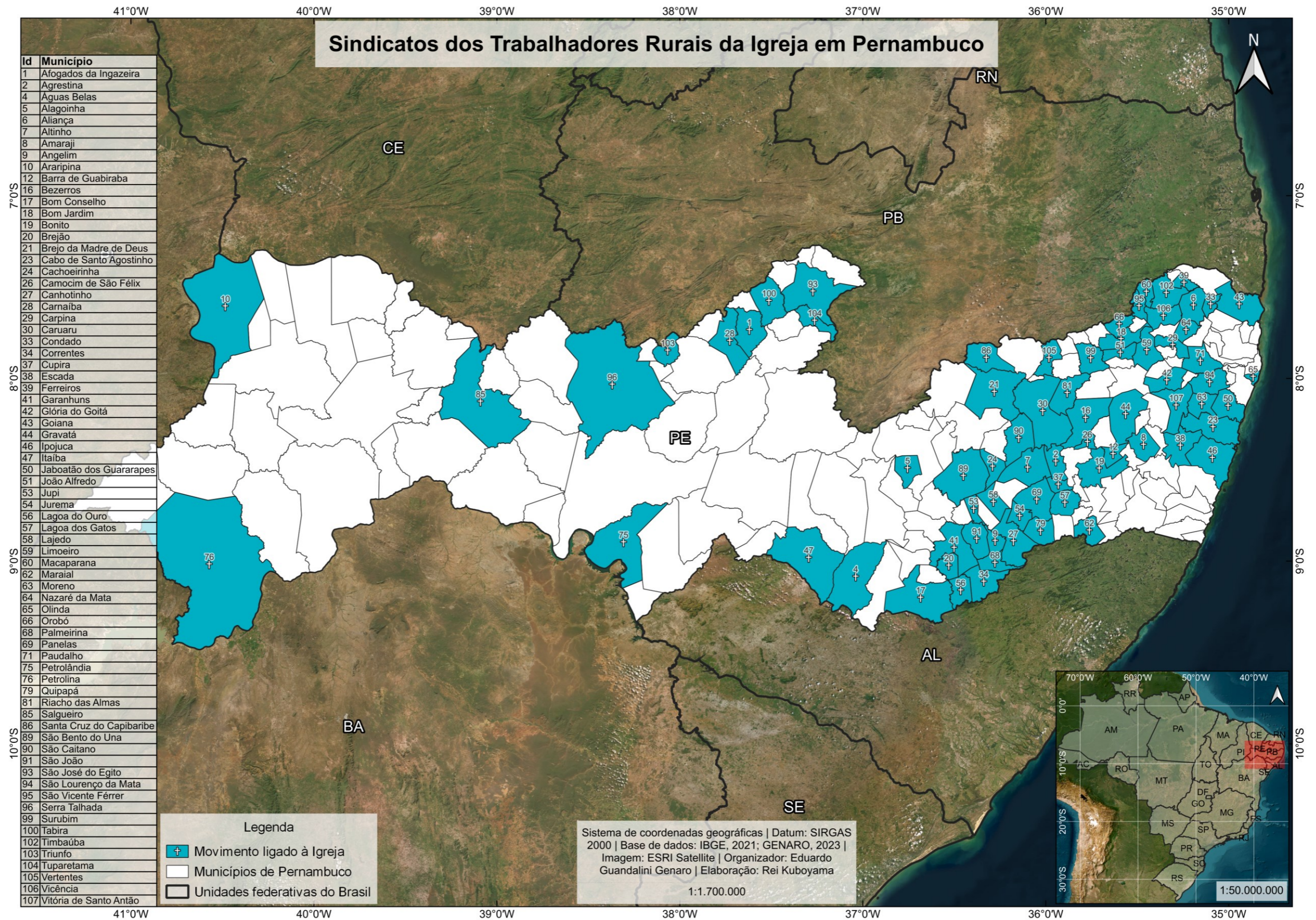
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa.

Figura 4 – STRS do PCB em Pernambuco



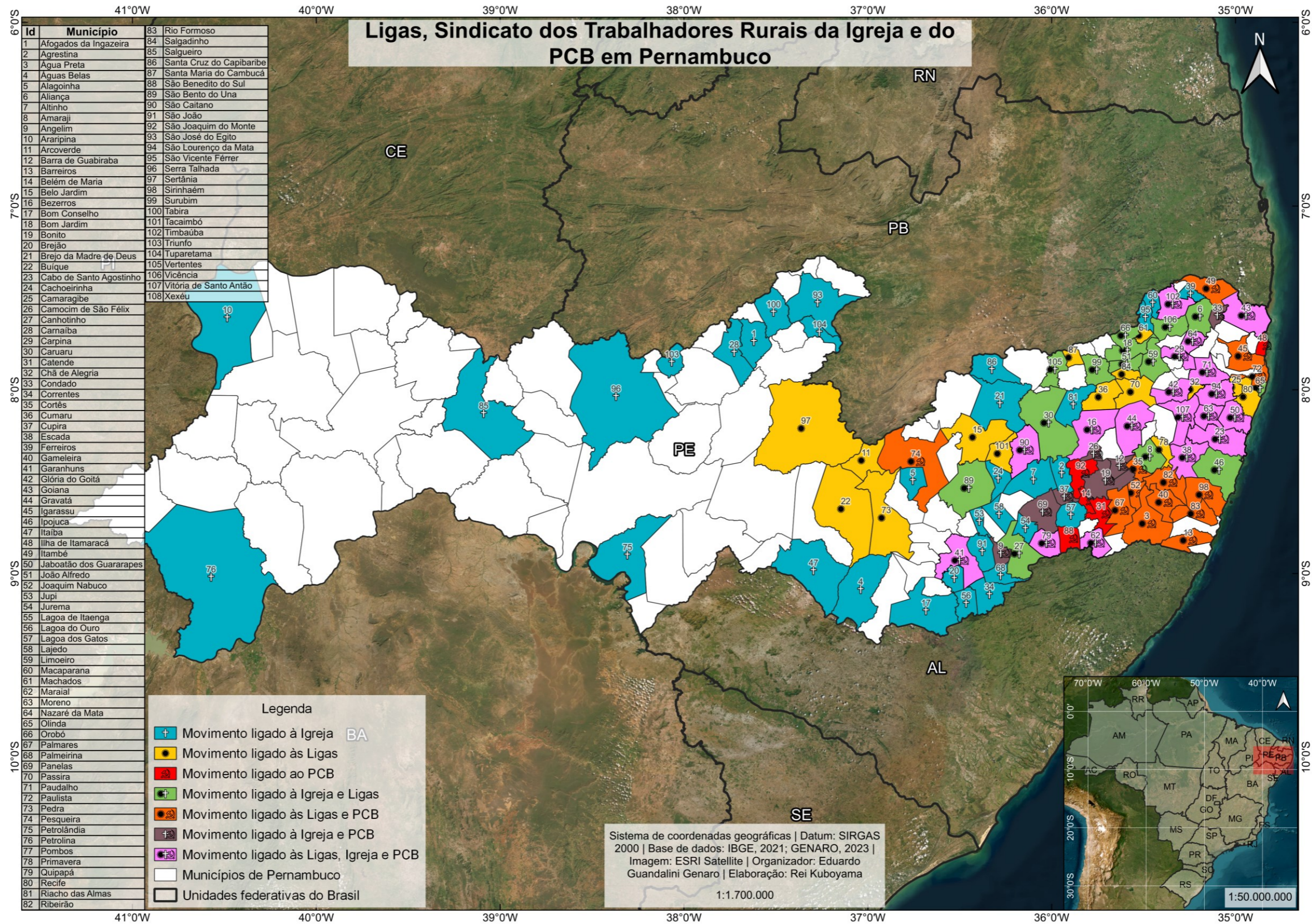
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa.

Figura 5 – STRs da Igreja em Pernambuco



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa.

Figura 6 - Ligas, STRs da Igreja e STRs do PCB em Pernambuco



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa.

A seguir, o Quadro 4 apresenta as Ligas e os STRs na Paraíba. É perceptível como as Ligas tiveram muito mais espaço em relação aos STRs no estado, o que se explica pela influência do PCB em diversas Ligas. Devido a esse fato, vale destacar que indicamos, na segunda coluna do Quadro 4, as influências que fizeram parte da formação de cada organização no estado.⁵⁹ Um aspecto importante de ser destacado na organização do Quadro 4 é justamente a ausência de algumas datas e de informações a respeito de quais municípios teriam conseguido carta sindical⁶⁰, o que decorre de haver um número menor de pesquisas sobre essas questões na Paraíba, diferentemente do caso de Pernambuco.⁶¹

⁵⁹ A influência remete à presença de militantes com participação relevante nas decisões da organização política em cada município. Dessa maneira, militantes do PCB, militantes mais próximos das ideias de Julião ou militantes que se identificavam com o trotskismo poderiam participar das Ligas, sendo que, em algumas destas, tiveram uma participação mais destacada. O caso mais complexo é Sapé, que demonstra ambiguidades nessas definições. João Pedro Teixeira foi associado politicamente a Julião em diversos relatos, como o de Assis Lemos de Souza (1996), entretanto, cabe destacar a participação daquele no PCB antes da época da mobilização das Ligas, assim como o fato de que militantes do PCB, como o próprio Assis Lemos de Souza, atuaram conjuntamente a ele e, posteriormente, a Elizabeth Teixeira. Esta, diga-se de passagem, concorreu para o cargo deputada contra Assis Lemos de Souza. Todavia, em sua biografia (Rocha, 2009; Bandeira; Miele; Godoy, 1997), Elizabeth indica que nunca teve muito entusiasmo em relação à sua própria candidatura; também ressalta que não tivera conflito algum com Assis Lemos de Souza, pelo contrário, o valorizava, inclusive pelos apoios pessoais fornecidos no período de militância. As trajetórias de João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira permitem observarmos que a Liga de Sapé, e provavelmente muitas outras, foi permeada por militantes de diferentes vertentes, o que não significou a vinculação das lideranças rurais a uma ou outra vertente, já que nos parece que elas estavam mais preocupadas em obter apoios diversos que conseguissem lhes ajudar na mobilização das demandas dos trabalhadores rurais. O discurso de que João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira seriam julianistas nos parece, portanto, exagerada e com pouco poder explicativo para a dinâmica da mobilização.

⁶⁰ Assis Lemos de Souza (1996) afirma que as seguintes Ligas teriam virado sindicato: Sapé, Mari, Itabaiana, Alhandra, Mamanguape e Rio Tinto. Mas, não apresenta informações sobre quais sindicatos teriam recebido carta sindical. O fato de, em Mari, haver um sindicato da Igreja provavelmente indica que o município contou com um sindicato ligado às Ligas e outro aos padres. No evento Semana das Ligas (2021), Antônio Augusto, que militou pelo PCB nas Ligas paraibanas, afirmou que o STR de Mari tinha um presidente consciente, o que talvez indique que o sindicato ligado à Igreja mantinha relações de parceria com as Ligas.

⁶¹ Destacamos que, no Quadro 4, uma localidade não foi identificada: trata-se de Acaes, citada por Mello (2001) para se referenciar a uma localidade na Paraíba.

Quadro 4 – STRs e Ligas na Paraíba (1955-1964)

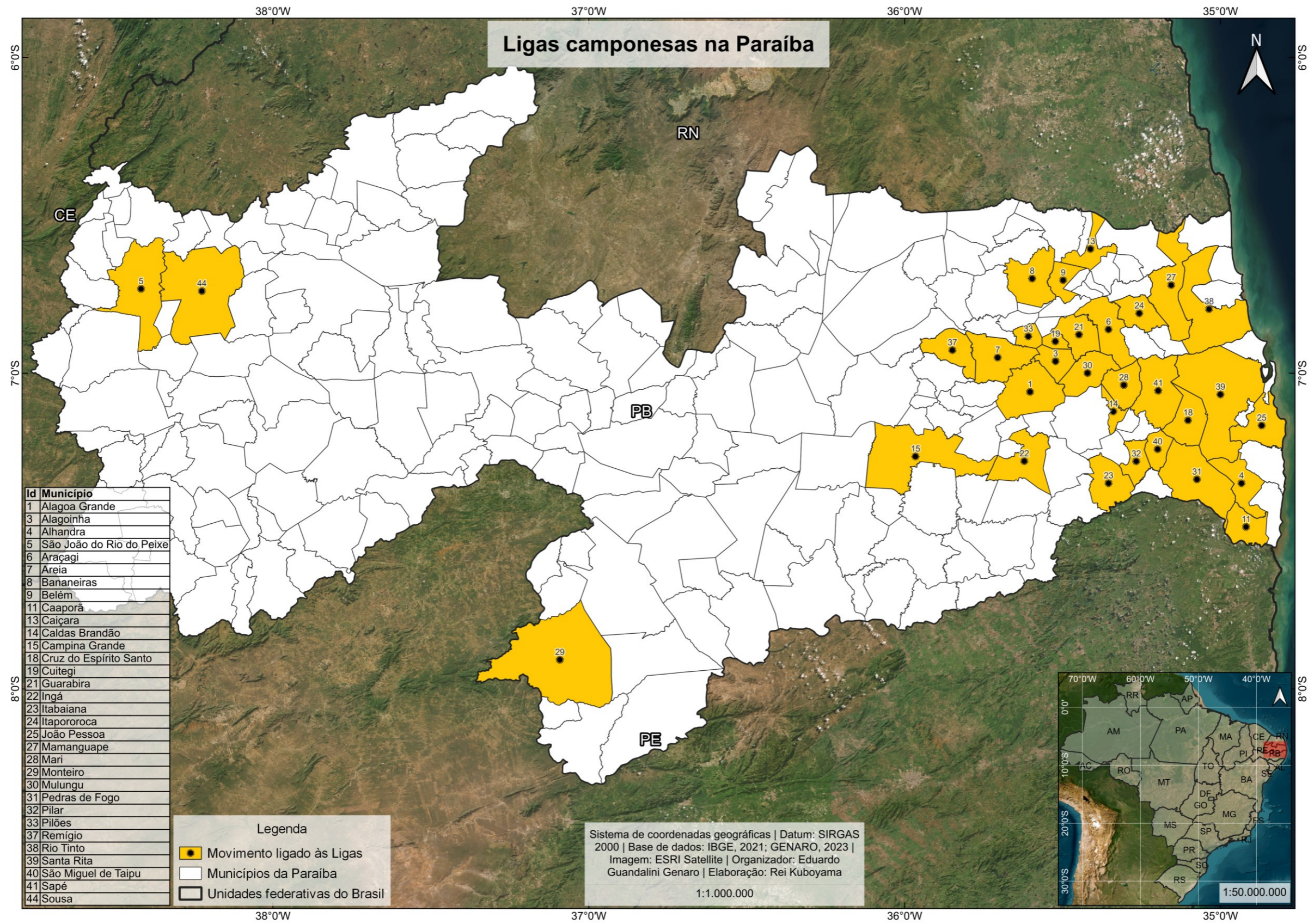
Município	Organização presente:
Alagoa Grande	Ligas; Igreja
Alagoinha	Ligas
Alhandra	Ligas
São João do Peixe (Antenor Navarro)	Ligas
Araçagi	Ligas
Areia	Ligas; Igreja
Bananeiras	Ligas
Belém	Ligas
Caapora	Ligas
Caiçara	Ligas
Caldas Brandão	Ligas
Campina Grande	Ligas; Igreja
Cuitegi	Ligas
Cruz do Espírito Santo	Ligas
Guarabira	Ligas - presidente do PCB -.
Ingá do Bacamarte	Ligas
Itabaiana	Ligas
Itapororoca	Ligas -influência trotskista-.
Mamanguape	Ligas -influência julianista-.
Mari	Ligas -influência julianista-; Igreja
Monteiro	Ligas
Mulungu	Ligas
João Pessoa (Oitizeiro)	Ligas - influência trotskista-.
Pedras de Fogo	Ligas - influência trotskista-.
Pilar	Ligas
Pilões	Ligas
Remígio	Ligas
Rio Tinto	Ligas
Santa Rita, (Várzea Nova e cidade)	Ligas -influência julianista-.
São Miguel de Taipú	Ligas
Sapé (Miriri e cidade)	Ligas (1958) -influência trotskista, do PCB e julianista-.
Sousa	Ligas
Acaes (?)	Ligas
Serraria (9/7/62)	Igreja
Solânea (24/4/62)	Igreja
Boqueirão	Igreja
Fagundes	Igreja
Queimadas	Igreja
Puxinanã	Igreja
Lagoa Seca	Igreja
Alagoa Nova	Igreja
Catolé do Rocha	Igreja

Fonte: Elaboração própria, com base em Souza (1996), Xavier (2010), Mello (2001) e Nobre (1990).

O Quadro 4 – STRs e Ligas na Paraíba (1955-1964) permitiu que elaborássemos mapas sobre a mobilização na Paraíba, assim como um mapa sintetizando as mobilizações na Paraíba e em Pernambuco. Logo, a seguir, apresentamos a **Figura 7** – Ligas na Paraíba; a **Figura 8** – STRs da Igreja na

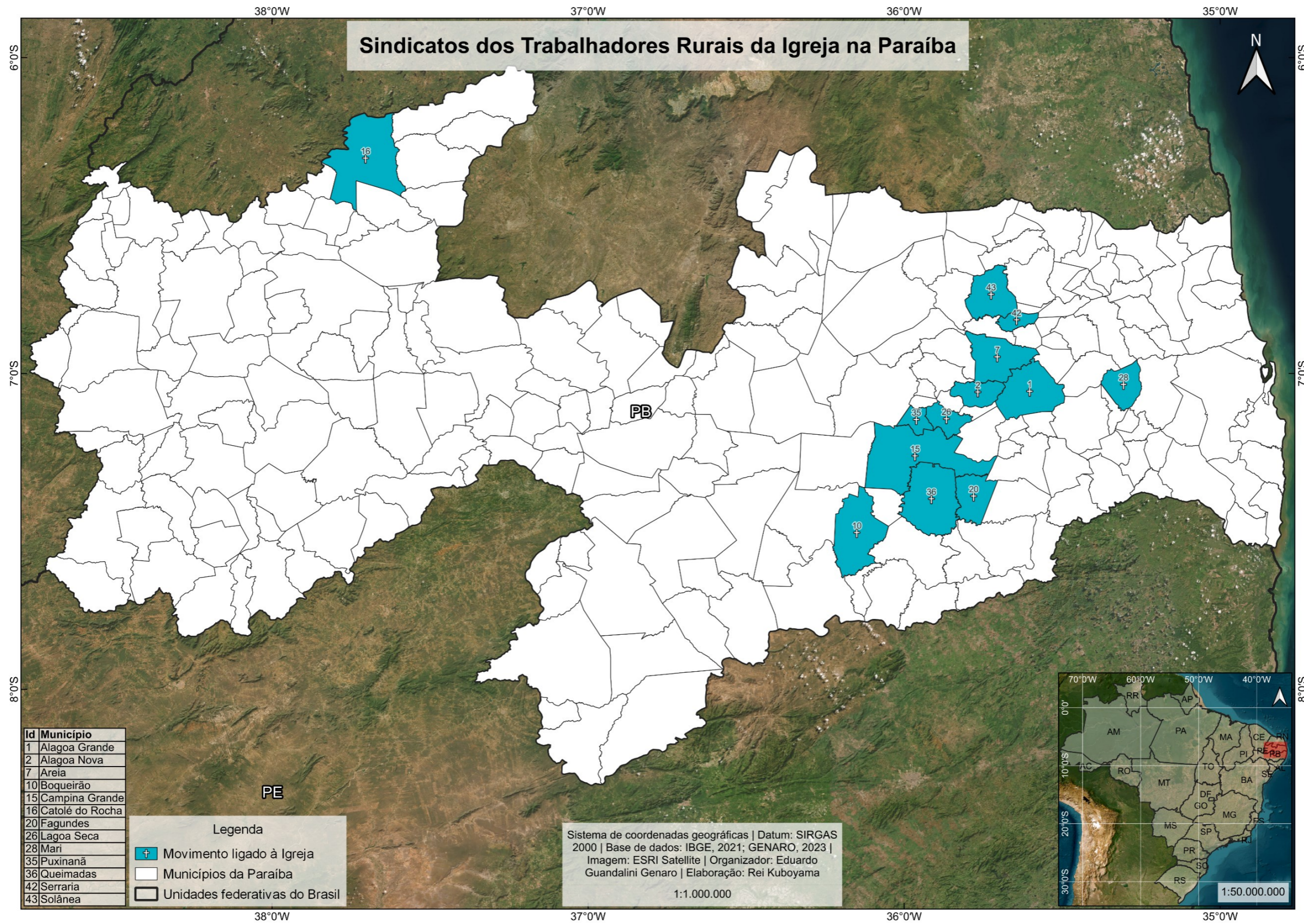
Paraíba; a **Figura 9** – Ligas e STRs na Paraíba; e, por fim, a **Figura 10** – Ligas e STRs da Igreja e do PCB na Paraíba e no Pernambuco.

Figura 7 -Ligas Camponesas na Paraíba



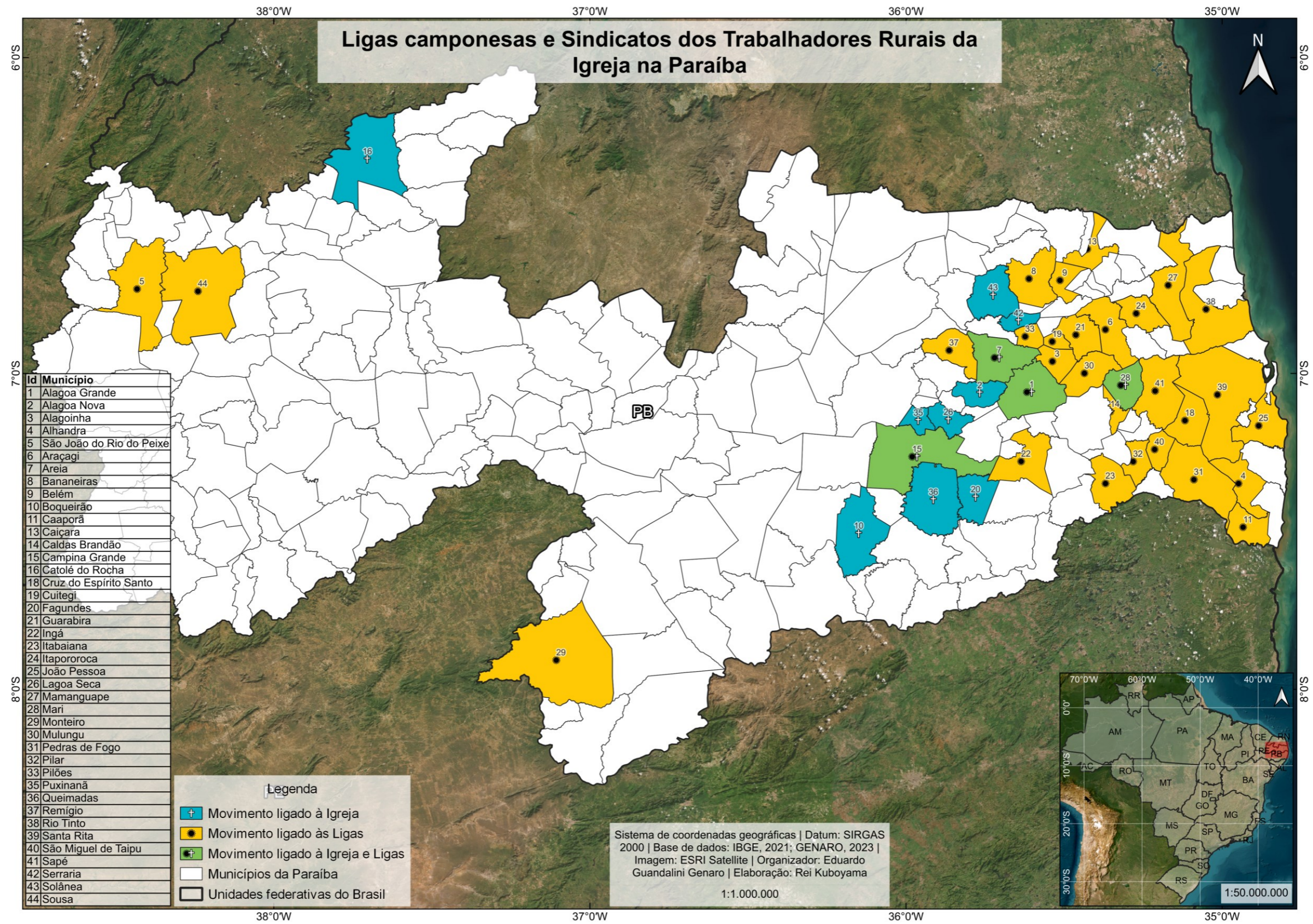
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa.

Figura 8 - STRs da Igreja na Paraíba



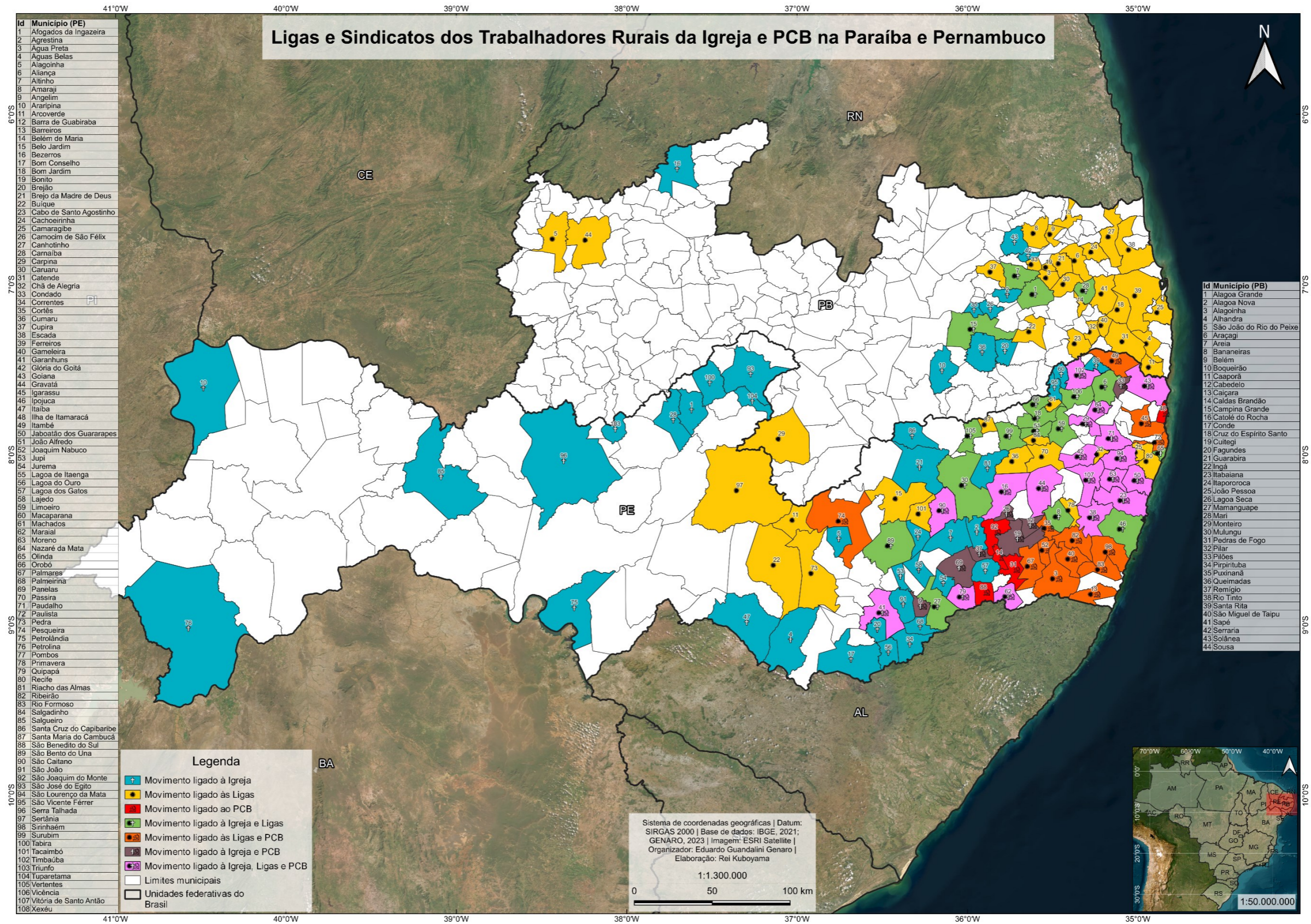
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

Figura 9 - Ligas e STRs da Igreja na Paraíba



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

Figura 10 – Ligas e STRs da Igreja e do PCB na Paraíba e no Pernambuco



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

A presença de mais informações sobre as organizações em Pernambuco permitiu ainda que elaborássemos o **Quadro 5**, com informações sobre os engenhos em que as organizações estavam presentes.

Quadro 5 – STRs e Ligas em Pernambuco com detalhes de engenhos mobilizados (1955-1964)

Municípios com sindicato da Igreja	Municípios com Ligas	Municípios com sindicato do PCB
Afogados de Ingazeira (63)	Água Preta – Xexéu, Limão e Caiçara;	Água Preta (em 57 foi Liga Camponesa e centro de todos os sindicatos depois vinculados à <u>Palmares</u>)
Agrestina (3/12/63)	Aliança	Angelim (era federado e não reconhecido até 63; <u>delegacia de Palmares</u>)
Águas Belas (63)	Amaraji – Engenho Amaraji; Primavera (fica independente de Amaraji em 20 de dezembro de 1963)	Barra de Guabiraba (era federado e ligado a Escada - até 63-. Cidade criada em 62, antes pertencia à Bonito; <u>delegacia de Palmares</u>)
Alagoinha (63)	Arcoverde – Av. João Pessoa, 522	<u>Barreiros (1/3/56 já era reconhecido)</u>
Aliança (63)	Barra de Guarabira (ate 1958 pertencia a Bonito, mas fica idenpendente)	Belém de Maria (<u>delegacia de Palmares</u>)
<u>Altinho (3/12/63)</u>	Barreiros – na cidade;	Bezerros (era federado e não reconhecido até 1963; <u>delegacia de Palmares</u>)
Angelim (62)	Belo Jardim – na cidade;	<u>Bonito (delegacia de Palmares)</u>
Araripina (63)	Bezerros – Sítio Junco/ Fazenda Japecanga;	<u>Cabo (era federado até 1964; delegacia de Palmares e teve influência de grupos das Ligas-julianistas-.)</u>
<u>Barra de Guabiraba (62)</u>	Bom Jardim – Fazenda Vitória/ Bizarra; Machados – em um distrito (era pertencente a Bom Jardim até 20 de dezembro de 1963)	Camocim de São Felix (foi federada até 63; <u>delegacia de Palmares</u>)
Bezerros (63)	Buíque – no Sítio Contador, no Sítio Cabo do Campo/Serrinha	Carpina
<u>Bom Conselho (3/12/63)</u>	Cabo – Ponte dos Carvalhos, Engenho Tiriri, Engenho Camaçari, Cabo de Santo Agostinho Pontezinha	Catende (havia sindicato desde 54; <u>delegacia de Palmares</u>)
<u>Bom Jardim (27/8/63; já foi delegacia de Limoeiro)</u>	Camaragibe (em 20 de dezembro de 1963 foi tornado independente de São Lourenço da Mata)	Condado
Bonito (63)	Canhotinho – Caititu;	<u>Cortês (delegacia de Palmares)</u>
Brejão (03/12/63)	Carpina – no município;	Cupira (era federada e não reconhecida até 62; <u>delegacia de Palmares</u>)
Brejo da Madre de Deus (63)	Caruaru	Escada
Cabo (62) e em 64 no distrito Ponte dos Carvalhos	Chã de Alegria (tornada independente de Glória de Goita em 20 de dezembro de 1963; ; teve influência de grupos do PCdoB)	<u>Gameleira (delegacia de Palmares)</u>
Cachoeirinha (63)	Cortez – no município;	<u>Garanhus (era federada e chegou a ser reconhecida em 20/8/63; delegacia de Palmares)</u>
Camocim de São Felix (63)	Cumaru (emancipado de Limoeiro em 20 de dezembro de 1963)	<u>Gloria de Goita (delegacia de Jaboatão; teve influência de grupos do PCdoB)</u>
<u>Canhotinho (16/09/63; já foi delegacia de Lajedo)</u>	Escada – no município;	<u>Goiana (desde 1954 havia sindicato; já foi Federado, e se torna reconhecido; teve influência de grupos das Ligas- julianistas-)</u>
Carnaíba (63)	Gameleira – no município;	<u>Gravatá (ela era federada e chegou a ser reconhecida em 20/8/63; delegacia de Palmares)</u>
Carpina (63)	Garanhuns	<u>Igarassu (reconhecido em 1962)</u>
<u>Caruaru (61; reconhecido em 13/5/62)</u>	Glória de Goitá – Apoti – propriedade Ossos; Chã de Alegria (tornada independente de Gloria de Goita em 20 de dezembro de 1963)	Itamaracá (delegacia de Igarassu)

Condado (63)	Goiana – na cidade de Goiana, em Condado, Porta d'Água e Ponta de Pedra	Itambé (2/8/63; teve influência de grupos trotskistas)
Correntes (62)	Gravatá – na cidade, no Sítio Jucá e no Sítio Nicácio;	Jaboatão (reconhecido; desde 1954 havia sindicato; ele é reconhecido e ligado a Federação até 1963; teve influência de grupos do PCdoB)
Cupira (1962)	Igarassu – na cidade e em Araçoiaba;	Joaquim Nabuco (delegacia de Palmares)
Escada (62)	Ipojuca – na Usina Salgado;	Maraial (delegacia de Palmares)
Ferreiros (64)	Itambé – na cidade;	Moreno (delegacia de Jaboatão; teve influência de grupos do PCdoB)
Garanhuns (20/8/63)	Jaboatão – no centro da cidade, no Engenho Cova de Onça, no Cristo Redentor/ Taboqueira e Cumby, na Goiabeira/Santo Aleixo e a do Engenho Mussaíba;	Nazaré da Mata
Glória do Goitá (63)	João Alfredo – em Oiteiro; -Salgadinho (se torna independente de João Alfredo em 20 de dezembro de 1963)	Palmares (havia associação em 53 que serve de base a sindicato, que se organiza em 61 e é reconhecido em 63)
Goiana (63)	Joaquim Nabuco	Panelas (delegacia de Palmares)
Gravatá (20/8/63)	Limoeiro: em Passira (antes da emancipação em 63); em Lagoa Comprida; Cumarú (emancipado de Limoeiro em 20 de dezembro de 1963)	Paudalho (havia sindicato desde 1954; delegacia de Jaboatão; teve influência de grupos do PCdoB)
Itaíba (63)	Machados – em um distrito (era pertencente a Bom Jardim até 20 de dezembro de 1963)	Paulista
Jaboatão (62)	Maraial – no Engenho Lusitano;	Pesqueira (não reconhecido; fundado em 63)
João Alfredo (63; já foi delegacia de Lajedo)	Moreno – na cidade;	Quipapá (era federado e reconhecido em 26/4/63; delegacia de Palmares)
Jupi (19/8/63)	Nazaré da Mata – no Engenho Babilônia;	Ribeirão (delegacia de Palmares)
Jurema (2/12/63)	Olinda – da Santa/ Frágoso e Sapucaia	Rio Formoso (foi ligado Paudalho até 57; delegacia de Barreiros)
Lagoa do Ouro (16/09/63)	Orobó;	São Benedito (delegacia de Palmares)
Lajedo (61; reconhecido em 13/05/62)	Palmares – Engenho São Manoel;	São Caetano (era federada e foi reconhecida em 2/12/63; delegacia de Palmares)
Limoeiro (61; reconhecido em 13/05/62)	Passira (em 63 vira município, antes era ligado a Limoeiro)	São Joaquim do Monte (delegacia de Palmares)
Macaparana (63; já foi delegacia de Timbaúba)	Pau d'Alho – no centro da cidade, a do Engenho Malemba e a do Engenho Pindobal;	São Lourenço (delegacia de Jaboatão; teve influência de grupos do PCdoB)
Maraial (63)	Paulista – Mirueira e Jaguaribe;	Sirinhaém (delegacia de Barreiros; teve influência de grupos trotskistas)
Moreno (62)	Pedra – na propriedade Alegre	Timbauba
Nazaré da Mata (63; já foi delegacia de Timbaúba)	Pesqueira – no centro da cidade, no Posto dos Índios e na Vila de Cimbres	Vitória de Santo Antão
Olinda (62)	Primavera (fica independente de Amaraji em 20 de dezembro de 1963)	
Orobó (62; vira delegacia de Limoeiro)	Quipapá – em Cavas, no Engenho Quipapá e a do Engenho Uruçu;	
Palmeirinha (20/8/63)	Recife – a sede das Ligas, a da Boa Ideia, a da Iputinga, a de Beberibe, do Totó e Várzea	
Panelas (61)	Ribeirão – no centro da cidade	
Paudalho (63)	Rio Formoso – no Engenho Cigarra	
Petrolândia (63)	Salgadinho (se torna independente de João Alfredo em 20 de dezembro de 1963)	

Petrolina (27/7/63)	Santa Maria (torna-se independente de Vertentes em 20 de dezembro de 1963)	
Ponte dos Carvalhos (64) (distrito de Cabo)	São Bento da Una	
Quipapá (61)	São Caetano: Tacaimbó (fica independente de São Caitano em 20 de dezembro de 1963)	
Riacho das Almas (63; delegacia de Caruaru)	São Lourenço da Mata – São Lourenço/Engenho Pau Ferro; Camaragibe (em 20 de dezembro de 1963 foi tornado independente de São Lourenço da Mata)	
Salgueiro (63)	Sertânia	
São Bento do Una (3/12/63; vira Delegacia de Lajedo)	Sirinhaém	
São Caetano (63)	Surubim;	
São João (28/8/63)	Tacaimbó (fica independente de São Caitano em 20 de dezembro de 1963)	
São José do Egito (63)	Timbaúba – no centro da cidade;	
São Lourenço da Mata (62)	Vertente de Taquaritinga (Vertentes): Santa Maria (torna-se independente de Vertentes em 20 de dezembro de 1963)	
Serra Talhada (63)	Vicência	
Surubim (62)	Vitória de Santo Antão – no centro da cidade, a de Caiçara, Galileia, Maués, Genipapo, Tamaramirim, São Francisco, Bento Velho e Arandu de cima	
Tabira (63)		
Timbaúba (61; reconhecido em 3/6/22; já foi delegacia de Nazaré da Mata)		
Triunfo (63)		
Vertentes (61)		
Vicência (63)		
Vitória de Santo Antão (61)		
Amaraji (62 delegacia de Escada)		
Ipojuca (62 delegacia de Escada)		
São Vicente Ferreira (61; delegacia de Timbaúba)		
Santa Cruz do Capibaribe (delegacia de Caruaru)		
Tuparetama (63; delegacia de São José do Egito)		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa.

Os quadros permitem observarmos a mobilização sindical, principalmente das Ligas e dos STRs ligados ao PCB e à Igreja Católica. A presença desta, nesse caso, é marcante, especialmente no alto número de sindicatos que fundou em Pernambuco. Também é nítida uma diferenciação entre os dois estados no que tange ao tensionamento entre as Ligas e o PCB, tendo em vista que, na Paraíba, o partido permaneceu influenciando as Ligas existentes, sem causar uma polarização em uma segunda organização sindical. Outro fator relevante é que, especialmente em Pernambuco, se pode observar uma divisão da mobilização: a Mata Sul era muito mais mobilizada pelo PCB do que pelas Ligas, enquanto a Mata Norte apresentava uma forte presença das últimas. Essa polarização pode ser explicada pela categoria de trabalhador que era procurada por cada movimento, assim como por qual organização que cada uma dessas categorias tinha preferência.

A maior produção de cana na Mata Sul favorecia uma presença maior de trabalhadores rurais em condições mais assalariadas e de moradores de condição, enquanto a Mata Norte apresentava uma maior presença de foreiros e meeiros (o que não significava que esses grupos eram, na Mata Norte, maioria numérica quando comparados ao número de moradores de condição). Mais a frente, no Capítulo 3, debateremos com mais profundidade a relação entre posições sociais, dados econômicos – como a produção de cana –, a presença das organizações e os tipos diversos de ações coletivas.

1.6 Tendências em torno da questão agrária e da organização de STRs e associações de trabalhadores rurais na Paraíba e em Pernambuco

A contextualização dos governos estaduais, da expansão canavieira e da formação de STRs e associações de trabalhadores rurais na Paraíba e no Pernambuco permite observarmos as seguintes tendências sócio-históricas em torno da questão agrária e da mobilização política no campo: 1) um processo de socialização das perdas que onerava a população em geral e que podia ser observado também nas relações da *morada*, nas quais os moradores constantemente eram colocados em situações de dependência para com o grande proprietário e acabavam arcando com as consequências econômicas de momentos economicamente ruins da grande propriedade em que viviam; 2) a forte violência utilizada pelos grandes proprietários foi um obstáculo frente às possibilidades de distribuição de poder e riqueza; 3) a mudança no padrão de acumulação observada com a ascensão de grupos econômicos industriais do Centro-Sul do Brasil impactou fortemente as tendências econômicas e as dinâmicas de trabalho da *morada*, o que incentivou a expulsão do campo e a diminuição de roçados e sítios distribuídos a moradores, gerando uma crise da *morada* na região canavieira dos dois estados; 4) os governos de Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961) e Jânio Quadros (1961) foram marcados pela forte ambiguidade entre a defesa de mudanças da estrutura agrária e os constrangimentos para efetivar políticas nesse sentido, devido às pressões de um Congresso conservador, de modo que os três governos se viram impedidos de implementar medidas de reforma agrária, mesmo as defendendo em diversos discursos. As alianças políticas desses presidentes

também atuaram como limitadoras das proposições de mudanças sociais no meio rural, como pode se observar no governo JK, que deixou de pautar a questão agrária em troca de apoio para o Plano de Metas; 5) o governo João Goulart observou os constrangimentos dos grandes proprietários em relação às políticas de sindicalização rural e de reforma agrária, de modo que o presidente, em diversos momentos, recuou a respeito dessas políticas. Entretanto, implementou fortemente a política de sindicalização e, no período final de seu governo, optou por uma forte defesa da pauta da reforma agrária, em um contexto que se desdobrou no golpe militar⁶²; 6) o contexto estadual de Pernambuco demonstra uma abertura política às pautas dos trabalhadores rurais, em especial, no governo Arraes, mas também não deixa de evidenciar um constrangimento em avançar nas pautas de distribuição fundiária, de maneira a se concentrar em políticas públicas destinadas ao campo e na defesa da sindicalização rural; 7) os constrangimentos políticos no contexto paraibano são ainda mais evidentes, em vista da dificuldade de Gondim em implementar políticas públicas direcionadas aos trabalhadores rurais, feitas por Arraes, e no constrangimento em debater a questão da concentração fundiária. A presença do PCB no interior das Ligas paraibanas e a menor abertura do executivo estadual às pautas dos trabalhadores rurais fizeram com que não fosse gerada uma política de sindicalização rural que, como em Pernambuco, tivesse grande amplitude e gerasse a polarização entre os grupos que mobilizavam os trabalhadores rurais. O governo Gondim, além de se limitar na defesa dos interesses dos trabalhadores rurais, optou, no fim do período democrático, pela aproximação com os grupos dominantes e com as forças armadas, apoiando a repressão anterior e posterior ao golpe militar.

⁶² A defesa de Goulart da desapropriação de terras próximas às rodovias não deve ser entendida como uma causa do golpe militar. Se houve uma radicalização de pautas do governo em 1964, a mesma não justifica a extrema radicalização dos grupos conservadores e, em especial, dos grupos militares que optam por romper com o regime democrático. Nesses termos, a radicalização do contexto não foi simultaneamente dos grupos de esquerda e de direita. Os primeiros defendiam pautas de modernização, eliminação de regimes de trabalho não condizentes com os direitos sociais do trabalho assalariado e um regime político com maior participação popular. As demandas mais radicais não ocupavam as demandas das ações coletivas de maior destaque nesse período, sendo que a pretensa radicalização da esquerda foi um discurso dos militares utilizado para justificar a violenta interrupção das disputas políticas, em um momento em que os agentes nas posições sociais mais baixas elaboravam demandas ao Estado.

CAPÍTULO 2 – AÇÕES COLETIVAS HÍBRIDAS: ENTRE AS REVOLTAS TRADICIONAIS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS MODERNOS

As Ligas Camponesas realizaram uma ação coletiva por nós denominada de cercamento à casa grande, que foi apresentada, em forma de exemplo, na introdução desta tese. Essa ação, que ocorria através da ida em conjunto de diversos moradores e outros trabalhadores rurais para a casa grande com o fito de negociar uma pauta ligada às relações da *morada*, apresentou, simultaneamente, características do que Tilly (1993; 2005) chama de velho e novo repertório. A emergência desta forma de ação se relacionava com a dinâmica de crise das relações tradicionais da *morada* e com as novas dinâmicas acessadas pelos moradores, como o aumento de vínculos com outros grupos externos à *morada* e a emergência de organização política em STRs e associações, de modo que a ressignificação da moralidade tradicional foi um traço marcante dessas ações.

Nesse sentido, as ações híbridas em questão destoam da categorização de uma ação coletiva como sendo parte de um velho ou de um novo repertório como aponta Tilly, de modo que essa categoria por nós proposta tem o potencial de fornecer novos quadros de análise para entendermos as revoltas, principalmente as que ocorreram em contextos históricos que apresentaram, simultaneamente, uma crise de relação tradicional e a possibilidade de formas modernas de confrontação, como é o caso das “visitas” nas revoltas de *Captain Swing*, na Grã-Bretanha, estudadas por Hobsbawm e Rudé (1978), assim como pelo próprio Tilly (2005). No empreendimento de nossa análise, estaremos, em certo ponto, nos baseando nas análises de Tilly e, por outro lado, indo além delas.

A respeito da categoria ação coletiva híbrida, cabe destacar que a mesma remete às ações coletivas, isto é, aos eventos de confrontação política, como é o caso do cercamento à casa grande. Portanto, não estamos nos referindo a um repertório híbrido, pois o termo repertório remete ao conjunto de tipos de ação coletiva realizados por um movimento social, como, por exemplo, o caso do repertório de um sindicato, que poderia envolver greves, reuniões, passeatas, entre outras ações. O termo “repertório híbrido” remete à presença de ações coletivas tradicionais e modernas inseridas no leque de escolha de um determinado movimento. Todavia, o que estamos estudando aqui se diferencia disso, pois se

trata de uma ação híbrida, ou seja, de um evento, uma ação realizada por um movimento, que aconteceu em determinado local e data e que, nessa mesma ação, apresentou características do velho e do novo repertório.

A categoria ações híbridas demonstra um potencial interessante para futuras pesquisas comparativas, nas quais poderão ser esclarecidas algumas dinâmicas da revolta, como é o caso da mobilização da moralidade pelos participantes das ações, assim como da participação de certas posições sociais, como as camadas intermediárias, em formas específicas de ação. Futuras pesquisas comparativas, portanto, permitirão o aprimoramento da categoria proposta, assim como demonstram potencial de aprofundamento no entendimento das revoltas.

2.1 Os cercamentos à casa grande enquanto ações coletivas híbridas: um caso destoante do novo e do velho repertório

A observação das ações coletivas das Ligas Camponesas chama atenção para duas formas de revolta: os mutirões e os cercamentos à casa grande. Ambas se destacam por apresentarem características do que Tilly (1993; 2005) chama de velho e de novo repertório, assim como por mobilizarem valores da *morada*, que, como veremos nas seções seguintes, eram mais expressos por certas camadas de moradores, notadamente os foreiros e os meeiros. Logo, uma primeira reflexão em torno das peculiaridades dessas ações coletivas nos dá indicativos sobre como a moralidade era acionada por camadas diversas na *morada* e como isso poderia gerar formas diferenciadas de mobilização. Esta seção, portanto, visa analisar uma das formas de ação⁶³ do repertório (Tilly, 1993; 2005) de ação coletiva das Ligas: os cercamentos à casa grande, forma já apresentada na introdução desta tese, a partir de uma história fictícia montada com base nos relatos apresentados em Van Ham *et al.* (2006). Os relatos em questão contam com uma riqueza de detalhes, como a variação de formas usadas para a realização da ação, a variação de participantes e de interações entre eles e os grandes proprietários e as formas de negociação

⁶³ Tilly (2005) define “ação” como sendo as atividades desempenhadas pelos indivíduos durante a confrontação política, que formam sequências recorrentes, as performances. A variedade de performances desempenhadas entre dois pares de atores (a exemplo de proletários e capitalistas) formam o repertório de ação coletiva.

adotadas entre os últimos e as lideranças do movimento. Vale salientar que outros fatores também serão abordados ao longo desta seção.

Inicialmente, citaremos o relato de Assis Lemos de Souza, agrônomo, deputado do PCB e uma das lideranças das Ligas na Paraíba, a respeito dos cercamentos à casa grande. Nesse ínterim, Assis Lemos de Souza, autor do livro *Nordeste, o Vietnã que não houve* (1990), expõe na obra vários detalhes das ações dos cercamentos, décadas após os acontecimentos. Um elemento a ser destacado é que o próprio Assis Lemos liderou parte dessas ações, entretanto, levando-se em conta os relatos apresentados em Van Ham *et al.* (2006), vários cercamentos às casas grandes foram feitos com a participação apenas de lideranças camponesas, sendo muito provável – como evidenciaremos – que o desenvolvimento dessas ações tenha sido feito por essas lideranças em questão, e não por aqueles agentes mais ligados ao meio urbano. A respeito dessas ações, Assis Lemos de Souza nos diz que:

Nas reuniões das Ligas decidia-se qual a região seria objeto de investida contra o Cambão. Escolhida a área, marcava-se o dia, o local e a hora do encontro dos camponeses. Geralmente, as fazendas, objetos daquela ação, ficavam ao lado das estradas que ligavam a cidade – Sede da Liga – a um distrito ou entre dois distritos. Os camponeses, normalmente, compareciam ao local combinado com seus instrumentos de trabalho⁶⁴: foices, facões e espingardas. Temiam encontrar alguma resistência, e assim podiam se defender. Reuniam-se de 500 a 5000 mil camponeses, em local determinado para o encontro. Saíam pela estrada, entrando nas fazendas. Quando se aproximavam da casa grande, faziam uma parada, a uma distância de 200 a 300 metros e, em seguida, todos corriam, cercando-a. Eu e mais dois ou três dirigentes ou Delegados⁶⁵, entrávamos na casa grande e, após argumentar ao fazendeiro a razão daquela “visita”, propúnhamos que concordasse em acabar com o Cambão (Souza, 1996, p. 66).

O fato de Assis Lemos ser uma liderança urbana explica tanto a síntese que consegue fazer de diversos elementos do cercamento – diferentemente de uma descrição mais difusa, típica das narrativas encontradas nos relatos dos moradores – quanto o fato de sua memória remeter a um momento histórico específico, no qual diversas Ligas Camponesas paraibanas realizaram várias ações deste tipo contra o cambão. O relato de Lemos faz parecer que os cercamentos às casas grandes

⁶⁴ Os relatos concedidos a Irmã Tonny Van Ham *et al.* (2006) demonstram também ser comum os moradores estarem com suas enxadas.

⁶⁵ O delegado era um morador de uma fazenda, que a representava nas reuniões das Ligas.

remetiam apenas a esta pauta, o que evidentemente não era realidade. Todavia, sua fala nos chama atenção para como esta ação podia ser realizada de maneira mais esporádica, ocorrendo de acordo com uma demanda singular em uma fazenda, ou de maneira mais planejada, articulando ações em locais estrategicamente escolhidos. Os relatos apresentados em Van Ham *et al.* (2006) parecem indicar um maior prevalectimento das ações desencadeadas a partir de demandas específicas, como será debatido ao longo desta seção. Utilizaremos como base para nossa discussão, além do relato de Assis Lemos de Souza, o relato de Severino Guilhermino de Souza concedido a Van Ham, para estabelecermos as características dos cercamentos à casa grande.

Os cercamentos às casas grandes costumavam ocorrer após a expulsão de um morador ou, como no caso acima, a partir de uma pauta referente à fazenda onde se fazia a ação. Sendo que, no primeiro caso, a ação visava a volta do morador à fazenda ou a indenização do tal morador. Esse primeiro caso chama atenção por demonstrar uma forma semelhante aos ataques diretos, que visavam resolver imediatamente uma questão – a qual representava uma demanda da comunidade dos moradores de determinada fazenda, a exemplo dos casos em que a ação era motivada pela expulsão de um morador – e que eram realizados contra a pessoa a que se demandava. Esse tipo de ataque era comum no que Charles Tilly (1993; 2005) chama de velho repertório. Entretanto, os cercamentos à casa grande ocorreram de maneira organizada em várias fazendas, e sua ação pressionava por uma negociação entre lideranças e grande proprietário, o que a aproxima das características do novo repertório. Esta seção, portanto, visa analisar essa ambivalência e propõe que os cercamentos à casa grande são uma ação coletiva híbrida entre velho e novo repertório.

As pesquisas acadêmicas e os escritos de lideranças sobre a mobilização de trabalhadores rurais nas Ligas, em geral, não chamam muita atenção para os mutirões⁶⁶ e os cercamentos à casa grande. Todavia, alguns pesquisadores perceberam essas especificidades, a exemplo de Bastos (1984), que chama atenção para as ocupações e as “tomadas de terra”, sendo que o primeiro evento nos parece descrever o que aqui chamamos de cercamentos à casa grande. A pesquisa de

⁶⁶ Como ficará mais claro adiante, os mutirões eram as ações em que os participantes das Ligas realizavam plantios em uma área da grande propriedade sem a permissão do latifundiário.

Roberval Vêras de Oliveira (1989) menciona os mutirões e, inclusive, os destaca e analisa. O relato histórico de Assis Lemos de Souza (1996) fala dos mutirões e dos cercamentos à casa grande. Rangel (2000) não foca essas ações, mas chama atenção para características que a elas pertencem. Xavier (2010) também observa os mutirões. Nesse sentido, para entendermos essa ação, usamos como evidências os relatos de lideranças das Ligas, entre os quais se destaca o de Assis Lemos de Souza (1996), e as entrevistas concedidas a irmã Tonny Van Ham *et al.* (2006) por moradores que participaram do movimento.

2.1.1 O repertório das ligas camponesas

Esta seção é iniciada a partir de uma contextualização – de maneira breve – das obras de Charles Tilly em meio aos estudos sobre movimentos sociais. Angela Alonso (2009) destaca três campos de pesquisa sobre movimentos sociais: a Teoria da Mobilização de Recursos, a Teoria do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais. A primeira, mais focada em aspectos institucionais e macrossociais; a segunda, mais focada nas ações coletivas e suas interações com o Estado; e a terceira, mais focada na mudança cultural.⁶⁷ Essas distinções não significam que a segunda corrente ignora a cultura, visto que, para Alonso (2009), a Teoria do Processo Político entende a mobilização através das oportunidades políticas e da criação de solidariedade em um grupo, o que abrange fatores simbólicos. Entretanto, o foco em aspectos simbólicos e nos enquadramentos realizados pelos participantes de movimentos sociais foi uma marca da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, que tem como forte expoente Mellucci (1988). A distinção entre novos e velhos movimentos sociais também é uma das marcas da última teoria, que separa os atores coletivos do período das revoltas de trabalhadores industriais em relação às mobilizações de meados do século XX, marcadas por demandas identitárias, casos do feminismo, do movimento negro e dos movimentos ambientalistas.

⁶⁷ Medeiros (2012) também realiza uma revisão das principais abordagens sobre movimentos sociais, na qual discute os diálogos desse debate com as obras de E. P. Thompson (1987) e Barrington Moore Jr. (1987).

Tilly é um dos principais nomes da segunda abordagem, destacando-se por sua análise de repertórios de ação coletiva. O autor também distingue duas formas de ação. Mas, privilegiando a interação política e a violência, não desenvolve o mesmo foco realizado por Melucci em relação aos fatores culturais. Assim, o recorte histórico empreendido pelos autores também é diverso: o velho repertório de Tilly é predominante até o século XVIII, enquanto os novos movimentos sociais são identificados por Melucci na segunda metade do século XX. O avançar dos debates fez com que a Teoria da Mobilização de Recursos perdesse espaço e que as outras duas teorias se reposicionassem, reconhecendo elementos umas das outras. Tilly (2008), por sua vez, se direciona a entender elementos culturais das mobilizações, o que explica sua adoção do termo “performance”, assim como seu interesse pelo estudo da moralidade. Alonso (2009) indica que temas novos, principalmente a emergência de mobilizações de caráter global, geraram novas polarizações no campo teórico em questão, como a ascensão do debate sobre as emoções nos movimentos sociais.

Breno Bringel (2012) indica que, em um primeiro momento teórico, Tilly foi criticado pelo caráter estruturalista, institucionalista e comparativo de seus estudos. O que estava em jogo, portanto, era a dinâmica da agência nas mobilizações, sendo que, ainda para Bringel, Melucci (1989; 1992; 1996) se destaca nessa crítica. Bringel também destaca que Tilly nunca pensou a estrutura social ou as instituições de maneira estática, de forma a tentar construir, a partir das críticas sofridas e das autocríticas, um “estruturalismo relacional” que conseguisse entender os aspectos culturais da mobilização. A amplitude comparativa, por sua vez, demonstra limites metodológicos, mas também apresenta um potencial de interpretação dos amplos processos que envolveriam a ação coletiva. Bringel, assim, concorda com Gohn (2008) sobre como Tilly, por mais que tenha sido interpretado como um autor estruturalista e institucionalista, nunca se encaixou completamente em uma escola de estudo dos movimentos sociais, tendo em vista que, ao longo de sua trajetória, buscou construir recursos de interpretação dos aspectos simbólicos da mobilização, sem abandonar um viés estrutural. As reflexões acerca do campo dos movimentos sociais permitem observar que Tilly, ao longo de sua trajetória de pesquisador, se deslocou do campo da macro-análise comparativa das ações coletivas para um estudo que abrangia aspectos culturais envolvidos na elaboração dessas ações.

Tilly, portanto, se deslocou de uma parte do campo teórico, para o foco do outro lado desse campo, sem, entretanto, perder sua característica de elaborar macro-análises estruturais.

A pesquisa que dá corpo a esta tese tem como um de seus principais materiais empíricos as narrativas dos moradores, de modo que tenta pensar as ressignificações desses agentes. Esse material empírico parecia, inicialmente, nos aproximar do tipo de análise mais cultural dos movimentos sociais. Entretanto, a análise histórica feita por Tilly nos pareceu bastante pertinente para pensarmos nosso recorte empírico, o que não deixa de lado a necessidade de lidarmos com os limites da teoria do autor e pensarmos como os aspectos morais influíram fortemente na forma como a mobilização se articulou.

Charles Tilly (1993; 2005) diferencia dois repertórios de ação coletiva: o velho e o novo. O velho repertório prevaleceu – em seu recorte de pesquisa, no caso, a Grã-Bretanha – até o final do século XVIII, sendo constituído por ações como motins de comida, cerimônias de envergonhamento público, ataques a moradias desonradas, invasões de terra e ações diretas envolvendo violência física. As principais características desse repertório são: 1) paroquial, no sentido de que os interesses e as ações envolvidas remetiam, em geral, a apenas uma comunidade; 2) particular, visto que tratavam-se de ações locais e específicas que dificilmente foram reproduzidas em outros locais ou por grupos diferentes daqueles que realizaram aquelas ações; e 3) bifurcado, pois os participantes dessas ações agiam de modo direto sobre os interesses locais, mas, quando a questão envolvia interesses e questões nacionais, esses agentes transferiam suas demandas para uma autoridade local. Para Tilly, essas formas de ação foram marcadas pela presença de ações diretas, sendo comuns conflitos violentos, e pela busca dos participantes pela reparação imediata de suas queixas.

Por sua vez, o novo repertório, segundo Tilly (1993; 2005), emergiu no final do século XVIII e se tornou predominante – mas nunca conseguindo extinguir o velho repertório – no início do século XIX. Ele é constituído por ações coletivas como assembleias públicas, petições, demonstrações e criações de sindicatos e associações. Esse repertório é caracterizado por ser: 1) nacional, estabelecendo vinculação entre o local, o regional e o nacional, assim como abrangendo questões

mais amplas aos centros de poder, como, no caso, as demandas⁶⁸ realizadas as instituições do Estado; 2) modular, pois aplica um repertório comum e padronizado em mais de uma localidade; e 3) autônomo, por estabelecer comunicação direta entre os participantes e as autoridades que estão sendo demandadas. Um elemento central que Tilly (1993; 2005) observa no momento em que o repertório novo assume a predominância é a diminuição da violência e de ações diretas contra os alvos das demandas. Ele identifica essa mudança através de evidências como a diminuição de mortes durante os confrontos travados nas ações coletivas.

A emergência do Estado enquanto agente que consegue suprimir as formas de poder local é, portanto, parte do processo em que o novo repertório emerge, ao mesmo tempo em que a própria formação desse Estado ocorre, a partir das mobilizações populares, em uma nova dinâmica⁶⁹. A concentração de capital, a proletarização, a urbanização, o crescimento demográfico e o crescimento do peso político dos atores que conseguiram mobilizar camadas mais amplas em associações também são fatores destacados pelo autor (Tilly, 1993; 2005). A mudança de um repertório para outro pode ser observada através da variação das ações ao longo das décadas. Entretanto, vale destacar a indicação de Tilly (1993; 2005) de que esse processo não se dá de modo linear, ocorrendo mais como um “zigue-zague”. Assim, a dicotomia entre os dois repertórios não deve ser exagerada, tendo em vista que nenhum grupo avaliado por Tilly se utilizou de todas as formas de interação de um dos repertórios ou mudou abruptamente de um repertório para outro. Dessa maneira, é comum que diversos grupos na história tenham se utilizado de ações tanto do velho quanto do novo repertório na confrontação política.

Ações realizadas pelas Ligas Camponesas e por STRs como comícios, passeatas, ações jurídicas, busca por apoio político de outros grupos, demandas e ações no sentido da oferta de políticas públicas à população rural, demandas por reforma agrária, greves, marchas e uso de jornais são ações nitidamente do novo repertório. Ações como ataques diretos a capangas e grandes proprietários – realizadas pelas Ligas – e incêndios – que, vale ressaltar, não tiveram comprovadamente a participação direta e organizada das Ligas – se enquadram no

⁶⁸ Tilly (1993; 2005), a respeito da Grã-Bretanha, afirma que as demandas foram cada vez mais focalizadas no Parlamento e não em autoridades locais.

⁶⁹ Tilly (2013) indica que um dos elementos do processo de democratização é a eliminação dos centros de poder autônomo, em outras palavras, das diversas formas de poder local.

que Tilly denomina velho repertório. Entretanto, ações como mutirões no campo e cercamentos à casa grande apresentam características tanto do velho quanto do novo repertório, como iremos observar no desenvolvimento desta seção.

Os cercamentos à casa grande eram ações nas quais diversos moradores se dirigiam à casa do senhor de engenho para demandar uma pauta relativa às regras da *morada* ou à crise destas regras, quando buscavam impedir a expulsão de moradores, exigir terras para plantio ou requerer o fim do cambão. Assim, cercavam a casa e iniciavam a negociação com o proprietário. Os mutirões, por sua vez, eram ações nas quais os participantes das Ligas realizavam plantios em uma área da grande propriedade sem a permissão do latifundiário, tratando-se, portanto, de uma ação que visava repor um roçado destruído ou, como fica visível em relatos cedidos a Irmã Tonny (Van Ham *et al.*, 2006), plantar no terreno da grande propriedade que não estava sendo utilizado para o cultivo da cana. A prática dos mutirões, portanto, desafiava a figura de autoridade do grande proprietário, visto que os moradores contrariavam suas ordens e requeriam terras para plantar. Esse desafio feito pelos moradores não era contra a totalidade das regras da *morada*, uma vez que, como indicam os relatos, os mutirões não visavam atingir a cana, mas apenas as áreas que já eram de roçado ou aquelas que não estavam sendo utilizadas.

No caso do cercamento à casa grande com a demanda do fim do cambão, observa-se, em certo sentido, uma demanda que rompia com a lógica da *morada*, por mais que ocorresse em um momento histórico em que os grandes proprietários tentavam aumentar o trabalho não pago dos moradores acima do que era aceitável pelos costumes destes. Dessa maneira, essa demanda, como diversas outras, apresenta uma ambivalência entre recompor o momento em que a *morada* era aceitável e romper com a lógica da mesma, a partir da demanda por terra e da crítica ao latifúndio. Como se percebe nos relatos registrados por Van Ham *et al.* (2006), muitos cercamentos à casa grande ocorriam de modo combinado com os mutirões, tendo em vista que, quando o grande proprietário destruída o roçado do morador, e ocorria um cercamento em resposta a essa ação, era comum que os participantes demandassem a devolução da terra ao morador. Inclusive, durante a ação de cercar a casa grande, buscava-se recolocar as cercas e refazer o plantio destruído do morador. Ou seja, os participantes realizavam, ou tentavam realizar – sempre enfrentando resistência dos capangas do grande proprietário –, um mutirão

em meio ao cercamento. Em certas situações, o sucesso do mutirão encerrava o cercamento. Em outras, principalmente nos casos em que o mutirão não obtivera sucesso, o cercamento poderia continuar até o momento em que ocorresse a negociação entre as lideranças e o latifundiário, visando a devolução do terreno ao morador ou uma indenização.

Entretanto, os mutirões e os cercamentos à casa grande constituem práticas diferentes, visto que podiam ocorrer cercamentos sem mutirões e que os últimos também podiam acontecer separadamente, a exemplo dos casos em que os moradores replantavam o terreno de um morador sem cercar a casa grande, o que constituía uma ação menos visível ao grande proprietário e aos capangas. A seguir, a fala de Maria da Guia, que morava em terras da Usina Santa Helena e que foi entrevistada por Irmã Tonny (Van Ham *et al.*, 2006) em 2003, explicita alguns elementos dessa ação:

Guia: Antes dessa época, eles tinham oportunidade de trabalhar em terra livre, plantavam suas fruteiras... mas, quando eles começaram a desenvolver esse conhecimento, no tempo em que foi proibido plantar o roçado do povo, aí os usineiros vinham de noite, cortavam a terra do povo⁷⁰, dos empregados. Aí, de dia, o pessoal e o sindicato se juntavam e iam plantar (Van Ham *et al.*, 2006, p. 305-306).

Essa prática se configurava quase como uma negociação indireta, na qual a ação das Ligas ocorria de modo a não necessariamente enfrentar o grande proprietário, em uma negociação com uma liderança, mas através de uma ação que rompia – mesmo que de modo ambivalente – com as regras da *morada* e que indicava desobediência ao patrão. Os mutirões das Ligas mantinham traços de continuidade para com as práticas comuns aos moradores, como o plantio e a construção de casas em terras arrendadas sem consulta ao grande proprietário, como mencionadas por Rangel (2000), constituindo-se como resistências cotidianas como entendidas por James Scott (2000). Entretanto, se a ação do mutirão muitas vezes não implicou na expressão nítida de demandas, o fato de ela ser realizada de dia, às vistas dos vigias e dos proprietários, e claramente organizada pelas Ligas, revela como havia um caráter público não presente nas resistências cotidianas dos moradores. Logo, esse tipo de ação permitiu tanto situações de vitória dos

⁷⁰ Com o termo “cortar a terra”, a narradora se refere à destruição das plantações dos moradores.

demandantes por terra como situações de derrota, que é o que acontece no episódio relatado por Maria da Guia a Irmã Tonny (Van Ham *et al.*, 2006).

Um elemento importante nos cercamentos à casa grande e nos mutirões é o fato de que eles costumavam acontecer após um morador ser expulso ou ter seu roçado destruído pelo grande proprietário. Esse morador expulso, então, procurava as Ligas, motivado tanto pelo prejuízo material quanto pela quebra da relação de obrigações mútuas entre si e o grande proprietário. Dessa maneira, mobilizava-se o que Barrington Moore Jr. (1987) chama de ira moral, referindo-se à revolta dos dominados contra os dominantes nas situações em que ocorre a ruptura de regras tradicionais por parte dos últimos. O autor afirma sobre a ira moral: “Em essência, é a ira diante da ofensa que uma pessoa sente quando outra viola uma norma social” (Moore Jr., 1987, p. 21). O conceito remete ao sentido de injustiça percebido por uma das partes, em uma relação de obrigações mútuas, quando ocorre a violação de um código moral. Nesse caso, os diversos grupos em disputa percebem um valor em sua contribuição nas obrigações mútuas, existindo, assim, uma tendência de que esses agentes compreenderiam as suas contribuições como tendo uma equivalência aproximada, o que, todavia, jamais significa uma equivalência real (um camponês pode justificar sua relação com um senhor de terras como sendo justa, por mais que exista imensa desigualdade entre ambos). Por isso, os dominados carregam uma ambivalência perante os códigos morais, tendo em vista que estes atendem a interesses contraditórios. Assim, em certos momentos, esses grupos tendem a justificar uma relação desigual e, em outros momentos, dão a essa mesma relação um sentido de injustiça.

Os momentos de crise e de abertura à mudança social são marcados por uma maior possibilidade de tensão em relação aos imperativos morais vigentes e às obrigações mútuas entre dominantes e dominados. Barrington Moore Jr. (1987) indica que a percepção de injustiça remete diretamente à violação da reciprocidade, principalmente nos casos em que a autoridade – entendida como uma relação em que existe o sentimento de dever moral de obediência – do dominante (ou governante nas palavras do autor) gera danos aos demais grupos sem nenhuma justificativa, em termos de retorno à sociedade. Uma abertura para a ira moral também ocorre quando os grupos dominantes criam uma série de privações materiais que não são aceitas pela população. A percepção da injustiça, por

diversas vezes, remete tanto a danos na reciprocidade de costumes tradicionais quanto a prejuízos materiais, de maneira que existe uma profunda relação entre as condições materiais e a percepção moral. Todavia, para Barrington Morre Jr, não existe uma pré-determinação de nenhuma das esferas de coordenação social por sobre as demais.

A relação entre moralidade e revolta também é pensada por Scott, que busca observar uma economia moral do campesinato a partir de três noções: a de risco mínimo, a de justiça nas redes de reciprocidade e a de subsistência como reivindicação moral. A primeira remete à prioridade atribuída, pelos camponeses em níveis mais baixos de sobrevivência, à subsistência perante outras ações econômicas. A segunda pensa a reciprocidade enquanto um princípio moral – cabe, aqui, destacar a influência da pesquisa de Mauss (1954) sobre a reciprocidade – em relação ao que é justo e legítimo nas relações entre vizinhos, parentes, amigos (uma reciprocidade simétrica entre pessoas em posições semelhantes) e patrões (uma reciprocidade assimétrica). Nesse caso, mesmo as relações desiguais, como a travada com os grandes proprietários, podem ser consideradas justas. A terceira, por fim, remete à percepção dos camponeses de que o mínimo de alimentos para a sobrevivência deveria ser garantido perante a quantidade da produção. Essa revolta variaria da defesa da preservação dos meios de subsistência até a defesa da obrigação moral, por parte das elites, de providenciar condições mínimas aos subalternos (Menezes, 2019).

Menezes (2019) analisa as críticas realizadas ao conceito de economia moral em Scott. Aqui, destacamos duas delas: a de como o conceito foi pensado para um contexto pré-mercado e pré-capitalista no qual não houvesse direitos civis e políticos, entretanto, a autora demonstra que é possível pensar a aplicação do conceito para contextos capitalistas; e a de como Scott busca pensar o campesinato enquanto um grupo revolucionário alternativo ao proletariado, devido aos camponeses não estarem comprometidos com o capitalista e apresentarem uma resistência ao capitalismo e ao Estado.

A observação da mobilização de STRs e Ligas Camponesas nas décadas de 1950 e 1960 trazem elementos empíricos que também permitem criticarmos alguns elementos apresentados na ideia de economia moral de Scott. Um apontamento a ser feito é a questão de que Scott considera o risco mínimo como relativo apenas

aos camponeses em piores condições de vida, afirmando que o cálculo de mercado seria possível quando a subsistência já estivesse garantida. Ele também indica que a valorização à subsistência só ocorreria com grupos que não tivessem condições de plantar mais do que o necessário para a subsistência – devido ao tamanho da unidade familiar em relação à terra cultivada – e que não tivessem acesso fácil a outros empregos (Menezes, 2019). Cabe salientar que os moradores plantavam para sua subsistência, mas não apenas. Era comum, até mesmo entre os foreiros e os meeiros, o plantio para a venda de alimentos nas feiras, como forma de obtenção de renda, para, então, haver a complementação da economia da unidade familiar. O cálculo de mercado (venda nas feiras) não era, portanto, excludente em relação à plantação de subsistência, mas, em muitos casos, ocorria conjuntamente.

Fora o exposto, uma moralidade que valoriza o plantio de subsistência pela unidade familiar pode ser observada em grupos que ocupavam melhores condições de vida, como foreiros, meeiros e pequenos proprietários, e em grupos que circulavam entre fazendas, transitando de um emprego a outro, mesmo que dentro das relações da *morada*, o que não exclui o fato de que muitos moradores expulsos que foram morar em áreas urbanas continuaram apresentando esses valores. Menezes (2019) defende que o modelo proposto por James Scott não deve ser adotado de maneira rígida, mas pode ajudar a pensar outros casos históricos. A autora menciona a crítica de Evans (1986) a Scott, sobre como este acaba pensando o camponês como um agente revolucionário, alternativo ao proletário, que resiste ao capitalismo e ao Estado. O contexto histórico estudado por nossa pesquisa nos permite manter um distanciamento da visão na qual o camponês tende a resistir ao Estado. E isso, tanto pelo fato de que nem todos os trabalhadores rurais se revoltaram, sendo que muitos deles aderiram a perspectivas ideológicas dos grandes proprietários, quanto – e principalmente – porque nossa pesquisa indica que muitas ações coletivas foram propiciadas ou ajudaram a propiciar uma atuação do Estado que não fosse repressora para com os movimentos sociais rurais, mas que desse apoio à construção de uma arena pública de debate que permitisse ações coletivas e negociações entre agentes em disputa.

Os apontamentos feitos acima sobre a economia moral em Scott permitem delimitarmos algumas contribuições de seu pensamento para esta pesquisa: existia uma moralidade entre os moradores que mobilizavam a valorização do trabalho

familiar para o plantio de culturas alimentares que eram usadas tanto para o autoconsumo quanto para a venda nas feiras; a reciprocidade é um elemento fundamental para entendermos a moralidade da *morada*, assim como a revolta que se efetuou quando as trocas entre grandes proprietários e moradores foram modificadas; a ideia de um direito de subsistência aparece em diversas formas de revolta, principalmente nas ações direcionadas contra os ataques às plantações dos moradores, sendo que essa ideia de “direito” foi também mobilizada quando os moradores falavam em direitos da *morada*, os quais abrangiam, nas percepções dos mesmos, uma mínima condição de acesso à terra. A ideia de um direito à subsistência também é mobilizada em narrativas que discorrem sobre um futuro em que os engenhos fossem “libertos”, podendo-se conseguir o acesso à terra para todos os moradores.

A relação entre moralidade e revolta também é pensada por Axel Honneth (2003), que afirma que as relações recíprocas geradas na intersubjetividade explicitam o caráter moral dos conflitos sociais. Esse autor é influenciado por Barrington Moore Jr., e converge com este, ao observar que os conflitos de interesse econômico também apresentam características morais. Honneth entende que os conflitos morais decorreriam da busca de reconhecimento pelos agentes, isto é, da possibilidade de ampliação das potencialidades de liberdade construídas nas relações intersubjetivas. Haveria, assim, três formas de reconhecimento ligadas às formas de autorrealização, sendo elas: o amor (a auto-confiança), o direito (o auto-respeito) e a solidariedade (a auto-estima). Honneth defende que se tome a busca de reconhecimento como referencial histórico, de maneira a criar uma ideia normativa de progresso moral. Como indica Garcia (2021), a perspectiva de Honneth é baseada no jovem Hegel e em George Herbert Mead. Nesse sentido, o autor sofreu críticas no começo da década de 2000, como a de Kaupinnen (2002), que o fizeram levar em conta elementos históricos e se aprofundar em obras posteriores de Hegel. Todavia, Honneth mantém uma interpretação normativa e uma ideia de progresso moral em sua obra, de maneira a não nos parecer interessante, no momento, mobilizar um diálogo com ele, mesmo reconhecendo potencialidades interessantes em sua perspectiva de que a revolta está conectada com a busca por ampliação de potencialidades de liberdade e de direitos coletivos.

A ideia de um direito à subsistência é pensada por Scott para se referir a ações como os motins de comida – tema estudado por E. Thompson (1998) que remete às reivindicações por uma condição mínima de vida, nos termos trabalhados por Scott –, o que mantém semelhança com a maneira como Tilly (2005) pensa essas ações dentro do velho repertório. Scott afirma que os motins de comida eram direcionados a mercadores e autoridades locais, configurando-se em um confronto de ideias de direitos: o direito da comunidade (em relação a concepções tradicionais sobre o acesso a alimentos) contra o direito dos grandes proprietários. O motim não construía uma noção de direito que se estendesse a todo o campesinato ou que pudesse formular uma demanda nacional relativa à estrutura agrária. Havia, assim, um caráter paroquial na ação, tendo em vista a busca por solucionar a demanda por alimentos daquela comunidade de maneira imediata, pelo confisco dos mesmos.

O fato de que, nos motins de comida, se mobilizava a noção de direito da comunidade permite observarmos que a ação tinha como uma de suas motivações uma reparação moral pela quebra das obrigações mútuas entre os camponeses e os grandes proprietários. Dessa maneira, a noção de ira moral, mobilizada por Moore Jr. (1987), apresenta relação com os motins de comida, assim como com outras formas de ação do velho repertório, tendo em vista sua característica de ação que visa a reparação imediata de perdas e ofensas morais. O campesinato também demonstra uma tendência histórica na mobilização de ações do velho repertório nos casos em que ocorreu a ruptura de relações tradicionais, como se observa tanto nas Ligas quanto na Grã-Bretanha, em relação às revoltas de *Captain Swing* analisadas por Hobsbawm e Rudé (1978) e pelo próprio Tilly (2005). Logo, a presença da ira moral na ação coletiva é um dos indicadores que nos permitem entender como os cercamentos à casa grande constituíam ações que continham elementos tanto do velho quanto do novo repertório.

2.1.2 Os cercamentos à casa grande enquanto uma ação híbrida

As entrevistas concedidas à Irmã Tonny Van Ham *et al.* (2006) descrevem com mais detalhes os cercamentos à casa grande, como se constata no relato concedido em 2001 por Severino Guilhermino de Souza, aos 73 anos, que foi membro das Ligas em São Salvador, Sapé:

Tonny: Severino, como João Pedro organizava uma ação?

Severino G.: Quando ele estava findando uma prática (reunião), aí chega um morador de Dr. José Marinho, de Maraú; chega e dá queixa de um terreno, que ele morava, há 40 anos. Esse terreno era cercado em volta da casa, tinha quatro hectares. E o Dr. José Marinho sabendo que o morador tinha documento da Liga Camponesa, aí ele vai e manda arrancar a cerca. Aí, o gado invadiu e acabou com a lavoura dele todinha. Aí, João Pedro Teixeira disse: – “Meninos, o que é que nós vamos fazer, agora? Todos vocês, quem é que está disposto para ir para a luta, amanhã?” Aí eles disseram: – “Nós”. Aí, João Pedro: – “Nós, quem? Quero ver as mãos levantadas, de todos.” Aí todo mundo levantou as mãos. Aí, João Pedro: – “Já sei. Amanhã bem cedo, às cinco horas da manhã, vocês estão dispostos a estar aqui?” – “Estamos”. João Pedro: – “Então amanhã, às cinco horas, queremos todo mundo aqui, na Sede, para a gente ir à Fazenda Maraú.” Quando foi na segunda-feira... (...) O finado meu sogro, pai, eu e muita gente, muita gente. Quando chegamos lá passamos pela casa do morador (...). Aí, seguimos para a fazenda. Aí fomos todinho de pé. João Pedro Teixeira na frente. Quando chegamos de frente à casa, João Pedro Teixeira bateu palma (...). Aí, o doutor botou a cabeça do lado de fora. Aí conheceu nós: – “Ah, é a primeira fazenda que vocês vêm invadir, é a de dr. José Marinho?” Aí, João Pedro: – “Não, não viemos invadir. Nós viemos fazer uma inteligência [diligência] aqui.” – “Qual foi a inteligência [diligência]”⁷¹ que vocês vieram fazer aqui?” João Pedro: – “Doutor, nós viemos levantar a cerca do morador que o senhor derrubou. Quarenta anos que esse morador mora, pagando os direitos, trabalhando nesse terreno. Há tanto tempo, doutor, esse morador pagando os direitos, e o senhor agora achou de arrancar a cerca. Por quê? Nós queremos somente o arame, e as estacas para botar no lugar. Nós vamos fazer a cerca”. Aí ele disse: – “Nenhuma vez!” Aí, com os palavrões dele e...: – “Agora mesmo, eu vou para Pernambuco, vou botar no rádio lá, no jornal.” Aí João Pedro disse assim: – “Pode ir para onde quiser. Mas, o arame nós vamos achar.” Aí, ele saiu por trás e foi embora. Quando demos fé, foi o gerente que apareceu na porta, e já foi com revólver, na frente. Mas tinha dois cabra muito bom de “cinema”, um de um lado, outro do outro, aí, João Pedro pega no braço dele e disse: “Nós não viemos aqui para derramar sangue de ninguém, nem nós queremos nosso sangue derramado”. Aí, virou o revólver pra baixo. Aí, só foi trancar a janela e escondeu-se, lá dentro. Imediatamente, chegou um carro de polícia. Quando chegou o carro de polícia, o pessoal teve medo. Aí, a polícia viu que estava tudo calmo e disse: – “Nós não viemos prender ninguém. Nós viemos aqui garantir vocês trabalhadores, e também o administrador para não haver nada”. Aí, João Pedro disse: – “Não, aqui nós viemos fazer nada. Nós só queremos o direito; é o direito que nós precisamos.” Conversaram e foram embora. (...) Quando acabemos de almoçar, de uma hora, chega outro carro de polícia e pedem calma: – “Calma, porque nós não viemos fazer nada com vocês. Viemos aqui somente para garantir vocês resolverem como fica entre o doutor e vocês.”

Tonny: Levantaram a cerca?

Severino: Não, nada, porque esconderam, né. E quando foi de cinco horas da tarde, aí João Pedro disse: – “Meninos, o seguinte: Nós viemos todos juntos, todos vocês vieram de carro, mas o carro não vem apanhar vocês. Vão a pé. Eu vou ficar aqui”. Aí eu disse: – “Não, para o senhor ficar, não. O senhor não vai ficar aqui sozinho não”. Ele disse: – “Não, podem me deixar aqui, Graças a Deus, não vai acontecer nada não”. E ele ficou até findar de negociar com o fazendeiro. Ele foi até meia-noite. (...) Aí, depois veio advogado, veio tudo, e negociaram com ele. O proprietário deu alguma coisa a ele porque não queria ele mais (Van Ham *et al.*, 2006, p. 372-373).

⁷¹ A tradução de “inteligência” para “diligência” é original do documento (Van Ham *et al.*, 2006).

Outras entrevistas apresentadas por Irmã Tonny Van Ham *et al.* (2006) indicam que era comum que as reuniões ocorressem aos domingos. Nestas, apareciam moradores reclamando por terem sido expulsos da terra ou por terem seu roçado destruído. A ação do cercamento era então marcada, sendo comum que fosse realizada logo no dia seguinte. Os participantes se organizavam para se encontrarem na sede das Ligas do município – no caso, em Sapé – e depois se deslocavam para a fazenda onde fariam a ação, muitas vezes usando um caminhão. Em alguns relatos, inclusive, se observa uma liderança fazendo acordos para o pagamento do transporte dos trabalhadores com algum caminhoneiro. A volta para a sede também era organizada para que fosse realizada em grupo, com a finalidade de evitar represálias aos participantes do movimento, e, em várias situações, também ocorria de caminhão. Os relatos ainda indicam que os participantes das ações eram moradores das fazendas mais mobilizadas pelas Ligas e, também moradores vinculados ao grande proprietário, que era dono da fazenda onde se realizava a ação, mesmo que não fossem os moradores da fazenda em questão. Esse fato permite observarmos que havia uma forte relação entre a ação e a vinculação dos moradores com os grandes proprietários, de modo que as ações se voltavam contra os latifundiários que rompiam com as relações recíprocas da *morada*, como no caso das expulsões e das destruições de roçados.

O relato de Severino Guilhermino de Souza também traz a questão de como a ação do cercamento poderia ocorrer no mesmo tempo da tentativa de mutirão, e, conforme se desenrolava a ação, seus objetivos poderiam ser modificados, como ocorre quando da impossibilidade de erguer a cerca do roçado que havia sido destruído. Nesse caso, a ação continuou no formato do cercamento até que se conseguiu negociar a indenização ao morador. Como foi destacado anteriormente, uma das características do velho repertório é justamente a busca da resolução imediata das queixas, o que se observa na ação descrita por Severino Guilhermino de Souza, através do fato de organizar um mutirão com a finalidade de restituir diretamente o roçado ao morador.

A ação dos cercamentos à casa grande expressa um caráter relativamente paroquial, ao ter sua motivação inicial vinculada à quebra de regras morais por um grande proprietário em relação a um morador e ao vincular nesta ação moradores que compunham a comunidade da fazenda em que este vivia, ou de uma outra

fazenda que estivesse relacionada com aquele grande proprietário. Os participantes que não tinham vínculo direto com aquele grande proprietário – e que, por mais que não seja possível, com as fontes disponíveis, estipular porcentagens, eram grande parte do contingente presente na mobilização – também tinham como uma das motivações para o desenvolvimento da ação dos cercamentos à casa grande a percepção da ruptura de regras morais da *morada*, o que ressalta a sua importância para a mobilização. A relevância dos interesses da comunidade na realização dos cercamentos à casa grande expressa uma relação da ação em questão com aquelas caracterizadas pelo velho repertório.

Entretanto, as demandas dos cercamentos não se resumiam à reposição direta dos roçados destruídos, bem como a interação não se limitava a um confronto mais direto, como nas situações em que os moradores tentavam reconstruir as cercas dos moradores expulsos. Tendo em vista que os cercamentos também costumavam demandar a indenização ao trabalhador que foi expulso, o que configura uma demanda mais indireta, e que pressionavam por uma negociação entre as lideranças do movimento e o grande proprietário, trata-se, portanto, de uma forma de ação que não se configurava como um confronto direto, por mais que fosse permeada pela constante possibilidade de conflito violento entre participantes das Ligas e capangas, assim como expressava uma centralidade no enfrentamento à autoridade do grande proprietário.

Os relatos apresentados em Van Ham *et al.* (2006) indicam que grande parte dos cercamentos à casa grande ocorreram a partir de pautas locais como, por exemplo, a expulsão de um morador. Entretanto, existem outros casos que mostram que essa ação não foi usada exclusivamente para esse tipo de pauta. Dabat (2015) descreve uma ação em Pernambuco⁷² na qual os participantes das Ligas gritavam palavras de ordem em frente à casa grande de um latifundiário:

⁷² A menção aos cercamentos à casa grande aparecem na obra da liderança das Ligas Assis Lemos de Souza (1996) e nas entrevistas concedidas a Van Ham *et al.* (2006), que discorrem especificamente sobre a atuação das Ligas na Paraíba. Como essas ações não são mencionadas por Julião (1962), poderíamos nos questionar sobre a existência das mesmas em Pernambuco, mas pode-se indicar que estas ações ocorriam neste estado também, sendo o relato apresentado por Dabat (2015) uma evidência disto, apesar do fato de que os cercamentos ocorreram principalmente na Paraíba. O levantamento das ações coletivas, realizado no Capítulo 3, confirmou a presença dos cercamentos à casa grande em Pernambuco.

Um relato da polícia⁷³ menciona que, no Engenho Bento Velho, a passeata dos trabalhadores rurais (depois de serem admoestados severamente pelo juiz) desfila em frente à casa grande “aos gritos insultuosos de Viva Dr. Francisco Julião! Abaixo o feudalismo! Viva a reforma agrária!”. Em Goiana, ouvia-se: “Não queremos juizes da casa-grande! Se matarem Julião, iremos à Revolução” (Dabat, 2015, p. 166).

O relato acima permite observarmos que os cercamentos à casa grande também podiam articular durante sua mobilização pautas nacionais – ainda mais distantes das demandas diretas anteriormente mencionadas – como a da reforma agrária. O fato de esse tipo de ação articular tanto demandas locais, como a expulsão de um morador, quanto pautas nacionais mostra uma ambivalência nos vínculos, mesmo que indiretos, entre a possibilidade de realizar ações que visavam resolver um conflito dentro de uma comunidade e as demandas nacionais. Isso reflete a característica das Ligas de mobilizar moradores que visavam reconstituir uma relação tradicional que havia sido rompida, em um movimento social de grande amplitude com demandas a nível nacional.

O fim do cambão foi outra demanda que não se restringia ao âmbito local, realizada através dos cercamentos à casa grande. Assis Lemos de Souza (1996) conta como a Federação das Ligas Camponesas – organização estadual na Paraíba – mobilizou ações desse tipo em diversas fazendas, exigindo que o grande proprietário concordasse em extinguir o cambão em sua propriedade. Por mais que a demanda se restringisse a acabar com esse tipo de relação de trabalho na fazenda onde estava ocorrendo a ação, cabe observar que essas práticas, em diversos locais e de modo organizado, se constituíram como formas de pressionar o fim do cambão sobre regiões inteiras. Em uma dessas situações se conseguiu, inclusive, firmar um acordo coletivo para o fim do cambão no município paraibano São Miguel de Taipu. O acordo ocorreu em uma reunião marcada após a recusa de um grande proprietário de acabar com o cambão enquanto essa decisão não fosse acordada pelos grandes proprietários do município. A reunião foi marcada através da negociação entre Assis Lemos de Souza e Pedro Fazendeiro, lideranças das Ligas, e o latifundiário, durante o cercamento da casa grande por mais de 3000 moradores. Após o agendamento da reunião, os participantes da mobilização se retiraram da fazenda, quando houve um incêndio na mesma. Assis Lemos de Souza

⁷³Segundo a autora este relato remete a Secretaria de Segurança Pública, sendo o documento identificado pelos números 311212, doc.13.

indica que a ação foi provocada por um grupo de estudantes que não entendiam as pretensões dos camponeses. A reunião ocorreu na Secretaria do Interior, sendo presidida pelo secretário, contando com a presença de quatro lideranças das Ligas e de quatro grandes proprietários, um deles deputado de Pernambuco.⁷⁴ Houve tensão no início da negociação, devido ao incêndio na fazenda do grande proprietário, ocorrido após o cercamento. Entretanto, quando Assis Lemos de Souza indica que os camponeses haviam se comprometido a pagarem o prejuízo, a negociação se desenrolou, e se firmou, assim, “o primeiro acordo coletivo entre camponeses e proprietários rurais na Paraíba, eliminando o Cambão em São Miguel de Taipu” (Souza, 1996, p. 71). No acordo, o superintendente da SUPRA (Superintendência de Política e Reforma Agrária), João Pinheiro Neto, se comprometeu, afirmando que os prejuízos provocados pelo incêndio seriam pagos pela instituição.

Essa reunião chama atenção pelo envolvimento de agentes ligados ao Estado que mediavam a negociação entre as Ligas e os grandes proprietários, demonstrando o reconhecimento por parte do Estado às demandas ali apresentadas, assim como a construção de um espaço reconhecido de negociação entre esses agentes. A reunião teve um caráter público, com ausência de ataques diretos, debatendo-se demandas que não eram locais, de modo a se enquadrar dentro de uma ação do novo repertório. Por mais que a reunião na qual o acordo foi feito não tenha sido a própria ação do cercamento, é válido observarmos que foi um desdobramento dessa ação, demonstrando que os cercamentos à casa grande conseguiam elaborar demandas mais amplas, como a reforma agrária e, neste caso, o fim do cambão em um município. Fora isso, pode-se observar como os cercamentos podiam gerar uma dinâmica de interação na qual ocorria a negociação entre as partes, a partir da mediação estatal, o que não se encaixa nas formas de ação mais diretas do velho repertório.

O fato de que os cercamentos à casa grande foram realizados a partir de uma forma comum de ação, na qual havia o cercamento e, na sequência, a pressão para que houvesse negociação, assim como o fato de que os cercamentos foram

⁷⁴ Assis Lemos de Souza (1996) indica que também estava presente um major do Serviço Secreto, que assistiu à reunião sem ser convidado. A presença do mesmo demonstrava a atenção do exército destinada às mobilizações e sua busca por controlá-las, de certo modo.

aplicados de maneira organizada – a partir de demandas de moradores expulsos ou na organização pelo fim do cambão – em diversas fazendas e por um período de tempo constante, evidencia o caráter modular dessa ação coletiva, mais um elemento que permite aproximá-la das ações do novo repertório. Os cercamentos à casa grande também mantinham distância do velho repertório em relação à característica deste enquanto bifurcado. Tilly (1993; 2005) caracteriza o repertório velho como bifurcado, visto que apresenta duas formas de interação: uma local e uma nacional, sendo a local composta de ação direta e a nacional ligada a uma liderança local que exercia a ação política. Por essa caracterização, observa-se que não se pode caracterizar uma ação como sendo bifurcada ou não. A questão está, portanto, nas formas de interação que um grupo usa na confrontação, ou seja, em seu repertório de ação coletiva.

As Ligas exerciam tanto ações mais localizadas, como os cercamentos à casa grande e os mutirões, que eram permeados por ações mais diretas, quanto ações autônomas realizadas sobre centros de decisão, como ações em Assembleias Legislativas estaduais. É o caso de diversos protestos organizados pelas Ligas em Pernambuco em 1959 com vistas à desapropriação do Engenho da Galileia.⁷⁵ Assim, o repertório das Ligas está mais próximo de ser autônomo – característica do novo repertório – do que bifurcado, sendo o único elemento deste último tipo visível no repertório das Ligas que remete à presença de ações locais com características de confronto mais direto. Mas, mesmo com essa característica, cabe observar que, no que se refere aos cercamentos, a ação era mediada pelas lideranças, o que dava um caráter ambivalente a essa ação, uma vez que tanto tinha a presença de possíveis ações diretas, como ataques a capangas que ameaçavam usar da violência e também o possível desdobramento da ação em um mutirão, quanto tinha a presença de uma interação mais indireta, fosse através de demandas mais amplas, como o fim do cambão em uma região e a reforma agrária, ou fosse através de uma forma de ação que passasse pela mediação política e pela negociação através de lideranças.

As lideranças camponesas tinham grande relevância na ação dos cercamentos, como nos casos descritos acima, nos quais a negociação ocorria a partir de lideranças como João Pedro Teixeira e Pedro Fazendeiro. Entretanto, cabe

⁷⁵ Ações descritas por Julião (1962).

observar que essas lideranças locais não eram líderes comunitários e não exerciam atividades religiosas ou que lhes atribuíssem um *status* diferenciado para com os moradores. As Ligas contaram com ampla participação dos foreiros, que formavam uma camada intermediária, no sentido definido por Queiroz (1973) de um grupo que está acima daqueles que tinham as piores condições de vida no campo, mas que não deixavam de fazer parte do campesinato ligado à dependência para com os grandes proprietários, ou seja, não formavam uma classe média rural. Grande parte das lideranças das Ligas também era formada de camadas intermediárias, como sapateiros e agentes que já tinham ocupado posições urbanas – João Pedro Teixeira, por exemplo, inicia sua participação sindical através de um sindicato do PCB quando trabalhava de pedreiro na cidade - ou que ocupavam posições sociais no campo mais altas que as dos moradores de condição.⁷⁶

Os cercamentos à casa grande também contavam com a presença de lideranças urbanas, como é o caso de Assis Lemos de Souza, de modo que não se pode dizer que o repertório das Ligas se dividia em uma interação direta no âmbito local e na representação através de líderes locais no que tange às demandas mais amplas. A relação entre os cercamentos à casa grande e os elementos do novo repertório nos permite afirmar que essa ação coletiva não se enquadra dentro do que se categoriza como velho repertório. Entretanto, como já indicado, existem várias relações entre a forma como os cercamentos eram executados e as ações do velho repertório. Assim, cabe destacar o caráter de ataque direto e de resolução imediata de queixas que se apresentava nessas ações.

O caso anteriormente mencionado, no relato de Severino Guilhermino de Souza, a respeito de um cercamento na fazenda Maraú, em Sapé, traz elementos relacionados à característica da ação direta. A ação do cercamento consistia em permanecer ao redor ou em frente à casa grande, desobedecendo ao grande proprietário. A desobediência ao grande proprietário era vista, dentro das regras da *morada*, como uma afronta à sua autoridade e costumava ser reprimida violentamente. Portanto, quando os moradores cercavam a casa grande e ali

⁷⁶ A respeito disso, ver Genaro (2019). Cabe destacar que diversas revoltas rurais contaram com a presença de lideranças com esse tipo de origem, como se pode observar nas descrições de Wolf (1984). Outra questão é que lideranças, como Julião (1962) destacam que algumas lideranças camponesas das Ligas eram protestantes, e que, por isso, eram respeitadas, por causa de sua conduta não envolver a bebida e ser considerada mais comprometida.

permaneciam sob as ameaças do latifundiário, sua ação adquiria o sentido de romper com a autoridade do grande proprietário e colocar a demanda dos participantes da ação como negociável para com o mesmo.

O trecho do relato de Severino Guilhermino de Souza reproduzido anteriormente indica que, quando o cercamento relatado foi iniciado, a intenção dos moradores era recolocar a cerca do morador expulso, o que se caracterizou como uma ação mais direta. Como resposta, houve a ameaça de violência por parte do grande proprietário e do gerente, com um revólver. Nesse momento, a atitude da liderança da ação, João Pedro Teixeira, foi de acalmar os capangas e o latifundiário, tentando iniciar uma negociação com o último. Quando a polícia chegou ao local, a liderança das Ligas também pediu calma. A interação entre capangas e moradores explicita a possibilidade de violência, sendo seguida pelo pedido de calma por parte da liderança das Ligas. Situação que se repete constantemente nos relatos apresentados por Van Ham *et al.* (2006) a respeito dos cercamentos à casa grande.

A dinâmica do cercamento, portanto, passava pela possibilidade de confronto e pela agência da liderança do movimento ao tentar evitar esse confronto, quando buscava “acalmar” tanto os capangas quanto os moradores. Esse “acalmar”, tão mencionado nos relatos, reflete o intuito de criar um espaço de não violência que possibilitasse a negociação das demandas, o que indica que, por mais que o cercamento à casa grande tivesse características de uma ação mais direta, havia uma agência por parte da liderança no sentido de evitar o confronto direto. Isso também fica nítido no depoimento de Severino Guilhermino de Souza, no fato de que o grande proprietário não foi tomado como refém do cercamento, visto que, quando mencionou que iria a Pernambuco, João Pedro Teixeira respondeu que poderia ir aonde quisesse, mas que haveria acordo, o que indica um tensionamento buscando a negociação.

O relato de Vicente, um participante de um cercamento na fazenda Maraú, apresentado por Van Ham *et al.* (2006), indica o caso em que os moradores estavam revoltados com a possibilidade de um gerente atirar contra eles, entrando na casa grande para capturá-lo, o que só não ocorreu pelo fato de as lideranças das Ligas – Pedro Fazendeiro e João Pedro Teixeira – acalmarem os moradores. Caso que também indica as possibilidades de ataques diretos dos participantes a pessoas ligadas ao grande proprietário. Outros relatos concedidos a Van Ham *et al.* (2006)

trazem a questão de como as ações das Ligas tendiam a gerar medo nos grandes proprietários, o que era interpretado como um símbolo da força do movimento. A figura do grande proprietário, que costumava ser associada a poder, violência, atitudes de mando, gritos e humilhações para seus trabalhadores, é, então, modificada para a figura de um senhor de terras que fica calado e com medo perante a mobilização dos moradores.⁷⁷

A pesquisadora Socorro Rangel (2000) menciona uma fala de Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, na qual afirma que os fazendeiros se assustavam quando os camponeses cercavam suas casas, tendo em vista como os senhores de terra estavam acostumados à servidão de seus empregados, que tiravam o chapéu para depois falar com eles. Ao mesmo tempo, os camponeses se surpreendiam ao verem o patrão com temor diante deles. O filme *Cabra Marcado para Morrer* (Coutinho, 1984), apresenta uma cena, por volta dos 38 minutos de filme, na qual moradores encenam um cercamento à casa grande. Na mesma, alguns moradores (em número menor de 10, quantidade que parece ter sido pouco frequente nessas ações, que contavam com um número mais expressivo de moradores, o que talvez seja explicado pela dificuldade em fazer a encenação com mais de uma centena de pessoas), liderados por alguém que representa João Pedro Teixeira, reivindicam ao administrador do engenho que voltasse atrás no aumento do foro que havia sido imposto. A cena é interessante por ilustrar a ação coletiva, por apresentar uma demanda ligada diretamente aos foreiros e por revelar um conflito entre um dos moradores e o administrador, no qual o morador tenta avançar sobre este, mas é impedido pelo personagem que representa João Pedro Teixeira.

Essa situação, na qual a liderança “acalma” os moradores durante a ação coletiva, é frequente nas narrativas dos participantes das Ligas reunidas por Van Ham *et al.* (2006). Durante a cena do filme, o administrador chega a fazer ameaças e a mostrar seu revólver, o que demonstra as tensões de um possível desdobramento violento. O administrador também reclama da vinda de moradores em conjunto para a casa grande, tendo em vista que o morador deveria vir sozinho para pagar o foro ou para conversar com ele ou com o grande proprietário. A reclamação do administrador demonstra como a ação coletiva rompia com a

⁷⁷ O caso mencionado remete à entrevista de Antônio Amâncio e José Carlos, que participaram das Ligas, a Irmã Tonny Van Ham *et al.* (2006).

dinâmica social da *morada*, na qual a relação personalizada limitava as possibilidades de demanda. No filme, a ação logo é interrompida, pois apenas o grande proprietário poderia atender as demandas, o que faz com que os participantes afirmem que voltarão à casa grande – realizando uma nova ação coletiva – quando o latifundiário a ela retornar. Outro elemento interessante é que os moradores retiram seus chapéus durante a cena, com exceção do morador que entra em conflito com o administrador, permanecendo com o chapéu durante toda a encenação, e do ator que representa João Pedro Teixeira, que não está com chapéu (nem nas mãos e nem na cabeça).

A fala, acima mencionada, de Elizabeth Teixeira e as narrativas apresentadas em Van Ham *et al.* (2006) nos permitem afirmar que a tendência das ações de cercamento à casa grande era a de ocasionar um enfrentamento mais incisivo ao grande proprietário e seus representantes (o administrador, no caso), de maneira a permitir afirmar que a tendência era de que os mesmos não retirassem seus chapéus, sendo interessante que a encenação revela justamente o participante da ação mais indignado com seu chapéu na cabeça em todo o desenrolar da cena e a liderança das Ligas, João Pedro Teixeira, sem fazer o gesto de reverência com o chapéu na mão.

O cercamento, ao configurar uma ação diretamente sobre o grande proprietário, se enquadra no que Tilly (2005) indica ser uma aplicação direta de moralidade pública, na qual os participantes da ação partem de uma moralidade partilhada para expressarem uma revolta sobre os agentes que estão pessoalmente presentes na ação, como é o caso dos grandes proprietários, que são cercados na casa grande, ou seja, em suas próprias casas, e ouvem as demandas dos moradores. A busca por resolução imediata de queixas também poderia estar presente nas ações dos cercamentos à casa grande, como no caso de ataques a gerentes e capangas, assim como nas situações em que a ação se desdobrava em um mutirão. Dessa maneira, é possível constatar a relação entre a presença de um elemento paroquial nos cercamentos – no caso, a expressão de uma moralidade dos moradores – e a busca de uma vingança/ataque direto – mesmo que não violenta – contra a figura do grande proprietário. Essa ação expressava uma ira moral devido à ruptura das regras tradicionais da *morada* pelo latifundiário, de maneira a tornar o enfrentamento à autoridade do grande proprietário o aspecto central do cercamento.

O caráter de enfrentamento direto e pessoal à figura do antagonista é o que mais aproxima os cercamentos das ações do velho repertório, mesmo estas ações tendo compartilhado de diversos elementos das ações do novo repertório, cabendo destacar o fato de que poucas ações acabaram em conflitos violentos e com mortes⁷⁸.

Os cercamentos à casa grande são constituídos por elementos do velho e do novo repertório, sendo possível sintetizar que: 1) apresentavam um caráter paroquial ao elaborarem demandas a partir da moralidade da *morada* – portanto, apresentavam elementos de uma moralidade tradicional, o que nos parece fundamental para conceituarmos a ação híbrida –, sendo que sua ruptura gerou uma ira moral que atuou como motivação à participação dos moradores nas ações; 2) configuravam uma ação modular aplicada em diversas fazendas; 3) expressavam pautas locais, principalmente ligadas à expulsão de moradores; 4) expressavam pautas regionais e nacionais, como o fim do cambão nas diversas fazendas de uma região e a reforma agrária; 5) apresentavam uma constante possibilidade de desfechos violentos, com ações diretas contra pessoas ligadas ao grande proprietário, como ataques a capangas e a gerentes; 6) tinham seu cerne em um ataque pessoal à figura do grande proprietário, de maneira a deslegitimar a autoridade do mesmo enquanto senhor de terras; 7) possuíam a constante agência das lideranças da ação em “acalmar” moradores, capangas, grandes proprietários e polícia, para que fosse construído um espaço de não violência que permitisse a negociação das pautas; 8) tinham as demandas dos moradores mediadas pelas lideranças do movimento, que negociavam as mesmas com os grandes proprietários. A partir dessas características, podemos entender os cercamentos como uma ação coletiva híbrida, que apresenta características do velho e do novo repertório.

O que teria gerado uma ação híbrida dentro do repertório das Ligas Camponesas? Levantamos a hipótese de que a resposta à questão está relacionada

⁷⁸ Um dos casos relatados por moradores em Van Ham *et al.* (2006) é o conflito na fazenda Miriri, no qual um dos capangas do grande proprietário, chamado de Peito de aço – ou Capa de aço, como aparece em alguns relatos, por ter fama de não poder ser morto por balas – assassinou uma liderança das Ligas, o que foi respondido por ataques de foice dos participantes das Ligas, que matam o capanga. Outro confronto que resultou em várias mortes foi o conflito em Mari.

ao contexto de modernização do Estado, urbanização, diferenciação funcional⁷⁹, expansão das relações capitalistas no campo e crise das relações tradicionais da *morada*. É relevante destacar que a especificidade dos cercamentos à casa grande não se dá apenas por tratar-se de uma ação que toma formato de novo repertório, expressando demandas e motivações tradicionais, tendo em vista que é completamente possível um grupo tradicional se mobilizar a partir da forma do novo repertório, sem com isso expressar traços do velho repertório. A questão está justamente na interação confrontacional do cercamento: a ação do cercamento envolvia atitudes como ataques diretos e ações contra a figura pessoal do grande proprietário, que expressavam uma interação típica do velho repertório, mas, ao mesmo tempo, se configurava no formato modular e, em certos casos, apresentava demandas amplas que não se restringiam ao âmbito local.

A especificidade dos cercamentos à casa grande, portanto, se relaciona com a tentativa de recomposição da ordem moral tradicional através da forma de movimento social. Essa questão parece decorrer da crise da *morada*, no momento em que os moradores passaram a ter acesso e relações com grupos urbanos que os permitiram acionar formas de confrontação fora as formas de resistência dispostas dentro da grande propriedade. Assim, a mobilização a partir de associações, sindicatos, ações jurídicas, passeatas, greves e outras ações passou a fazer parte das possibilidades de confronto a que os moradores puderam recorrer. Entretanto, não se tratava de um completo desmanche das relações tradicionais, tendo em vista o caráter moral de suas demandas e os traços de continuidade entre suas formas de resistência cotidiana e as ações das Ligas Camponesas⁸⁰, de maneira que muitos moradores acionavam uma interpretação de direitos e de relações de trabalho bastante ambígua, perpassando tanto a reformulação a partir de leis trabalhistas quanto a recomposição da antiga relação senhor de terras – morador, de que se ressentiam pela ruptura.

⁷⁹ A respeito do conceito, ver Elias (1999). O indicativo de que o período foi marcado pela urbanização se baseia tanto na análise macroeconômica sobre o período pós-1945 feita por Celso Furtado (1963) quanto no indicativo de Xavier (2010) a respeito do crescimento urbano em Sapé. A circulação de grupos de moradores, com destaque para aqueles com condição mais autônoma, como os foreiros, nos municípios, durante as feiras, foi um fator importante para a mobilização das Ligas, como discutido em Genaro (2019).

⁸⁰ Existe forte conexão entre a forma que os cercamentos à casa grande adquiriram e a forma de resistência cotidiana, que nomeamos de “acordos cotidianos”, em um trabalho nosso que aborda melhor essa relação (Genaro, 2019). No capítulo 4 desta tese apresentaremos uma comparação simplificada das duas formas de ação.

A persistência de formas de poder local, as relações tradicionais que prendiam os moradores às grandes propriedades e as formas autoritárias utilizadas pelos senhores de terra – figuração que está relacionada com a forma subdesenvolvida que a estrutura econômica brasileira adquire ao manter setores de exportação, um campesinato atrelado às formas de dependência das grandes propriedades, bem como a formação e a ampliação de um mercado interno ⁸¹ – foram elementos estruturais que condicionaram o surgimento de uma mobilização com as características das Ligas, de maneira que podemos relacionar o surgimento dos cercamentos à casa grande a esse contexto econômico que se modifica a partir da crise das relações tradicionais e das novas possibilidades de ação disponíveis aos moradores.

Uma ação coletiva que se assemelha aos cercamentos à casa grande são as “visitas” realizadas pelos trabalhadores rurais ingleses, em 1830, nas revoltas de *Captain Swing* (Hobsbawm; Rudé, 1978), que consistiam na mobilização de uma comunidade, na qual um grupo fazia o trabalho de arregimentar – em vários casos, à força – membros da mesma e de comunidades vizinhas, e iam “visitar” a casa de um senhor de terras. Os trabalhadores realizavam então uma assembleia em frente – ou em volta, fazendo um cercamento – à casa do senhor de terras – fosse ele um grande proprietário ou um arrendatário⁸² – e costumavam demandar maiores salários ou a diminuição do valor do arrendamento. Nesse momento, algumas lideranças entravam na casa do senhor de terras para negociar com este, sendo que também era comum que viessem a pedir dinheiro, comida e bebida para os participantes da mobilização. ⁸³ As visitas⁸⁴ também ocorreram em paróquias, nas

⁸¹ Celso Furtado (1963) define a o subdesenvolvimento como tendo uma característica híbrida por comportar essas diferentes relações econômicas em sua estrutura. O fato de chamarmos a ação dos cercamentos à casa grande de híbrida tem influência da maneira como Furtado atribui essa característica à estrutura econômica brasileira e da forma como Nestor Canclini (1997) fala de culturas híbridas. A relação entre estrutura econômica, uma formação cultural e a existência de um repertório híbrido extrapolaria o atual estágio em que a pesquisa se encontra, entretanto, a relação desses fatores parece um caminho profícuo para próximas pesquisas.

⁸² A estrutura agrícola inglesa contava com grandes arrendatários que arrendavam terras de grandes proprietários. Como muitos trabalhadores eram contratados pelos arrendatários, tanto se elaboraram demandas sobre eles como se exigiram melhores condições de arrendamento para os mesmos, visando que conseguissem pagar os aumentos salariais. A relação entre arrendatários e trabalhadores nessas revoltas é discutida por Hobsbawm e Rudé (1978).

⁸³ As assembleias podiam também se associar a outras ações como a quebra de máquinas agrícolas, conforme se observa em Hobsbawm e Rudé (1978). Isso se assemelha a como os cercamentos à casa grande das Ligas podiam ser associados a ações como os mutirões. Diversas outras semelhanças como lideranças de camadas intermediárias, negociações que chegaram a ser

quais se pedia pela redução dos dízimos. Essa forma de ação demonstra muitas semelhanças com os cercamentos devido à sua característica de ataque direto a um senhor de terras e pela mediação de lideranças, que também traziam demandas mais amplas como salários, dízimos, impostos entre outras.

A mobilização das “visitas” nas revoltas de *Captain Swing* foi mais breve e menos ampla, e não contou com uma organização em forma de movimento social a nível mais amplo – teve, no máximo, formas de organização regional –, quando comparada com a mobilização feita pelas Ligas. As revoltas de *Captain Swing*, que, em geral, se aproximaram muito mais do velho repertório do que as ações das Ligas, não deixam de ser interessantes para uma comparação, tendo em vista que ambas se mobilizaram em um contexto de proletarização e crise das relações tradicionais no campo, assim como as “visitas” apresentam um caráter relativamente híbrido entre velho e novo repertório. Esse fator, por mais que o estágio atual da pesquisa não nos permita análises mais detalhadas, faz com que levantemos a hipótese de que ações híbridas como os cercamentos à casa grande tendem a emergir em contextos nos quais as relações tradicionais entraram em crise e novas formas de mobilização se apresentaram às comunidades tradicionais afetadas.

A definição de ação coletiva híbrida nos permite observar esses tipos de protesto enquanto uma variável relevante para analisarmos como a moralidade de diferentes camadas de moradores era agenciada nas mobilizações. Dessa maneira, realizamos um levantamento de ações coletivas descritas no jornal *A Liga*, tomando o recorte do ano de 1963, observando as ações dos STRs e das Ligas em Pernambuco e na Paraíba, diferenciando-as por município, tipo de ação e movimento que as realizou e enquadrando-as enquanto novo repertório ou repertório híbrido. O resultado, como poderá ser visto nas seções seguintes, expressa uma diferenciação relevante entre os moradores e uma importante conexão entre a ressignificação das regras da *morada*, a mobilização de camadas intermediárias – foreiros e parceiros, principalmente – e as ações híbridas.

mediadas por funcionários do Estado, a relação entre ações mais diretas e formas do novo repertório também podem ser observadas, não cabendo a exposição das mesmas neste capítulo.

⁸⁴ Estamos, nessa descrição, agrupando o que Hobsbawm e Rudé (1978) chamaram de “atropellos”, visitas e assembleias salariais, tendo em vista que, em muitos casos, se tratava dessa mesma forma de ação.

CAPÍTULO 3 – A RELAÇÃO ENTRE AS AÇÕES HÍBRIDAS E AS CAMADAS INTERMEDIÁRIAS: A AGÊNCIA MORAL QUE GERA NOVAS DINÂMICAS DE REVOLTA

No contexto estudado, a presença de ações híbridas entre as ações coletivas indica a emergência de novas formas de revolta, tendo em vista que essas ações se diferenciavam tanto daquelas usadas anteriormente pelos moradores quanto do repertório mobilizado pelos movimentos sociais urbanos, o que leva à seguinte questão: quais dinâmicas sociais influenciaram a emergência das ações híbridas? Como vimos no Capítulo 2, a participação das camadas intermediárias explica a adoção de ações híbridas nos movimentos sociais rurais das décadas de 1950 e 1960 em Pernambuco e na Paraíba, bem como expressa uma dinâmica de ressignificação de suas experiências de vida. Os dados levantados neste capítulo demonstram que a presença de camadas intermediárias foi a principal variável para a emergência de ações híbridas, mas também revelam a importância de outros indicadores⁸⁵ como a alta produção de cana e a presença de forte mobilização nas Ligas.

A espacialização da mobilização no período estudado é compreensível mediante o levantamento das ações coletivas realizadas. Com esse fito, catalogamos as ações coletivas registradas em Pernambuco e na Paraíba, de maneira a distinguir os movimentos que organizaram cada ação, assim como para diferenciar os tipos de ação realizados. Com esses dados foi possível entendermos quais municípios apresentaram mais ações em geral, em que regiões foram mais presentes cada movimento, e onde cada tipo de ação aparecia mais intensamente, de maneira a permitir observarmos que tipo de ação era mais ligada a cada organização, assim como os locais em que as ações coletivas híbridas estiveram mais presentes.

⁸⁵ Alguns dados trabalhados podem ser entendidos como variáveis, pois influem diretamente no fenômeno da mobilização política, como a presença de camadas intermediárias, a forte mobilização, o movimento que organizava as ações e as ações híbridas. Outros dados, entretanto, não expressam diretamente sua influência sobre as dinâmicas analisadas, sendo, portanto, indicadores como, por exemplo, a produção de cana, que não é um elemento que, por si só, se relaciona com a mobilização, mas que expressa, indiretamente, a expansão da lavoura canavieira e a expulsão do campo. Esta última, sim, constituiria uma variável, entretanto, não existe uma fonte de dados específica sobre a mesma. Por isso, utilizamos os dados da produção de cana como uma expressão indireta da expulsão do campo.

As ações coletivas das Ligas e dos STRs no Pernambuco e na Paraíba foram distinguidos em ações por município, como podemos observar na **Tabela A (Apêndice A)** e na **Tabela B (Apêndice B)**, sendo cada uma referente a um estado. As ações coletivas também são apresentadas nos quadros **A e B (apêndices M e N)**, que apresentam as seguintes informações sobre as ações coletivas: data, local, fonte de informação (original e a acessada por nós), as oportunidades políticas a que se relacionava a ação (como o contexto político institucional e as demais mobilizações que estavam ocorrendo naquele período), o tipo de ação, elementos do velho repertório que foram percebidas naquele evento⁸⁶, e uma breve descrição da ação (sempre que possível destacamos características, como número de participantes, a forma como foi realizada a ação, os conflitos, o contexto e as motivações da ação, a presença de lideranças, suas falas e ações). Para a elaboração desse material, a principal fonte utilizada foi o jornal *A Liga* (no qual obtivemos informações sobre 223 ações coletivas), sendo que tomamos como recorte as ações nos dois estados no ano de 1963. As demais fontes foram: Silva (2010), com 1 ação coletiva; Xavier (2010), com 11 ações coletivas; Pereira (2008), com 1 ação coletiva; Dabat (2015), com 1 ação coletiva; e Aued⁸⁷ (1986) com 2 ações coletivas. Dentro desse conjunto, Pernambuco registrou 163 ações em 41 municípios, das quais 10 (6,13%) foram híbridas, enquanto a Paraíba registrou 60 ações coletivas em 16 municípios, das quais 26 (43,33%) foram híbridas.⁸⁸

Os diferentes tipos de ação, ao serem agrupados por município, possibilitam cruzarmos essas informações com as estatísticas municipais relativas ao emprego rural oferecidas pelo Censo Agrícola (IBGE, 1960a; 1960b). Dessa maneira, agrupamos, mesmo que de maneira aproximada – como será evidenciado posteriormente, o grau de precisão dos dados evita conclusões mais assertivas, mas permite comparações e a produção de algumas análises –, as categorias do censo

⁸⁶ É relevante destacar que, mesmo em ações que foram enquadradas como do novo repertório, se registraram algumas características do velho repertório, o que demonstra que a dinâmica da ação coletiva estava permeada pelos dois elementos mesmo quando não se tratava propriamente de uma ação híbrida.

⁸⁷ Cabe referenciar que Aued (1986) traz uma tabela com 14 ações coletivas, utilizando-se de jornais, inclusive *A Liga*, como fonte. De sua obra, selecionamos os dois casos ocorridos no ano de nosso recorte (1963) e que não se repetiam em relação a nosso levantamento (Aued apresenta outras duas ações de 1963, tendo como fonte o jornal *A Liga*, as quais já tínhamos contabilizado nos dados).

⁸⁸ Os apêndices **M** e **N** apresentam as ações levantadas pelos outros autores na cor azul. Devido a dificuldades de formatação e a limitações de tempo no final da pesquisa, se poderá perceber alguns erros nestes dois quadros, entretanto, optamos por disponibilizá-los devido a riqueza de detalhes presente nos mesmos.

em posições sociais da *morada*, com o fito de relacionarmos a existência de certas ações coletivas com uma maior ou menor presença de determinadas categorias, notadamente as camadas intermediárias.

3.1 Ações coletivas e posições sociais em Pernambuco e na Paraíba

Nesta seção, inicialmente analisaremos separadamente algumas tendências desenvolvidas em cada um dos estados, para seguidamente apresentarmos uma síntese a partir das informações de ambos. As ações coletivas apresentadas no **Apêndice A** e no **Apêndice B** são divididas em ações do novo repertório e ações híbridas. Estas últimas são: mutirões; cercamentos à casa grande; ocupações; procissão/velório; e trabalho moroso. Enquanto as ações do novo repertório são: campanha de alfabetização/cultural; greve; manifestação/concentração pública; notas publicadas; protesto à instituição pública; recurso jurídico; reunião; reunião de lideranças com representantes de usinas/senhores de engenho; reunião estadual de lideranças de uma organização; reunião estadual de lideranças e participantes de organizações diversas; reunião entre lideranças e autoridades do Estado; reunião entre lideranças camponesas e usineiros com mediação do Estado; reunião/concentração pública; reunião/eleição de diretoria; reunião/indicativo de greve; uso de meio jurídico de forma coletiva; apoio à greve de terceiros; greve regional.

A respeito das ações híbridas é necessário esclarecermos, como faremos com mais detalhes posteriormente, que procissões/velórios, ocupações e trabalho moroso não necessariamente são ações híbridas em qualquer contexto em que ocorram, mas, aqui, as consideramos enquanto tal devido às características dessas ações nos casos empíricos observados. Com relação às ações do novo repertório, é perceptível a alta quantidade de ações que englobam a reunião ou a concentração pública. Todavia, quando um desses termos está associado a outro, isso indica que houve uma forma de ação conjunta a outra, isto é, uma reunião/concentração pública indica que ocorreu uma ação que juntou trabalhadores para debaterem um tema em coletivo (uma reunião) e que, posteriormente ou simultaneamente, houve uma ação em que os trabalhadores se agruparam em local público como forma de protesto (concentração pública).

A **Tabela A (Apêndice A)**, que apresenta as ações coletivas por município na Paraíba, é sintetizada na **Tabela 2**, sendo que a primeira apresenta as ações coletivas na Paraíba, distinguindo as ações do novo repertório e as ações híbridas por município – a **Tabela 1** é organizada a partir da quantidade de ações híbridas –, enquanto a **Tabela 2** apresenta as porcentagens de ações de cada movimento por município, sendo organizada pela porcentagem de ações coletivas do município em relação ao total registrado no estado. A partir do mesmo padrão, Pernambuco tem seus dados registrados na **Tabela B (Apêndice B)** e sintetizados na **Tabela 3** e na **Tabela 4**.

Tabela 1 - Ações coletivas e ações híbridas por município em 1963 na Paraíba

Município	Número total de ações	Ações novo repertório	Ações coletivas híbridas	Porcentagem ações novo repertório	Porcentagem ações coletivas híbridas	Porcentagem de ações da cidade em relação ao total do estado
Total do estado	60	33	26	55,00%	43,33%	
Sapé	17	11	6	64,71%	35,29%	28,81%
Mamanguape	7	3	4	42,86%	57,14%	11,86%
Santa Rita	8	4	4	50,00%	50,00%	10,17%
João Pessoa	13	11	2	84,62%	15,38%	22,03%
Alhandra	2	0	1	0,00%	50,00%	3,39%
Belém	1	0	1		100,00%	1,69%
Cabedelo	1	0	1		100,00%	1,69%
Campina Grande	1	0	1		100,00%	1,69%
Conde	1	0	1		100,00%	1,69%
Cruz do Espírito Santo	2	1	1	50%	50,00%	3,39%
Guarabira	1	0	1		100,00%	1,69%
Ingá	1	0	1		100,00%	1,69%
Mulungu	1	0	1		100,00%	1,69%
Pedras de Fogo	1	0	1		100,00%	1,69%
Itabaiana	1	1	0	100,00%		1,69%
Mari	1	1	0	100,00%		1,69%
Sem identificação	1	1	0	100,00%		1,69%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa.

Tabela 2 - Ações coletivas, ações híbridas e movimentos que organizaram as ações em 1963 na Paraíba

Município	Porcentagem de ações da cidade em relação ao total do estado	Porcentagem ações coletivas híbridas	Porcentagem ações das Ligas	Porcentagem ações do PCB	Porcentagem ações das Ligas e do PCB conjuntamente	Porcentagem ações das Ligas, PCB e outros setores conjuntamente	Porcentagem ações sem identificação de movimento registrada
Total do estado	100,00%	43,33%	86,67%	0,00%	3,33%	0,00%	10,00%
Sapé	28,81%	35,29%	94,12%				5,88%
João Pessoa	22,03%	15,38%	76,92%		15,38%		7,69%
Mamanguape	11,86%	57,14%	85,71%				14,29%
Santa Rita	10,17%	50,00%	100,00%				
Alhandra	3,39%	50,00%	100,00%				
Cruz do Espírito Santo	3,39%	50,00%	50,00%				50,00%
Belém	1,69%	100,00%	100,00%				
Cabedelo	1,69%	100,00%	100,00%				
Campina Grande	1,69%	100,00%	100,00%				
Conde	1,69%	100,00%					100,00%
Guarabira	1,69%	100,00%	100,00%				
Ingá	1,69%	100,00%	100,00%				
Itabaiana	1,69%						100,00%
Mari	1,69%		100,00%				
Mulungu	1,69%	100,00%	100,00%				
Pedras de Fogo	1,69%	100,00%	100,00%				
Sem identificação	1,69%		100,00%				

Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa.

Tabela 3 -Ações coletivas e ações híbridas por município de Pernambuco em 1963

Município	Número total de ações	Ações novo repertório	Ações coletivas híbridas	Porcentagem de ações novo repertório	Porcentagem de ações coletivas híbridas	Porcentagem de ações da cidade em relação ao total do estado
Total do estado	163	153	10	93,87%	6,13%	
Bom Jardim	5	3	2	60,00%	40,00%	3,07%
Jaboatão	17	16	1	94,12%	5,88%	10,43%
Pernambuco (sem identificação da cidade; mas as greves provavelmente na Mata Sul)	13	12	1	92,31%	7,69%	7,98%
Vitória de Santo Antão	9	8	1	88,89%	11,11%	5,52%
Itambé	8	7	1	87,50%	12,50%	4,91%
Moreno	5	4	1	80,00%	20,00%	3,07%
Ribeirão	5	4	1	80,00%	20,00%	3,07%
Pesqueira	1	0	1	0,00%	100,00%	0,61%
Vertentes	1	0	1	0,00%	100,00%	0,61%
Recife	22	22		100,00%		13,50%
Palmares	10	10		100,00%		6,13%
Escada	8	8		100,00%		4,91%
Goiana	8	8		100,00%		4,91%
Timbaúba	5	5		100,00%		3,07%
Bonito	4	4		100,00%		2,45%
Ipojuca	4	4		100,00%		2,45%
Amaraji	3	3		100%		1,84%
Cabo	3	3		100,00%		1,84%
Joaquim Nabuco	3	3		100,00%		1,84%
Água Preta	2	2		100%		1,23%
Barreiros	2	2		100,00%		1,23%
Catende	2	2		100,00%		1,23%
Glória de Goita	2	2		100,00%		1,23%
Pau D'Alho	2	2		100,00%		1,23%
Quipapá	2	2		100,00%		1,23%
Rio de Janeiro (ação de movimentos de PE)	2	2		100,00%		1,23%
São Joaquim do Monte	2	2		100,00%		1,23%
São Lourenço da Mata	2	2		100,00%		1,23%
Angelim	1	1		100,00%		0,61%
Barra de Guaratiba	1	1		100,00%		0,61%
Belém de Maria	1	1		100,00%		0,61%
Belo Jardim	1	1		100,00%		0,61%
Bom Conselho	1	1		100,00%		0,61%
Cortês	1	1		100,00%		0,61%
Cupira	1	1		100,00%		0,61%
Gameleira	1	1		100,00%		0,61%
Gravatá	1	1		100,00%		0,61%
Limoeiro	1	1		100,00%		0,61%
Olinda	1	1		100,00%		0,61%
Panela de Miranda	1	1		100,00%		0,61%
São Caetano	1	1		100,00%		0,61%
Várias cidades no interior de Pernambuco (sem identificação)	1	1		100,00%		0,61%
Xexeu	1	1		100,00%		0,61%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa.

Tabela 4 - Ações coletivas, ações híbridas e movimentos que organizaram as ações de 1963 em Pernambuco

Município	Porcentagem de ações da cidade em relação ao total do estado	Porcentagem de ações coletivas híbridas	Porcentagem de ações das Ligas	Porcentagem de ações do PCB	Porcentagem de ações das Ligas e do PCB conjuntamente	Porcentagem de ações das Ligas, PCB e outros setores conjuntamente	Porcentagem de ações sem identificação de movimento registrada	Porcentagem de ações do PCB e da Igreja
Total do estado	100%	6,13%	17,18%	36,20%	14,72%	4,91%	17,18%	9,82%
Recife	13,50%		27,27%	9,09%	45,45%	13,64%	4,55%	
Jaboatão	10,43%	5,88%		64,71%	5,88%		29,41%	
Pernambuco (sem identificação da cidade; mas as greves provavelmente na Mata Sul)	7,98%	7,69%	7,69%	53,85%	15,38%	7,69%	15,38%	
Palmares	6,13%			70,00%	10,00%	20,00%		
Vitória de Santo Antão	5,52%	11,11%	22,22%	55,55%	11,11%		11,11%	
Escada	4,91%							100,00%
Goiana	4,91%		25,00%	25,00%	25,00%		25,00%	
Itambé	4,91%	12,50%		75,00%			25,00%	
Bom Jardim	3,07%	40,00%	40,00%				40,00%	20,00%
Moreno	3,07%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%		40,00%	
Ribeirão	3,07%	20,00%		60,00%	20,00%		20,00%	
Timbaúba	3,07%			100,00%				
Bonito	2,45%		25,00%		50,00%		25,00%	
Ipojuca	2,45%						25,00%	75,00%
Amaraji	1,84%		33,33%				33,33%	33,33%
Cabo	1,84%		66,66%		33,33%			
Joaquim Nabuco	1,84%		33,33%	66,66%				
Água Preta	1,23%			50,00%			50,00%	
Barreiros	1,23%			50,00%	50,00%			
Catende	1,23%			100,00%				
Glória de Goita	1,23%						100,00%	
Pau D'Alho	1,23%		50,00%				50,00%	
Quipapá	1,23%							100,00%
Rio de Janeiro (ação de movimentos de PE)	1,23%			50,00%	50,00%			
São Joaquim do Monte	1,23%			100,00%				
São Lourenço da Mata	1,23%						50,00%	50,00%
Angelim	0,61%			100,00%				
Barra de Guaratiba	0,61%			100,00%				
Belém de Maria	0,61%			100,00%				
Belo Jardim	0,61%		100,00%					
Bom Conselho	0,61%							100,00%
Cortês	0,61%			100,00%				
Cupira	0,61%			100,00%				
Gameleira	0,61%			100,00%				
Gravatá	0,61%							100,00%
Limoeiro	0,61%						100,00%	
Olinda	0,61%		100,00%					
Panela de Miranda	0,61%			100,00%				
Pesqueira	0,61%	100,00%				100,00%		
São Caetano	0,61%			100,00%				
Várias cidades no interior de Pernambuco (sem identificação)	0,61%					100,00%		
Vertentes	0,61%	100,00%	100,00%					
Xexeu	0,61%						100,00%	

Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa.

Os dados das quatro tabelas acima evidenciam diferenças relevantes na mobilização dos dois estados, dentre as quais destacamos: a maior quantidade de

ações coletivas em Pernambuco; a maior quantidade e porcentagem de ações híbridas na Paraíba; a prevalência das Ligas na organização das ações na Paraíba; e a concentração de ações coletivas realizadas pelo PCB em Pernambuco. Como será demonstrado ao longo deste capítulo, esses contrastes decorrem de fatores como: o jornal *A Liga* ter privilegiado ações em Pernambuco; a forte mobilização grevista em Pernambuco liderada, principalmente, pelo PCB; uma dinâmica específica da mobilização das camadas intermediárias e das lideranças camponesas na Paraíba que favoreceu a realização de ações híbridas; o fato de que o PCB e as Ligas não polarizaram as organizações do campo na Paraíba, como ocorreu em Pernambuco, visto que, no estado paraibano, o partido permaneceu atuando no interior das Ligas já organizadas.

A respeito da análise das posições sociais a partir do Censo Agrícola (IBGE 1960a; 1960b) nos dois estados, cabe destacar as observações registradas no **Apêndice L – Informações sobre a coleta de dados econômicos e das posições sociais a partir do censo agrícola de 1960 em Pernambuco e na Paraíba**. Os dados trabalhados a partir dos censos agrícolas, que foram usados para formar o número e a porcentagem das categorias da *morada* na **Tabela 5** e na **Tabela 9** estão apresentados na **Tabela C (Apêndice C - Posições sociais relacionadas à morada na Paraíba em 1960)** e **Tabela E (Apêndice E - Posições sociais relacionadas à morada no estado de Pernambuco em 1960)**. Sendo que os dados originais dos censos agrícolas são apresentados nas tabelas **J** e **K** dos Apêndices **J** e **K**.

3.1.1 Ações coletivas, posições sociais e dados econômicos na Paraíba

Os dados evidenciam uma alta porcentagem de ações das Ligas Camponesas na Paraíba, o que contrasta com Pernambuco, que apresenta uma alta quantidade de ações do PCB, mas com número significativo de ações das Ligas ou envolvendo as mesmas. Essa tendência se relaciona ao fato de que as Ligas na Paraíba apresentavam a forte participação do PCB, que, por sua vez, mesmo com as disputas com grupos ligados a Julião, estava presente em diversos municípios e com lideranças de atuação estadual, como era o caso de Assis Lemos de Souza. A menor polarização organizacional no estado paraibano fez com que as Ligas

tivessem um maior número de ações, que, todavia, não podem ser vistas como alheias ao PCB, tendo em vista a presença do mesmo internamente, na organização do movimento.

A respeito das ações coletivas observadas no estado da Paraíba, cabe destacar que o número total de ações não foi tão alto se comparado ao de Pernambuco. Esse dado decorre de um recorte do jornal *A Liga*, que focava mais a figura de Julião e as Ligas pernambucanas, por mais que a Paraíba tenha tido destaque no periódico. A própria maneira de produzir informações por parte do jornal também interferiu nisso, sendo que a maior parte de suas edições se concentra em publicar artigos de opinião, muitos deles do próprio Julião, para serem lidos aos camponeses por alguma liderança local que fosse alfabetizada, assim como para apresentarem informações internacionais sobre as revoluções socialistas, a participação dos camponeses nestas e as reformas agrárias adotadas em outros países.

As ações coletivas relatadas no periódico aparecem por vezes em notícias separadas, normalmente tendo como foco grandes ações como greves regionais e grandes concentrações e atos nas capitais – o que explica o número elevado de ações em Recife e, parcialmente, em João Pessoa, devido ao fato do último município ter uma estrutura agrária que permitia ações no campo em sua área municipal. Algumas edições chegam a ter uma seção separada por estado, na qual se noticiam ações ocorridas em cada território, Paraíba e Pernambuco sempre sendo um destaque. Todavia, essa prática se apresenta em poucos periódicos, visto que, pouco depois, se voltou a noticiar ações de maneira espalhada pelo jornal, o que, em geral, fez com que aparecessem muitas ações em Pernambuco e uma quantidade menor em outros estados.

A ação procissão/velório remete às atividades em homenagem a João Pedro Teixeira, realizadas na data do primeiro ano de seu assassinato. Foram realizadas ações desse tipo em 11 municípios diferentes, o que explica o alto número dessa ação na tabela. Entretanto, como se trata de uma ação feita para essa ocasião específica, e dada a baixa quantidade de ações localizadas na Paraíba, o número total dessa ação acabou ficando supervalorizado, o que também contribuiu para que a porcentagem de ações híbridas no estado fosse elevado. De toda maneira, por mais que esse dado possa ter contribuído para um exagero na porcentagem de

ações híbridas – se houvesse mais dados de ações coletivas provavelmente a porcentagem diminuiria, se levamos em conta apenas a questão de que as procissões/velórios eram ações pontuais –, cabe observar dois pontos: 1) a porcentagem de ações híbridas na Paraíba permanece mais elevada do que em Pernambuco, o que é um dado relevante que se deve, como analisaremos, tanto ao protagonismo das lideranças do primeiro estado na realização de certas ações como ao alto peso que as greves tiveram em Pernambuco no ano de 1963; e 2) o número de mutirões e cercamentos à casa grande está, provavelmente, subvalorizado, tendo em vista que os relatos apresentados em Van Ham *et al.* (2006) afirmam uma certa constância semanal dessas ações, por mais que não possamos ser assertivos sobre as mesmas ocorrerem ou não uma vez por semana.

A respeito da **Tabela G (Apêndice G)**, cabe observar que Areia, Pilões e Itabaiana tiveram o número de foreiros ignorados, e o de parceiros dos dois primeiros municípios também, pois a média de área das terras arrendadas é muito alta (acima de 70 hectares). Isso significa que, nas demais tabelas, o número dessas categorias deverá ser ignorado, por mais que tenhamos optado por continuar apresentando os quantitativos.

A seguir, apresentamos a **Tabela 5** e a **Tabela 6**⁸⁹ – que apresenta as posições sociais e as ações coletivas por município paraibano –, que serão analisadas conjuntamente a **Tabela 7** – que apresenta os dados econômicos da produção de cana e de algodão na Paraíba – e a **Tabela 8** – que apresenta a presença do segundo setor e do terceiro setor por município paraibano –, com o fito de relacionarmos as mobilizações, os dados econômicos e as posições sociais na Paraíba. A respeito da **Tabela 5**, cabe indicar que a soma das categorias ficou abaixo do número total de pessoas ocupadas com renda, visto que não apresentamos a categoria “outra condição” na tabela, motivados pela falta de clareza sobre essa categoria, como explicamos no **Apêndice L**. A defasagem em Sapé, por exemplo, é de 208, o mesmo número de pessoas da categoria “outra

⁸⁹ A **Tabela 5** e a **Tabela 6** foram geradas a partir da **Tabela C** e da **Tabela D**, nos apêndices **C** e **D**. Nas tabelas apresentadas, foram considerados dados que levam em conta a presença dos pequenos proprietários. Já nos apêndices, são apresentadas informações tanto contando os pequenos proprietários quanto ignorando seu número devido às dificuldades de estabelecermos a relevância política e a precisão dos dados sobre essa categoria. O mesmo foi realizado para os dados de Pernambuco.

condição” do município. Vale ressaltar que o mesmo se aplica às tabelas de Pernambuco.

Em prosseguimento, a **Tabela 5** foi organizada a partir das porcentagens de ações coletivas nos municípios em relação ao estado paraibano. E a **Tabela 6**, por sua vez, apresenta as porcentagens de cada posição social, conjuntamente o número de ações híbridas (que organizam a tabela), a porcentagem destas, e a quantidade de ações registradas em cada município em relação ao estado da Paraíba.

Tabela 5 - Posições sociais relacionadas as dinâmicas da moradia em 1960 na Paraíba

Município	Total população rural ativa com renda (retirando trabalho familiar e contando pequenos proprietários)	Ocupantes	Moradores de condição	Pontas de rua	Parceiros	Foreiros	Pequenos proprietários	Porcentagem de ações coletivas em relação a todo o estado	Porcentagem de ações híbridas
Sapé	6838	28	3240	1209	36	1470	647	28,81%	35,29%
João Pessoa	3851	10	895	883	380	1402	156	22,03%	15,38%
Mamanguape	7069	53	735	2917	277	146	1756	11,86%	57,14%
Santa Rita	3950	5	713	1691	161	971	155	10,17%	50,00%
Alhandra	2859	0	244	709	6	303	1379	3,39%	50,00%
Cruz do Espírito Santo	4446	1	1351	835	1	300	564	3,39%	50,00%
Belém	1105	0	604	117	13	0	371	1,69%	100,00%
Cabedelo	79	3	18	8	0	3	30	1,69%	100,00%
Campina Grande	26126	286	1603	11855	471	6818	4470	1,69%	100,00%
Conde	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	1,69%	100,00%
Guarabira	3776	12	922	1354	297	26	937	1,69%	100,00%
Ingá	1998	7	346	1114	19	0	494	1,69%	100,00%
Itabaiana	3408	13	393	1612	63	71	1168	1,69%	0,00%
Mari	1835	0	118	1281	35	324	75	1,69%	0,00%
Mulungu	568	2	63	259	2	0	242	1,69%	100,00%
Pedras de Fogo	2683	0	105	885	9	1174	283	1,69%	100,00%
Alagoa Grande	3707	0	2090	944	40	6	189	0,00%	0,00%
Alagoa Nova	4813	34	1029	1046	201	1017	1453	0,00%	0,00%
Areia	7340	1	1991	2656	93	15	782	0,00%	0,00%
Bananeiras	5995	15	174	1484	2688	938	644	0,00%	0,00%
Pilões	1134	0	458	443	33	0	69	0,00%	0,00%
Piripituba	1070	1	657	19	0	24	350	0,00%	0,00%
Serraria	2903	4	936	604	199	50	1050	0,00%	0,00%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa.

Tabela 6 - Posições sociais relacionadas as dinâmicas da morada e ações coletivas híbridas em 1960 na Paraíba

Município	Ações coletivas híbridas	Porcentagem de camadas intermediárias (foreiros e parceiros)	Porcentagem moradores de condição, pontas de rua e outra condição	Porcentagem de ocupantes	Porcentagem de pequenos proprietários	Porcentagem de ações coletivas em relação a todo o estado	Porcentagem de ações híbridas
Sapé	6	22,02%	68,10%	0,41%	9,46%	28,81%	35,29%
Mamanguape	4	5,98%	68,43%	0,75%	24,84%	11,86%	57,14%
Santa Rita	4	28,66%	67,29%	0,13%	3,92%	10,17%	50,00%
João Pessoa	2	46,27%	49,42%	0,26%	4,05%	22,03%	15,38%
Alhandra	1	10,81%	33,33%	0,00%	48,23%	3,39%	50,00%
Belém	1	1,18%	65,25%	0,00%	33,57%	1,69%	100,00%
Cabedelo	1	3,80%	54,43%	3,80%	37,97%	1,69%	100,00%
Campina Grande	1	27,90%	53,90%	1,09%	17,11%	1,69%	100,00%
Conde	1	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	1,69%	100,00%
Cruz do Espírito Santo	1	6,77%	80,52%	0,02%	12,69%	3,39%	50,00%
Guarabira	1	8,55%	66,31%	0,32%	24,81%	1,69%	100,00%
Ingá	1	0,95%	73,97%	0,35%	24,72%	1,69%	100,00%
Mulungu	1	0,35%	56,69%	0,35%	42,61%	1,69%	100,00%
Pedras de Fogo	1	44,09%	45,36%	0,00%	10,55%	1,69%	100,00%
Alagoa Grande	0	1,24%	93,66%	0,00%	5,10%	0,00%	0,00%
Alagoa Nova	0	25,31%	43,80%	0,71%	30,19%	0,00%	0,00%
Areia	0	1,47%	87,86%	0,01%	10,65%	0,00%	0,00%
Bananeiras	0	60,48%	28,49%	0,25%	10,74%	0,00%	0,00%
Itabaiana	0	3,93%	61,41%	0,38%	34,27%	1,69%	0,00%
Mari	0	19,56%	76,35%	0,00%	4,09%	1,69%	0,00%
Pilões	0	2,91%	91,01%	0,00%	6,08%	0,00%	0,00%
Piripituba	0	2,24%	64,95%	0,09%	32,71%	0,00%	0,00%
Serraria	0	8,58%	55,12%	0,14%	36,17%	0,00%	0,00%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa.

A **Tabela 6** demonstra a porcentagem de camadas intermediárias por município, o que nos permite entender com mais profundidade a estrutura social no campo em cada território paraibano citado. Santa Rita, que, pelos dados brutos, não apresenta números tão elevados de foreiros e parceiros, possuindo respectivamente 971 e 161, demonstra, entretanto, uma alta porcentagem desses grupos em relação ao todo de trabalhadores ocupados no campo. Essa evidência permite entendermos que, em municípios como Santa Rita, existia uma abertura maior – em relação a outros municípios – nas relações de trabalho, para que os moradores ascendessem às posições de foreiros ou parceiros. Essa abertura configurava vivências específicas para esses trabalhadores, diferenciando suas experiências das dos demais moradores.

A observação das camadas intermediárias tem, neste momento, o fito de entender a relação entre a existência das camadas intermediárias e a mobilização de ações coletivas híbridas. Para isso, tanto é relevante a porcentagem desses grupos em relação ao todo de trabalhadores quanto a quantidade real dos mesmos, tendo em vista que a baixa quantidade do número real de foreiros e parceiros pode indicar a pouca possibilidade de mobilizarem um alto número de ações coletivas.

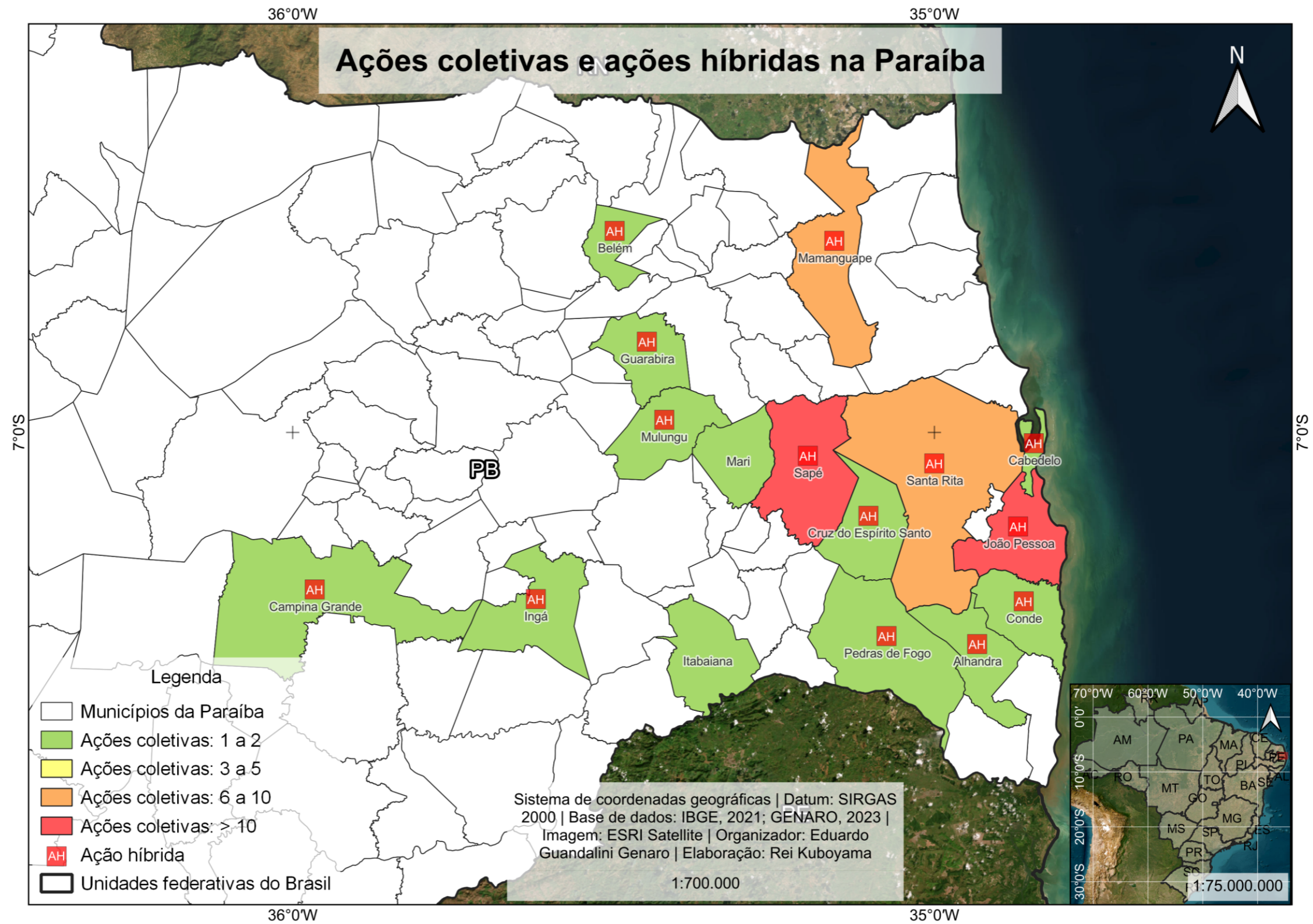
O cruzamento dos dados evidencia que Sapé, Santa Rita, Alhandra⁹⁰, Campina Grande e João Pessoa apresentam elevada porcentagem de camadas intermediárias, um número elevado ou médio de ações coletivas em geral e um número elevado ou médio de ações híbridas. Em contraste a esses municípios, Alagoa Nova, Bananeiras, Mari e Pedras de Fogo apresentam elevada porcentagem de camadas intermediárias e baixo número – ou inexistência, conforme nosso levantamento – de ações coletivas, o que se explica por indicadores como a produção de cana e a presença/ausência de uma forte mobilização política nesses municípios. Outro caso que ganha destaque por sua diferenciação em relação aos demais municípios é o de Mamanguape, que apresenta uma porcentagem pouco elevada de camadas intermediárias (5,98), mas um número impressionante de

⁹⁰ Entre esses municípios, cabe observar que Alhandra possui um número bruto de foreiros (303) e de parceiros (6) bem inferior quando comparado aos dos demais municípios (que apresentam mais de 1000 trabalhadores quando somadas as duas categorias), o que indica uma diferenciação quanto à possibilidade de esses grupos realizarem um amplo número de ações. Mas, cabe observar que Alhandra apresenta um número elevado de pequenos proprietários, o que pode ser um indicativo interessante, por mais que os mesmos tivessem menos motivações imediatas de se mobilizarem do que os moradores que estavam sendo expulsos.

ações coletivas em geral e de ações híbridas, o que se explica, como explicitaremos melhor mais a frente, pelos indicadores da produção de algodão e da forte presença de mobilização política no município em questão.

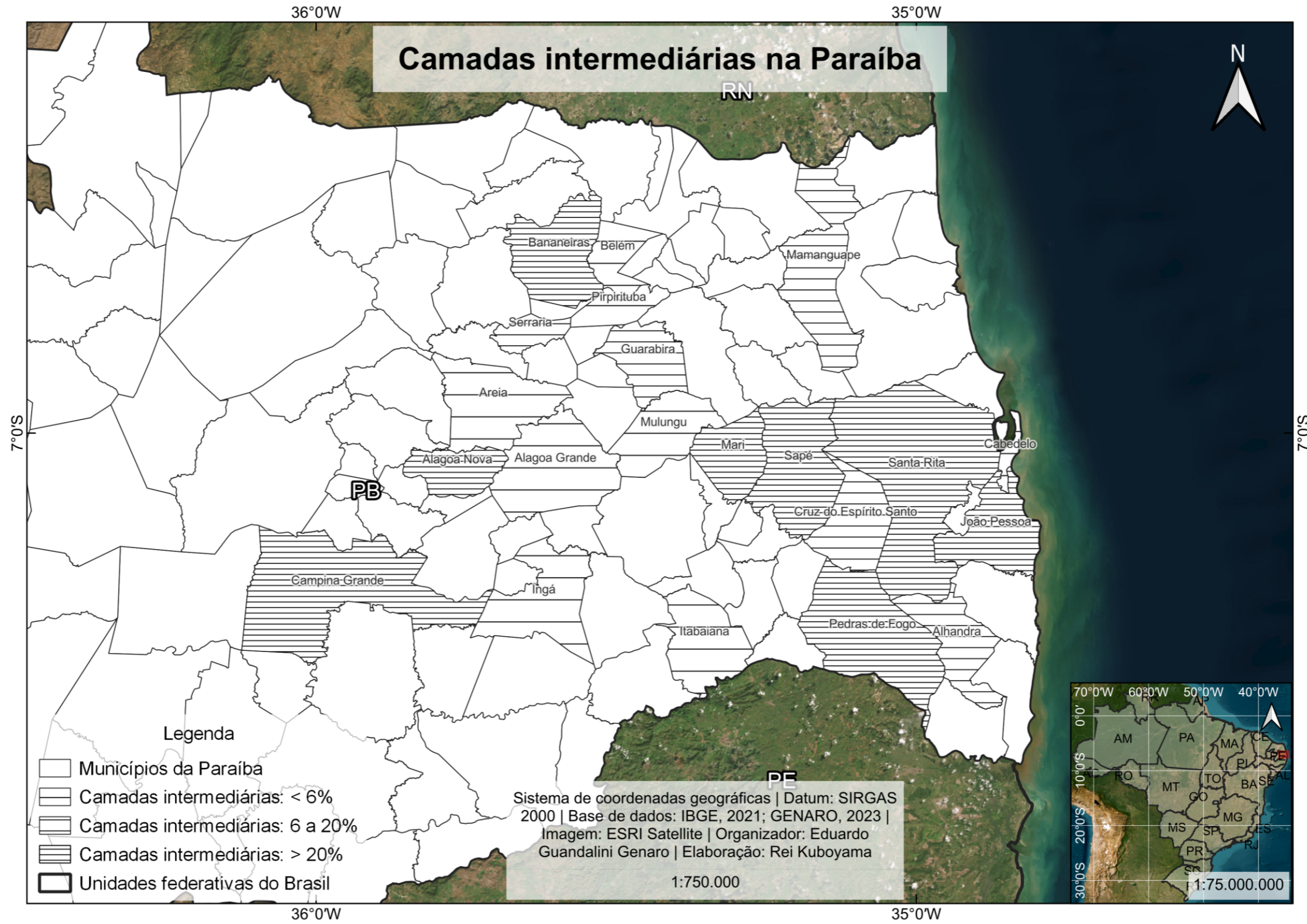
A seguir, apresentamos os mapas das figuras **11** e **12**, respectivamente, com as ações coletivas na Paraíba e com as concentrações de camadas intermediárias:

Figura 11 - Ações coletivas e ações híbridas na Paraíba em 1963



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

Figura 12 - Camadas intermediárias na Paraíba em 1960



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

O mapeamento da **Figura 11** permite observarmos como as ações eram mais intensas na região da Zona da Mata paraibana, tendo Sapé como um centro de mobilização, visto o alto número de ações registradas no município e em seu entorno. Santa Rita faz parte da mesma região e também apresenta um número alto de ações. Mamanguape, por vez, é mais afastada ao norte, mas apresenta elevado número de ações. João Pessoa também registra alto número de protestos, o que se explica tanto por sua estrutura agrária ter possibilitado a mobilização de moradores revoltados como também pelo fato de o município ser a capital da Paraíba. Outro fator a ser destacado no mapa da **Figura 11** é a forte presença de ações mais ao sul do estado, o que é relevante se levarmos em consideração a distribuição de ações em Pernambuco. Este estado, como discutiremos adiante, apresenta uma estrutura agrária de maior produção de cana e menor presença de foreiros e parceiros ao sul, que mobilizou vários protestos sindicais mais ligados ao PCB. Mas também, Pernambuco apresenta uma forte mobilização de camadas intermediárias e das Ligas mais ao centro e ao norte da Zona da Mata, regiões que fazem fronteira com o sul da Mata paraibana, o que não nos parece coincidência, mas uma continuidade de tendências de mobilização ligadas a características geográficas e econômicas e à presença de determinadas posições sociais nessas áreas.

A comparação do mapa da **Figura 11** com o da **Figura 12** explicita uma correlação entre as ações coletivas e a presença de foreiros e parceiros na Paraíba. Como veremos, esse fato toma dimensões diferentes em Pernambuco. Todavia, na realidade paraibana, é marcante como em seus municípios a presença das Ligas Camponesas e de camadas intermediárias tem forte relação com a maior realização de protestos, o que se evidencia pelos municípios com maior número de traços na horizontal no mapa da **Figura 12**, e, em geral, nos municípios marcados em laranja e vermelho, no mapa da **Figura 11**. Evidentemente, existem municípios mais ao Agreste que também apresentam alta porcentagem de parceiros e foreiros, sem com isso constarem tantas ações coletivas, o que se explica pela diferença da intensidade do processo de expulsão do campo nas regiões da Mata e do Agreste.

A presença de camadas intermediárias, por si só, não é explicativa para a realização de ações híbridas, entretanto, esse quadro se modifica quando levamos em conta indicadores como a produção da cana. O que evidencia que o processo de

mobilização se relacionou diretamente com a expansão da lavoura canavieira e a expulsão de moradores. As tabelas abaixo⁹¹ ajudam a entender esse fato:

⁹¹ A **Tabela G** do **Apêndice G** demonstra a média das terras arrendadas, com o fito de distinguirmos os municípios em que o arrendamento era indicativo de melhores condições para foreiros e parceiros, e os que apresentavam mais arrendamento por parte dos grandes proprietários. A tabela também apresenta as áreas de terras próprias e elabora uma porcentagem destas e das arrendadas, com o fito de observarmos a concentração fundiária em cada município. A explicitação desse trabalho com os dados está no **Apêndice L**.

Tabela 7 - Dados econômicos da produção de cana e algodão na Paraíba em 1960.

Município	Produção de cana (toneladas)	Algodão produção	Algodão área
Cruz do Espírito Santo	214683	369	615
Sapé	182750	736	2985
Areia	133309	274	632
Santa Rita	114037	2	7
Alagoa Grande	110911	533	974
Mamanguape	76806	581	1819
Pilões	53101	0	0
Serraria	31559	205	357
Alagoa Nova	21114	6	42
Bananeiras	10104	473	2236
Guarabira	8477	359	1113
Pedras de Fogo	6428	198	332
João Pessoa	3376	0	5
Piripituba	2500	257	885
Campina Grande	2008	3504	9979
Alhandra	1720	47	107
Itabaiana	1040	2764	5093
Mari	360	468	714
Belém	328	1128	9892
Cabedelo	0	0	0
Ingá	0	866	3418
Mulungu	0	624	919
Conde	Sem dados	Sem dados	Sem dados

Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

Tabela 8 - Segundo e terceiro setores nos municípios paraibanos em 1960.

Município	Economicamente ativos na indústria	Economicamente ativos outras atividades
João Pessoa	5469	32207
Campina Grande	5655	26850
Santa Rita	2438	3005
Guarabira	1108	2970
Cabedelo	302	2525
Sapé	758	2031
Alagoa Grande	1050	1861
Itabaiana	800	1859
Mamanguape	451	1841
Areia	165	1041
Ingá	212	978
Pedras de Fogo	249	735
Alagoa Nova	253	699
Piripituba	164	695
Serraria	43	640
Cruz do Espírito Santo	168	609
Bananeiras	123	559
Mari	88	390
Pilões	96	272
Belém	22	250
Alhandra	46	229
Mulungu	26	181
Conde	Sem dados	Sem dados

Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

Os municípios com maior produção de cana⁹² são, em sequência, Cruz do Espírito Santo, Sapé, Areia, Santa Rita, Alagoa Grande, Mamanguape e Pilões, dentre os quais Sapé e Santa Rita se destacam por deterem alta produção de cana, alta porcentagem de camadas intermediárias e alto número de ações coletivas e de ações híbridas. Como ficará mais evidente ao longo do texto, os dois municípios foram fortes centros de mobilização na Paraíba, o que tem relação com essa correlação de variáveis, assim como com a variável da mobilização política em seus territórios (maior presença e atuação das organizações nos mesmos). Alagoa

⁹² Como demonstramos ao longo do texto, utilizamos unicamente o dado de produção de cana apenas para a Paraíba, sendo que, para Pernambuco, também levamos em conta a área de produção. Isso se deve por conta de o Censo de 1960 do primeiro estado não apresentar a informação da área de produção.

Grande e Areia apresentam elevada produção de cana, mas baixa porcentagem de foreiros e parceiros, não apresentando ações coletivas no levantamento aqui realizado. Pilões também se enquadra no mesmo caso dos dois municípios anteriores, mas com produção canavieira menor. Esses indicativos parecem demonstrar que os três últimos municípios não tiveram Ligas e STRs tão ativos.⁹³ Cruz do Espírito Santo apresenta alta produção de cana. Número menor em relação a Sapé e a Santa Rita, mas médio⁹⁴, quando observadas suas camadas intermediárias e suas ações coletivas. O município apresenta, ainda, uma ação híbrida. Mamanguape apresenta porcentagem semelhante de camadas intermediárias – mas com número mais relevante de parceiros do que de foreiros, o inverso de Cruz do Espírito Santo –, produção média de cana e alta porcentagem de ações coletivas e de ações híbridas. A seguir, o mapa da **Figura 13** apresenta a produção de cana nos municípios do recorte:

⁹³ Cabe destacar que Assis Lemos de Souza (1996) indica que as Ligas mais ativas da Paraíba foram as de Santa Rita, Sapé, Mamanguape, Guarabira, Areia, Itabaiana, Pilar e Monteiro. O que contrasta com os dados aqui apresentados, principalmente no caso de Areia, Pilar e Monteiro, municípios dos quais não se obteve registro de ação coletiva em 1963, a partir da fonte utilizada. A falta desse registro provavelmente seria corrigida com a utilização de jornais de grande circulação na Paraíba como fonte de pesquisa, mas cabe observar que as evidências levantadas indicam uma alta concentração das ações em Sapé, Santa Rita e Mamanguape. Salientamos que essa questão será mais aprofundada posteriormente.

⁹⁴ Cabe destacar que se trata de um número médio para o levantamento, visto que o número real de ações levantadas no município é 2 ações, o que se torna “médio” perante as demais. A pesquisa obteve um número não muito elevado de ações registradas na Paraíba, o que colabora com esse tipo de situação que limita a análise estatística.

Figura 13 - Produção de cana na Paraíba em 1960



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

A comparação do mapa da **Figura 13** com os dois anteriores gera um elemento interessante: a produção de cana é um indicativo importante para a mobilização, mas não fornece explicação isolada das camadas intermediárias e da mobilização de sindicatos e associações. Isso é nítido, pois ocorre uma forte concentração de produção de cana em municípios fortemente mobilizados. Caso de Sapé e Santa Rita, que, junto a Cruz do Espírito Santo, formam um conjunto (no sentido espacial, visto que os três municípios fazem fronteira uns com os outros) de alta produção de cana. Mamanguape aparece enquanto uma produção mediana (relativa as demais) no mapa, o que também fortalece a produção de cana como explicativa da mobilização, tendo em vista o número de ações nesse município.

Mas, o que permite indicar que a expulsão do campo e a alta produção de cana não necessariamente levavam à mobilização política é o conjunto de municípios mais afastados da Mata, formado por Areia e Alagoa Grande, com produção acima de 100 mil toneladas, e Alagoa Nova, Pilões e Serraria, com produção entre 20 mil e 100 mil toneladas. Esses 5 municípios apresentam uma produção de cana de destaque perante os demais municípios, não demonstram números altos de camadas intermediárias (Serraria e Alagoa Grande com números razoáveis e os demais com números baixos) e não apresentam ações coletivas em nosso levantamento. A ausência de ações, especificamente para esse recorte da situação paraibana, parece estar diretamente ligada ao fato de não apresentar números altos de foreiros e parceiros. Mas, cabe destacar que o fator de mobilização dos movimentos também é relevante, o que não pode, neste estudo, ser aprofundado devido à necessidade de estudarmos os casos específicos da mobilização nos municípios.

A emergência de ações híbridas se relaciona à expansão da cana e à presença de camadas intermediárias, sendo Mamanguape o caso que parece desviar dessa regra. Entretanto, uma observação mais atenta fornece indicadores interessantes sobre a mobilização no município. O número total de foreiros e parceiros não é muito elevado, mas se percebe uma grande⁹⁵ área de terra dedicada ao plantio de algodão, que costumava ser cultivado em regimes de parceria, o que explica o número de parceiros em Mamanguape. Para além disso, há dúvidas se

⁹⁵ Um número alto em relação a outros municípios da mesma região. É evidente que se trata de um número menor do que os de municípios do Agreste.

não existiriam mais trabalhadores de camadas intermediárias no município do que os números indicam, ou se havia trabalho com o algodão sob outros regimes que não os abordados pelo Censo.⁹⁶ Outro elemento a ser considerado em relação ao município de Mamanguape é que, entre as ações coletivas, num total de 7, 4 foram híbridas. Entretanto, apenas uma delas se tratou de um possível mutirão ou de um cercamento. Ação que, como já indicado, remetia mais a características de mobilização de parceiros e foreiros, o que gera a prerrogativa de que, talvez, nosso recorte tenha exagerado quanto ao número de ações híbridas do município. Ainda outro elemento interessante se apresenta sobre Mamanguape: o fato de este ter sido um dos municípios mais mobilizados da Paraíba, o que explica a alta quantidade de ações e contribui para com a presença de ações híbridas.⁹⁷

O caso de Mamanguape evidencia outra variável muito importante para entendermos as ações coletivas e as ações híbridas: a mobilização de sindicatos e Ligas. Os municípios mais mobilizados, que apresentavam mais militantes e se tornavam foco dos movimentos, tendiam a apresentar mais ações. Todavia, essa variável foge das demais variáveis, por mais que delas seja interdependente. Desse modo, podemos entender que municípios com características econômicas parecidas e com a presença de posições sociais semelhantes tenham apresentado números bastante diferentes de ações coletivas. Como veremos adiante, o movimento presente no município também interferiu diretamente sobre o formato das ações desenvolvidas.

O número de trabalhadores industriais e do terceiro setor são indicadores também analisados. A hipótese testada é de que as interações entre os moradores e os trabalhadores externos às fazendas exerceram uma influência positiva na mobilização dos primeiros, tanto por propiciarem o contato com outros horizontes de perspectiva quanto por estabelecerem relações com pessoas que não eram

⁹⁶ Sigaud (1979) indica, ao pesquisar a área canavieira de Pernambuco na década de 1970, que a mobilização de trabalhadores rurais era mais frequente em locais que os mesmos tinham mais possibilidades de trabalho em lavouras que não as de cana, principalmente nas de algodão, visto que a possibilidade de outros empregos na cana não gerava a mesma tendência. Esse indicativo nos leva a pensar que o caso de Mamanguape na década de 1960 também está relacionado à possibilidade de obtenção de outro emprego.

⁹⁷ Segundo Cittadino (2014), a Liga de Mamanguape teria 10 mil associados, informação surpreendente, se levarmos em consideração que Sapé apresentava número semelhante e era considerada a maior Liga Camponesa do Brasil em número de associados. Independentemente de o número de associados em Mamanguape ser mesmo tão elevado, cabe a constatação de que o município era muito mobilizado.

dependentes dos grandes proprietários, o que pode ter diminuído sua própria dependência para com estes. Como discutido, a circulação dos moradores nas feiras foi importante para a mobilização e para o contato com outras ideias que não as defendidas pelos latifundiários e seus fiscais. Como veremos na comparação dos dados entre Paraíba e Pernambuco, a hipótese reproduzida acima não pôde ser completamente confirmada, pela limitação dos dados. Entretanto, existem correlações positivas que permitem afirmarmos que esses indicadores são relevantes para a mobilização.

Os municípios com mais trabalhadores industriais são, em sequência, Campina Grande, João Pessoa, Santa Rita, Guarabira, Alagoa Grande, Itabaiana, Sapé e Mamanguape, sendo que João Pessoa, Santa Rita, Sapé e Mamanguape apresentam uma relação positiva entre alto número de trabalhadores industriais e ações coletivas.⁹⁸ Dos quatro municípios, os três últimos apresentam também um alto número de produção de cana, e Santa Rita e Sapé, um número elevado de camadas intermediárias. Por sua vez, o número de trabalhadores ativos em outras atividades, que aqui estamos relacionando a empregos no terceiro setor, demonstra tendências parecidas com as do trabalho industrial. Ao colocarmos esse indicador em ordem decrescente, obtemos uma sequência parecida com a do indicador anterior: João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita, Guarabira, Cabedelo, Sapé, Alagoa Grande, Itabaiana e Mamanguape, sendo que apenas Cabedelo aparece em divergência da sequência dos 8 municípios com mais trabalhadores industriais.

O caso de Pernambuco apresenta variações quanto às observações feitas em relação à Paraíba, por mais que relações importantes, como a relação entre camadas intermediárias e ações híbridas também tenham se verificado, como veremos a seguir.

⁹⁸ Cabe destacar as diferenças de números reais de trabalhadores industriais entre os municípios Mamanguape, Sapé, Santa Rita e João Pessoa. Mamanguape apresentava 451, enquanto Sapé tinha mais de 700 trabalhadores industriais, Santa Rita mais de 2000 e João Pessoa mais de 5000, o que mostra uma diferença significativa. O alto número de ações em João Pessoa, assim como o número de trabalhadores urbanos, também mantém relação com o fato de o município ser a capital da Paraíba, de modo que muitas ações ocorreram na mesma com o fito de demandar ao governo estadual. De toda maneira, o número de trabalhadores rurais, inclusive de parceiros e foreiros, em João Pessoa é consideravelmente elevado, o que também explica que diversas ações coletivas no município partiram de moradores de fazendas pertencentes à capital.

3.1.2 Ações coletivas, posições sociais e dados econômicos em Pernambuco

A **Tabela B** no **Apêndice B** mostra as ações coletivas por município de Pernambuco, sendo que se percebe uma menor quantidade de ações híbridas: apenas 10 em toda a amostragem, o que é muito significativo, tendo em vista a quantidade de ações verificadas no levantamento. Uma diferença para com a Paraíba se dá na maior mobilização de ações híbridas por lideranças camponesas neste estado, o que não parece ter sido uma dinâmica tão relevante em Pernambuco. Outra diferença significativa é a polarização entre o PCB e as Ligas em Pernambuco, que faz com que observemos áreas distintas de mobilização dessas organizações, de maneira que Vitória de Santo Antão e regiões mais ao norte da Mata Pernambucana mostram fortes ações das Ligas, enquanto em regiões mais ao sul, onde há maior produção de cana, se verifica forte ação do PCB, que representa a maioria das ações.

Os municípios Água Preta e Palmares foram, em momentos distintos, focos de sua região na mobilização de ações, o que também ocorreu com municípios como Jaboatão, Ipojuca, Escada e Amaraji, todos apresentando um impressionante número de ações, dentre as quais se destacam as greves, sendo os STRs desses municípios ligados ao PCB. As greves correspondem a aproximadamente 1/3 das ações do levantamento no estado (54 de 163 ações), o que mostra a força que essa ação tinha, sendo sua maioria realizada ou liderada pelo PCB.

O ano de 1963 foi marcado por movimentos grevistas⁹⁹ em Pernambuco, quando ocorreram greves regionais e estaduais, cabendo destaque para a paralisação estadual que conseguiu o “Acordo do Campo”, assinado por Arraes, e para a greve estadual que mobilizou 200 mil trabalhadores, conseguindo o reajuste de 80% nos salários.¹⁰⁰ Este movimento contou com a participação das Ligas e com a dos STRs ligados à Igreja, porém foi liderado pelos STRs do PCB. Observando-se as reportagens do jornal *A Liga*, fica claro que houve vários movimentos grevistas no ano de 1963. Em janeiro, já se verificavam greves e indicativos de greve regional ou estadual no caso do não pagamento do 13º salário, anteriormente acordado entre

⁹⁹ As Ligas paraibanas também tentaram realizar greves regionais e estaduais, como se percebe em algumas notícias do jornal *A Liga*, mas o movimento não assumiu a mesma dinâmica e sucesso do movimento grevista pernambucano.

¹⁰⁰ Sobre essas mobilizações, ver Dabat (2015).

grandes proprietários e trabalhadores rurais. Em fevereiro, concentrações públicas foram feitas no estado demandando o pagamento do 13º salário, chegando a mobilizar cerca de 100 mil trabalhadores (A Liga, "Do Ponto de Vista do Camponês", n.20 20 fev. 1963).

Em simultâneo, ocorreram greves pelo estado com a demanda salarial citada acima, buscando também por demais direitos trabalhistas como férias, aumento salarial e jornadas de 8 horas diárias (A Liga, "Camponeses em greve em Pernambuco exigem 13º salário e aumento salarial", n 20 p3, 20 fev. 1963). Em março, ocorreu uma grande greve nos 23 municípios ligados ao STR de Palmares, demandando novamente a questão do 13º salário e os direitos trabalhistas (A Liga, "23 cidades farão greve camponesa em Pernambuco", n24 p2, 27 mar. 1963). Estas greves, vale salientar, permaneceram ocorrendo ao longo do mês de abril (A Liga, "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco", n26 p2, 10 abr. 1963). Neste mês, ocorreu uma greve regional que teve seu foco de organização nos STRs de Escada, Jaboatão e Palmares (A Liga, "Camponeses Pernambucanos fazem greve mais uma vez", n27 p.2, 24 abr. 1963).

Após fortes protestos e negociações entre usineiros, representantes sindicais – com participação dos STRs do PCB e da Igreja, assim como das Ligas – e o Estado, em agosto e setembro, se assinou o Acordo do Campo que colocava uma nova tabela de tarefas com o fito de impedir as arbitrariedades dos fiscais na quantificação do peso da colheita e da quantidade de trabalho realizada pelos trabalhadores (A Liga, "Esta para sair acordo no campo ", n45 p6, 28 ago. 1963; A Liga, "Assinado em Pernambuco 'Acôrdo do Campo' " p5 n48, 21 set. 1963). O mês de outubro também apresentou algumas greves que se intensificaram com uma imensa mobilização estadual em novembro, a qual teve participação das Ligas, dos STRs da Igreja e do PCB, sendo que o partido teve destaque na articulação das ações devido à força de seus STRs da Mata Sul. A greve contou com a mobilização de 90% da categoria, quando cerca de 240 mil trabalhadores participaram do movimento, que demandava, além do cumprimento da tabela de tarefas já colocada, o aumento salarial de 80% (o salário subiu de 503 cruzeiros para 904). Ambas as reivindicações foram aceitas na negociação (A Liga, "Vitoriosa a greve dos 200 mil camponeses de Pernambuco:80%" n56 p1, 27 nov. 1963). O documento assinado

em 19 de novembro de 1963 como Acordo do Campo é parcialmente reproduzido em Dabat (2015).

A **Tabela B (Apêndice B)** apresenta as seguintes especificidades: a respeito das greves regionais – que não aparecem na Paraíba, em nosso levantamento – pode-se perceber que, ao olhar-se os dados de cada município pernambucano, serão verificadas 5 ações. Entretanto, na contagem geral, contabilizamos 3 ações no estado. Isso decorre do fato de que uma dessas greves foi mobilizada conjuntamente por Escada, Jaboatão e Palmares, de maneira que preferimos que, nos dados desses municípios, constasse a ação greve regional – por mais que o território da ação não seja exatamente um dos municípios –, mas que essa ação fosse contabilizada como uma só. O mesmo ocorreu com uma nota publicada conjuntamente pelos STRs de Escada Ipojuca e Amaraji, de maneira que, no registro do município, se verificará essa ação em cada município, mas, nos dados gerais do estado, a ação foi considerada como uma só.

Outro dado relevante diz respeito às ações organizadas conjuntamente pelo PCB e pela Igreja (reparar que se trata de uma categoria da tabela; estamos falando especificamente das ações marcadas como “PCB e Igreja”, e não de outras ações que as duas organizações participaram junto a outros movimentos), pois todas elas foram realizadas por STRs ligados à Igreja, ao participarem de ações mobilizadas pelo PCB, como é o caso das greves puxadas em março de 1963 pelos STRs ligados ao partido, das quais participaram STRs da Igreja. Caso ocorrido nas cidades de Escada, Ipojuca, Amaraji, Bom Jardim, Bom Conselho, Gravatá, Quipapá e São Lourenço da Mata, cabendo aqui o destaque de que os últimos 3 sindicatos chegaram a virar do PCB em momento posterior, mas, nas greves de 1963, ainda pertenciam à Igreja. Como essas ações foram influenciadas por um grupo, mas em um sindicato que pertencia a outro, optamos por considerá-las como pertencentes aos dois grupos.

A respeito da **Tabela 9** e da **Tabela 10** – que relaciona posições sociais e ações coletivas em Pernambuco –, cabe destacar que os seguintes municípios apresentam terras arrendadas em produto com média de área maior que 100 hectares: Água Preta, Aliança, Barreiros, Escada, Goiana, Maraial, Moreno, Nazaré da Mata, Palmares, Pau D’Alho, Ribeirão, Rio Formoso, São Lourenço da Mata e Sirinhaém. Assim como cumpre observar que os seguintes municípios apresentam

terras arrendadas em dinheiro que possuem média de área maior que 100 hectares: Água Preta, Cabo, Goiana, Jaboatão, Nazaré da Mata, Sirinhaém e Itambé. Como nosso critério se vale de terras maiores que 50 hectares, também destaca-se o caso de Paulista, cuja média ficou em 77 hectares. Os municípios acima devem ter seus números de parceiros e foreiros ignorados para a análise.

A seguir, apresentamos a **Tabela 9** e a **Tabela 10**, além da **Tabela 11** – que apresenta os dados sobre a produção de cana e de algodão em Pernambuco – e da **Tabela 12** – que apresenta os dados sobre o segundo e o terceiro setores por município em Pernambuco –, nas quais constam os mesmos tipos de dados que os apresentados na seção anterior, para a Paraíba. Também reproduzimos a seguir os mapas das figuras **14**, **15** e **16**, que, da mesma forma, apresentam as características dos mapas feitos em relação ao estado da Paraíba. Os mesmos apontamentos feitos para as tabelas da Paraíba se aplicam às de Pernambuco, de modo que a soma das categorias da **Tabela 9** não condiz com o número total de pessoas ocupadas com renda, pois não consideramos a categoria “outra condição” na tabela. Esta tabela é organizada pela porcentagem de ações coletivas da cidade em relação ao estado. A **Tabela 10**, por sua vez, é organizada pelo número total de ações híbridas por município.¹⁰¹

¹⁰¹ As tabelas **9** e **10** foram geradas a partir das tabelas **E** e **F**, presentes nos apêndices **E** e **F**. Assim como procedemos com os dados da Paraíba, foram considerados nas tabelas apresentadas aqui os dados que levam em conta a presença dos pequenos proprietários, sendo que, nos apêndices, podem ser conferidos os dados dessa categoria sem os números. A **Tabela H** do **Apêndice H**, de maneira semelhante a como foram trabalhados os dados da Paraíba, demonstra a média das terras arrendadas, as áreas de terras próprias, assim como a porcentagem destas e das arrendadas, revelando a concentração fundiária em cada município.

Tabela 9 - Posições sociais relacionadas às dinâmicas da *morada* em 1960 no estado de Pernambuco

Município	Total população rural ativa com renda (retirando trabalho familiar e contando pequenos proprietários)	Ocupantes	Moradores de condição	Pontas de rua	Parceiros	Foreiros	Pequenos proprietários	Porcentagem de ações coletivas em relação a todo o estado	Porcentagem de ações híbridas
Jaboatão	3161	45	1236	1388	10	25	93	10,43%	5,88%
Palmares	9166	1	3850	5261	4	6	38	6,13%	0,00%
Vitória de Santo Antão	16298	477	958	4238	94	6063	2331	5,52%	11,11%
Itambé	3906	0	1621	1478	0	18	67	4,91%	12,50%
Escada	7049	0	4850	2135	16	48	0	4,91%	0,00%
Goiana	7385	0	5105	2064	39	16	155	4,91%	0,00%
Bom Jardim	8443	13	202	1572	21	4197	2202	3,07%	40,00%
Moreno	3643	1	1958	1459	1	137	87	3,07%	20,00%
Ribeirão	6169	0	530	5636	3	0	0	3,07%	20,00%
Timbaúba	6193	13	2536	2523	62	570	418	3,07%	0,00%
Ipojuca	9174	0	187	5609	2	0	6	2,45%	0,00%
Cabo	8609	0	2105	6389	0	5	9	1,84%	0,00%
Água Preta	12981	0	7852	5010	98	20	0	1,23%	0,00%
Barreiros	6278	0	210	6024	15	2	25	1,23%	0,00%
Pau D'Alho	4858	0	2055	2054	21	48	583	1,23%	0,00%
São Lourenço da Mata	4628	1	483	3907	1	4	188	1,23%	0,00%
Pesqueira	4595	29	764	2686	27	96	890	0,61%	100,00%
Vertentes	9195	1	302	2471	73	2076	4268	0,61%	100,00%
Aliança	5801	0	3715	1549	51	29	107	0,00%	0,00%
Carpina	4876	0	633	1365	110	1805	553	0,00%	0,00%
Igarassu	6810	4	458	4083	58	1627	533	0,00%	0,00%
Maraial	7607	2	3143	3883	5	161	32	0,00%	0,00%
Nazaré da Mata	6114	0	3571	1984	33	84	325	0,00%	0,00%
Paulista	457	0	117	169	0	98	73	0,00%	0,00%
Rio Formoso	3852	0	94	979	1	5	48	0,00%	0,00%
Sirinhaém	5694	0	207	5303	157	11	8	0,00%	0,00%
Vicência	4720	6	2791	1364	34	143	333	0,00%	0,00%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

Tabela 10 - Posições sociais relacionadas às dinâmicas da morada e ações coletivas híbridas de 1960 em Pernambuco

Município	Ações coletivas híbridas	Porcentagem de camadas intermediárias (foreiros e parceiros)	Porcentagem moradores de condição, pontas de rua e outra condição	Porcentagem de ocupantes	Porcentagem de pequenos proprietários	Porcentagem de ações coletivas em relação a todo o estado	Porcentagem de ações híbridas
Bom Jardim	2	49,96%	23,81%	0,15%	26,08%	3,07%	40,00%
Itambé	1	0,46%	97,82%	0,00%	1,72%	4,91%	12,50%
Moreno	1	3,79%	93,80%	0,03%	2,39%	3,07%	20,00%
Pesqueira	1	2,68%	77,32%	0,63%	19,37%	0,61%	100,00%
Ribeirão	1	0,05%	99,95%	0,00%	0,00%	3,07%	20,00%
Vertentes	1	23,37%	30,20%	0,01%	46,42%	0,61%	100,00%
Vitória de Santo Antão	1	37,78%	44,99%	2,93%	14,30%	5,52%	11,11%
Água Preta	0	0,91%	99,09%	0,00%	0,00%	1,23%	0,00%
Aliança	0	1,38%	96,78%	0,00%	1,84%	0,00%	0,00%
Barreiros	0	0,27%	99,33%	0,00%	0,40%	1,23%	0,00%
Cabo	0	0,06%	99,84%	0,00%	0,10%	1,84%	0,00%
Carpina	0	39,27%	49,38%	0,00%	11,34%	0,00%	0,00%
Escada	0	0,91%	99,09%	0,00%	0,00%	4,91%	0,00%
Goiana	0	0,74%	97,16%	0,00%	2,10%	4,91%	0,00%
Igarassu	0	24,74%	67,37%	0,06%	7,83%	0,00%	0,00%
Ipojuca	0	0,02%	99,91%	0,00%	0,07%	2,45%	0,00%
Jaboatão	0	1,11%	94,53%	1,42%	2,94%	10,43%	5,88%
Maraial	0	2,18%	97,37%	0,03%	0,42%	0,00%	0,00%
Nazaré da Mata	0	1,91%	92,77%	0,00%	5,32%	0,00%	0,00%
Palmares	0	0,11%	99,47%	0,01%	0,41%	6,13%	0,00%
Pau D'Alho	0	1,42%	86,58%	0,00%	12,00%	1,23%	0,00%
Paulista	0	21,44%	62,58%	0,00%	15,97%	0,00%	0,00%
Rio Formoso	0	0,16%	98,60%	0,00%	1,25%	0,00%	0,00%
São Lourenço da Mata	0	0,11%	95,81%	0,02%	4,06%	1,23%	0,00%
Sirinhaém	0	2,95%	96,91%	0,00%	0,14%	0,00%	0,00%
Timbaúba	0	10,21%	82,84%	0,21%	6,75%	3,07%	0,00%
Vicência	0	3,75%	89,07%	0,13%	7,06%	0,00%	0,00%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

Tabela 11 - Dados econômicos da produção de cana e de algodão em Pernambuco em 1960

Município	Produção de cana (toneladas)	Algodão produção	Algodão área
Ipojuca	941210	0	0
Cabo	797341	0	0
Agua Preta	603111	0	0
Palmares	543548	0	0
Rio Formoso	465069	0	0
Escada	393930	0	0
Nazaré da Mata	378463	74	302
Barreiros	376269	0	0
Aliança	362571	16	35
Itambé	346757	102	333
Sirinhaém	340705	0	0
Goiana	324563	0	0
Ribeirão	320615	0	0
Vitória de Santo Antão	284595	373	597
São Lourenço da Mata	273326	0	0
Moreno	229208	0	1
Timbaúba	227178	299	1129
Vicência	227178	54	108
Jaboatão	226641	0	0
Pau D'Alho	197965	56	187
Igarassu	196428	633	1413
Maraial	182309	0	0
Carpina	94802	658	1283
Bom Jardim	2156	509	3398
Paulista	421	0	0
Pesqueira	185	24	96
Vertentes	0	1917	11650

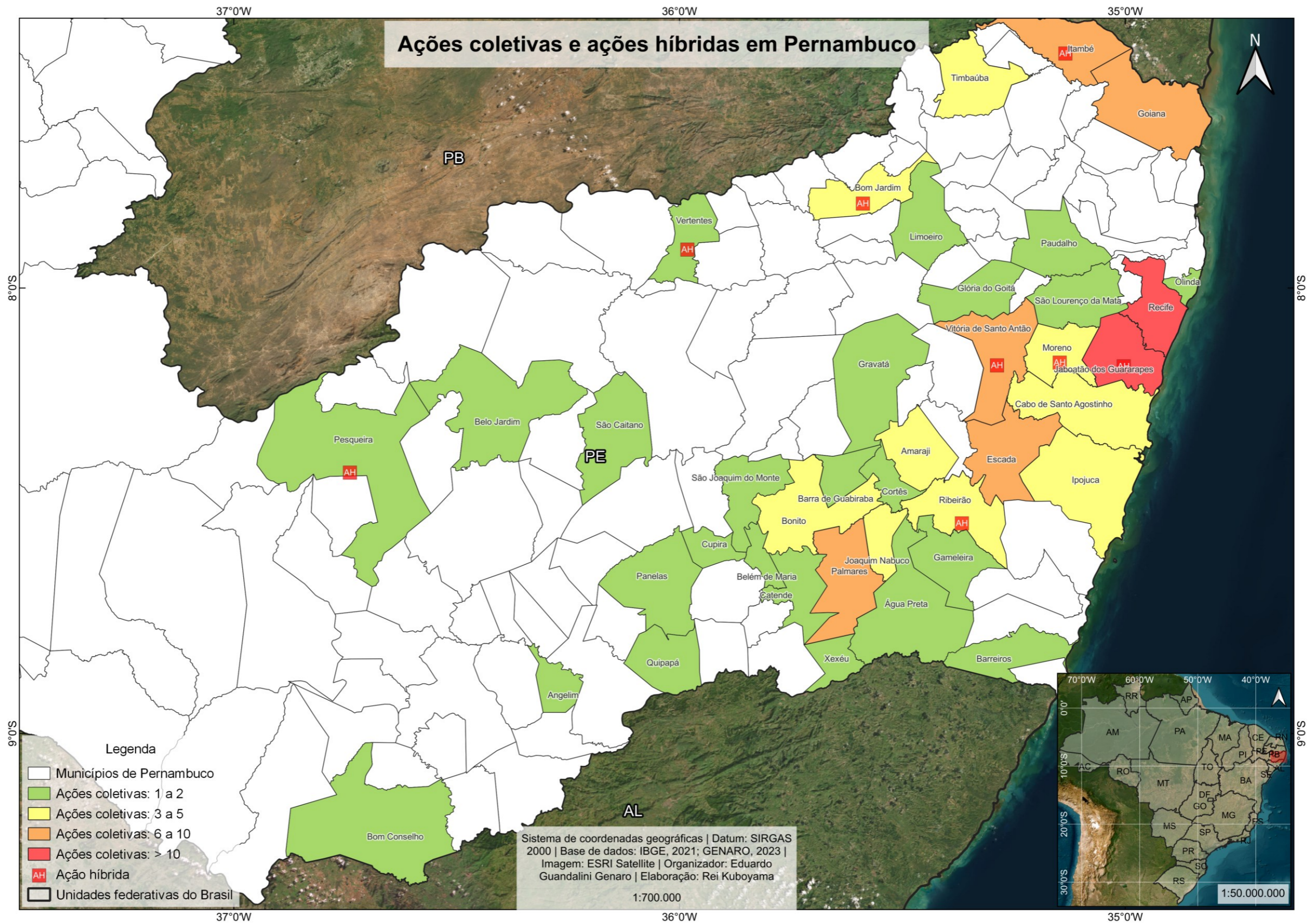
Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

Tabela 12 - Segundo e terceiro setores nos municípios pernambucanos em 1960

Município	Economicamente ativos na indústria	Economicamente ativos outras atividades
Jaboatão	5244	16502
Vitória de Santo Antão	1636	5953
Paulista	6478	4893
Goiana	2348	4542
São Lourenço da Mata	3605	4142
Palmares	1256	3782
Cabo	2734	3576
Carpina	716	3375
Pesqueira	2158	3265
Timbaúba	1769	3157
Escada	3134	2734
Igarassu	1180	2599
Barreiros	1617	2539
Pau D'Alho	644	2125
Nazaré da Mata	924	2064
Itambé	1540	1905
Moreno	2748	1873
Ribeirão	1459	1711
Rio Formoso	817	1585
Água Preta	725	1481
Ipojuca	593	1325
Aliança	658	1259
Sirinhaém	590	1006
Vertentes	224	888
Bom Jardim	177	862
Vicência	538	824
Maraial	231	575

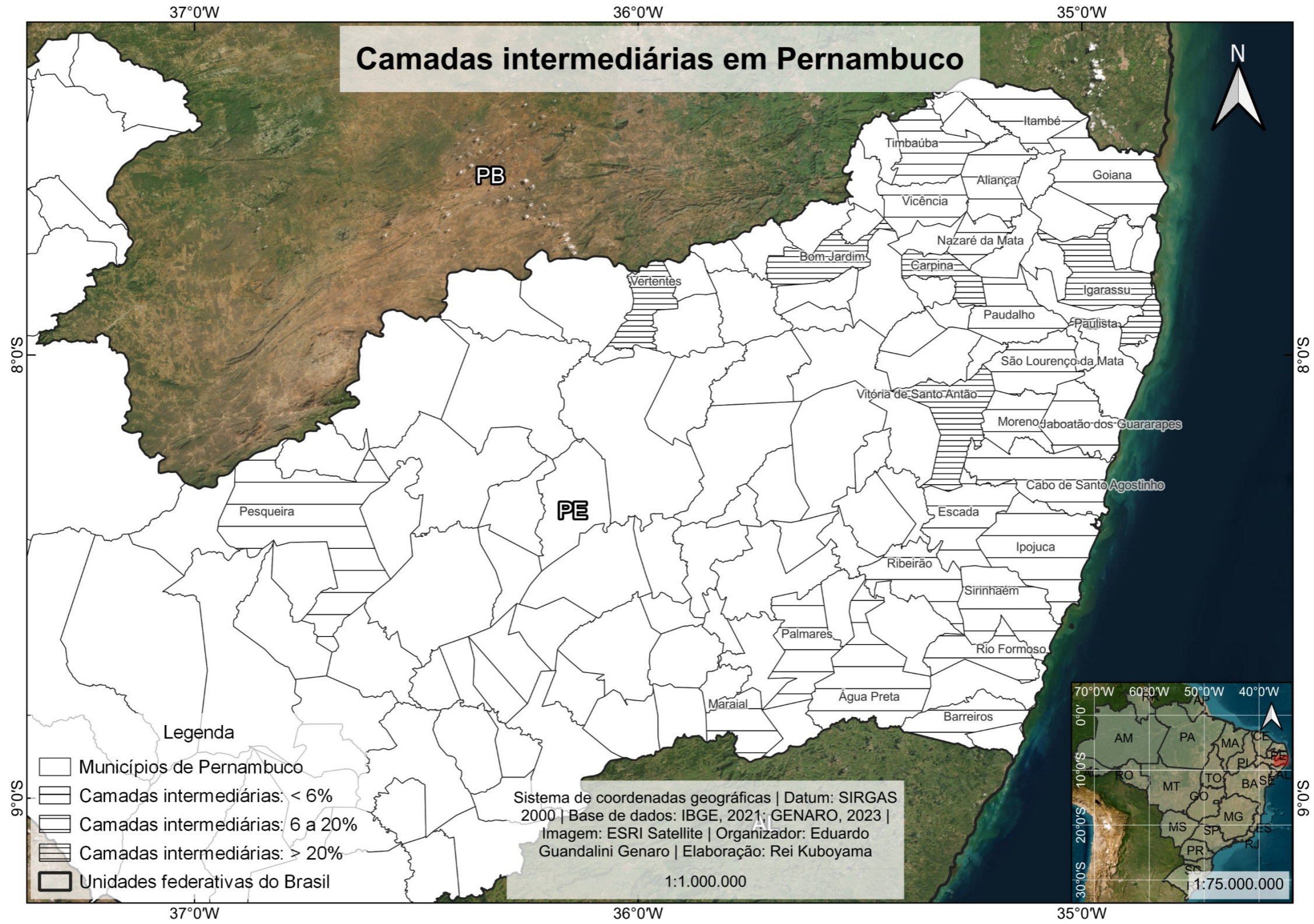
Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

Figura 14 - Ações coletivas e ações híbridas em Pernambuco no ano de 1963



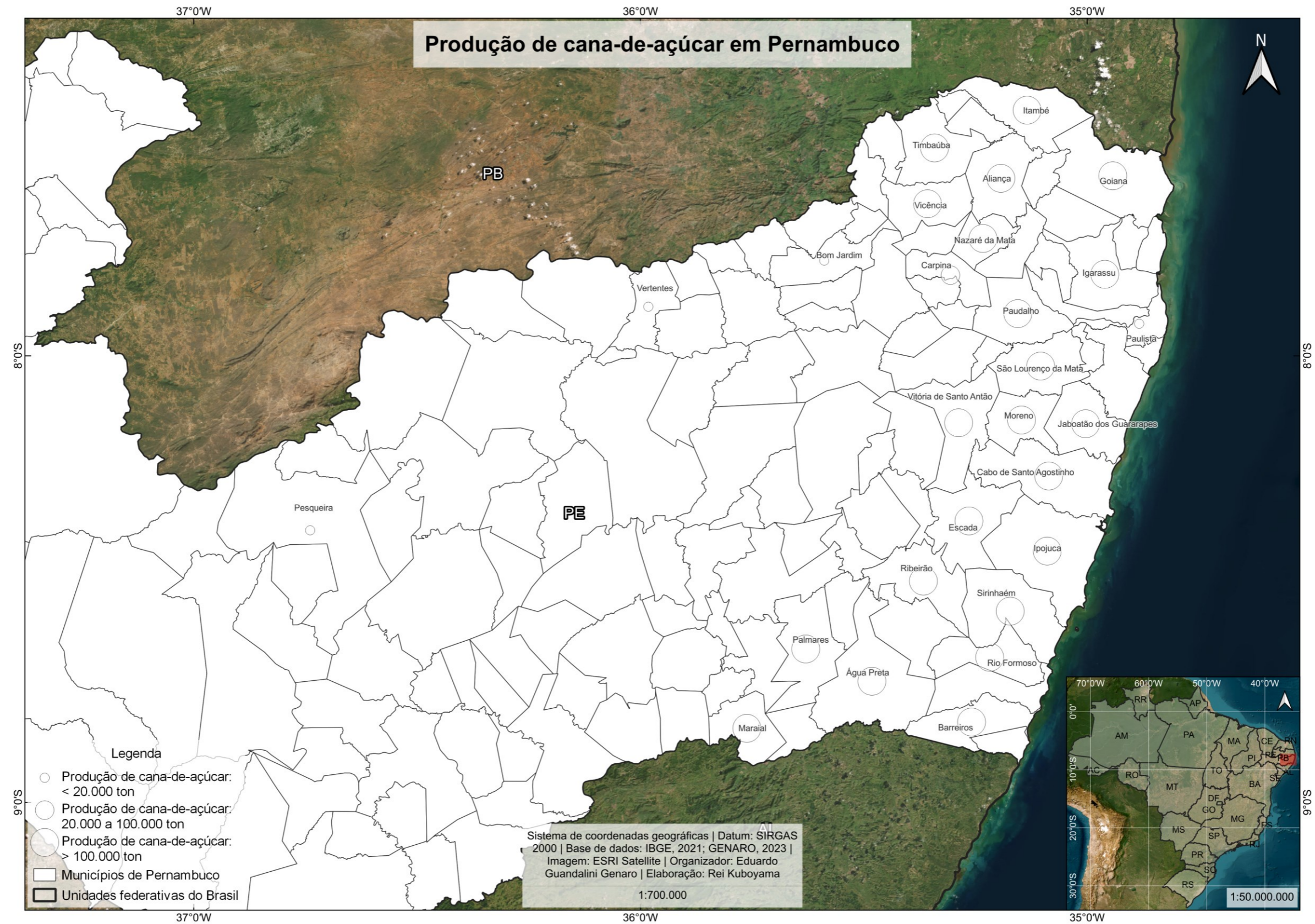
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

Figura 15 - Camadas intermediárias em Pernambuco no ano de 1960



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

Figura 16 - Produção de cana em Pernambuco no ano de 1960



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

Os mapas das **Figuras 14, 15 e 16** permitem visualizarmos e analisarmos algumas variáveis e indicadores. A primeira observação a ser feita se relaciona à forte mobilização no sul da Zona da Mata, região com maior produção de cana e maiores usinas. Como já discutimos, a mobilização do PCB na região vinculada às tendências econômicas contribuiu para que, no ano de 1963, ocorresse forte mobilização grevista no local. Assim, a maior parte dos municípios com ações se concentra no sul do estado do Pernambuco, vários deles com números elevados de ações (mas, cumpre reparar que a maior parte desses municípios está em verde mostrando uma mobilização não tão intensa em comparação a alguns outros), entretanto, cabe observar que existem municípios com número elevado de ações mais ao centro e ao norte da Zona da Mata, mais precisamente de Vitória de Santo Antão para cima, quando também ocorre a tendência de haver ações híbridas.

É relevante observarmos que, de Vitória de Santo Antão para cima, no mapa da **Figura 14**, estão quase todas as ações híbridas do estado, sendo que, se juntarmos este mapa ao da Paraíba – como é feito no mapa da **Figura 17** –, também identificamos uma concentração dessas ações entre Vitória de Santo Antão e Sapé, o que mostra uma espacialização desse tipo de ação coletiva. Tanto os municípios com alta porcentagem de ações coletivas como a presença de ações híbridas têm correlação positiva com a presença de Ligas Camponesas e de camadas intermediárias, como se percebe no mapa da **Figura 15**, no qual se vê que os municípios com maior porcentagem de foreiros e parceiros também estão mais ao norte da Mata.

A diferença entre a estrutura agrária de Pernambuco e a da Paraíba se evidencia nos mapas das **Figuras 15 e 16**, tendo em vista que, nas terras pernambucanas, a produção de cana era muito mais alta, sendo o mapa da **Figura 16** quase que predominantemente de municípios com produção acima de 100 mil toneladas, denotando uma altíssima produção. Já no mapa da **Figura 15**, observamos que grande parte dos municípios – todos da Mata Sul e também vários mais ao norte – estão marcados com poucos traços horizontais (porcentagem de camadas intermediárias abaixo de 6 por cento) por apresentarem baixa porcentagem de foreiros e parceiros, tendência que se rompe em municípios como Vitória de Santo Antão.

Pernambuco apresenta uma correlação entre as variáveis diferente da Paraíba. A produção de cana no último estado acompanhava, por mais que não de modo exato, a presença de ações coletivas, enquanto que, em Pernambuco, essa relação não é tão direta, sendo que vários municípios com números elevados de produção e área de cana, como Rio Formoso, Nazaré da Mata e Sirinhaém, não apresentam nenhuma ação coletiva no levantamento feito. Cabe destacar que esses três municípios tinham produção acima de 300 mil toneladas de cana, ou seja, maior do que a de Cruz do Espírito Santo, o município com maior produção na Paraíba. Mas, de todo modo, existe uma correlação positiva entre alta produção e alto número de ações coletivas, visto que, se agruparmos Pau D'Alho (com produção de quase 200 mil toneladas) com os municípios com produções maiores, teremos mais de 90% das ações coletivas. Municípios de alta produção como Escada (o sexto maior em produção de cana), Palmares (o quarto em termos de produção de cana) e Ipojuca (o município com maior produção de cana, com impressionantes 941 mil toneladas) foram centrais na mobilização de greves em 1963.

A análise da presença de camadas intermediárias demonstra que Vitória de Santo Antão e Bom Jardim apresentam alto número dessas posições sociais e alto número de ações coletivas, sendo que ambos os municípios apresentam ações híbridas, mas se diferenciam pela produção de cana em Bom Jardim ser relativamente baixa e em Vitória de Santo Antão elevada, o que permite identificarmos, no último, características semelhantes às de Santa Rita e Sapé, na Paraíba. Os três últimos municípios evidenciam como certas condições estavam relacionadas com as ações híbridas, o que será aprofundado em outro momento do texto.

Os municípios que apresentam um número elevado de ações e um número baixo de parceiros e foreiros são Jaboatão, Palmares, Itambé, Goiana, Escada, Ribeirão, Moreno e Ipojuca. Em Pernambuco, uma série de greves por direitos trabalhistas, inclusive greves estaduais de grandes proporções, ocorreu em 1963, com destaque para a liderança do PCB nessas ações. Nesse sentido, a mobilização de grupos de moradores de condição e outros trabalhadores rurais – que não os foreiros e os parceiros, por mais que os mesmos tenham participado das referidas greves, tendo suas relações de trabalho afetadas por diversas demandas das greves – foi fortemente articulada. Dentre os municípios citados acima, Jaboatão, Itambé e

Moreno apresentam ações híbridas, mas, como evidenciaremos com mais profundidade a seguir, as ações em Moreno e em Itambé tinham ligações com as Ligas Camponesas, o que permite entendermos porque esses municípios com baixo número de camadas intermediárias apresentavam ações híbridas.

Paulista, Carpina e Igarassu apresentam elevada presença de camadas intermediárias, mas nenhuma ação coletiva. Paulista tinha uma baixa produção de cana, enquanto Carpina, uma produção mediana, o que serve de explicação para a baixa mobilização. Igarassu é o caso que mais nos chamou atenção no levantamento, pois os seus indicadores são muito parecidos aos de Sapé. Assim, Igarassu se encaixa, em termos de porcentagens e de números reais de camadas intermediárias, de produção de cana, de presença de trabalhadores industriais e do terceiro setor, no mesmo grupo que Sapé, Vitória de Santo Antão e Santa Rita. Entretanto, o município pernambucano não apresentou nenhuma ação coletiva, e não conseguimos encontrar uma explicação para esse fato. Uma hipótese é a de que o município teria sido menos mobilizado, entretanto, esse mesmo contava com a presença de uma Liga Camponesa e de um STR do PCB, o que parece contrariar essa possibilidade.

Paulo Cavalcanti (2008) indica os seguintes municípios pernambucanos que tiveram Ligas Camponesas na década de 1940: Timbaúba, Iputinga (Recife), Jaboatão, Moreno, Palmares, Cabo, Goiana e Carpina. O autor afirma que ainda havia outros municípios com a presença das Ligas. Todavia, a ausência de Igarassu, talvez, seja um indicativo de que não havia tantos militantes no município, o que pode contribuir para a possibilidade de que ali não tenha ocorrido uma mobilização tão ampla. Nesse aspecto, seria necessária uma investigação mais a fundo sobre Igarassu, para entendermos melhor suas especificidades, visto que também temos de contar com uma possível falha no levantamento dos dados, visto que se fossem abordados jornais de grande circulação no estado ou jornais mais locais, talvez, Igarassu apresentasse ações coletivas e ações híbridas.

Vertentes e Bom Jardim apresentam baixa produção de cana e alta porcentagem de parceiros e foreiros, constando ainda com ações híbridas. Trata-se de um indicativo de que a variável camada intermediária tem maior relevância do que o indicador da expansão da cana, no que tange às possibilidades de as ações híbridas aparecerem. Pernambuco apresenta uma porcentagem menor dessas

ações, em relação ao todo, quando comparado a Paraíba, o que parece indicar que as ações híbridas foram mais comuns no segundo estado. Todavia, cabe observar que, em 1963, ano escolhido como recorte da pesquisa, Pernambuco teve uma grande mobilização grevista, o que contribuiu para que os números de ação do novo repertório sejam muito altos.

Em Pernambuco, como o número de ações híbridas acabou sendo baixo (10 de um total de 163 ações registradas para o estado), não podemos excluir a possibilidade de que o registro de uma ação em determinado município possa estar indicando um caso pontual, e não uma tendência geral. Esse parece ser o caso de Pesqueira, que apresenta uma ação híbrida – uma ocupação – mas não conta com altos números de camada intermediária ou de produção de cana, configurando-se também como um desvio da tendência geral observada. Essa ação híbrida em Pesqueira, como se observa em Silva (2010), contou com a participação conjunta de militantes das Ligas, do PCB e de indígenas Xukuru, o que pode ser um indicativo de que o fator étnico tenha interferido na possibilidade de existência de ações híbridas no município. O que apresenta certa lógica, por esse tipo de ação apresentar características de uma moralidade tradicional aliadas a uma ação típica de movimento social. Entretanto, a ausência de pesquisas e de casos empíricos semelhantes faz com que essa questão fique em aberto.

A presença de pequenos proprietários costumava acompanhar as tendências das camadas intermediárias – assim como ocorre na Paraíba –, e, onde uma era mais presente, a outra também era. A exceção quanto a essa realidade é Pau D'Alho, pois tinha poucos parceiros e foreiros, mas alto número de pequenos proprietários.

O indicador trabalho industrial não acompanha de maneira exata o aumento de ações coletivas, mas, quando ambos são analisados em conjunto, percebe-se que uma grande parte das ações se concentrou nos municípios com mais de 1000 trabalhadores industriais. Em Pernambuco, o número de trabalhadores ativos em outras atividades não acompanha o número de trabalhadores industriais – um município podia ter alto número de trabalho industrial e baixo de terceiro setor, assim como podia ocorrer o inverso –, mas, novamente, quando se observa o conjunto dos municípios com mais trabalho no terceiro setor, se verifica uma alta concentração de ações coletivas. As ações híbridas não acompanham diretamente esses dois

indicadores, principalmente quando avaliamos a presença dessas ações em municípios do Agreste, que não apresentavam elevado trabalho urbano¹⁰². O que também reforça que a variável mais relevante para as ações híbridas é justamente a presença de foreiros e parceiros, por mais que esta só seja inteligível em meio a outras variáveis.

A seguinte seção realizará uma comparação entre os dados de Pernambuco e os da Paraíba, de maneira a sintetizar as variáveis que foram mais relevantes para explicar as ações coletivas, especialmente as híbridas.

3.1.3 Análise das variáveis de Pernambuco e da Paraíba conjuntamente

A relação entre ações híbridas e camadas intermediárias fica mais nítida se compararmos os dados dos dois estados. Com esse fito, elaboramos a **Tabela 13**, que sintetiza as variáveis já apresentadas nos dois estados, organizada a partir da variável ações híbridas. A variável foreiros também foi acrescentada, pois, como se verá na análise, o número total de foreiros também é relevante para observarmos a mobilização, visto que alguns municípios podem ter uma porcentagem média dessa posição social, sem, no entanto, contar com um número real expressivo dela, o que diminuía a possibilidade de uma grande quantidade de ações ser mobilizada a partir dos foreiros. A **Tabela 13** foi gerada a partir da síntese da **Tabela I**, no **Apêndice I**, que apresenta uma quantidade maior de dados como a produção de algodão, o número de trabalhadores industriais e em outras atividades, as porcentagens de ação híbrida e do novo repertório, por município.

¹⁰² Aqui, estamos entendendo que o trabalho industrial e o do terceiro setor se concentram em atividades urbanas, e não em trabalhos agrícolas.

Tabela 13 - Ações híbridas, posições sociais relacionadas à *morada* e dados econômicos por município na década 1960 na Paraíba e em Pernambuco

Município	Produção cana	Porcentagem de ações da cidade em relação ao total do estado	Ações novo repertório	Ações híbridas	Porcentagem de camadas intermediárias (foreiros e parceiros)	Porcentagem moradores de condição, pontas de rua e outra condição	Porcentagem pequenos proprietários	Foreiros	Porcentagem de ações híbridas em relação ao total de ações híbridas (35)
Sapé	182750	28,81%	11	6	22,03%	68,13%	9,47%	1470	17,14%
Mamanguape	76806	11,86%	3	4	5,99%	68,44%	24,85%	146	11,43%
Santa Rita	114037	10,17%	4	4	29,47%	69,20%	4,04%	971	11,43%
Bom Jardim	2156	3,07%	3	2	49,98%	23,82%	26,09%	4197	5,71%
João Pessoa	3376	22,03%	11	2	49,97%	53,37%	4,37%	1402	5,71%
Jaboatão	226641	10,43%	16	1	1,11%	94,59%	2,94%	25	2,86%
Moreno	229208	3,07%	4	1	3,79%	93,82%	2,39%	137	2,86%
Itambé	346757	4,91%	7	1	0,46%	97,82%	1,72%	18	2,86%
Vitória de Santo Antão	284595	5,52%	8	1	37,89%	45,13%	14,35%	6063	2,86%
Pesqueira	185	0,61%	0	1	2,68%	77,37%	19,38%	96	2,86%
Vertentes	0	0,61%	0	1	23,52%	30,40%	46,72%	2076	2,86%
Ribeirão	320615	3,07%	4	1	0,05%	100,00%	0,00%	0	2,86%
Alhandra	1720	3,39%	1	1	10,88%	33,56%	48,56%	303	2,86%
Belém	328	1,69%	0	1	1,18%	65,25%	33,57%	0	2,86%
Cabedelo	0	1,69%	0	1	3,80%	54,43%	37,97%	3	2,86%
Campina Grande	2008	1,69%	0	1	28,05%	54,20%	17,20%	6818	2,86%
Conde	Sem dados	1,69%	0	1	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	2,86%
Cruz do Espírito Santo	214683	3,39%	1	1	6,77%	80,54%	12,69%	300	2,86%
Guarabira	8477	1,69%	0	1	8,55%	66,31%	24,81%	26	2,86%
Ingá	0	1,69%	0	1	0,95%	73,97%	24,72%	0	2,86%
Mulungu	0	1,69%	0	1	0,35%	56,69%	42,61%	0	2,86%
Pedras de Fogo	6428	1,69%	0	1	44,11%	45,38%	10,55%	1174	2,86%
Água Preta	603111	1,23%	2	0	0,91%	99,12%	0,00%	20	0,00%
Aliança	362571	0	0	0	1,39%	97,35%	1,86%	29	0,00%

Barreiros	376269	1,23%	2	0	0,27%	99,57%	0,40%	2	0,00%
Cabo	797341	1,84%	3	0	0,06%	99,84%	0,10%	5	0,00%
Carpina	94802	0,00%	0	0	39,62%	49,82%	11,44%	1805	0,00%
Escada	393930	4,91%	8	0	0,91%	99,30%	0,00%	48	0,00%
Goiana	324563	4,91%	8	0	0,75%	97,34%	2,10%	16	0,00%
Igarassu	196428	0,00%	0	0	24,75%	67,38%	7,83%	1627	0,00%
Ipojuca	941210	2,45%	4	0	0,02%	99,91%	0,07%	0	0,00%
Maraial	182309	0,00%	0	0	2,18%	97,38%	0,42%	161	0,00%
Nazaré da Mata	378463	0,00%	0	0	1,92%	93,08%	5,33%	84	0,00%
Palmares	543548	6,13%	10	0	0,11%	99,51%	0,41%	6	0,00%
Pau D'Alho	197965	1,23%	2	0	1,42%	86,74%	12,02%	48	0,00%
Paulista	421	0,00%	0	0	21,44%	62,58%	15,97%	98	0,00%
Rio Formoso	465069	0,00%	0	0	0,16%	98,62%	1,25%	5	0,00%
São Lourenço da Mata	273326	1,23%	2	0	0,11%	95,83%	4,06%	4	0,00%
Sirinhaém	340705	0,00%	0	0	2,95%	96,99%	0,14%	11	0,00%
Timbaúba	227178	3,07%	5	0	10,26%	83,31%	6,79%	570	0,00%
Vicência	227178	0,00%	0	0	3,76%	89,37%	7,08%	143	0,00%
Alagoa Grande	110911	0,00%	0	0	1,25%	94,58%	5,15%	6	0,00%
Alagoa Nova	21114	0,00%	0	0	25,96%	44,93%	30,97%	1017	0,00%
Areia	133309	0,00%	0	0	1,47%	87,88%	10,66%	15	0,00%
Bananeiras	10104	0,00%	0	0	60,71%	28,60%	10,78%	938	0,00%
Itabaiana	1040	1,69%	1	0	3,94%	61,50%	34,32%	71	0,00%
Mari	360	1,69%	1	0	19,59%	76,43%	4,09%	324	0,00%
Piripituba	2500	0,00%	0	0	2,24%	64,95%	32,71%	24	0,00%
Pilões	53101	0,00%	0	0	2,91%	91,09%	6,09%	0	0,00%
Serraria	31559	0,00%	0	0	9,10%	58,46%	38,36%	50	0,00%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

A tabela acima está organizada pela variável do número total de ações híbridas. Como é possível observar, uma limitação referente aos dados foi o baixo número total de ações híbridas, o que dificultou a análise, tendo em vista que a maior parte dos municípios com essas ações apresentou apenas 1 ação, criando empecilhos para o nosso entendimento de quando se tratou de uma ação mais pontual ou de quando apresentou essa tendência devido a certos determinantes estruturais. De toda maneira, a concentração de ações híbridas nos 5 primeiros municípios (Sapé, Mamanguape, Santa Rita, Bom Jardim e João Pessoa), principalmente nos 3 primeiros deles, apresentam algumas tendências, que são reforçadas quando observamos exclusivamente as ações de cercamento à casa grande e de mutirão.

As ações híbridas estão presentes em 22 municípios do levantamento: 8 deles com alta porcentagem de parceiros e foreiros (acima de 20%), 4 com uma porcentagem mediana (acima de 6%, incluindo Mamanguape, com 5,99%) e 9 com baixa porcentagem dessas categorias.¹⁰³ Dos municípios com porcentagem mediana de camadas intermediárias, Guarabira e Alhandra apresentam baixa produção de cana, enquanto Cruz do Espírito Santo e Mamanguape contam com alta produção. Entre os municípios com baixa porcentagem de foreiros e parceiros, 5 – Mulungu, Ingá, Cabedelo, Belém e Pesqueira – têm baixa produção de cana e 4 – Ribeirão, Moreno, Jaboaão e Itambé – apresentam alta produção.

Como é o caso de Pesqueira, os outros municípios com baixa produção de cana e baixa camada intermediária nos parecem ser exceções à regra, apresentando ações pontuais. O caso dos três municípios com alta produção de cana e baixa camada intermediária já é mais complexo, pois são locais que apresentam uma mobilização mais intensa, sendo que Jaboaão é o município com o registro de maior número de ações coletivas do levantamento (16). Nesse caso, o que parece mais provável é que o próprio fato de existir uma maior mobilização propiciou que ações híbridas emergissem em alguns casos.

Os 8 municípios que apresentaram ações híbridas e alta camada intermediária se dividem em 5 com baixa produção de cana – Vertentes, Campina Grande, Pedras de Fogo, Bom Jardim e João Pessoa –, e 3 com alta produção –

¹⁰³ A somatória dos números resulta em 21 municípios, o que se explica por não contabilizarmos Conde devido à inexistência de dados do município para serem trabalhados.

Santa Rita, Sapé e Vitória de Santo Antão. Como já evidenciado, a presença de foreiros e parceiros é a variável mais relevante para a existência de ações híbridas, o que explica que, mesmo em municípios com menor expansão da cana, elas tenham ocorrido. A alta produção de cana e a conseqüente expulsão do campo tendem, nesse contexto, a aumentar a presença de ações híbridas em municípios com muitos parceiros e foreiros. Isso é evidenciado por conta de os três municípios com alta produção de cana e alta camada intermediária serem os municípios com um maior peso de ações híbridas, possuindo forte influência das Ligas. Sapé, Santa Rita e Vitória de Santo Antão apresentam todas as variáveis que foram identificadas como relevantes para a presença de ações coletivas e ações híbridas: alta porcentagem de parceiros e foreiros; alta produção de cana; alta quantidade de trabalhadores industriais e do terceiro setor; forte mobilização; e atuação das Ligas Camponesas¹⁰⁴. A relevância dessas variáveis é explicada pela quantidade de ações híbridas concentradas nos três municípios.

O levantamento feito registrou 35 ações híbridas, sendo 31,43% delas realizadas em Sapé, Santa Rita e Vitória de Santo Antão. Cabe ressaltar que Vitória de Santo Antão, como a maioria dos 22 municípios que contam com ações híbridas, apresenta apenas uma ação dessa categoria. Isso permitiria questionarmos se a presença deste município junto aos outros dois municípios está, de fato, evidenciando a mesma tendência que Sapé e Santa Rita. Porém, dois fatores têm de ser levados em conta a esse respeito. O primeiro é que um levantamento mais amplo provavelmente registraria mais ações em Vitória de Santo Antão, visto sua ampla mobilização – a primeira Liga de Pernambuco e a mais mobilizada –, o que provavelmente colaboraria para que mais ações híbridas aparecessem. De todo modo, a menor presença de ações híbridas no município evidencia que as mesmas eram mais frequentes na Paraíba. O segundo fator é que a ação híbrida de Vitória de Santo Antão é um possível cercamento/mutirão, o que a torna mais relevante para entendermos a mobilização das camadas intermediárias, como ficará mais claro ao longo do texto.

Os municípios com alta camada intermediária (acima de 20%) registram 51,46% das ações híbridas. Quando acrescentamos a esse quantitativo os municípios com número médio de parceiros e foreiros (os 4 municípios na faixa dos

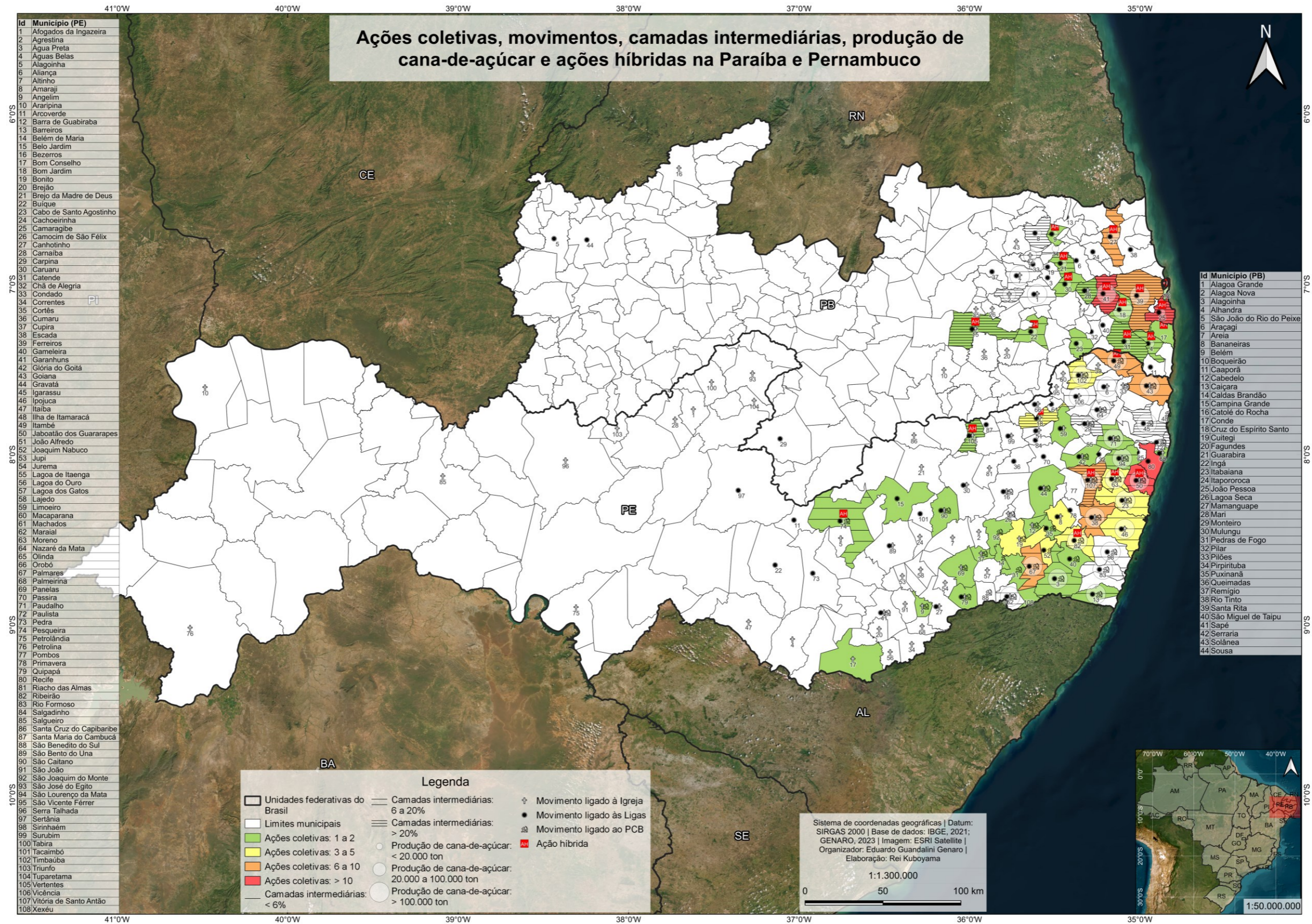
¹⁰⁴ A variável ligada às Ligas será explicada em parte posterior do texto.

6%), se alcança o número de 71,44% das ações híbridas, o que reforça que a variável mais relevante para esse tipo de ação é a presença da camada intermediária.¹⁰⁵

A respeito do trabalho industrial e do terceiro setor, cabe observar que a presença de altos números dos mesmos não significa a possibilidade de ações híbridas, mas que as últimas se concentram em municípios com alta porcentagem desses indicadores, todavia estando acompanhados de outros, principalmente no que tange à presença de foreiros e parceiros. Os 4 municípios com mais ações híbridas apresentam números altos desses indicadores, com exceção de Bom Jardim (com baixo trabalho industrial e médio no terceiro setor), o que pode ser explicado por este ser um município do Agreste, mais afastado dos núcleos industriais. A seguir, o mapa da **Figura 17** apresenta todas as informações dos mapas anteriores sintetizadas, permitindo uma visão geral de algumas tendências.

¹⁰⁵ Como comparativo, podemos observar o que ocorre se acrescentarmos os números dos municípios com alta produção de cana e alta camada intermediária (Vitória de Santo Antão, Sapé e Santa Rita) aos dos municípios com alta produção de cana e número médio de camadas intermediárias (Cruz do Espírito Santo e Mamanguape): a soma vai para 47,06% das ações híbridas, o que mostra certa prevalência da variável porcentagem de foreiros e parceiros sobre a da produção de cana.

Figura 17 - Ações coletivas, movimentos, camadas intermediárias, produção de cana e ações híbridas na Paraíba e em Pernambuco na década de 1960



Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

O mapa permite observarmos que, ao sul de Pernambuco, mais para o Agreste, se verifica uma concentração de municípios mobilizados pela Igreja e de municípios nos quais a mesma disputava a militância com outros grupos, caso dos municípios com presença da Igreja e das Ligas. As Ligas também se apresentam no Agreste em número médio, tendo, assim como a Igreja, presença no Sertão (isso não apenas no sul do estado). Esses municípios, em geral, apresentam baixa mobilização, e vários deles não possuem ações coletivas, cenário que se modifica conforme avançamos para o sul da Zona da Mata, região na qual a presença do PCB é mais marcante, bem como a execução de ações coletivas. Assim, os municípios com atuação da Igreja e do PCB e, principalmente com atuação das Ligas e do PCB, apresentam um número consideravelmente mais elevado de ações coletivas. Essa tendência parece indicar que houve uma divisão espacial da mobilização, tendo o PCB se concentrado na Mata Sul de Pernambuco, disputando ali, principalmente, com as Ligas e construindo um número elevado de ações.

A presença da Igreja, por sua vez, parece ser um indicativo contrário às mobilizações, o que não significa que os STRs ligados aos padres não atuassem, mas que apresentavam menores números de ação, quando comparados aos de outras organizações. Cabe ressaltar que a presença do PCB, em si mesma, também não indica uma maior mobilização, pois, se observarmos o caso de São Benedito do Sul e de Jaqueira, ao sul do estado e mais afastados da Mata do que municípios como Palmares, percebemos a inexistência de ações registradas. Quando se trata dos municípios que fazem limite com a Mata pernambucana, no sentido do litoral, se começa a observar um número elevado de ações, em municípios de presença apenas do PCB como Catende, Belém de Maria e, se formos mais para cima do que os limites de Jaqueira, São Joaquim do Monte. Todavia, também se verifica, nos municípios mais ao litoral do que esses citados, uma presença cada vez maior de ações, já contando, então, com a presença das Ligas disputando a mobilização com o PCB. Essa relação entre os movimentos é interessante para pensarmos um caso que se desvia da tendência das ações híbridas em Pernambuco: Pesqueira é o único município com a presença de Ligas e do PCB, contrastando com os municípios que com ele fazem divisa e que apresentam organizações da Igreja ou das Ligas, tendência dos municípios do Agreste e do Sertão.

A maior parte dos municípios na Mata Sul, aqueles que mais fomentaram os movimentos grevistas de 1963, em geral, apresenta a presença das Ligas e do PCB, cabendo destacar que isso não se aplica sobre dois municípios centrais à mobilização, Ipojuca e Amaraji, nos quais ocorria disputa entre as Ligas e a Igreja, contando, ainda, com a presença do PCB, por serem locais ligados à mobilização de Escada. A região apresenta altíssima produção de cana e baixa presença de foreiros e parceiros. Ao subirmos a parte da Mata, no mapa, chegando à altura de Vitória de Santo Antão, podemos, então, observar outra tendência. Os municípios mantêm uma alta produção de cana e começam a apresentar a mobilização dos três grupos (Igreja, PCB e Ligas), um número ainda maior de ações coletivas e a presença de ações híbridas. Nessa faixa do mapa, Vitória de Santo Antão se destaca, não só por ter um número elevado de ações e por apresentar ações híbridas, mas por ser o único município com alta presença de foreiros e parceiros.

Na Mata Norte, a presença de camadas intermediárias aumenta, ocorrendo uma ligeira diminuição da produção de cana, percebe-se também a mobilização mais presente da Igreja e das Ligas, tendo o PCB diminuído sua militância. Cabe destacar que isso se aplica também se levarmos em conta o mapa em sua totalidade (abrangendo a Paraíba), pois as Ligas paraibanas (por mais que tenham sido organizadas juntas ao PCB, diferentemente do que ocorreu em certos momentos de polarização em Pernambuco) são predominantes em toda a Mata do estado. Porém, cabe destacar a presença do PCB em municípios com forte mobilização nessa área como Timbaúba, Itambé e Goiana. A quantidade de ações coletivas cai, mas ainda permanece alta, e, novamente, os municípios com presença da Igreja apresentam números menores. As ações híbridas se mantêm presentes na Mata Norte de Pernambuco, chamando atenção a presença desse tipo de ação em Vertentes e Bom Jardim, municípios que têm a presença da Igreja e das Ligas, o que tende a contrariar maiores mobilizações. Todavia, há uma alta porcentagem de camadas intermediárias, o que reforça os indicadores de que a presença das mesmas era fundamental para o desenvolvimento de ações híbridas.

A Paraíba demonstra tendência semelhante à encontrada em Pernambuco no que tange ao Agreste e ao Sertão: uma forte presença das Ligas e da Igreja e uma menor mobilização. Todavia, a Paraíba apresenta uma tendência diferente na Mata, visto que não só ocorre a ausência do PCB devido à mobilização do mesmo no

interior das Ligas, como também a quase total ausência da Igreja, de maneira que a Mata se mostra fortemente mobilizada pelas Ligas. A produção de cana apresenta uma queda considerável em relação a Pernambuco, cabendo destacar dois focos de produção: um referente a Sapé, Santa Rita e Cruz do Espírito Santo, municípios que fazem fronteira uns com os outros, e o outro referente a Areia e Alagoa Grande. Percebe-se uma nítida diferença de mobilização entre ambos os grupos, sendo que os dois últimos municípios não registram ações, enquanto os três primeiros têm números elevados destas.

Esses dois conjuntos de alta produção de cana se diferenciam, pois Sapé, Santa Rita e Cruz do Espírito Santo apresentam porcentagens maiores de foreiros e parceiros, assim como a mobilização apenas por parte das Ligas, fatores que também são explicativos do fato de apresentarem ações híbridas. Os municípios do sul que rodeiam os três municípios apresentam uma menor produção de cana, mas uma presença média ou alta de camadas intermediárias, o que também contribui para o desenvolvimento de ações híbridas. Essa tendência também se aplica aos municípios mais distantes do litoral como Guarabira e, ainda mais distante, Campina Grande – que se destaca por ser o único município na Paraíba com presença de Ligas e da Igreja a apresentar uma ação híbrida –, mas não se aplica a Ingá, Mulungu e Belém, que apresentam ações híbridas, mas com baixa produção de cana e baixa porcentagem de camadas intermediárias. Acima de Sapé, mantendo uma linha próxima ao litoral, verifica-se a queda na organização de ações coletivas, o que contrasta com a forte mobilização de Mamanguape, que se destaca por ter números médios de produção de cana e de camadas intermediárias, mas com um alto número de ações, com destaque para as híbridas.

O mapa da **Figura 17**, ao sintetizar várias informações, permite observarmos a espacialização das ações híbridas e reforça a interpretação de que estas seguiam certas tendências, marcadamente a presença de camadas intermediárias em municípios fortemente mobilizados e que viviam um processo de expulsão de moradores. O fato de haver concentração de Ligas Camponesas, alta presença de camadas intermediárias, produção média ou alta de cana e ações híbridas na região da Mata, acima de Vitória de Santo Antão até a região onde se localiza Sapé, evidencia uma correlação entre esses fatores.

3.2 A especificidade dos mutirões e dos cercamentos à casa grande

A proposta de que uma ação coletiva seja considerada híbrida, apresentando elementos de um confronto mais imediato, pautado em valores comunitários, e, por vezes, recorrendo a elementos semelhantes aos dos confrontos do velho repertório e da resistência cotidiana, abrange, como já indicamos, as seguintes ações: mutirões; cercamentos à casa grande; ocupações; procissão/velório; e trabalho moroso. Estas ações apresentam características diversas, por mais que estejam, aqui, agrupadas na mesma categoria.

O trabalho moroso, ação que só foi registrada uma vez, em Jaboatão, é um caso interessante, pois, em geral, trabalhar lentamente é uma das resistências cotidianas mais antigas e presentes, tendo em vista sua possibilidade efetivar-se sem a realização de um conflito direto com um proprietário ou um fiscal. No caso aqui registrado, a prática é apropriada como ação coletiva de um movimento social, pois foi organizada e planejada por um STR. O jornal *A Liga* (*A Liga*, "Operários e Camponeses de Pernambuco ao lado de Arraes contra a reação", número 26, página 3, 10 abr. 1963) informa que os trabalhadores do Engenho Manaçu, pertencente à Usina Muribeca, realizaram o que chamaram de "greve-tartaruga", que consistia no trabalho mais lento, em protesto ao não pagamento do 13º salário, já acordado anteriormente, e às violências praticadas pelo proprietário, Frederico Maranhão. Dessa maneira, trata-se de uma ação articulada pelo movimento social, com pautas que, inclusive, apresentam um caráter público, explicitando sua vinculação com a ação realizada e as mobilizações anteriores, o que permite lhe distinguirmos da resistência cotidiana.

A procissão/velório ocorreu em uma série de municípios e foi uma forma de protestar contra o assassinato de militantes das Ligas, utilizando-se de elementos simbólicos religiosos para fazer a ação durante o velório de algum militante ou durante uma missa a ele dedicada. Se nos questionamos quanto ao trabalho moroso ser uma resistência cotidiana, no caso do velório, a questão é saber se o mesmo não seria uma ação comum a um movimento social. Isso porque movimentos sociais articulam símbolos religiosos e realizam performances, sem, com isso, apresentarem elementos de outras formas de revolta. A procissão/velório foi enquadrada, então, como híbrida, pelo fato de que diversos dos velórios mencionados articulavam

valores do catolicismo popular e, sob a proteção desse elemento religioso, faziam um protesto que, a princípio, mesmo não identificando-se enquanto tal, utilizava-se de algo parecido com um anonimato para conseguir, assim, protestar.

As diversas missas feitas à memória de João Pedro Teixeira, como observamos nas reportagens do jornal *A Liga*, utilizaram-se de um espaço religioso para conseguirem fazer um protesto que não fosse reprimido, a exemplo das manifestações de rua. Outro caso nos traz, ainda, essa discussão de como o velório era pensado a partir da ótica de evitar o conflito violento. Areilton Martins, ao nos relatar¹⁰⁶, a partir de memórias familiares, o velório de Alfredo Nascimento, seu tio avô, afirmou que Renato, filho dessa liderança do engenho Miriri, em Sapé, foi o único homem – na época, com 14 anos – a ir enterrar o seu pai, visto que havia forte medo de repressão. Por isso, a presença foi majoritariamente de mulheres no enterro. Mesmo assim, ao avistar a polícia, Renato fugiu e se escondeu por 15 dias. Posteriormente, mesmo tão jovem, tornou-se uma forte liderança local, tendo organizado ações coletivas.

As ocupações também retomam nossa dúvida anterior, visto que movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra realizam ocupações enquanto um repertório de movimento social, com as características do novo repertório, e sem necessariamente apresentarem elementos de outras formas de revolta. As ocupações no contexto de 1950-1960 estão sendo por nós enquadradas enquanto ações híbridas por dois motivos. O primeiro trata-se da falta de precisão dos dados, visto que os jornais poderiam afirmar – e, de fato, afirmavam – que ocorria uma invasão de terras, fosse no caso de uma ocupação de terras públicas ou de um cercamento à casa grande – pois, mesmo que a última ação não fosse duradoura, era considerada uma afronta à propriedade do latifundiário, ou seja, uma “invasão”. Nesse sentido, a pesquisa tomou o cuidado de ler as notícias e, no caso do aparecimento de elementos que indicassem um mutirão ou um cercamento à casa grande, enquadrar a ação como um possível cercamento à casa grande ou um mutirão. O segundo motivo é que as ocupações de terra ainda não eram tão articuladas e padronizadas em um repertório, podendo partir de ações mais parecidas com uma revolta popular, como foi o caso do Engenho Miriri, em Sapé, que foi tomado pelos moradores após o assassinato da principal liderança da

¹⁰⁶ Entrevista concedida ao autor em 16 de setembro de 2021 (Martins, 2021).

fazenda, Alfredo Nascimento¹⁰⁷. Dessa maneira, se tornou difícil fazer a separação de quais ocupações deveriam ficar enquadradas como ações híbridas e encontrar qual seria uma ação comum a um movimento social. Por isso, todas as ocupações foram registradas como ações híbridas.

O elemento principal que permite identificarmos a ocupação como ação híbrida é justamente o confronto direto, em certos momentos contra um grande proprietário, e a mobilização de valores comuns como motivação da ação. Esses elementos se apresentam com forte intensidade no mutirão e no cercamento à casa grande, visto que estas se tratavam de ações realizadas sempre dentro de um latifúndio, feitas como afrontas – mesmo que indiretas, no caso de alguns mutirões realizados de forma menos visível – ao grande proprietário. O caráter de enfrentamento direto ao latifundiário é mais presente no mutirão e no cercamento à casa grande do que nas ocupações. Outro elemento que aparece com mais nitidez tanto no mutirão quanto no cercamento à casa grande é o uso de elementos simbólicos da *morada*, mas ressignificados e mobilizados para se oporem ao grande proprietário.

A ressignificação simbólica foi um elemento-chave para a mobilização dos moradores, e os parceiros e foreiros ganharam destaque nessa realização, pois formavam os grupos com mais proximidade ideológica para com os grandes

¹⁰⁷ Em Genaro (2019), mencionamos diversos relatos citados em Van Ham *et al.* (2006) sobre o assassinato de Alfredo Nascimento por um capanga chamado de Capa de Aço (nome que remeteria à sua “imunidade” a balas). Diversos relatos foram dados sobre como Capa de aço foi assassinado depois do ocorrido, alguns dizendo que por um golpe de foice, outros que havia sido “picado em pedacinhos”. Em entrevista (Nascimento, 2021) com Areilton Martins e seu tio, José de Oliveira Pereira do Nascimento – sobrinho de Alfredo Nascimento, e criança na época das Ligas –, realizada no dia 12 de dezembro de 2021, escutamos outra narrativa, que detém mais confiabilidade, por ser contada por um parente de Alfredo Nascimento. Nela, José de Oliveira Pereira do Nascimento nos afirmou que, logo após o assassinato de Alfredo, o irmão deste, Sebastião, avançou para cima de Capa de Aço – que estava em cima de um cavalo –, enquanto outro trabalhador avançou sobre outro capanga. Sebastião e o outro trabalhador desceram uma ladeira correndo e pulando – nos termos do entrevistado, eles desceram “embolando” –, o que dificultou os tiros dos capangas. O entrevistado nos disse ainda que, quando Sebastião se aproximou de Capa de Aço, este atirou na direção de sua cabeça, arrancando a copa de seu chapéu e raspando a parte de cima de sua cabeça. Após, Sebastião lançou um golpe de foice sobre a lateral da barriga de Capa de Aço. O golpe foi tão forte que teria cortado ao meio uma pistola *Parabellum* que o capanga carregava na cintura – a arma com que atirava, e com a qual havia matado Alfredo Nascimento, era um revólver calibre 38 –, entretanto, o golpe não foi forte o suficiente para derrubá-lo do cavalo. Segundo o entrevistado, seu tio havia afirmado que o capanga não caíra do cavalo, pois “parecia que estava apegado com o Satanás ali em cima”, de modo que Sebastião teve de golpeá-lo na cabeça para fazê-lo ir ao chão, onde, assim, foi acertado por vários golpes de foice pelo trabalhador, até ficar em pedacinhos. O narrador nos afirmou: “cortou ele de um jeito, que dava pra botar no fogo e cozinhar”. Após finalizar sua luta, ele ainda ajudou o outro trabalhador a matar o outro capanga. Após o conflito, Sebastião fugiu, para se proteger.

proprietários, visto que eram os trabalhadores que se adequavam à *morada* e recebiam o benefício de cultivar outras parcelas de terra que não o roçado. No contexto de crise da *morada*, parceiros e foreiros viveram, além da possibilidade de expulsão do campo e do fechamento de um maior acesso à terra, a perda de uma condição que haviam conquistado através de demonstrações de serviço e de concordância para com os valores da *morada*. Sua revolta implicou também a reviravolta nesses valores e a articulação de símbolos que mostraram a valorização de realizações como o trabalho na terra e o pagamento do foro e da meia, mas, agora, já sem a contrapartida do grande proprietário, que não mais realizava sua parte nas obrigações mútuas, visto a expulsão do campo que estava praticando.

O mutirão enquanto ação coletiva partiu da prática comum de ajuda mútua entre parentes e vizinhos para o plantio – também chamada de mutirão –, mas ressignificando esse trabalho comum na terra para que o mesmo se realizasse enquanto afronta ao grande proprietário que tivesse rompido com a possibilidade do trabalho na terra, como quando colocava o gado sobre os sítios e roçados dos moradores. O cercamento à casa grande, por sua vez, ressignificou a caminhada para a casa grande para a realização de acordos, algo comum a foreiros e parceiros que buscavam ampliar ou manter suas terras. No caso da ação coletiva, o que se verifica é a ida em massa para a negociação com o latifundiário, de maneira a afrontar sua autoridade e legitimar o protesto e as demandas da liderança que iria negociar, normalmente, a permanência na terra de um morador – muitas vezes um foreiro – ou sua indenização. Outra característica a ser ressaltada é o confronto que conta com uma interação direta – face a face – com o grande proprietário ou com um representante deste, o que demonstrava também uma maior inversão de valores e um conflito mais intenso. Essa prática ocorria em diversos mutirões e em todo cercamento à casa grande.

Portanto, é possível afirmarmos que a ocupação, o mutirão e o cercamento à casa grande, mas principalmente as duas últimas ações, apresentam elementos de uma virada simbólica muito presente na mobilização das camadas intermediárias. Por isso, analisar essas ações em separado é relevante para entendermos a especificidade desses grupos. Com esse fito, elaboramos as seguintes quatro tabelas: as duas primeiras, com os números das três ações referidas, e as duas últimas, apenas com os mutirões e os cercamentos à casa grande.

Tabela 14 - Cercamentos à casa grande, mutirões e ocupações em 1963 (PB-PE)

Município	Cercamentos à casa grande	Mutirão	Ocupações	Total	Porcentagem em relação ao todo
Ribeirão	1			1	4,35%
Vitória de Santo Antão	1			1	4,35%
Itambé	1			1	4,35%
Bom Jardim		2		2	8,70%
Vertentes		1		1	4,35%
Mamanguape	1		2	3	13,04%
Santa rita	1	2		3	13,04%
Sapé	3	1	1	5	21,74%
Cabedelo		1		1	4,35%
Conde			1	1	4,35%
Cruz do Espírito Santo			1	1	4,35%
João Pessoa			1	1	4,35%
Pesqueira			1	1	4,35%
Sem identificação (PE)			1	1	4,35%
Total	8	7	8	23	100,00%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

Tabela 15 - Porcentagens de cercamentos à casa grande, mutirões e ocupações por camada intermediária e produção de cana na década de 1960 (PE-PB)

Porcentagem de cidades com Camada intermediária alta e alta produção de cana	Porcentagem das cidades com Camada intermediária alta	Porcentagem das cidades com Camada intermediária alta e média (acima de 6 por cento)
43,48%	56,52%	73,91%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

Tabela 16 - Cercamentos à casa grande e mutirões por município em 1963 (PB-PE)

Município	Cercamentos à casa grande	Mutirão	Total	Porcentagem em relação ao todo
Ribeirão	1		1	6,67%
Vitória de Santo Antão	1		1	6,67%
Itambé	1		1	6,67%
Bom Jardim		2	2	13,33%
Vertentes		1	1	6,67%
Mamanguape	1		1	6,67%
Santa rita	1	2	3	20,00%
Sapé	3	1	4	26,67%
Cabedelo		1	1	6,67%
Total	8	7	15	100,00%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

Tabela 17 - Porcentagens de cercamentos à casa grande e mutirões por camada intermediária e produção de cana na década de 1960 (PE-PB)

Porcentagem de cidades com Camada intermediária alta e alta produção de cana	Porcentagem das cidades com Camada intermediária alta	Porcentagem das cidades com Camada intermediária alta e média (acima de 6 por cento)	Porcentagem ações de cercamento à casa grande de cidades com alta camada intermediária e alta produção de cana	Porcentagem ações de cercamento à casa grande de cidades com alta e média camada intermediária e alta produção de cana
53,33%	73,33%	80,00%	62,50%	75,00%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

A **Tabela 14**, que traz as ocupações, os mutirões e os cercamentos à casa grande, evidencia um aumento da porcentagem de Sapé, Santa Rita e Vitória de Santo Antão (municípios com alta camada intermediária e produção de cana) em relação ao quadro das ações híbridas em geral (de 31,43% para 43,48%), e o número de ações para esses municípios, acrescidas das cidades com camada intermediária acima de 6%, também registra um moderado crescimento (51,46% para 56,52%). A porcentagem de ações para os municípios com alta e média camada intermediária apresenta um ligeiro aumento (de 71,44% para quase 74%). Os dados evidenciam que, quanto mais concentrado o recorte sobre as ações que trazem elementos de uma virada simbólica dos valores da *morada*, mais a presença das camadas intermediárias é relevante, o que é confirmado pelos dados recortados com os mutirões e os cercamentos à casa grande: Vitória de Santo Antão, que

estava mais distante de outros municípios, iguala-se aos demais, só sendo superada por Santa Rita, Sapé e Bom Jardim. O número referente aos municípios com alta camada intermediária e alta produção (os três que já destacamos) ultrapassa metade das ações do recorte (53,33%). A porcentagem de ações de municípios com camada intermediária alta chega a 73,33%, e, quando acrescentados os municípios de camada intermediária média, se chega a 80% das ações.

O destaque para os municípios de Sapé, Santa Rita e Vitória de Santo Antão faz sentido ao observarmos que, quando tomamos apenas os cercamentos à casa grande, os mesmos chegam a somar 62,50% das ações de todo o recorte, o que é muito relevante, tendo em vista ser essa ação a que mais caracteriza a virada simbólica e o enfrentamento direto – em uma interação face a face – ao grande proprietário. Ao serem acrescentados os municípios com camada intermediária média e alta produção de cana, o número chega a 75%, o que confirma que a variável mais importante é a presença das camadas intermediárias. Todavia, dentro dessa tendência, ocorre uma concentração de ações nos municípios em que a expansão da lavoura canavieira era um fenômeno mais presente. As ações demonstram, portanto, uma dinâmica de revolta das camadas intermediárias e permitem gerar análises sobre como essa dinâmica se relacionava às formas de ação coletiva em geral, como se verá adiante.

A última variável a ser analisada a respeito das ações híbridas é a do movimento social que mobilizava as ações. Observa-se que certas posições sociais – foreiros e parceiros – parecem ter uma maior disposição de realização dessas ações. Todavia, para além dessa motivação para o surgimento da ação coletiva, é necessário que exista um movimento que a incentive e realize a mobilização, afinal, se trata de uma ação com características de um movimento social, não se igualando a uma resistência cotidiana ou uma revolta popular tradicional como saques a cereais, motins de comida e incêndios de plantações¹⁰⁸.

Destacamos que autores como Bastos (1984), Roberval Vêras de Oliveira (1989) e Xavier (2010), assim como os escritos de lideranças como Assis Lemos de

¹⁰⁸ Essas ações, em geral, ocorreram dentro do velho repertório, mas existem situações específicas em que as mesmas podem tomar uma feição de ações híbridas devido ao contexto da mobilização apresentar um aspecto de movimento social. Um caso passível de comparação, que, inclusive, tem semelhanças com algumas ações das Ligas Camponesas, são as revoltas de *Captain Swing*, na Inglaterra, estudadas por Rudé e Hobsbawm (1978).

Souza (1996) e os relatos concedidos a Van Ham *et al.* (2006), quando tratam de mutirões e cercamentos à casa grande, observam que estas ações eram realizadas pelas Ligas Camponesas. Assis Lemos de Souza, que era militante do PCB, fala sobre os mutirões e os cercamentos à casa grande atribuindo-lhes às Ligas da Paraíba, sobre as quais exercia forte influência, o que mostra que essas ações não eram incentivadas diretamente pelo PCB, mas, sim, pelas Ligas, e que, aparentemente, tiveram sua gênese na Paraíba. Cumpre ressaltar que as pesquisas acima mencionadas não fizeram um levantamento empírico dessas ações, para observarem quais movimentos as realizavam. Assim, quando comparamos os dados de nosso levantamento, obtivemos a seguinte tabela:

Tabela 18 - Movimentos que organizaram cercamentos à casa grande, mutirões e ocupações

	Movimentos a que foram atribuídos os cercamentos	Movimentos a que foram atribuídos os mutirões	Movimentos a que foram atribuídos as ocupações
Ligas	5	5	2
PCB			
Sem identificação	3	2	5
Ligas, PCB e outros			1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

A tabela acima chama atenção para o nítido predomínio das Ligas na mobilização das ações. Para além das ações registradas como sendo das Ligas, cabe considerar que quase todas as ações sem movimento indicado poderiam ser consideradas como “provavelmente das Ligas” devido à forte presença das mesmas nos municípios. Nesse sentido, devemos levar em conta que o jornal *A Liga* utiliza o termo sindicato para se referir a organizações diferentes das Ligas, o que é visível quando menciona ações com participação de sindicatos e Ligas, fazendo questão de indicar que participaram “sindicatos e Ligas”. Essa maneira de construir as notícias

permite dizermos que, provavelmente, as ações em que não se menciona um sindicato são ações feitas por uma Liga Camponesa, visto o foco do periódico no movimento. Se adotarmos essa hipótese, todas as ações da tabela teriam participação das Ligas, o que é muito relevante para entendermos a articulação entre os movimentos e as ações.

O PCB, por sua vez, aparece apenas como estando ligado a uma ocupação – a de Pesqueira, da qual participaram militantes do partido, das Ligas e indígenas Xukuru. Todavia, a esse respeito cabe lembrar que as ações das Ligas na Paraíba contavam, em muitos casos, com a participação de militantes do PCB, como era o caso de Assis Lemos de Souza, uma liderança de forte influência no estado. Na elaboração da tabela reproduzida acima, consideramos as ações ocorridas na Paraíba como sendo das Ligas, e não como sendo das Ligas e do PCB, pois a participação de militantes do PCB e de Assis Lemos de Souza nas Ligas paraibanas foi bastante específica. Na nossa interpretação, essa militância relativizou certas diretrizes e perspectivas do partido, configurando-se como uma atuação bastante pontual em meio às Ligas. Fora isso, a participação de militantes do PCB e do próprio Assis Lemos de Souza estiveram atravessadas pela elaboração dessas ações como parte do repertório, o que contou com o protagonismo das lideranças camponesas em termos de criatividade, de elaboração de novas ações em um repertório e de liderança das ações.

A tabela ainda confirma empiricamente a relação entre as Ligas e as ações híbridas, assim como os levantamentos das tabelas anteriores atestam a alta porcentagem de foreiros e parceiros nos municípios mais mobilizados pelas Ligas como é o caso de Vitória de Santo Antão, Sapé e Santa Rita, o que confirma a relação entre as ações híbridas, as Ligas Camponesas e as camadas intermediárias. O incentivo das Ligas Camponesas a esse tipo de mobilização decorre de alguns fatores. Um deles é a perspectiva de lideranças como Julião (1962) que entendiam os foreiros como mais propensos a se mobilizarem em torno da demanda por terra. A perspectiva das Ligas em torno da reforma agrária favoreceu a busca por esses grupos, o que não significa que o PCB não levantava as questões da estrutura fundiária ou não mobilizava os foreiros, se trata um foco e uma intensidade diferentes dados a essa mobilização.

Outro fator decorre da participação que as lideranças camponesas tiveram no movimento. Lideranças como João Pedro Teixeira e Elias Pereira aparecem, nos relatos concedidos a Irmã Tonny Van Ham (Van Ham *et al.*, 2006), como liderando ações deste tipo, tiveram vivências propiciadoras da mobilização de elementos da moralidade camponesa dos foreiros e parceiros nas ações. Os relatos também confirmam que havia um incentivo das lideranças à realização destas ações, quando se tratava de moradores expulsos ou com lavouras e sítios destruídos pelos grandes proprietários. Isso ratifica a agência dessas lideranças na elaboração de uma ação coletiva diferenciada dentro do repertório do movimento, assim como evidencia a relação desse tipo de ação com a demanda de certos moradores, principalmente os foreiros e parceiros, que tinham sítios ou maiores partes de terra para trabalhar.

Pesquisas sobre as Ligas, como as de Camargo (1973), Bastos (1984) e Azevedo (1982), e escritos de lideranças do movimento, como Julião (1962), apontam para o protagonismo de foreiros no movimento. Essa afirmação produz mais uma evidência sobre a relação entre camadas intermediárias e ações híbridas, visto que o movimento que é indicado como o mobilizador dessas ações é protagonizado justamente pelas camadas intermediárias. Entretanto, cabe perguntar como ocorria essa relação. Para tanto, é necessário entendermos qual era a atuação dos parceiros e, principalmente, dos foreiros nas Ligas. Por mais que as fontes acima indicadas os coloquem como principais agentes das Ligas, é muito improvável que eles tenham formado a maioria da base do movimento. Isso porque o número de foreiros é menor do que o de moradores de condição, por causa da própria estrutura da *morada*, visto que o foreiro, em geral, havia sido anteriormente um morador de condição, que, entre muitos outros, conseguira ascender de posição. Entretanto, a interpretação mais provável de que a maioria dos participantes das Ligas Camponesas ocupava a posição de moradores de condição não diminuí o fato de que, nos municípios com maior porcentagem de foreiros e parceiros, as ações híbridas foram mais presentes, o que mostra uma dinâmica específica desses grupos em relação à mobilização.

Na de dissertação (Genaro, 2019) que antecedeu esta pesquisa, adotamos a análise de que os foreiros teriam sido os primeiros a se mobilizar – algo que se evidencia pelas mobilizações de Vitória de Santo Antão, em um engenho de fogo morto no qual os foreiros estavam sofrendo pressões sobre o preso do foro, e de

Sapé, que, como o município pernambucano, apresentava grande número de foreiros –, e os que o fizeram com mais intensidade, isto é, que mais se revoltaram devido à ruptura do horizonte de expectativas, à perda da condição de vida real e à quebra de obrigações mútuas que valorizavam. Entretanto, é difícil estabelecermos um critério para o grau de revolta dos foreiros e dos moradores de condição, por mais que possamos mensurar, por questões de uma moralidade destes e por elementos discursivos das entrevistas a que tivemos acesso, qual grupo sofreu quebras de expectativa com a crise da *morada*.

A afirmação de que os foreiros se revoltaram primeiro também traz dilemas, pois a mesma é completamente válida para as Ligas Camponesas, mas não para o contexto total das mobilizações rurais das décadas de 1950 e 1960. O que se percebe, depois de um levantamento empírico das mobilizações, é que existe uma correlação forte entre a mobilização de foreiros, as Ligas Camponesas e as ações híbridas, assim como se observa que a ira moral e as ressignificações simbólicas dessa camada intermediária se diferenciam das adotadas pelas demais posições sociais, sendo as ações híbridas uma expressão disto, visto que só se realizavam a partir de uma modificação de símbolos e pela formação de enquadramentos própria dos parceiros e, principalmente, dos foreiros. Dessa maneira, é possível afirmarmos que houve uma revolta específica das camadas intermediárias – que, no sentido de uma maior inversão e ressignificação de valores, foi mais intensa que a das outras posições sociais – relacionada à dinâmica de ressignificação de valores, na defesa de uma nova dinâmica da posse na terra. Ou seja, uma *morada* com direitos trabalhistas ou, em outras narrativas, um sítio sem latifundiário e com direitos trabalhistas, como será possível observarmos em profundidade na análise dessas narrativas.

O fato de a revolta das camadas intermediárias envolver uma modificação de símbolos morais nos dá pistas de qual seria a relação entre a dinâmica de revolta desses grupos e as demais formas de ação coletiva. A ressignificação dos símbolos da *morada* não necessariamente transformava os foreiros e parceiros em lideranças – por mais que isso pudesse ocorrer – ou na principal base social dos movimentos sociais do campo da época, mas influenciava os enquadramentos dos participantes dos movimentos. As camadas intermediárias tinham muitos pontos em comum, em seu horizonte de expectativa, com as demais categorias, de modo que a expectativa

de uma situação mais autônoma, com um sítio ou uma pequena propriedade, era parte do imaginário desses grupos.

Todavia, o que diferenciava as camadas intermediárias era a vivência dessa possibilidade de autonomia, e, portanto, sua maior valorização simbólica. A experiência das camadas intermediárias fez com que valorizassem moralmente esse tipo de relação de modo diferenciado, o que, no contexto de crise da *morada* e de revolta, propiciou uma possibilidade de ressignificação de seus aspectos morais. Sustentamos, assim, que as camadas intermediárias realizaram uma agência moral¹⁰⁹ em meio aos demais trabalhadores rurais participantes dos movimentos do campo no período. A atuação dos foreiros e parceiros possibilitou novas perspectivas para os demais trabalhadores que participavam dos movimentos, e às suas lideranças, e fomentou formas de ação coletiva específicas. Vale salientar que a recepção da agência moral desses grupos foi diversa conforme a presença de camadas intermediárias na mobilização e a origem social das lideranças dos movimentos e do próprio movimento que estava organizava as ações. A esse respeito, a análise das narrativas permitirá testarmos com maior profundidade essa hipótese.

Este capítulo abordou a relação entre as posições sociais no campo, as condições econômicas e as ações coletivas, focando as ações híbridas. A partir da análise dos dados, podemos afirmar que:

- em 1963 houve forte mobilização grevista em Pernambuco, concentrada mais na Mata Sul do estado, quando municípios como Palmares, Jaboatão, Ipojuca, Itambé e Escada apresentaram alto número de ações do novo repertório devido ao peso das greves. Esses municípios possuíam pouca camada intermediária, o que demonstra que a mobilização em geral, principalmente em ações como greves e lideradas pelo PCB, não necessariamente partia de foreiros e parceiros. As greves formam uma porcentagem considerável das ações observadas pela pesquisa.

¹⁰⁹ Com o termo agência moral estamos querendo afirmar que a moralidade não pode ser entendida como estática, visto que dispõe de formas diversas de ser mobilizada pelos agentes conforme posição social e contexto histórico. Assim, sustentamos que as camadas intermediárias estavam realizando um agenciamento moral, no sentido de mobilizarem regras e valores morais em um contexto de crise de relações tradicionais, ressignificando os últimos e permitindo questionamentos aos grandes proprietários. O termo agência moral tem influência da nova sociologia moral. Em relação a tal ideia, destacamos o texto de Werneck (2013).

- A Paraíba também registra greves por direitos trabalhistas, mas não na mesma intensidade que Pernambuco, não realizando um movimento regional/estadual, a exemplo do que houve na área canavieira pernambucana. Esse é um dos fatores explicativos para a maior porcentagem de ações híbridas nos engenhos paraibanos, para o que também contribuiu uma forte mobilização de lideranças camponesas na Paraíba que, aparentemente, tinham conexão com a gênese de algumas ações híbridas como o cercamento à casa grande. As Ligas da Paraíba também apresentam a especificidade de, até o final de seu período de atuação, com o golpe de 1964, manter, mesmo com atritos, uma ação conjunta com o PCB, principalmente através da participação de Assis Lemos de Souza.
- A presença de camadas intermediárias, por mais que não seja uma variável que explica por si só o número de ações coletivas em geral, é também um fator de mobilização, principalmente nas Ligas Camponesas, o que explica que municípios com altos números de camadas intermediárias e Ligas fortemente atuantes, como Sapé, Vitória de Santo Antão e Santa Rita, apresentem alto número de ações.
- A variável mais relevante para a presença de ações híbridas se trata do número e da porcentagem média de camadas intermediárias (aqui, estamos considerando foreiros e parceiros, por mais que o número de pequenos proprietários costume acompanhar o dessas categorias).
- Entre os municípios com porcentagem alta (acima de 20%) ou média (6%) de camadas intermediárias, houve uma concentração de ações híbridas nos municípios que apresentam variáveis e indicadores como: alta produção de cana; alto número de trabalhadores industriais e do terceiro setor; forte mobilização; e mobilização ligada às Ligas Camponesas.
- A presença de uma produção média de algodão também indica a possibilidade de que os trabalhadores acessassem condições de trabalho mais autônomas em relação aos grandes proprietários e, conseqüentemente, se mobilizassem. O caso de Mamanguape parece explicitar essa possibilidade.
- As Ligas Camponesas organizaram a maior parte das ações híbridas, o que se explica pela busca das lideranças do movimento de mobilizarem áreas com mais camadas intermediárias – o que é confirmado pelos dados –, pela participação destas no movimento, pela abertura do movimento às perspectivas das camadas

intermediárias e pela atuação de lideranças camponesas que pertenciam ou partilhavam valores com essas camadas. As Ligas apresentam uma porcentagem ainda maior de ações quando selecionamos as ocupações, os mutirões e os cercamentos à casa grande. Essa porcentagem aumenta ainda mais quando selecionamos as duas últimas ações, e aumenta mais uma vez quando selecionamos apenas os cercamentos à casa grande.

- As ocupações, os mutirões e os cercamentos à casa grande expressam, dentro das ações híbridas, os confrontos com maior interação direta entre moradores e grandes proprietários/administradores, assim como apresentam uma maior ressignificação dos valores da *morada*. Os mutirões e os cercamentos à casa grande, mas, principalmente, os cercamentos à casa grande se destacam nesses quesitos. O fato de essas ações terem tido destaque nas áreas com mais camadas intermediárias e, dentro dessa tendência, nos municípios com maiores produção de cana e quantidade de trabalhadores urbanos e do terceiro setor confirma a relação entre as ações híbridas e as camadas intermediárias que tinham menor dependência para com o grande proprietário.
- A ressignificação simbólica, principalmente a respeito dos valores morais da *morada*, verificada em várias ações híbridas, mas, principalmente, nos mutirões e nos cercamentos à casa grande, permite sustentarmos a hipótese de que as camadas intermediárias realizavam uma agência moral na mobilização dos trabalhadores rurais que possibilitava novas perspectivas aos demais trabalhadores participantes dos movimentos e às lideranças dos mesmos, fomentando formas de ação coletiva específicas. Os mutirões e os cercamentos à casa grande são uma expressão dessa agência.

CAPÍTULO 4 – A MORALIDADE DAS CAMADAS INTERMEDIÁRIAS: RESSIGNIFICAÇÕES SIMBÓLICAS E REVOLTA

As camadas intermediárias mobilizaram símbolos em suas vivências nas organizações tradicionais que, simultaneamente, fundamentaram sua posição social e limitaram suas possibilidades de revolta. Isso se deveu aos limites dos valores tradicionais e tendo em vista que alcançar a situação de camada intermediária implicava a articulação desses símbolos e o aprendizado de como movimentá-los. Todavia, nesse aspecto, esses mesmos valores apresentavam limites quanto a que demandas poderiam ser articuladas. A mobilidade da camada intermediária permitiu uma expansão no horizonte de expectativas desses agentes, sendo que, na vivência da crise da organização tradicional, as novas expectativas se formularam a partir de uma ressignificação dos valores tradicionais tão presentes na moralidade da camada intermediária.

Os símbolos ligados às regras da *morada* como o acesso à terra e à casa pelo morador, significando a benevolência do grande proprietário, foram ressignificados durante a mobilização política. Podemos encontrar essa dinâmica nas narrativas de participantes das Ligas apresentadas por Van Ham *et al.* (2006). Nos relatos, os símbolos da terra e da casa – ou seja, da *morada* – mudam de sentido, sendo apresentada a projeção de uma terra livre de latifundiários, na qual os moradores poderiam exercer livremente seu trabalho familiar autônomo.

Este capítulo realiza, portanto, um balanço das principais análises das narrativas dos moradores, nas quais nos interessa, sobretudo, sua mobilização de valores morais. As pesquisas aqui elencadas foram analisadas com mais detalhes em Genaro (2019), de maneira que nosso objetivo aqui é apresentar uma síntese das pesquisas que levam em conta as entrevistas de moradores, para compararmos esses estudos com as observações anteriormente apresentadas nos outros capítulos, focando a relação entre certas ações coletivas e a mobilização de camadas intermediárias. A síntese das narrativas permitiu elaborarmos um quadro com as ideologias da *morada*, as contraposições a estas por parte dos moradores – contraideologias e utopias – e as narrativas a respeito do movimento social articulado que apresentam novos símbolos, assim como valores tradicionais ressignificados.

A análise das narrativas permitiu, portanto, entendermos o sentido político que as mesmas adquiriram no período estudado, de maneira a demonstrarmos como a ressignificação simbólica promoveu uma dinâmica específica, permitindo a ampliação e, em certos casos, a geração de novas formas de revolta. Esse processo foi marcado pela intensa participação das camadas intermediárias, de maneira a se observar uma influência, pelo discurso, pela experiência cotidiana e pela mobilização política, desses grupos sobre as demais camadas dominadas. A partir dessa análise, podemos afirmar que as camadas intermediárias realizaram uma agência moral¹¹⁰, isto é, uma mobilização dos valores que visava uma mudança das dinâmicas sociais, de modo que as concepções conservadoras da *morada* foram reinterpretadas para o sentido de contraposição aos grupos dominantes.

4.1 As perspectivas teóricas sobre a moralidade dos moradores

4.1.1 A resistência dos moradores na *morada*

Bastos (1984) observa como os valores dos moradores em torno da terra e do trabalho expressavam oposições à dominação dos latifundiários. A distinção entre lavoura para viver e lavoura para comprar¹¹¹ é uma característica das narrativas dos foreiros, e, aqui, a autora pensa especificamente a partir do caso do engenho da Galileia. A primeira concepção remete às culturas alimentares pelas quais os foreiros percebiam uma ideia de autonomia e liberdade associada ao trabalho familiar, enquanto a segunda faz jus à plantação de algodão, uma cultura comercial, que garantia renda para o pagamento do foro. A percepção do foreiro em torno dos seus rendimentos subtraídos pelo foro permitia a assimilação de uma situação de exploração. Outra narrativa apresentada por Bastos (1984) é a respeito de como o latifundiário era entendido como sendo dono do foro, e não dono da terra, pelos foreiros, o que explicita a valorização da autonomia do trabalho por parte do foreiro, em outros termos, a possibilidade da escolha do plantio e do controle do trabalho familiar.

¹¹⁰ Ressaltamos novamente que o termo agência moral tem influência da discussão da nova sociologia moral feita por Werneck (2013). Essa categoria remete a como a moralidade pode ser acionada de maneira diferenciada pelos agentes em um contexto histórico.

¹¹¹ Afrânio Garcia Jr. (1989) também menciona essa distinção em seu estudo sobre o brejo paraibano.

Os valores dos moradores eram, muitas vezes, ligados às relações da *morada*, de maneira que se percebe uma mudança de significado de certos símbolos no momento da crise das relações tradicionais no contexto estudado. Novaes (1997) se atenta a como a religiosidade expressou essas mudanças de sentido. Segundo a autora, o catolicismo popular, a cultura bíblica difusa e o apoio de religiosos à mobilização rural permitiram uma reapropriação do modelo ético que advinha da religião, de maneira que os trabalhadores rurais acionaram os códigos morais da ideologia dominante, mas com sentidos diversos: enfrentando o latifúndio e disputando as figuras de quem estaria “sob os poderes de Deus” (os moradores) e de quem mais se aproximaria da figura do “Cão” ou da “Besta” (os latifundiários).

A modificação de elementos simbólicos também é percebida por Rangel (2000), que indica, a partir de uma entrevista com Elizabeth Teixeira, que os moradores mobilizados pelas Ligas se dirigiam à casa grande, para falar com o grande proprietário, sem retirar seus chapéus, prática anteriormente costumeira na *morada*, como símbolo de submissão ao latifundiário. As resistências¹¹² dentro das relações da *morada* foram, segundo a autora, pouco observadas em pesquisas a respeito dessa forma de organização social. Ela indica que, mesmo sob forte repressão, os moradores conseguiram articular formas de resistência que lhes permitiam manter suas condições de vida ou evitar maiores perdas dessas condições. Rangel (2000) destaca práticas como os acordos cotidianos feitos pelos moradores como sendo indicativos dessas resistências.

A autora afirma ainda que a reciprocidade entre grandes proprietários e moradores era desigual, mas, mesmo assim, implicava uma troca, de maneira que os moradores conseguiram – dentro das relações cotidianas – fazer reivindicações. Dessa maneira, a pesquisadora critica as oposições entre a vivência da *morada* e a mobilização que tomam a primeira como um lugar apenas de submissão, imobilização política e conflitos locais, e a segunda como o lugar próprio do enfrentamento à dominação e de demandas amplas a partir de uma intervenção externa. Assim, Rangel (2000) defende que a mobilização dos trabalhadores rurais foi fomentada tanto pelas experiências externas quanto pelas internas à *morada*, de

¹¹² Cabe lembrar que Rangel (2000), Novaes (1997) e Bastos (1984) mencionam resistências realizadas pelos moradores, mas não mobilizam o conceito de resistência cotidiana de Scott (2000). Dessa forma, a conceituação das ações descritas pelas autoras como resistência cotidiana é interpretação nossa.

modo que suas práticas anteriores à mobilização são relevantes para entendermos o movimento da época.

As resistências dentro da *morada* foram trabalhadas em Genaro (2019) a partir da noção de resistência cotidiana de Scott (2000), que possibilitou o detalhamento das características de ações como, por exemplo, os acordos cotidianos – mencionados por Rangel (2000) e também encontrados nas entrevistas apresentadas por Irmã Tonny (Van Ham *et al.*, 2006) – e compará-las às ações coletivas das Ligas, no caso, os cercamentos à casa grande, que foram, em Genaro (2019), chamados de negociações coletivas. Como resultado, o estudo permitiu a observação de continuidades e descontinuidades entre as duas formas de relação entre moradores e grandes proprietários, de modo que se percebeu que ambas as ações se dirigiam ao grande proprietário enquanto figura a quem se demanda. De mesmo modo, era comum que se realizassem essas ações na própria casa grande, mas com teores diferentes, visto que o acordo não apresentava um enfrentamento direto ao grande proprietário, usando da dissimulação para demandar, enquanto a ação coletiva trazia as demandas abertamente, visando uma negociação entre as lideranças do movimento e o latifundiário. A partir dessa comparação, se pode perceber que tanto na resistência cotidiana quanto na ação coletiva se verifica a articulação de valores da *morada*, mas reinterpretados, de maneira a apresentar contraposições ao grande proprietário. Outro elemento perceptível foi que a articulação dessas duas formas era realizada com maior frequência por camadas intermediárias, o que explicita uma participação específica destas no movimento.

4.1.2 Valorização de características das camadas intermediárias nas lideranças

As lideranças camponesas apresentavam características diversas que eram valorizadas pelos demais moradores. A esse respeito, Novaes (1997) indica que elas eram, simultaneamente, vistas como iguais às dos outros camponeses, e como diferentes, por estarem aptos a representá-los – diferentemente das lideranças urbanas, que não demonstravam essa proximidade de posição. Características como alfabetização, maior capital familiar e demonstração de conhecimento religioso eram valorizadas nas lideranças por parte dos moradores. A conversão de João Pedro Teixeira ao protestantismo é um exemplo trabalhado por Novaes (1997), pois,

em muitos casos, significa uma ruptura com o uso da religião católica pelos latifundiários para justificar a dominação. Novaes (1997) ressalta que as lideranças protestantes eram valorizadas por radicalizarem posições éticas e morais comuns aos moradores que eram católicos (não beber e não jogar, por exemplo).¹¹³ A autora ressalta ainda que a conversão ao protestantismo não foi uma regra universal, tendo em vista, por exemplo, que Elizabeth Teixeira permaneceu católica, mesmo valorizando a conversão de seu marido.

Entretanto, a presença de lideranças protestantes foi importante para o questionamento das ideologias dominantes, a partir da observação de que nas Ligas Camponesas havia a presença de católicos e protestantes, enquanto nos sindicatos mobilizados pela Igreja católica – que realizavam enfrentamentos menos diretos aos grandes proprietários –, só se verificava a presença de trabalhadores católicos. As afirmações de Novaes são fortalecidas pelas indicações de Bastos (1984) de que diversas lideranças camponesas das Ligas eram protestantes, assim como pelas observações de Rangel (2000) sobre o fato de as lideranças camponesas não realizarem uma imposição de discurso, mas, sim, uma mediação da proposição dos agentes em posições sociais diversas, contrastando com as lideranças urbanas.

A partir dos relatos apresentados por Irmã Tonny (Van Ham *et al.*, 2006), pode-se observar que o conhecimento de leis e da política era valorizado como característica das lideranças, assim como o fato de estas serem pessoas muito trabalhadoras. Em um dos relatos, Antônio Domingues de Oliveira, que foi morador em Sapé, afirma que Ivan Figueiredo, uma liderança no município, era um “agricultor forte”, termo que, como se observa em Garcia Jr. (1989), remete aos trabalhadores em situações de menos dependência para com os grandes proprietários, ou seja, as camadas intermediárias. Dessa maneira, percebemos que algumas características mais presentes em moradores que eram das camadas intermediárias (foreiros, parceiros e pequenos proprietários), como a de terem um trabalho menos sujeito e um maior acesso às cidades através das feiras (com mais conhecimentos da política e das leis em virtude dessa circulação), eram valorizadas pelos moradores em geral, contribuindo para a admiração dessas lideranças e, até mesmo, para fundamentar sua posição de liderança.

¹¹³ Como indicado em Genaro (2019), a valorização de aspectos religiosos não transformou as lideranças camponesas dos movimentos em figuras messiânicas, pois não as relacionava a um papel de ligação direta com o sagrado.

4.1.3 A identidade política camponesa e a oposição entre o latifúndio e a terra camponesa

Novaes (1997) percebe que os moradores que participaram das Ligas Camponesas elaboraram uma identidade política camponesa, ou seja, uma perspectiva sobre o que era ser um camponês. Essa visão, todavia, não remetia à posição social dos agentes (ao fato de estarem sem acesso à terra nas pontas de rua ou foreiros, por exemplo), mas ao enfrentamento aos latifundiários, de maneira que era considerado camponês aquele que perdia o medo e mostrava coragem ao enfrentar os grandes proprietários de terra. Assim, os participantes das Ligas afirmavam uma identidade camponesa na mobilização política, que os diferenciava dos demais moradores.

Os moradores representavam a ideia de latifúndio, segundo Novaes (1997), quase que de maneira mística, sintetizando o poder local dos grandes proprietários. A autora destaca que, na percepção dos moradores, poderiam ser consideradas como latifúndio tanto uma monocultura de cana quanto as terras pertencentes ao Estado. Em Genaro (2019), nos baseamos nessa análise de Novaes (1997) para afirmar que os moradores construíram na mobilização política (portanto, não se trata de um termo êmico) uma oposição entre latifúndio e terra camponesa. Nessa oposição, a última se fundamentava no horizonte de expectativas dos moradores de realizarem um trabalho familiar autônomo na terra, a partir da condição de foreiro ou parceiro, na *morada*, ou, já sob uma nova perspectiva política, a propriedade da terra ocorreria sem nenhuma dependência para com os grandes proprietários.

4.1.4 A representação das leis e dos direitos pelos moradores

Os termos “lei” e “direitos” foram utilizados pelos moradores que participaram da mobilização política no contexto estudado. A pesquisa de Sigaud (1980) é um marco ao apresentar como o termo “direitos” foi mobilizado pelos moradores de Pernambuco para se referirem aos direitos trabalhistas no campo, na época do governo Miguel Arraes (1963-1964). O termo foi utilizado em diversos contextos e, como apontamos em Genaro (2019), não se restringia à esfera dos direitos trabalhistas, remetendo também às relações cotidianas da *morada*. Novaes (1997)

destaca como o termo “direitos” foi usado tanto nas Ligas e nos STRs do PCB quanto nos STRs ligados à Igreja, o que mostra que, mesmo nos últimos, em que os enfrentamentos aos grandes proprietários não eram tão incentivados, se introduziram noções que remetiam a uma nova interpretação da realidade dos trabalhadores rurais. A respeito do termo “lei”, Novaes afirma que não remetia a nenhum tipo de legalismo pelos moradores, mas à exclusão destes agentes da política estatal, de maneira que era concebida a existência de uma “lei da chibata” anterior aos direitos trabalhistas e à mobilização política das décadas de 1950-1960, que remetia ao poder local violentamente exercido pelos grandes proprietários. A contraposição aberta aos grandes proprietários e a elaboração de vínculos entre moradores e autoridades estaduais e federais permitiram a representação de uma “lei da nação” – oposta à “lei da chibata” –, que remetia à possibilidade de participação política e ao acesso a direitos pelos trabalhadores rurais.

O termo direitos, como demonstrado em Genaro (2019), adquiriu significados diferentes conforme a posição social e a inserção no movimento. As lideranças do movimento tendencialmente – isto é, em geral o faziam, mas nem sempre –, associavam o termo à legislação trabalhista, como um fator exógeno à *morada*, inserindo-se nesta realidade através da mobilização política. Nessa representação também comum nas narrativas dos moradores, os direitos só chegavam aos moradores devido ao conhecimento que as lideranças tinham a respeito dos mesmos. Por outro lado, o termo também poderia remeter as relações cotidianas da *morada* e, simultaneamente, ser usado para se referir aos direitos trabalhistas. Em algumas narrativas, apresentadas em Van Ham *et al.* (2006), é comum que se fale do “pagamento do direito” em menção ao pagamento do foro na *morada*, que permitia o acesso à terra.¹¹⁴ Também é comum, inclusive nessas mesmas falas, que se indique um “pagamento dos direitos”, remetendo ao pagamento sindical das Ligas e STRs, que era visto como forma de acesso aos direitos trabalhistas.

As ambiguidades e contradições do uso do termo “direitos” marcam continuidades e descontinuidades da moralidade da *morada* em relação aos valores

¹¹⁴ O termo “direitos”, como explicitamos em Genaro (2019), também podia ser usado para indicar uma forma de dominação legitimada na *morada*, como um “direito” do grande proprietário de expulsar um morador. Permanece como uma questão aberta se, anteriormente ao período da década de 1950-1960, os moradores utilizavam o termo “direitos” para se referirem às dinâmicas da *morada*, ou se o mesmo passou a ser usado apenas no período em questão.

elaborados na mobilização de STRs e Ligas, pois se observa uma reconfiguração desses valores, tendo em vista que o acesso à terra era ligado, nas relações da *morada*, à internalização das regras dessa forma de organização social, favorecendo o domínio do grande proprietário. Já na mobilização dos STRs e das Ligas, o acesso à terra associa-se à contraposição aos grandes proprietários, através da ressignificação de símbolos da *morada*.

Os participantes das Ligas apresentam, nos relatos concedidos a Irmã Tonny (Van Ham *et al.*, 2006), a Novaes (1997) e a Rangel (2000), diversas menções a uma “lei das Ligas” – muitas vezes com termos diferentes como “lei camponesa” ou apenas uma “lei”, mas todos se referindo ao movimento –, que, em Genaro (2019), sintetizamos como “terra livre e trabalho”. De maneira a remeter ao horizonte de expectativas de acesso à terra dos foreiros, parceiros e pequenos proprietários, mas também apresentando possíveis ressignificações desses valores da *morada*, como em falas nas quais, através da religião, se indica que a terra deveria pertencer a todos, mas não sendo propriedade de ninguém, isto é, não podendo ser um negócio para um certo grupo de pessoas.¹¹⁵ Com isso, vislumbrava-se a possibilidade do acesso à terra sem a existência do latifúndio. A lei das Ligas, portanto, conflui as experiências acumuladas pelos moradores quanto à expectativa do trabalho familiar autônomo e os conhecimentos trazidos pelas lideranças a respeito das formas de organização e dos direitos trabalhistas.

4.1.5 A idealização do passado e a representação de um tempo bom e um tempo ruim

A crise da *morada* na área canavieira é explicada por Afrânio Garcia Jr. (1989) a partir da ruptura do dom e do contradom entre moradores e grandes proprietários, que teria ocorrido pelas relações entre ambos terem se tornado contratuais e pelo alargamento do horizonte social dos trabalhadores rurais, ligado às migrações e à emergência da mobilização política. O peso que as relações contratuais regidas pelas leis trabalhistas exerceram sobre a crise da *morada* é relativamente exagerado, tendo em vista que as expulsões ocorriam, muitas vezes, antes de se formar uma relação contratual. A questão, portanto, está mais em como

¹¹⁵ Trata-se especificamente da narrativa de Inácio, apresentada por Rangel (2000), na qual ele indica que Deus libertou a terra, por isso, ninguém deveria vendê-la, e os pobres deveriam a ela ter acesso.

os grandes proprietários buscaram encerrar as possibilidades de maior democratização de renda e poder, expulsando os moradores e reprimindo a mobilização política.

Novaes (1997), por sua vez, indica que o principal elemento que influenciou a entrada de um morador para as Ligas foi a vivência da crise das relações tradicionais. A autora afirma que os foreiros, ao verem sua posição ameaçada, foram os primeiros a se mobilizarem nas Ligas, e que mobilizaram sua melhor posição social em relação aos demais moradores, para reivindicarem terras, em situação diversa das de acesso à mesma na *morada* (sem o cambão, por exemplo). Bastos (1984) destaca que os foreiros foram a principal base social das Ligas devido à sua valorização da autonomia do trabalho. Como já demonstramos, não é provável que os foreiros tenham sido numericamente a maior parte dos participantes das Ligas, mas sua vivência específica da quebra das relações tradicionais foi importante para diversas características da mobilização. Para melhor entendermos o papel das camadas intermediárias na mobilização, é fundamental buscarmos a relação entre a valorização do trabalho familiar autônomo na terra e a crise da *morada*, sendo que a idealização do passado pelos moradores explicita diversas características dessa demanda.

Sigaud (1980) indica que os moradores representavam os “direitos” (direitos trabalhistas) como se sempre tivessem existido e estado ao alcance deles que, entretanto, não os conheciam. O período de mobilização das décadas de 1950-1960 foi atravessado pela crise da *morada* na área canavieira, de maneira que muitos moradores foram expulsos. A vivência dessa crise gerou uma idealização do passado pelos moradores, na qual existiu a visão de uma época em que todos os moradores conseguiam acessar a terra (ter um sítio, como foreiro ou parceiro), sendo essa representação idealizada, tendo em vista que tal situação nunca ocorreu, já que a maior parte dos moradores sempre ocupou a posição de morador de condição.

A pesquisa sobre o tema se aprofunda em *Os clandestinos e os direitos* (Sigaud, 1979), obra¹¹⁶ na qual afirma-se que, na percepção dos moradores, o engenho e a *morada* passaram a ser vistos como cativo no momento em que se

¹¹⁶ *Os clandestinos e os direitos*, tese de doutorado de Sigaud, foi publicada em 1979, enquanto sua dissertação, em 1980.

perde a terra para plantio e se é obrigado à realização de trabalhos árduos.¹¹⁷ Cabe ressaltar que o cativoiro¹¹⁸ difere da sujeição e da obrigação, pois estas eram legitimadas dentro da *morada*. Já o cativoiro representava o momento em que o proprietário exigia demais e não garantia alguma contrapartida – a terra –, rompendo o dom, que antes se dava pela sujeição. O ponta de rua, nesse contexto em que se fecha a possibilidade de obtenção de terras no engenho, passa a ver a *morada* e todos os engenhos como cativoiros, mas isso ocorre somente nesse momento de crise da *morada*. Anteriormente, ao viver uma situação de cativoiro em um engenho, o morador poderia procurar outro grande proprietário para ter uma melhor sujeição.

Sigaud (1979) observa que, para os “pontas de rua”, a rua passou a ser significada como uma prisão, diferindo do cativoiro e com um peso bem menor que este, pois remetia à condição de se trabalhar por renda e não mais poder produzir alimentos. Todavia, mantém-se entre os pontas de rua a expectativa de ter terra um dia, de ter um sítio, e voltar a ser – ou vir a ser – foreiro. Isso é observado em falas como: “Meu lugar é no engenho. Todo tempo que tiver sítio vou pro engenho (Mata Norte)”¹¹⁹ (Sigaud, 1979, p. 212) e “Se for libertado como antigamente eu acho melhor no engenho {que na rua} porque planto, posso me movimentar melhor (Mata Sul)” (Sigaud, 1979, p. 213). A autora ainda indica que se idealiza um engenho liberto no qual se tivesse novamente acesso aos sítios, e que a idealização desse engenho, e não de uma terra própria em outro lugar, estaria ligada ao fato de terem visto essa possibilidade ou vivido essa condição, em um momento passado.

Os ex-moradores também valorizavam os direitos, idealizando esse engenho liberto e com direitos – o que remete ao “tempo de Arraes” em que essa condição ocorreu –, pois, para eles, não havia contradição entre direitos e *morada*, por mais que afirmassem que a segunda acabara depois dos direitos. Para os ex-moradores, a oposição entre direitos e *morada* havia sido feita pelos proprietários, que não

¹¹⁷ Sigaud (1979) indica que, conforme os moradores foram sendo expulsos, os que ficaram nos engenhos acabaram tendo de fazer os trabalhos pesados, antes divididos entre mais moradores. O chamado para os trabalhos mais pesados não podia ser legitimamente recusado, pois estava dentro da *morada*. Entretanto, quando o morador encara essa situação como cativoiro, aponta-se para uma desfiguração da *morada*.

¹¹⁸ Sigaud (1979) indica que o cativoiro é associado à sujeição pela casa, pois esta era entendida como pertencendo ao grande proprietário, enquanto a terra – o sítio – é visto como sendo do morador. Existe semelhança entre esse apontamento e o indicativo, já mencionado, de Bastos (1984) sobre o foreiro se ver como dono da terra e o latifundiário ser visto como dono do foro.

¹¹⁹ A autora, nos dois relatos apresentados nesse parágrafo, não referencia os entrevistados, apenas indicando a região em que residiam.

quiseram mais dar morada, pois teriam de pagar os direitos. Sigaud (1979) afirma que a visão do engenho como cativo e a idealização do engenho liberto são vinculadas (poderíamos dizer, como “dois lados de uma moeda”) à legitimação da *morada*: ao saírem do engenho, os trabalhadores sabiam que dificilmente teriam acesso aos direitos novamente. A autora afirma que a idealização do acesso à terra é mais um questionamento à ordem social do que uma busca pela reconstrução de um passado.

O sentido da idealização do momento histórico em que os moradores vislumbravam a possibilidade de conseguirem um sítio também é trabalhado por Rangel (2000), que observa que os foreiros, em suas narrativas, diferenciavam um “tempo bom”, que remete ao período anterior à crise da *morada* na área canavieira (pré-1945, ou próximo à esta data), e um “tempo ruim”, que remete ao período da crise. A autora destaca que, nas entrevistas que realizou, não observou essa distinção por parte das narrativas dos moradores de condição. Essa falta mantém relação com o fato de que, em geral, os moradores de condição vivenciavam uma situação de grande dependência e quase nenhuma autonomia em relação ao controle do trabalho familiar na terra, de modo a não observarem em suas trajetórias um momento positivo ligado a uma vivência de outra posição, nunca tendo experimentado, por exemplo, a posse de um sítio. Rangel (2000) também indica que a perda do “sonho” de um dia possuir um sítio, ou de nele permanecer, foi fundamental para a mobilização política. De modo distinto dos autores anteriormente mencionados, a autora teve como foco observar a relação entre as experiências da *morada* e a mobilização das Ligas, afirmando que:

A minha escolha foi insistir em escutar essas experiências desprezadas para entender porque as mudanças vivenciadas como desgaste, como dismantelo, agravaram dilemas que há muito já vinham sendo experimentados por conflitos que integravam o mundo dos engenhos e das usinas. Mas trabalhar essa tradição de conflitos não basta para explicar como aqueles camponeses construíram suas expectativas de futuro e, por isso seu modo de vida e suas expectativas de futuro e, por isso, acho que também é importante considerar como esses conflitos exigiram a reavaliação e a reinvenção das tradições. Afinal, lutar para permanecer na terra num momento de extrema concentração de propriedade, significou, muito concretamente, desafiar o velho sistema de poder, tanto quanto criar possibilidades de recriá-lo (Rangel, 2000, p. 328).

A afirmação de Rangel (2000), a respeito de os moradores mobilizados politicamente reinventarem suas tradições e, simultaneamente, desafiarem e recriarem a *morada*, dialoga com a perspectiva de Sigaud (1979) apresentada anteriormente, sobre como a idealização do passado era mais um desafio à ordem vigente do que uma tentativa de reconstruir esse passado. Quando Rangel (2000) afirma que havia entre os moradores o sentido de tentar recriar a *morada*, não está indicando uma simples volta à dinâmica social anterior, visto que as diversas narrativas trabalhadas pela autora demonstram expectativas de um acesso à terra sem formas de exploração como o cambão. Entretanto, não se pode dizer que essas narrativas elaboram uma ruptura total para com essa vivência anterior, tendo em vista as diversas narrativas que valorizam a vivência nos sítios e o pagamento do foro, indicando a expectativa de um retorno a essa vivência. Dessa maneira, podemos concordar com Sigaud (1979) a respeito de que os moradores não almejavam o retorno do passado, mas reconhecemos que eles valorizavam esse passado ambigualmente, de modo a criarem expectativas de que uma parte sua – o acesso aos sítios – voltasse a existir, mas a partir de outra dinâmica, sem o cambão e com os direitos.

As narrativas apresentadas por Irmã Tonny (Van Ham *et al.*, 2006) demonstram que, para além da idealização do engenho liberto, apresentada por Sigaud (1979), havia uma lei das Ligas, ou lei camponesa, como trabalhado em Genaro (2019), que concebia a expectativa do acesso à terra fosse através do foro ou até mesmo sem a existência do latifúndio. Ou seja, as expectativas dos moradores podiam ambigualmente construir a imagem do engenho liberto, mas podiam também – sem se livrar de diversas ambiguidades – elaborar a possibilidade do acesso à terra sem a dominação dos grandes proprietários. A narrativa a seguir permite fazermos algumas análises sobre a idealização do passado:

Diz que era uma Lei boa. Uma Lei prá o pobre viver sobre si, num sabe? Viver sobre si é assim: era tomar conta da terra. Se trabalhador tivesse uma plantação ficava tudo com ele. Viver sobre si é assim, não dá condição a ninguém. Tudo que faz é prá pessoa mesmo. Não vive sujeito a ninguém.

[...]

Moça, será que essa Lei camponesa ainda existe? Será que um dia ela ainda vai existir? (MORADOR, Entrevista, Rangel, 2000, p. III)¹²⁰

¹²⁰ A autora não menciona nome, local, ou qualquer outra referência sobre quem concedeu a entrevista, apenas indicando que esta foi realizada por Bernadete Ramos Bezerra em 1987 (Rangel, 2000).

A narrativa acima foi trabalhada em Genaro (2019) e mostra uma ambiguidade temporal sobre a “lei camponesa”, visto que o entrevistado pergunta se ela ainda existia e se ela ainda vai existir. A referida lei existiria e não existiria no passado, assim como existiria em um futuro na qual havia um passado em que ela existiu. A questão se esclarece pela contextualização dessa perspectiva, remetendo à existência do acesso à terra na *morada*, mas que é incompleto e também é interrompido pela crise dessa forma de organização social. Assim, acesso à terra existiria em um futuro projetivo, de maneira idealizada, pois sua idealização implicaria um engenho liberto ou em uma terra sem latifúndio, elementos que nunca existiram no passado. As ambiguidades fazem com que a idealização do passado seja mais uma projeção de expectativas do acesso à terra do que a busca de retorno ao passado da *morada*.

A questão central a respeito da idealização do passado foi, portanto, a ressignificação dos valores da *morada*, de modo que, em Genaro (2019), analisamos a forma como os moradores elaboravam contraideologias a partir desses valores, fundamentando concepções utópicas a respeito do acesso à terra. A partir dessa análise, foi possível diferenciarmos a mobilização de diferentes posições sociais naquele contexto, com destaque para as camadas intermediárias. A pesquisa concluiu, de maneira próxima a Rangel (2000), Novaes (1997) e Bastos (1984), que os foreiros se mobilizaram devido à quebra de seu horizonte de expectativas. Visando explicar com mais profundidade essa mobilização, afirmamos que os foreiros foram os agentes que vivenciaram uma situação mais próxima da liberdade idealizada, o que explica o porquê de terem sido os agentes com mais expectativas quebradas.

As diferenciações entre as narrativas dos moradores de condição e as dos foreiros foram analisadas em Genaro (2019) e se expressaram a partir da existência de um “tempo bom” – nessa conclusão, nos aproximamos de Rangel (2000) – no qual o patrão era visto como bom, o que sofreu ruptura, gerando revolta. Nas entrevistas com integrantes das camadas intermediárias, também foi observada a maior constância de narrativas sobre a procura por ser “liberto” e sobre a revolta contra os grandes proprietários. A principal diferença entre as narrativas dos dois grupos estava em que, enquanto o morador de condição perdera o “sonho” de ter

um sítio, o foreiro perdera a terra por ele valorizada. A partir disso, concluiu-se que a quebra das regras da *morada* gerou uma ira moral mais intensa nos foreiros, pois sua intensidade e a expectativa de um trabalho autônomo variavam conforme a proximidade dos agentes de ocuparem posições sociais mais autônomas.

Dessa maneira, as camadas que mais internalizaram as regras da *morada* foram as que se revoltaram primeiro e com mais intensidade. A mobilização das camadas intermediárias se explica pelo fato de terem sido as que mais sentiram a quebra das relações tradicionais, assim como por serem as com mais acesso às relações de interdependência fora da grande propriedade. Assim, os vínculos com outros moradores e com outras posições sociais através da circulação em feiras e de idas mais constantes à cidade, quando comparadas às possibilidades dos moradores de condição, permitiam uma menor dependência para com o grande proprietário, contribuindo para o alargamento do horizonte de expectativas, para a mobilização de outras relações, sem ser as com o grande proprietário, e para a defesa de seus interesses.

Em relação às diversas perspectivas teóricas expostas neste capítulo, elas estão sintetizadas no **Quadro 6**, reproduzido abaixo:

Quadro 6 - Moralidade dos moradores segundo as pesquisas

Tema	Autor	Principais elementos
Resistências na <i>morada</i>		
	Bastos	Valores dos foreiros em torno da terra e do trabalho se contrapunham a dominação dos grandes proprietários
	Novaes	Catolicismo popular e reapropriação do modelo ético religioso para se contrapor ao latifúndio: camponeses enfrentam o latifúndio (Cão/Besta-Fera), sob os poderes de Deus
	Rangel	Modificações simbólicas que denotam enfrentamento aos grandes proprietários (não tirar chapéu em uma negociação em frente à casa grande); Destaca resistências nas relações da <i>morada</i> , como os acordos entre moradores e latifundiários; Indica que as relações da <i>morada</i> não eram apenas de submissão, mas uma reciprocidade desigual, de modo que as experiências dos moradores em resistir à dominação informaram à mobilização política de sindicatos e Ligas.
	Genaro	As diversas resistências cotidianas presentes na <i>morada</i> , influenciaram as ações coletivas das Ligas Camponesas, de modo a permitir verificar a ressignificação de símbolos da <i>morada</i> e a participação destacada das camadas intermediárias neste processo
Valorização de características de camadas intermediárias nas lideranças		
	Bastos	Diversas lideranças das Ligas eram protestantes
	Novaes	Lideranças camponesas eram entendidas, simultaneamente, como iguais e como diferentes pelos moradores. Demonstrando características como conhecimento de leis, alfabetização e conhecimento religioso ; A conversão ao protestantismo ocorreu com diversas lideranças e poderia ser uma primeira ruptura com a dominação do latifundiário; A radicalização de valores éticos comuns aos cristãos gerava admiração dos moradores para com as lideranças protestantes; As Ligas Camponesas tinham presença de protestantes e católicos, enquanto os STRs da Igreja Católica, apenas católicos
	Rangel	As lideranças camponesas não realizavam uma imposição de discurso, mas sim uma mediação, diferente das lideranças urbanas
	Genaro	Características mais comuns às camadas intermediárias, como a menor sujeição aos grandes proprietários e maior circulação nas cidades, permitindo conhecer leis e acontecimentos políticos, eram valorizadas pelos moradores, contribuindo para que estas camadas fossem legitimadas enquanto lideranças

A identidade política do camponês e a oposição entre o latifúndio e a terra de camponês		
	Novaes	A identidade política camponesa não remetia à posição social do agente, mas a ação deste perder o medo e mostrar a coragem de enfrentar os grandes proprietários; O termo latifúndio sintetizava a representação do poder local dos latifundiários, sendo que o termo era usado para se referir desde uma monocultura de cana até terras estatais.
	Genaro	Os moradores mobilizados opunham latifúndio e terra de camponês, sendo a representação da última constituída pela expectativa do trabalho familiar autônomo na terra e pela perspectiva política de enfrentamento aos latifundiários
A representação de leis e direitos pelos moradores		
	Sigaud	Moradores de Pernambuco representavam o termo "direitos", remetendo aos direitos trabalhistas no campo e à figura de Miguel Arraes
	Novaes	O termo "direitos" foi mobilizado tanto pelos participantes das Ligas e STRs do PCB, quanto pelos STRs ligados à Igreja; Os moradores representavam uma "lei da chibata" remetendo ao poder local dos grandes proprietários, antes do período dos direitos trabalhistas; Devido à mobilização política, os moradores passaram a representar uma "lei da nação", remetendo à participação política e ao acesso aos direitos trabalhistas;
	Genaro	O termo "direitos" adquiria significados diferentes conforme a posição social e a inserção no movimento; As lideranças tendiam a entender o termo como exógena à <i>morada</i> , remetendo à legislação trabalhista; Os participantes do movimento entendiam o termo hora como exógeno (legislação trabalhista) e hora remetendo as relações da <i>morada</i> (pagar o direito do foro para acessar à terra); Uso do termo "direitos" reflete uma virada histórica: acesso à terra antes se dava pela proximidade para com o grande proprietário e, naquele contexto, se dava pela oposição à este; Participantes do movimento elaboraram a noção de "lei das Ligas", sintetizada como: terra livre e trabalho. Ela remete tanto ao acesso à terra na <i>morada</i> , quanto à ressignificação do acesso à terra sem o latifúndio
A idealização do passado e a representação de um tempo bom e um tempo ruim		
	Afrânio Garcia Jr.	Crise da <i>morada</i> ocorre pela crise do dom e do contradom entre moradores e grandes proprietários; isto teria ocorrido pelas relações entre ambos terem se tornado contratuais, assim como pelo alargamento do horizonte social dos trabalhadores rurais
	Novaes	O principal elemento, que influenciava a entrada de um morador para as Ligas, era a vivência da crise das relações tradicionais; Foreiros foram os primeiros a se mobilizarem e aproveitaram de sua posição social para reivindicar terras sob outra dinâmica
	Bastos	Os foreiros foram a principal base social das Ligas, devido à valorização da autonomia do trabalho realizada por estes
	Sigaud	Os moradores representavam os "direitos" (direitos trabalhistas), como se sempre tivessem existido e estado ao alcance deles que, entretanto, não os conheciam; Havia uma idealização do passado, na qual existe uma visão de uma época em que todos os moradores conseguiam acessar à terra; Crise do dom e contradom desconfigura a <i>morada</i> e faz engenho ser visto como "cativoiro"; Há idealização de um engenho liberto, no qual se tivesse novamente acesso aos sítios, mas com os direitos; A oposição entre direitos e <i>morada</i> foi feita pelos grandes proprietários; A idealização do acesso à terra é mais um questionamento à ordem social do que uma busca pela reconstrução de um passado
	Rangel	Distinção entre "tempo bom" e "tempo ruim" é feita pelos foreiros, mas não pelos moradores de condição; A ruptura do "sonho" de ter um sítio foi fundamental para a mobilização dos moradores; Relaciona experiências da <i>morada</i> com a mobilização política: a luta pela permanência na terra era tanto um desafio à <i>morada</i> , quanto a busca das possibilidades de recriá-la, mas sob uma nova dinâmica
	Genaro	As ambiguidades fazem com que a idealização do passado seja mais uma projeção de expectativas do acesso à terra do que a busca de voltar ao passado da <i>morada</i> ; As contraideologias elaboradas a partir dos valores da <i>morada</i> fundamentaram as concepções utópicas de acesso à terra na mobilização das Ligas; Os foreiros foram os agentes que vivenciaram uma situação mais próxima a liberdade idealizada, o que significou que foram os que mais tiveram as expectativas quebradas; As camadas que mais internalizaram as regras da <i>morada</i> foram as que se revoltaram primeiro e com mais intensidade; A mobilização destas camadas intermediárias foi explicada pelo fato de terem sido as que mais sentiram a quebra das relações tradicionais, assim como por serem as com mais acesso à relações de interdependência fora da grande propriedade

O desenvolvimento desta tese permite questionarmos o apontamento anteriormente feito em Genaro (2019) de que as camadas intermediárias foram as que se revoltaram primeiro e de modo mais intenso. A questão de que essas camadas teriam se mobilizado primeiro é relativa, pois, muito embora a realidade analisada em Pernambuco e na Paraíba torne relativamente correta essa afirmação devido à cronologia da mobilização das Ligas e STRs nos dois estados, essa não parece ser a questão central. A temática da intensidade apresenta o problema de como demonstrar empiricamente o grau de revolta de uma pessoa ou de um grupo, de modo que a afirmação de que o horizonte de expectativas das camadas intermediárias sofreu maiores rupturas é um bom argumento, mas não explica a especificidade da dinâmica das camadas intermediárias. Essa especificidade pode ser melhor trabalhada nesta tese, como se observou nos destaques dados às ações coletivas específicas que carregaram elementos desses grupos, de maneira que a dinâmica diferenciadora das camadas intermediárias para com as demais foi a sua ressignificação simbólica dos valores da *morada*, algo já apresentado em Genaro (2019), sendo tratado com maior profundidade nesta tese.

4.2 A moralidade das camadas intermediárias na mobilização das Ligas camponesas

A análise estatística das ações híbridas demonstrou como a variável mais relevante para a presença dessa forma de ação foi a presença de camadas intermediárias, evidenciando a conexão entre esses grupos e aquele formato de ação. Outra variável relevante para essas ações e, especialmente, para a presença dos mutirões e dos cercamentos à casa grande foi a presença das Ligas Camponesas. Como já explicitamos, essa correlação indica que a organização das Ligas procurava mais as regiões com maiores porcentagens de camadas intermediárias, quando comparadas ao PCB e à Igreja, assim como estabelecia um diálogo com essas camadas por meio das lideranças camponesas.

A respeito da correlação entre áreas com mais foreiros e Ligas Camponesas, podemos perceber, tanto pela presença das Ligas quanto das ações híbridas, que, de fato, essa relação existe. Entretanto, não podemos afirmar, como Bastos (1984), que os foreiros foram a principal base social do movimento, pelo menos não

numericamente, tendo em vista que o número de moradores de condição tende a ser maior, pela própria dinâmica da *morada*. A afirmação de que os foreiros foram os primeiros a se mobilizar – como feita em Novaes (1997) e repetida em Genaro (2019) – tem validade parcial, pois, no que tange às Ligas de Pernambuco e Paraíba, de fato, a mobilização das camadas intermediárias, em municípios como Vitória de Santo Antão e Sapé, foi fundamental para o início da mobilização. Os foreiros não eram numericamente maiores do que os moradores de condição, mas cabe observar que sua influência sobre os contornos assumidos nas demandas, nas formas de ação e nos enquadramentos do movimento foi muito relevante, como se observa nas demandas por terra, nas ações feitas com o fito de manter um foreiro em seu terreno e nas falas de lideranças que articulavam o cumprimento do dever do foreiro de pagar o foro, com a exigência de que ele continuasse com o sítio que estava sendo ameaçado pelo grande proprietário.

Outras variáveis relevantes para entendermos as ações híbridas desenvolvidas nos municípios em que já havia boas porcentagens de camadas intermediárias foram: alta produção de cana e alto número de trabalhadores industriais e do terceiro setor. A produtividade da cana influenciou diretamente na lógica de expulsão do campo e expansão da monocultura, cabendo ressaltar que as regiões em que esse fator exerceu influência sobre as ações híbridas não eram as que apresentavam maior produtividade, mas aquelas com boas porcentagens de camadas intermediárias, que estavam apresentando a expansão da lavoura canavieira. Os números de trabalhadores industriais e do terceiro setor foram abordados para testarmos a hipótese – colocada em Genaro (2019) – de que as relações de interdependência fora da grande propriedade influíram sobre a mobilização das camadas intermediárias.

“Interdependências” e “valências” são termos que Elias (1994) utiliza para pensar a tecitura social, e que influenciam a maneira de pensarmos a questão dos vínculos das camadas intermediárias fora e dentro da grande propriedade. Para ilustrarmos essa ideia, nos utilizaremos de uma metáfora que não pode ser identificada como ligada a Elias, por mais que tenha tido influência de seu pensamento. Imaginemos que cada indivíduo tenha um conjunto de fios amarrados em si que se esticam pelo céu até diversos círculos que flutuam. Os fios se conectam aos círculos e alguns indivíduos se conectam a um número maior de fios

do que outros indivíduos, bem como se vinculam mais a um determinado círculo e menos a outros. Também alguns indivíduos apresentam mais fios do que outros. Os fios podem desaparecer, se criar e recriar, o que não depende exclusivamente do indivíduo. O fio representa, portanto, o vínculo social, e o círculo flutuante, as figurações e os processos sociais de um contexto histórico.¹²¹ Dessa maneira, um trabalhador rural da década de 1950 tinha diversos fios ligados à fazenda em que morava, que remetiam às suas relações com outros trabalhadores, os vigias e o dono da terra. Esses fios também se conectavam a outro círculo, relativo à economia de sua região, que, por sua vez, se vinculava a um círculo nacional, e este a outro, internacional. A altura do último círculo era tanta, que praticamente ninguém o enxergava. Esse mesmo trabalhador tinha outros fios, que se conectavam ao círculo da figuração da feira que frequentava, com o dos comércios da cidade e com o da prefeitura e do poder público.

Esses fios eram tensionados o tempo todo, ou seja, nunca estavam frouxos, visto que toda interação social modifica a tensão dos fios e movimenta os fios das outras pessoas, tratando-se, portanto, de uma relação de dependência mútua e de reciprocidade, real ou potencial. Mas esse trabalhador rural que citamos acima não conseguia movimentar os círculos mencionados ao puxar os fios. Tais círculos eram muito pesados devido à tensão de todos os fios ali envolvidos. E, mesmo esse trabalhador tendo uma gama de fios ligados a si, estes eram em número muito reduzido em relação à totalidade. O grande proprietário da terra, por sua vez, tinha um número muito maior de fios ligados a si, ocupando uma posição de mais poder justamente por controlar tantos fios, que remetiam a todos os seus trabalhadores e capangas e a todas as figurações de que tinha acesso, incluindo contatos políticos, jurídicos, militares e com outros sujeitos que conseguiam movimentar muitos fios de uma só vez. Esses agentes tinham o poder de movimentar, mas não livremente, os círculos das figurações e de movimentar ligeiramente o dos processos sociais.

¹²¹ A ideia de círculos flutuantes representando figurações demonstra uma problemática: a de aparentar privilegiar uma estrutura social que paira sobre os indivíduos, diminuindo o papel da agência nas dinâmicas sociais. Não estamos defendendo essa ideia, assim como entendemos que o pensamento de Elias não toma essa direção, tendo em vista seu questionamento à dicotomia indivíduo-sociedade. Portanto, seria mais correto afirmarmos que os círculos que representam a figuração não estão acima, mas entre os indivíduos, ou em uma dimensão paralela a estes. Entretanto, a visualização imagética dessas representações nos pareceu mais confusa, de maneira que preferimos manter a metáfora dos círculos flutuantes.

O trabalhador rural conseguia ver esses fios, entendendo os jogos de poder a partir dos movimentos desses fios em seu cotidiano, mas tinha dificuldade em observar os círculos flutuantes, já que observava principalmente o círculo relativo à fazenda onde morava, tendo em vista que observar as demais figurações exigia uma certa abstração das dinâmicas de poder. Entretanto, esse trabalhador rural conheceu, em certo momento, outro trabalhador, que era foreiro e tinha muitos contatos na cidade, pois participava de vários círculos a ela relativos. A maior circulação em outros espaços e o número maior de fios conectados ao foreiro lhe permitiram ver que não estava ligado unicamente ao grande proprietário das terras arrendadas, e essa percepção o marcou, de maneira a conseguir imaginar sua vivência naquela terra, mas sem ligar seus fios ao grande proprietário, mas, sim, a outras dinâmicas e processos sociais. A visão desse foreiro influenciou a do primeiro trabalhador, que passou, junto a diversos outros trabalhadores, a puxar seus fios para tentar movimentar o círculo flutuante daquela fazenda e de outras. Ele sabia que um único trabalhador puxando os fios era quase como nada, mas que todos puxando juntos retirariam aquele círculo do lugar.

O contexto histórico exemplificado a partir da metáfora que construímos é justamente o da década de 1950, mas, se o compararmos com o contexto de 100 anos antes, em um engenho de cana, podemos ver mais claramente a relevância dos fios: o indivíduo escravizado tendencialmente era tolhido de juntar seus fios a qualquer círculo que não os da fazenda, de modo a se manter extremamente fragilizado, no sentido do poder. A metáfora dos fios visa, assim, exemplificar como os foreiros construíam vínculos com outros grupos, de maneira a poderem relativizar sua dependência para com o grande proprietário, conseguindo mais recursos, inclusive financeiros – tendo em vista a melhor condição econômica –, para se mobilizarem.

O fato de os municípios com mais ações híbridas apresentarem uma maior gama de trabalho industrial e terciário é significativo – por mais que não seja uma evidência conclusiva –, tendo em vista que isso demonstrava uma maior gama de relações disponíveis em determinada figuração. Ou seja, uma diferenciação funcional maior que acarretava na maior probabilidade de os foreiros construírem vínculos fora da grande propriedade. Dessa maneira, consegue-se construir uma evidência, no sentido de que a ampliação das relações de interdependência

disponíveis foi um fator importante para a mobilização dos trabalhadores rurais no período aqui estudado. A dificuldade de construirmos mecanismos de análise para essa questão limita nossas conclusões, mas a evidência aqui colocada é um bom indicativo para futuras pesquisas.

A respeito das lideranças camponesas, é interessante observarmos que existiu uma dinâmica de ressignificação simbólica feita pelas camadas intermediárias que influenciou essas lideranças, sendo que muitas delas eram, inclusive, pertencentes a essas camadas. Essa dinâmica explica a criatividade de repertório das Ligas nas regiões estudadas, sendo que, provavelmente, foi a partir de diálogos entre agentes desses grupos que ações como os mutirões e os cercamentos à casa grande surgiram. A afirmação de Rangel (2000) de que as lideranças camponesas realizavam não uma imposição, mas uma mediação entre as diferentes posições sociais pode, assim, ser parcialmente confirmada, tendo em vista que, no tange às experiências das camadas intermediárias, as lideranças, de fato, contribuíram para a realização de ações que expressaram uma ressignificação dos símbolos por parte desses grupos.

Dessa maneira, o acordo cotidiano, que consistia na ida individual do morador para conversar com o proprietário – que poderia ser uma caminhada à casa grande, inclusive –, foi marcado pelo respeito à sua autoridade, manifestando-se pelo símbolo de se tirar o chapéu perante o patrão e pela dinâmica do pedido de favores, jamais fazendo-se demandas explícitas e objetivas. O cercamento à casa grande, por sua vez, foi marcado pela ida coletiva dos moradores à casa grande, para fazerem demandas explícitas, desafiando o grande proprietário. Ambas as ações partem de uma ideia de que a centralidade da dinâmica está na relação entre grande proprietário e morador, mas mudam o sentido da demanda e passam da dissimulação para a exigência.

O enfrentamento direto realizado nos cercamentos à casa grande e nos mutirões - na maioria destes – é uma característica marcante nessas ações, sendo que, como trabalhamos, ela demonstra uma característica de enfrentamento direto (os moradores procuravam a interação com o grande proprietário) típica de formas mais tradicionais de revolta. Essa forma de interação permite entendermos os cercamentos à casa grande e os mutirões como as duas ações que mais tensionaram as relações de poder entre moradores e grandes proprietários, pois o

que estava em jogo era a autoridade dos últimos, que fundamentava a dinâmica e os valores da *morada*. Essa maior tensão permite afirmarmos, por mais que com ressalvas, que tanto os cercamentos quanto os mutirões se tratam das formas de ação mais intensas realizadas no contexto estudado, pois implicaram uma disputa pelo significado dos valores da *morada* e, portanto, pela própria dinâmica de poder dessa forma de organização social; um conflito que poderia até gerar o fim da *morada*.

A centralidade que as camadas intermediárias apresentaram na realização de cercamentos à casa grande e mutirões, assim como na resignificação dos valores da *morada* mobilizada durante o desenvolvimento daquelas ações, permitem, novamente de maneira parcial, afirmarmos que essas camadas se revoltaram de modo mais intenso, como discutido em Genaro (2019). Entretanto, a dificuldade de medir a intensidade da revolta, assim como a falta de mais entrevistas de história de vida, que permitam aprofundar essa questão, não nos permitem simplesmente confirmar a presente hipótese. O que podemos afirmar, todavia, é que as ações que mais enfrentaram a autoridade do grande proprietário e tensionaram o sentido dos valores da *morada* foram os cercamentos à casa grande e os mutirões, nas quais as camadas intermediárias foram centrais para essas resignificações. Essa centralidade se mostrou em nossa análise estatística, na observação de que a presença de camadas intermediárias era maior nas ações híbridas do que nas do novo repertório, assim como a porcentagem de camadas intermediárias era maior nos cercamentos e mutirões do que nas ações híbridas em geral. Isso explicita o fato de que as camadas intermediárias desempenharam um papel específico nas ações híbridas, acentuando-se nos mutirões e cercamentos.

À primeira vista, poderíamos afirmar que quanto mais conflitiva e tensa fosse a ação, maior seria a relevância das camadas intermediárias. Entretanto, cabe observar que, por mais que muitas ações híbridas tivessem esse caráter, outras não o expressam tão claramente, como os velórios. O que é uma característica de toda ação híbrida, mais do que a forte tensão de um possível conflito direto, é a resignificação de valores tradicionais, e os mutirões e cercamentos à casa grande foram as ações que realizaram isso de maneira mais explícita. Portanto, podemos afirmar que a especificidade da dinâmica das camadas intermediárias na mobilização política estava na resignificação de valores tradicionais, que pode ser

observada na mudança de sentido dos valores pelos moradores. Para explicitarmos essa mudança, demonstramos a contraposição entre ideologias, contraideologias e utopias no contexto estudado. Ideologias e utopias são formas pelas quais os valores tomam um sentido político, tentando conservar ou mudar as relações de poder. Portanto, os símbolos da *morada* podem se enquadrar nessas categorias, na medida em que assumem este sentido político. A linha que separa o momento em que um símbolo toma um sentido direcionado às relações de poder e quando não o faz é tênue, de modo que a possibilidade de aparecimento desse sentido é latente nos símbolos mobilizados no cotidiano. A seguir, apresentamos o **Quadro 7**:

Quadro 7 - Ideologias, contraideologias, utopias da morada e enquadramentos do movimento social

Valor moral	Ideologia	Contraideologia	Utopia	Enquadramento do movimento
Contrato da <i>morada</i>	O grande proprietário forneceu, benevolmente, casa e trabalho, em troca dos serviços do morador; o morador deve estar pronto a suprir as necessidades que o grande proprietário possa ter: fazer tarefas adicionais a qualquer momento	A vida do morador de condição é vista como uma sujeição, pois não há liberdade. A vida de liberto é que pode ser valorizada (ter seu próprio canto, não ser obrigado à condição); Se um patrão for muito ruim e a vida virar um cativo naquela fazenda, é possível procurar um patrão melhor em outra.	Fim da sujeição; acesso à terra: engenho liberto; terra livre e trabalho (com ou sem latifúndio)	Direitos trabalhistas e acesso à terra (reforma agrária); ações coletivas visando o fim de formas de sujeição e a introdução de leis trabalhistas; ocupações visando concessão de terras novas à pessoas que não tinham sítios
Acesso à terra (sítio)	O sítio é um prêmio concedido pelo grande proprietário, em sua benevolência de provedor (o patriarca sob seus dependentes; há um aspecto religioso e ligado a ideia de família), ao morador que demonstrasse serviço (ser bom no trabalho; produtivo) e obediência (mostrasse valores próximos ao latifundiário e não o desafiasse; mostrasse respeito)	A casa e o foro são do grande proprietário, entretanto, a terra é do morador que está trabalhando nela; A terra é ligada ao morador tanto pelo seu trabalho quanto por seus antepassados que moraram naquela terra; O parceiro e o foreiro têm acesso a terra pois pagam o direito por ela (pagam o foro, a meia ou a terça); Deus fez a terra para todos; A terra tem o potencial de dividir (ser de acesso à todos); Todo morador quer ter seu canto, sua plantação, seu sítio, para ele e a família trabalharem	O direito pago ao sindicato (mensalidade sindical) garante os direitos, inclusive o acesso à terra (ao sítio); Todo morador deveria ter acesso à terra, visto que Deus a fez a para todos e todos querem ter seu canto, de modo que quem prende a terra, quem a impede de ser dividida, comete um pecado. A terra tem o potencial de dividir e prender a terra é inflamável à humanidade (gera revolta); Engenho liberto; terra livre e trabalho (com ou sem latifúndio)	Reforma agrária; direitos trabalhistas; ações coletivas visando o fim de formas de sujeição e a introdução de leis trabalhistas; ações visando o fim do cambão; ocupações visando concessão de terras à pessoas que não tinham sítios; discursos das lideranças mencionando o direito à terra; ações com foco na manutenção de sítios (inclusive relacionando este ao acesso à terra pelo foro); ações e processos jurídicos pedindo indenização de moradores expulsos de seus sítios
Trabalho na terra (no sítio)	A terra concedida para os moradores (roçado ou sítio) são concedidas de maneira benevolente pelo grande proprietário. Ele detém o poder de retirá-las quando o morador não cumprir com seus deveres de trabalho, condição ou cambão.	A parte da terra em que se planta alimentos para consumo e para venda nas feiras é considerada lavoura para viver, remetendo à vida a parte do trabalho que volta diretamente para o morador; Essa lavoura também é considerada a lavoura de pobre, expressando a ligação entre o cultivo alimentar e a posição de morador (no caso de foreiro ou parceiro); O que frutifica a terra é o trabalho familiar nela; Valorização dos conhecimentos ligados à plantação alimentar, a venda nas feiras e as dinâmicas relacionadas a este processo	Engenho liberto; terra livre e trabalho (com ou sem latifúndio); fim das formas de sujeição (condição, cambão);	Reforma agrária; direitos trabalhistas; ações coletivas visando o fim de formas de sujeição e a introdução de leis trabalhistas; ações visando o fim do cambão; ocupações visando concessão de terras à pessoas que não tinham sítios; demandas por políticas de assistência técnica e de comércio das produções alimentares
Controle sobre unidade familiar	Sendo o patriarca da fazenda, o poder do grande proprietário se estende à seus moradores (o limite deste princípio varia historicamente)	O morador controla sua unidade familiar, valorizando a autonomia para escolher se seu filho trabalha em seu sítio ou na lavoura de cana (ou se revoltando quando não pode fazê-lo); O morador pode propiciar a morada em seu sítio para seus filhos, visto como isso foi feito por gerações anteriores	Engenho liberto; terra livre e trabalho (com ou sem latifúndio); autonomia para escolha da unidade familiar sobre seu trabalho; Deus concede a terra para um uso livre do trabalhador e sua família	Reforma agrária; direitos trabalhistas; ações coletivas visando o fim de formas de sujeição e a introdução de leis trabalhistas; ações visando restituir uma perda ligada à uma ofensa moral (por exemplo, um latifundiário que ataca um morador que tentava defender sua autoridade sobre a unidade familiar)
Religiosidade	Grande proprietário tem ligação com os poderes divinos: contato com cléricos, poder de rezar a missa e conexão com símbolos religiosos	Deus fez a terra para todos; O frutificar da terra é ligado ao trabalho familiar e ao sagrado; O latifúndio é o diabo; Ambição pelas terras é ligada a uma lei do cão; expansão da lavoura de cana ligada à Besta-fera	Camponês enfrenta latifúndio sob os poderes de Deus; prisão da terra feita pelo latifundiário é um pecado; as violências físicas, as destruições de roçados e sítios, as expulsões em massa, são pecados dos grandes proprietários, os quais deveriam ser punidos e revertidos; lideranças camponesas são dotadas de um conhecimento de Deus	Direitos trabalhistas; acesso à terra por reforma agrária; discursos religiosos (de padres ou lideranças sem cargo religioso) a favor do acesso à terra; missas e outras cerimônias religiosas no repertório do movimento

O quadro apresenta diversas representações em torno da dinâmica da *morada* e a percepção dos moradores sobre a mesma. As fontes destas representações são as narrativas apresentadas em Novaes (1997), Rangel (2000) e Van Ham *et al.* (2006), que foram trabalhadas em Genaro (2019). A escolha dos valores a serem analisados se deu pela constância de narrativas a respeito das mesmas e pelo fato de expressarem inversões simbólicas, no sentido trabalhado até aqui. A referência mobilizada em Genaro (2019) para pensar ideologias, contraideologias e utopias foi Mannheim (1982)¹²², de maneira que temos de fazer alguns apontamentos a respeito dessa perspectiva e o significado de mobilizá-la, para entendermos os valores mencionados no quadro da página anterior.

As ideologias remetem aos estilos de pensamento – perspectivas políticas mobilizadas por um grupo – que visam conservar o *status quo*. Essas perspectivas sempre abrem brechas para que os grupos dominados ressignifiquem os valores e os símbolos dominantes, de maneira a construir contraideologias. Estas, por sua vez, são concepções de valor, ideias e sentimentos que se baseiam na ideologia dominante, ou seja, a contraideologia não é um pensamento que rompe totalmente com a ideologia dos grupos dominantes, mas uma ressignificação, que valoriza os grupos dominados e mostra uma contraposição, mesmo que moderada, aos grupos dominantes. A utopia remete a uma perspectiva que rompe com os valores e as ideias dominantes, de modo que tensiona as possibilidades de mudança social. As contraideologias e utopias podem manter relação entre si, tendo em vista que confrontam a concepção ideológica de uma sociedade, sendo interessante observar, no caso empírico apresentado, como as contraposições contraideológicas mantiveram forte relação com a perspectiva utópica de mudança social e influenciaram a dinâmica de demanda e da ação coletiva tomada pelo movimento social.

A ideologia do acesso à terra na *morada*, por exemplo, expressa a ideia de que a concessão de terras pelo grande proprietário seria uma ação ligada à bondade do mesmo, como se não houvesse interesse pessoal com tal feito.

¹²² Cabe esclarecer, como feito em Genaro (2019), que não adotamos completamente a sociologia do conhecimento apresentada por Mannheim (1982), sendo possível observar nossas críticas ao autor em Genaro (2016).

Todavia, isso contradiz a análise histórica da concessão de terras para arrendamento, visto que a mesma visava assegurar ganhos nos momentos em que a expansão da monocultura era arriscada. Dessa maneira, a distribuição de terras na *morada*, que era muito mais uma maneira de socializar riscos, mostrava-se, ideologicamente, como fruto da boa vontade do grande proprietário. Se o sítio concedido era uma demonstração de boa vontade, então, a cobrança sobre quem o recebera era relativa a essa relação de respeito mútuo. O morador que acessava o sítio era selecionado perante demonstrações de ser um trabalhador produtivo e ter alguma proximidade ideológica com o grande proprietário, isto é, alguém que não desobedeceria às regras morais dessa forma de organização social. Entretanto, essa concepção ignora o fato de que nenhum grupo dominado concorda plenamente com a ideologia dominante, tendo em vista que sua posição social acaba exigindo uma maneira própria de interpretar os valores morais vigentes.

Dessa maneira, os foreiros e os parceiros elaboraram representações sobre si que não tomaram o sentido único da justificativa da dominação, pois, em seus valores morais, havia a valorização de sua posição, seu trabalho e sua lógica familiar, e da trajetória histórica de sua família. Logo, se contrapondo à ideia de que o grande proprietário concedera a terra como prêmio – de modo a sempre se estar em dívida com esse prêmio recebido –, o foreiro representava seu acesso à terra através do trabalho familiar, da trajetória de sua família (nos casos em que a família já residia naquele terreno à gerações) e da religiosidade que entendia as terras como sendo destinadas à divisão entre todos. As concepções dos foreiros não ignoravam a figura do latifundiário, visto que o foro era compreendido como uma forma de acesso ao sítio, não por benevolência do senhor de terras que recebia esse arrendamento, mas pelo pagamento de sua obrigação para acessar a terra. Assim, se o foro foi pago, acessando-se a terra, isso advinha do trabalho familiar, de modo que o foro era do grande proprietário, mas a terra era de quem trabalhava nela. Essa inversão do sentido de propriedade demonstra como a contraideologia teve um potencial confrontativo importante para a mobilização política.

A contraideologia do acesso à terra demonstra uma valorização do trabalho familiar na terra em contraposição à valorização moral da propriedade

do latifundiário e de sua autoridade sobre os moradores. A concepção utópica, por sua vez, não se basta em ressignificar o valor, de modo a mostrar contraposição à ideia dominante, valorizando o grupo dominado, mas necessita esboçar outra dinâmica social – e a probabilidade de esta se realizar não é um critério – que não a existente. Dessa maneira, a concepção contraideológica de que a terra deveria ser de todos (pois Deus a fez para todos, ou porque a terra tinha o potencial de ser dividida para a humanidade) fundamenta a concepção utópica de que aqueles que impediam a terra de ser distribuída (os grandes proprietários) eram pecadores. De maneira semelhante, a ideia de direito à terra pelo pagamento do foro fundamenta a noção de acesso à terra pelo pagamento do direito sindical. A concepção dos foreiros e dos parceiros a respeito do acesso ao sítio permitia novas significações de valores, gerando concepções de realidades diversas daquela existente na *morada*. A narrativa de um engenho liberto ou de uma terra livre (com ou sem latifúndio) expressa ideais utópicos de acesso à terra, sendo nítida sua conexão com as ressignificações contraideológicas que entendiam o sítio como sendo ligado ao trabalho do foreiro, tendo este uma conexão com a terra através de seus antepassados e a uma concepção religiosa de que a terra havia sido feita para ser dividida entre todos.

As contraideologias e as utopias dos moradores fundamentaram os enquadramentos dos movimentos sociais no campo, com destaque para as Ligas Camponesas. Seguindo o exemplo do acesso à terra, observamos como as demandas das Ligas Camponesas em torno da reforma agrária e do fim de formas de subordinação do trabalho da *morada* como o cambão mantêm relação com a busca por acesso à terra por parte dos moradores. Evidentemente, não se pode excluir a influência dos militantes urbanos e dos partidos sobre o movimento e na articulação de suas pautas. Entretanto, destacamos como a concepção dos moradores corroborou com a maneira de o movimento construir uma identidade coletiva e um enquadramento sobre a questão agrária.

Essa conexão fica mais nítida no que tange às ações que visavam impedir um foreiro ou um parceiro de perder o sítio, tendo em vista que os valores contraideológicos e utópicos dos mesmos expressavam uma série de

ideias. Noções como: a terra era do morador que nela trabalhava; todos deveriam ter acesso à terra, o que mantém uma conexão com a religiosidade; o pagamento do foro e do sindicato significava o direito ao acesso à terra; prender a terra, impedindo seu acesso aos moradores, era um pecado e gerava revolta; e o sonho por um engenho liberto, ou seja, a *morada* com acesso à terra e direitos trabalhistas, ou uma terra livre com trabalho, podendo ser como o engenho liberto, ou o acesso à terra sem a existência do latifúndio. As ações coletivas que visavam impedir a expulsão, como os mutirões e os cercamentos à casa grande, eram permeadas pela busca de uma terra livre com direitos trabalhistas, assim como expressavam, na própria fala de suas lideranças, noções como a de que o pagamento do direito (foro) da *morada* implicava o direito de acesso ao sítio. De acordo com a representação dos participantes e das lideranças, a perspectiva de que estavam fazendo uma ação eticamente coerente implicava, uma visão de que estavam agindo conforme uma moral correta, o que, no caso desses grupos, apresenta uma conotação religiosa. Por isso, frases como “agir sob os desígnios de Deus” podem ser observadas a respeito da militância das Ligas.

As contraideologias expressavam ressignificações dos valores dominantes, demonstrando um tensionamento de poder entre dominados e dominantes, de modo que, mesmo sob uma relação extremamente autoritária dos grandes proprietários para com os moradores, os últimos conseguiam demonstrar interesses e percepções divergentes do que os primeiros defendiam. Em meio a essas ressignificações e às elaborações de valores pelos moradores, emergiam percepções de mundo que não condiziam com a visão de mundo imposta pelos dominantes, aparecendo as utopias. Nesse plano, o acesso à terra não só era visualizado mediante a ideia de que ela era de quem nela trabalhava, mas de que deveria ser, no sentido pleno, e até jurídico, dos moradores. As utopias existem em toda relação de dominação e em toda sociedade. No caso do nosso recorte, não é possível percebermos o quanto as mobilizações das Ligas e dos STRs incentivaram a elaboração de utopias, e o quanto as mesmas já eram presentes – nos formatos terra livre e trabalho e engenho liberto – antes da mobilização. Entretanto, é relevante observarmos como essas utopias expressam valores ressignificados da

morada, mantendo uma conexão com as experiências dos moradores. Dessa maneira, pode-se entender que, no contexto de mobilização, houve uma dinâmica entre as utopias dos moradores (aqui incluídas as lideranças camponesas) e os enquadramentos elaborados pelos movimentos sociais. Nesse aspecto, as demandas e as formas de ação e de discurso das Ligas Camponesas podem ser entendidas em meio a esse processo.

A relação entre o discurso oculto (Scott, 2000) dos moradores e o discurso público das Ligas foi analisada em Genaro (2019). Entretanto, cabe aprofundar a questão de como os enquadramentos do movimento mantinham uma dinâmica com as concepções utópicas. Primeiramente, cabe esclarecer que tanto as contraideologias quanto as utopias apresentadas eram discursos ocultos dos moradores, tendo em vista que sua expressão ocorria mais entre eles, não tomando um caráter público na *morada*.¹²³ Os espaços de ação coletiva como os cercamentos à casa grande apresentavam uma conexão com as utopias dos moradores tanto nas demandas de acesso à terra e de manutenção de um morador em seu sítio quanto na *performance* da ação, como nos discursos das lideranças (pagamento do foro como direito à terra). Mas, para além disso, constituíam um espaço em que os moradores podiam expressar seus valores utópicos de maneira aberta e podiam gritar suas demandas e seus valores ressignificados. Isso permite entendermos que tanto a forma da ação coletiva (incluindo a percepção elaborada pelo movimento sobre o tema; o enquadramento) era influenciada pelas percepções dos moradores quanto ocorria o contrário, ou seja, o movimento podia influenciar a percepção dos moradores. Indo mais além, ainda ocorria um terceiro processo, no qual a mobilização permitia uma maior abertura para os valores utópicos emergirem.

Afinal, se uma utopia de acesso à terra pode ter existido entre os moradores desde muito antes da década de 1950, é específico que, das representações de engenho liberto e de terra livre e trabalho, é apresentada a

¹²³ Cabe explicitar que, em geral, o que chamamos de contraideologia se trata de um discurso oculto, visto seu caráter de contraposição à dominação, mas dentro dos símbolos usados por esta, de modo a gerar discursos mais anônimos e dissimulados. Entretanto, o mesmo não ocorre necessariamente com as utopias, visto que elas podem tanto permanecer ocultas quanto se expressar abertamente em um movimento social ou mesmo em uma revolta tradicional.

ideia de acesso simultâneo à terra e aos direitos trabalhistas, pois os últimos são um tema que, na representação dos moradores, remetem a este contexto histórico específico (como no caso dos moradores pernambucanos que associam os direitos a um “tempo de Arraes”). Essa dinâmica entre utopias e enquadramentos permite entendermos que a mobilização de Ligas e STRs tanto foi alimentada por um alargamento de horizonte de perspectivas dos moradores quanto incentivou esse alargamento, possibilitando novas perspectivas sobre a *morada*, o acesso à terra e as relações de poder em geral.

A partir da conclusão de que os enquadramentos e os valores ressignificados dos moradores se incentivavam mutuamente é que podemos entender a relevância da mobilização das camadas intermediárias. As mesmas não eram as categorias numericamente mais relevantes, mas apresentavam uma forma específica de revolta que pode ou não estar associada a uma primeira mobilização (revoltar-se primeiramente) e a uma maior conflitividade (revoltar-se de maneira mais intensa), tendo como característica principal a ressignificação dos valores daquela figuração.

A ressignificação de valores permite a modificação das maneiras como se percebe e se sente a experiência social, no caso, a vivência da *morada*, de modo a tensionar a dinâmica de poder. As camadas intermediárias ocupavam posições sociais específicas nas quais a assimilação dos valores de uma figuração era relevante para acessarem ou manterem essas posições (o foreiro e o parceiro precisavam expressar muito bem os valores da *morada*, ou não ocupariam suas posições sociais). Isso poderia gerar forte conservadorismo ideológico nesses grupos, mas, também formas de interpretação desses valores bastante próprias. Nesse sentido, trata-se das contraideologias nas quais os interesses das camadas intermediárias apareciam em meio aos valores ressignificados (a terra como prêmio concedido pelo grande proprietário era ressignificada enquanto pertencente ao morador que nela trabalhava), de modo a permitirem, também, que emergissem utopias nas percepções dessas camadas (o livre acesso à terra, ou seja, a imagem de que todos deveriam acessar a terra e ter condições de sustentar suas famílias, pois Deus assim queria).

Em contextos de crise (no caso estudado, uma crise na forma da organização tradicional), as camadas intermediárias, que tendiam a manter certo conservadorismo pela proximidade com os valores dos grupos dominantes, apresentaram uma forte revolta pela quebra da dinâmica social, por elas acionada por meio dos valores dominantes e das contraideologias), sendo, então, intensificado o potencial de ressignificação desse grupo. A ressignificação das camadas intermediárias atingiu as demais camadas por conta da interação entre esses grupos, mas, também, de outra maneira, pois incentivou os formatos e as ideias da revolta de maneira simultânea ao incentivo da dinâmica da mobilização por novas ressignificações, o que permitiu que as percepções das camadas intermediárias influenciassem as das demais camadas dominadas.

O potencial de ressignificação dos valores das camadas intermediárias, assim como o potencial dessas ressignificações de atingirem as demais camadas, não devem ser entendidos como poderes exclusivos ou como uma dinâmica universal. Assim, não defendemos que as camadas intermediárias foram as únicas a fazerem ressignificações, assim como não defendemos que toda camada intermediária realiza ressignificações simbólicas que atingem os outros grupos, em quaisquer contextos históricos. O caso das mobilizações das Ligas Camponesas demonstra esse processo. Entretanto, uma sociologia das camadas intermediárias – seja como subárea da sociologia dos movimentos sociais e das revoltas tradicionais ou como área própria, observando outras características desses grupos – ainda precisa ser feita. O que se observa em nosso caso empírico é que as camadas intermediárias tendiam a realizar mais ressignificações do que as demais camadas, o que não significa que os moradores de condição não as tenham feito por conta própria.

A questão parece, portanto, estar em uma tendência: imaginemos um campo magnético gerado por diversos ímãs que atraem esferas de ferro. Um ímã representa os moradores de condição, e outro, as camadas intermediárias, enquanto as esferas representam a ressignificação de valores. Com essa imagem, estamos afirmando que a maior parte das esferas é atraída pelo ímã das camadas intermediárias, mas que haveria esferas no ímã dos moradores de condição também. Existiu a tendência de que os foreiros e os parceiros

realizaram essa dinâmica e, a partir de sua interação com os demais moradores, tanto no cotidiano quanto pelo movimento social, influenciaram as percepções dos demais moradores. Assim, explicamos um certo aprendizado de novos valores a partir do movimento, e, simultaneamente, entendemos como os valores tradicionais se resignificaram e apareceram nas *performances* e nos enquadramentos do movimento.

Os limites de nossa perspectiva ainda não são claros. A observação do caso das Ligas remete à crise de uma forma de organização tradicional, cabendo aqui o questionamento de até que ponto essa dinâmica se observa em outros contextos de crise das relações tradicionais. Fora isso, resta a questão de entendermos em que medida essa dinâmica se observa em contextos de crise que não remetem a relações tradicionais, ou seja, qual dinâmica as camadas intermediárias assumem em uma revolta de um contexto em que a ruptura da tradição não seja o principal elemento moral da mobilização, como, por exemplo, a mobilização de trabalhadores industriais. A resignificação simbólica das camadas intermediárias nas Ligas foi uma forma de agência moral, isto é, uma maneira de modificar valores morais tensionando por mudanças em uma dinâmica de poder, de modo que cabe a questão de se, toda resignificação simbólica destes grupos ocorre mediante uma mudança em valores morais, ou se podemos observar uma mudança de símbolos que não podem ser assim entendidos. Esta questão, assim como a busca de saber em que contextos de crise de relação tradicional a revolta é gerada ou não, podem ser esclarecidas apenas com futuras pesquisas comparativas. Dessa forma, nos limites empíricos de nosso recorte, podemos afirmar que nossas análises sobre as camadas intermediárias têm valor explicativo para a crise da *morada* na área canvieira do recorte, mas apresentam, também, potencial para explicar outros contextos, como veremos na comparação de nossas conclusões com a obra de Wolf (1984).

CAPÍTULO 5 – AS ARMAS DOS NÃO TÃO FRACOS: A RESSIGNIFICAÇÃO SIMBÓLICA DAS CAMADAS INTERMEDIÁRIAS

As camadas intermediárias demonstraram uma participação fundamental na mobilização do período estudado, como se percebe na relevância dos foreiros e dos parceiros na mobilização de ações coletivas e de símbolos durante a atuação das Ligas Camponesas. Este capítulo visa analisar as perspectivas de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) e Eric Wolf (1984) a respeito das tendências de mobilização política por parte das camadas intermediárias, para, ao final, sintetizar as tendências de ressignificação simbólica desse grupo.

Queiroz (1973) e Franco (1997) entendem a camada que aqui categorizamos como intermediária como conservadora e limitada em termos de mobilização política e revolta, sendo que suas possibilidades de contraposição à dominação se limitariam às ações individuais ou messiânicas. As obras das autoras foram marcos nos estudos rurais, por abordarem as características desses grupos no Brasil. Isso nos que permite construir um diálogo com essas produções, mesmo que nosso enfoque empírico seja, justamente, os eventos disruptivos, que foram secundarizados pelas autoras. Wolf (1984), por sua vez, observa a relevância da camada intermediária, chamada por ele de campesinato médio, em diversos processos revolucionários, de maneira que o autor identifica diversas características da mobilização política desses grupos. Nossos dados empíricos nos permitiram apoiar algumas das observações de Wolf (1984), assim como refutar outras delas, de maneira que o diálogo com sua obra é profícuo para entendermos as possibilidades de revolta das camadas intermediárias.

Ao final deste capítulo, retomaremos a discussão que finalizou o capítulo anterior, a respeito da relevância da mobilização de símbolos, para entendermos a participação das camadas intermediárias nas revoltas, tendo em vista que a principal contribuição de nossa pesquisa para o debate é o entendimento dessa dinâmica. Dessa maneira, apresentaremos uma síntese das características da mobilização das camadas intermediárias, realizada a partir do contraste entre as reflexões teóricas dos autores que trabalharam a

mobilização desses agentes e os nossos dados empíricos. Concluiu-se que a mobilização das camadas intermediárias reflete a revolta de grupos dominados, apresentando condições sociais e econômicas mais propícias para a revolta e, simultaneamente, uma condição simbólica¹²⁴ mais favorável, isto é, uma agência sobre os valores tradicionais que lhes permitiram modificar os símbolos, reelaborar os valores e influenciar os outros grupos dominados na mobilização política. Observamos a revolta dos que eram dominados, mas apresentavam melhores condições, isto é, os fracos, mas não tão fracos, termo que faz referência à obra de Scott (1985) *Weapons of the Weak* (“As armas dos fracos”)¹²⁵, sobre as resistências cotidianas do campesinato. Sendo que, ao longo da pesquisa, analisamos como os “não tão fracos” realizaram formas de revolta específicas que foram muito relevantes no modo como a mobilização política se efetivou.

5.1 A concepção de camada intermediária em Maria Isaura Pereira de Queiroz

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) afirma que a teoria social no Brasil tende a observar a realidade agrária brasileira como historicamente formada por dois polos extremos: senhores de engenho e escravos¹²⁶. Ela ainda indica que, entre os grandes proprietários e os trabalhadores rurais sem autonomia ou sem terra, haveria uma camada intermediária¹²⁷, como se observa na citação:

¹²⁴Aqui fizemos um jogo com as palavras “condição” (normalmente associada à posição econômica ou social de um agente) e “simbólica”, na tentativa de enfatizarmos que a posição social desses agentes não era explicada exclusivamente por sua condição econômica e social, mas também se relacionava às possibilidades de mobilizarem símbolos da *morada* para manterem ou ascenderem de posição social. O acesso a esses símbolos é relevante na própria trajetória do morador que se torna morador foreiro ou parceiro.

¹²⁵ Cabe ressaltar que Scott não utiliza o termo “fracos” para remeter apenas aqueles trabalhadores em condições mais precárias, mas sim para o conjunto dos grupos dominados, ou seja, abrangendo desde o camponês com menores condições até os grupos mais intermediários. Ao utilizarmos o termo “não tão fracos” visamos observar a especificidade do último grupo.

¹²⁶ Exemplos dessa dicotomia, segundo Queiroz (1973), podem ser observados nas obras de Gilberto Freyre que, pelos seus próprios títulos, a expressam: *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados & Mucambos* (1936).

¹²⁷ Queiroz (1973) afirma que apenas Roger Bastide percebeu uma camada entre os senhores de engenho e os escravos, e que tal camada foi melhor estudada por Maria Sílvia de Carvalho Franco (1997).

O que é tradicional é a existência, no país, de pelo menos três níveis sociais diversos: o dos fazendeiros possuidores de escravos que, depois de 1888, passaram a ter em suas fazendas “colonos”, “camaradas”, “parceiros”; o dos sitiantes independentes, proprietários de direito ou de fato, cultivando a terra em regime de trabalho autônomo com a mão-de-obra familiar; e a camada¹²⁸ realmente inferior, sem terra e sem autonomia de trabalho (Queiroz, 1973, p. 38).

Na discussão empreendida pela autora, a camada intermediária é uma camada de baixo, isto é, se encontra entre os grupos com menos poder na sociedade, não podendo ser confundida com uma classe média rural, de modo que os médios proprietários não são abarcados pelo conceito, mas, sim, os sitiantes independentes. A categoria de “sitiante” para Queiroz, segundo Dora Vasconcellos (2014), tem como características: a autonomia no trabalho, o emprego da mão de obra familiar e a gestão da produção da roça. O termo “sitiante” abarca ainda duas posições: a do camponês¹²⁹, que têm sua produção mais voltada para o autoconsumo, e a do agricultor, que têm sua produção mais voltada para o comércio, mas que utiliza essa venda para continuar a manutenção do trabalho familiar na terra (isto é, não enriquece no sentido de uma acumulação de capital a partir do comércio).¹³⁰

O sitiante, para Queiroz, abarcaria, portanto, aquelas posições sociais que conseguiram acessar um trabalho autônomo na terra, o que, em nossa interpretação, significa que na *morada*, abarcaria os foreiros, os parceiros, os

¹²⁸ O termo “camada” é usado pela autora sob influência de Gurvitch (1966), que fala em camada para se referir a qualquer estrato social de qualquer sociedade, distinguindo-se do conceito de classe usado pelo sociólogo russo, que o entende como uma forma específica de grupamento que só existe nas sociedades industriais.

¹²⁹ Queiroz, em *O campesinato brasileiro* (1973), define o campesinato de maneira bastante próxima da definição apresentada para sitiante. Ela afirma que o campesinato se define, economicamente, por plantar para o consumo e, sociologicamente, por ser uma camada subordinada dentro da sociedade global, fosse a uma camada senhorial, como Mendras (1965) e Bloch (1960) pensam no contexto da França, ou a cidadãos, como pensam Redfield (1956; 1964) e Schaedel (1967).

¹³⁰ Segundo Queiroz, o camponês seria mais autônomo que o agricultor (Vasconcellos, 2014). Essa distinção é problemática, tendo em vista que os diversos grupos abarcados em torno de um trabalho autônomo e familiar na terra costumavam realizar tanto o autoconsumo quanto a venda da produção para obterem renda. Dessa maneira, a maior venda ou o autoconsumo apenas expressavam as estratégias dessas famílias – que poderiam variar na trajetória de uma mesma família até mesmo por motivos sazonais –, e não exatamente uma perspectiva mais voltada para o mercado contra uma mais ligada à campesinidade. A questão de qual das duas estratégias levaria a mais autonomia também é relativa: uma família que conseguia vender boa parte de sua produção poderia ter uma condição de vida melhor do que uma que consumia a maior parte de sua plantação.

pequenos proprietários e os posseiros¹³¹ (as últimas duas categorias seriam sitiantes na medida em que sua renda estivesse ligada, principalmente, ao trabalho familiar). Essa nossa interpretação decorre da autonomia do trabalho familiar, tendo em vista que um pequeno proprietário ou um posseiro, seja por possuir pouca terra ou por não estar em condições familiares, de saúde ou econômicas de produzir uma quantia razoável de plantações em seu terreno, poderia estar até mesmo em situação de vida pior que a de um morador de condição com um bom roçado.

Cabe ressaltar que Queiroz (1973) constrói sua argumentação sempre pensando a partir de grupos mais autônomos, por mais que mostrando ambiguidades, como ao falar que, entre os camponeses não proprietários, estariam abarcados os arrendatários, os posseiros, os moradores e os agregados. A afirmação destoa do foco que a autora dá às posições mais autônomas e pode ser entendida pelo fato de a *morada* não ter sido seu foco de pesquisa, mas, como mostra Vasconcellos (2014), os sitiantes independentes dos bairros rurais paulistas que eram pequenos proprietários marginais às grandes plantações e que construiriam uma economia paralela e complementar à monocultura de exportação. Dessa maneira, para os fins de análise aqui apresentados, podemos entender que os moradores de condição, os pequenos proprietários e os posseiros com baixas condições de vida, bem como as demais categorias que não moravam na grande propriedade, não são grupos abarcados por Queiroz como camadas intermediárias. Queiroz (1973) entende que a existência das camadas intermediárias contribuía para a manutenção do *status quo*, como se observa no trecho a seguir:

Nossa hipótese é de que esta camada intermediária de sitiantes autônomos teria agido sempre como um tampão amortecendo as arestas demasiado vivas de dois níveis sociais opostos, caracterizados por um desequilíbrio socioeconômico brutal; a esperança de ascender a ela agiria como uma motivação contrária à formulação de reclamações e de contestações. Assim, esta camada concorreria de maneira fundamental para a manutenção da estrutura e organização sociais existentes – porta que se julgava aberta para os indivíduos se evadirem do trabalho subordinado. Sua existência explicaria porque uma organização social de grandes desníveis se perpetuou e continuou existindo durante séculos, sem dar lugar a

¹³¹ Como já debatido, os posseiros e os pequenos proprietários não são moradores, porém a dinâmica da *morada* influencia as possibilidades desses agentes como o acesso à terra e a comercialização.

rebeliões, e sim sustentada por um consenso social quase unânime. (Queiroz, 1973, p. 40).

A autora afirma que a expectativa de ascender a uma posição intermediária evitava a revolta dos grupos de baixo, assim como entende a própria camada intermediária como um grupo que, tendo alcançado uma condição um pouco melhor de vida, não se revoltava contra os grupos dominantes, mas, sim, contribuía para a manutenção de seu poder. O caso das Ligas contrasta com essa perspectiva, visto que, como demonstrado em Bastos (1984), Antônio Azevedo (1982), Novaes (1997), Rangel (2000) e Genaro (2019), os foreiros e os parceiros se revoltaram e tiveram uma participação de destaque no movimento. Nesse sentido, as dinâmicas que incentivaram ou não a mobilização desses grupos são, para Queiroz (1973), ligadas ao tipo de solidariedade por eles desenvolvido:

Todavia não se desenvolve entre eles uma solidariedade horizontal ou classista, por razões que ainda não foram até hoje estudadas, e desse modo seus movimentos de reação, seja do caráter que forem, não alcançam ultrapassar o âmbito de uma localidade ou de uma zona. Por outro lado, dadas as peculiaridades culturais, foram sempre mais frequentes no campesinato os movimentos religiosos de reação do que os leigos (Queiroz, 1973, p. 30).

Queiroz (1973) afirma que a solidariedade vertical é mais comum ao campesinato, o que explicaria o porquê de sua mobilização a partir de um líder religioso, e não através de sindicatos e associações, que, por sua vez, exigiriam uma solidariedade horizontal. As afirmações da autora focam nitidamente os movimentos messiânicos por ela pesquisados, como se observa em *Messianismo no Brasil e no mundo* (1976)¹³². Entretanto, nos surpreende que, em *O Campesinato brasileiro* (1973), a autora realize tais afirmações, tendo em vista que a obra é da década de 1970, sendo seu segundo capítulo escrito a partir de um colóquio do fim da década de 1960, em um momento histórico em que o Brasil havia acabado de demonstrar uma forte eclosão de movimentos sociais e sindicatos no campo, tendo em vista a mobilização nacional da ULTAB (1954) e, posteriormente, da CONTAG (1963), assim como

¹³² Queiroz pesquisou o tema do messianismo desde meados da década de 1950, sendo que essa obra foi publicada originalmente em 1965, remetendo à sua tese de livre-docência de 1963.

a mobilização das Ligas Camponesas e do MASTERS. Organizações que não se explicam pela lógica do messianismo e que demonstram um nítido caráter de enfrentamento aos grandes proprietários e a elaboração de demandas econômicas como a reforma agrária e os direitos trabalhistas. A não observação dessa realidade empírica por parte da autora parece estar ligada a seu foco na dinâmica que os bairros rurais deveriam desempenhar na sociedade brasileira.

Vasconcellos (2014) afirma que Queiroz entende o bairro rural como a unidade básica da antiga civilização brasileira.¹³³ O sitiante dos bairros rurais representaria as tendências de mudança social no Brasil de caráter reformista, tendo em vista que, para a autora, o campesinato teria sido, até a década de 1950, insubmisso, mas não questionaria a estrutura social, pois articularia seus interesses a partir de adaptações e da barganha política, isto é, do vínculo pessoal com os grupos dominantes. Dessa maneira, Maria Isaura Pereira de Queiroz não confere um papel exclusivamente negativo às relações de dependência pessoal, já que, em sua visão, elas constituiriam a maneira de o Brasil se inserir na modernidade, tendo em vista que a barganha política seria a única forma de contestação social amplamente aceita pelo campesinato. A modernização deveria respeitar os costumes camponeses e a organização dos bairros rurais, pois estes foram responsáveis por evitar o engessamento da ordem social, carregando as possibilidades de desenvolvimento local, cabendo, portanto, ao poder público apenas a inserção/educação dos camponeses para a economia moderna. Para a autora, haveria vinculações entre o rural e o urbano, o tradicional e o moderno, a agricultura de abastecimento e a monocultura de exportação, que não eram contraditórias, mas que se interpenetrariam, podendo gerar avanços econômicos e sociais no país. A questão agrária, para Queiroz, não estaria na propriedade da terra e não polarizaria classes, mas promoveria um campesinato autônomo e com voz política – através da barganha e das relações pessoais – que poderia ter acesso à terra através das terras devolutas.

¹³³ Perspectiva que contraria a de Freyre (1933), que atribui ao engenho esse papel e ao morador deste a figura que melhor expressaria as tendências culturais brasileiras. Queiroz, por sua vez, apresenta o sitiante independente do bairro rural como a figura paradigmática do Brasil, de modo a criticar o patriarcalismo, elogiado por Freyre, mas sem defender mudanças estruturais (Vasconcellos, 2014).

As contradições do pensamento político de Queiroz se evidenciam se levarmos em conta como a alta concentração fundiária fundamentou uma forma de exploração do trabalho nas grandes plantações: sem acesso à propriedade da terra, os trabalhadores não tinham alternativas, a não ser trabalharem para os grandes proprietários. Dessa maneira, a questão fundiária sempre foi central para as tensões entre trabalhadores rurais e senhores de terra. A barganha política, mencionada por Queiroz, remete às conquistas que os trabalhadores conseguiram ao fazer acordos com os grandes proprietários, ou seja, à resistência cotidiana, que chamamos de acordos cotidianos. Esta forma de resistência tem grande relevância para as dinâmicas dos trabalhadores rurais, mas esboça seus limites justamente no caráter dissimulado que a relação pessoal com os grupos dominados exige, de maneira que mudanças mais profundas na estrutura social (fim de formas personalizadas de exploração como o cambão, as violências físicas e os assassinatos de moradores por parte de grandes proprietários, assim como o acesso a direitos trabalhistas e políticas fundiárias) exigem outras dinâmicas de confrontação como as greves e as ocupações de terra entre outras práticas.

Os limites das observações políticas de Queiroz são evidentes. Entretanto, não deixa de ser interessante em seu pensamento a ruptura com figuras típicas de representação da modernização, a valorização de uma modernidade que não se simplifica ao avanço industrial e a valorização do campesinato como figura central para a modernização, e não o capitalista ou o proletário. Outra observação que permite articularmos uma contribuição da autora se apresenta quando, segundo Vasconcellos (2014), Queiroz afirma que o sitiante, a partir da modernização da década de 1950, se tornaria um assalariado, um volante ou um agricultor, e que, caso isso ocorresse, sua condição econômica não melhoraria, e não conseguiria o acesso à terra por ele valorizado. Dessa forma, viveria uma eterna nostalgia do passado, buscando reconstruir as relações paternalistas que mantinham com os grandes proprietários. Tal processo ocorreria em decorrência da valorização da autonomia do trabalho. Essa observação de Queiroz antecipa parcialmente o que é observado empiricamente por Sigaud (1980) a respeito da idealização do passado.

Queiroz entende as camadas intermediárias como excessivamente vinculadas às formas de dominação pessoal, e, com isso, não observa as possibilidades disruptivas desses grupos, empiricamente evidentes no caso das Ligas Camponesas. A autora, contudo, traz as contribuições de observar a existência dessas camadas e entender algumas de suas características, que elencamos a seguir: constituem um grupo com condições de maior autonomia perante os demais trabalhadores rurais; sua existência conforma um horizonte de expectativa entre as diversas posições sociais no campo, focando alcançar ou manter uma condição de trabalho familiar autônoma na terra; sua expectativa de ascender a uma melhor posição social gera tendências de conformação - mas não gera apenas isto - à ordem social; seu acesso à condição de camada intermediária implica uma estrutura de vínculos pessoais que abarcam tanto a parentela e a vizinhança quanto os grandes proprietários; em certas circunstâncias, o campesinato poderia se revoltar através de uma liderança religiosa com a qual estabelece formas de solidariedade vertical.

A partir da mobilização das Ligas, podemos, ainda, acrescentar algumas características: as camadas intermediárias apresentavam uma forte internalização dos valores das formas de organização tradicional; as expectativas de ascender a uma posição autônoma geravam tendências de inconformismo em parte dos trabalhadores rurais que viam nas resistências cotidianas formas de enfrentar a dominação dos grandes proprietários; em um contexto de crise da organização tradicional pode ocorrer forte revolta dos trabalhadores rurais, que tomam suas expectativas de acesso a posições mais autônomas como uma motivação para a revolta; as camadas intermediárias, por carregarem fortemente os símbolos da organização tradicional, tendem a ressignificá-los em prol do interesse do acesso à terra, contrariamente aos interesses dos grandes proprietários, influenciando as demais camadas nesse processo.

5.2 As possibilidades e as limitações para a revolta dos agregados a partir de Maria Sylvia de Carvalho Franco

Maria Sylvia de Carvalho Franco defendeu sua tese de doutorado intitulada *Homens livres na ordem escravocrata* (1997) em 1964, que foi

transformada em livro de mesmo título em 1969. Na produção, a autora estuda os trabalhadores rurais livres – homens livres – em meio à economia comercial das grandes propriedades, baseada no trabalho escravo, de maneira a perceber diversas características sociais e políticas desses agentes que compuseram uma camada intermediária relevante em diversos períodos históricos. A obra da autora, assim como a de Queiroz (1973), rompe com uma visão da estrutura agrária baseada em dois agentes, o escravizado e o grande proprietário. A obra de Franco, traz ainda contribuições para pensarmos as possibilidades de revolta das camadas intermediárias ao longo da história brasileira.

A colonização, segundo Franco (1997), ocorreu mediante as capitânicas hereditárias, de maneira a constituir grandes propriedades focadas em monoculturas comerciais e baseadas na mão de obra escrava. As grandes propriedades apresentavam dificuldades de autossuficiência na produção de alimentos, o que gerou espaço para que homens livres – categoria utilizada pela autora para pensar os trabalhadores rurais do campo que não eram escravizados, abrangendo diferentes posições sociais – plantassem em terras devolutas e pudessem comercializar sua produção. A expansão das lavouras comerciais fez com que o lavrador livre que plantava em terras devolutas se transformasse ou no sitiante, proprietário de terras marginais às grandes plantações, ou no agregado, que plantava em terras não utilizadas da grande propriedade, conseguindo esse acesso à terra mediante a troca de favores com o grande proprietário, o que afirmava a cordialidade de suas relações pessoais, de modo que o agregado tentava agradar o fazendeiro, ou seja, fazer o último gostar dele, demonstrando um afeto pessoal. A autora ressalta como o agregado era incorporado ao setor mercantil da grande propriedade através da prestação de serviços. Todavia, essa incorporação era descontínua, pois seu trabalho prestado para o proprietário das terras em que vivia ocorria em momentos específicos, assim como havia a possibilidade de o agregado trabalhar para outros fazendeiros quando necessitasse aumentar sua renda.¹³⁴

¹³⁴ Franco (1997, p. 241) indica que o caipira era desajustado à disciplina das fazendas, e sua tendência de resolver seus problemas com a mobilidade se acentuou com a expansão das grandes propriedades.

A concepção de Franco (1997) é de que o agregado representaria uma continuidade do lavrador livre. Entretanto, observando-se o caso da *morada*, é relevante frisar que os agentes, que conseguiram o acesso à terra para o plantio próprio, dentro das grandes propriedades, foram os foreiros e os parceiros, que arrendavam as terras e, em geral, eram moradores de condição antes de ascenderem de posição. Esses agentes, portanto, tiveram sua origem histórica principalmente nas pessoas ex-escravizadas, e não nos lavradores marginais. Dessa maneira, cabe observar que o recorte da autora se atentou pouco para essa forma de conversão de posição social.

Franco (1997) afirma que a estrutura agrária brasileira apresentava mobilidade social, de modo que não haveria marcadores externos nítidos de diferenciação social, como se observava na simplicidade dos costumes mantida tanto por pequenos quanto por grandes proprietários. O fato de não existir um fechamento estamental na estrutura social fazia com que os homens livres fossem entendidos como portadores de uma humanidade, de modo a terem, nesse aspecto, uma igualdade para com os latifundiários. A suposta “indiferenciação” entre as duas camadas não significava que havia de fato um entendimento de igualdade de direitos, visto que os grupos dominantes se entendiam enquanto superiores aos demais através de características individuais como a esperteza e a perseverança em prosperar economicamente. Havia, assim, uma combinação entre o reconhecimento de uma humanidade moral e racional dos homens livres e a negação da humanidade desses agentes, de modo que se pressupunha uma sociedade em que todos os indivíduos livres, excluindo-se as pessoas escravizadas, seriam potencialmente iguais, mas se diferenciariam por suas características individuais.

A suposta igualdade não negava, mas, sim, sintetizava-se com a dominação pessoal expressa através da troca de favores, na fidelidade do homem livre ao grande proprietário, de modo que a indiferenciação constituía uma técnica de dominação eficaz que impossibilitava a existência autônoma do homem livre. A dominação pessoal, segundo Franco (1997), fez com que as camadas dominadas só conseguissem entender as relações de poder através da autoridade pessoal dos grupos dominantes, de maneira a atrofiar sua consciência política, impedindo a possibilidade de tomar decisões autônomas,

assim como o entendimento das dinâmicas da política institucional. Essa atrofia explicaria a indiferença dos grupos dominados perante acontecimentos políticos como a independência.

Franco (1997, p.106-107) afirma que haveria uma dualidade na relação entre homens livres e fazendeiros: por um lado, existiam as associações morais em que se estabeleciam relações de obrigações mútuas, de outro, existiam relações de interesse (econômico). A contradição entre essas duas facetas realçou as assimetrias de poder, de modo que as camadas dominantes apresentavam a prevalência da última, rompendo com suas obrigações e frustrando as expectativas de seus dependentes. Contraditoriamente, os fazendeiros defendiam seus interesses econômicos, mesmo às custas da cadeia de compromissos com camaradas e agregados, sob a qual se baseava boa parte de seu poder. Assim, a pesquisa de Franco (1997) traz a contribuição de criticar os modelos de interpretação que entendiam a estrutura social brasileira como uma mescla de elementos capitalistas e feudais ou de elementos modernos e atrasados, entre outros binômios possíveis. A autora relembra seu leitor de que os tipos ideias são construídos historicamente, de maneira que pensar modelos europeus como o da ordem estamental, para o Brasil, seria problemático. Franco (1997) demonstra como a contradição entre a existência do trabalho escravizado e a dinâmica capitalista conformou uma organização social na qual os grupos dominantes utilizaram-se da dominação pessoal, mas, em última instância, valorizaram a busca pelo lucro.

A estrutura social brasileira de meados do século XX conformava um hibridismo de elementos, mas, cabe criticar a maneira como Franco entende a prevalência da busca pelo lucro na agência das camadas dominantes, isto porque esta estrutura híbrida dava formatos específicos a esta busca pelo lucro. O grande proprietário e o empresário focavam no aumento da exploração do trabalho e, no referido período, investiam pouco na modernização dos meios de produção e das relações trabalhistas, que se conformavam em diversos formatos autoritários, como a dominação pessoal no campo. O momento de crise das organizações tradicionais no campo, como a *morada* e o *colonato*, afetava a dominação pessoal, mas não a dinâmica autoritária com o trabalho, visto que os grandes proprietários de terra visavam ter um forte controle sobre

o trabalho agrícola, não importando, em sua agência, a forte precarização das condições de vida dos trabalhadores e a manutenção da exclusão destes em relação aos direitos trabalhistas. Dessa maneira, a busca por manter essa dinâmica autoritária foi, em diversos momentos, tão importante, ou até mais importante, que a busca pelo lucro, na agência das camadas dominantes.

A respeito do sitiante, entendido como o pequeno proprietário marginal, Franco (1997) afirma que seus vínculos de fidelidade se estabeleceram devido a uma longa relação entre fazendeiros e sitiantes, que tinham interesses em comum por serem proprietários de terras. A autora indica que a identidade comum de ambas as categorias teria se originado na época do “mundo simples e unitário dos primeiros tempos” (Franco, 1997, p.92). Para a pesquisadora, a legitimação legal da grande propriedade protegeu as pequenas propriedades contra a espoliação, de maneira a garantir a continuidade da troca de favores entre fazendeiros e sitiantes. Ressaltamos que a pressuposição feita pela autora a respeito da existência de um mundo unitário e simples no início da colonização é bastante problemática devido às desigualdades envolvidas na expropriação de terras no período colonial. A respeito da proteção legal contra a expropriação das pequenas propriedades, cabe observar que a obra da autora é de 1964, de modo que esta não observou o fortalecimento da expansão das grandes propriedades nas décadas seguintes, que viria a ser chamada de modernização conservadora ou dolorosa¹³⁵. O que se observa historicamente é que a proteção à pequena propriedade se estabelece apenas de maneira parcial e frágil, de modo que os grandes proprietários conseguem se apropriar de muitas pequenas parcelas de terra por preços muito baixos, o que desfavorece a reconversão da posição social dos pequenos proprietários.

A troca de serviços e a fidelidade por proteção e benevolência dos grandes proprietários fundamentaram seu poder pessoal sobre os homens livres. Franco (1997) indica que os sitiantes entendem seu vínculo com o poder pessoal dos fazendeiros como um destino imóvel, de maneira a se fecharem em um intenso conformismo. Os conflitos entre pequenos proprietários e fazendeiros, segundo a autora, seriam raros, devido à acomodação da estrutura agrária e à desigualdade de poder entre estes, que impediam a

¹³⁵ A respeito da modernização conservadora, ver Palmeira (1989).

defesa dos sitiantes perante a tentativa de compra ou expropriação de suas terras. A autora também percebe limitações para a mobilização política das categorias que viviam nas grandes propriedades. Entretanto, ela nota, a partir da contradição entre os interesses econômicos das camadas dominantes e a frustração das suas obrigações para com os seus dependentes, a possibilidade de revolta dos agregados e dos camaradas¹³⁶:

Isto porque, se aquela contradição expõe, para o sujeito dominado, a fragilidade dos compromissos pessoais, a “consciência niveladora” abre a possibilidade de uma libertação real e define a forma de sua expressão. A oposição de dominados contra “senhores”, em consequência da perda de suas esperanças, chega a manifestar-se porque as mesmas condições responsáveis por um estado real de sujeição também o são, em seu reverso, por um estado real de autonomia. Postos à margem do arranjo estrutural e dos processos essenciais à vida social e econômica, agregados e camaradas foram os mais desvalidos dos homens livres e os mais qualificados para enfrentar a ordem estabelecida. Quero frisar, contudo, que essa autonomia só se concretiza porque entre fazendeiros e seus dependentes subsistiu o padrão de relações baseado no reconhecimento do outro como semelhante, como pessoa. Compreende-se afinal como, numa sociedade economicamente diferenciada e autocrática, que postula e ao mesmo tempo nega ao homem pobre o reconhecimento de sua condição humana, abrem-se veredas para o seu desvencilhamento e por que este processo se radicaliza. Toma-se, desse modo, inteligível que camaradas enfrentem ousadamente a fazendeiros. (Franco, 1997, p. 108).

A autora indica que a mobilidade das posições sociais de camaradas e de agregados, que entende como estando vinculada à suas maiores fragilidade e instabilidade, lhes permitiria a percepção da sujeição que estavam submetidos, a partir do momento em que as camadas dominantes romperam com suas obrigações. Entretanto, cabe observar que os camaradas e os agregados não eram os mais desvalidos da categoria usada pela autora de “homens livres”, tendo em vista que, principalmente o agregado, tendia a apresentar uma condição econômica superior a diversos agentes ligados a trabalhos mais assalariados, desde que, para tanto, tivesse garantidas boas circunstâncias para seu trabalho na terra. A questão é que a mobilidade dessas

¹³⁶ O “camarada” é aquele que recebe uma renda para prestar um serviço ou um conjunto de serviços como trabalhar na lavoura e conduzir tropas para o comércio na cidade, entre outras. A categoria é utilizada por Franco (1997) em menção aos camaradas que viviam na grande propriedade, mas, como ressalta Sena (2010), esses agentes podiam ou não viver na grande propriedade. Sena (2010) critica a maneira como Franco aproxima a categoria de camaradas à categoria dos agregados, visto que os últimos eram pessoas que moravam e trabalhavam nas terras de um grande proprietário.

camadas remete mais às suas condições de autonomia e a seu maior acesso a relações sociais com outros grupos do que propriamente à precariedade de suas condições.

Transpondo a análise para o contexto da *morada*, é nítido como um foreiro (lembrando que este era mais um descendente de ex-escravizado do que de pequenos proprietários marginais), em geral, apresentava melhores condições de vida do que um morador de condição e do que um ponta de rua, e poderia, ainda, ter condições de vida melhores do que as de um pequeno proprietário em situação desfavorável, de modo que suas possibilidades de revolta se associavam à sua maior mobilidade, no que tange à sua autonomia no controle do trabalho familiar na terra e à sua circulação pelas feiras e cidades. Outro aspecto a ser criticado é como a autora engloba os camaradas na mesma situação de revolta dos agregados, pois os últimos teriam condições de vida próximas às dos foreiros, por nós estudados, enquanto os camaradas – trabalhadores que realizavam diversas atividades por renda – poderiam ter situações próximas às dos foreiros, como também às de um vigia, de um intermediário no comércio ou até de um morador de condição. Isso significa que suas tendências de revolta variariam muito, conforme vivenciasse cada uma dessas situações em sua trajetória de vida.

Franco (1997, p.107) afirma que a relação entre fazendeiros, de um lado, e camaradas e agregados, de outro, era mais instável e frágil do que a relação entre fazendeiros e sitiantes, pois os últimos eram proprietários de terras. O desinteresse dos fazendeiros de manter uma relação com o agregado ou o camarada poderia levar a uma rápida ruptura, devido à maior fragilidade dessa relação. A fragilidade econômica dos agregados e dos camaradas estaria, para Franco, na sua menor relevância para a estrutura econômica. Entretanto, transpondo a análise para as camadas intermediárias da *morada*, aqui pensada principalmente a partir dos parceiros e dos foreiros, e levando em consideração os apontamentos de Queiroz (1973), é evidente que essas camadas apresentavam uma função econômica secundária, visto que, em tempos de plena exploração da monocultura da cana – aqui, não estamos pensando a cultura do algodão, pois a mesma diverge dos apontamentos feitos –, os sítios poderiam, em certa escala, ser retirados, visando o aumento da

exploração econômica. Todavia, com exceção da vivência da crise da *morada* aqui estudada, os sítios jamais foram completamente retirados, o que não teve uma função apenas econômica, mas se conectou a fatores simbólicos ligados à autoridade e à honra do grande proprietário. Justamente porque a retirada completa dos sítios implicaria o fim da expectativa dos demais moradores de se tornarem parte das camadas intermediárias, o que geraria uma grande crise social. Desse modo, as funções social, simbólica e política das camadas intermediárias eram muito relevantes para a dominação dos grandes proprietários e, portanto, para a manutenção dos latifúndios.

Franco (1997) ressalta como o tropeiro, o vendeiro e o pequeno proprietário, por mais que estivessem sujeitos à dominação pessoal, observavam a possibilidade individual de ascenderem economicamente para a condição de grande proprietário, o que não ocorria com os agregados e os camaradas, de maneira que estes dependiam mais das dádivas dos grandes proprietários, vivenciadas como uma graça, ou seja, valorizando-as mais do que os demais grupos. A constatação de que a “indiferenciação” dos agregados e dos camaradas para com os fazendeiros foi relevante para as expectativas dessas camadas intermediárias para com as relações tradicionais contribui com o argumento desta tese – por mais que a referida indiferenciação seja contraditória e complexa, como a própria Franco ressalta –, tendo em vista que a posição social das camadas intermediárias que viviam nas grandes propriedades favoreceu a elaboração de suas expectativas simultaneamente à vivência da fragilidade das relações tradicionais em que estas se baseavam o que, em um contexto de crise, fez com que a frustração fosse acentuada mais do que em outras camadas sociais: mais do que a dos pequenos proprietários, tendo em vista a maior estabilidade econômica e social garantida pela propriedade da terra; e mais do que as camadas mais abaixo, tendo em vista que estas não elaboravam tantas expectativas para com sua relação com os grandes proprietários, quanto as camadas intermediárias.

Franco (1997) afirma que a dispensabilidade econômica e política dos agregados e camaradas fazia com que os fazendeiros pudessem romper impunemente as suas obrigações para com estes. Ela afirma que a percepção da sujeição que esta ruptura proporcionava à estas camadas intermediárias

não formulava uma consciência política contrária a sujeição, se restringindo à revolta individual ou aos movimentos messiânicos, sendo esta sempre marcada pela violência, de modo que estes agentes não conseguiam projetar uma mudança social para o futuro, ficando presas em uma nostalgia do passado¹³⁷. A idealização do passado de fato é presente nas narrativas das camadas intermediárias, entretanto, formulando-se conjuntamente a uma projeção de um futuro, visto que a ideia de terra livre e liberta, por parte dos participantes das Ligas, se constituiu por narrativas ligadas ao fim do latifúndio e da sujeição. Para a autora, as camadas intermediárias não conseguiram se mobilizar politicamente, se restringindo a violentas ações individuais, ou seja, a partir da abrupta e violenta reação individual, normalmente reprimida rapidamente, que Scott (2000) categoriza como resistência cotidiana, ou à movimentos messiânicos, não ultrapassando a característica de uma revolta tradicional, que poderia ser enquadrada na definição de velho repertório de Tilly (1993; 2005). Cumpre salientar que tanto esta restrição do repertório de ação quanto a afirmação de Franco (1997) de que os grandes proprietários não sofreram ataques coletivos ao romperem suas obrigações tradicionais são desmentidas pela mobilização das Ligas.

A respeito dos movimentos messiânicos, Franco (1997) contribui com uma reflexão sobre a relação entre etnicidade e religião nas revoltas:

Ver, por exemplo, em Queiroz (1965)¹³⁸, o movimento de Antônio Conselheiro e seu Império do Belo Monte. Para compreendê-lo é preciso ter presente que nos grupos rurais brasileiros não se observam linhas de organização (fortes laços de sangue, fixação espacial, hierarquia social rígida, tabus) que poderiam compartimentalizar as relações sociais e impedir o estabelecimento de vínculos comunitários criados livremente e que constituam o suporte para o desenvolvimento de uma religiosidade congregacional. O caráter pouco tradicional dos grupos rurais brasileiros fica bem claro quando vemos quanto ele permite a formação de agrupamentos religiosos espontâneos. De modo coerente com essas condições gerais, observamos Antônio Conselheiro iniciar sua carreira como

¹³⁷ A respeito da nostalgia das camadas intermediárias por um passado em que existia a possibilidade de acesso à terra, a autora afirma: “E lembrado, hoje, com nostalgia, o bom tempo do café, quando as terras eram cedidas para as roças dos empregados. Agora, a ganância do fazendeiro põe o capim na porta de casa” (Franco, 1997, p. 241). A narrativa de que o capim para o gado tomara os terrenos da plantação, sufocando os trabalhadores rurais, é semelhante às narrativas de moradores apresentadas em Rangel (2000), sobre como a cana foi os sufocando, na medida em que os deixou sem terrenos para plantação.

¹³⁸ Aqui, a autora está se referindo à primeira edição de *Messianismo no Brasil e no mundo*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz, lançada em 1965.

vagabundo itinerante, seguido por fiéis da mais variada procedência e qualificação social: os criadores ricos “se irmanavam a sitiantes e simples vaqueiros, a escravos fugidos” (p.208) (Franco, 1997, p. 112).

A autora observa como houve no campesinato brasileiro uma ausência de “fortes laços de sangue”, que podemos remeter tanto a laços de parentesco como ao pertencimento a uma ancestralidade comum que conformaria uma identidade étnica, de modo a potencializar vínculos comunitários e agregações religiosas espontâneas que poderiam ser mobilizadas nas revoltas. Dessa maneira, podemos indicar que os impedimentos à formação de identidades étnicas por um lado dificultaram revoltas baseadas na etnicidade, mas, por outro, potencializaram algumas formas de revolta que mobilizavam a religião.

A pesquisa de Maria Sylvia de Carvalho Franco contribui com nosso estudo referente às possibilidades de revolta das camadas intermediárias, na medida em que: os pequenos proprietários, em certas circunstâncias, poderiam apresentar maiores expectativas de ascenderem economicamente e se tornarem grandes proprietários. Nesse contexto, as camadas intermediárias que residiam nas grandes propriedades tendiam a apresentar uma maior valorização das trocas de obrigações com os senhores de terra, de modo a valorizarem mais os valores da organização social tradicional em que estavam inseridas; destaca-se, portanto, um potencial de revolta maior nos agentes que se encontravam morando na grande propriedade do que nos pequenos proprietários marginais a esta. Podemos, então, observar que, em contextos históricos que apresentaram uma dominação pessoal que atinge tanto os pequenos proprietários quanto a organização social tradicional que regia as dinâmicas internas da grande propriedade, nos quais a pequena propriedade foi atingida pela crise de maneira menos intensa que a organização social da grande propriedade, os agentes nesta inseridos tenderam a se revoltar de maneira mais intensa do que os pequenos proprietários; a maior mobilidade de certas posições sociais pertencentes às camadas intermediárias foi relevante para sua maior possibilidade de revolta; a baixa presença de etnicidade e de um tradicionalismo mais fechado no campesinato brasileiro favoreceu a formação de vínculos comunitários que apresentaram agregações religiosas espontâneas, o que propiciou a formação dos movimentos messiânicos.

A partir de nossa pesquisa, podemos apresentar os seguintes apontamentos sobre como Franco pensa as possibilidades de mobilização política das camadas intermediárias:

- a) a autora entende a camada intermediária que residia na grande propriedade como oriunda do lavrador livre, não observando a origem histórica desse grupo a partir da trajetória dos ex-escravizados;
- b) em contextos de crise das organizações tradicionais, as camadas intermediárias demonstravam uma autonomia de pensamento político, demonstrada pela ressignificação simbólica e na realização de ações coletivas próprias, e, mesmo que a mobilização das ações tenha se realizado mediante a articulação com grupos políticos urbanos, o formato de diversas dessas ações se relacionava às experiências dos moradores;
- c) a maior mobilidade dos agregados estava mais relacionada à sua autonomia e à maior possibilidade de circulação e vínculo com outras posições sociais do que à sua suposta maior fragilidade econômica;
- d) as camadas intermediárias que residiam nas grandes propriedades, ao valorizarem mais as regras da organização tradicional, tendiam a demonstrar maiores frustrações no momento de crise dessa organização do que as camadas mais dominadas e os pequenos proprietários que se apoiavam em expectativas de ascensão para a posição de grande proprietário;
- e) a ruptura dos grandes proprietários com suas obrigações nas relações de reciprocidade com seus dependentes poderia gerar uma revolta organizada destes, com a participação marcante das camadas intermediárias e o recurso a um repertório moderno de ação coletiva, em contextos nos quais a modernização incentivou a geração de vínculos entre grupos da organização tradicional e agentes a ela externos;
- f) em contextos que apresentavam impedimentos à formação de identidades étnicas no campesinato, observa-se, por um lado, a menor presença de revoltas baseadas na etnicidade, mas, por outro, a potencialização de algumas formas de revolta que mobilizavam agregações religiosas espontâneas, a partir de vínculos comunitários que abrangiam agentes com diversas origens étnicas, podendo, inclusive, potencializar a mobilização de grupos de outras camadas sociais, por meio da religião.

5.3 A participação das camadas intermediárias nas revoltas a partir de Eric Wolf

Eric Wolf, em *Guerras Camponesas do século XX* (1984), analisa 6 processos revolucionários nos quais o campesinato teve participação fundamental: a Revolução Mexicana (1910), a Revolução Russa (1917), A Revolução de Agosto no Vietnã (1945), a Revolução Chinesa (1949), a Revolução Argelina (1954-1962) e a Revolução Cubana (1959). O autor destaca que em todas essas revoltas houve participação fundamental do campesinato, com destaque para o campesinato médio, de modo que suas análises são interessantes para pensarmos o nosso caso de pesquisa. Wolf, entretanto, reduz sua noção de campesinato médio aos camponeses que são proprietários de seus terrenos, e não entende os arrendatários que moram em uma grande propriedade como estando dentro dessa categoria, sendo, no máximo, camponeses pobres. Como veremos, isso traz limitações à perspectiva do autor, cabendo destacar como, em nosso recorte de pesquisa, observamos muitas das características que Wolf atribui ao camponês médio proprietário de seu terreno aparecem nos arrendatários da *morada*.

As 6 revoluções analisadas por Wolf (1984) ocorreram em um momento histórico de avanço da economia de mercado capitalista e crise das formas de organização tradicional do campesinato. O autor indica que esse momento histórico é marcado por uma forte crise social, visto que o poder novo em expansão ainda não consegue se estabelecer completamente, enquanto o poder velho e tradicional se enfraquecia, mas não morria. Ele destaca que esse processo é mais nítido nos contextos de colonização em que a expansão de mercado ocorre sob a dinâmica militar. (no caso, o critério do contexto de colonização exclui apenas a Rússia e a China dos casos mencionados). As tensões ocorrem entre os grupos políticos e econômicos dominantes, de modo a gerar regiões sob controle de um grupo ou de outro. Os grupos com o poder local e tradicional não conseguem se rebelar contra a expansão, pois sua posição remete à dependência para com os poderes políticos e econômicos centrais, que se envolvem fortemente com os novos grupos da economia de mercado. Os grupos dominantes tradicionais também não podem mobilizar as massas a seu favor, visto que isso solaparia seu próprio poder. A tensão entre

os grupos dominantes tradicionais e os modernos favorece a emergência de um poder central do Estado fortalecido, que joga um grupo contra o outro, enfraquecendo-os. Wolf indica que os 6 casos estudados apresentaram um governo ditatorial nesses moldes antes do período revolucionário, mas que, este poder central é frágil, justamente por se apoiar no conflito de dois grupos dominantes, sem conseguir mobilizar interesses mais amplos a seu favor.

A explicação de Wolf (1984) sobre as brechas políticas do contexto de modernização é bastante nítida quando pensamos casos como o do México, no qual setores ligados a uma economia de mercado do Norte manifestaram insatisfação contra os poderes do Estado, havendo conflitos entre grupos modernos e tradicionais que abriram brechas para a participação camponesa nos processos políticos, assim como havia ocorrido na Guerra da Independência do México (1821). O caso russo também demonstra um poder central que jogava com os interesses dos grupos dominantes e que também deu abertura às demandas dos camponeses, em certos momentos fazendo uma disputa de interesses entre as comunidades autônomas camponesas e os poderes tradicionais locais. A história da China também demonstra balanços de poder e uma participação camponesa em seus processos revolucionários. O que esses três casos, muito específicos, demonstram em comum é a participação camponesa nos processos de mudança social, o que significa o atendimento, mesmo que muito parcial, das demandas desses grupos. Já no caso do Brasil, a questão é que essa participação camponesa não é encontrada.

Os estudos de Florestan Fernandes (1976) e Celso Furtado (1963; 1964) demonstram como o poder local dos grandes proprietários de terra e o poder político e econômico dos capitalistas brasileiros puderam até demonstrar atritos, entretanto, se amalgamaram, gerando uma forma econômica dependente dos interesses estrangeiros, marcada pela forte repressão à participação popular nas esferas políticas. Assim, mesmo setores modernos que se diziam liberais se juntaram, em toda a esfera nacional, aos grandes proprietários de terra pelo interesse na escravização. Em termos de já ter sido um país colonizado e demonstrar uma economia subdesenvolvida, o caso mais próximo ao Brasil, entre os estudados por Wolf (1984), seria o do México.

Todavia, é marcante a exclusão do campesinato brasileiro dos processos de mudança social, o que decorre do fato de que os conflitos entre os grupos dominantes não acarretaram a arregimentação de grupos camponeses para se fortalecerem. Pelo contrário, quando esses grupos se revoltavam, ocorria a unificação dos grupos dominantes agrários e capitalistas para a repressão dos mesmos.

Dessa maneira, a modernização ofereceu brechas para a mobilização de trabalhadores rurais no Brasil de uma maneira mais indireta, através da circulação de pessoas e ideias e do enfraquecimento do poder local dos grandes proprietários.¹³⁹ Nesse caso, tanto os grandes proprietários quanto os grupos capitalistas não mobilizaram o campesinato enquanto um aliado político, o que é marcante no período de nosso recorte de pesquisa. Assim, a proletarização dos trabalhadores rurais e o fim de formas de dominação tradicional poderiam parecer, a partir de um olhar exclusivamente voltado para a história europeia, processos de modernização nos quais a ascensão de direitos trabalhistas foi sendo fomentada em meio à emergência das relações capitalistas. Entretanto, a mobilização dos trabalhadores rurais nas décadas de 1950 e 1960 gerou uma forte repressão não só por parte dos grandes proprietários de terra, mas também pelos grupos capitalistas, que apoiaram constantemente essa repressão, favorecendo a manutenção do poder local dos latifundiários.

A identidade étnica é outro elemento a ser destacado, visto que Wolf (1984) observa que, onde os grupos camponeses diferiam etnicamente dos grupos ao seu redor, com os quais conflitavam, isso servia de intensificação para a revolta. O caso do México é interessante de ser contrastado com o brasileiro, justamente porque, no primeiro, se verifica a emergência de um campesinato indígena que vivia marginalmente às *haciendas* (grandes propriedades que constituíam *plantations*), mantendo aldeias com formas de

¹³⁹ Esses modos de impacto nas formas de organização tradicional também são percebidos por Wolf (1984), que, a respeito da China, afirma que a mudança de residência dos grandes proprietários para a cidade acarretou o aumento dos interesses monetários e a diminuição do atendimento das demandas devido à “estupidez estrutural” dos administradores. Esse caso apresenta muita semelhança com a crise da *morada*, pois a mudança de residência do latifundiário e o controle pelos administradores também foram sentidos na *morada* como quebras de expectativas e valores tradicionais.

organização tradicional. Essas identidades étnicas emergiram no período de revolta. O caso brasileiro, por sua vez, difere, tendo em vista que a forte tutela e a repressão estatal tentaram suprimir ao máximo as identidades étnicas tanto dos descendentes de africanos quanto dos indígenas, em um processo brutal que envolveu escravidão e extermínio. A supressão da identidade étnica também ocorreu com os grupos europeus que vieram trabalhar no campo – evidentemente com muito menos violência e com consequências sociais muito menores –, partindo do desincentivo às suas práticas culturais e linguísticas.

A formação de um campesinato que foi suprimido de suas identidades étnicas dificultou a solidariedade entre os trabalhadores rurais, assim como gerou o forte racismo e o etnocentrismo decorrentes da colonização e da escravização, também dificultando a solidariedade entre esses diversos grupos. Assim, é possível observarmos que a identidade camponesa se forma a partir do contrato estabelecido pela organização tradicional: o morador não se identifica por uma etnia ou alguma característica cultural em comum, mas pelo seu contrato com o grande proprietário, sendo ele um morador, por estar na *morada*. O mesmo ocorre com o colono, no regime do *colonato*. A repressão à identidade étnica e a facilidade de unificação dos interesses dos grupos dominantes tradicionais e capitalistas, para reprimir as mobilizações de trabalhadores rurais, são explicativas para as dificuldades dos trabalhadores rurais brasileiros de participarem dos processos de mudança social, assim como da exclusão de suas demandas da agenda política, como é o caso da reforma agrária. O golpe de 1964, nesse sentido, foi um evento que demonstra esta aliança entre os grupos dominantes, tendo em vista que o temor dos grandes proprietários frente às mobilizações no campo também foi assumido pelos grupos capitalistas.

A religiosidade é outro elemento destacado por Wolf (1984), que observa como símbolos religiosos foram mobilizados pelos camponeses nas revoltas, como no caso mexicano, em que se valorizava a figura da Virgem de Guadalupe, que apresentava fenótipos étnico-raciais próximos aos dos trabalhadores rurais, contrastando com a imagem branca e europeia da maioria das figuras de Nossa Senhora. No nosso caso histórico, também observamos, principalmente a partir da obra de Novaes (1997), a mobilização e a

ressignificação de símbolos religiosos pelos trabalhadores rurais para se contraporem aos grandes proprietários: o latifúndio era o diabo, e as Ligas lutavam contra ele, com as forças de Deus.

O avanço das relações capitalistas, segundo Wolf (1984), tensiona a dominação tradicional, de modo a permitir que as tensões anteriormente existentes, mas não expressas tão nitidamente, emerjam. Assim, a falta de capacidade dos grupos dominantes tradicionais de atender as demandas da população gera o questionamento de sua posição, tendo em vista que a crise das relações tradicionais modifica a maneira como, por exemplo, um senhor de terras se relaciona com os trabalhadores rurais sob sua dependência. O autor ressalta como as revoltas camponesas mantêm ligação tanto com a crise das relações tradicionais quanto com a abertura precária de instituições alternativas (remetendo ao mercado capitalista em expansão):

Talvez seja precisamente quando o camponês não pode mais confiar em seu contexto institucional habitual para reduzir seus riscos, e quando as instituições alternativas afiguram-se, ou por demais caóticas ou restritivas demais para garantir a viabilidade de um envolvimento em novos modos de vida, que as tensões psicológicas, econômicas, sociais e políticas se avolumam e desembocam na rebelião camponesa e no envolvimento revolucionário (Wolf, 1984, p. 7).

O apontamento de Wolf permite observarmos que existe uma dupla dinâmica nesses tipos de contexto: por um lado, a relação tradicional é abalada, por outro, as novas dinâmicas sociais (urbanização, proletarização, expansão de lógicas mercantis, maior circulação de pessoas entre outras) oferecem novas formas de vínculo social, ou seja, o trabalhador rural excluído da organização tradicional em que se mantinha teria uma probabilidade de acessar outros empregos e vivências como um emprego assalariado na cidade. Entretanto, a oferta desse tipo de emprego variou muito historicamente, o que impactou a agência desses indivíduos, podendo incentivá-los ou não à mobilização política. Os contextos que ofereciam mais vagas de emprego nas cidades em expansão poderiam melhor suprir as necessidades dos grupos que vivenciavam as crises tradicionais, o que impactava o sentimento de injustiça nesses grupos e, conseqüentemente, sua revolta. Entretanto, isso não permite

concluirmos que uma região mais urbanizada e industrializada era mais desfavorável à revolta que outra, tendo em vista que a circulação dos trabalhadores rurais em outros locais que não a grande propriedade e a comunidade tradicional favoreceu a mobilização política, como o caso demonstrado através de nosso recorte de pesquisa, inclusive pela estatística de mobilizações relacionadas ao emprego industrial e do terceiro setor.

Wolf (1984) indica que existem obstáculos para que o camponês se engaje politicamente, sendo estes: o trabalho distante dos demais trabalhadores e a concorrência com estes pelos recursos disponíveis na comunidade; a “tirania” do trabalho, que tanto pelo trabalho exaustivo quanto por uma rotina presa à sazonalidade impedem alterações rápidas no cotidiano; o fato de que seu uso da terra lhe permite, no máximo, o autoconsumo de alimentos; os laços de parentesco que atenuam as crises sociais; as alianças transversais de classe como o camponês pobre que é parente de um camponês rico, e o camponês que ocupa mais de uma posição, sendo, por exemplo, meeiro e trabalhador de uma fazenda; e a falta de conhecimento sobre os meios de ação mais adequados para seus interesses, decorrente de sua histórica exclusão das tomadas de decisão fora dos “muros da aldeia”. Compreendemos que as afirmações do autor são problemáticas, tendo em vista que: a distância do trabalho de um camponês para o de outro varia conforme o contexto, de modo que um arrendatário da *morada* mantinha diversos momentos de proximidade com outros moradores, inclusive quando estivesse pagando o cambão. De todo modo, mesmo no caso do camponês médio idealizado por Wolf – o proprietário de seu terreno –, constituíam-se laços de vizinhança e parentesco com os demais camponeses da comunidade; a relação entre sazonalidade e trabalho, por sua vez, de fato, podia criar um obstáculo à mobilização. Mas, nesse aspecto, cabe destacar que Julião (1962), a respeito da mobilização dos foreiros nas Ligas, dizia que a possibilidade de se criar uma reserva a partir da colheita era um elemento importante para a participação desses agentes, que poderiam se manter por algum tempo, enquanto os processos jurídicos corriam, o que indica que, em certas circunstâncias, esse fator poderia até mesmo ajudar a mobilização; o campesinato nunca esteve preso a uma economia exclusiva de autoconsumo,

pois quanto da plantação deveria ser vendido e quanto deveria ser consumido sempre variavam conforme as oportunidades e as estratégias familiares, sendo que certas famílias conseguiam até um pequeno acúmulo de renda, que, evidentemente, não as transformava em grandes proprietários, mas podia influir sobre as possibilidades históricas das próximas gerações dessa família; os laços de parentesco tanto podiam atenuar os conflitos e reforçar a coerção da tradição quanto formar laços horizontais mobilizados na revolta, sendo comum, nos relatos de participantes das Ligas, a mobilização a partir do incentivo de um parente; a respeito da transversalidade das alianças de classe, cabe destacar três questões, sendo a primeira que o conceito de camponês rico não se aplica ao caso brasileiro¹⁴⁰, a segunda é o fato de que o parentesco entre grupos de posição econômica mais baixa e de posição econômica mais alta – por exemplo, um morador de condição que era primo de um foreiro – podia servir como elemento de mobilização quando estes grupos médios se mobilizam¹⁴¹, e a terceira, que remete a como trabalhadores rurais que ocupavam mais de uma posição – por exemplo, sendo foreiro e trabalhando na fazenda para obter outra forma de renda – podiam mobilizar uma moralidade de camada intermediária muito nítida, o que se mostra nas narrativas dos foreiros e dos meeiros na *morada*, potencial não observado por Wolf, provavelmente porque o autor se retém mais à idealização dos camponeses proprietários de terras; por último, cabe destacar que a exclusão política de fato acarretou um forte impeditivo para que as ações coletivas de movimentos sociais fossem realizadas, mas não se pode deixar de observar como essas ações também encontraram brechas, como na formação das ações híbridas.

¹⁴⁰ O conceito de “camponês rico” chega a ser um tanto contraditório, tendo em vista que o termo “camponês” indica uma situação de subordinação social e política, enquanto o termo “rico”, uma posição social mais alta. O termo é usado por Wolf (1984) para falar de contextos em que um médio proprietário de terras arregimenta o trabalho dos demais camponeses, conseguindo um poder político local, o que contrasta com as dinâmicas da *morada* nas quais o poder local era exercido pelos grandes proprietários, de modo a não permitirem a ascensão política dos médios proprietários. De todo modo, os médios proprietários fogem de nossa definição de camada intermediária, justamente por não mais se enquadrarem nas camadas dominadas da dinâmica de poder: um foreiro costumava ter uma condição melhor de vida do que um morador de condição, mas isso não lhe permitia um acúmulo de renda suficiente para lhe afastar das condições de dominação da *morada*, o que difere da situação do médio proprietário.

¹⁴¹ Evidentemente, Wolf (1984) estava pensando o parentesco entre o médio proprietário (o camponês rico) e um camponês pobre, o que, de fato, a partir de nosso recorte de estudo, não se mostrou como sendo um fator de mobilização.

Wolf (1984) afirma que, mesmo com todos os impedimentos que aponta, o fator decisivo para a mobilização do campesinato é a sua relação com o campo de poder que o circunda, pois, “Uma rebelião não pode partir de uma condição de impotência completa; os fracos são vítimas fáceis” (Wolf, 1984, p. 221). O autor entende que os grupos com melhores condições de mobilização são os camponeses médios, justamente por disporem de um poder tático – conceito de Richard Adams (1966), usado para indicar que os diferentes grupos avaliam seus poderes para agirem – ligado a uma maior mobilidade social e à autonomia política. Para Wolf (1984), o camponês pobre e o trabalhador sem terra que depende de um senhor de terras não possuem poder tático, pois dependem completamente de seu empregador e não têm recursos para lutarem pelo poder, de modo que só participam da revolta se um poder externo consegue desafiar os grupos dominantes.¹⁴²

Para o autor, o único setor do campesinato que dispõe de poder tático e força interna é o campesinato médio, que se aplica a três casos: o proprietário de suas terras, das quais consegue recursos suficientes para ser autônomo, situando-se na periferia, fora da soberania política dos grandes proprietários de terra; o camponês médio que tem propriedades dentro da área de soberania, mas que consegue mobilizar seus recursos para enfrentar o chefe político local; e o camponês “médio”¹⁴³ ou pobre que tem propriedades e que consegue ter

¹⁴² Wolf (1984) exemplifica essa discussão com o caso da criação do Exército Constitucionalista no México e com a crise do exército russo em 1917, que agiram como elementos externos que geraram condições para que o campesinato pobre e os trabalhadores sem terra se mobilizassem. O autor explicita que, em todos os casos históricos, a mobilização camponesa gerou uma forma de desordem que foi aproveitada por algum grupo para a tomada do poder, sendo que, no caso mexicano, foi o exército que se aproveitou desse fenômeno para a tomada de poder, o que limitou as mudanças na estrutura social. Já no caso da Rússia e da China, foi o partido que, organizando o exército, conseguiu tomar o poder. Ele afirma que as sociedades secretas tiveram uma função relevante nesses dois últimos casos, para a organização revolucionária. Assim, um racha entre os grupos dominantes permitiu uma dissidência armada que se capitalizou a partir dos camponeses. Os exércitos, com intenções diversas, propiciaram e contaram com a ajuda das revoltas camponesas para alcançarem seus objetivos. O caso russo permitiu que, de modo relativamente disperso, as aldeias se revoltassem de modo armado e organizado, sem enfrentar um exército unificado do outro lado – devido à crise advinda da guerra –, enquanto o partido liderava grupos de proletários armados na cidade. Já o caso chinês traz a especificidade de a mobilização do exército se retroalimentar da mobilização camponesa em um movimento constante, reproduzindo a tendência chinesa histórica de grupos armados se formarem a partir de insurreições do campo até tomarem o poder, de modo que o partido foi mobilizando camponeses enquanto movia seu exército.

¹⁴³As aspas usadas pelo autor parecem indicar uma condição menor de vida dessa fração do campesinato em relação aos outros camponeses médios.

algum controle sobre sua produção, por mais que viva na área de influência política de um grande proprietário, sendo que, devido à insuficiência da produção de suas terras, a complementa com trabalhos subsidiários, como o trabalho ocasional, conseguindo manter a possibilidade de se movimentar social e politicamente. ¹⁴⁴ Wolf (1984) indica que todos os 6 casos históricos por ele analisados apresentaram uma participação decisiva do campesinato médio. Ele ainda destaca a mobilidade tática do campesinato médio como sendo uma característica central para a mobilização, como observamos a seguir:

Se levarmos até o fim a hipótese de que são os camponeses médios e pobres, mas “livres” — não reprimidos por nenhum poder dominante — que constituem os agrupamentos básicos para as insurreições camponesas, então segue-se que qualquer fator que sirva para ampliar a mobilidade proporcionada por aquela mobilidade tática reforça o potencial revolucionário deles. Um desses fatores é a localização periférica em relação ao centro de controle estatal (Wolf, 1984, p. 223).

Ao analisarmos os comentários do autor, podemos dizer que a relevância do campesinato médio é atribuída a dois fatores: 1) sua mobilidade, isto é, sua capacidade de utilizar seus recursos para se manter em uma melhor condição econômica e social, o que lhe permitia uma menor dependência ou uma autonomia – como idealiza Wolf a respeito do campesinato periférico e o poder dos grandes proprietários – que lhe dava a possibilidade de se movimentar politicamente; 2) a sua força interna, isto é, a interesses próprios que não são subordinados aos dos grupos dominantes centrais (os grupos capitalistas em expansão), como no caso dos “camponeses ricos”.

As conclusões de Wolf convergem parcialmente com o que observamos na mobilização de nosso recorte, porque a mobilização das camadas intermediárias foi muito relevante, principalmente no caso das Ligas Camponesas, e a maior mobilidade social e econômica dos foreiros e dos

¹⁴⁴ Wolf (1984) também discute que o camponês rico só se revolta quando um poder externo enfrenta os grupos dominantes, pois o seu poder local é derivado do poder destes, e mobilizar os demais camponeses desestabilizaria seu poder. Como já indicamos, o “camponês rico” remete a casos específicos analisados pelo autor que não se enquadram na realidade brasileira, pois a categoria mais próxima dessa situação seria a dos médios proprietários, mas que não exercem uma autoridade política local, como nos casos analisados por Wolf.

meeiros foi importante para sua participação no movimento. Todavia, cabe ressaltar que algumas diferenças são relevantes: o autor parece ignorar a possibilidade de o campesinato que reside na *plantation* se mobilizar, visto que restringe seu conceito de campesinato médio a grupos que são proprietários de terras, e mesmo o camponês pobre que se revolta é pensado por ele como sendo um proprietário. Entretanto, no caso das Ligas, a revolta ocorre principalmente por parte do camponês interno à fazenda, que é arrendatário de terras e reside na grande propriedade, possuindo uma autonomia bastante limitada, mas, ainda assim, destacando-se da dos demais grupos. Wolf, além de associar a mobilidade do camponês médio à marginalidade¹⁴⁵ e ao poder local, isto é, a marginalidade para com a influência dos grandes proprietários, que já questionamos, também associa a mobilidade a uma condição periférica em relação aos poderes centrais tanto econômicos, remetendo ao avanço do capitalismo, quanto políticos, remetendo ao Estado, o que se verifica pelo fato de que os grupos camponeses mais autônomos seriam menos atingidos por não estarem no centro da proletarianização. Entretanto, ressaltamos que esse fator não deve ser exagerado, tendo em vista que Wolf, ao idealizar essa posição marginal do pequeno proprietário, esquece como a marginalidade em certas áreas de plantações de monocultura também podia propiciar a emergência de revoltas dentro das fazendas como no caso dos arrendatários das Ligas. A marginalidade quanto ao Estado também pode ser questionada, tendo em vista que, no caso de nosso recorte empírico, havia a tendência de que os movimentos pressionassem pela ampliação da influência do poder estatal sobre os domínios locais dos grandes proprietários.

Outro elemento a se destacar é que Wolf pensa os interesses próprios do campesinato médio como algo que se forma em resposta à expansão capitalista que gera a crise tradicional. De fato, o caso das Ligas mantém conexão com essa análise, na medida em que as expulsões do campo, as maiores exigências de trabalho e o aumento dos preços dos arrendamentos se

¹⁴⁵ Wolf (1984) ressaltava como essa marginalidade não necessariamente era geográfica, tendo em vista, por exemplo, que, no México, o Estado permitia uma organização comunal próxima às *haciendas*, desde que cumprindo certas obrigações para com o Estado. Dessa maneira, era possível haver essa marginalidade, mesmo com proximidade geográfica e certa relação com o Estado. Mas, cabe destacar que o autor continua pensando no camponês que tem posse das terras.

relacionavam a um contexto em que o padrão de acumulação capitalista pressionava, econômica e politicamente, os grandes proprietários. Entretanto, é preciso ter o cuidado de não estabelecer uma relação mecânica entre expansão do capitalismo, crise tradicional e revolta camponesa, pois a crise tradicional também se alimenta de dinâmicas internas, como as resistências cotidianas, e de dinâmicas influenciadas de modo não planejado pela modernização, como a maior interação com os grupos urbanos, as novas perspectivas sobre sua posição social e a estrutura social em geral (que também fomentam sonhos e discursos ocultos que se enquadram como resistências cotidianas).

Wolf (1984) percebe que o potencial revolucionário do campesinato médio é surpreendente, em vista do papel conservador que costuma tomar na organização tradicional:

Contudo, esse recrutamento de um "campesinato taticamente móvel", entre os camponeses médios e "livres" das áreas periféricas, coloca um curioso paradoxo. Esse é também o campesinato que os antropólogos e sociólogos rurais vieram a considerar como condutor principal da tradição camponesa. Se nosso estudo estiver correto, então — por estranho que pareça — precisamente esse estrato culturalmente conservador é o que mais colabora para dinamitar a ordem social camponesa. Esse paradoxo, no entanto, se desfaz, quando refletimos que o camponês médio é, relativamente, o mais vulnerável às mudanças econômicas feitas pelo comercialismo, enquanto suas relações sociais permanecem encaixadas no plano tradicional. Ele dá um espetáculo de equilibrismo, mas tem seu equilíbrio continuamente ameaçado pelo crescimento populacional; pela usurpação de proprietários de terras rivais; pela perda dos direitos às pastagens, às florestas e à água; pela queda dos preços e pelas condições desfavoráveis do mercado; pelos pagamentos de juros e pelas execuções de hipotecas. Além disso, é precisamente esse estrato que mais depende das relações sociais tradicionais de parentesco e auxílio mútuo, entre vizinhos; são os camponeses médios que mais sofrem, quando elas são abolidas e são eles os menos capazes de suportar os roubos dos cobradores de impostos ou proprietários de terras. (Wolf, 1984, p. 223).

O autor indica que o paradoxo que consiste em os grupos mais tradicionais se tornarem os mais revoltados é desfeito pelo fato de que eles são os mais afetados com a expansão capitalista, indicando fatores econômicos envolvidos nesse processo como a perda de terras e do acesso tradicional aos recursos naturais, as desvantagens no mercado e a perda da ajuda mútua de vizinhos e parentes em momentos sazonais. A relação entre o campesinato

médio e a abertura de novos empregos urbanos também é destacada por Wolf (1984), tendo em vista que os filhos desses camponeses se proletarizam sem perder seu vínculo com a terra, pois seus pais mantêm sua propriedade. O vínculo entre o camponês tradicional e o proletário permitiria a formação da inquietação política. O autor chega a levantar a hipótese de que a atividade revolucionária não estaria tanto ligada à formação do proletariado industrial, mas à formação de um trabalho industrial ainda ligado às relações tradicionais. O caso brasileiro também apresenta relatos de trabalhadores que circularam no meio urbano para depois voltarem à *morada*, como as narrativas apresentadas por Rangel (2000). A circulação em empregos urbanos também é observada por Afrânio Garcia Jr. (1989), que associa esse processo à tentativa de permanecer ou adquirir a terra (o Sul se torna um caminho para o roçado). A vivência em outras posições sociais que não as da *morada* contribuiu para ampliar o horizonte de expectativas desses agentes, de modo a favorecer sua mobilização. Mas, cabe ressaltar que os moradores também vivenciaram uma circulação com as ideias e as experiências da cidade por meios como a circulação pelas feiras, já mencionada.

Wolf (1984) também discute que os contextos de crise propiciaram a emergência de novos grupos profissionais dentro da própria organização tradicional, como os comerciantes, e também de grupos ligados a um conhecimento específico, como os professores e os burocratas locais que nasceram nas comunidades, mas tiveram contato com outras formas de saber que lhes permitiram visões de mundo divergentes da ideologia herdada, ou seja, que oferecem novas alternativas sociais. O autor destaca como os problemas econômicos desses grupos junto a esse potencial fizeram com que diversos deles se abrigassem em movimentos políticos e constituíssem uma relação com intelectuais que não tinham vínculos locais, o que ele verifica nos 6 casos estudados.¹⁴⁶ Nesse sentido, a trajetória de diversas lideranças camponesas das Ligas é marcada pela vivência de outras posições sociais e pelo contato com outros saberes, como é o caso de João Pedro Teixeira, que

¹⁴⁶ Wolf (1984) chega a afirmar que os intelectuais de países subdesenvolvidos teriam uma forte tendência de, na busca de se emanciparem das comunidades tradicionais, se vincularem a uma coletividade alternativa autotranscendente e autoritária. A afirmação do autor, evidentemente, reflete uma visão distorcida da produção de conhecimento nos contextos subdesenvolvidos.

trabalhou na cidade e teve contato com um sindicato do PCB, e de Elias Quirino Pereira, que abriu uma farmácia em Alhandra. O caso das Ligas Camponesas, como colocado em Genaro (2019) e nesta tese, mostra grande proximidade com a observação de Wolf, tendo em vista que as camadas intermediárias sofreram uma queda de posição social mais significativa¹⁴⁷ aliada a uma intensa revolta contra os grandes proprietários com os quais mantinham, até então, certa proximidade ideológica. Mas, o caso por nós analisado traz detalhes novos.

Em primeiro lugar, os foreiros e os meeiros formavam um campesinato interno à *plantation*, o que Wolf parece ignorar ou encontrar pouca evidência empírica relacionada (o recorte empírico do autor foca, por exemplo, o camponês marginal às *haciendas* no México e o camponês livre das comunidades tradicionais na Rússia). Todavia, observamos que esses grupos que moravam nas grandes propriedades sentiam o impacto da crise tradicional ainda mais do que os pequenos proprietários marginais destacados pelo autor, tendo em vista que não possuíam a propriedade da terra para lhes assegurar melhores condições contra a crise enfrentada. O fato de a mobilidade social ser um dos principais fatores que determinaram a revolta desses grupos parece, à primeira vista, indicar que a falta da propriedade da terra descaracterizaria ou diminuiria o potencial de revolta dos arrendatários. Entretanto, os mesmos mantiveram uma mobilidade social e econômica superior à dos demais moradores que facilitou sua mobilização política. Por outro lado, se o impacto da crise tradicional gerou revolta no camponês marginal proprietário de terras, cabe observar que as consequências para os arrendatários de dentro da *plantation* foram ainda mais intensas: eles perderam o acesso à terra e, muitas vezes, foram dela expulsos, de modo a sofrerem uma abrupta mudança de condição de vida. Portanto, cabe observar que a situação dos arrendatários estarem um pouco abaixo dos pequenos proprietários, mas acima dos demais trabalhadores rurais, lhes favoreceu uma maior percepção de suas perdas materiais. Fora isso, os pequenos proprietários não se destacaram tanto

¹⁴⁷ O que não significa que passaram a ocupar as posições sociais mais baixas. Pelo contrário, como dispunham de mais recursos, em geral, mantiveram posições melhores do que, por exemplo, o morador de condição expulso.

quanto os arrendatários na mobilização das Ligas, o que ressalta nossa percepção.

O segundo ponto a observar remete a como o impacto da crise social foi mais intenso sobre os arrendatários também do ponto de vista simbólico: o seu mundo “vira de ponta cabeça”, tendo em vista que os valores morais por eles tão valorizados foram colocados em questão pela quebra das obrigações mútuas por parte dos grandes proprietários. A ressignificação simbólica ganha então terreno. Wolf (1984) não se dedica a entender com mais profundidade essa virada simbólica, entretanto, percebe como se forma uma crise no plano simbólico do camponês médio, de modo a conceber o mundo de modo dualista: de um lado, a visão de como o mundo deveria ser e, de outro, uma existência mundana marcada pela desordem. Dessa maneira, o camponês constrói um ideal de libertação:

A utopia camponesa é a aldeia livre, livre de coletores de impostos, de recrutadores de força de trabalho, de grandes proprietários e funcionários. Governados, sem jamais governar, falta-lhes a familiaridade com a complexa máquina das operações estatais, que apenas percebem como "um monstro frio". Contra essa força hostil, eles haviam aprendido que mesmo os tradicionais detentores do poder eram um escudo de pouco valia, embora, em certas ocasiões, desde que fosse do interesse deles, estivessem dispostos a defendê-los. Para o camponês, portanto, o Estado é uma quantidade negativa, um mal a ser substituído a toque de caixa, por sua própria ordem social "feita em casa". Acreditam que essa ordem pode funcionar sem o Estado, pois os camponeses rebeldes são anarquistas inatos (Wolf, 1984, p. 225).

A ideia de uma aldeia livre é muito semelhante à de um engenho livre ou à de uma terra livre com trabalho, que analisamos nesta tese. Ambas as perspectivas idealizam as relações tradicionais, mas as projetam em uma situação em que a exploração dos grupos dominantes não ocorreria:

O dualismo do passado funde-se facilmente com o do presente. A ordem verdadeira ainda está por vir, talvez por um milagre, talvez por uma rebelião ou por ambos. Juntos, o anarquismo camponês e a visão apocalíptica do mundo fornecem o combustível ideológico que move o campesinato rebelde (Wolf, 1984, p. 225).

A percepção de que um mundo passado deveria ter sido de uma forma – por mais que não tenha sido – funde-se à visão de um presente que não deveria ser como é, de maneira a gerar uma projeção. Wolf (1984) indica que os eventos das crises sociais permitem que elementos latentes na memória cultural vinculados às rupturas e às continuidades com o passado emerjam, de modo que o campesinato dos seis casos históricos por ele analisados, tendeu a manifestar reações defensivas pela manutenção das relações tradicionais conjugadas à busca por uma nova ordem social. Segundo o autor, “Assim, a própria tentativa do camponês médio e do camponês livre, de se conservarem tradicionais, é que os torna revolucionários” (Wolf, 1984, p. 223). As mobilizações por nós estudadas demonstram como uma idealização do passado pelos moradores se conjugou a uma projeção do futuro que rompia com as relações tradicionais: se idealizava um passado para projetar um futuro em que houvesse uma terra livre e trabalho ou um engenho livre. Existia, ainda, uma visão negativa para com o presente, de modo que este parecia perder sua validade. A esse respeito, as narrativas dos moradores apresentam a ideia de “um fim de mundo”, “uma lei do cão” ou “um mundo de cabeça para baixo” que condiz com uma percepção, em certo sentido, apocalíptica do presente.

Entretanto, a afirmação de Wolf (1984) de que os camponeses seriam anarquistas inatos é um grande exagero. Não existe uma tendência inata ao campesinato, mesmo no campesinato médio que se revolta. O que existem são tensionamentos históricos que propiciam certas formas de revolta, as quais não necessariamente significam uma oposição ao Estado.¹⁴⁸ Como indicamos, a mobilização de camadas intermediárias nas Ligas, por vezes, tensionou pela maior construção de arenas públicas de debate pacificado que envolvessem a expansão da autoridade estatal sobre os poderes locais dos grandes proprietários. As concepções do autor sobre o anarquismo e a percepção apocalíptica do camponês são acompanhadas por consequências políticas destas características, de modo que concorda com a perspectiva marxista de que o campesinato não conseguiria fazer uma revolução sem uma liderança externa, tendo em vista que as revoltas exclusivamente camponesas

¹⁴⁸ Como já indicamos, uma das limitações da perspectiva de James Scott é a de pensar o campesinato enquanto um agente que, por uma tendência inata, luta contra o capitalismo e o Estado.

conseguiram, ao longo da história, até remodelar a estrutura social da zona agrária, mas não modificar toda a estrutura social, por não se apossarem das cidades e do Estado. O pesquisador, então, afirma: “Consequentemente, uma rebelião camponesa que tem lugar numa sociedade complexa, já envolvida na industrialização e na comercialização, tende a ser auto-limitadora e, portanto, anacrônica” (Wolf, 1984, p. 225).

As conclusões de Wolf sobre os limites da mobilização camponesa são problemáticas, pois, como já afirmamos, o anarquismo essencial é uma suposição e, em que pese os limites das revoltas locais – pois, de fato, a ampliação das demandas e das formas de ação exigem dinâmicas de solidariedade e interação que ultrapassem uma organização tradicional –, a mobilização campesina pode ser fundamental às transformações da estrutura social, como o foram nos casos estudados pelo próprio Wolf. A ideia de que a luta pela mudança da estrutura social chega a seu ápice na luta proletária contra o capitalismo vem da teoria, e não das dinâmicas sociais observadas pelo autor; o anacronismo é da teoria, e não dos camponeses que se revoltam. Afinal, e se invertêssemos a pergunta da seguinte forma: quando o proletário fez uma revolução sozinho? Sem intelectuais e camponeses, as revoluções analisadas por Wolf não ocorreriam, pois tanto uma análise abstrata da política é relevante para traçar estratégias quanto a realidade agrária de países como o México, a Rússia e a China foram relevantes para a mudança social. A mudança da estrutura agrária foi central para a mudança da estrutura social.¹⁴⁹

As limitações do pensamento de Wolf não escondem as suas contribuições para o tema, tendo em vista seu destaque das dinâmicas sociais centrais para a mobilização das camadas intermediárias, das quais se destacam seu apontamento sobre a mobilidade social e econômica desses grupos, que os favorece no momento da mobilização política, assim como suas análises sobre a idealização de um passado e uma projeção de um mundo novo a emergir nas percepções desses trabalhadores rurais. A partir das

¹⁴⁹ Para a escrita dessas reflexões, foram relevantes as memórias de uma conversa com uma colega das aulas de pós-graduação na UFCG, Michela Calaça (na época, ela já estava no doutorado, e eu, no mestrado), que, um tanto revoltada com a pouca importância que se dava ao campesinato na teoria política, me disse (algo próximo a isto, até onde a memória me permite lembrar): “e quando foi que uma revolução [socialista] aconteceu sem o camponês? Na Rússia, na China, todas elas só ocorreram porque o camponês se revoltou”.

análises que fizemos sobre Wolf (1984), e com o fito de caracterizarmos as especificidades da mobilização política das camadas intermediárias, sintetizamos em tópicos as contribuições do autor para pensarmos a temática, dentre as quais destacamos – por sua maior conexão com o debate desta tese – as desenvolvidas nos últimos 5 pontos (de f a j):

a) Observa a relevância da mobilização política do campesinato médio, ou seja, o camponês proprietário de terras, principalmente o que se situava às margens da dominação dos poderes centrais e da influência dos grandes proprietários, destacando a centralidade que o mesmo apresentava no questionamento da estrutura agrária.

b) Indica que a crise das formas de organização tradicional se relacionou à expansão do mercado capitalista, desencadeando a revolta dos trabalhadores rurais a partir das brechas dos conflitos entre os grupos dominantes tradicionais em decadência e os grupos dominantes capitalistas em ascensão.

c) O autor destaca como os contextos em que houve colonização apresentam uma crise social mais intensa, tendo em vista que a expansão do mercado nesses locais ocorreu sob a dinâmica militar, ou seja, foi imposta violentamente.

d) A etnicidade do campesinato foi um elemento que intensificou a mobilização política, tendo em vista que o contato interétnico permitiu a solidariedade dentro do grupo étnico, em contraste com os grupos dominantes ao redor da comunidade tradicional.

e) Símbolos religiosos foram mobilizados pelos camponeses nas revoltas. O que se verifica, no caso das Ligas, pelo uso desses símbolos de modo a legitimar a causa dos trabalhadores rurais e deslegitimar os grandes proprietários.

f) A revolta camponesa está conectada a um contexto em que a organização tradicional está em crise e as instituições alternativas não abrangem suficientemente o camponês.

g) Os fracos são vítimas fáceis¹⁵⁰, e, por isso, o camponês médio ocupou um papel central ao apresentar um poder tático expresso por sua mobilidade – sua

¹⁵⁰Cabe novamente esclarecer que nosso destaque as camadas intermediárias aponta para um potencial específico destas para a revolta, mas que isso não implica em uma falta de poder total das camadas mais baixas. Neste sentido discordamos de Wolf, pois os fracos não são

capacidade de mobilizar recursos o garantindo uma condição mais autônoma social e economicamente –, e uma força interna, isto é, interesses que demonstram uma autonomia política.

h) O campesinato médio era o principal condutor da tradição, de modo a ocupar uma posição conservadora na organização tradicional. Entretanto, ele era o que mais colaborava no enfrentamento à dominação tradicional no contexto da crise desta. Esse aparente paradoxo se explica por ser o camponês médio o mais afetado com a crise da organização tradicional.

i) Wolf indica que grupos com vínculos com a organização tradicional que tiveram contato com conhecimentos externos a ela podiam oferecer visões alternativas à ideologia herdada da comunidade.

j) A idealização do passado cria a projeção de uma ordem social que ainda está por vir. O dualismo da visão de mundo do camponês gerou a ideia de uma aldeia liberta, de modo que o campesinato conjugou a defesa das relações tradicionais com a defesa de uma nova ordem social. A tentativa de se manter tradicional, logo, é o que torna o camponês revolucionário.

A perspectiva de Wolf traz diversas contribuições para pensarmos a mobilização das camadas intermediárias, mas, a partir das análises que levantamos nesta tese, é possível fazermos apontamentos que aprofundam, mas também, em certos pontos, divergem das ideias de Wolf. Distribuimos esses apontamentos em tópicos, com destaque para os últimos 5 pontos (de f a j):

a) Ele reduz seu conceito de campesinato médio aos proprietários de terras, não percebendo como os arrendatários que moravam dentro das grandes propriedades de terra apresentavam características em comum com os grupos por ele trabalhados. O conceito de camadas intermediárias, como por nós trabalhado, abrange ambas as categorias e compreende uma expressiva participação delas, com destaque para os arrendatários nas revoltas por nós estudadas.

b) A expansão do capitalismo, ou a mudança de dinâmica econômica que passou a privilegiar as lógicas capitalistas, impactou fortemente as formas de

“vítimas fáceis”, como pode-se perceber pelas resistências cotidianas e formas de revolta destes grupos.

organização tradicional, mas cabe observar que já havia tensões internas a estas, como as resistências cotidianas que abriam brechas para as mudanças sociais. A perda de poder político e econômico dos grupos dominantes tradicionais não foi a única dinâmica que abriu brechas à mobilização dos trabalhadores rurais, tendo em vista que as dinâmicas da modernização ampliaram as possibilidades de esses agentes – principalmente das camadas intermediárias – entrarem em contato com dinâmicas urbanas, permitindo uma ampliação do horizonte de expectativas desses agentes e abrindo uma brecha para as ressignificações de seus valores tradicionais.

c) Os casos analisados por Wolf demonstram a participação política do campesinato nos processos de mudança social que possibilitou que parte de suas demandas fosse atendidas nestes processos. A história brasileira se diferencia por excluir constantemente os trabalhadores rurais e suas demandas dos processos de mudança social, que ocorre pela unificação do interesse de grupos dominantes tradicionais e modernos na repressão das mobilizações populares. No contexto por nós estudado, a mobilização desses trabalhadores avançou na conquista de direitos sociais e na discussão de uma nova política agrária, através da bandeira da reforma agrária. Entretanto, essas mobilizações foram fortemente reprimidas pelo Estado, o que limitou – e, em alguns contextos, eliminou –, as conquistas políticas das mobilizações.

d) Wolf percebe a relevância da etnicidade para a mobilização do campesinato. Todavia, em nosso recorte, é marcante como essa questão não se apresenta nos relatos¹⁵¹ nem na formação identitária dos trabalhadores rurais, que está mais ligada ao contrato de trabalho com os grandes proprietários, quando o morador faz um acordo para ter casa e trabalho na *morada*.

e) Existe uma ligação entre a perda de vínculos na organização tradicional em crise e as novas dinâmicas de vínculo social abertas em um contexto de modernização econômica e política, de modo que o fechamento do primeiro fenômeno sem a abertura suficiente do segundo pode motivar uma forte ira moral. Entretanto, a grande oferta de vínculos urbanos como a forte presença

¹⁵¹ Existe uma exceção, que é justamente o caso apresentado por Silva (2010) em que indígenas Xucuru ocuparam terras juntamente a trabalhadores rurais organizados pelo PCB e pelas Ligas. Futuras pesquisas sobre o tema são de grande importância. De todo modo, a identidade do campesinato brasileiro não era atravessada pela etnia, como em outros países latino-americanos.

de emprego urbano em um município não necessariamente implica em menor mobilização, tendo em vista que esses vínculos também podem ser mobilizados para a revolta.

f) Wolf atribui a mobilidade e a autonomia política do campesinato à sua marginalidade (ter uma propriedade de terra fora da influência dos grandes proprietários, dos capitalistas e do Estado), o que não explica casos, como os das Ligas, nos quais as camadas intermediárias se mobilizam dentro das grandes propriedades, de modo que a mobilidade desses grupos se explica mais pelo seu acesso a uma condição econômica e social mais autônoma do que por sua marginalidade.

g) Agentes que já apresentavam vinculação ao campo e com conhecimentos externos à *morada* formaram uma camada intermediária¹⁵² e, muitas vezes, fizeram parte da liderança da mobilização e conseguiram oferecer, assim como as lideranças camponesas, interpretações diferenciadas das regras da *morada*, de modo a influenciar os demais moradores.

h) Os impactos econômicos e simbólicos da crise da organização tradicional foram mais intensos sobre os arrendatários do que sobre o campesinato médio proprietário de terras.

i) O campesinato médio não pode ser enquadrado como inatamente anarquista. A esse respeito, no caso das Ligas Camponesas, esse grupo, por vezes, tensionou pela expansão do poder estatal sobre o poder local dos grandes proprietários.

j) A idealização do passado e a projeção de uma terra livre e trabalho demonstram uma ambivalência entre a defesa das relações tradicionais e as novas dinâmicas de trabalho e acesso à terra. Essa ambivalência, entretanto, não significa um anacronismo histórico ou um anarquismo inato do campesinato mobilizado, mas, sim, a expressão de uma forma específica de revolta – tanto nas formas da ação coletiva, quanto nas narrativas mobilizadas –, na qual as camadas intermediárias se destacam pela tendência de ressignificarem valores tradicionais, os mobilizando contra os grandes proprietários. Ao invés de dizermos que aquilo que torna o campesinato

¹⁵² Aqui, nos remetemos tanto às camadas intermediárias que se ligam a um trabalho agrícola quanto às camadas intermediárias com ocupações distintas como um farmacêutico. Ao longo da tese, nos referimos às camadas intermediárias rurais. Por isso, destacamos esse uso específico.

revolucionário é a sua defesa da tradição, podemos afirmar que a tentativa de ressignificar a tradição a partir de renovadas expectativas de acesso à terra e novas expectativas de condições de vida é que gerou uma intensa e destacada revolta das camadas intermediárias.

5.4 As armas dos não tão fracos: a dinâmica da ressignificação moral nas revoltas camponesas

O estudo das ações coletivas e das narrativas dos moradores que participaram de associações e sindicatos entre 1954 e 1964 na Paraíba e em Pernambuco permitiu observarmos, tanto em Genaro (2019) quanto nesta pesquisa, que, principalmente na mobilização das Ligas Camponesas, ocorreu uma participação destacada de foreiros e de meeiros. Essa mobilização trouxe à tona a questão de o porquê essas camadas intermediárias se mobilizarem com tanto destaque nesse período. Nosso questionamento partia da seguinte indagação: por que esses grupos tinham tanto destaque, se a maioria numérica nas Ligas era de trabalhadores das camadas mais baixas (moradores de condição e pontas de rua)? A percepção de que as camadas intermediárias se moviam de maneira específica nos fez pensar em um termo utilizado por Scott (2000), para remeter as resistências cotidianas: “as armas dos fracos”. Assim, o autor destaca como as resistências cotidianas se organizam contra os grupos dominantes.

Em nossa pesquisa, encontramos ações e narrativas de grupos dominados contra grupos dominantes. Entretanto, observamos que existe um diferencial nas ações e nas narrativas desses grupos dominados, de modo que os que não estavam tão abaixo na escala de poder, dentro destes grupos, se destacavam na realização das ações das Ligas, de modo a exercerem um papel importante em sua mobilização. Constatamos, ainda, uma revolta específica nos grupos que eram fracos – utilizando-nos da metáfora de Scott –, mas nem tanto. Os foreiros e os meeiros, nesse sentido, eram os “não tão fracos” na *morada*, de modo que começamos a investigar em maior profundidade as características da mobilização política dessas camadas intermediárias. As ações híbridas, por sua vez, se destacaram enquanto uma

arma dos não tão fracos, porque diferiam da resistência cotidiana, tendo em vista que eram coletivas, organizadas e públicas, mas não se encaixavam plenamente no que Tilly (1993; 2005) entende como sendo ações do novo repertório. E isso por mostrarem características das revoltas tradicionais, sem, entretanto, poderem ser enquadradas enquanto tais. Outra arma dos não tão fracos foi a narrativa da terra livre e trabalho, analisada em Genaro (2019) e nesta pesquisa.

A análise das narrativas dos moradores e das ações coletivas híbridas permitiu observarmos algumas características da mobilização das camadas intermediárias, de modo que se tornou interessante compararmos nossos dados e nossas análises com as perspectivas de Queiroz (1973) e de Franco (1997), que estudaram as camadas intermediárias brasileiras, e de Wolf (1984), que observou a revolta dessas camadas – por ele chamadas de campesinato médio – em um estudo comparativo de 6 países. A partir dessa comparação, elaboramos uma série de características¹⁵³ da mobilização política das camadas intermediárias, dentre as quais destacamos as últimas 5 (de n à r) devido à sua maior proximidade com o debate da tese:

- a) As camadas intermediárias constituíam posições sociais mais autônomas do que os grupos mais dependentes para com os grandes proprietários, abarcando arrendatários (inclusive, os meeiros), pequenos proprietários, posseiros e camponeses que viviam em comunidades tradicionais.
- b) O acesso à condição de camada intermediária dentro de uma forma de organização tradicional em uma grande propriedade implicava uma estrutura de relações pessoais tanto de parentesco e vizinhança quanto com os grandes proprietários. Esses vínculos pessoais e uma vivência diferenciada produziram uma forte internalização dos valores e das regras das formas de organização tradicional.

¹⁵³ Algumas das características elencadas a seguir já estavam presentes nas últimas seções, quando, a partir das contribuições das obras de Queiroz (1973), Franco (1997) e Wolf (1984), assim como de nossos dados de pesquisa, elaboramos algumas tendências sobre a mobilização política das camadas intermediárias. Optamos pela repetição destas pois nesta última seção sintetizamos e apresentamos em um só lugar nossas análises sobre estas tendências de mobilização.

c) A existência social das camadas intermediárias conformou um horizonte de expectativas sobre a autonomia do trabalho familiar na terra para todas as posições sociais das formas de organização social tradicionais.

d) As camadas mais baixas almejavam alcançar a posição de camada intermediária, sendo que, com esse objetivo, podiam tanto apresentar a tendência de se conformar e apoiar a dominação tradicional quanto, principalmente – mas não exclusivamente, tendo em vista as resistências cotidianas –, no contexto de crise da organização tradicional, apresentar uma intensa revolta contra a dominação.

e) A expansão do padrão de acumulação capitalista sobre as figurações nas quais as formas de organização tradicionais eram fortemente presentes tendeu a gerar crises sociais marcadas pela tensão entre os grupos dominantes tradicionais e os grupos dominantes modernos, e pôde abrir brechas para a mobilização camponesa. Mesmo em contextos nos quais os dois setores dos grupos dominantes se unificaram para reprimir a mobilização camponesa, a modernização econômica e política abriu brechas para uma maior mobilidade social dos trabalhadores rurais, principalmente para as camadas intermediárias, permitindo-lhes novos vínculos e contatos que incentivaram o alargamento de seu horizonte de expectativas, impulsionando a ressignificação de valores tradicionais. Os grupos tradicionais foram pressionados pelo conflito com os grupos modernos e pela tensão interna realizada pelos trabalhadores rurais tanto a partir de resistências cotidianas quanto da mobilização política, de modo a sofrerem uma perda de autoridade política e moral.

f) As crises das formas de organização tradicional tenderam a ser mais intensas em contextos que sofreram processos de colonização, devido à maneira como a expansão de novas dinâmicas sociais e econômicas foi mais autoritária nesse tipo de figuração.

g) Existe uma dinâmica entre a perda de vínculos na organização tradicional em crise e as novas dinâmicas de vínculo social abertas em um contexto de modernização econômica e política, de modo que o fechamento dos primeiros, sem uma abertura suficiente das segundas pode motivar uma forte ira moral. Entretanto, a forte oferta de vínculos urbanos, por exemplo a forte presença de emprego urbano em um município, não necessariamente implica em menor

mobilização, tendo em vista que estes vínculos também podem ser mobilizados para a revolta.

h) A etnicidade do campesinato é um elemento que intensifica sua mobilização política, tendo em vista que o contato interétnico permite a solidariedade dentro do grupo étnico, em contraste com os grupos dominantes ao redor da comunidade tradicional. Contextos como o brasileiro que apresentaram uma colonização marcada pela constante tentativa de reprimir as identidades étnicas tendem a suprimir a etnicidade da identidade camponesa, apresentando a conjugação de interesses camponeses e da etnicidade de maneira menos evidente¹⁵⁴.

i) A religiosidade é mobilizada nas revoltas camponesas, de modo que os valores tradicionais religiosos, em geral apropriados pelos grupos dominantes para justificarem sua dominação, passam a tomar outro sentido, de maneira a expressarem uma contraposição de interesses para com os grupos dominantes.

j) O forte vínculo das camadas intermediárias com os valores tradicionais e a religião poderia, em contextos de crise social com pouco acesso a formas de protesto urbano, gerar revoltas focadas na idealização de uma nova ordem social a partir da religião, apresentando uma liderança religiosa à frente da mobilização.

k) Em contextos que apresentavam impedimentos à formação de identidades étnicas no campesinato, se observa, por um lado, a menor presença de revoltas baseadas na etnicidade, mas, por outro, uma potencialização de algumas formas de revolta que mobilizavam agregações religiosas espontâneas, a partir de vínculos comunitários que abrangiam agentes com diversas origens étnicas, podendo inclusive, potencializar a mobilização de grupos de outras camadas sociais por meio da religião.

l) Os pequenos proprietários, em certas circunstâncias, poderiam apresentar maiores expectativas de ascenderem economicamente e se tornarem grandes

¹⁵⁴ O que não significa que os grupos indígenas não realizaram essa conjugação, tendo em vista que poderiam vivenciar a *morada* e apresentar suas características étnicas. O caso trazido por Silva (2010) parece ser um indicador nesse sentido, mas a dinâmica dessa formação identitária na mobilização política ainda precisa ser mais estudada. De toda maneira, essa figuração é muito distinta, por exemplo, da situação do México, em que o campesinato marginal às *haciendas* manteve características étnicas. No contexto de nosso estudo, não foram encontrados relatos históricos sobre uma grande propriedade em que todos os moradores, ou a maioria deles, apresentavam uma identidade étnica em comum.

proprietários. Nesse tipo de contexto, as camadas intermediárias que residiam nas grandes propriedades tendem, em comparação aos pequenos proprietários, a apresentar uma maior valorização das trocas de obrigações com os senhores de terra, de modo a valorizarem mais os valores da organização social tradicional a que se vinculavam.

m) A mobilização camponesa tendia a pressionar pela garantia de uma autonomia econômica e social. Nesse processo, poderia tanto identificar no Estado um adversário contra o qual se desejava a autonomia política da comunidade tradicional quanto pressionar pela extensão do controle político do Estado sobre as áreas em que o poder local dos grandes proprietários era marcante. Isso poderia gerar um processo de pacificação desses espaços e a ampliação de direitos sociais e políticos, assim como de acesso à terra por parte dos trabalhadores rurais.

n) As camadas intermediárias demonstram maior mobilidade social e econômica do que as camadas mais baixas, de modo que conseguiram mobilizar mais recursos para a mobilização política. Esses recursos eram tanto econômicos quanto sociais e culturais, a exemplo de saberes adquiridos em sua circulação pelas cidades e pelo contato com outros grupos sociais ou pelo vínculo estabelecido com agentes de outras posições sociais.

o) As camadas intermediárias, em contexto de crise da organização tradicional, sofriam de maneira mais intensa os impactos econômicos e simbólicos sobre sua vivência, o que não significa que passaram a ocupar o estrato mais baixo da estrutura social, tendo em vista que poderiam, por exemplo, não ter mais terra própria ou arrendada, mas continuar com o trabalho agrícola – diferentemente do trabalhador rural expulso do campo, que fica sem moradia e, muitas vezes, sem emprego – ou conseguir alguma compensação econômica pela perda das terras em que trabalhava. O impacto sofrido pelas camadas intermediárias remetia a uma mudança de camada: saem da camada intermediária, valorizada socialmente, e se tornam parte da camada baixa, o que lhes gera ressentimento. Os impactos simbólicos são maiores sobre esses grupos, por serem eles os que mais internalizaram os valores morais da forma de organização social, de modo que, quando esta entra em crise, eles sentem essa mudança como um colapso do mundo que conhecem. Em determinados contextos, a perda de condição é mais sentida pelos arrendatários do que

pelos pequenos proprietários e camponeses residentes em comunidades tradicionais marginais às grandes propriedades – e essa dinâmica varia historicamente a partir das possibilidades de proteção das pequenas propriedades e das comunidades tradicionais ao avanço das grandes propriedades –, pois os últimos dois grupos tinham mais possibilidades de manter o acesso à terra no contexto da crise do que os arrendatários.

p) Agentes que apresentavam, ou tinham apresentado no passado, um vínculo com a organização tradicional e que entravam em contato com outras formas de conhecimento, cosmovisões e moralidades tendiam a alargar seu horizonte de expectativas e a ressignificar os valores tradicionais, o que era intensificado no momento da mobilização política. A tendência de realizar essa trajetória é maior para as camadas intermediárias. Esse tipo de vivência foi muito relevante para a emergência de lideranças camponesas ao longo da mobilização, de modo que os agentes das camadas intermediárias tenderam a representar uma boa porcentagem dessas lideranças.

q) Os trabalhadores rurais apresentam uma idealização do passado que se associa a uma projeção de futuro no qual se acessa o trabalho a partir de uma terra liberta. Esse processo apresenta uma ambivalência entre a defesa das relações tradicionais e a demanda por uma nova organização social, expressa tanto nas narrativas quanto nas ações coletivas realizadas pelos trabalhadores rurais, conformando uma forma específica de revolta na qual as camadas intermediárias se destacam pela tendência de ressignificar a tradição a partir de renovadas expectativas de acesso à terra e novas expectativas de condições de vida. A mobilização desses valores ressignificados contra os grupos dominantes é que marca a intensa revolta das camadas intermediárias.

r) As camadas intermediárias, por experienciarem os valores tradicionais de maneira intensa, tendem, principalmente em contextos de crise, a ressignificarem esses símbolos. Existe uma conexão entre o horizonte de expectativas das camadas mais baixas e a vivência das camadas intermediárias, o que, junto aos vínculos pessoais entre as duas camadas, tende a gerar uma agência moral das camadas intermediárias que influencia as camadas mais baixas. Essa influência também tende a ocorrer em meio à própria mobilização política, agindo sobre os símbolos mobilizados e o formato das ações realizadas, como se percebe na realização de ações híbridas.

As características acima colocadas não devem ser entendidas como sendo exclusivamente das camadas intermediárias, tendo em vista que muitas delas podem ser apresentadas por um trabalhador rural das camadas mais baixas. Defendemos, todavia, que essas características apresentam uma tendência maior de aparecerem nas camadas intermediárias. Relembremos nosso exemplo do campo magnético com dois ímãs, um representando as camadas baixas e outro, as camadas intermediárias, sendo este último maior: ao soltarmos as esferas de metal, que representam as narrativas e as ações com as características definidas, a tendência será que elas se liguem em maior número ao ímã das camadas intermediárias. As armas dos não tão fracos, isto é, das camadas intermediárias, são as narrativas e as ações por elas realizadas, das quais destacamos a narrativa da terra livre e trabalho e as ações híbridas. Essas narrativas e ações apresentam um traço em comum: a ressignificação simbólica através da qual esses agentes influenciaram as demais camadas para a mobilização política. Essa ressignificação ocorreu, de maneira destacada, sobre os valores morais, o que mostra como esses grupos conseguiam modificar os símbolos por eles internalizados, para, naquele contexto, confrontarem os grandes proprietários. Podemos entender que essa ressignificação é a principal característica da mobilização das camadas intermediárias, sua principal “arma”.

A partir dos pontos expostos, defendemos a tese de que a arma dos não tão fracos é a ressignificação simbólica, sendo que, em contextos de crise de relação tradicional, as camadas intermediárias podem intensificar seu potencial de ressignificação, fundamentando uma agência moral que influencia a modificação dos valores das camadas mais baixas, pela experiência compartilhada e pela mobilização política. A partir de sua maior mobilidade social e econômica e da vivência da crise econômica e simbólica da organização tradicional, as camadas intermediárias fundamentaram formas específicas de revolta, expressas em suas narrativas e nas ações coletivas como é o caso das ações híbridas. A ressignificação simbólica foi realizada sobre os valores tradicionais a partir de renovadas expectativas de acesso à terra e de uma nova expectativa por melhores condições de vida e uma nova forma de organização social. Logo, as camadas intermediárias realizaram uma

agência moral que influenciou as camadas mais baixas a partir da conexão entre os horizontes de expectativas desta camada com o das camadas mais baixas; dos vínculos sociais entre ambas; e na própria dinâmica das mobilizações políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa observou as experiências das diferentes camadas de trabalhadores rurais participantes das Ligas e dos STRs nas décadas de 1950 e 1960 na Paraíba e em Pernambuco, buscando compreender a relação entre essas vivências e a mobilização, focando, principalmente, os valores morais mobilizados por esses agentes. Evidenciou-se que as camadas intermediárias apresentavam especificidades em suas formas de revolta, marcadamente demonstradas nas formas de ação dos movimentos – principalmente das Ligas – e na maneira como mobilizavam e ressignificavam a moralidade da *morada*.

O Capítulo 1 realizou uma revisão bibliográfica sobre as mobilizações dos STRs e das Ligas, buscou contextualizar a expansão das lavouras canavieiras e sua relação com a crise da *morada*, assim como a questão agrária no cenário político, principalmente no governo federal de João Goulart e nos governos estaduais de Miguel Arraes e Pedro Gondim. Para melhor entendermos a expansão canavieira, mapeamos as usinas em Pernambuco e na Paraíba. A polarização entre Ligas e STRs foi analisada. Para tanto, produzimos mapeamentos localizando os municípios paraibanos e pernambucanos em que essas organizações estiveram presentes, de maneira a contribuir com futuras pesquisas sobre o tema, tendo em vista que conseguimos ampliar a precisão da espacialização da presença das organizações de trabalhadores rurais em relação a pesquisas anteriores como as de Wilkie (1964), Genaro (2019) e Nobre (1990).

A partir do material revisado e da nossa produção de dados, observamos que a expansão canavieira foi incentivada pela expansão do padrão de acumulação dos grupos industriais do Centro-Sul, o que contribuiu para a crise da *morada*. Nesse contexto, o governo Goulart, assim como o governo Arraes, apresentaram fortes constrangimentos na promoção de políticas para o campo e, principalmente, no avanço do debate da reforma agrária. Entretanto, o projeto nacional de sindicalização rural de Goulart auxiliou fortemente a criação de STRs durante o governo Arraes em Pernambuco, o que favoreceu as organizações ligadas à Igreja e ao PCB, ao contrário das Ligas, de modo a gerar forte polarização entre os grupos que

disputavam a articulação dos trabalhadores rurais. A Paraíba, por sua vez, não apresentou um apoio tão enfático de seu governador, Pedro Gondim, quanto à sindicalização rural, visto que ele ofereceu um apoio muito ambíguo à mobilização de trabalhadores rurais no estado, e, ao final de seu mandato, apoiou os grandes proprietários e a repressão da mobilização rural. Ainda em relação ao estado, a Paraíba apresenta a especificidade de não ter polarizado as organizações de trabalhadores rurais nos municípios a partir da liderança do PCB e das Ligas. Ambas as organizações, inclusive, estiveram presentes internamente nas Ligas Camponesas do estado, o que fez com que a única polarização visualizada em nosso mapeamento fosse entre as organizações ligadas às Ligas e as ligadas à Igreja.

O mapeamento permitiu visualizarmos como o Sertão de ambos os estados era menos mobilizado do que as demais regiões, e como apresentou a participação apenas de organizações ligadas ou às Ligas ou à Igreja, sendo as últimas muito mais presentes do que as primeiras, como se percebe no caso de Pernambuco. A região Agreste – novamente nos dois estados – era mais mobilizada do que o Sertão, e contou com uma disputa mais acirrada entre as organizações das Ligas e as da Igreja, apresentando, ainda, uma participação, muito embora menor, do PCB, no caso de Pernambuco – cabe lembrar que o partido atuava no interior das Ligas na Paraíba. A Mata apresentava, em ambos os estados, uma mobilização maior, sendo nítida a forte presença de STRs do PCB na Mata Sul de Pernambuco, onde polarizava a organização, principalmente com as Ligas.

Ao subirmos nossa observação no mapeamento da Mata Pernambucana, percebemos ao “centro” dessa localidade, na “altura” de Vitória de Santo Antão, uma forte presença das três organizações em diversos municípios, sendo que, quanto mais ao Norte da Mata pernambucana, menor era a presença de organizações do PCB, predominando, portanto, organizações ligadas à Igreja e às Ligas. Ao deslocarmos nossa atenção mais para cima, na Mata paraibana, observamos um forte predomínio – quase total – de organizações ligadas às Ligas. Nessa região, a Igreja mobilizou poucos STRs, diferentemente, como já mencionamos, do ocorrido no Agreste. A presença das organizações na Paraíba e em Pernambuco se refletiu na própria

participação de determinadas posições sociais – como evidenciamos no Capítulo 3 –, sendo marcante o fato de que regiões com maior porcentagem de camadas intermediárias apresentaram maior mobilização das Ligas e da Igreja, e territórios com porcentagem mais alta de moradores de condição contaram com a atuação mais forte do PCB.

O Capítulo 2 trabalhou na elaboração da categoria ação coletiva híbrida, que definimos como ação coletiva – isto é, o evento do protesto – que apresenta, simultaneamente, características das revoltas tradicionais e das modernas. As ações dos mutirões e dos cercamentos à casa grande feitas pelas Ligas apresentaram a junção dessas dinâmicas de revolta, todavia nos focamos na segunda forma de ação. O evento de protesto dos cercamentos à casa grande demonstrou em sua formação a mobilização de uma moralidade tradicional – os valores da *morada* ressignificados, visando o confronto com o grande proprietário – e de pautas locais – como a expulsão de um morador –, bem como a constante possibilidade de desfechos violentos e a centralidade da ação no ataque pessoal à figura do grande proprietário – no sentido de um ataque a sua autoridade -. Esses elementos podem ser entendidos como características de protestos que Tilly (1993; 2005) entende como sendo do velho repertório, isto é, formas de revolta tradicionais diferentes daquelas presentes em revoltas mais modernas dos movimentos sociais. Entretanto, as ações acima citadas apresentavam, simultaneamente, características de movimentos sociais mais contemporâneos, tendo em vista que tratavam-se de ações modulares – relativamente padronizadas e aplicadas em diferentes locais – que expressavam pautas regionais e nacionais e visavam um espaço de negociação pacificado mediado e construído pelas lideranças do movimento que “acalmavam” as partes – moradores e capangas – prestes a entrar em conflito físico. A expressão simultânea de todas essas características evidencia que a ação híbrida remete à própria prática da ação coletiva, não podendo ser simplificada como um protesto moderno com pautas tradicionais, tendo em vista que se trata de uma dinâmica específica de revolta na qual a forma de interação com os outros grupos políticos – os grandes proprietários – expressa enfrentamentos mais diretos, a partir da forma de movimento social.

As dinâmicas sociais que favoreceram a emergência de ações híbridas foram a crise da *morada*, a modernização do Estado, a urbanização e o aumento da circulação dos moradores pelas cidades, principalmente os pertencentes às camadas intermediárias, permitindo o seu contato¹⁵⁵ com outros grupos e perspectivas, inclusive com o formato de protesto de movimento social. O conhecimento a respeito das dinâmicas de protesto moderno conjuntamente a experiência acumulada das revoltas internas à *morada* foram fundamentais para o formato de protesto das ações híbridas.

O Capítulo 3 realizou, através do jornal *A Liga*, um levantamento estatístico das ações coletivas feitas pelos STRs e pelas Ligas na Paraíba e em Pernambuco no ano de 1963, que foi comparado com nosso levantamento das posições sociais e dos dados econômicos – produção de cana e de algodão, assim como informações referentes à presença de trabalho industrial e do terceiro setor – de ambos os estados. As informações nos permitiram observar as formas de ação coletiva mais presentes em cada município e correlacioná-las tanto às organizações que visavam mobilizar os trabalhadores rurais quanto às porcentagens de cada posição social por município.

A mobilização analisada em nosso recorte apresentou as seguintes características: a Mata Sul de Pernambuco foi marcada pela alta presença de ações do novo repertório, destacadamente as greves organizadas pelo PCB, assim como por uma porcentagem de moradores de condição, e, conseqüentemente, um menor número de camadas intermediárias; espacialmente, as ações coletivas híbridas estiveram mais presentes da “linha” de Vitória de Santo Antão para cima, tendência que abrange o recorte todo – ao pensarmos de forma contínua Pernambuco e Paraíba – e que acompanha a maior presença de Ligas Camponesas e de camadas intermediárias nesses territórios; a Paraíba apresentou um número maior de ações híbridas que remete a uma maior porcentagem de camadas intermediárias e a uma menor

¹⁵⁵ No Capítulo 2, indicamos que existe uma relação entre esse processo e a crescente diferenciação funcional – termo que remete a Elias (1999) –, tendo em vista que a maior dinâmica de interação entre moradores e grupos externos à *morada* se relaciona a um processo histórico de ampliação de dinâmicas sociais, como se observa na urbanização, no aparecimento de uma quantidade maior de empregos e na menor dependência dos trabalhadores para com os grandes proprietários, por mais que ainda permanecesse muito presente.

presença de mobilização grevista relacionada tanto à menor porcentagem de moradores de condição quanto às menores brechas políticas oferecidas pelo governo Gondim, se comparado com o governo pernambucano sob a liderança de Arraes.

A análise dos indicadores evidenciou que a presença de camadas intermediárias foi o fator mais relevante para a emergência de ações híbridas, entretanto, a alta porcentagem desses grupos não explica sozinha a dinâmica de revolta. Nesse sentido, entre os municípios com maiores números de camadas intermediárias – com foco para parceiros e foreiros –, também foram relevantes os indicadores de elevada produção de cana, de trabalhadores industriais e do terceiro setor, de forte mobilização e de organização da ação através das Ligas. A maior participação das Ligas na organização das ações híbridas se explica pelos seguintes fatores: o planejamento das lideranças de criar Ligas em regiões com mais foreiros e parceiros; a abertura do movimento às perspectivas das camadas intermediárias; a participação destacada das camadas intermediárias nas Ligas, inclusive ocupando papéis de liderança no movimento, visto que as lideranças camponesas, em geral, ou pertenciam a essas camadas ou partilhavam de seus valores.

As ocupações, os mutirões e os cercamentos à casa grande foram ações híbridas que apresentaram um confronto com interação mais direta entre moradores e grandes proprietários/administradores, assim como envolveram uma maior ressignificação simbólica dos valores da *morada*, sendo que esses elementos estiveram mais presentes nos mutirões do que nas ocupações, assim como fizeram mais parte dos cercamentos à casa grande do que dos mutirões. Encontramos em nossos dados uma correlação entre a maior presença dessas ações e a maior participação de camadas intermediárias e das Ligas Camponesas. Nesse aspecto, quanto mais estes elementos se destacaram, maior foi a relevância das camadas intermediárias e das Ligas. Vale lembrar que as camadas intermediárias e a presença das Ligas foram mais importantes nos mutirões do que nas ocupações, assim como nos cercamentos às casas grandes do que nos mutirões. O que se evidencia com a análise dos dados, portanto, é a relação entre as camadas intermediárias e as ações híbridas, o que explicita que a dinâmica simbólica dessas camadas –

expressa na ressignificação simbólica e no confronto com uma interação mais direta – permitiu a emergência de formas de ação, discursos e experiências diferenciadas em relação às das outras camadas.

O Capítulo 4 descreveu os valores morais dos moradores a partir das pesquisas de Sigaud (1979;1980), Garcia Jr. (1989), Bastos (1984), Novaes (1997), Rangel (2000) e Genaro (2019), observando o sentido político desses valores, distinguindo-lhes em ideologias, contraideologias, utopias e enquadramentos de movimento social. Percebemos como as camadas intermediárias – foreiros e parceiros – apresentavam uma ambivalência em sua moralidade, de maneira que demonstravam uma tendência ao conservadorismo ideológico, pois a internalização das regras da *morada* era fundamental para a ascensão e a manutenção de um morador de condição ao lugar de foreiro ou de parceiro. Todavia, as camadas intermediárias também apresentavam uma tendência a desenvolverem uma interpretação diversa dos valores dominantes, expressando uma contraideologia, ou seja, significados e valores dominantes mobilizados de maneira a se contraporem à dominação. Essa questão é percebida na seguinte ressignificação: o valor ideológico que significa o sítio do foreiro como um prêmio concedido pelo grande proprietário é percebido pelo foreiro como pertencente a si próprio – por mais que não o entenda como sua propriedade, no sentido jurídico –, sendo o latifundiário o dono do foro, não da terra.

As camadas intermediárias também apresentavam, principalmente em um contexto de crise das relações tradicionais, um potencial de elaborar concepções utópicas – que são formas de interpretar a realidade que rompem com a dominação vigente –, como se percebe na ideia de terra livre e trabalho. Em geral, essa ideia significava o acesso à terra conjuntamente aos direitos trabalhistas, e também apresentava, em algumas narrativas, o sentido do acesso à terra sem a existência de grandes proprietários. Os enquadramentos dos movimentos sociais, isto é, as maneiras como elaboravam uma interpretação política do contexto em que agiam e elaboravam demandas, estavam fortemente ligados às contraideologias e utopias dos moradores, especialmente no caso da relação entre camadas intermediárias e demandas/formas de ação das Ligas, como se percebe nas ações coletivas

híbridas e nos valores mobilizados nestas ações. A quebra das obrigações mútuas entre grandes proprietários – por parte dos latifundiários – e moradores gerou forte revolta. Especialmente no caso das camadas intermediárias, essa revolta foi mais destacada devido à valorização dos valores da *morada* apresentada por esses grupos, de maneira que o potencial de ressignificação simbólica por parte das camadas intermediárias foi intensificado no período.

O Capítulo 5 comparou nossos dados de pesquisa com as observações de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), Maria Sylvia do Carvalho Franco (1997) e Eric Wolf (1984) sobre as camadas intermediárias. Assim, as duas primeiras autoras contribuíram no nosso entendimento das limitações à mudança social ligadas às camadas intermediárias, na descrição das características desses grupos no Brasil e no detalhamento das formas de revolta ligadas a essa camada que mobilizam elementos religiosos, destacadamente as revoltas messiânicas. Eric Wolf, por sua vez, contribuiu com sua teorização das características da participação das camadas intermediárias, chamadas por ele de campesinato médio, a partir de 6 casos históricos de revolução.

A partir da comparação de nossos dados com as teorias sobre as camadas intermediárias citadas acima, sintetizamos as seguintes características das tendências de mobilização política dessas camadas: as camadas intermediárias participam da conformação de um horizonte de expectativas que influi nas representações e vivências das camadas mais baixas; o conflito entre grupos dominantes industriais e agrários pode gerar brechas à mobilização política, visto que, mesmo em contextos em que ambos convergem na repressão à organização dos trabalhadores rurais, se observou o impacto da modernização política e da urbanização sobre suas vivências, como destacamos em relação aos moradores; a crise das formas de organização tradicional tende a ser mais intensa tanto em países que foram colonizados, tendo em vista o maior autoritarismo de suas dinâmicas sociais, quanto em contextos nos quais a ruptura dos vínculos tradicionais não é acompanhada da geração de novos vínculos como o emprego urbano; quando o campesinato apresenta uma identidade étnica distinta da dos grupos dominantes, esta tende a intensificar a mobilização política; a religiosidade

pode ser ressignificada pelos trabalhadores rurais no confronto contra os grandes proprietários, sendo que, em contextos como o brasileiro, no qual houve uma supressão histórica da etnicidade do campesinato, poderia haver uma mobilização a partir de agregações religiosas espontâneas, com a participação de vários grupos étnicos; a revolta camponesa a partir da religiosidade pode, principalmente em contextos nos quais os trabalhadores rurais têm pouco contato com as formas de protesto de movimentos sociais urbanos, assumir uma forma messiânica; nas revoltas dos trabalhadores rurais, o Estado pode ser tomado como um adversário político, mas o movimento também pode tensionar o Estado para que amplie seu poder político sobre os territórios marcados pelo poder local de grandes proprietários, visando promover a pacificação desses espaços.

Para além das características acima indicadas, observamos outras 5 (os pontos n a r, indicados no Capítulo 5), que mantêm forte conexão com nosso recorte de pesquisa, sendo elas:

- 1) as camadas intermediárias apresentam maior mobilidade econômica e social em relação às camadas mais baixas, o que é expresso em saberes e vínculos estabelecidos com agentes em outras posições sociais;
- 2) agentes com trajetória marcada pela vivência dos valores tradicionais seguida do contato com outras cosmovisões e moralidades tendem a ressignificar os valores vivenciados inicialmente, o que se intensifica nos contextos de mobilização política. Essa trajetória foi apresentada por diversas lideranças camponesas de nosso recorte. Parte significativa desses agentes, tanto dos que apresentaram a ampliação do horizonte de expectativas quanto dos que se tornaram lideranças, vivenciaram a condição de camada intermediária;
- 3) as camadas intermediárias sentem de maneira mais intensa a crise das relações tradicionais, o que se expressa tanto economicamente devido à queda mais abrupta de sua posição social – que não significa que passaram a ocupar posições sociais mais baixas – quanto simbolicamente, tendo em vista que, por serem os grupos que mais internalizaram os valores tradicionais, vivenciam a crise como um colapso do mundo que conhecem;

4) existe uma tendência entre os trabalhadores rurais de idealizar o passado, associado a uma projeção de futuro, na qual existe a possibilidade de acessar a terra e realizar um trabalho familiar autônomo (é a idealização da aldeia liberta ou, em nosso recorte, da terra livre e trabalho). Essa idealização apresenta a ambivalência de tanto buscar a volta das dinâmicas das relações tradicionais quanto demandar uma nova estrutura social na qual não haveria grandes proprietários, mas sim o acesso à terra e aos direitos trabalhistas. As camadas intermediárias se destacam na ressignificação dos valores tradicionais que faz parte dessa projeção por uma vivência com novas condições de vida, sendo que é esse processo de mudar o sentido social destes valores, que marca a especificidade e a intensidade da revolta dessas camadas;

5) as camadas intermediárias realizam uma agência moral expressa na ressignificação dos valores morais tradicionais que influencia as camadas mais baixas tanto pela vivência e pelos contatos cotidianos quanto pela mobilização política. A agência moral das camadas intermediárias gera símbolos e formas específicas de revolta expressos na mobilização como se observa com as ações coletivas híbridas.

As conclusões da tese nos permitem confirmar nossas duas hipóteses. A primeira delas remetia a como a mobilização política decorrente da crise de uma organização social tradicional demonstraria tanto formas de ação típicas de um movimento social quanto ações coletivas híbridas. Na tese, esse processo foi explicado tanto pela forma pessoal de dominação da *morada* quanto pela maior mobilidade social das camadas intermediárias em relação às camadas mais baixas dos trabalhadores rurais. A única questão que ficou aberta em relação à nossa primeira hipótese é a da relevância de um contexto subdesenvolvido para a emergência dessas formas de resposta, tendo em vista que essa questão só pode ser devidamente respondida por futuras pesquisas comparativas.

A segunda hipótese afirmava que, em contextos de crise das relações tradicionais, as camadas intermediárias ocupariam um papel de destaque ou até mesmo central na revolta tanto por terem internalizado mais os valores morais tradicionais quanto por apresentarem maior mobilidade social. A

hipótese foi confirmada, sendo que, ao longo da pesquisa, deslocamos a pergunta sobre a centralidade e a intensidade da revolta das camadas intermediárias para o entendimento das especificidades dessa revolta. Assim, encontramos na ressignificação simbólica relacionada com uma maior mobilidade econômica e social o elemento específico dessa revolta que explica como, em certos contextos, as camadas intermediárias podem apresentar uma revolta mais intensa e ocupar uma posição central no processo de mobilização política.

A partir das análises realizadas, concluímos que a arma dos não tão fracos, isto é, das camadas intermediárias – tendo em vista sua posição dentro das camadas dominadas, mas com condições econômicas e sociais melhores que as demais, como se observa em sua maior mobilidade social – é a ressignificação simbólica, que permite a esses grupos realizarem uma agência moral que influencia as outras camadas de trabalhadores rurais mediante a conformação de um novo horizonte de expectativas, os vínculos sociais entre as camadas e a dinâmica da mobilização política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A *LIGA*, O Latifúndio tem bancada, p. 4, n. 34, 25/7/62
- A *LIGA*, IV Exército tenta desalojar camponeses da Fazenda Miriri, n15 p. 6, 16/1/63
- A *LIGA*, 200 organizações camponesas para a grande luta, n. 28, p6, 1/5/63
- A *LIGA*, "Operários e Camponeses de Pernambuco ao lado de Arraes contra a reação", número 26, página 3, 10/4/63.
- A *LIGA*, "Do Ponto de Vista do Camponês", n.20 p.3, 20/2/63
- A *LIGA*, "Camponeses em greve em Pernambuco exigem 13º salário e aumento salarial", n 20 p3, 20/2/63
- A *LIGA*, "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco", n24 p2, 27/3/63
- A *LIGA*, "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco", n26 p2, 10/4/63
- A *LIGA*, "Camponeses Pernambucanos fazem greve mais uma vez", n27 p.2, 24/4/63
- A *LIGA*, "Esta para sair acordo no campo ", n45 p6, 28/8/63
- A *LIGA*, "Assinado em Pernambuco 'Acôrdo do Campo' " p5 n48, 21/9/63
- A *LIGA*, "Vitoriosa a greve dos 200 mil camponeses de Pernambuco:80%" n56 p1, 27/11/63
- A *UNIÃO*. João Pessoa, 23 de março de 1962, p.3, Apud: CITTADINO, Monique Pedro Gondim: um governador entre Deus e o diabo. In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo G. A.; SILVA, Rodrigo F. de Carvalho e, *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania*, UFPB: João Pessoa, 2014.
- ABEND, Gabriel. "What's New and What's Old about the New Sociology of Morality". In: HITLIN, Steven [e] VAISEY, Stephen (orgs). *Handbook of the Sociology of Morality*. Nova York, Springer, pp. 561-582.
- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. (2003). *Revisitando o campo: Lutas, organização, contradições – Pernambuco, 1972 a 1987*. Tese. Recife, UFPE, 2003.
- ADAMS, Richard N. Power and power domains. In: *América Latina*, ano 9, p.3-21, 1966.

ALBERTI, Verena. A vocação totalizante da história oral e o exemplo da formação do acervo de entrevistas do CPDOC. In: INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE (10. 1998: Rio de Janeiro, RJ). *Oral history challenges for the 21st. century: proceedings* [of the] International Oral History Conference. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/FIOCRUZ, 1998. v.1. p.509-515.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009

ALVES, BERNARD JOSE PEREIRA. *Na lei e na marra: sociogênese das formas de luta pela terra, 1950-1964*. 2015. 305 f. Doutorado em CIÊNCIAS SOCIAIS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: BC e IFCH

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986a.

_____. *Lutas Camponesas no Nordeste*. São Paulo: Editora Ática, 1986b.

_____. *História das Usinas de Açúcar de Pernambuco*. Recife, editora Massangana, 1989.

AUED, Bernadete Wrubleski. *A vitória dos vencidos: Partido Comunista Brasileiro e ligas camponesas (1955-64)*. Florianópolis: Editora UFSC, 1986.

AZEVEDO, F. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, L.; MIELE N. ;GODOY SILVEIRA, R.. *Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira*. João Pessoa: Universitária, 1997.

BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Olho por olho... violações dos Direitos Humanos nos movimentos sociais do campo. In: SILVA, M.; THIAGO, N. *Pernambuco na mira do golpe: direitos humanos, acervos, política e sociedade*. Vol2, Porto Alegre: Fi, 2001.

BENEVIDES, Cezar. *Camponeses em marcha*. – Brasil: Paz e Terra, 1985.

BENEVIDES, Maria Victoria. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BIBLIOTECA IBGE, Destilaria [Central] Presidente Vargas: Cabo de Santo Agostinho, PE, 2023, disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=448455&view=detalhes>, acessado em: 25 de maio de 2023.

BLOCH, Marc. *Les caracteres Originaux de L'Histoire Rurale Française*. Armand Colin, Paris, 1960.

BLOG USINAS DE PERNAMBUCO. *Usinas de Pernambuco*, 2012. Página Inicial, disponível em: <http://usinasdepernambuco.blogspot.com/>, acessado em: 25 de maio de 2023.

BOOTH, William James. J. A Note on the Idea of the Moral Economy. *The American Political Science Review*, vol. 87, no.4, dec., 1993, p. 949-954.

BOOTH, William James. J. On the Idea of the Moral Economy. *The American Political Science Review*, vol. 88, no.3, sept. 1994, p. 653-667.

BRINGEL, Breno ; Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, p. 43-67, 2012.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas y estrategias comunicacionales. *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*, vol. III, núm. 5, pp. 109-128 Universidad de Colima Colima, México, junio, 1997.

CAMARGO, Aspásia. *Brésil nord-est: mouvements paysants et crise populiste*. Paris: Tese de doutorado do terceiro ciclo. Universidade de Paris, 1973.

_____. A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964), (Vol. 10, tomo 3). In: Fausto B. (Coord.), *História Geral da Civilização Brasileira: Sociedade e Política* (p. 121-224), Difel, 1983.

CHAYANOV, Alexander V. *The Theory of Peasant Economy* (1926). Edited by Daniel Thorner; Basile Kerblay y R. e. F. Smith. Illinois: The American Economic Association, by Richard D. Irwin Inc., 1966.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: a luta clandestina: memórias políticas*, Recife: Cepe, 2008.

CITTADINO, Monique Pedro Gondim: um governador entre Deus e o diabo. In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo G. A.; SILVA, Rodrigo F. de Carvalho e, *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania*, UFPB: João Pessoa, 2014.

CORREIO DA MANHÃ, 29/7/61, Apud CAMARGO, *História Geral da Civilização Brasileira: Sociedade e Política* (p. 121-224), Difel, 1983, p.177.

Correio da Paraíba. João Pessoa, 2 de julho de 1964, p. 1, Apud CITTADINO, Monique Pedro Gondim: um governador entre Deus e o diabo. In: DANTAS, Eder; NUNES, Paulo G. A.; SILVA, Rodrigo F. de Carvalho e, *Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania*, UFPB: João Pessoa, 2014

COUTINHO, Eduardo – *Cabra Marcado para Morrer*. Rio de Janeiro: Mapa Filmes e Globo Vídeo, 1984. VHS, 35mm. 119 min

DABAT, Christine Rufino. "Depois que Arraes entrou, fomos forros outra vez!" Ligas Camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais: a luta de classes

na zona canavieira de Pernambuco segundo os cortadores de cana. *CLIO-Revista de Pesquisa Histórica*, 2015, Recife, n 22, 2004. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/722>. Acesso em: 11 de agosto de 2016.

_____. *Moradores de engenho: Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Doutorado em História, UFPE, 2007.

DURKHEIM, ÉMILE. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Nacional, 1987

ELIAS, Norbert. *Introdução a sociologia*. Lisboa: 70, 1999.

EVANS, Grant. From Moral Economy to Remembered village. *The Sociology of James C. Scott*. Australia: Centre of Southeast Asian Studies, Monash University, Working Paper, n. 40, 1986.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *Mudanças Sociais no Brasil: Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo, Global, 2013.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FIGUEIREDO, Ivan: *depoimento*. Entrevistadores: Eduardo Raposo e José Octávio de Arruda e Melo. CPDOC, 1979.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Maia & Schmidt, Rio de Janeiro, 1933.

_____. *Sobrados & Mucambos*. José Olympio, Rio de Janeiro, 1936.

FUNDAJ. *Pesquisa escolar Fundaj*, 2019. Página Inicial, disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/>, acessado em: 25 de maio de 2023.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963

_____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

_____. *A fantasia organizada*, Paz e Terra, 1985

_____. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GADELHA PESSOA, Victor. *As Ligas Camponesas da Paraíba: História e memória*. Mestrado em História. Instituição: UFPB, João Pessoa, 2015.

GARCIA, Ranieri Rodrigues. A virada reconstrutiva na teoria crítica de Axel Honneth *Princípios*: Revista de Filosofia, Natal, v. 28, n. 56, mai. - ago. 2021.

GARCIA JR. Afrânio R. *O Sul Caminho do Roçado: Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social*. Marco Zero: São Paulo, 1989.

GENARO, Eduardo Guandalini. *Do fogo de monturo à chama das Ligas Camponesas: Sociogênese de uma luta por liberdade da terra na Paraíba (1954-1964)*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PPGCS/UFCEG, Campina Grande, 2019.

_____. As Ligas Camponesas (1955-1964) e os cercamentos às casas grandes: o caso de uma ação híbrida entre o “velho” e o “novo” repertório de ação coletiva. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA*, 20., 2021, Belém. Anais... Porto Alegre: SBS, 2021.

GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2008.

GURVITCH, Georges. Definição do conceito de classes sociais. In: BERTELLI, Antônio; PALMEIRA, Moacir; VELHO, Otávio. *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores rurais do Nordeste do Brasil*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HITLIN, Steven; VAISEY, Stephen. Back to the future: reviving the sociology of morality. In: HITLIN, Steven [e] VAISEY, Stephen (orgs). *Handbook of the Sociology of Morality*. Nova York, Springer, 2010, pp. 561-582.

HITLIN, Steven. Os contornos e o entorno da nova sociologia moral. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, no 39, mai/ago 2015, p. 26-58

HOBBSAWM, Eric; RUDÉ, G. *Revolucion Industrial y revuelta agrária: El Capitan Swing*. Madrid: Siglo XXI, 1978.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

IBGE. *Censo Agrícola de 1960: Paraíba*. Rio de Janeiro, 1960a.

IBGE. *Censo Agrícola de 1960: Pernambuco*. Rio de Janeiro, 1960b.

IBGE. *Censo Demográfico de 1960: Pernambuco*. Rio de Janeiro, 1960c.

IBGE. *Censo Demográfico de 1960: Rio Grande do Norte- Paraíba*. Rio de Janeiro, 1960d.

IBGE. *Censo Agropecuário da Paraíba*. Rio de Janeiro, 1970a.

IBGE. *Censo Agropecuário de Pernambuco*. Rio de Janeiro, 1970b.

JAGUARIBE, Hélio. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 1, .n 1, Nov, 1961.

JOSÉ DA SILVA, Reginaldo. *A cartilha do camponês, o documento “Bença, Mãe!” e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galiléia*. Mestrado em Educação. Instituição: UFPE, Recife, 2015.

JOVCHELOVICH S, BAUER MW. Entrevista Narrativa. In: Bauer MW, Gaskell G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113

JULIÃO, Anacleto: *depoimento*. Entrevistador: Eduardo Guandalini Genaro, 2020.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____. *A Cartilha do Camponês*, 1960. In: JOSÉ DA SILVA, Reginaldo. *A cartilha do camponês, o documento “Bença, Mãe!” e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galiléia*. Mestrado em Educação. Instituição: UFPE, Recife, 2015.

_____. *Bença Mãe!*, 1963a. In: JOSÉ DA SILVA, Reginaldo. *A cartilha do camponês, o documento “Bença, Mãe!” e sua recepção pela Liga Camponesa do Engenho Galiléia*. Mestrado em Educação. Instituição: UFPE, Recife, 2015.

KAUPPINEN, Antti. Reason, Recognition and Internal Critique. *Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy*, Londres, v. 4, n. 45, 2002, p. 479 – 498.

KOURY, M. G. P. *Práticas instituintes e experiências autoritárias. O sindicalismo rural na mata pernambucana, 1950- 1974*. Tese de doutorado. São Carlos: UFSCAR, 2010.

LABOV, William & Joshua WALETZKY. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. In: June Helm. Ed.. *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle: University of Washington Press, 1967.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 4.ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1982.

MARTINS, Areilton. *Entrevista* [16 de setembro de 2021]. Entrevistador: Eduardo Guandalini Genaro , 2021.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos* (Coleção Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAUSS, Marcel. *The Gift: Forms and Functions of Exchange in Archaic Societies*. Glencoe: Free Press, 1954.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. Os movimentos sociais como campo de pesquisa nas ciências humanas. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 7, janeiro-junho de 2012, p. 7-31.

MELO, Clara Guimarães *A privatização do Cais: os reflexos das recentes práticas de Planejamento Estratégico sobre as margens da Bacia do Pina, Recife-PE*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – UFPE, 2021.

MELLO, José Octávio de Arruda. *Sociedade e poder político no Nordeste, o caso da Paraíba (1945-1964)*. – João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

MELUCCI, A. "Getting involved: identity and mobilization in social movements". *International Social Movements Research*, vol. 1. 1988

_____. *Nomads of the present: social movements and individual needs in contemporary society*. Filadélfia: Temple University Press, 1989.

_____. Frontier land: collective actions between actors and systems. In: Diani, Mario & Eyerman, Ron (orgs.). *Studying collective action*. Londres: Sage, 1992, p. 238-258.

_____. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MENDRAS, Henri. *Sociologie de la Campagne Française*. P.U.F, Paris, 1965.

_____. *Peasant Society and Culture, an Anthropological Approach to Civilization*. University of Chicago Press, 1956.

MENEZES, Maria Aparecida; MOREIRA, Emilia R; TARGINO, Ivan; As ligas camponesas na paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. *Ruris* (Campinas), v. 05, p. 83-120, 2011.

MENEZES, Marilda A. O cotidiano camponês e sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, no.01, jan-jun 2002, p.32-44.

_____. Economia moral em James Scott e as perspectivas de seus críticos. *Revista Raízes*, Campina Grande, v. 39, n. 2, jul./dez. 2019.

MOORE, Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy*. Boston: Beacon Press, 1966.

_____. *Injustiça: As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

MORAIS, Clodomir Santos de. *Historia das ligas Camponesas do Brasil*. 1965. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tese_cmorais.htm>. Acessado em: 10 de julho de 2018.

NASCIMENTO, José de Oliveira Pereira do. Entrevista [12 de dezembro de 2021]. Entrevistador: Eduardo Guandalini Genaro , 2021.

NASCIMENTO, Luana Silva do. *A importância da cana-de-açúcar na economia do município de Palmares - PE e a situação dos trabalhadores do corte de cana em Pernambuco*. Monografia (Graduação em Economia) – UFPE, 2017.

NOBRE, Gismário Ferreira. *A trajetória do sindicalismo rural na Paraíba*. Mestrado em Sociologia. Instituição: UFCG, Campina Grande, 1990.

NOVAES, Regina Reyes. *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. *Estudos Cebrap*, 1972.

_____. *Noiva da Revolução; Elegia para uma re(li)gião*: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Crítica à razão dualista; O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2011.

PAIVA, Vanilda. *Pedagogia e luta social no campo paraibano*. *Síntese*, n. 29, p 73-98. 1983

PALMEIRA, Moacir G. S.. *Casa e Trabalho: Nota Sobre As Relações Sociais Na Plantation Tradicional*. In: Welch, C.A.; Malagodi, E.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. B. . *Camponeses brasileiros*. 1: Leituras e interpretações clássicas. São Paulo - Brasília: UNESP - NEAD/MDA, v. 1. p. 203-215, 2009.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa. *APANHADO TAQUIGRÁFICO DO SEMINÁRIO MEMÓRIA DAS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA REALIZADO NO DIA 28 E 29 DE ABRIL DE 2006*. João Pessoa, 2006.

PEREIRA, Anthony. *O declínio das Ligas Camponesas e a ascensão dos sindicatos: as organizações de trabalhadores rurais em Pernambuco na Segunda República, 1955-1963*, *Clio*, n26-2, 2008.

POLLAK, M. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. *O tal de Natal: reivindicação por direito trabalhista e assassinatos de camponeses*. Pernambuco, 1963. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, n.59, p. 745-766, setembro-dezembro, 2016.

PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. *Ligas Camponesas como questão historiográfica*. 2013. 81p. Monografia (Graduação em História) – UFRRJ.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo, Dominus/Edusp, 1965.

_____. *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. *O messianismo no Brasil e no mundo*. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

_____. *Os cangaceiros*. São Paulo: Duas cidades, 1977.

_____. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga Moraes Von. *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: vértice, 1988. P. 14-43.

RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas*. 2000. 387 f. Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2000.

REDFIELD, Robert. *O mundo Primitivo e suas Transformações*. Sociologia e Política, São Paulo, 1964.

ROCHA, Ayala A. *Elizabeth Teixeira: Mulher da Terra*. João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 2009.

SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e Morais. *Nordeste, açúcar e poder: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba (1920-1962)*. – João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990

SCHAEDEL, Richard P. Paysans d'Amérique Latine. In: *Les problèmes Agraires des Amériques Latines*. Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1967.

SCOTT, James. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. Yale University Press, New Haven and London, 1985.

_____. *Los Dominados y el Arte de la Resistencia: discursos ocultos*. México: Era, 2000

Semana das Ligas, dia 21 de julho 19 horas, 2021.

SHANIN, Theodor. The Peasantry as a Political Factor. *Sociological Review*, volume 14, no. 1, 1966.

SIGAUD, L. M.. A Nação dos Homens. ANUARIO ANTROPOLOGICO/78, p. 13-116, 1980.

_____. *Os Clandestinos e os Direitos: Estudo sobre Trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas cidades, 1979.

SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Hernandez. Ocupações de terra, acampamentos e demandas ao Estado: uma análise em perspectiva comparada. *Dados* (Rio de Janeiro), v. 51, p. 107-142, 2008.

SILVA, Edson. Os índios Xukuru e as Ligas Camponesas (Pesqueira-PE, 1961). *Revista Crítica Histórica*, n. 2, p. 101-114, 2010.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. *Nordeste, o Vietnã que não houve*: ligas camponesas e o golpe de 64. Londrina: Editora UEL/Editora da UFPB, 1996.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

STEIN, L. M. *Trabalhismo, círculos operários e política*: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *A formação da classe operária na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. 1: A árvore da liberdade

_____. *Costumes em comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. *Social Science History*, 1993, 17, p. 253-280.

_____. *Popular contention in Great Britain 1758-1834*. Boulder, CO/Londres: Paradigm Publishers, 2005.

_____. Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.3, Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

_____. *Democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VAN HAM, Antonia M. et al. (Org.). *Memórias do povo*: João Pedro Teixeira e as ligas camponesas na Paraíba – Deixemos o povo falar. João Pessoa: Ideia, 2006.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberval. *As portas de saída da cadeia de sofrimento*: os projetos de Esquerda e as Ligas Camponesas na Paraíba -1958 a 1964-. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado em História). UFPB. Campina Grande, 1989.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B., O camponês: um trabalhador para o capital. *Cad. Dif. Tecnol.* Brasília: 2(1). Jan/Abr. 1985, p13-78.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WELLER, Wivian. Tradições hermenêuticas e interacionistas na pesquisa qualitativa: a análise de narrativas segundo Fritz Schütze. In: *32ª Reunião Anual da ANPEd*, 2009, Caxambu. 32ª Reunião Anual da ANPEd. Rio de Janeiro: ANPEd, 2009. p. 1-16.

WERNECK, Alexandre. "Sociologia da moral como sociologia da agência". *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 36, pp. 704-718, Dezembro de 2013. ISSN 1676-8965.

WILKIE, Mary. *A Report on Rural Syndicates in Pernambuco*. Rio de Janeiro, CLAPCS, mimeografado. 1964

WOLF, Eric R. *Sons of the shaking earth*. Chicago: The University of Chicago Press, 1974.

_____. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global Ed., 1984

XAVIER, Wilson José Félix. *As Práticas Educativas da Liga Camponesa de Sapé: Memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958-1964)*. 2010. 244p. Dissertação (Mestrado em Educação) – João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TABELA A - AÇÕES POR MUNICÍPIO DA PARAÍBA EM 1963

Ações coletivas por município PB parte I

Município	Número total de ações	Campanha de alfabetização/cultural	Cercamento à casa grande	Greve	Manifestação / concentração pública	Manifestação / concentração pública / possível cercamento	Procissão / velório	Mutirão	Nota	Ocupação (provável)
Total do estado	60	2	1	5	5	1	11	4	3	1
	Porcentagem									
	Movimento									
Alhandra	2						1			
	Porcentagem						50,00%			
	Movimento						Ligas			
Belém	1						1			
	Porcentagem						100,00%			
	Movimento						Ligas			
Cabedelo	1							1		
	Porcentagem							100,00%		
	Movimento							Ligas		
Campina Grande	1						1			
	Porcentagem						100,00%			
	Movimento						Ligas			
Conde	1									
	Porcentagem									
	Movimento									
Cruz do Espírito Santo	2			1						
	Porcentagem			50%						
	Movimento			Ligas						
Guarabira	1						1			
	Porcentagem						100%			
	Movimento						Ligas			

Município	Número total de ações	Campanha de alfabetização/cultural	Cercamento à casa grande	Greve	Manifestação / concentração pública	Manifestação / concentração pública / possível cercamento à casa grande	Procissão / velório	Mutirão	Nota	Ocupação (provável)
Ingá	1						1			
	Porcentagem						100%			
	Movimento						Ligas			
Itabaiana	1									
	Porcentagem									
	Movimento									
João Pessoa	13				3		1		2	1
	Porcentagem				23,08%		7,69%		15,38%	7,69%
	Movimento				2 das Ligas e 1 das Ligas e PCB conjuntamente		Ligas		Ligas	Não indica
Mamanguape	7			1			1			
	Porcentagem			14,29%			14,29%			
	Movimento			Ligas			Ligas			
Mari	1	1								
	Porcentagem	100%								
	Movimento	Ligas								
Mulungu	1						1			
	Porcentagem						100%			
	Movimento						Ligas			
Pedras de Fogo	1						1			
	Porcentagem						100%			
	Movimento						Ligas			
Santa Rita	8			1			1	2		
	Porcentagem			12,50%			12,50%	25,00%		
	Movimento			Ligas			Ligas	Ligas		
Sapé	17	1	1	2	2	1	1	1		
	Porcentagem	5,88%	5,88%	11,76%	11,76%	5,88%	5,88%	5,88%		
	Movimento	Ligas	Ligas	Ligas	Ligas	Ligas	Ligas	Não indica		
Sem identificação	1								1	
									100%	
								Ligas		

Ações coletivas por município PB parte II¹⁵⁶

Município	Número total de ações	Ocupação de terras	Possível mutirão/cercamento à casa grande	Protesto à instituição pública	Protesto não especificado	Recurso jurídico	Reunião	Reunião de lideranças com representantes de usinas/senhores de engenho	Reunião estadual de lideranças de uma organização	Reunião/concentração pública	Reunião/eleição de diretoria
Total do estado	60	5	3		1	1	2	1	2	5	2
	Porcentagem										
	Movimento										
Alhandra	2				1						
	Porcentagem				50,00%						
	Movimento				Ligas						
Belém	1										
	Porcentagem										
	Movimento										
Cabedelo	1										
	Porcentagem										
	Movimento										
Campina Grande	1										
	Porcentagem										
	Movimento										
Conde	1	1									
	Porcentagem	100,00%									
	Movimento										
Cruz do Espírito Santo	2	1									
	Porcentagem	50%									
	Movimento	Não indica									
Guarabira	1										
	Porcentagem										
	Movimento										
Ingá	1										
	Porcentagem										
	Movimento										

¹⁵⁶ Reparar que existe 1 protesto não identificado, o que não permitiu qualifica-lo como ação híbrida ou do novo repertório.

Município	Número total de ações	Reunião/ indicativo de greve	Uso de meio jurídico de forma coletiva	Ações novo repertório	Ações coletivas híbridas	Porcentagem ações novo repertório	Porcentagem ações coletivas híbridas	Porcentagem de ações da cidade em relação ao total do estado	Porcentagem ações das Ligas	Porcentagem ações do PCB	Porcentagem ações das Ligas e do PCB conjuntamente	Porcentagem ações das Ligas, PCB e outros setores conjuntamente	Porcentagem ações sem indentificação de movimento registrada
Itabaiana	1			1	0	100,00%		1,69%					100,00%
	Porcentagem												
	Movimento												
João Pessoa	13	1		11	2	84,62%	15,38%	22,03%	76,92%		15,38%		7,69%
	Porcentagem	7,69%											
	Movimento	Ligas e PCB conjuntamente											
Mamanguape	7			3	4	42,86%	57,14%	11,86%	85,71%				14,29%
	Porcentagem												
	Movimento												
Mari	1			1	0	100,00%		1,69%	100,00%				
	Porcentagem												
	Movimento												
Mulungu	1			0	1		100,00%	1,69%	100,00%				
	Porcentagem												
	Movimento												
Pedras de Fogo	1			0	1		100,00%	1,69%	100,00%				
	Porcentagem												
	Movimento												
Santa Rita	8			4	4	50,00%	50,00%	10,17%	100,00%				
	Porcentagem												
	Movimento												
Sapé	17		3	11	6	64,71%	35,29%	28,81%	94,12%				5,88%
	Porcentagem		17,65%										
	Movimento		Ligas										
Sem identificação	1			1	0	100,00%		1,69%	100,00%				

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa.

Município	Número total de ações	Apoio a greve de terceiros	Campanha de alfabetização/ cultural	Cercamento à casa grande	Greve	Greve regional	Manifestação / concentração pública	Manifestação/ concentração pública/ possível cercamento à casa grande	Procissão / velório	Mutirão	Nota
Bom Conselho	1										
	Porcentagem										
	Movimento										
Bom Jardim	5						1			2	
	Porcentagem						20%			40%	
	Movimento						1 das Ligas			1 das Ligas e 1 sem identificação	
Bonito	4				2						
	Porcentagem				50%						
	Movimento				1 do PCB; 1 das Ligas e PCB conjuntamente						
Cabo	3				1		1				
	Porcentagem				33,33%		33,33%				
	Movimento				1 das Ligas		1 Ligas e PCB conjuntamente				
Catende	2				2						
	Porcentagem				100%						
	Movimento				2 do PCB						
Cortês	1				1						
	Porcentagem				100%						
	Movimento				PCB						
Cupira	1				1						
	Porcentagem				100%						
	Movimento				PCB						
Escada	8					1					2
	Porcentagem					12,50%					25,00%
	Movimento					1 do PCB e da Igreja					2 do PCB e da Igreja

Município	Número total de ações	Apoio a greve de terceiros	Campanha de alfabetização/cultural	Cercamento à casa grande	Greve	Greve regional	Manifestação / concentração pública	Manifestação / concentração pública / possível cercamento à casa grande	Procissão / velório	Mutirão	Nota
Moreno	5				2		1		1		
	Porcentagem				40,00%		20,00%		20,00%		
	Movimento				1 do PCB; 1 sem identificação		1 Ligas e PCB		1 das Ligas		
Olinda	1										
	Porcentagem										
	Movimento										
Palmares	10				1	1	3				2
	Porcentagem				10%	10%	30%				20%
	Movimento				1 do PCB	1 do PCB	1 do PCB; 1 das Ligas e do PCB; 1 das Ligas, PCB e outros setores				2 do PCB
Panela de Miranda	1				1						
	Porcentagem				100%						
	Movimento				1 do PCB						
Pau D'Alho	2										
	Porcentagem										
	Movimento										
Pernambuco (sem identificação da cidade; mas as greves provavelmente na Mata Sul)	13				6	2					1
	Porcentagem				46,15%	15,38%					7,69%
	Movimento				6 do PCB	1 Sem identificação; 1 das Ligas, PCB e Igreja					1 do PCB
Pesqueira	1										
	Porcentagem										
	Movimento										
Quipapá	2				2						
	Porcentagem				100%						
	Movimento				2 do PCB e da Igreja						

Ações por município PE parte II

Município	Número total de ações	Ocupação (provável)	Ocupação de terras	Possível mutirão/ cercamento à casa grande	Protesto à instituição pública	Protesto não especificado	Redcurso jurídico	Reunião	Reunião/ Fundação de sindicato-Liga	Reunião de lideranças com representantes de usinas/senhores de engenho	Reunião estadual de lideranças de uma organização
Total do estado	163		2	1	2		4	19	4	1	3
	Porcentagem		1,23%	0,61%	1,23%		2,45%	11,66%	2,45%	0,61%	1,84%
	Movimento		1 sem identificação; 1 Ligas, PCB e indígenas Xukuru	Não indica	1 das Ligas; 1 do PCB		2 das Ligas; 2 sem identificação	10 do PCB; 6 sem identificação; 3 das Ligas	2 das Ligas; 2 do PCB	Sem identificação	2 Ligas e PCB conjuntamente; 1 Ligas
Água Preta	2										
	Porcentagem										
	Movimento										
Amaraji	3								1		
	Porcentagem								33,33%		
	Movimento								1 das Ligas		
Angelim	1										
	Porcentagem										
	Movimento										
Barra de Guaratiba	1										
	Porcentagem										
	Movimento										
Barreiros	2										
	Porcentagem										
	Movimento										
Belém de Maria	1										
	Porcentagem										
	Movimento										
Belo Jardim	1						1				
	Porcentagem						100%				
	Movimento						Ligas				

Município	Número total de ações	Ocupação (provável)	Ocupação de terras	Possível mutirão/ cercamento à casa grande	Protesto à instituição pública	Protesto não especificado	Redcurso jurídico	Reunião	Reunião/ Fundação de sindicato-Liga	Reunião de lideranças com representantes de usinas/senhores de engenho	Reunião estadual de lideranças de uma organização
Bom Conselho	1							1			
	Porcentagem							100%			
	Movimento							Igreja e PCB			
Bom Jardim	5						1	1			
	Porcentagem						20%	20%			
	Movimento						Sem identificação	PCB e Igreja			
Bonito	4						1				
	Porcentagem						25%				
	Movimento						Sem identificação				
Cabo	3							1			
	Porcentagem							33,33%			
	Movimento							1 das Ligas			
Catende	2										
	Porcentagem										
	Movimento										
Cortês	1										
	Porcentagem										
	Movimento										
Cupira	1										
	Porcentagem										
	Movimento										
Escada	8							3			
	Porcentagem							37,50%			
	Movimento							3 do PCB e da Igreja			

Município	Número total de ações	Ocupação (provável)	Ocupação de terras	Possível mutirão/ cercamento à casa grande	Protesto à instituição pública	Protesto não especificado	Redcurso jurídico	Reunião	Reunião/ Fundação de sindicato-Liga	Reunião de lideranças com representantes de usinas/senhores de engenho	Reunião estadual de lideranças de uma organização
Gameleira	1										
	Porcentagem										
	Movimento										
Glória de Goita	2							1			
	Porcentagem							50%			
	Movimento							Sem identificação			
Goiana	8							1	1		
	Porcentagem							12,50%	12,50%		
	Movimento							1 do PCB	1 do PCB		
Gravatá	1										
	Porcentagem										
	Movimento										
Ipojuca	4				1						
	Porcentagem				25%						
	Movimento				1 do PCB e da Igreja						
Itambé	8							1	1		
	Porcentagem							12,50%	12,50%		
	Movimento							Ligas	1 Sem identificação		
Jaboatão	17								2		
	Porcentagem								11,76%		
	Movimento								1 do PCB; 1 sem identificação		
Joaquim Nabuco	3								1	1	
	Porcentagem								33,33%	33,33%	
	Movimento								1 do PCB	1 das Ligas	
Limoeiro	1								1		
	Porcentagem								100%		
	Movimento								1 Sem identificação		

Município	Número total de ações	Reunião estadual de lideranças e participantes de organizações diversas	Reunião entre lideranças e autoridades do Estado	Reunião entre lideranças camponesas e de usineiros com mediação do Estado	Reunião/ concentração pública	Reunião/ eleição de diretoria	Reunião/ indicativo de greve	Uso de meio jurídico de forma coletiva	Trabalho moroso
Bom Conselho	1								
	Porcentagem								
	Movimento								
Bom Jardim	5								
	Porcentagem								
	Movimento								
Bonito	4						1		
	Porcentagem						25%		
	Movimento						1 Ligas e PCB conjuntamente		
Cabo	3								
	Porcentagem								
	Movimento								
Catende	2								
	Porcentagem								
	Movimento								
Cortês	1								
	Porcentagem								
	Movimento								
Cupira	1								
	Porcentagem								
	Movimento								
Escada	8			1	1				
	Porcentagem			12,50%	12,50%				
	Movimento			1 do PCB e da Igreja	1 do PCB e da Igreja				

Município	Número total de ações	Reunião estadual de lideranças e participantes de organizações diversas	Reunião entre lideranças e autoridades do Estado	Reunião entre lideranças camponesas e de usineiros com mediação do Estado	Reunião/concentração pública	Reunião/eleição de diretoria	Reunião/indicativo de greve	Uso de meio jurídico de forma coletiva	Trabalho moroso
Recife	22	2		2	1				
	Porcentagem	9,09%		9,09%	4,55%				
	Movimento	1 Ligas e PCB; 1 Ligas, PCB e outras organizações		1 do PCB; 1 das Ligas e PCB	1 das Ligas e PCB				
Ribeirão	5					1			
	Porcentagem					20,00%			
	Movimento				1 das Ligas e PCB				
Rio de Janeiro (ação de movimentos de PE)	2	1	1						
	Porcentagem	50%	50%						
	Movimento	1 Ligas e PCB	1 do PCB						
São Caetano	1								
	Porcentagem								
	Movimento								
São Joaquim do Monte	2								
	Porcentagem								
	Movimento								
São Lourenço da Mata	2						1		
	Porcentagem						50%		
	Movimento						1 do PCB e da Igreja		
Timbaúba	5						1		
	Porcentagem						20,00%		
	Movimento						1 do PCB		
Várias cidades no interior de Pernambuco (sem identificação)	1								
	Porcentagem								
	Movimento								
Vertentes	1								
	Porcentagem								
	Movimento								
Vitória de Santo Antão	9					1			
	Porcentagem					11,11%			
	Movimento				1 das Ligas				
Xexeu	1					1			
	Porcentagem					100%			
	Movimento				1 Sem identificação				

Município	Número total de ações	Porcentagem de ações da cidade em relação ao total do estado	Ações novo repertório	Ações coletivas híbridas	Porcentagem de ações novo repertório	Porcentagem de ações coletivas híbridas	Porcentagem ações das Ligas	Porcentagem ações do PCB e	Porcentagem ações das Ligas e do PCB conjuntamente	Porcentagem ações das Ligas, PCB e outros setores conjuntamente	Porcentagem ações sem identificação de movimento registrada	Porcentagem ações do PCB e da Igreja
Recife	22	13,50%	22		100,00%		27,27%	9,09%	45,45%	13,64%	4,55%	
	Porcentagem											
	Movimento											
Ribeirão	5	3,07%	4	1	80,00%	20,00%		60,00%	20,00%		20,00%	
	Porcentagem											
	Movimento											
Rio de Janeiro (ação de movimentos de PE)	2	1,23%	2		100,00%			50,00%	50,00%			
	Porcentagem											
	Movimento											
São Caetano	1	0,61%	1		100,00%			100,00%				
	Porcentagem											
	Movimento											
São Joaquim do Monte	2	1,23%	2		100,00%			100,00%				
	Porcentagem											
	Movimento											
São Lourenço da Mata	2	1,23%	2		100,00%						50,00%	50,00%
	Porcentagem											
	Movimento											
Timbaúba	5	3,07%	5		100,00%			100,00%				
	Porcentagem											
	Movimento											
Várias cidades no interior de Pernambuco (sem identificação)	1	0,61%	1		100,00%					100,00%		
	Porcentagem											
	Movimento											
Vertentes	1	0,61%	0	1	0,00%	100,00%	100,00%					
	Porcentagem											
	Movimento											
Vitória de Santo Antão	9	5,52%	8	1	88,89%	11,11%	22,22%	55,55%	11,11%		11,11%	
	Porcentagem											
	Movimento											
Xexeu	1	0,61%	1		100,00%						100,00%	
	Porcentagem											
	Movimento											

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

APÊNDICE C – TABELA C - POSIÇÕES SOCIAIS RELACIONADAS À MORADA NA PARAÍBA EM 1960

Município	Total pessoal ocupado no campo	Pessoal ocupado no campo somados a foreiros, ocupantes e parceiros	Pessoal ocupado no campo somados a foreiros, ocupantes, parceiros e pequenos proprietários	Total não remunerado que realiza trabalho familiar	Total população rural ativa com renda (retirando trabalho familiar e não contando pequenos proprietários)	Total população rural ativa com renda (retirando trabalho familiar e contando pequenos proprietários)	Ocupantes	Moradores de condição (trabalho permanente)	Pontas de rua (trabalho temporário)	Parceiros (parceiros mais arrendatários que pagam em produto)	Foreiros (arrendados pagos em dinheiro subtraído arrendatários donos de terra)	Pequenos proprietários (Estabelecimentos de 1 a 50 hectares subtraído da quantidade de foreiros e estabelecimentos arrendados pagos em produto)
Sapé	9756	11257	11904	5066	6191	6838	28	3240	1209	36	1470	647
Alagoa Grande	3967	4009	4198	491	3518	3707	0	2090	944	40	6	189
Alagoa Nova	10004	11176	12629	7816	3360	4813	34	1029	1046	201	1017	1453
Alhandra	8888	9210	10589	7730	1480	2859	0	244	709	6	303	1379
Areia	9695	9713	10495	3155	6558	7340	1	1991	2656	93	15	782
Bananeiras	9372	10347	10991	4996	5351	5995	15	174	1484	2688	938	644
Belém	2462	2462	2833	1728	734	1105	0	604	117	13	0	371
Cabedelo	115	121	151	72	49	79	3	18	8	0	3	30
Campina Grande	56898	64146	68616	42490	21656	26126	286	1603	11855	471	6818	4470
Conde	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Cruz do Espírito Santo	6773	7075	7639	3193	3882	4446	1	1351	835	1	300	564
Guarabira	6718	6756	7693	3917	2839	3776	12	922	1354	297	26	937
Ingá	2745	2752	3246	1248	1504	1998	7	346	1114	19	0	494
Itabaiana	6922	7011	8179	4771	2240	3408	13	393	1612	63	71	1168
João Pessoa	5564	7261	7417	3566	3695	3851	10	895	883	380	1402	156
Mamanguape	14366	14567	16323	9254	5313	7069	53	735	2917	277	146	1756
Mari	2971	3297	3372	1537	1760	1835	0	118	1281	35	324	75
Mulungu	1810	1812	2054	1486	326	568	2	63	259	2	0	242
Pedras de Fogo	4414	5589	5872	3189	2400	2683	0	105	885	9	1174	283
Piripituba	1700	1725	2075	1005	720	1070	1	657	19	0	24	350
Pilões	1451	1452	1521	387	1065	1134	0	458	443	33	0	69
Santa Rita	4865	5950	6105	2155	3795	3950	5	713	1691	161	971	155
Serraria	7897	8117	9167	6264	1853	2903	4	936	604	199	50	1050

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

APÊNDICE D – TABELA D - PORCENTAGENS DAS CATEGORIAS RELACIONADAS À MORADA E AÇÕES COLETIVAS NA PARAÍBA NA DÉCADA DE 1960

Município	Porcentagem foreiros e parceiros por ativos com renda	Porcentagem moradores de condição, pontas de rua e outra condição por ativos com renda	Porcentagem ocupantes por população rural com renda	Porcentagem foreiros e parceiros por ativos com renda levando em conta pequenos proprietários	Porcentagem moradores de condição, pontas de rua e outra condição por ativos com renda levando em conta pequenos proprietários	Porcentagem ocupantes por população rural com renda levando em conta pequenos proprietários	Porcentagem pequenos proprietários por ativos com renda	Porcentagem de ações coletivas em relação a todo o estado	Porcentagem de ações híbridas	Porcentagem de ações do novo repertório
Alagoa Grande	1,31%	98,69%	0,00%	1,24%	93,66%	0,00%	5,10%	0,00%	0,00%	0,00%
Alagoa Nova	36,25%	62,74%	1,01%	25,31%	43,80%	0,71%	30,19%	0,00%	0,00%	0,00%
Alhandra	20,88%	64,39%	0,00%	10,81%	33,33%	0,00%	48,23%	3,39%	50,00%	50,00%
Areia	1,65%	98,34%	0,02%	1,47%	87,86%	0,01%	10,65%	0,00%	0,00%	0,00%
Bananeiras	67,76%	31,92%	0,28%	60,48%	28,49%	0,25%	10,74%	0,00%	0,00%	0,00%
Belém	1,77%	98,23%	0,00%	1,18%	65,25%	0,00%	33,57%	1,69%	100,00%	0,00%
Cabedelo	6,12%	87,76%	6,12%	3,80%	54,43%	3,80%	37,97%	1,69%	100,00%	0,00%
Campina Grande	33,66%	65,02%	1,32%	27,90%	53,90%	1,09%	17,11%	1,69%	100,00%	0,00%
Conde	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	1,69%	100,00%	0,00%
Cruz do Espírito Santo	7,75%	92,22%	0,03%	6,77%	80,52%	0,02%	12,69%	3,39%	50,00%	50,00%
Guarabira	11,38%	88,20%	0,42%	8,55%	66,31%	0,32%	24,81%	1,69%	100,00%	0,00%
Ingá	1,26%	98,27%	0,47%	0,95%	73,97%	0,35%	24,72%	1,69%	100,00%	0,00%
Itabaiana	5,98%	93,44%	0,58%	3,93%	61,41%	0,38%	34,27%	1,69%	0,00%	100,00%
João Pessoa	48,23%	51,50%	0,27%	46,27%	49,42%	0,26%	4,05%	22,03%	15,38%	84,62%
Mamanguape	7,96%	91,04%	1,00%	5,98%	68,43%	0,75%	24,84%	11,86%	57,14%	42,86%
Mari	20,40%	79,60%	0,00%	19,56%	76,35%	0,00%	4,09%	1,69%	0,00%	100,00%
Mulungu	0,61%	98,77%	0,61%	0,35%	56,69%	0,35%	42,61%	1,69%	100,00%	0,00%
Pedras de Fogo	49,29%	50,71%	0,00%	44,09%	45,36%	0,00%	10,55%	1,69%	100,00%	0,00%
Pilões	3,10%	96,90%	0,00%	2,91%	91,01%	0,00%	6,08%	0,00%	0,00%	0,00%
Piripituba	3,33%	96,53%	0,14%	2,24%	64,95%	0,09%	32,71%	0,00%	0,00%	0,00%
Santa Rita	29,83%	70,04%	0,13%	28,66%	67,29%	0,13%	3,92%	10,17%	50,00%	50,00%
Sapé	24,33%	75,22%	0,45%	22,02%	68,10%	0,41%	9,46%	28,81%	35,29%	64,71%
Serraria	13,44%	86,35%	0,22%	8,58%	55,12%	0,14%	36,17%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

APÊNDICE E – TABELA E - POSIÇÕES SOCIAIS RELACIONADAS À MORADA NO ESTADO DE PERNAMBUCO EM 1960

Município	Total pessoal ocupado no campo	Pessoal ocupado no campo somados a foreiros, ocupantes e parceiros	Pessoal ocupado no campo somados a foreiros, ocupantes, parceiros e pequenos proprietários	Total não remunerado que realiza trabalho familiar	Total população rural ativa com renda (retirando trabalho familiar e não contando pequenos proprietários)	Total população rural ativa com renda (retirando trabalho familiar e contando pequenos proprietários)	Ocupantes	Moradores de condição (trabalho permanente)	Pontas de rua (trabalho temporário)	Parceiros (parceiros mais arrendatários que pagam em produto)	Foreiros (arrendados pagos em dinheiro subtraído arrendatários donos de terra)	Pequenos proprietários (Estabelecimentos de 1 a 50 hectares subtraído da quantidade de foreiros e estabelecimentos arrendados pagos em produto)
Água Preta	13263	13287	13287	306	12981	12981	0	7852	5010	98	20	0
Aliança	6189	6252	6359	558	5694	5801	0	3715	1549	51	29	107
Barreiros	6357	6374	6399	121	6253	6278	0	210	6024	15	2	25
Cabo	8955	8960	8969	360	8600	8609	0	2105	6389	0	5	9
Carpina	12476	14324	14877	10001	4323	4876	0	633	1365	110	1805	553
Escada	7254	7317	7317	268	7049	7049	0	4850	2135	16	48	0
Goiana	7760	7790	7945	560	7230	7385	0	5105	2064	39	16	155
Igarassu	10875	12507	13040	6230	6277	6810	4	458	4083	58	1627	533
Ipojuca	9292	9292	9298	124	9168	9174	0	187	5609	2	0	6
Jaboatão	3289	3361	3454	293	3068	3161	45	1236	1388	10	25	93
Maraial	8048	8212	8244	637	7575	7607	2	3143	3883	5	161	32
Moreno	3950	4089	4176	533	3556	3643	1	1958	1459	1	137	87
Nazaré da Mata	7261	7365	7690	1576	5789	6114	0	3571	1984	33	84	325
Palmares	9455	9466	9504	338	9128	9166	1	3850	5261	4	6	38
Pau D'Alho	6554	6611	7194	2336	4275	4858	0	2055	2054	21	48	583
Paulista	622	720	793	336	384	457	0	117	169	0	98	73
Ribeirão	6239	6242	6242	73	6169	6169	0	530	5636	3	0	0
Rio Formoso	3945	3951	3999	147	3804	3852	0	94	979	1	5	48
São Lourenço da Mata	4712	4718	4906	278	4440	4628	1	483	3907	1	4	188
Sirinhaém	5910	5926	5934	240	5686	5694	0	207	5303	157	11	8
Itambé	4184	4202	4269	363	3839	3906	0	1621	1478	0	18	67
Timbaúba	7901	8519	8937	2744	5775	6193	13	2536	2523	62	570	418
Vicência	5647	5812	6145	1425	4387	4720	6	2791	1364	34	143	333
Vitória de Santo Antão	41425	48015	50346	34048	13967	16298	477	958	4238	94	6063	2331
Bom Jardim	20218	24431	26633	18190	6241	8443	13	202	1572	21	4197	2202
Pesqueira	6322	6450	7340	2745	3705	4595	29	764	2686	27	96	890
Vertentes	16931	19068	23336	14141	4927	9195	1	302	2471	73	2076	4268

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

APÊNDICE F – TABELA F - PORCENTAGENS DAS CATEGORIAS RELACIONADAS À MORADA E AÇÕES COLETIVAS EM PERNAMBUCO NA DÉCADA DE 1960

Município	Porcentagem foreiros e parceiros por ativos com renda	Porcentagem moradores de condição, pontas de rua e outra condição por ativos com renda	Porcentagem ocupantes por população rural com renda	Porcentagem foreiros e parceiros por ativos com renda levando em conta pequenos proprietários	Porcentagem moradores de condição, pontas de rua e outra condição por ativos com renda levando em conta pequenos proprietários	Porcentagem ocupantes por população rural com renda levando em conta pequenos proprietários	Porcentagem pequenos proprietários por ativos com renda	Porcentagem de ações coletivas em relação a todo o estado	Porcentagem de ações híbridas	Porcentagem de ações do novo repertório
Água Preta	0,91%	99,09%	0,00%	0,91%	99,09%	0,00%	0,00%	1,23%	0,00%	100%
Aliança	1,40%	98,60%	0,00%	1,38%	96,78%	0,00%	1,84%	0,00%	0,00%	0,00%
Barreiros	0,27%	99,73%	0,00%	0,27%	99,33%	0,00%	0,40%	1,23%	0,00%	100,00%
Cabo	0,06%	99,94%	0,00%	0,06%	99,84%	0,00%	0,10%	1,84%	0,00%	100,00%
Carpina	44,30%	55,70%	0,00%	39,27%	49,38%	0,00%	11,34%	0,00%	0,00%	0,00%
Escada	0,91%	99,09%	0,00%	0,91%	99,09%	0,00%	0,00%	4,91%	0,00%	100,00%
Goiana	0,76%	99,24%	0,00%	0,74%	97,16%	0,00%	2,10%	4,91%	0,00%	100,00%
Igarassu	26,84%	73,09%	0,06%	24,74%	67,37%	0,06%	7,83%	0,00%	0,00%	0,00%
Ipojuca	0,02%	99,98%	0,00%	0,02%	99,91%	0,00%	0,07%	2,45%	0,00%	100,00%
Jaboatão	1,14%	97,39%	1,47%	1,11%	94,53%	1,42%	2,94%	10,43%	5,88%	94,12%
Maraial	2,19%	97,78%	0,03%	2,18%	97,37%	0,03%	0,42%	0,00%	0,00%	0,00%
Moreno	3,88%	96,09%	0,03%	3,79%	93,80%	0,03%	2,39%	3,07%	20,00%	80,00%
Nazaré da Mata	2,02%	97,98%	0,00%	1,91%	92,77%	0,00%	5,32%	0,00%	0,00%	0,00%
Palmares	0,11%	99,88%	0,01%	0,11%	99,47%	0,01%	0,41%	6,13%	0,00%	100,00%
Pau D'Alho	1,61%	98,39%	0,00%	1,42%	86,58%	0,00%	12,00%	1,23%	0,00%	100,00%
Paulista	25,52%	74,48%	0,00%	21,44%	62,58%	0,00%	15,97%	0,00%	0,00%	0,00%
Ribeirão	0,05%	99,95%	0,00%	0,05%	99,95%	0,00%	0,00%	3,07%	20,00%	80,00%
Rio Formoso	0,16%	99,84%	0,00%	0,16%	98,60%	0,00%	1,25%	0,00%	0,00%	0,00%
São Lourenço da Mata	0,11%	99,86%	0,02%	0,11%	95,81%	0,02%	4,06%	1,23%	0,00%	100,00%
Sirinhaém	2,95%	97,05%	0,00%	2,95%	96,91%	0,00%	0,14%	0,00%	0,00%	0,00%
Itambé	0,47%	99,53%	0,00%	0,46%	97,82%	0,00%	1,72%	4,91%	12,50%	87,50%
Timbaúba	10,94%	88,83%	0,23%	10,21%	82,84%	0,21%	6,75%	3,07%	0,00%	100,00%
Vicência	4,03%	95,83%	0,14%	3,75%	89,07%	0,13%	7,06%	0,00%	0,00%	0,00%
Vitória de Santo Antão	44,08%	52,50%	3,42%	37,78%	44,99%	2,93%	14,30%	5,52%	11,11%	88,89%
Bom Jardim	67,59%	32,21%	0,21%	49,96%	23,81%	0,15%	26,08%	3,07%	40,00%	60,00%
Pesqueira	3,32%	95,90%	0,78%	2,68%	77,32%	0,63%	19,37%	0,61%	100,00%	0,00%
Vertentes	43,62%	56,36%	0,02%	23,37%	30,20%	0,01%	46,42%	0,61%	100,00%	0,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

APÊNDICE G – TABELA G - DADOS ECONÔMICOS DE PRODUÇÃO DE CANA, ALGODÃO, INDUSTRIAL, TERCEIRO SETOR E DE TERRAS PRÓPRIAS E ARRENDADAS POR MUNICÍPIO NA PARAÍBA EM 1960

Município	Produção de cana (toneladas)	Area Total	Estabelecimentos terras próprias	Área terras próprias	Estabelecimentos terras arrendadas	Área terras arrendadas	Porcentagem terras arrendadas	Porcentagem terras próprias	Média de áreas arrendadas	Economicamente ativos na indústria	Economicamente ativos outras atividades	Algodão produção	Algodão área
Sapé	182750	39466	698	31208	1475	7937	20,11%	79,08%	5,3810169	758	2031	736	2985
Alagoa Grande	110911	24115	205	10882	86	2572	10,67%	45,13%	29,906977	1050	1861	533	974
Alagoa Nova	21114	18568	1461	12764	1138	5419	29,18%	68,74%	4,7618629	253	699	6	42
Alhandra	1720	24219	168	19653	1586	4566	18,85%	81,15%	2,8789407	46	229	47	107
Areia	133309	31956	913	30645	17	1244	3,89%	95,90%	73,176471	165	1041	274	632
Bananeiras	10104	20353	684	15402	965	4319	21,22%	75,67%	4,4756477	123	559	473	2236
Belém	328	16074	407	16074	0	0	0,00%	100,00%	0	22	250	1128	9892
Cabedelo	0	2047	31	1994	3	8	0,39%	97,41%	2,6666667	302	2525	0	0
Campina Grande	2008	116322	4644	83843	7023	20113	17,29%	72,08%	2,8638758	5655	26850	3504	9979
Conde	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Cruz do Espírito Santo	214683	30897	580	28223	304	753	2,44%	91,35%	2,4769737	168	609	369	615
Guarabira	8477	20794	1009	19886	26	827	3,98%	95,63%	31,807692	1108	2970	359	1113
Ingá	0	35311	620	30926	6	445	1,26%	87,58%	74,166667	212	978	866	3418
Itabaiana	1040	47761	1344	46319	76	1039	2,18%	96,98%	13,671053	800	1859	2764	5093
João Pessoa	3376	32463	236	23905	1691	7127	21,95%	73,64%	4,2146659	5469	32207	0	5
Mamanguape	76806	133830	1900	125302	148	1332	1,00%	93,63%	9	451	1841	581	1819
Mari	360	8667	89	7815	326	852	9,83%	90,17%	2,6134969	88	390	468	714
Mulungu	0	16118	295	16114	0	0	0,00%	99,98%	0	26	181	624	919
Pedras de Fogo	6428	21981	323	17075	1175	4906	22,32%	77,68%	4,1753191	249	735	198	332
Piripituba	2500	9004	366	8751	24	248	2,75%	97,19%	10,3333333	164	695	257	885
Pilões	53101	10170	102	10043	1	100	0,98%	98,75%	100	96	272	0	0
Santa Rita	114037	24029	205	20104	1080	3906	16,26%	83,67%	3,6166667	2438	3005	2	7
Serraria	31559	11860	1085	10432	216	1410	11,89%	87,96%	6,5277778	43	640	205	357

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

APÊNDICE H – TABELA H - DADOS ECONÔMICOS DE PRODUÇÃO DE CANA, ALGODÃO, INDUSTRIAL, TERCEIRO SETOR E DE TERRAS PRÓPRIAS E ARRENDADAS POR MUNICÍPIO DE PERNAMBUCO EM 1960

Município	Produção de cana (toneladas)	Area Total	Estabelecimentos terras proprias	Área terras proprias	Estabelecimentos terras arrendadas	Área terras arrendadas	Porcentagem terras arrendadas	Porcentagem terras próprias	Média de áreas arrendadas	Economicamente ativos na indústria	Economicamente ativos outras atividades	Algodão produção	Algodão área
Agua Preta	603111	18039	104	50658	24	6368	10,90%	86,70%	265,33333	725	1481	0	0
Aliança	362571	9012	189	15833	63	12039	43,19%	56,81%	191,09524	658	1259	16	35
Barreiros	376269	12350	101	32082	17	4438	12,15%	87,85%	261,05882	1617	2539	0	0
Cabo	797341	13078	101	28491	5	2070	6,77%	93,23%	414	2734	3576	0	0
Carpina	94802	3282	579	9124	1846	6125	37,86%	56,39%	3,3179848	716	3375	658	1283
Escada	393930	8075	68	28739	63	777	2,13%	78,71%	12,333333	3134	2734	0	0
Goiana	324563	9834	257	44088	33	9562	16,67%	76,88%	289,75758	2348	4542	0	0
Igarassu	196428	4975	588	45665	1628	4936	9,73%	90,01%	3,031941	1180	2599	633	1413
Ipojuca	941210	19088	82	24496	0	0	0,00%	100,00%	0	593	1325	0	0
Jaboatão	226641	5033	133	18703	27	3265	14,56%	83,42%	120,92593	5244	16502	0	0
Maraial	182309	4740	100	22074	165	5375	18,20%	74,75%	32,575758	231	575	0	0
Moreno	229208	6850	131	16228	138	5113	23,95%	76,02%	37,050725	2748	1873	0	1
Nazaré da Mata	378463	10757	387	25967	104	12652	30,93%	63,49%	121,65385	924	2064	74	302
Palmares	543548	18318	118	36326	10	2877	7,17%	90,59%	287,7	1256	3782	0	0
Pau D'Alho	197965	6205	599	25042	57	6667	19,99%	75,09%	116,96491	644	2125	56	187
Paulista	421	14	84	1572	90	2744	29,80%	17,07%	30,488889	6478	4893	0	0
Ribeirão	320615	9789	62	28516	3	1567	5,21%	94,79%	522,33333	1459	1711	0	0
Rio Formoso	465069	11755	134	37363	6	2507	6,29%	93,71%	417,83333	817	1585	0	0
São Lourenço da Mata	273326	7742	250	29974	5	1874	5,88%	94,10%	374,8	3605	4142	0	0
Sirinhaém	340705	7182	69	30224	16	6002	16,57%	83,43%	375,125	590	1006	0	0
Itambé	346757	8639	145	29411	18	5806	16,49%	83,51%	322,55556	1540	1905	102	333
Timbaúba	227178	6697	493	17393	605	11098	38,35%	60,11%	18,343802	1769	3157	299	1129
Vicência	227178	6991	373	14796	170	4471	21,79%	72,10%	26,3	538	824	54	108
Vitória de Santo Antão	284595	7146	2389	30233	6108	14695	31,68%	65,18%	2,4058612	1636	5953	373	597
Bom Jardim	2156	77	2224	9933	4200	8906	46,83%	52,23%	2,1204762	177	862	509	3398
Pesqueira	185	5	1020	42956	98	400	0,89%	96,00%	4,0816327	2158	3265	24	96
Vertentes	0	0	4228	28477	2136	4047	12,30%	86,53%	1,8946629	224	888	1917	11650

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

APÊNDICE I – TABELA I - DADOS ECONÔMICOS, POSIÇÕES SOCIAIS RELACIONADAS À MORADA, AÇÕES COLETIVAS E HÍBRIDAS EM PERNAMBUCO E NA PARAÍBA NA DÉCADA DE 1960

Município	Produção cana	Área cana	Porcentagem de ações da cidade em relação ao total do estado	Ações novo repertório	Ações híbridas	Porcentagem de ações novo repertório	Porcentagem de ações híbridas	Porcentagem foreiros e parceiros por ativos com renda levando em conta pequenos proprietários	Porcentagem moradores de condição, pontas de rua e outra condição por ativos com renda levando em conta pequenos proprietários	Porcentagem pequenos proprietários por ativos com renda	Foreiros	Ativos na indústria	Economicamente ativos outras atividades	Porcentagem de ações híbridas em relação ao total de ações híbridas (35)	Algodão produção	Algodão Área
Sapé	182750		28,81%	11	6	64,71%	35,29%	22,03%	68,13%	9,47%	1470	758	2031	17,14%	736	2985
Mamanguape	76806		11,86%	3	4	42,86%	57,14%	5,99%	68,44%	24,85%	146	451	1841	11,43%	581	1819
Santa Rita	114037		10,17%	4	4	50,00%	50,00%	29,47%	69,20%	4,04%	971	2438	3005	11,43%	2	7
Bom Jardim	2156	77	3,07%	3	2	60,00%	40,00%	49,98%	23,82%	26,09%	4197	177	862	5,71%	509	3398
João Pessoa	3376		22,03%	11	2	84,62%	15,38%	49,97%	53,37%	4,37%	1402	5469	32207	5,71%	0	5
Jaboatão	226641	5033	10,43%	16	1	94,12%	5,88%	1,11%	94,59%	2,94%	25	5244	16502	2,86%	0	0
Moreno	229208	6850	3,07%	4	1	80,00%	20,00%	3,79%	93,82%	2,39%	137	2748	1873	2,86%	0	1
Itambé	346757	8639	4,91%	7	1	87,50%	12,50%	0,46%	97,82%	1,72%	18	1540	1905	2,86%	102	333
Vitória de Santo Antão	284595	7146	5,52%	8	1	88,89%	11,11%	37,89%	45,13%	14,35%	6063	1636	5953	2,86%	373	597
Pesqueira	185	5	0,61%	0	1	0,00%	100,00%	2,68%	77,37%	19,38%	96	2158	3265	2,86%	24	96
Vertentes	0	0	0,61%	0	1	0,00%	100,00%	23,52%	30,40%	46,72%	2076	224	888	2,86%	1917	11650
Ribeirão	320615	9789	3,07%	4	1	100,00%	0,00%	0,05%	100,00%	0,00%	0	1459	1711	2,86%	0	0
Alhandra	1720		3,39%	1	1	50,00%	50,00%	10,88%	33,56%	48,56%	303	46	229	2,86%	47	107
Belém	328		1,69%	0	1	0,00%	100,00%	1,18%	65,25%	33,57%	0	22	250	2,86%	1128	9892
Cabedelo	0		1,69%	0	1	0,00%	100,00%	3,80%	54,43%	37,97%	3	302	2525	2,86%	0	0
Campina Grande	2008		1,69%	0	1	0,00%	100,00%	28,05%	54,20%	17,20%	6818	5655	26850	2,86%	3504	9979
Conde	Sem dados		1,69%	0	1	0,00%	100,00%	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	2,86%	Sem dados	Sem dados
Cruz do Espírito Santo	214683		3,39%	1	1	50,00%	50,00%	6,77%	80,54%	12,69%	300	168	609	2,86%	369	615
Guarabira	8477		1,69%	0	1	0,00%	100,00%	8,55%	66,31%	24,81%	26	1108	2970	2,86%	359	1113
Ingá	0		1,69%	0	1	0,00%	100,00%	0,95%	73,97%	24,72%	0	212	978	2,86%	866	3418

Município	Produção cana	Área cana	Porcentagem de ações da cidade em relação ao total do estado	Ações novo repertório	Ações híbridas	Porcentagem de ações novo repertório	Porcentagem de ações híbridas	Porcentagem foreiros e parceiros por ativos com renda levando em conta pequenos proprietários	Porcentagem moradores de condição, pontas de rua e outra condição por ativos com renda levando em conta pequenos proprietários	Porcentagem pequenos proprietários por ativos com renda	Foreiros	Ativos na industria	Economicamente ativos outras atividades	Porcentagem de ações híbridas em relação ao total de ações híbridas (35)	Algodão produção	Algodão Área
Mulungu	0		1,69%	0	1	0,00%	100,00%	0,35%	56,69%	42,61%	0	26	181	2,86%	624	919
Pedras de Fogo	6428		1,69%	0	1	0,00%	100,00%	44,11%	45,38%	10,55%	1174	249	735	2,86%	198	332
Água Preta	603111	18039	1,23%	2	0	100,00%	0,00%	0,91%	99,12%	0,00%	20	725	1481	0,00%	0	0
Aliança	362571	9012	0	0	0	0,00%	0,00%	1,39%	97,35%	1,86%	29	658	1259	0,00%	16	35
Barreiros	376269	12350	1,23%	2	0	100,00%	0,00%	0,27%	99,57%	0,40%	2	1617	2539	0,00%	0	0
Cabo	797341	13078	1,84%	3	0	100,00%	0,00%	0,06%	99,84%	0,10%	5	2734	3576	0,00%	0	0
Carpina	94802	3282	0,00%	0	0	0,00%	0,00%	39,62%	49,82%	11,44%	1805	716	3375	0,00%	658	1283
Escada	393930	8075	4,91%	8	0	100,00%	0,00%	0,91%	99,30%	0,00%	48	3134	2734	0,00%	0	0
Goiana	324563	9834	4,91%	8	0	100,00%	0,00%	0,75%	97,34%	2,10%	16	2348	4542	0,00%	0	0
Igarassu	196428	4975	0,00%	0	0	0,00%	0,00%	24,75%	67,38%	7,83%	1627	1180	2599	0,00%	633	1413
Ipojuca	941210	19088	2,45%	4	0	100,00%	0,00%	0,02%	99,91%	0,07%	0	593	1325	0,00%	0	0
Maraial	182309	4740	0,00%	0	0	0,00%	0,00%	2,18%	97,38%	0,42%	161	231	575	0,00%	0	0
Nazaré da Mata	378463	10757	0,00%	0	0	0,00%	0,00%	1,92%	93,08%	5,33%	84	924	2064	0,00%	74	302
Palmares	543548	18318	6,13%	10	0	100,00%	0,00%	0,11%	99,51%	0,41%	6	1256	3782	0,00%	0	0
Pau D'Alho	197965	6205	1,23%	2	0	100,00%	0,00%	1,42%	86,74%	12,02%	48	644	2125	0,00%	56	187

Município	Produção cana	Área cana	Porcentagem de ações da cidade em relação ao total do estado	Ações novo repertório	Ações híbridas	Porcentagem de ações novo repertório	Porcentagem de ações híbridas	Porcentagem foreiros e parceiros por ativos com renda levando em conta pequenos proprietários	Porcentagem moradores de condição, pontas de rua e outra condição por ativos com renda levando em conta pequenos proprietários	Porcentagem pequenos proprietários por ativos com renda	Foreiros	Ativos na indústria	Economicamente ativos outras atividades	Porcentagem de ações híbridas em relação ao total de ações híbridas (35)	Algodão produção	Algodão Área
Paulista	421	14	0,00%	0	0	0,00%	0,00%	21,44%	62,58%	15,97%	98	6478	4893	0,00%	0	0
Rio Formoso	465069	11755	0,00%	0	0	0,00%	0,00%	0,16%	98,62%	1,25%	5	817	1585	0,00%	0	0
São Lourenço da Mata	273326	7742	1,23%	2	0	100,00%	0,00%	0,11%	95,83%	4,06%	4	3605	4142	0,00%	0	0
Sirinhaém	340705	7182	0,00%	0	0	0,00%	0,00%	2,95%	96,99%	0,14%	11	590	1006	0,00%	0	0
Timbaúba	227178	6697	3,07%	5	0	100,00%	0,00%	10,26%	83,31%	6,79%	570	1769	3157	0,00%	299	1129
Vicência	227178	6991	0,00%	0	0	0,00%	0,00%	3,76%	89,37%	7,08%	143	538	824	0,00%	54	108
Alagoa Grande	110911		0,00%	0	0	0,00%	0,00%	1,25%	94,58%	5,15%	6	1050	1861	0,00%	533	974
Alagoa Nova	21114		0,00%	0	0	0,00%	0,00%	25,96%	44,93%	30,97%	1017	253	699	0,00%	6	42
Areia	133309		0,00%	0	0	0,00%	0,00%	1,47%	87,88%	10,66%	15	165	1041	0,00%	274	632
Bananeiras	10104		0,00%	0	0	0,00%	0,00%	60,71%	28,60%	10,78%	938	123	559	0,00%	473	2236
Itabaiana	1040		1,69%	1	0	100,00%	0,00%	3,94%	61,50%	34,32%	71	800	1859	0,00%	2764	5093
Mari	360		1,69%	1	0	100,00%	0,00%	19,59%	76,43%	4,09%	324	88	390	0,00%	468	714
Piripituba	2500		0,00%	0	0	0,00%	0,00%	2,24%	64,95%	32,71%	24	164	695	0,00%	257	885
Pilões	53101		0,00%	0	0	0,00%	0,00%	2,91%	91,09%	6,09%	0	96	272	0,00%	0	0
Serraria	31559		0,00%	0	0	0,00%	0,00%	9,10%	58,46%	38,36%	50	43	640	0,00%	205	357

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

APÊNDICE J – TABELA J - DADOS DO CENSO AGRÍCOLA SOBRE AS POSIÇÕES SOCIAIS NO CAMPO NA PARAÍBA

Município	Total população rural	Total pessoal ocupado no campo	Total parceira não autônoma	Total trabalho rural temporário	Total trabalho rural permanente	Total trabalho rural em outra condição	Total não remunerado que realiza trabalho familiar	Estabelecimentos de 1 a 50 hectares	Estabelecimentos de 1 a 100 hectares	Estabelecimentos arrendados pagos em produto	Estabelecimentos arrendados pagos em dinheiro
Sapé	37952	9756	33	1209	3240	208	5066	2148	2158	3	1472
Alagoa Grande	22579	3967	4	944	2090	438	491	231	265	36	50
Alagoa Nova	25548	10004	80	1046	1029	33	7816	2625	2636	121	1017
Alhandra	11528	8888	5	709	244	0	7730	1701	1715	19	1567
Areia	25661	9695	91	2656	1991	1802	3155	800	844	2	15
Bananeiras	22460	9372	2666	1484	174	50	4996	1619	1636	22	944
Belém	8468	2462	13	117	604	0	1728	371	386	0	0
Cabedelo	1434	115	0	8	18	17	72	36	38	0	3
Campina Grande	94641	56898	327	11855	1603	623	42490	11718	11863	144	6881
Conde	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Cruz do Espírito Santo	5193	6773	0	835	1351	1394	3193	866	867	1	303
Guarabira	23620	6718	297	1354	922	228	3917	975	1011	0	26
Ingá	23615	2745	19	1114	346	18	1248	501	562	0	6
Itabaiana	31294	6922	58	1612	393	88	4771	1257	1325	5	71
João Pessoa	22021	5564	95	883	895	125	3566	1853	1881	285	1406
Mamanguape	54026	14366	275	2917	735	1185	9254	1957	2001	2	146
Mari	10241	2971	33	1281	118	2	1537	401	406	2	324
Mulungu	11827	1810	2	259	63	0	1486	244	263	0	0
Pedras de Fogo	17302	4414	8	885	105	227	3189	1458	1465	1	1174
Piripituba	9076	1700	0	19	657	19	1005	375	382	0	24
Pilões	6582	1451	32	443	458	131	387	70	72	1	0
Santa Rita	22624	4865	52	1691	713	254	2155	1240	1255	109	971
Serraria	14813	7897	33	604	936	60	6264	1270	1281	166	50

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

APÊNDICE K – TABELA K - DADOS DO CENSO AGRÍCOLA SOBRE AS POSIÇÕES SOCIAIS NO CAMPO EM PERNAMBUCO

Município	Total população rural	Total pessoal ocupado no campo	Total parceira não autônoma	Total trabalho rural temporário	Total trabalho rural permanente	Total trabalho rural em outra condição	Total não remunerado que realiza trabalho familiar	Estabelecimentos de 1 a 50 hectares	Estabelecimentos de 1 a 100 hectares	Estabelecimentos arrendados pagos em produto	Estabelecimentos arrendados pagos em dinheiro
Água Preta	25506	13263	94	5010	7852	1	306	17	19	4	20
Aliança	24854	6189	17	1549	3715	350	558	170	172	34	29
Barreiros	19253	6357	0	6024	210	2	121	42	42	15	2
Cabo	26428	8955	0	6389	2105	101	360	14	26	0	5
Carpina	25926	12476	67	1365	633	410	10001	2401	2412	43	1807
Escada	18626	7254	1	2135	4850	0	268	52	56	15	48
Goiana	32733	7760	25	2064	5105	6	560	185	203	14	19
Igarassu	25634	10875	57	4083	458	47	6230	2165	2178	1	1627
Ipojuca	26260	9292	2	5609	187	3370	124	6	9	0	0
Jaboatão	19170	3289	8	1388	1236	364	293	165	169	2	25
Maraial	14646	8048	4	3883	3143	381	637	196	211	1	164
Moreno	12077	3950	0	1459	1958	0	533	226	229	1	137
Nazaré da Mata	33352	7261	13	1984	3571	117	1576	429	437	20	84
Palmares	19776	9455	0	5261	3850	6	338	49	52	4	7
Pau D'Alho	29928	6554	12	2054	2055	97	2336	640	656	9	48
Paulista	9275	622	0	169	117	0	336	171	172	0	98
Ribeirão	12276	6239	0	5636	530	0	73	0	1	3	0
Rio Formoso	16175	3945	0	979	94	2725	147	54	64	1	5
São Lourenço da Mata	18827	4712	0	3907	483	44	278	194	202	1	4
Sirinhaém	14922	5910	152	5303	207	8	240	24	27	5	11
Itambé	30506	4184	0	1478	1621	722	363	85	97	0	18
Timbaúba	31043	7901	27	2523	2536	71	2744	1036	1052	35	570
Vicência	20892	5647	18	1364	2791	49	1425	498	511	16	154
Vitória de Santo Antão	60285	41425	44	4238	958	2137	34048	8921	8935	50	6063
Bom Jardim	36496	20218	18	1572	202	236	18190	6415	6430	3	4197
Pesqueira	22829	6322	24	2686	764	103	2745	1018	1070	3	96
Vertentes	29129	16931	13	2471	302	4	14141	6405	6457	60	2076

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

APÊNDICE L – INFORMAÇÕES SOBRE A COLETA DE DADOS ECONÔMICOS E DAS POSIÇÕES SOCIAIS A PARTIR DO CENSO AGRÍCOLA DE 1960 EM PERNAMBUCO E NA PARAÍBA.

- Para o cálculo de foreiros se utilizou a parte 12 do censo, a qual apresenta a subdivisão “Pagamento em dinheiro” da categoria “Arrendatários”. Cabe o destaque de que este dado, como os demais relativos ao censo agrícola, apresenta problemas de precisão, tendo em vista que os arrendatários poderiam ser grandes ou pequenos, isto é, poderiam ser foreiros, que arrendavam pequenas parcelas de terra dentro da fazenda em que moravam, ou grandes proprietários arrendando parcelas de terra de terceiros. Para aproximar melhor o número de foreiros, realizamos a média de área de terras arrendadas sob esta condição, de maneira que, quando a média estava abaixo dos 50 hectares, consideramos que eram foreiros e, acima disto, desconsideramos o dado, tendo em vista a impossibilidade de dizer quantos estabelecimentos arrendados seriam de foreiros e quantos de grandes proprietários.

- Em relação aos foreiros, outra medida adotada foi a de observar a categoria “Próprias e arrendadas” da parte 11 do censo, na qual entendemos que não estão considerados os foreiros, devido à baixa possibilidade de que os mesmos conseguissem acesso à terra por meio de propriedade e, simultaneamente, pelo contrato com latifundiários que lhes arrendasse uma parcela de terra, sendo que consideramos que dentro desta categoria estariam, provavelmente, outros grandes proprietários, de maneira que subtraímos o número desta estatística da de arrendatários que pagavam em dinheiro. Lembrando que, segundo o censo, uma parcela de terra que está sob duas formas de condição (uma parte é própria e a outra arrendada por exemplo), mas sob controle de uma mesma pessoa, foi contabilizada como um único estabelecimento. Uma terra própria e arrendada remete a um pedaço de terra em que uma mesma pessoa acessa, sob condições diferentes, o controle da mesma, o que não deixa muito claro o porquê desta categoria não ter seguido a mesma regra colocada pelo censo.

- Outra dificuldade com relação ao número de foreiros está na própria imprecisão da forma de coleta de dados do censo, tendo em vista que o mesmo afirma que os foreiros seriam considerados na categoria “Proprietários”, ou seja, seriam contabilizados junto aos dono de terra, fossem pequenos ou grandes, mas

esta informação não faz sentido, tendo em vista que um arrendatário de 2, 5, 10, 20, 30 ou 40 hectares, que paga o arrendamento em dinheiro provavelmente era um foreiro, tendo em vista o predomínio da dinâmica da *morada* no acesso à terra. O fato é que o censo não aprofundou suficientemente sua análise da realidade social para pensar a metodologia da coleta de dados, tendo em vista que entender categoricamente, quem é foreiro, quem é morador de condição, assim como entender quem poderia ser categorizado nas demais posições sociais, seria um dado de extrema relevância, porém os dados apenas permitem informações cruzadas e confusas, como a questão anteriormente apresentada: pode ser que um foreiro tenha sido contabilizado na categoria proprietários e outros não, e, se era para estarem nesta categoria, porque existe uma outra categoria que abrange os arrendatários que pagam em dinheiro? O censo apresenta várias destas confusões, sendo que tentamos ao máximo contorna-las para fazer aproximações que permitissem comparações entre os municípios.

- A respeito dos parceiros, as medidas adotadas foram semelhantes às dos foreiros: se considerou o número de “Arrendatários”, na subcategoria “Pagamento em produtos”, tendo em vista que o parceiro que pagasse “meia” ou “terça” – isto é, metade ou um terço de sua produção para o fazendeiro – o fazia a partir da entrega gratuita desta parte de seus produtos ao grande proprietário – a restante era vendida, normalmente ao próprio grande proprietário, a partir de coerção do mesmo. Aqui também se desconsiderou os casos em que a média de terras arrendadas pagas em produto fossem maiores que 50 hectares, mas não se subtraiu o número de terras próprias e arrendadas, pois pressupomos que esta categoria abrange mais médios e grandes proprietários que pagam em dinheiro.

- A respeito dos parceiros existe ainda um outro dado a ser considerado no censo: a parte 16 do censo apresenta uma categoria chamada “parceiros”, porém, novamente de maneira confusa, indica que a categoria não remetia aos parceiros autônomos – termo usado pelo próprio censo -, isso é, aos que administravam o terreno em que moram, sendo que a parceria na *morada* costumava envolver essa administração, ou seja, escolhas de plantio e o controle do trabalho. De toda maneira, por mais que não fique claro quem seriam esses parceiros “não autônomos”, cabe observar que é possível somar estes – que em geral são em número pouco expressivos no censo – aos arrendatários que pagam em produtos –

que apresentam números mais relevantes, por mais que muitas vezes provavelmente bem abaixo do que seriam os parceiros de um município -, de maneira a obter o número de parceiros. Cabe indicar que o censo afirma que os parceiros autônomos estariam considerados na categoria “responsável e membros não remunerados da família”, informação que foi por nós propositalmente ignorada devido a contradição do documento quanto a esta categoria: a mesma remete a membros que realizam o trabalho familiar e não são remuneradas (o termo responsável só gerando confusão, tendo em vista que se trata do trabalho familiar, normalmente de mulheres e homens jovens, e não dos membros que recebiam alguma forma de pagamento, homens que costumavam ser os “chefes de família”), ou seja, não remetem a parceiros que arrendavam a terra e tinham uma renda na venda de seu produto ao grande proprietário. Esta categoria que remete ao trabalho familiar abrangia aqueles que conseguiam trabalhar, isto é, as crianças mais novas, os mais idosos e aqueles que não conseguiam exercer a atividade do trabalho familiar, não eram calculados neste número.

-Outra ação por nós realizada, a partir da parte 11, foi dividir a área arrendada pelos estabelecimentos arrendados, obtendo uma média das mesmas, de maneira a observar se o arrendamento estava sendo realizado por foreiros, caso de áreas menores, como as de até 50 hectares, ou por grandes proprietários, acima do valor anteriormente mencionado. Esta informação serve de complementação a média de terras arrendadas pagas em produto e em dinheiro, sendo que, na maior parte dos casos, onde estas médias eram baixas, também o era a média de terras arrendadas em geral. Também anotou a área total, a área das terras próprias e a área das terras arrendadas, de maneira a permitir construir a porcentagem destas duas categorias sobre a área total, o que serve como informação para observar a concentração de terras nos municípios.

- A respeito de mais uma categoria mal construída pelo censo, podemos observar que o mesmo afirma que, na parte 16, a categoria “Outra condição” deveria remeter a outras formas de trabalho, inclusive a de moradores e agregados, informação absurda, se considerarmos que, em geral, existe um número baixíssimo de trabalhadores nesta categoria, Sapé, por exemplo, teria apenas 198 moradores homens e 10 moradoras mulheres – e isso se todos considerados nesta categoria fossem moradores -, dado irreal perante a presença do trabalho rural e da *morada*

no município. As ações das Ligas em Sapé, por vezes mobilizaram muitas vezes esse número de moradores, confirmando, mais uma vez, o absurdo da informação fornecida pelo censo. Esta categoria não foi por nós considerada na elaboração das tabelas com o número de cada posição social, o que gera uma pequena defasagem da soma das categorias elaboradas nas tabelas para com o número total de pessoas ocupadas. Mas, este dado foi somado ao número de moradores de condição/pontas de rua nas tabelas com as porcentagens por categoria.

- A parte 16 do censo fornece os dados sobre pessoal ocupado, distinguindo entre trabalho permanente e temporário. Novamente a partir de uma aproximação, consideramos os trabalhadores permanentes como moradores de condição e os trabalhadores temporários como pontas de rua. Essa aproximação, mais do que a dos arrendatários, tem suas imprecisões: o trabalho permanente envolve um trabalho mais fixo, entretanto um ponta de rua “fichado”¹⁵⁷, isto é, que tinha um contrato mais fixo para trabalhar em uma fazenda, poderia ser considerado dentro desta categoria, inclusive, uma comparação de números de trabalhadores permanentes e temporários dos censos de 1960 (IBGE, 1960a; 1960b) e 1970 (IBGE, 1970a; 1970b), permitem observar um aumento de trabalho permanente em vários municípios, o que pareceria contradizer a expulsão de moradores de condição, entretanto, esse dado parece indicar um aumento de pontas de rua fichados, o que novamente mostra a falha do censo em não tomar como foco a elaboração de dados a partir das categorias locais (como pontas de rua e moradores de condição). Os pontas de rua “clandestinos” provavelmente seriam contabilizados na categoria temporários. De toda maneira, nossa aproximação é mais coerente do que a afirmação do censo de que os moradores e agregados estariam contabilizados na categoria “outra condição”.

- As tabelas sobre posições sociais e dados econômicos da Paraíba e do Pernambuco apresentam uma categoria por nós construída, a de “ativos com renda”, sendo que a mesma se refere a soma de trabalhadores permanentes, trabalhadores temporários, parceiros (não autônomos), outra condição, ocupantes¹⁵⁸,

¹⁵⁷ Sobre fichados e clandestinos ver a obra de Sigaud (1979).

¹⁵⁸ Os ocupantes poderiam ser considerados camadas intermediárias, entretanto isto é variável, e o que observamos, em geral, foi um número extremamente baixo de ocupantes por município – o que provavelmente reflete erros de coleta de dados do censo – e médias de área muito baixas pelos mesmos, o que reflete uma condição de vida abaixo de outros grupos que categorizamos como camadas intermediárias.

estabelecimentos arrendados pagos em dinheiro e em produtos (subtraídos ou ignorados os dados já citados que permeiam essas duas últimas categorias). Além desta categoria foi colocada a categoria “ativos com renda levando em conta pequenos proprietários”, sendo que se preferiu expor os dois dados e, inclusive, fazer o cálculo da porcentagem de cada posição social contando a presença dos pequenos proprietários em uma parte da tabela e, em outra parte da mesma, a porcentagem das categorias sem levar em conta o número de pequenos proprietários, devido a diferença que os pequenos proprietários podem fazer no cálculo. A imprecisão do cálculo dos mesmos, e a questão da relevância ou não destes para a análise pretendida – as relações da *morada* talvez sejam muito bem avaliadas só levando em conta as demais categorias, mas talvez a contabilização dos pequenos proprietários seja relevante, por isso preferimos deixar as duas informações -. Os pequenos proprietários não tinham tantas razões para se mobilizar quanto diversas outras categorias, mas a presença deles indica uma maior divisão fundiária, informação importante que pode dar indícios para uma tendência de mobilização. O que se observou é que, em geral os locais com alta porcentagem de pequenos proprietários também contavam com porcentagem alta de foreiros e parceiros, mas, de todo modo, existem casos que variam disto, o que nos leva a ver como significativo apresentar as duas informações para a pesquisa aqui feita e, também, para o uso destes dados para futuras pesquisas que visem aprofundar a diferenciação dos pequenos proprietários para os demais grupos.

- Os pequenos proprietários podem ser considerados como camadas intermediárias, entretanto, devido ao contexto de mobilização observado, quando foi contabilizado a porcentagem de camadas intermediárias para a análise das ações, se contabilizou os parceiros e foreiros, tendo em vista que participaram das ações mais do que os pequenos proprietários. Os últimos foram contabilizados enquanto soma para o número total de ativos com renda.

- O cálculo de pequenos proprietários foi feito a partir da parte 14 do censo, na qual se mostra os grupos de áreas por município, permitindo uma ideia da concentração fundiária. Foram considerados os estabelecimentos com menos de 50 hectares, sendo que, como não era possível saber quantos destes eram de terras próprias (propriedades), se subtraiu o número de arrendatários pagos em dinheiro e em produto do número referido. Os “parceiros não autônomos” do censo não foram

retirados deste número pois o documento não os considerou como tendo um estabelecimento. As terras próprias e arrendadas também não foram subtraídas pois as mesmas consideram sua área como uma só, de modo que um proprietário que arrendava terras e não formava mais do que 50 hectares foi considerado como pequeno proprietário. O número novamente é impreciso¹⁵⁹ e, como já dito, isso motivou a nossa separação de uma categoria de trabalhadores com renda contando pequenos proprietários e uma sem os contar.

- Os dados econômicos por município apresentam a produção de cana e, para Pernambuco, a área de cana, sendo que esta última variável não foi fornecida no censo agrícola de 1960 da Paraíba. A produção e a área de algodão também foram registradas, sendo que, como se observará, é uma variável que pode apresentar relevância para alguns casos, como o de Mamanguape.

- O censo demográfico (IBGE, 1960c; 1960d) foi utilizado para os dados de pessoal economicamente ativo na indústria e em outras atividades por município. A última variável foi compreendida como trabalho no terceiro setor, marcadamente no comércio, tendo em vista que o trabalho industrial e agrícola são considerados em categorias separadas. O mesmo censo foi utilizado para mostrar o total da população rural, dado que não sintetizamos em nenhuma outra análise mas que serve de verificação para a quantidade de trabalho rural observada nos municípios no momento de realizar a comparação entre estes.

- Mesmo com as referidas imprecisões os dados permitiram realizar análises devido a tomarmos uma perspectiva comparativa, ou seja, se o número de foreiros e parceiros for impreciso em 20 por cento em um município é provável que ele também o seja em outra, de modo que é possível observar que municípios apresentam maiores concentrações de foreiros e parceiros e comparar este dado a quantidade de ações coletivas e de ações híbridas por município

¹⁵⁹ Uma outra ideia para produzir dados seria utilizar o Censo Demográfico (IBGE, 1960c; 1960d) para observar a população rural ativa, isto é, com renda, para então subtrair as demais categorias já formuladas. O restante seria de pequenos proprietários. Um teste inicial com o município de Sapé pareceu produzir resultados, mas a continuidade dos cálculos mostrou uma incompatibilidade do censo demográfico e do censo agrícola, visto que, no último, municípios como Alagoa Nova apresentam um número de pessoas ativas no campo que é inferior ao número de pessoas ocupadas no campo no mesmo município segundo o censo agrícola, algo que deveria ser impossível e revela um erro significativo de ao menos um dos documentos. De toda maneira o censo demográfico foi utilizado para calcular outras categorias, como os trabalhadores industriais e do terceiro setor.

APÊNDICE M – QUADRO A – CATÁLOGO DE AÇÕES COLETIVAS NA PARAÍBA EM 1963 NO JORNAL A LIGA

Data	Ação	Local	Detalhes	Categoria de ação	Elementos de velho repertório	Oportunidade política relacionada	Data da reportagem/página	UF	Fonte	Acesso a fonte através de	Movimento
1963 (não especifica data)	campanha de alfabetização da CEPLAR	Sapé	Em parceria com a Federação das Ligas da Paraíba, a CEPLAR realiza faz 12 "Círculos de cultura", oito deles em Sapé, próximos a fazenda Miriri, e outros 4 em Mari. A ação visava alfabetizar e promover trocas culturais	Campanha de alfabetização/cultural	x	Contexto de expansão da CEPLAR, uso do método Paulo Freire	x	PB	Xavier (2010)	Xavier (2010)	Ligas
1963 (não especifica data)	campanha de alfabetização da CEPLAR	Mari	Em parceria com a Federação das Ligas da Paraíba, a CEPLAR realiza faz 12 "Círculos de cultura", oito deles em Sapé, próximos a fazenda Miriri, e outros 4 em Mari. A ação visava alfabetizar e promover trocas culturais	Campanha de alfabetização/cultural	x	Contexto de expansão da CEPLAR, uso do método Paulo Freire	x	PB	Xavier (2010)	Xavier (2010)	Ligas
16/1/63 (data da reportagem)	Mutirão	Santa Rita (aparentemente; Fazenda Nossa Senhora da Guia)	O proprietário Diógenes Chianca, impede o plantio de roçados de moradores que lá há muitos anos residiam e faziam contratos com ele [provavelmente foreiros ou meeiros] em vingança a fundação de uma Liga Camponesa na cidade. Os moradores, instruídos pelas Ligas, fazem o plantio sem a permissão do proprietário, que profere uma serie de ameaças aos mesmos	Mutirão	Mutirão; ameaças de violência pelo grande proprietário	Latifundário é ex-prefeito de Santa Rita	16/1/63 n15 p2 "Paraíba: camponeses ameaçados pela fome vão plantar na marra"	PB			Ligas
16/1/63 (data da reportagem)	Manifestação de protesto contra manobras do exército proximas a fazenda Miriri ocupada por camponeses	Sape (Miriri)	Manifestação de protesto - aparentemente passeata - contra manobras do exercito ali realizadas para tentar expulsar os camponeses que estavam ocupando a fazenda desde data proxima a assassinato de Alfredo Nascimento	Manifestação/ Concentração pública	Ameaças de violencia pelo exercito	Mobilização do exercito para intimidação/preparativo para expulsão dos trabalhadores que ocupavam Miriri	16/1/63 n15 p. 6 "IV Exercito tenta desalojar camponeses da Fazenda Miriri"	PB			Ligas

16/1/63 (data da reportagem, mas ação ocorre após assassinato de Alfredo Nascimento em 1962, portanto é impreciso, aqui, a data)	Ocupação da fazenda Miriri pelos camponeses revoltados com morte de Alfredo Nascimento	Sape (Miriri)	Ocupação da fazenda Miriri pelos camponeses revoltados com morte de Alfredo Nascimento, o que fez com que o latifundiário se afastasse das terras; a reportagem é de 63 e as mesmas permaneciam ocupadas; na reportagem "Latifundiários em desespero fazem a sua 'Reforma Agrária' " da página 4 do numero 34 do jornal se indica que a ocupação permaneceu e a fazenda foi adquirida pelo Estado por 55 milhões de cruzeiros (o proprietário Pedro Ramos Ribeiro Coutinho teria desistido de reaver as terras e visto um bom negócio na venda; o dinheiro do pagamento veio da Aliança para o progresso) A propriedade tem 7 mil hectares de boas terras e o governo pretendia vender a terra a prazo para os camponeses (provavelmente lotes a serem pagos em parcelas)	Ocupação de terras	Ocorre após assassinato de liderança e foi permeada de ameaças do exercito e do grande proprietario	x	16/1/63 n15 p. 6 "IV Exército tenta desalojar camponeses da Fazenda Miriri"	PB		Ligas
Janeiro de 1963	Ocupação de terras	Conde (Fazenda de Nilson Albino Pimente: provavelmente fazenda Barra de Gramame, viisto que este fica com esta fazenda e seu irmão, Nelson fica com a Gurugi) [fonte sobre o latifundiário:ALMEIDA, Mayra Porto de. "A terra é a mãe, é o pai, é tudo! Tudo começa pela terra": a territorialidade étnica da comunidade Ipiranga-PB" 2º Colóquio Nacional de Estudos Agrários e Culturais - Cinestar, 2016]	Aued apenas indica que há "invasão" de terras com demanda de de terra para plantar	Ocupação de terras	x	x	17/1/63 documentos pessoais de Vamberto Costa	PB	documentos pessoais de Vamberto Costa	Aued (1986) Não indica

23/1/63 (data da reportagem)	Reunião estadual das lideranças de todas as Ligas da PB	João Pessoa	Assembleia de lideranças de Ligas de todo o estado, sob presidência de Elizabeth. Se debateu sobre violência no campo, se deu apoio a mobilização de PE e se prestou solidariedade a vítimas da Usina Estreliana	Reunião estadual de lideranças de uma organização	x	x	23/1/63 n16 p6 "Camponeses de Pernambuco vão à greve dia 30 se não receberem 13º salário"	PB			Ligas
23/1/63 (data da reportagem)	Reunião da Liga estadual de PB	João Pessoa (provavelmente)	Reunião que debateu caso em que 2 pessoas não identificadas procuravam Elizabeth para cortar sua língua em Sapé	Reunião estadual de lideranças de uma organização	Ameaça a Elizabeth	Ameaça de violência explícita por grupos ligados aos latifundiários	23/1/63 n16 p6 "Paraíba: Latifundiários querem a língua de Elizabeth Teixeira"	PB			Ligas
23/1/63 (data da reportagem)	Denúncia pública (por jornal, cartas a sindicatos e associações civis)	João Pessoa (provavelmente)	Denúncia através de cartas e reportagem do jornal do caso em que 2 pessoas não identificadas procuravam Elizabeth para cortar sua língua em Sapé	Nota	Ameaça a Elizabeth	Ameaça de violência explícita por grupos ligados aos latifundiários	23/1/63 n16 p6 "Paraíba: Latifundiários querem a língua de Elizabeth Teixeira"	PB			Ligas
23/1/63 (data da reportagem)	Telegrama enviado ao governo	João Pessoa (provavelmente)	telegrama enviada ao ministro da justiça reunindo ameaças feitas a Elizabeth; uma comissão de camponeses também agendara de ir conversar com governador da PB	Protesto à instituição pública	Ameaça a Elizabeth	Abertura do governador do estado para ouvir denúncias de ameaça de violência contra lideranças	23/1/63 n16 p6 "Paraíba: Latifundiários querem a língua de Elizabeth Teixeira"	PB			Ligas

20/2/63 (data da reportagem; possível conferir data correta com outras fontes)	Mutirão	Sapé (fazenda Jucuri)	No caso da morte de Rubens Regis, quando o mesmo estava destruindo a casa de um morador, se menciona que a mesma casa já havia sido destruída e que cem moradores da região a teriam reconstruído em solidariedade [não se especifica se ação foi organizada por uma Liga ou STR, mas como é um contexto em que isto ocorria pode-se considerar uma ação coativa, mesmo que talvez desvinculada oficialmente da Liga]; a reportagem é extremamente inverossímil - e discrepante com o que diz Assis Lemos-, sendo que se afirma que em primeiro momento polícia teria sido acionada para verificar armas de camponeses, mas não as encontrando, o proprietário vai, em outro dia, junto a 80 capangas armados e outros latifundiários - Rubens Regis- e que centenas de camponeses teriam entrado em briga corporal, desarmado alguns capangas e começado um imenso tiroteio em que Regis morre; além de inverossímil - não há relato de outros mortos, algo impossível no caso de 80 homens armados contra centena de outros desarmados-, não é isso que Assis Lemos diz, o mesmo não cita outros mortos e indica um tiro a distancia; também se menciona que dois camponeses teriam desaparecido depois dos fatos, um deles o que teria a casa destruída e tinha sido amarrado em uma árvore e espancado	Mutirão	Destruição de casebre; Mutirão; uso da polícia como grupo privado; uso de capangas para destruição de casebre, conflito armado com morte	Uso da polícia como grupo privado do latifundiário; indicativo, na reportagem, de que recentemente governador Pedro Godim havia dito para não se realizar nenhuma violência pois questões seriam resolvidas na justiça	20/2/63 n 20 p3 "Tiroteio entre camponeses e proprietários na Paraíba: morto um dos latifundiários"	PB			Não indica
Fevereiro de 1963	Possível mutirão/cercamento	Santa Rita (Fazenda Nossa Senhora da Guia)	Segundo Aued a reportagem indica que há impedimento de uso de roçado de subsistência (ela não indica se um ou mais) e que a demanda era terra para plantar (não se especifica a ação [mas provavelmente mutirão/cercamento])	Possível mutirão/cercamento	Mutirão/cercamento	x	Jornal Liga (Aued não especifica qual; nos documentos que tivemos acesso não há os números 18 e 19 que são de fevereiro)	PB	Jornal Liga	Aued (1986)	Ligas

20/2/63 (data da reportagem; possível conferir data correta com outras fontes)	Carta de denuncia	João Pessoa (provavelmente)	Nota elaborada pela Liga estadual da PB, assinada por Elizabeth e na qual se responsabiliza os latifundiários Agnaldo Veloso Borges e Rubens Regis pelo ocorrido e se indica que negociação deveria ter sido pacífica como colocado pelo governador da PB; também se indica que camponeses não tinham dinheiro para armas modernas	Nota	x	indicativo, na reportagem, de que recentemente governador Pedro Godim havia dito para não se realizar nenhuma violência pois questões seriam resolvidas na justiça	20/2/63 n 20 p3 "Tiroteio entre camponeses e proprietários na Paraíba: morto um dos latifundiários"	PB			Ligas
20/2/63 (data da reportagem)	Ocupação de terra pública	Mamanguape (fazenda Camaratuba; pertencente ao Estado e administrada pela SUDENE)	A produção da fazenda, administrada pela SUDENE e que contava com centenas de trabalhadores no projeto de colonização, estava sendo escoada para Pernambuco, o que gerou insatisfação dos trabalhadores que expulsaram o administrador, trancaram as portas e jogaram fora a chave dos escritórios oficiais da entidade reivindicando que ali ficariam e plantariam usufruindo a terra	Ocupação de terras	x	A fazenda foi criada para colonização pelo Estado, porém houve insatisfação dos trabalhadores que rompem o projeto e ocupam a terra onde estavam	20/2/63 n 20 p3 "Camponeses da Paraíba tomam fazenda do Estado na marra"	PB			Não indica
20/2/63 (data da reportagem)	Reunião pública/concentração	Sapé	Concentração em comemoração do quarto aniversário da Liga de Sapé, Elizabeth, Julião e outros discursam	Reunião/concentração pública	x	É mencionada presença de desembargador no ato apoiando movimento e falando de reforma agrária nas urnas ou com armas	20/2/63 n 20 p4 "Fêz 4 anos a Liga de Sapé"	PB			Ligas

20/2/63 (data da reportagem)	Eleição diretoria	Mamanguape	Reeleição da diretoria da Liga de Mamanguape, com Manoel de Deus como presidente	Reunião/ eleição de diretoria	x	x	20/2/63 n 20 p4 "Reeleição na Liga"	PB			Ligas
20/2/63 (data da reportagem)	Negociação coletiva/ talvez mutirão e cercamento	Mamanguape	Se menciona que irmãos Fernandes da Usina Monte Alegre passaram a negar terras para plantio para participantes das Ligas, o que é respondido com organização de comissão, com presidente da Liga, Manoel de Deus, a frente, a qual chega a acordo com usineiros e consegue 500 hectares para plantio [quantia alta; n fica claro se houve pressão pelas formas mutirão/cercamento, mas houve negociação]	Possível mutirão/ cercamento	Ameaça de não permitir trabalhadores plantarem (talvez mutirão/cercamento)	Negociação entre usineiro e liderança das Ligas	20/2/63 n 20 p4 "Reeleição na Liga"	PB			Ligas
31/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Reunião pública/ concentração	Sapé	Parte de conjunto de ações (essa, as missas e concentração em João Pessoa a seguir) em homenagem aos mártires da terra João Pedro Teixeira e Alfredo Nascimento; concentração em frente a sede da Liga de Sapé (provavelmente na cidade; a chamada era para associados, operarios, estudantes e intelectuais, nas tres ações)	Manifestação/ concentração pública	x	x	27/3/63 n24 p1 "Homenagem aos mártires"	PB			Ligas
2/4/63 as 7 horas (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Missa	João Pessoa	missas em diversas cidades com Ligas Camponesas (Parte de conjunto de ações em homenagem aos mártires da terra João Pedro Teixeira e Alfredo Nascimento)	Procissão / velório	x	x	27/3/63 n24 p1 "Homenagem aos mártires"	PB			Ligas

2/4/63 as 7 horas (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Missa	Alhandra	missas em diversas cidades com Ligas Camponesas (Parte de conjunto de ações em homenagem aos mártires da terra João Pedro Teixeira e Alfredo Nascimento)	Procissão / velório	x	x	27/3/63 n24 p1 "Homenagem aos mártires"	PB			Ligas
2/4/63 as 7 horas (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Missa	Santa Rita	missas em diversas cidades com Ligas Camponesas (Parte de conjunto de ações em homenagem aos mártires da terra João Pedro Teixeira e Alfredo Nascimento)	Procissão / velório	x	x	27/3/63 n24 p1 "Homenagem aos mártires"	PB			Ligas
2/4/63 as 7 horas (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Missa	Sapé	missas em diversas cidades com Ligas Camponesas (Parte de conjunto de ações em homenagem aos mártires da terra João Pedro Teixeira e Alfredo Nascimento)	Procissão / velório	x	x	27/3/63 n24 p1 "Homenagem aos mártires"	PB			Ligas
2/4/63 as 7 horas (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Missa	Pedras de fogo	missas em diversas cidades com Ligas Camponesas (Parte de conjunto de ações em homenagem aos mártires da terra João Pedro Teixeira e Alfredo Nascimento)	Procissão / velório	x	x	27/3/63 n24 p1 "Homenagem aos mártires"	PB			Ligas

2/4/63 as 7 horas (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Missa	Mamanguape	missas em diversas cidades com Ligas Camponesas (Parte de conjunto de ações em homenagem aos mártires da terra João Pedro Teixeira e Alfredo Nascimento)	Procissão / velório	x	x	27/3/63 n24 p1 "Homenagem aos mártires"	PB			Ligas
2/4/63 as 7 horas (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Missa	Mulungu	missas em diversas cidades com Ligas Camponesas (Parte de conjunto de ações em homenagem aos mártires da terra João Pedro Teixeira e Alfredo Nascimento)	Procissão / velório	x	x	27/3/63 n24 p1 "Homenagem aos mártires"	PB			Ligas
2/4/63 as 7 horas (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Missa	Campina Grande	missas em diversas cidades com Ligas Camponesas (Parte de conjunto de ações em homenagem aos mártires da terra João Pedro Teixeira e Alfredo Nascimento)	Procissão / velório	x	x	27/3/63 n24 p1 "Homenagem aos mártires"	PB			Ligas
2/4/63 as 7 horas (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Missa	Guarabira	missas em diversas cidades com Ligas Camponesas (Parte de conjunto de ações em homenagem aos mártires da terra João Pedro Teixeira e Alfredo Nascimento)	Procissão / velório	x	x	27/3/63 n24 p1 "Homenagem aos mártires"	PB			Ligas

2/4/63 as 7 horas (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Missa	Ingu	missas em diversas cidades com Ligas Camponesas (Parte de conjunto de ações em homenagem aos mártires da terra João Pedro Teixeira e Alfredo Nascimento)	Procissão / velório	x	x	27/3/63 n24 p1 "Homenagem aos mártires"	PB		Ligas
2/4/63 as 7 horas (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Missa	Belem	missas em diversas cidades com Ligas Camponesas (Parte de conjunto de ações em homenagem aos mártires da terra João Pedro Teixeira e Alfredo Nascimento)	Procissão / velório	x	x	27/3/63 n24 p1 "Homenagem aos mártires"	PB		Ligas
2/4/63 as 17 horas (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Reunião pública/ concentração	João Pessoa	Concentração no Ponto de Cem Reis em João Pessoa(Parte de conjunto de ações em homenagem aos mártires da terra João Pedro Teixeira e Alfredo Nascimento)	Manifestação/ concentração pública	x	x	27/3/63 n24 p1 "Homenagem aos mártires"	PB		Ligas
Abril (não especifica data mas reportagem é de 10/4/1963 e evento provavelmente e foi no dia 2, em homenagem a João Pedro Teixeira)	Reunião pública/ concentração	João Pessoa	Concentração de camponeses, operários e estudantes na faculdade de direito, com presença de lideranças, como Padre Alípio, Elizabeth Teixeira e Julião. Evento era em memória a João Pedro Teixeira que fora assassinado 1 ano antes	Reunião/ concentração pública		Ação decorre em homenagem ao assassinato de liderança camponesa (João Pedro Teixeira)	10/4/63 n26 p3 "Camponeses e operários da Paraíba homenagearam memória de João Pedro"	PB		Ligas

Abril-Maio (não especifica data, mas jornal é de 1/5/63)	Nota	Paraíba	Ligas da Paraíba emite nota oficial em que nega haver desvio de dinheiro do SAMDU para o movimento ou para lideranças do mesmo -como Elizabeth e Assis Lemos -, assim como nega que este tenha forçado algum funcionário a doar valores às Ligas. Documento assinado por lideranças de varias Ligas da Paraíba	Nota	x	Pela reportagem parece que houve acusação por parte do deputado Joacil Pereira de Brito, que, aparentemente, foi rebatido por Assis Lemos	1/5/63 n28 p2 "Ligas da Paraíba desfazem intriga"	PB			Ligas
Reportagem de 8/5/63	Uso de cartório para pagamento do foro por camponeses	Sapé (fazenda João Meireles)	Camponeses pagaram o foro em um cartório pois proprietário se recusava a receber o foro sem o aumento por ele estipulado (não o fizeram de maneira conjunta, pelo que parece, mas o fizeram coletivamente em mesma época e em locais organizados, o que pode, talvez, caracterizar a ação como ação coletiva). Elizabeth Teixeira, que é a entrevistada que passa as informações desta ação, diz que os camponeses - não identifica local- não pagavam mais o "pasto" ao proprietário, pois já pagavam o arrendamento	Uso de meio jurídico de forma coletiva	Repressão cotidiana do latifundiário; relação trabalhista que fugia a legislação;	Mobilização em peso da Ligas na cidade	08/03/1963 n.29 p.6 "Elizabeth diz à 'Liga' o que pensam seus companheiros: Nós, os camponeses pensamos fazer uma revolução"	PB			Ligas
Reportagem de 8/5/63	Uso de cartório para pagamento do foro por camponeses	Sapé (fazenda Miriri)	Camponeses pagaram o foro em um cartório pois proprietário se recusava a receber o foro sem o aumento por ele estipulado (não o fizeram de maneira conjunta, pelo que parece, mas o fizeram coletivamente em mesma época e em locais organizados, o que pode, talvez, caracterizar a ação como ação coletiva). Elizabeth Teixeira, que é a entrevistada que passa as informações desta ação, diz que os camponeses - não identifica local- não pagavam mais o "pasto" ao proprietário, pois já pagavam o arrendamento	Uso de meio jurídico de forma coletiva	Repressão cotidiana do latifundiário; relação trabalhista que fugia a legislação;	Mobilização em peso da Ligas na cidade	08/03/1963 n.29 p.6 "Elizabeth diz à 'Liga' o que pensam seus companheiros: Nós, os camponeses pensamos fazer uma revolução"	PB			Ligas

Reportagem de 8/5/63	Uso de cartório para pagamento do foro por camponeses	Sapé (fazenda São Salvador)	Camponeses pagaram o foro em um cartório pois proprietário se recusava a receber o foro sem o aumento por ele estipulado (não o fizeram de maneira conjunta, pelo que parece, mas o fizeram coletivamente em mesma época e em locais organizados, o que pode, talvez, caracterizar a ação como ação coletiva). Elizabeth Teixeira, que é a entrevistada que passa as informações desta ação, diz que os camponeses - não identifica local- não pagavam mais o "pasto" ao proprietário, pois já pagavam o arrendamento	Uso de meio jurídico de forma coletiva	Repressão cotidiana do latifundiário; relação trabalhista que fugia a legislação;	Mobilização em peso da Ligas na cidade	08/03/1963 n.29 p.6 "Elizabeth diz à 'Liga' o que pensam seus companheiros: Nós, os camponeses pensamos fazer uma revolução"	PB			Ligas
Reportagem de 8/5/63	Reunião pública/ concentração/ talvez cercamento	Sapé (fazenda Marau)	Camponeses se reuniram na fazenda Marau e disseram que não pagariam mais o cambão ao grande proprietário	Manifestação/ concentração pública/ possível cercamento	Talvez tenha sido um cercamento	x	08/03/1963 n.29 p.6 "Elizabeth diz à 'Liga' o que pensam seus companheiros: Nós, os camponeses pensamos fazer uma revolução"	PB			Ligas
Reportagem de 8/5/63	Ocupação de terras	Mamanguape	Elizabeth Teixeira indica que 100 famílias em Mamanguape (não especifica data nem local) "invadiram" terras e derrubaram a mata para plantar. Ela estava sendo perguntada sobre o porque das invasões de terra e respondeu relacionando-as a fome. Não é especificado se as terras eram públicas ou privadas.	Ocupação de terras	x	x	08/03/1963 n.29 p.6 "Elizabeth diz à 'Liga' o que pensam seus companheiros: Nós, os camponeses pensamos fazer uma revolução"	PB			Ligas

	Reunião pública/ concentração/in auguração de 26/05/1963 STR	Santa Rita	Reuniram-se camponeses e realizaram sua primeira assembleia na inauguração do STR de Santa Rita, tendo sido o ato convocado pelas Ligas da Paraíba [Santa Rita já é mencionada como tendo Liga em edições anteriores do jornal]	Reunião/ concentração pública	x	x	29/5/63 n32 p3 "Novo Sindicato Rural na Paraíba: Santa Rita"	PB		Ligas
Reportagem de 29/5/63 (ação ainda não havia ocorrido)	Reunião pública/ concentração/ inauguração de sede	Mamanguape	Se indica que haveria uma concentração na inauguração da sede da Liga na cidade; se menciona que em Alhandra - sob liderança de Elias Quirino - também se teria uma sede em breve, mas não se menciona concentração para tal.	Reunião/ concentração pública	x	x	29/5/63 n32 p3 "Ligas inauguram sedes próprias"	PB		Ligas
Reportagem de 5/6/63 (mas ação não aconteceu, porém era provável que ocorreria)	Mutirão	Santa Rita: Oiteiro (terras - provavelmente engenho - próximas à usina Santana de Flávio Ribeiro Coutinho)	Sem conseguir expulsar legalmente o morador Severino Luiz Silva (que lá nasceu e permaneceu naqueles 43 anos de vida, tendo 10 filhos), Flávio Ribeiro Coutinho deu ordem a seu morador (através do capataz) de que ele estava proibido de consertar sua casa até que a mesma caísse. A punição seria decorrente deste morador ser filiado as Ligas. A reportagem termina indicando que os camponeses iriam ajudar a reconstruir a casa sempre que necessitasse (a ação, portanto, ainda não ocorreu no momento da reportagem, mas há um tom de que ocorreria, visto que o concerto provavelmente precisava ser feito em algum momento).	Mutirão		Repressão do latifundiário ao não deixar morador consertar sua casa	5/6/63 n 33 p3 "Lei latifundiária é que vale: Camponês não pode consertar sua casa até que caia!"	PB		Ligas
	Ocupação de terras (?) 1963	Cruz do Espírito Santo (Massangana)	A reportagem cita três compras de terras pelo governo da Paraíba, nos dois primeiros casos cita que houve ocupação e por isso os donos das terras tinham interesse em vendê-las. Por último se menciona a fazenda Massangana que também foi comprada, mas não se fala em ocupação na mesma, porém devido ao contexto da reportagem é possível que alguma ação similar tenha ocorrido	Ocupação de terras	x	Governo da Paraíba estava adquirindo diversas terras naquele período. A reportagem fala da compra da fazenda Miriri e da Massangana também por preços elevados	12/6/63 n34 p4 "Latifundiários em desespero fazem a sua 'Reforma Agrária' "	PB		Não indica

1963 (reportagem de 12/6/63)	Protesto (não especificado)	Alhandra (Mocatu)	Se indica que nesta fazenda, de propriedade de Herculano Bandeira Lundgren, os moradores pagavam além do foro a terça sobre o produto [o que não é comum, pois meação e aforamento são distintos] e ainda tinham de vender na folha de pagamento. O jornal diz que moradores "alertados pela campanha de esclarecimento das Ligas" se mobilizavam para extinguir a terça ou o foro para que houvesse uma taxação única. Mas a reportagem destaca que isto é como uma demanda imediata, pois o que os camponeses querem é o domínio da terra	Protesto (não especificado)	Relação de trabalho com domínio pessoal reforçada (para além do que os costumes da morada colocavam)	x	12/6/63 n34 p4 "Terça & Foro fazem a fome"	PB			Ligas
1963	Possível mutirão/cercamento	Sapé (fazenda de João Barbosa)	Se relata que o proprietário expulsara a força o morador Antônio Alfredo que lá residia a anos com mulher e filhos, se apossando das plantações do mesmo após a recusa do morador em sair. Se indica que a Liga de Sapé estava tomando providências para o retorno do camponês a sua terra [o que deixa aberta a possibilidade de se ter realizado um mutirão/cercamento]	Possível mutirão/cercamento	Expulsão de morador a força e se apoderando das plantações	x	12/6/63 n34 p4 "Camponês roubado em suas plantações pelo latifundiário: Sapé"	PB			Ligas
reportagem de 24/7/63	Assembleia/ eleição de diretoria	João Pessoa	Assembleia elege nova diretoria da Liga de João Pessoa. Reportagem apresenta os nomes, o presidente era Aderaldo Antônio de Jesus	Reunião/ eleição de diretoria		x	24/7/63 n40 p3 "João Pessoa: Liga Camponesa empossa sua nova diretoria"	PB			Ligas
Reportagem de 7/8/63	Recurso jurídico	Itabaiana (Engenho D'Água)	80 famílias viviam como posseiros no local (mas que curiosamente é chamado de engenho) e estavam sendo expulsas, tendo as plantações destruídas e suas vidas ameaçadas por funcionários da empresa Companhia de Empreendimentos Agrícolas e Industriais. A empresa possuía 3 alqueires na região e os ampliou para 90 sem provar ter direito as terras, pretendendo lotear as terras, que, segundo os posseiros -alguns vivendo lá a mais de 50 anos - pertencem ao Estado. Os camponeses enviaram ofício ao SUPRA, esperando que sejam tomadas providências	Recurso jurídico	Grilagem de terras e ameaça de morte pela empresa	Estado não controlou terras que lhe eram próprias	7/8/63 n42 p3 "Posseiros perseguidos por cia imobiliária"	PB			Não indica

Reportagem de 14/8/63	Manifestação / concentração pública	João Pessoa (relativo a acontecimento em Itapororoca e feita por camponeses desta cidade)	30 famílias foram despejadas da fazenda Itapepicaba (em Itapororoca, onde residiam a anos) de surpresa pela polícia com ordem judicial do juiz Antônio Maia. Os casabres foram derrubados por juntas de bois e os escombros retirados com tratores. Os moradores se organizaram e fizeram passeata em João Pessoa, com apoio de trabalhadores e estudantes, que organizaram um comício no Ponto de Cem Réis, onde falaram Assis Lemos, Luiz Bernardo da Silva (secretário-geral da CGT) e um representante da União Estadual dos Estudantes. Seguiram dali para o Palácio do Governo, onde o governador se comprometeu a pedir a desapropriação das terras ao governo federal	Manifestação / concentração pública	Despejo violento, destruindo casas dos moradores e com apoio da polícia	Ação se dirige ao governador e consegue do mesmo o compromisso de pedir a desapropriação das terras ao governo federal	14/8/63 n43 p3 "Despejo no campo revolta a cidade "	PB			Ligas
Por volta de 7/10/63	Manifestação/ Concentração pública	João Pessoa (provavelmente)	Houve uma ameaça de mobilização militar a que Jango responde com um possível estado de sítio. A CGT e outros grupos protestaram contra o mesmo e Jango recuou. A notícia indica que foram realizadas concentrações imensas em diversas cidades, se destacando na reportagem, o momento de protestos no Nordeste e a manifestação em Recife, com presença dos STRs (José Evangelista teria falado por estes durante a manifestação), das Ligas (Julião discursou), de Arraes, de estudantes, operários, escritores (indica nomes de oradores dos mesmos). Indica que os camponeses que não conseguiram ir até Recife fizeram grandes concentrações em suas cidades, sendo estas: Vitória de Santo Antão, Goiana, Palmares, Moreno e Jaboatão. As ações ocorreram também em outros estados, inclusive a Paraíba	Manifestação/ Concentração pública	Ação ligada a possibilidade de um golpe de Estado	Ação ligada a possibilidade de um golpe de Estado	23/10/63 n51 p5 "Do ponto de vista camponês: camponeses preparados"	PB			Ligas e PCB conjuntamente

Reportagem de 23/10/63	Reunião	Santa Rita	Camponeses de 5 usinas da Paraíba se reuniram para debater aumento salarial de 350 cruzeiros a diária para 13900 (sendo que dos 350 10 por cento ainda são descontados para um instituto desconhecido). Reunião convocada por Antônio Dantas. Também demandavam o aumento da tonelada de cana colhida de 80 para 150 cruzeiros (poucos camponeses conseguiam fazer 1300 cruzeiros na semana) e o reconhecimento de preços diferentes para tipos de cana de rendimentos diferentes para os cortadores (que recebem uma quota de 22 cruzeiros por carga de cana menos os 10 por cento; a media de rendimento deles é de 1000 cruzeiros na semana). Sobre a limpeza dos terrenos também demandam a padronização da vara em 2,20 metros e a da conta em em 10x10 braças ao invés de 12x13. (a conta era paga na media de 200 cruzeiros). Também, na reunião, repudiaram agressão sofrida em Ingá por Ofélia Amorim	Reunião		x	Uma das demandas é contra agressão sofrida pela advogada das Ligas Ofelia Amorim	23/10/63 n51 p5 "Camponeses da Paraíba firmam pacto de ação"	PB		Ligas
Reportagem de 6/11/63	Ocupação (provável)	João Pessoa (Fazenda Sobradinho)	Reportagem indica que o governo Jango, através da SUPRA, desapropria 172 hectares da referida fazenda, pertencente ao grupo Catarxo. A desapropriação se destinava a camponeses que lá moravam e foram expulsos [se coloca como ocupação devido a probabilidade da desapropriação ter sido antecedida por alguma ação do tipo]	Ocupação (provável)		x	Estado desapropria terras privadas	6/11/63 n53 p 5 "Camponeses ganham terras João Pessoa: desapropriação"	PB		Não indica
Reportagem de 27/11/63	Assembleia/ indicativo de greve	João Pessoa (provavelmente)	reportagem indica que 60 mil camponeses poderiam entrar em greve a qualquer momento, sendo que uma grande assembleia estava sendo combinada entre lideranças das Ligas e de STRs. Compareceriam à assembleia Julião, Assis Lemos, o deputado Figueiredo Agra, padre Alípio e dirigentes camponeses do Ceará, Alagoas e Pernambuco. As reivindicações eram: 80 por cento de aumento salarial; pagamento do 13 salário; e extensão da previdência aos trabalhadores do campo	Reunião/ indicativo de greve		x	Contexto da grande greve de Pernambuco	27/11/63 n56 p5 "60 mil camponeses paraibanos prontos para entrar em greve"	PB		Ligas e PCB conjuntamente

17/11/1963	Reunião da Liga de Sapé com o FTA (não especificada a sigla) para extinção do cambão [portanto, provavelmente era alguma organização patronal]	Sapé	Dois mil camponeses teriam participado da ação na qual houve negociação das lideranças com representantes desta outra organização	Reunião de lideranças com representantes de usinas/senhores de engenho	Mobilização era pelo fim do cambão	x	não específica	PB		Xavier (2010)	Ligas
20/11/1963	Reunião	Sapé	“Um bom exemplo disso foi a decisão tomada pelos camponeses de Sapé na reunião do dia 20/11/1963, tendo em vista a “precariedade da Justiça” em ouvir seus reclamos, de que todos os associados deveriam a partir de então, comer os bois que invadissem e destruísem suas lavouras. (Correio da Paraíba, de 22/11/1963) Era prática comum entre os fazendeiros da região, soltar deliberadamente o gado na lavoura de subsistência dos trabalhadores/moradores que possuísem alguma relação com as Ligas Camponesas.” (XAVIER, 2010, p 47)	Reunião	Prática de soltar gado sobre os roçados. Ação proposta em reunião se assemelha a práticas do velho repertório	x	Correio da Paraíba, de 22/11/1963	PB	Correio da Paraíba, de 22/11/1963	Xavier (2010)	Ligas
23/11/1963	Ação de massa contra o fazendeiro João Barbosa	Sapé	Indica que ação foi feita pela Juventude Camponesa de Sapé e centenas de camponeses [por ser ação contra um fazendeiro possivelmente se tratava de um cercamento]	Cercamento à casa grande	Cercamento à casa grande	x	não específica	PB		Xavier (2010)	Ligas
Reportagem de 4/12/63	Assembleia / concentração pública	Santa Rita (praça Antenor Navarro)	Encontro regional camponês com representantes de associações e Ligas de vários estados da Federação [mas, aparentemente mais local, por ser encontro regional]. Ação puxada pela Liga Camponesa do Estado da Paraíba. A principal discussão foi sobre reforma agrária	Reunião/ concentração pública		x	4/12/63 n57 p5 "Encontro regional de camponeses na Paraíba"	PB			Ligas

12/12/1963	Greve por descumprimento de acordo salarial	Sapé (Miriri)	Se indica que 2 mil camponeses participaram da referida greve	Greve	x	x	não específica	PB		Xavier (2010)	Ligas
12/12/1963	Mutirão para reconstrução de choupanas	Cabedelo	Se indica que 500 camponeses de Santa Rita e 100 de Cabedelo participaram da ação	Mutirão	Mutirão	x	não específica	PB		Xavier (2010)	Ligas
13/12/1963	Greve camponesa por desrespeito salarial	Cruz do Espírito Santo (fazenda Santana)	Centenas de camponeses teriam participado da ação	Greve	x	x	não específica	PB		Xavier (2010)	Ligas
Dezembro de 1963	Greve geral	Sapé (Usina Santa Helena)	Indica que milhares de camponeses participaram da ação	Greve	x	Greve ampla em diversas usinas de Santa Rita, em Sapé e Mamanguape	não específica	PB		Xavier (2010)	Ligas
Dezembro de 1963	Greve geral	Santa Rita (Usina São João, Usina Santa Rita e Usina Santana)	Indica que milhares de camponeses participaram da ação	Greve	x	Greve ampla em diversas usinas de Santa Rita, em Sapé e Mamanguape	não específica	PB		Xavier (2010)	Ligas
Dezembro de 1963	Greve geral	Mamanguape (Usina Monte Alegre)	Indica que milhares de camponeses participaram da ação	Greve	x	Greve ampla em diversas usinas de Santa Rita, em Sapé e Mamanguape	CONTINUA Greve da Usina Monte Alegre. Correio da Paraíba. João Pessoa, p. 5, 13 dez. 1963.	PB	CONTINUA Greve da Usina Monte Alegre. Correio da Paraíba. João Pessoa, p. 5, 13 dez. 1963.	Xavier (2010)	Ligas

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

APÊNDICE N – QUADRO B – CATÁLOGO DE AÇÕES COLETIVAS NO ESTADO DE PERNAMBUCO EM 1963 NO JORNAL A LIGA

Data	Ação	Local	Detalhes	Categoria de ação	Elementos de velho repertório	Oportunidade política relacionada	Data da reportagem/pagina	UF	Fonte	Acesso a fonte através de	Movimento
1/1/1963 (data da reportagem; não há especificação) p.3	Envio de carta ao jornal A Liga para protesto público	Ipojuca	Protesto por proibição do proprietário da Usina Ipojuca dos trabalhadores pescarem; ação feita pelo presidente do STR de Escada, Ipojuca e Amaragi	Nota	X	x	1/1/1963 (data da reportagem; não há especificação)n.13 p.3 "Sindicato Rural denuncia: será fuzilado quem pescar no Rio Ipojuca, Pernambuco"	PE	Jornal Liga		STR (Igreja, mas em contexto de mobilização do PCB)
1/1/1963 (data da reportagem; não há especificação) p3	Solicitação ao Ministério da Marinha e ao Ministério da Agricultura para livre utilização das águas da grande propriedade para pesca	Ipojuca	Protesto por proibição do proprietário da Usina Ipojuca dos trabalhadores pescarem; ação feita pelo STR de Escada, Ipojuca e Amaragi/ presidente do STR teria escrito que caso não fossem atendidos usariam ilhotas de pesca na marra e enterrariam os latifundiários	Protesto à instituição pública	Ameaça de uso de violência em caso de não atendimento	x	1/1/1963 (data da reportagem; não há especificação) n13 p.3 "Sindicato Rural denuncia: será fuzilado quem pescar no Rio Ipojuca, Pernambuco"	PE	Jornal Liga		STR (Igreja, mas em contexto de mobilização do PCB)
1/1/1963 (data da reportagem; entrevista foi na mesma semana)	Entrevista ao jornal A Liga protestando direitos trabalhistas, direito ao uso do rio, fim de uma pratica de trabalho obrigatorio na terra e desapropriação de engenhos	Ipojuca, Escada e Amaragi	José Xavier, procurador do sindicato concedeu entrevista mencionando varias demandas; em um dos trechos colocados na reportagem ele diz que sindicato age dentro da lei, mas devido a falta de sucesso não se responsabilizam caso camponeses queiram justiça com próprias mãos	Nota	Menção a possibilidade de violência por parte dos camponeses caso não fossem atendidos (mas a ação violenta não partiria/seria organizada pelo sindicato)	x	1/1/1963 n13 p.3 "Assalariados Agrícolas exigem pelo menos a aplicação da lei"	PE	Jornal Liga		STR (Igreja, mas em contexto de mobilização do PCB)

9/1/63 (data da reportagem)	Assembleia geral	Escada (provavelmente)	Assembleia que decidiu por uma greve geral no dia 11 daquele mês; se menciona que no PE se mobilizariam 80 mil pessoas [a grande greve]; aqui se mencionou a reuniao desse sindicato que pelo dito não era das Ligas (se escreve como sendo sindicato de assalariados e se faz uma comparação as Ligas na reportagem)	Reunião	x	x	9/1/63 n14 p3 "Assalariados Agrícolas: dia 11 greve geral no interior de Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR da Igreja mas em contexto de mobilização com PCB
9/1/63 (data da reportagem)	Recurso jurídico	Belo Jardim	Industria de papel Portela, dona do engenho Piancó, mandou arrancar plantações e casebres de 400 familias, ao que as Ligas locais (não informa de qual cidade) reagiram com recurso juridico; os moradores não haviam saído de suas casas, ali permanecendo ao menos ate o momento da reportagem	Recurso jurídico	x	x	9/1/63 n14 p4 "Latifundiários mandam arrancar as plantações dos camponeses:PE"	PE	Jornal Liga	Ligas
16/1/63 (dia 7 segunda-feira)	Marcha ate a casa grande/ cercamento	Ribeirão(mata sul)/Usina Estreliana	Caso já bem estudado em que camponeses foram reivindicar decimo terceiro e ocorre repressão violenta dos capangas, que matam 5/ na segunda reportagem mais detalhes: 80 trabalhadores dos engenhos São Miguel, São José dos Palhados e Esperança vão, com crianças e mulheres presentes, para a sede da Usina-pertencente ao deputado federal pelo PTB José Lopes de Siqueira Santos- reivindicar o 13 salario	Cercamento à casa grande		Secretário de segurança de PE, o general Salvador Batista do Rêgo, em entrevista a jornal local teria dito que os latifundiários podiam armar seus vigias (capangas); vários grandes proprietários, segundo o jornal, contavam com grupos de cerca de 30 homens armados de fuzil em suas propriedades; o Secretario de segurança também colocou volantes da polícia circulando a Mata Sul e ofereceu a ajuda desta a qualquer latifundiário que se sentisse ameaçado por invasões de terra/ latifundiaro envolvido é deputado federal e, segundo jornal teria aliança com governador Cid Sampaio [questão de ser usineiro]	16/1/63 n15 p1 "Violência gera violência"/ mesmo jornal p. 6 "Camponeses massacrados por exigire o 13 mes"	PE	Jornal Liga	Ligas (provavelmente: havia Liga na cidade e ação é típica do movimento)

16/1/63 (data da reportagem)	Reunião e fundação de Liga Camponesa	Amaraji (Engenho Rinoceronte)	Fundação da Liga de Amaragi no engenho Rinoceronte, eleição de diretoria; menciona que a mesma já contava com 100 membros e teria sede no engenho	Reunião/ Fundação de sindicato-Liga	X	x	16/1/63 n15 p2 "Fundada em Amaragi a primeira Liga do ano "	PE	Jornal Liga		Ligas
16/1/63 (data da reportagem)	Reunião entre representantes sindicais e usineiros na Delegacia Regional do Trabalho	Recife	Reunião devido a ampla mobilização pelo 13 que marcava uma greve para o dia seguinte, acordo prometia pagamento do 13 e sindicatos adiaram a possível greve para dia 30; se destaca na reportagem protagonismo de STR de Escada, Amaragi e Ipojuca(sede em Escada), sendo que o presidete do mesmo foi o representante dos trabalhadores na reunião; se ressalta que mobilização antes mais local se amplia pelo estado; reunião contou com responsável pela Delegacia do trabalho/ Em "O declínio das Ligas Camponesas e a ascensão dos sindicatos" Pereira (2008) o mesmo indica que esta reunião ocorreu no dia 10 e que Banco do Brasil providenciaria o financiamento para os usineiros pagarem o 13 salário. A fonte usada é "Sustada Greve no Campo: Usineiros Pagam 13º Salário Ainda Este Mês". Última Hora. 11.01.1963, p. 2."	Reunião entre lideranças camponesas e de usineiros com mediação do Estado	X	Cenário de negociação aberto com usineiros e mediado pelo Estado na figura do Delegado do trabalho	16/1/63 n15 p. 6 "Camponeses massacrados por exigirem o 13 mes"/"Sustada Greve no Campo: Usineiros Pagam 13º Salário Ainda Este Mês". Última Hora. 11.01.1963, p. 2." (em Pereira, 2008)	PE	Jornal Liga/"Sustada Greve no Campo: Usineiros Pagam 13º Salário Ainda Este Mês". Última Hora. 11.01.1963, p. 2."	Pereira (2008)	PCB provavelmente
16/1/63 (data da reportagem)	Assembleia deliberando por greve por 13	Limoeiro	Assembleia geral aprovando participação/apoio a greve geral estadual	Reunião	x	Cenário de negociação aberto com usineiros e mediado pelo Estado na figura do Delegado do trabalho	16/1/63 n15 p. 6 "Camponeses massacrados por exigirem o 13 mes"	PE	Jornal Liga		PCB ou Ligas (não indica, mas ambos participavam dessa mobilização , as vezes até juntos; principal grupo que puxa esse conjunto de ações é STR de Escada, Ipojuca e Amaragi, ligado ao PCB)
16/1/63 (data da reportagem)	Assembleia deliberando por greve por 13	Jaboatão	Assembleia geral aprovando participação/apoio a greve geral estadual	Reunião	x	Cenário de negociação aberto com usineiros e mediado pelo Estado na figura do Delegado do trabalho	16/1/63 n15 p. 6 "Camponeses massacrados por exigirem o 13 mes"	PE	Jornal Liga		PCB ou Ligas (não indica, mas ambos participavam dessa mobilização , as vezes até juntos; principal grupo que puxa esse conjunto de ações é STR de Escada, Ipojuca e Amaragi, ligado ao PCB)

16/1/63 (data da reportagem)	Assembleia deliberando por greve por 13	Pau D'Alho	Assembleia geral aprovando participação/apoio a greve geral estadual	Reunião	x	Cenário de negociação aberto com usineiros e mediado pelo Estado na figura do Delegado do trabalho	16/1/63 n15 p. 6 "Camponeses massacrados por exigire o 13 mes"	PE	Jornal Liga	PCB ou Ligas (não indica, mas ambos participavam dessa mobilização , as vezes até juntos; principal grupo que puxa esse conjunto de ações é STR de Escada, Ipojuca e Amaragi, ligado ao PCB)
16/1/63 (data da reportagem)	Assembleia deliberando por greve por 13	São Lourenço	Assembleia geral aprovando participação/apoio a greve geral estadual	Reunião	x	Cenário de negociação aberto com usineiros e mediado pelo Estado na figura do Delegado do trabalho	16/1/63 n15 p. 6 "Camponeses massacrados por exigire o 13 mes"	PE	Jornal Liga	PCB ou Ligas (não indica, mas ambos participavam dessa mobilização , as vezes até juntos; principal grupo que puxa esse conjunto de ações é STR de Escada, Ipojuca e Amaragi, ligado ao PCB)
16/1/63 (data da reportagem)	Assembleia deliberando por greve por 13	Glória da Goita	Assembleia geral aprovando participação/apoio a greve geral estadual	Reunião	x	Cenário de negociação aberto com usineiros e mediado pelo Estado na figura do Delegado do trabalho	16/1/63 n15 p. 6 "Camponeses massacrados por exigire o 13 mes"	PE	Jornal Liga	PCB ou Ligas (não indica, mas ambos participavam dessa mobilização , as vezes até juntos; principal grupo que puxa esse conjunto de ações é STR de Escada, Ipojuca e Amaragi, ligado ao PCB)
16/1/63 (data da reportagem)	Assembleia deliberando por greve por 13	Itambé	Assembleia geral aprovando participação/apoio a greve geral estadual	Reunião	x	Cenário de negociação aberto com usineiros e mediado pelo Estado na figura do Delegado do trabalho	16/1/63 n15 p. 6 "Camponeses massacrados por exigire o 13 mes"	PE	Jornal Liga	PCB ou Ligas (não indica, mas ambos participavam dessa mobilização , as vezes até juntos; principal grupo que puxa esse conjunto de ações é STR de Escada, Ipojuca e Amaragi, ligado ao PCB)

16/1/63 (data da reportagem)	Manifesto exigindo direito a plantar nas terras e reconstruir as casas de moradores	Itambé	Liga Camponesa de Itambé, paralelamente a demanda do 13 salário - no contexto dos assassinatos no protesto na Usina Estrelana -elaboram documento em que afirmam que não irão sair das terras e nas mesmas irão plantar e reconstruir casas (como que indicando que irão fazer mutirões; não dá, só pela notícia, dizer que fizeram, mas é um indicativo)	Nota	Indicação de que iriam realizar um mutirão	x		16/1/63 n15 p. 6 "Camponeses massacrados por exigirem o 13 mes"	PE	Jornal Liga	Ligas
16/1/63 (data da reportagem)	Assembleia para debater aumento de salario e 13 e organizar passeata em Recife -onde já estavam -	Recife	500 camponeses de Jaboatão, Pau D'alho, Moreno, São Lourenço e Gloria de Goitá se reuniram e debateram sobre os assuntos depois saindo em passeata (o que contabiliza nesta tabela outra ação)	Reunião	X	x		16/1/63 n15 p. 6 "Camponeses massacrados por exigirem o 13 mes"	PE	Jornal Liga	Ligas
16/1/63 (data da reportagem)	Passeata por aumento de salario e 13	Recife	500 camponeses de Jaboatão, Pau D'alho, Moreno, São Lourenço e Gloria de Goitá se reuniram (o que contabiliza nesta tabela outra ação), sob presidencia de Luís Serafim [das Ligas] e debateram sobre os assuntos depois saindo em passeata	Manifestação/ concentração pública	x	x		16/1/63 n15 p. 6 "Camponeses massacrados por exigirem o 13 mes"	PE	Jornal Liga	Ligas
16/1/63 (data da reportagem)/ mas ação é entre dia 1 e dia 10/1	Assembleia geral deliberando por greve por 13	Escada (provavelmente)	Assembleia geral aprovando participação/apoio a greve geral estadual	Reunião	x		Cenário de negociação aberto com usineiros e mediado pelo Estado na figura do Delegado do trabalho	16/1/63 n15 p. 6 "Manifesto dos camponeses de Escada conclama a União em torno da luta"	PE	Jornal Liga	STR da Igreja mas em contexto de mobilização com PCB
16/1/63 (data da reportagem)/ mas ação é entre dia 1 e dia 10/1	Manifesto/ carta indicando demandas tranalhistas e 13 e indicando greve geral para dia 11 daquele mês	Escada (provavelmente)	Manifesto escrito pelo presidente do STR de Escada, Ipojuca e Amaragi com demandas trabalhistas e indicando greve; em certo momento há menção de que qualquer agressividade seria respondida com a mesma, mas o tom da carta é de que STR se baseia na lei e age através dela	Nota	Menção a que agressividade seria respondida com agressividade, mas tom da carta é o de defesa da lei		Cenário de negociação aberto com usineiros e mediado pelo Estado na figura do Delegado do trabalho	16/1/63 n15 p. 6 "Manifesto dos camponeses de Escada conclama a União em torno da luta"	PE	Jornal Liga	STR da Igreja mas em contexto de mobilização com PCB
23/1/63 (data da reportagem)	Reunião	Escada	Reunião do STR de Escada, Ipojuca e Amaragi; a mesma foi interrompida ou ate evitada pela prisão do presidente do sindicato	Reunião	Prisão do presidente do STR		Repressão através da prisão do presidente do STR	23/1/63 n16 p5 "PE: Não há entendimentos enquanto líder sindical estiver encarcerado"	PE	Jornal Liga	STR da Igreja mas em contexto de mobilização com PCB
23/1/63 (data da reportagem)	Reunião entre representantes sindicais e usineiros na Delegacia Regional do Trabalho	Escada (provavelmente)	Reunião entre lideranças e usineiros com mediação estatal, mas que não ocorre pois lideranças sindicais se recusam a negociar enquanto presidente do STR de Escada, Ipojuca e Amaragi permanencia arbitrariamente preso; lideranças sindicais do referido sindicato indicaram aos usineiros que caso não houvesse pagamento do 13 a greve ocorreria dia 1 de fevereiro	Reunião entre lideranças camponesas e de usineiros com mediação do Estado	Prisão do presidente do STR		Mediação estatal na negociação entre STR e usineiros, mas com presidente do primeiro preso	23/1/63 n16 p5 "PE: Não há entendimentos enquanto líder sindical estiver encarcerado"	PE	Jornal Liga	STR da Igreja mas em contexto de mobilização com PCB

13/01/1963	Assembleia de diversos STR e Ligas com milhares de camponeses	Recife (provavelmente)	Assembleia de diversos sindicatos e Ligas de PE com milhares de camponeses que aprovaram greve no caso de não pagamento do 13 ate dia 30 do mesmo mês	Reunião estadual de lideranças e participantes de organizações diversas	x		Cenário de negociação aberto com usineiros e mediado pelo Estado na figura do Delegado do trabalho; mas já com presidente do STR preso	23/1/63 n16 p6 "Camponeses de Pernambuco vão à greve dia 30 se não receberem 13º salário"	PE	Jornal Liga	Ligas e PCB conjuntamente
23/01/1963	Reunião	Vitória de Santo Antão	Realização da eleição de nova diretoria, na qual Zeze da Galileia ganha pela quarta vez seguida	Reunião	x	x		23/1/63 n16 p6 "Camponeses de Vitória de Santo Antão escolheram mais uma vez 'Zeze' presidente da Liga local "	PE	Jornal Liga	Ligas
20/2/63 (data da reportagem)	Reunião pública/concentração	Ribeirão	Se menciona que seria realizada concentração de grande numero de camponeses para receber quantia arrecada por ferroviários às viúvas da chacina da Usina Estreliana (reparar que ação ainda iria ocorrer mas é tida como certa e em breve). Valor foi entregue aos cuidados da Liga e do STR de Ribeirão	Reunião/ Concentração Pública	x	x		20/2/63 n 20 p2 "Ferroviários ajudam viúvas de Estreliana"	PE	Jornal Liga	Ligas e PCB conjuntamente
20/2/63 (data da reportagem)	Concentração pública	Escada	Concentração pública em prol do 13 (somadas a outras cidades o total de participantes foi colocado como em 100 mil)	Reunião/ Concentração Pública	x		Contexto de negociação mas de mobilização para repressão (prisao do presidente do STR de Escada, Amaragi e Iputinga e volantes da policia a serviço de latifundiarios)	20/2/63 n 20 p3 "Do Ponto de Vista do Camponês"	PE	Jornal Liga	STR da Igreja mas em contexto de mobilização com PCB
20/2/63 (data da reportagem)	Concentração pública	Amaragi	Concentração pública em prol do 13 (somadas a outras cidades o total de participantes foi colocado como em 100 mil)	Reunião/ Concentração Pública	x		Contexto de negociação mas de mobilização para repressão (prisao do presidente do STR de Escada, Amaragi e Iputinga e volantes da policia a serviço de latifundiarios)	20/2/63 n 20 p3 "Do Ponto de Vista do Camponês"	PE	Jornal Liga	PCB ou Ligas (não indica, mas ambos participavam dessa mobilização , as vezes até juntos; principal grupo que puxa esse conjunto de ações é STR de Escada, Ipojuca e Amaragi, ligado a Igreja, mas neste contexto atuando junto ao PCB)
20/2/63 (data da reportagem)	Concentração pública	Jaboatão	Concentração pública em prol do 13 (somadas a outras cidades o total de participantes foi colocado como em 100 mil); se ocuparam os trilhos que vão até Recife como protesto. Imprensa local exagerou fatos indicando atos como retirar trilhos e cortar mãos de fura-greves	Reunião/ Concentração Pública	x		Contexto de negociação mas de mobilização para repressão (prisao do presidente do STR de Escada, Amaragi e Iputinga e volantes da policia a serviço de latifundiarios)	20/2/63 n 20 p3 "Do Ponto de Vista do Camponês"	PE	Jornal Liga	PCB ou Ligas (não indica, mas ambos participavam dessa mobilização , as vezes até juntos; principal grupo que puxa esse conjunto de ações é STR de Escada, Ipojuca e Amaragi, ligado ao PCB)

20/2/63 (data da reportagem)	Concentração pública	Xexeu	Concentração pública em prol do 13 (somadas a outras cidades o total de participantes foi colocado como em 100 mil)	Reunião/ Concentração Pública	x	Contexto de negociação mas de mobilização para repressão (prisão do presidente do STR de Escada, Amaragi e Iputinga e volantes da policia a serviço de latifundiarios)	20/2/63 n 20 p3 "Do Ponto de Vista do Camponês"	PE	Jornal Liga	PCB ou Ligas (não indica, mas ambos participavam dessa mobilização , as vezes até juntos; principal grupo que puxa esse conjunto de ações é STR de Escada, Ipojuca e Amaragi, ligado ao PCB)
20/2/63 (data da reportagem)	Concentração pública	Agua Pretas	Concentração pública em prol do 13 (somadas a outras cidades o total de participantes foi colocado como em 100 mil)	Reunião/ Concentração Pública	x	Contexto de negociação mas de mobilização para repressão (prisão do presidente do STR de Escada, Amaragi e Iputinga e volantes da policia a serviço de latifundiarios)	20/2/63 n 20 p3 "Do Ponto de Vista do Camponês"	PE	Jornal Liga	PCB ou Ligas (não indica, mas ambos participavam dessa mobilização , as vezes até juntos; principal grupo que puxa esse conjunto de ações é STR de Escada, Ipojuca e Amaragi, ligado ao PCB)
11/02/1963	Greve	Pernambuco , engenho Arando (não especifica cidade)	Greve por 13 salario, aumento salarial, férias e trabalho de 8 horas diarias	Greve	x	Policia comparece em varias manifestações mas identifica atitude pacifica dos trabalhadores e não intervem (abaixo vão haver varios casos de greve referentes as greves que geraram o acordao em PE; cabe ressaltar que , como indicado na reportagem "Do ponto de vista Camponês: Lição da Greve" no jornal 21 das Ligas p3 os latifundiarios foram financiados pelo Banco do Brasil para pagarem o 13 e muitos conseguiram manobrar para não efeturar o pagamento e ficar com dinheiro emprestado para despesas rendosas)	20/2/63 n 20 p3 "Camponeses em greve em Pernambuco exigem 13º salário e aumento salarial"	PE	Jornal Liga	STRs do PCB (provavelmente; ação foi puxada mais na Zona da Mata Sul)

11/02/1963	Greve	Pernambuco , engenho Marmajuda (não especifica cidade)	Greve por 13 salario, aumento salarial, férias e trabalho de 8 horas diarias	Greve	x	Policia comparece em varias manifestações mas identifica atitude pacifica dos trabalhadores e não intervem	20/2/63 n 20 p3 "Camponeses em greve em Pernambuco exigem 13º salário e aumento salarial"	PE	Jornal Liga	STRs do PCB (provavelmente; ação foi puxada mais na Zona da Mata Sul)
11/02/1963	Greve	Pernambuco, engenho Runda (não especifica cidade)	Greve por 13 salario, aumento salarial, férias e trabalho de 8 horas diarias	Greve	x	Policia comparece em varias manifestações mas identifica atitude pacifica dos trabalhadores e não intervem	20/2/63 n 20 p3 "Camponeses em greve em Pernambuco exigem 13º salário e aumento salarial"	PE	Jornal Liga	STRs do PCB (provavelmente; ação foi puxada mais na Zona da Mata Sul)
11/02/1963	Greve	Pernambuco, engenho Japacura (não especifica cidade)	Greve por 13 salario, aumento salarial, férias e trabalho de 8 horas diarias	Greve	x	Policia comparece em varias manifestações mas identifica atitude pacifica dos trabalhadores e não intervem	20/2/63 n 20 p3 "Camponeses em greve em Pernambuco exigem 13º salário e aumento salarial"	PE	Jornal Liga	STRs do PCB (provavelmente; ação foi puxada mais na Zona da Mata Sul)
11/02/1963	Greve	Pernambuco (cidade e engenho não especificados)	Greve por 13 salario, aumento salarial, férias e trabalho de 8 horas diarias	Greve	x	Policia comparece em varias manifestações mas identifica atitude pacifica dos trabalhadores e não intervem	20/2/63 n 20 p3 "Camponeses em greve em Pernambuco exigem 13º salário e aumento salarial"	PE	Jornal Liga	STRs do PCB (provavelmente; ação foi puxada mais na Zona da Mata Sul)
11/02/1963	Greve	Pernambuco (cidade e engenho não especificados)	Greve por 13 salario, aumento salarial, férias e trabalho de 8 horas diarias	Greve	x	Policia comparece em varias manifestações mas identifica atitude pacifica dos trabalhadores e não intervem	20/2/63 n 20 p3 "Camponeses em greve em Pernambuco exigem 13º salário e aumento salarial"	PE	Jornal Liga	STRs do PCB (provavelmente; ação foi puxada mais na Zona da Mata Sul)
20/2/63 (data da reportagem)	Greve	Vitória de Santo Antão (engenho Jussara; não especifica participação da Liga)	Greve por 13 salario	Greve	x	x	20/2/63 n 20 p3 "Mais um engenho atingido pela greve camponesa"	PE	Jornal Liga	STRs do PCB (provavelmente; ação foi puxada mais na Zona da Mata Sul)
20/2/63 (data da reportagem)	Reunião e fundação de STR	Palmares	Assembleia geral com mais de 3 mil participantes e inauguração de STR que recebeu a carta em janeiro; não se especifica se aquele grupo especifico e sua diretoria era de Liga ou do PCB [o que provavelmente remete a não ser da Liga ou ser conjuntamente a outras organizações]	Reunião/Fundação de sindicato-Liga	x	Carta sindical sendo concedida	20/2/63 n 20 p3 "Primeira Assembleia do sindicato de Palmares"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)

29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	Água Preta	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salário	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	Palmares	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salário	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	Gameleira	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salário	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	Joaquim Nabuco	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salário	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	Ribeirão dos Berros (existe uma cidade chamada Ribeirão)	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salário	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)

29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	Gravatá	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salário	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (Igreja, mas em contexto de mobilização do PCB)
29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	São Joaquim do Monte (provavelmente; estava escrito Camuel tuba [?]. Existe um povoado de São Joaquim do Monte chamado Camaratuba, talvez seja esse)	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salário	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	São Joaquim do Monte	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salário	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	Bonito	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salário	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	São Caetano	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salário	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)

29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	Angelim	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salario	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	Panela de Miranda	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salario	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	Cupira	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salario	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	Belém de Maria	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salario	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	Catende	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salario	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)

29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	Quiapapa (São Benedito)	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salário	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (Igreja mas em contexto de mobilização pelo PCB)
29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	Quiapapá	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salário	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (Igreja mas em contexto de mobilização pelo PCB)
29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	Cortês	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salário	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
29/3/63 (ação mostrada como programada, ainda não tinha acontecido)	Greve	Barra de Guaratiba	Greve conjunta de 23 municípios para conseguir 13 salário. Reportagem aponta liderança do STR de Palmares na iniciativa	Greve	x	Greves em Escada e Jaboatão [na verdade na região destas, com liderança do STR de Escada] haviam conseguido pouco antes acordo de pagamento do 13 salário	27/3/63 n24 p2 "23 municípios farão greve camponesa em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Março (não especifica data, mas reportagem é de 27/3/63)	Greve e concentração pública	Goiana (engenhos Goiana Grande, Mariúna, Jacaré, Santo Elias; e usinas Maravilha e Santa Tereza[não visualível a última])	Os trabalhadores das localidades mencionadas em Goiana fizeram uma greve de um dia e uma concentração na sede do município [provavelmente na sede do sindicato]; foram então prontamente atendidos por usineiros que se dirigiram aos Delegado do Trabalho para firmarem acordo em que pagariam aquele dia de trabalho e o 13 salário, e também se comprometiam a reanalisar contrato com os empregados	Greve	x	Contexto de mobilização estadual pelo 13 salário	27/3/63 n24 p3 "Março foi o 'mês da vitória' dos camponeses pernambucanos"	PE	Jornal Liga	Não indica

Março (não específica data, mas reportagem é de 27/3/63)	Greve e concentração pública	Goiana (engenhos Goiana Grande, Mariúna, Jacaré, Santo Elias; e usinas Maravilha e Santa Tereza [não visualível a última])	Os trabalhadores das localidades mencionadas em Goiana fizeram uma greve de um dia e uma concentração na sede do município [provavelmente na sede do sindicato]; foram então prontamente atendidos por usineiros que se dirigiram aos Delegado do Trabalho para firmarem acordo em que pagariam aquele dia de trabalho e o 13 salário, e também se comprometiam a reanalisar contrato com os empregados	Reunião/ Concentração Pública	x	Contexto de mobilização estadual pelo 13 salário	27/3/63 n24 p23"Março foi o 'mês da vitória' dos camponeses pernambucanos"	PE	Jornal Liga	Não indica	
Março (não específica data, mas reportagem é de 27/3/63)	Greve e concentração pública	Jaboatão	Alguns dias de paralização e parede [aparentemente fazendo menção a concentrações públicas na cidade]; tiveram demandas atendidas, mas não se diz quais eram [provavelmente 13 e talvez alguma outra demanda como salário]	Greve	x	Contexto de mobilização estadual pelo 13 salário	27/3/63 n24 p3"Março foi o 'mês da vitória' dos camponeses pernambucanos"	PE	Jornal Liga	Não indica	
Março (não específica data, mas reportagem é de 27/3/63)	Greve e concentração pública	Jaboatão	Alguns dias de paralização e parede [aparentemente fazendo menção a concentrações públicas na cidade]; tiveram demandas atendidas, mas não se diz quais eram [provavelmente 13 e talvez alguma outra demanda como salário]	Reunião/ Concentração Pública	x	Contexto de mobilização estadual pelo 13 salário	27/3/63 n24 p23"Março foi o 'mês da vitória' dos camponeses pernambucanos"	PE	Jornal Liga	Não indica	
Março (não específica data, mas reportagem é de 27/3/63)	Greve e concentração pública	Moreno	Alguns dias de paralização e parede [aparentemente fazendo menção a concentrações públicas na cidade]; tiveram demandas atendidas, mas não se diz quais eram [provavelmente 13 e talvez alguma outra demanda como salário]	Greve	x	Contexto de mobilização estadual pelo 13 salário	27/3/63 n24 p3"Março foi o 'mês da vitória' dos camponeses pernambucanos"	PE	Jornal Liga	Não indica	
Março (não específica data, mas reportagem é de 27/3/63)	Greve e concentração pública	Moreno	Alguns dias de paralização e parede [aparentemente fazendo menção a concentrações públicas na cidade]; tiveram demandas atendidas, mas não se diz quais eram [provavelmente 13 e talvez alguma outra demanda como salário]	Reunião/ Concentração Pública	x	Contexto de mobilização estadual pelo 13 salário	27/3/63 n24 p23"Março foi o 'mês da vitória' dos camponeses pernambucanos"	PE	Jornal Liga	Não indica	
Março (não específica data, mas reportagem é de 27/3/63)	Concentração pública/ talvez cercamento	Vitória de Santo Antão	Trabalhadores estavam concentrados no Engenho Pitu [aparentemente um cercamento] reivindicando aumento salarial. O administrador saca a arma e ameaça atirar mas é impedido (por pessoas sensatas diz a reportagem) . Reivindicação é atendida. Policia comparece ao local mas não interferiu limitando-se a fazer observações (como nas vezes anteriores diz a reportagem)	Possível mutirão/cercamento		Cercamento; ameaça de violencia por administrador	Contexto de mobilização estadual pelo 13 salário; participação da policia como observadora do conflito e não o promovendo - o que é colocado como tendencia na reportagem-	27/3/63 n24 p23"Março foi o 'mês da vitória' dos camponeses pernambucanos"	PE	Jornal Liga	Não indica

Abril (não específica data, mas reportagem é de 10/4/1963)	Greve	Jaboatão (Engenho Calisto de Baixo fornece a Usina Jaboatão)	Trabalhadores demandavam 13 salário e aumento da diária para 600 cruzeiros; ação faz parte de um conjunto de ações em outros municípios que exigia o cumprimento do acordo pelo 13 feito antes com latifundiários	Greve	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Abril (não específica data, mas reportagem é de 10/4/1963)	Greve	Ribeirão (engenho Minas Novas)	Trabalhadores demandavam 13 salário e aumento da diária para 700 cruzeiros; ação faz parte de um conjunto de ações em outros municípios que exigia o cumprimento do acordo pelo 13 feito antes com latifundiários	Greve	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Abril (não específica data, mas reportagem é de 10/4/1963)	Greve	Timbauba (Engenho que fornecia a Usina Curangi)	Trabalhadores demandavam 13 salário (ação aconteceu em 3 engenhos, na sequência da tabela os outros dois)	Greve	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Abril (não específica data, mas reportagem é de 10/4/1963)	Greve	Timbauba (Engenho que fornecia a Usina Curangi)	Trabalhadores demandavam 13 salário	Greve	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Abril (não específica data, mas reportagem é de 10/4/1963)	Greve	Timbauba (Engenho que fornecia a Usina Curangi)	Trabalhadores demandavam 13 salário	Greve	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)

Abril (não especifica data, mas reportagem é de 10/4/1963)	Greve	Vitória de Santo Antônio engenho Bento Velho que pertence a Usina Bulhões	Trabalhadores demandavam 13 salário	Greve	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Abril (não especifica data, mas reportagem é de 10/4/1963)	Greve	Vitória de Santo Antônio engenho Aguás Compridas que pertence a Usina Bulhões	Trabalhadores demandavam 13 salário	Greve	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Abril (não especifica data, mas reportagem é de 10/4/1963)	Greve	Vitória de Santo Antônio engenho Ana Vaz que pertence a Usina Bulhões	Trabalhadores demandavam 13 salário	Greve	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Abril (não especifica data, mas reportagem é de 10/4/1963)	Greve	Vitória de Santo Antônio engenho Cachoeirinha (grande produtor de aguardente)	Trabalhadores demandavam 13 salário	Greve	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Abril (não especifica data, mas reportagem é de 10/4/1963)	Greve	Jaboatão (Engenho novo da Usina Muribeca Jaboatão)	Trabalhadores demandavam 13 salário	Greve	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)

Abril (não específica data, mas reportagem é de 10/4/1963)	Concentração	Palmares	Concentração de trabalhadores em Palmares que depois se dirige a Ribeirão para incentivar movimento na cidade (onde maior proprietário é José Lopes dono da Usina Estreliana)	Manifestação /Concentração pública	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Abril (não específica data, mas reportagem é de 10/4/1963)	Passeata	Ribeirão	Concentração de trabalhadores em Palmares que depois se dirige a Ribeirão para incentivar movimento na cidade (onde maior proprietário é José Lopes dono da Usina Estreliana)	Manifestação /Concentração pública	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Abril (não específica data e evento estava marcado para acontecer, mas reportagem é de 10/4/1963)	Assembleia	Goiana	Assembleia marcada para acontecer	Reunião	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Abril (não específica data e evento estava marcado para acontecer, mas reportagem é de 10/4/1963)	Assembleia	Bom Jardim	Assembleia marcada para acontecer	Reunião	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (Igreja, mas em contexto de mobilização do PCB)

Abril (não especifica data e evento estava marcado para acontecer, mas reportagem é de 10/4/1963)	Assembleia	Bom Conselho	Assembleia maracada para acontecer	Reunião	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (Igreja mas junto a mobilização do PCB)
Abril (não especifica data e evento estava marcado para acontecer, mas reportagem é de 10/4/1963)	Assembleia	Joaquim Nabuco	Assembleia maracada para acontecer	Reunião	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Abril (não especifica data e evento estava marcado para acontecer, mas reportagem é de 10/4/1963)	Assembleia	Jaboatão	Assembleia maracada para acontecer	Reunião	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Abril (não especifica data e evento estava marcado para acontecer, mas reportagem é de 10/4/1963)	Assembleia	Palmares	Assembleia maracada para acontecer	Reunião	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)

Abril (não especifica data e evento estava marcado para acontecer, mas reportagem é de 10/4/1963)	Assembleia	Timbaúba	Assembleia marcada para acontecer	Reunião	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p2 "Greves camponesas paralizam vários engenhos em Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Abril (não especifica data mas reportagem é de 10/4/1963; ação ocorre entre liderança de PE e autoridades no Rio)	Negociação entre liderança e autoridades do Estado	Rio de Janeiro	Negociação entre liderança do STR de Escada, Palmares e Jaboatão com autoridades federais exigindo pagamento do 13 já acordado, salário mínimo, pagamento pelas empresas ao trabalhador assim que este inicia serviço, redução das contas para 8 braças nas varzeas e 10 nas ladeiras, a avaliação cabendo ao sindicato; taxa de periculosidade a todo trabalho na lavoura canavieira; seguro contra acidentes; aposentadoria imediata a todos que já tivessem atingido a idade limite; abolição do cambão; redução em 50 por cento do valor do aforamento; assistência do Estado a agricultura e pecuária (no caso dos camponeses médios - aqui estava falando mais de foreiros-). Indica que se não fossem atendidas as demandas em 60 dias 650 mil camponeses fariam greve	Reunião entre lideranças e autoridades do Estado	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p3 "Operários e Camponeses de Pernambuco ao lado de Arraes contra a reação"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Abril (não especifica data mas reportagem é de 10/4/1963)	Greve-tartaruga	Jaboatão (Engenho Manaçu da Usina Muribeca)	Segundo liderança do STR de Escada, Palmares e Jaboatão, neste engenho trabalhadores estavam fazendo trabalhos de modo moroso como protesto ao não pagamento do 13 que já havia sido acordado e pelo fim das violências praticadas pelo proprietário Fredericio Maranhão	Trabalho moroso	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p3 "Operários e Camponeses de Pernambuco ao lado de Arraes contra a reação"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Abril (não especifica data mas reportagem é de 10/4/1963)	Indicativo de greve	Timbaúba	Trabalhadores deram prazo de 8 dias para pagamento do 13 salário já acordado anteriormente, afirmando que caso contrário fariam greve na região inteira [junto a outros sindicatos provavelmente visto que ao menos 3 cidades tiveram mesma iniciativa]	Reunião/ indicativo de greve	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p3 "Operários e Camponeses de Pernambuco ao lado de Arraes contra a reação"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)

Abril (não especifica data mas eportagem é de 10/4/1963)	Indicativo de greve	São Lourenço da Mata	Trabalhadores deram prazo de 8 dias para pagamento do 13 salário já acordado anteriormente, afirmando que caso contrário fariam greve na região inteira [junto a outros sindicatos provavelmente visto que ao menos 3 cidades tiveram mesma iniciativa]	Reunião/ indicativo de greve	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p3 "Operários e Camponeses de Pernambuco ao lado de Arraes contra a reação"	PE	Jornal Liga	STR (Igreja, mas em contexto de mobilização pelo PCB)
Abril (não especifica data mas eportagem é de 10/4/1963)	Indicativo de greve	Pau D'Alho	Trabalhadores deram prazo de 8 dias para pagamento do 13 salário já acordado anteriormente, afirmando que caso contrário fariam greve na região inteira [junto a outros sindicatos provavelmente visto que ao menos 3 cidades tiveram mesma iniciativa]	Reunião/ indicativo de greve	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	10/4/63 n26 p3 "Operários e Camponeses de Pernambuco ao lado de Arraes contra a reação"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Abril (não especifica data mas eportagem é de 10/4/1963)	Apoio a greve de terceiros	Recife	Apoio dado por lideranças das Ligas, entre elas Julião, à um movimento de greve dos gráficos em Recife. As Ligas se mobilizaram para que camponeses fornecessem alimento aos grevistas.	Apoio a movimento de terceiros	x	x	10/4/63 n26 p3 "Ligas apoiam greve dos gráficos"	PE	Jornal Liga	Ligas
Abril (não especifica a data mas reportagem é de 24/4/63)	Greve (regional, não especifica quantas cidades e locais fizeram parte, mas em tese poderiam ser até 28 municípios)	Escada, Palmares e Jaboatão congregando 28 municípios	José Xavier era procurador geral dos sindicatos rurais de Escada, Jaboatão e Palmares. Ele indica que essa organização congregava 28 municípios. Ele indica que 80 mil camponeses entraram em greve com pautas: salário mínimo em 276 cruzeiros a diaria (na epoca eram 80 a diaria)e o pagamento do 13 (que seria de 6720 cruzeiros e não os 300 cruzeiros que os latifundiários tinham proposto como abono). O único local especificado na reportagem é a Usina Catende, na qual o proprietário João Azevedo atendeu os trabalhadores exceto pelo salário-mínimo, o qual mencionou que seria pago após subida do preço do açúcar; mais detalhes desta ação abaixo	Greve regional	x	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiários nas negociações anteriores	24/4/63 n27 p.2 "Camponeses Pernambucanos fazem greve mais uma vez"	PE	Jornal Liga	STR da Igreja mas em contexto de mobilização com PCB

16/04/1963	Greve	Catende (Usina Catende)	A greve durou apenas 8 horas, tendo seu fim as 14. pois o proprietário João Azevedo aceitou pagar o 13 salario. A greve ocorreu em 80 engenhos da cidade e abarcou 3000 camponeses (Catende teria 12 mil trabalhadores nos engenhos de açúcar).A ação foi coordenada pelo sindicato da cidade e decorre do incentivo do sindicato de Palmares a fazer esta ação nos 21 municípios da região. Três filhas de um campones não teriam recebido o pagamento, o que foi levado pelo delegado sindical ao usineiro, mas este se recusou a ler o bilhete enviado. Quando o usineiro o procura pessoalmente o delegado sindical se recusa a falar exigindo o pagamento, que foi feito.	Greve	Recusa de ler bilhete pelo usineiro (não aceitava um bilhete de um "mero camponês")	Mobilização em diversos engenhos do interior de PE exigindo cumprimento do acordo pelo 13 já aceito pelos latifundiarios nas negociações anteriores	24/4/63 n27 p.2 "Catende: greve camponesadurou pouco porque os usineiros recusaram logo"	PE	Jornal Liga		STR (PCB provavelmente)
Abril (não especifica a data mas reportagem é de 24/4/63)	Mutirão	Vertentes (Chã do Junco)	Manoel Leandro era tinha uma lavoura onde plantava algodão e uma boa plantação de batatas e algumas outras verduras [aparentemente um meiro ou foreiro], sendo que foi expulso da casa quando polícia despejou seus pertences - despejo pedido por um advogado e assinado por um juiz local- para fora de sua casa sem seu conhecimento enquanto trabalhava em outro sítio. Ele ali residia a 30 anos. Ele procura politico da cidade que o aconselha a pegar uma idenização de 30 mil, mas suas benfeitorias, segundo ele valiam 200 mil. Foi a Recife a procura do Conselho das Ligas e uma comissão o acompanhou de volta e debateu o caso com 130 camponeses que eram seus vizinhos. Os mesmos vão de foice e enchada na mão para a casa do trabalhador expulso e recolocam suas coisas lá [não se menciona se refizeram plantação, mas atividade lembra o mutirão]. O delegado se dirige ao local mas para prender o trabalhador, mas é impedido pelos demais que afirmam que todos deveriam ser presos (reportagem traz o que teria sido o dialogo dos camponeses com delegado)	Mutirão	Despejo de trabalhador de sua casa. Por mais que se tenha usado os meios legais, o mesmo não teve acesso a justiça e só soube do despejo depois que esta já havia ocorrido	x	24/4/63 n27 p.2 "Latifundiário despeja, camponês volta mas a Justiça quer despejar pela segunda vez: PE"	PE	Jornal Liga		Ligas
28/04/1963	Congresso	Vitória de Santo Antão	Delegados das diversas Ligas de Vitória de Santo Antão fizeram o primeiro congresso campones da cidade, na qual lideranças, como Julião, apresentaram teses que foram aprovadas em plenária. Houve exposição de fotos sobre alfabetização em Cuba, um baile com grupos folclóricos. A comissão organizadora do evento era composta por: João Alfredo dos Anjos, José Francisco de Souza e Maria Celeste Vidal.	Reunião/ concentração pública	x	x	1/5/63 n28 p2 "Camponeses de Santo Antão realizaram seu I Congresso"	PE	Jornal Liga		Ligas

1/5/63 a 7/5/63	Reunião entre lideranças do movimento com outras lideranças/ Evento (fórum)	Rio de Janeiro (mas ação de Ligas e sindicatos do PCB de PE)	Participação de camponeses e de lideranças das Ligas de Pernambuco (Luís Serafim, acompanhado de 4 camponeses de Ligas de alguns municípios do estado) e da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (Boris Trindade, advogado) do Fórum de Debates Lindolfo Collor que reuniu representantes sindicais, empregadores e advogados especialistas em sindicalismo e direito do trabalho, para debater sobre reformas na CLT na camara dos deputados no Rio [a informação de que evento foi na camara dos deputados não está no jornal, mas é de facil acesso]	Reunião estadual de lideranças e participantes de organizações diversas	x	Debates sobre a CLT por diversos grupos politicos na camara dos deputados	08/03/1963 n.29 p.2 "Camponeses dizem o que pensam da CLT"	PE	Jornal Liga		Ligas e PCB conjuntamente
Abril de 1963	Mutirão	Bom Jardim	Notícia indica que Camponeses da Liga de Bom Jardim teriam se reunido e deliberado ajudar na construção/repáros de casas e no plantio e cuidado de roçados de camponeses que não estivessem em condição para tal. (Por mais que reportagem não indique ação logo após expulsões é provável que as mesmas também estejam inclusas nas acima referidas; não se menciona quantas ações e em que locais e em que datas foram feitos os mutirões. Mas é possível afirmar que devem ter ocorrido em mais de um local e que continuaram sendo feitas ao longo do tempo e não apenas no referido mês, visto que a reunião referida havia decidido fazer a ação quando percebesse a necessidade de qualquer camponês; Se dá um exemplo de um oficial de policia que é chamado pelo latifundiário para interromper uma dessas ações, mas o mesmo, ao verificar que estavam reconstruindo a casa de uma camponesa cercada pelos filhos, não só não os reprimi mas ajuda com dinheiro do seu bolso a ação -o que mostra a tentativa de repressão pelos grandes proprietários e como a policia poderia agir de formas diversas, inclusa a não repressão-)	Mutirão		Latifundiários tentam reprimir ação com policia; Mutirões	Contexto do governo Arraes em que há desententivo a repressão policial no campo	15/5/63 n30 p3 "Camponeses de Bom Jardim prestam ajuda coletiva"	PE	Jornal Liga	Ligas
Reportagem de 22/5/63	Recurso jurídico	Bonito (Usina Caxangá)	Dois trabalhadores expulsos sem idenização nem aviso prévio pelo usineiro Rui Maranhão entram na justiça para exigir pagamento de idenização . Segundo um deles, Antônio Vicente, eles foram proibidos de transitar nas terras da Usina e os filhos expulsos da escola da mesma.	Recurso juridico		Expulsão pelo latifundiário, que se nega a cumprir direitos trabalhistasa, retira crianças da escola e proibe circulação dos trabalhadores expulsos em seus terrenos	x	22/5/63 n31 p3 "Rico usineiro demite empregados e não quer pagar idenização"	PE	Jornal Liga	Não indica

Reportagem de 29/5/63	Greve estadual	Pernambuco	Greve geral de 120 mil camponeses (não especifica cidades e datas) com as pautas em protesto à: o não reconhecimento, pelo Ministério do Trabalho - dirigido por Almino Afonso-, dos sindicatos de Jaboatão, Moreno, Glória de Goita, Pau D'Alho e São Lourenço (sendo que os sindicatos ligados ao Padre Melo - reacionário - o foram anteriormente em processos identicos; o não pagamento de taxa de insalubridade; a não assinatura de carteiras do trabalho; e o não pagamento do salário mínimo da região	Greve regional	x	Bloqueio da oficialização de sindicatos (ligados ao PCB ou as Ligas) enquanto cedia cartas sindicais a grupos ligados a Igreja	29/5/63 n32 p1 "Pernambuco: 120 mil camponeses em greve"	PE	Jornal Liga		Não indica
Reportagem de 29/5/63	Reunião/ Assembleia	Goiana	Em Assembleia concorrida do STR de Goiana, reunida na sede da Liga Camponesa loca (se indica que a cada orador que dizia "na lei ou na marra" havia fortes aplausos)! [o que parece indicar que este STR era mais ligado as Ligas, tanto pelo aplauso ao "na lei ou na marra", quanto pela reunião na sede da mesma; mas o fato de se mencionar uma assembleia concorrida também abre brecha para que seja um STR com participação de grupos ligados ao PCB e aos das Ligas], aprovou 7 reivindicações: salário mínimo; conta de 8x8 se tornar de 10x10 em regiões altas, com fiscalização pelo delegado - um trabalhador rural- ali escolhido por eles; assinatura das carteiras profissionais com datas retroativas; aumento do corte da cana crua de 100 cruzeiros o feixe para 500 e da queimada para 400; contra o uso de balanças na medida da cana; contra a proibição dos animais dos trabalhadores e permissão para plantios nas usinas (a última reivindicação se deu após denuncia de que na Usina Maravilha se havia obrigado trabalhadores a se desfazerem de sua criação)	Reunião/ concentração pública		Violências e repressões dos grandes proprietários	29/5/63 n32 p3 "Lavradores de Goiana aprovam sete reivindicações"	PE	Jornal Liga		Ligas e PCB conjuntamente
Reportagem de 29/5/63	Recurso jurídico	Bom Jardim (distrito Bizarra)	José Firmino é expulso de seu sítio pelo proprietário Artur, ele então entra na justiça e consegue, após 1 ano da expulsão, a vitória na justiça [o que signific a que provavelmente a ação jurídica foi feita inicialmente em 1962). O proprietário armou 40 capangas para impedir sua volta, os camponeses locais se preparavam para apoiar a volta em uma ação, mas o grande proprietário cedeu após um ultimato do juiz. Os trabalhadores fizeram um mutirão para ajudar a volta do trabalhador	Recurso jurídico		Tentativa de impedir a volta do trabalhador à suas terras armando capangas; Mutirão	29/5/63 n32 p3 "Camponês reemposado nas terras de que havia sido expulso há mais de um ano"	PE	Jornal Liga		Não indica
Reportagem de 29/5/63	Mutirão	Bom Jardim (distrito Bizarra)	José Firmino é expulso de seu sítio pelo proprietário Artur, ele então entra na justiça e consegue, após 1 ano da expulsão, a vitória na justiça [o que signific a que provavelmente a ação jurídica foi feita inicialmente em 1962). O proprietário armou 40 capangas para impedir sua volta, os camponeses locais se preparavam para apoiar a volta em uma ação, mas o grande proprietário cedeu após um ultimato do juiz. Os trabalhadores fizeram um mutirão para ajudar a volta do trabalhador	Mutirão		Tentativa de impedir a volta do trabalhador à suas terras armando capangas; Mutirão	29/5/63 n32 p3 "Camponês reemposado nas terras de que havia sido expulso há mais de um ano"	PE	Jornal Liga		Não indica

20/05/1963	Reunião de lideranças de STR do PCB e de Ligas	Recife	Reuniram-se , no Conselho Estadual do Movimento Camponês de Pernambuco [não fica claro se essa organização já existia ou deram esse nome ao fazerem a reunião] delegados dos STR de Goiana, Condado, Igarassú, Paulista, Moreno, Jaboatão, Pau D'Alho, Chã de Alegria, São Lourenço, Rio Formoso, Serinharém, Ipojuca e Amaragi e das Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão, Bom Jardim, Surubim e Timbaúba. Tendo decidido apoiar a greve de Jaboatão e a participação na greve geral convocada pela CGT. Foi decidido que se faria um manifesto de apoio ao órgão dos trabalhadores e se escolheram 5 delegados para participar do COSINTRA. Estavam presentes na reunião Luís Serafim do Conselho Radical e Julião.	Reunião estadual de lideranças de uma organização	x		Contexto de tentativa de mobilização nacional de greve pela CGT	29/5/63 n32 p3 "Camponeses de Pernambuco apoiam greve geral do CGT"	PE	Jornal Liga		Ligas e PCB conjuntamente
Reportagem de 29/5/63	Greve	Jaboatão	Se menciona que havia greve em Jaboatão, apoiada pelos participantes de reunião estadual no dia 20/5/63	Greve	x		Mobilização estadual de greves no campo em PE	29/5/63 n32 p3 "Camponeses de Pernambuco apoiam greve geral do CGT"	PE	Jornal Liga		Não indica
reportagem de 24/7/63	Manifestação/ Assembleia	Barreiros	Cinco mil camponeses protestaram contra uma diretoria supostamente eleita no STR da cidade, mas que não teve participação dos associados na eleição. Após o protesto a suposta diretoria fugiu e formaram um Junta Governativa com José Silvestre e Júlio Santana. Marcando para o próximo domingo a assembleia que elegeria a diretoria definitiva	Reunião/ concentração pública	x	x		24/7/63 n40 p2 "Camponeses derrubaram falsa diretoria do sindicato rural"	PE	Jornal Liga		STR (PCB provavelmente)
28/07/1963	Assembleia/ eleição de diretoria	Barreiros	Cinco mil camponeses protestaram contra uma diretoria supostamente eleita no STR da cidade, mas que não teve participação dos associados na eleição. Após o protesto a suposta diretoria fugiu e formaram um Junta Governativa com José Silvestre e Júlio Santana. Marcando para o próximo domingo a assembleia que elegeria a diretoria definitiva (calculando esse dia seria no dia 28, entanto noticia é de dia 24, sendo uma ação marcada para acontecer mas que ainda não havia ocorrido). Na reportagem "Pernambuco" da página 3 se menciona que os camponeses de Rio Formoso também compareceram em peso a ação pois são associados ao STR de Barreiros. Também se destaca que Luís Serafim, representante do Conselho das Ligas e Ozias Ferreira foram em nome do jornal e foram os principais oradores.	Reunião/ eleição de diretoria	x	x		24/7/63 n40 p2 "Camponeses derrubaram falsa diretoria do sindicato rural"	PE	Jornal Liga		Ligas e PCB conjuntamente

reportagem de 24/7/63	Ocupação de terra	Pernambuco (Engenho coqueiro, não especifica cidade)	Jornal apresenta uma carta de sindicato urbano apoiando o movimento camponês, na qual se cita "acontecimentos" no engenho coqueiro, e afirma que o mesmo é improdutivo e abandonado a 20 anos. O que dá a entender que alguma ocupação ocorreu no mesmo	Ocupação de terras	x	Menciona apoio de Arraes ao movimento camponês e o fato do mesmo não ter reprimido as ações, tendo encaminhado as pautas ao governo federal	24/7/63 n40 p3 "Tôda a solidariedade aos camponeses: reforma agrária é a solução"	PE	Jornal Liga	Não indica	
reportagem de 24/7/63	Assembleia/ criação de STR	Goiana	Indica que mais de mil camponeses compareceram a Assembleia em que foi aprovado o estatuto do STR de Goiana, estando presente José Xavier, vereador José Bezerra e Freire (representando jornal A Liga), o presidente eleito foi Aduino Rodrigues (lembrando que já se menciona em números anteriores a existência de uma Liga na cidade, mas não se esclarece a vinculação ou não, mas José Xavier é liderança ligada ao movimento grevista de Ipojuca, Escada e Jaboatão, o que provavelmente mostra vínculo com PCB, por mais que o mesmo tenha falado ao jornal A Liga várias vezes)	Reunião/Fundação de sindicato-Liga	x		24/7/63 n40 p3 "Pernambuco"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)	
21/07/1963	Assembleia/ reunião	Gloria de Goitá	Assembleia numerosa que debateu a tabela apresentada pelo Sindicato de Plantadores de Cana de Pernambuco	Reunião/ concentração pública	x	x	24/7/63 n40 p3 "Pernambuco"	PE	Jornal Liga	Não indica	
reportagem de 24/7/63	Reunião de lideranças das Ligas	Recife (provavelmente)	Uma grande reunião, ainda para acontecer, com o fito de debater a nova tabela apresentada em engenhos e usinas contaria com a presença do Conselho Estadual das Ligas e de associados das Ligas de: Jaboatão, Moreno, Vitória [de Santo Antônio], Cabo, Serinharem, Rio Formoso, Barreiros, Ipojuca, Escada, Palmares, Limoeiro, Nazareth da Mata, Timbaúba e outros[não se indica que outros municípios seriam]	Reunião estadual de lideranças de uma organização	x	Tabela de tarefas elaborada por usinas e engenhos gera mobilização	24/7/63 n40 p3 "Pernambuco"	PE	Jornal Liga	Ligas	
reportagem de 24/7/63	Mediação de conflito com Estado	Olinda (Vila dos Butrins)	se indica que em Vila dos Butrins em Olinda um falso proprietário de terra tentou expulsar a população local, que pegou em armas para defender suas moradias. O ocorrido não terminou em confronto sangrento pois as Ligas Urbanas da cidade interveem e conseguem mediação do Estado fazendo ameaça de despejo cessar. [A ação reflete uma resistencia cotidiana/velho repertorio de um grupo rural, mas também uma ação coletiva das lideranças da Liga Urbana; por mais que não seja ação da Liga Camponesa, está contabilizado como por ter mediado grupo rural]	Protesto à instituição pública		Tentativa de grilagem; reação armada do grupo rural	Governo estadual media conflito evitando confronto violento	24/7/63 n40 p3 "Pernambuco"	PE	Jornal Liga	Ligas

29/07/1963	Manifestação / concentração pública	Recife (praça Dantas Barreto)	Grande manifestação, com 80 mil pessoas de diversas entidades: Conselho Sindical dos Trabalhadores, Ligas, STRs, Ligas Urbanas, Liga Feminina, Associação de Bairro, Representações estudantis. A ação tinha como foco demandar as reformas de base à Jango, que fez discurso no local.	Manifestação / concentração pública	x	Ocorriam manifestações em outros locais pela carestia. Um dia antes na Guanabara ocorreria um ato com 10 mil pessoas de diversas entidades	7/8/63 n42 p1 "Presidente, a revolução está na rua"	PE	Jornal Liga		Ligas e PCB conjuntamente
Reportagem de 7/8/63	Indicativo de Greve estadual	Bonito	Ligas Camponesas e STRs indicavam que fariam greve no caso de a Usina Caxangá, de Júlio Maranhão, não atendesse as demandas: punição aos responsáveis pelo assassinato de José Alves de Lima durante luta grevista anterior; diária de 508 cruzeiros; 13 a quem não recebeu ou o recebeu incompleto; repouso semanal remunerado; pagamento da dívida do usineiro para o Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar pois recolheu mas não entregou a contribuição sindical ao órgão de classe - uma dívida de 2 milhões de cruzeiros - e outras (não indica que outras). Se indica que as organizações estavam propondo também expandir a greve da referida usina - que já estava em greve [o que conta uma ação coletiva separada desta] - para as demais da região, tendo apoio da CONSINTRA e do Pacto pela União e Ação da Orla Marítima	Reunião/ Indicativo de greve		Uma das demandas é a punição dos responsáveis pelo assassinato de um grevista. Acordos salariais e outros direitos estavam sendo infringidos também	1963 foi um ano de intensas greves no campo em Pernambuco	7/8/63 n42 p2 "Greve Geral ameaça zona açucareira"	PE	Jornal Liga	Ligas e PCB conjuntamente
Reportagem de 7/8/63	Greve	Bonito (Usina Caxangá)	Ligas Camponesas e STRs indicavam que fariam greve no caso de a Usina Caxangá, de Júlio Maranhão, não atendesse as demandas: punição aos responsáveis pelo assassinato de José Alves de Lima durante luta grevista anterior; diária de 508 cruzeiros; 13 a quem não recebeu ou o recebeu incompleto; repouso semanal remunerado; pagamento da dívida do usineiro para o Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar pois recolheu mas não entregou a contribuição sindical ao órgão de classe - uma dívida de 2 milhões de cruzeiros - e outras (não indica que outras). Se indica que as organizações estavam propondo também expandir a greve da referida usina - que já estava em greve [o que conta uma ação coletiva separada desta] - para as demais da região, tendo apoio da CONSINTRA e do Pacto pela União e Ação da Orla Marítima	Greve		Uma das demandas é a punição dos responsáveis pelo assassinato de um grevista. Acordos salariais e outros direitos estavam sendo infringidos também	1963 foi um ano de intensas greves no campo em Pernambuco	7/8/63 n42 p3 "Greve Geral ameaça zona açucareira"	PE	Jornal Liga	Ligas e PCB conjuntamente

1963	Greve	Itambé (engenho Paraíso e engenho Sete Cabeças)	Não pagamento de 300 cruzeiros por dia e diminuição da braça foram motivação da primeira greve destes dois engenhos naquele ano	Greve	x	1963 foi um ano de intensas greves no campo em Pernambuco	7/8/63 n42 p3 "Campo ferve em Pernambuco"	PE	Jornal Liga		Ligas (provavelmente)
1963	Greve	Itambé (engenho Paraíso e engenho Sete Cabeças)	Na segunda greve a demanda foi pelo 13 salario. O delegado da polícia tenta organizar trabalhadores de fora para furar a greve mas foi impedido pelos grevistas	Greve	Delegado de polícia utiliza de meios autoritários e ilícitos para intervir na greve	1963 foi um ano de intensas greves no campo em Pernambuco	7/8/63 n42 p3 "Campo ferve em Pernambuco"	PE	Jornal Liga		Ligas (provavelmente)
1963 reportagem de 7/8/63	Greve	Itambé (engenho Paraíso e engenho Sete Cabeças)	A terceira greve é em apoio aos moradores expulsos -através de despejos judiciais do juiz que apoia o latifundiário Luiz Gouveia - das áreas altas do engenho Sete Cabeças - os trabalhadores das várzeas [e os do outro engenho, ao que se pode supor] se solidarizaram com estes-, sendo que o movimento demanda que estes voltem as terras em que trabalhavam. No engenho Paraíso também houveram despejos - os nomes dos despejados do último são mencionados na reportagem-. O Conselho Estadual de Pernambuco das Ligas Camponesas do Brasil contesta estes despejos judiciais (o que conta como outra ação coletiva)	Greve	Despejos arbitrários e em massa de trabalhadores	1963 foi um ano de intensas greves no campo em Pernambuco	7/8/63 n42 p3 "Campo ferve em Pernambuco"	PE	Jornal Liga		Ligas (provavelmente)
1963 reportagem de 7/8/63	Recurso jurídico	Itambé (engenho Paraíso e engenho Sete Cabeças)	A terceira greve é em apoio aos moradores expulsos -através de despejos judiciais do juiz que apoia o latifundiário Luiz Gouveia - das áreas altas do engenho Sete Cabeças - os trabalhadores das várzeas [e os do outro engenho, ao que se pode supor] se solidarizaram com estes-, sendo que o movimento demanda que estes voltem as terras em que trabalhavam. No engenho Paraíso também houveram despejos - os nomes dos despejados do último são mencionados na reportagem-. O Conselho Estadual de Pernambuco das Ligas Camponesas do Brasil contesta estes despejos judiciais (o que conta como outra ação coletiva)	Recurso jurídico	Despejos arbitrários e em massa de trabalhadores	1963 foi um ano de intensas greves no campo em Pernambuco	7/8/63 n42 p2 "Campo ferve em Pernambuco"	PE	Jornal Liga		Ligas

1963 reportagem de 7/8/63	Manifestação/ Concentração	Recife	Grande concentração com presença de STRs rurais e urbanos, Ligas, associações de donas de casa (Liga Feminina inclusa), estudantes. Se indica que o CONSINTRA estava ligado a ação. Miguel Arraes faz um discurso a favor das reformas aos manifestantes; a reportagem é escrita pelo presidente do sindicato dos trabalhadores da indústria do açúcar. Se indica as frases contidas nos cartazes (há duas fotos da manifestação, mas poucos cartazes são legíveis), várias pela reforma agrária radical, pelas reformas de base. Julho e algumas bandeiras que o próprio jornal já exibiu [até como manchete: "Jango, faça as reformas e deixe os gorilas conosco"].	Manifestação/ Concentração pública	Uma das pautas em cartazes é a libertação de Joel Câmara, estudante preso de modo arbitrário e outra é a prisão de responsáveis pelo assassinato de grevista assassinado em Pernambuco	Contexto de greves e manifestações pelas reformas de base (uma semana antes se noticiava uma manifestação em Recife em que se demandava a Jango)	7/8/63 n42 p6 "Povo nordestino em Recife exige Reformas Radicais"	PE	Jornal Liga	Ligas e PCB conjuntamente
1963 reportagem de 7/8/63 (se indica que greve já acontecia há alguns dias e prosseguia)	Greve	Itambé (engenho Oriente)	Notícia indica que Camponeses deste engenho estavam em greve demandando o 13 salário de 1962 que lhes era devido desde setembro do mesmo ano	Greve	Capangas matam líder camponês da cidade e ferem mais 13	1963 foi um ano de intensas greves no campo em Pernambuco	14/8/63 n43 p3 "Camponeses chacinados na Usina 'Oriente' "	PE	Jornal Liga	Não indica
08/08/1963	Cercamento à casa grande	Itambé (engenho Oriente)	Se indica que os camponeses caminhavam em comissão [o que não parece indicar um número pequeno deles, mas um andar organizado] a Casa Grande para pressionar o grande proprietário José Gouveia Pereira Borba a pagar o 13 salário que demandavam em sua greve. Mas quando passam a segunda porteira da propriedade são surpreendidos por cerca de 30 capangas escondidos em pontos juntos à casa grande. O principal alvo era Jeremias (Paulo Roberto Pinto) que era líder do movimento e foi assassinado com tiro no bolso esquerdo da camisa, onde guardava a carteira de identidade. Os capangas não cessaram os tiros, mesmo com a dispersão do movimento, e feriram mais 13 camponeses, acertados com tiros nas costas. A reportagem traz os nomes dos feridos. Até aquele momento a polícia não havia tomado nenhuma providência afirmando dificuldade de identificar os capangas.	Cercamento à casa grande	Capangas matam líder camponês da cidade e ferem mais 13	1963 foi um ano de intensas greves no campo em Pernambuco	14/8/63 n43 p3 "Camponeses chacinados na Usina 'Oriente' "	PE	Jornal Liga	Ligas (provavelmente: havia Liga na cidade e ação é típica do movimento)

Reportagem de 14/8/63 (já ocorria há varios dias pela reportagem)	Greve	Jaboatão (Usina Muribeca (composta por 7 engenhos)	Greve demandava recuo no desconto-habitação que estava sendo aplicado e demandava a devolução de 1 milhão de cruzeiros referentes a descontos sindicais recolhidos e não pagos ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar [reparar que é uma greve que envolver operários e camponeses, pois paralizou parte mais industrial e engenhos]. O proprietário Frederico Maranhão se comprometeu com as duas demandas, a primeira seria atendida em dez dias.	Greve	Recolhimento e não repasse para sindicato do imosto sindical (rompimento com um elemento legal)	1963 foi um ano de intensas greves no campo em Pernambuco	14/8/63 n43 p3 Terminou greve da Muribeca "	PE	Jornal Liga		STR (PCB provavelmente)
Reportagem de 14/8/63	Carta de solicitação	Pernambuco	A Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco enviou um telegrama ao Ministro da Agricultura, ao Superintendente do SUPRA e a toda bancada do Congresso Pernambucano solicitando informações sobre os vetos de Jango sobre o ETR e querendo saber que vetos serão aceitos e rejeitados pelo Congresso	Nota	x	Contexto de aplicação do ETR (aprovado em 2 de março daquele ano)	14/8/63 n43 p5 Informações sobre vetos "	PE	Jornal Liga		PCB
Reportagem de 21/8/63	Carta de denuncia	Palmares	José Eduardo Lima, presidente do STR de Palmares- que congrega 21 municípios e 20 mil associados - envia um telegrama a Jango e outro a Arraes visando desmentir calunias feitas pelo Sindicato dos Usineiros - afirmavam haver falta de segurança no campo-. Também solicitam nas duas (o texto de ambas as mensagens é colocado no jornal) a punição dos latifundiários e capangas que assasinaram camponeses e, na dirigida ao governador - que é mais extensa- menciona que os casos de morte ocorreram nos engenhos/usinas: Estreliana, Caxangá, Santo André, Também. Termina carta dizendo que da necessidade do governo fazer justiça antes que camponeses resolvam agir em legitima defesa	Nota	Ação é contra assassinatos ocorridos	Carta dirigida ao Governador e ao Presidente	21/8/63 n44 p5 "Camponeses telegrafam a Jango e Arraes "	PE	Jornal Liga		STR (PCB provavelmente)
Reportagem de 21/8/63	Reunião entre lideranças e usineiros	Recife	Reunião entre lideranças de trabalhadores rurais (não especifica se Ligas, PCB) com representantes de usineiros para chegar a um acordo sobre o pagamentos dos trabalhos no campo [uma negociação do futuro acordo do campo]; os usineiros chegaram a dizer que não conseguiam pagar mais pois eram explorados pelo IAA, o que foi respondido pelo líder camponês com apoio a lutar contra o IAA se houver uma injustiça que melhore o bem estar no campo	Reunião de lideranças com representantes de usinas/ senhores de engenho	x	Negociação ocorre no Palácio do Governo o que indica uma mediação estatal	28/8/63 n45 p6 "Esta para sair acordo no campo "	PE	Jornal Liga		Não indica

Reportagem de 4/9/63	Greve	Jaboatão	Greve realizada em virtude de uma eleição-fantasma com presença de apenas 150 votantes, na qual se havia eleito João Batista -ligado a Padre Paulo Crespo, conservador da Igreja -. O delegado regional do trabalho Enoch Saraiva anulou esta eleição, sendo que outra foi marcada pelo STR para 60 dias em seguida. A greve atingiu, segundo a reportagem, todos os engenhos e usinas da cidade. Antes de retomarem o trabalho os camponeses teriam realizado uma passeata [greve e passeata duas ações separadas] com mais de 3 mil participantes [parece indicar que a passeata se realizou depois da decisão do delegado regional do trabalho já ter sido realizada]	Greve	Ação é contra uma eleição realizada de maneira irregular com fim de lideranças conservadoras da Igreja em controlarem o STR	Delegacia do trabalho resolve o conflito	4/9/63 n46 p3 "Fim da greve em Jaboatão"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Reportagem de 4/9/63	Manifestação/ Concentração	Jaboatão	Greve realizada em virtude de uma eleição fantasma com presença de apenas 150 votantes, na qual se havia eleito João Batista -ligado a Padre Paulo Crespo, conservador da Igreja -. O delegado regional do trabalho Enoch Saraiva anulou esta eleição, sendo que outra foi amrcada pelo STR para 60 dias em seguida. A greve atingiu, segundo a reportagem, todos os engenhos e usinas da cidade. Antes de retomarem o trabalho os camponeses teriam realizado uma passeata [greve e passeata duas ações separadas] com mais de 3 mil participantes [parece indicar que a passeata se realizou depois da decisão do delegado regional do trabalho já ter sido realizada]	Manifestação/ Concentração pública	Ação é contra uma eleição realizada de maneira irregular com fim de lideranças conservadoras da Igreja em controlarem o STR	Delegacia do trabalho resolve o conflito	4/9/63 n46 p3 "Fim da greve em Jaboatão"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Reportagem de 21/9/63	Reunião entre lideranças camponesas e de usineiros com mediação do Estado	Recife (provavelmente)	Assinatura do Acordo do campo (o qual contou com grande greve, mas a mesma não é mencionada na reportagem). A tabela foi aprovada pelos usineiros, camponeses -representados por 600 delegados sindicais de todo o estado, pelo governador e pelo delegado regional do trabalho. O documento foi assinado pelo último (Enoch Saraiva), pelo secretario assistente Fernando Mendonça Filho, pelo industrial do açúcar Gustavo Colaco, pelo presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco Manoel Gonçalo Ferreira e pelo representante das Ligas Adauto Freire	Reunião entre lideranças camponesas e de usineiros com mediação do Estado			21/9/63 p5 n48 "Assinado em Pernambuco 'Acórdo do Campo' "	PE	Jornal Liga	Ligas e PCB conjuntamente
Reportagem de 29/9/63 ação marcada para dia 31/9/63	Manifestação / concentração pública	Recife	Ação convocada pela Associação Protetora dos Pequenos Agricultores para debater: preço da farinha de mandioca, financiamento pela Sudene e Banco do Brasil, novas máquinas agrícolas, casas de farinha e poços artesianos. As Ligas participariam da ação	Manifestação / concentração pública	x	x	29/9/63 p5 n49 "Pequenos agricultores farão concentração"	PE	Jornal Liga	Ligas

22/09/1963	Manifestação / concentração pública	Cabo	menciona que Cabo tinha STR e Liga –o que provavelmente indica que STR era do PCB-. Se indica que o presidente da Liga do engenho Tiriri se chamava João Pedro, o presidente da Liga do Cabo – a da cidade , o outro sendo mais um delegado do engenho- era João Vieira, e que Dionísio Francisco era o delegado do STR.Estes, mais Ozias Ferreira (do Conselho das Ligas Camponesas), Edivaldo Martins (vereador), Amaro Felix e Maria Anunciada (representantes dos camponeses do município) foram oradores em grande concentração pública realizada em Cabo contra as prisões de camponeses devido ao conflito dos mesmos com capangas por motivos de disputa de terra.Ao final da concentração fizeram passeata até a cadeia onde os trabalhadores estavam presos	Manifestação / concentração pública			Prisões de camponeses devido a conflito com capangas em disputas de terra	x		29/9/63 p5 n49 "Solidariedade aos encarcerados"	PE	Jornal Liga		Ligas e PCB conjuntamente
Reportagem de 29/9/63	Carta de apoio	Recife	As Ligas Camponesas do Estado de Pernambuco enviaram telegrama apoiando as pautas defendidas pelo CGT nos últimos dias (reformas de base e elegibilidade dos sargentos. Se tratando de um caso em que um sargento progressista foi impedido de assumir cargo político a partir de manobra política de grupos conservadores)	Nota			Manobra jurídica-política dos grupos conservadores que visava evitar um candidato eleito de assumir cargo político		Ação do Estado evita a posse do candidato	29/9/63 p5 n49 "Solidariedade aos encarcerados"	PE	Jornal Liga		Ligas
Reportagem de 29/9/63	Reunião / fundação de Liga	Joaquim Nabuco	Fundação da Liga de Joaquim Nabuco [curiosamente em edições anteriores já se havia mencionado a existência da Liga da cidade. O que talvez signifique que a mesma existia de maneira menos organizada anteriormente e agora tinha uma sede na cidade]	Reunião/Fundação de sindicato-Liga	x	x				29/9/63 p5 n49 "Camponeses fundam sua Liga"	PE	Jornal Liga		Ligas
Reportagem de 15/10/63	Carta de denuncia	Palmares	STR de Palmares emite carta no jornal para desmentir a calúnia do deputado Fábio Correia, proprietário da usina Cachoeira Lisa, que afirmou que os camponeses da região queriam invadir armados de instrumentos de trabalho as propriedades da região inclusive a sua.	Nota	x				Ação é contra informação distorcida de um grande proprietário que é deputado	15/10/63 n50 p5 "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares"	PE	Jornal Liga		STR (PCB provavelmente)
Reportagem de 15/10/63	Indicativo de greve	Pernambuco	Apenas indica que trabalhadores rurais da zona canavieira almejavam 60 por cento de aumento, em vista o aumento tido pelos operários e o aumento do custo de vida. Indica que eles estavam mobilizando um movimento reivindicatório (o que provavelmente significa um indicativo de greve)	Reunião/ indicativo de greve	x	x				15/10/63 n50 p5 "Camponeses querem aumento imediato"	PE	Jornal Liga		(provavelmente Ligas e STRs do PCB, mas com maior peso dos últimos)

Reportagem de 15/10/63	Greve	Jaboatão (usina Muribeca)	Greve contra as taxas, descontos e retenção de salários aplicados por Frederico Maranhão, proprietário da usina [reparar que em 1963 houveram várias greves nesta usina, inclusive, em agosto, com a mesma pauta e que, em tese, iria ser atendida pelo usineiro, o que aparentemente não ocorreu desencadeando nova greve]	Greve	x	Conflito conta com mediação do Delegado regional do trabalho	15/10/63 n50 p5 "Camponeses querem aumento imediato"	PE	Jornal Liga		Provavelmente STR do PCB
Reportagem de 15/10/63	Congresso	Recife	Congresso com todas as Ligas e STRs de Pernambuco em que se debateram pautas, com destaque ao desarmamento de engenhos e fazendas. O evento partiu de iniciativa das organizações de Itambé e outros municípios da zona norte do estado.	Reunião/ concentração pública		Questão do crescente armamento de grandes proprietários foi pauta central	15/10/63 n50 p5 "Camponeses de Pernambuco realizam congresso"	PE	Jornal Liga		Ligas e PCB conjuntamente
28/10/63 reportagem é de 23/10/63	Manifestação / concentração pública	Recife	Grande concentração contando com a Frente de Mobilização Popular, Frente Parlamentar Nacionalista, UNE, movimento nacional dos sargentos, a UBES e o governo Miguel Arraes, reuniram-se no dia 28 para debater pautas nacionais para o governo federal, complementando a Carta de Brasília realizada já anteriormente. Julião participaria (provavelmente STRs e Ligas também)	Manifestação / concentração pública	x	Debate em torno das reformas de base	23/10/63 n51 p4 "A semana em síntese: Encontro de Recife será a 28"	PE	Jornal Liga		Ligas e PCB conjuntamente
Por volta de 7/10/63	Manifestação/ Concentração pública	Recife	Houve uma ameaça de mobilização militar a que Jango responde com um possível estado de sítio. A CGT e outros grupos protestaram contra o mesmo e Jango recuou. A notícia indica que foram realizadas concentrações imensas em diversas cidades, se destacando na reportagem, o momento de protestos no Nordeste e a manifestação em Recife, com presença dos STRs (José Evangelista teria falado por estes durante a manifestação), das Ligas (Julião discursou), de Arraes, de estudantes, operários, escritores (indica nomes de oradores dos mesmos). Indica que os camponeses que não conseguiram ir até Recife fizeram grandes concentrações em suas cidades, sendo estas: Vitória de Santo Antão, Goiana, Palmares, Moreno e Jaboatão. As ações ocorreram também em outros estados, inclusive a Paraíba	Manifestação/ Concentração pública		Ação ligada a possibilidade de um golpe de Estado	Ação ligada a possibilidade de um golpe de Estado	PE	Jornal Liga		Ligas e PCB conjuntamente
Por volta de 7/10/63	Manifestação/ Concentração pública	Vitória de Santo Antão	Houve uma ameaça de mobilização militar a que Jango responde com um possível estado de sítio. A CGT e outros grupos protestaram contra o mesmo e Jango recuou. A notícia indica que foram realizadas concentrações imensas em diversas cidades, se destacando na reportagem, o momento de protestos no Nordeste e a manifestação em Recife, com presença dos STRs (José Evangelista teria falado por estes durante a manifestação), das Ligas (Julião discursou), de Arraes, de estudantes, operários, escritores (indica nomes de oradores dos mesmos). Indica que os camponeses que não conseguiram ir até Recife fizeram grandes concentrações em suas cidades, sendo estas: Vitória de Santo Antão, Goiana, Palmares, Moreno e Jaboatão. As ações ocorreram também em outros estados, inclusive a Paraíba	Manifestação/ Concentração pública		Ação ligada a possibilidade de um golpe de Estado	Ação ligada a possibilidade de um golpe de Estado	PE	Jornal Liga		Ligas e PCB conjuntamente

Por volta de 7/10/63	Manifestação/ Concentração pública	Goiana	Houve uma ameaça de mobilização militar a que Jango responde com um possível estado de sítio. A CGT e outros grupos protestaram contra o mesmo e Jango recuou. A notícia indica que foram realizadas concentrações imensas em diversas cidades, se destacando na reportagem, o momento de protestos no Nordeste e a manifestação em Recife, com presença dos STRs (José Evangelista teria falado por estes durante a manifestação), das Ligas (Julião discursou), de Arraes, de estudantes, operários, escritores (indica nomes de oradores dos mesmos). Indica que os camponeses que não conseguiram ir até Recife fizeram grandes concentrações em suas cidades, sendo estas: Vitória de Santo Antão, Goiana, Palmares, Moreno e Jaboatão. As ações ocorreram também em outros estados, inclusive a Paraíba	Manifestação/ Concentração pública	Ação ligada a possibilidade de um golpe de Estado	Ação ligada a possibilidade de um golpe de Estado	23/10/63 n51 p5 "Do ponto de vista camponês: camponeses preparados"	PE	Jornal Liga		Ligas e PCB conjuntamente
Por volta de 7/10/63	Manifestação/ Concentração pública	Palmares	Houve uma ameaça de mobilização militar a que Jango responde com um possível estado de sítio. A CGT e outros grupos protestaram contra o mesmo e Jango recuou. A notícia indica que foram realizadas concentrações imensas em diversas cidades, se destacando na reportagem, o momento de protestos no Nordeste e a manifestação em Recife, com presença dos STRs (José Evangelista teria falado por estes durante a manifestação), das Ligas (Julião discursou), de Arraes, de estudantes, operários, escritores (indica nomes de oradores dos mesmos). Indica que os camponeses que não conseguiram ir até Recife fizeram grandes concentrações em suas cidades, sendo estas: Vitória de Santo Antão, Goiana, Palmares, Moreno e Jaboatão. As ações ocorreram também em outros estados, inclusive a Paraíba	Manifestação/ Concentração pública	Ação ligada a possibilidade de um golpe de Estado	Ação ligada a possibilidade de um golpe de Estado	23/10/63 n51 p5 "Do ponto de vista camponês: camponeses preparados"	PE	Jornal Liga		Ligas e PCB conjuntamente
Por volta de 7/10/63	Manifestação/ Concentração pública	Moreno	Houve uma ameaça de mobilização militar a que Jango responde com um possível estado de sítio. A CGT e outros grupos protestaram contra o mesmo e Jango recuou. A notícia indica que foram realizadas concentrações imensas em diversas cidades, se destacando na reportagem, o momento de protestos no Nordeste e a manifestação em Recife, com presença dos STRs (José Evangelista teria falado por estes durante a manifestação), das Ligas (Julião discursou), de Arraes, de estudantes, operários, escritores (indica nomes de oradores dos mesmos). Indica que os camponeses que não conseguiram ir até Recife fizeram grandes concentrações em suas cidades, sendo estas: Vitória de Santo Antão, Goiana, Palmares, Moreno e Jaboatão. As ações ocorreram também em outros estados, inclusive a Paraíba	Manifestação/ Concentração pública	Ação ligada a possibilidade de um golpe de Estado	Ação ligada a possibilidade de um golpe de Estado	23/10/63 n51 p5 "Do ponto de vista camponês: camponeses preparados"	PE	Jornal Liga		Ligas e PCB conjuntamente

Por volta de 7/10/63	Manifestação/ Concentração pública	Jaboatão	Houve uma ameaça de mobilização militar a que Jango responde com um possível estado de sítio. A CGT e outros grupos protestaram contra o mesmo e Jango recuou. A notícia indica que foram realizadas concentrações imensas em diversas cidades, se destacando na reportagem, o momento de protestos no Nordeste e a manifestação em Recife, com presença dos STRs (José Evangelista teria falado por estes durante a manifestação), das Ligas (Júlio discursou), de Arraes, de estudantes, operários, escritores (indica nomes de oradores dos mesmos). Indica que os camponeses que não conseguiram ir até Recife fizeram grandes concentrações em suas cidades, sendo estas: Vitória de Santo Antão, Goiana, Palmares, Moreno e Jaboatão. As ações ocorreram também em outros estados, inclusive a Paraíba	Manifestação/ Concentração pública	Ação ligada a possibilidade de um golpe de Estado	Ação ligada a possibilidade de um golpe de Estado	23/10/63 n51 p5 "Do ponto de vista camponês: camponeses preparados"	PE	Jornal Liga		Ligas e PCB conjuntamente
10/10/1963	Manifesto	Recife	No Manifesto dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco; de 1963 há a defesa, por parte da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco no estado-redigido pela diretoria da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, após contato com sindicatos e camponeses-, de diversas pautas de melhoria das condições de vida(aumento de salários; inclusive menciona a aprovação de um salário-família pelo Presidente), termino de formas de exploração arcaicas (cambão, condição, meia, terça; assim como pedem a aplicação do ETR) e de reformas de base (uma menção n explícita de pauta de reforma agrária), assim como de políticas públicas (escolas, hospitais...). Também chama a atenção a demanda por controle de preços mínimos nos mercados e o desenvolvimento de cooperativas agro-pecuárias. O documento também repudia a tentativa de fundar a Central Sindical de Trabalhadores Rurais [iniciativa de Júlio Santana]	Nota	Algumas das pautas são pelo fim de formas arcaicas de exploração	Documento faz demandas ao Estado	"Manifesto dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco" In Dabat (2004)	PE		Dabat (2004)	PCB
Reportagem de 23/10/63	Reunião e carta de repúdio	Recife (provavelmente)	Reunião do Conselho Estadual das Ligas Camponesas de Pernambuco na qual se elabora uma carta em repúdio a notícia publicada no "Ultima Hora" na qual a Central Sindical dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco se pronunciava, pois as entidades não reconheciam a representatividade dessa organização, sendo que os membros da mesma foram chamados para a refeida reunião mas não compareceram. Menciona que a Central Sindical que não reconheciam como legítima era composta por Júlio Santana- que invadiu e roubou bens do STR de Barreiros, armou camponeses para jogar camponês contra camponês resultando em mortes, espancamentos e prisões-, por João Alfredo dos Anjos -enganador que só queria conseguir bons empregos - e Amaro Luís Carvalho, o Palmeira - que se apropriou de um jipe das Ligas-. O documento foi assinado por diversas Ligas e alguns STRs, com nomes dos presidentes de cada organização [Júlio Santana foi uma liderança dissidente de Júlio; o que explica o tom do jornal]	Nota	x	x	23/10/63 n51 p5 "Nota oficial ao povo de Pernambuco"	PE	Jornal Liga		Ligas e STRs (talvez PCB)

Reportagem de 23/10/63	Reunião e carta de repudio	Pernambuco	Reunião do Conselho Estadual das Ligas Camponesas de Pernambuco na qual se elabora uma carta em repudio a notícia publicada no "Ultima Hora" na qual a Central Sindical dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco se pronunciava, pois as entidades não reconheciam a representatividade dessa organização, sendo que os membros da mesma foram chamados para a refeida reuniao mas não compareceram. Menciona que a Central Sindical que não reconheciam como legitima era composta por Júlio Santana- que invadiu e roubou bens do STR de Barreiros, armou camponeses para jogar camponês contra camponês resultando em mortes, espancamentos e prisões-, por João Alfredo dos Anjos -enganador que só queria conseguir bons empregos - e Amaro Luís Carvalho, o Palmeira - que se apropriou de um jipe das Ligas-. O documento foi assinado por diversas Ligas e alguns STRs, com nomes dos presidentes de cada organização [Júlio Santana foi uma liderança dissidente de Julião; o que explica o tom do jornal]	Reunião estadual de lideranças de uma organização	x	x	23/10/63 n51 p5 "Nota oficial ao povo de Pernambuco"	PE	Jornal Liga	Ligas e STRs (talvez PCB)
Reportagem de 6/11/63	Greve	Jaboatão (Usina Bulhões)	Engenhos da Usina Bulhões estavam de greve, de maneira a estarem tornando inviável o funcionamento da usina. Os grevistas reclamavam o recebimento do atraso no salário referente a janeiro a maio, quando estavam recebendo entre 180 e 200 cruzeiros, mas deveriam, por acordo assinado, estar recebendo 503 cruzeiros (valor que só passaram a receber em 15 de maio). O STR de Jaboatão demandava, através de dois ofícios enviados por Joaquim Manoel Pereira - presidente da Junta Governativa do STR-, o pagamento atrasado assim como o desconto em folha para o sindicato. Uma comissão do sindicato se dirigiu a um dos proprietários da usina, Joel Queiroz, ao que foram respondidos que a questão deveria ser resolvida com o Bando do Brasil e com o IAA. Para conseguirem a paralisação da parte industrial da Usina, os camponeses arrancaram trilhos dos ramais internos e desmontaram pontes, paralisando o transporte. No egenho camaçari ocorreu um incendio que destruiu 4 mil toneladas de cana. O jornal indica que a maioria dos camponeses com que tiveram contato desconheciam a origem do incêndio. O STR convocou vários camponeses para apagar o incêndio na ocasião e declarou estar a procura dos responsáveis para levá-los a justiça. A usina acionou o Secretário de Segurança Pública, que enviou 4 investigadores e 1 perito. O valor estimado da cana (segundo sindicato do Açucar) era de 16 milhões de cruzeiros, e, se convertida em açúcar, valeria 30 milhões de cruzeiros	Greve	Sabotagem dos meios de transporte da cana para para paralizar usina. Incêndio realizado em um dos engenhos em que se fazia greve. O STR indica não ter participação na ação e a condenou, o que provavelmente indica uma ação mais autonoma de moradores, concomitante a greve que já se realizava.	Estado media conflito, no que tange a caso de incêndio. Contexto do Acordo do campo e de greves que elevaram diaria.	6/11/63 n53 p 5 "Greve da Usina Bulhões, em ameaça de alastrar-se"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)
Reportagem de 6/11/63	Greve	Moreno (engenhos da Usina Nossa Senhora Auxiliadora)	Os engenhos da Usina também foram paralizados, seguindo o movimento de Jaboatão. O transporte de cana dos engenhos em que não se aderiu a paralização foi evitado por camponeses que jogaram ao chão a carga de caminhões carregados de cana	Greve	Jogar ao chão - mesmo que não necessariamente e saquear e destruir - carga de cana de engenhos que não aderiram a greve	Contexto de protesto em Jaboatão. Contexto do Acordo no campo e multiplas greves	6/11/63 n53 p 5 "Greve da Usina Bulhões, em ameaça de alastrar-se"	PE	Jornal Liga	STR (PCB provavelmente)

01/11/1963	Greve	Ipojuca (Trapiche de Baixo e Trapiche de Cima engenhos da Usina Maria das Mercês - não informa cidade)	Greve iniciada em ambos os engenhos no dia 1 e ainda em curso na data da reportagem (6/11). O proprietário da Usina pediu reforços a Secretaria de Segurança Pública, que enviou 20 policiais fortemente armados, o que gerava tensão no local. Visto a possibilidade de violência e da adesão de outros engenhos, tendo os assalariados rurais de outros engenhos já manifestado apoio a greve. A greve tinha como principal demanda o aumento salarial.	Greve	Ameaça de uso da violência pela polícia	Estado envia policiais a região gerando tensão sobre possível violência dos mesmos	6/11/63 n53 p 5 "Greve paralisa Engenho Mercês"	PE	Jornal Liga		Não indica
provavelmente dia 10/11/63	Eleição de diretoria	Jaboatão	2700 camponeses, a maioria analfabetos realizaram eleição do STR de Jaboaão, o qual se encontrava com uma Junta Governativa desde a intervenção do Ministério do Trabalho. A reportagem chama a atenção para aquela ser a primeira eleição no Brasil em que votaram analfabetos (as cédulas iriam ser diferenciadas por cor e colocaram as impressões digitais dos eleitores). Havia duas chapas, uma ligada a ala conservadora da Igreja liderada pelo padre Crespo, que teria como candidato Claudio Negreiros, e a outra chapa era liderada por José Evangelista Napunoemo. Na véspera da eleição padre Crespo retirou sua chapa, mas os votos ainda estavam sendo formalmente contados. A eleição ocorreu em 25 seções espalhadas pelos engenhos da cidade	Reunião/ eleição de diretoria	Sindicato estava com junta governativa devido a tentativa de eleição fantasma feita pelo grupo ligado a padre Crespo. O Ministro do Trabalho havia deslegitimado essa eleição e por isso se fez esta outra.	Mediação do Ministério do Trabalho a respeito das eleições	13/11/63 n54 p5 "Jaboatão: analfabetos elegem diretoria de sindicato rural"	PE	Jornal Liga		STR (PCB provavelmente)
reportagem de 13/11/63	Manifestação/ concentração pública	Bom Jardim	Grande concentração realizada com objetivo mobilizar e angariar fundos para construção de uma sede da Liga. Estiveram presentes Julião, Padre Alípio e Manoel Silva pelas Ligas do Paraná	Manifestação/ concentração pública	x	x	13/11/63 n54 p5 "Liga de Bom Jardim vai construir sede"	PE	Jornal Liga		Ligas
talvez em 28/10/63	Greve	Goiana (engenho Tapugi de Baixo)	Se indica que há 17 dias os camponeses do engenho Tapugi de Baixo em Goiana estavam fazendo greve por atualização dos salários e pagamento dos valores atrasados. Se indica que os usineiros armaram os capangas para acabar com o movimento e que os camponeses se mostravam dispostos a insistir nas demandas, de modo que havia risco de um conflito iminente. Julião se reuniu com lideranças das Ligas Camponesas na cidade do Cabo e lá decidiram por fazer uma greve de apoio na região para pressionar os usineiros [a reunião e a greve do Cabo contam como ações separadas]	Greve	Usineiros armaram capangas e havia risco de conflito iminente	x	13/11/63 n54 p5 "Capangas armados para acabar com greve rural"	PE	Jornal Liga		Ligas

reportagem de 13/11/63	Greve	Cabo	Se indica que há 17 dias os camponeses do engenho Tapugi de Baixo em Goiana estavam fazendo greve por atualização dos salários e pagamento dos valores atrasados. Se indica que os usineiros armaram os capangas para acabar com o movimento e que os camponeses se mostravam dispostos a insistir nas demandas, de modo que havia risco de um conflito iminente. Julião se reuniu com lideranças das Ligas Camponesas na cidade do Cabo e lá decidiram por fazer uma greve de apoio na região para pressionar os usineiros [a reunião e a greve do Cabo contam como ações separadas]	Greve	Usineiros armaram capangas e havia risco de conflito iminente	x	13/11/63 n54 p5 "Capangas armados para acabar com greve rural"	PE	Jornal Liga	Ligas
reportagem de 13/11/63	Reunião entre lideranças das Ligas	Cabo	Se indica que há 17 dias os camponeses do engenho Tapugi de Baixo em Goiana estavam fazendo greve por atualização dos salários e pagamento dos valores atrasados. Se indica que os usineiros armaram os capangas para acabar com o movimento e que os camponeses se mostravam dispostos a insistir nas demandas, de modo que havia risco de um conflito iminente. Julião se reuniu com lideranças das Ligas Camponesas na cidade do Cabo e lá decidiram por fazer uma greve de apoio na região para pressionar os usineiros [a reunião e a greve do Cabo contam como ações separadas]	Reunião	Usineiros armaram capangas e havia risco de conflito iminente	x	13/11/63 n54 p5 "Capangas armados para acabar com greve rural"	PE	Jornal Liga	Ligas
10/11/1963	Assembleia e indicativo de greve	Palmares	O STR de Palmares representando 21 municípios fez grande assembleia com o fito de dar o indicativo de greve para dia 19 caso os usineiros e senhores de engenho não aumentassem salários em 80 por cento (almejavam diária de 902 cruzeiros e que esta fosse assegurada por um contrato coletivo de trabalho). A greve abrangeria toda a região e 200 mil camponeses. A assembleia também começou a formar um Comando de Greve que seria composto pela diretoria e com um delegado de cada um dos 500 engenhos da região. Durante evento o Ministro do Trabalho Enoch Mendes Saraiva foi homenageado com uma caneta de ouro, que disse que pretendia usar para assinar o proposto acordo salarial. Também discursou o titular do DRT representando o ministro Amauri Silva e o prefeito da cidade, Luis Portela. O advogado do Escritório Técnico de Assistência Jurídica, Rilto Souto Maior, também fez fala. A reportagem indica que o mesmo é patrono dos camponeses nesta atual luta salarial. Também fez fala Carreiro da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, organização ligada a Igreja. O prazo para o atendimento das demandas era dia 18 e dia 17 estava marcada grande concentração em Recife	Reunião/ indicativo de greve		x	Participação de pessoas com cargo no Estado da ação. Conflito amplo que demandava mediação estatal 13/11/63 n54 p5 "Duzentos mil rurais do açúcar: aumento de 80% ou greve geral"	PE	Jornal Liga	Ligas, PCB e Igreja (por mais que inicialmente PCB parece ser mais relevante para esta ação)

17/11/63 (reportagem que se usa é de antes da ação)	Manifestação/ Concentração pública	Recife	<p>O STR de Palmares representando 21 municípios fez grande assembleia com o fito de dar o indicativo de greve para dia 19 caso os usineiros e senhores de engenho não aumentassem salários em 80 por cento (almejavam diária de 902 cruzeiros e que esta fosse assegurada por um contrato coletivo de trabalho). A greve abrangeria toda a região e 200 mil camponeses. A assembleia também começou a formar um Comando de Greve que seria composto pela diretoria e com um delegado de cada um dos 500 engenhos da região. Durante evento o Ministro do Trabalho Enoch Mendes Saraiva foi homenageado com uma caneta de ouro, que disse que pretendia usar para assinar o proposto acordo salarial. Também discursou o titular do DRT representando o ministro Amauri Silva e o prefeito da cidade, Luis Portela. O advogado do Escritório Técnico de Assistência Jurídica, Rildo Souto Maior, também fez fala. A reportagem indica que o mesmo é patrono dos camponeses nesta atual luta salarial. Também fez fala Carreiro da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, organização ligada a Igreja. O prazo para o atendimento das demandas era dia 18 e dia 17 estava marcada grande concentração em Recife/ A reportagem 2 (já de 27/11/63) indica que a paralisação (aparentemente iniciada no dia 17) foi em todo o estado, abrangendo 240 mil camponeses realizando diversas concentrações em cidades do interior do estado, para além de Recife/ A notícia 3 foram 3 dias de paralisação e que todas as pautas foram atendidas, sendo estas o aumento de 80 por cento do salário com vigência a iniciar em 1 de Dezembro; pagamento dos dias de greve; não punição dos grevistas; e o pagamento do 13 salário em Dezembro. Amauri Silva, Ministro do Trabalho, foi enviado por Jango para mediar a negociação. O acordo foi feito no DNT, com líderes camponeses, representantes patronais e o presidente do IAA, Gomes Maranhão. O IAA ficou responsável de reaver os preços pagos aos usineiros para possibilitar que os mesmos cumprissem as exigências dos trabalhadores. Se o IAA não alterasse os preços não haveria reajuste salarial. A reportagem indica que na usina Muribeca houve um incêndio na ilha João de Barros, atribuído pelos trabalhadores ao latifundiário, que queimou 400 casas de camponeses, tendo perdido a vida 4 deles./na reportagem 4 se indica que além da Federação e das Ligas, participaram STRs autônomos e o Conselho Sindical dos Trabalhadores de Pernambuco. Também se destaca a realização de piquetes nos engenhos nos 3 dias de greve (começou no dia 17). Se indica que no primeiro dia 90 por cento dos camponeses já haviam aderido a ação - que indicam ter se espalhado também pela Paraíba, mas não dão dados sobre [e o indicativo de que a Paraíba tentava organizar uma greve vão na direção de que a ação foi mais ou exclusivamente em Pernambuco]- só não se mobilizando algumas usinas devido a seus proprietários, mas que tiveram resistência vencida já no segundo dia. Salário foi de 303 cruzeiros para 904</p>	Manifestação/ Concentração pública	x	Conflito demandava mediação estatal	13/11/63 n54 p5 "Duzentos mil rurais do açúcar: aumento de 80% ou greve geral"/ 27/11/63 n56 p1 "Vitoriosa a greve dos 200 mil camponeses de Pernambuco:80%"/27/11/63 n56 p5 "Greve triunfa: camponeses ganham aumento salarial"/4/12/63 n57 p5 "Experiência da greve geral de Pernambuco"	PE	Jornal Liga	Ligas, PCB e Igreja (por mais que inicialmente PCB parece ser mais relevante para esta ação)
Provavelmente 17/11/63	Manifestação/ concentração pública	Várias cidades do interior de Pernambuco	<p>O STR de Palmares representando 21 municípios fez grande assembleia com o fito de dar o indicativo de greve para dia 19 caso os usineiros e senhores de engenho não aumentassem salários em 80 por cento (almejavam diária de 902 cruzeiros e que esta fosse assegurada por um contrato coletivo de trabalho). A greve abrangeria toda a região e 200 mil camponeses. A assembleia também começou a formar um Comando de Greve que seria composto pela diretoria e com um delegado de cada um dos 500 engenhos da região. Durante evento o Ministro do Trabalho Enoch Mendes Saraiva foi homenageado com uma caneta de ouro, que disse que pretendia usar para assinar o proposto acordo salarial. Também discursou o titular do DRT representando o ministro Amauri Silva e o prefeito da cidade, Luis Portela. O advogado do Escritório Técnico de Assistência Jurídica, Rildo Souto Maior, também fez fala. A reportagem indica que o mesmo é patrono dos camponeses nesta atual luta salarial. Também fez fala Carreiro da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, organização ligada a Igreja. O prazo para o atendimento das demandas era dia 18 e dia 17 estava marcada grande concentração em Recife/ A reportagem 2 (já de 27/11/63) indica que a paralisação (aparentemente iniciada no dia 17) foi em todo o estado, abrangendo 240 mil camponeses realizando diversas concentrações em cidades do interior do estado, para além de Recife/ A notícia 3 foram 3 dias de paralisação e que todas as pautas foram atendidas, sendo estas o aumento de 80 por cento do salário com vigência a iniciar em 1 de Dezembro; pagamento dos dias de greve; não punição dos grevistas; e o pagamento do 13 salário em Dezembro. Amauri Silva, Ministro do Trabalho, foi enviado por Jango para mediar a negociação. O acordo foi feito no DNT, com líderes camponeses, representantes patronais e o presidente do IAA, Gomes Maranhão. O IAA ficou responsável de reaver os preços pagos aos usineiros para possibilitar que os mesmos cumprissem as exigências dos trabalhadores. Se o IAA não alterasse os preços não haveria reajuste salarial. A reportagem indica que na usina Muribeca houve um incêndio na ilha João de Barros, atribuído pelos trabalhadores ao latifundiário, que queimou 400 casas de camponeses, tendo perdido a vida 4 deles./na reportagem 4 se indica que além da Federação e das Ligas, participaram STRs autônomos e o Conselho Sindical dos Trabalhadores de Pernambuco. Também se destaca a realização de piquetes nos engenhos nos 3 dias de greve (começou no dia 17). Se indica que no primeiro dia 90 por cento dos camponeses já haviam aderido a ação - que indicam ter se espalhado também pela Paraíba, mas não dão dados sobre [e o indicativo de que a Paraíba tentava organizar uma greve vão na direção de que a ação foi mais ou exclusivamente em Pernambuco]- só não se mobilizando algumas usinas devido a seus proprietários, mas que tiveram resistência vencida já no segundo dia. Salário foi de 303 cruzeiros para 904</p>	Manifestação/ Concentração pública	x	Conflito demandava mediação estatal	27/11/63 n56 p1 "Vitoriosa a greve dos 200 mil camponeses de Pernambuco:80%"	PE	Jornal Liga	Ligas, PCB e Igreja (por mais que inicialmente PCB parece ser mais relevante para esta ação)

17/11/63 (reportagem que se usa é de antes da ação)	Greve	Pernambuco (zona sul principalmente)	<p>O STR de Palmares representando 21 municípios fez grande assembleia com o fito de dar o indicativo de greve para dia 19 caso os usineiros e senhores de engenho não aumentassem salários em 80 por cento (almejavam diária de 902 cruzeiros e que esta fosse assegurada por um contrato coletivo de trabalho). A greve abrangeria toda a região e 200 mil camponeses. A assembleia também começou a formar um Comando de Greve que seria composto pela diretoria e com um delegado de cada um dos 500 engenhos da região. Durante evento o Ministro do Trabalho Enoch Mendes Saraiva foi homenageado com uma caneta de ouro, que disse que pretendia usar para assinar o proposto acordo salarial. Também discursou o titular do DRT representando o ministro Amauri Silva e o prefeito da cidade, Luis Portela. O advogado do Escritório Técnico de Assistência Jurídica, Rildo Souto Maior, também fez fala. A reportagem indica que o mesmo é patrono dos camponeses nesta atual luta salarial. Também fez fala Carreiro da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, organização ligada a Igreja. O prazo para o atendimento das demandas era dia 18 e dia 17 estava marcada grande concentração em Recife/ A reportagem 2 (já de 27/11/63) indica que a paralisação (aparentemente iniciada no dia 17) foi em todo o estado, abrangendo 240 mil camponeses realizando diversas concentrações em cidades do interior do estado, para além de Recife/ A notícia 3 foram 3 dias de paralisação e que todas as pautas foram atendidas, sendo estas o aumento de 80 por cento do salário com vigência a iniciar em 1 de Dezembro; pagamento dos dias de greve; não punição dos grevistas; e o pagamento do 13 salário em Dezembro. Amauri Silva, Ministro do Trabalho, foi enviado por Jango para mediar a negociação. O acordo foi feito no DNT, com líderes camponeses, representantes patronais e o presidente do IAA, Gomes Maranhão. O IAA ficou responsável de reaver os preços pagos aos usineiros para possibilitar que os mesmos cumprissem as exigências dos trabalhadores. Se o IAA não alterasse os preços não haveria reajuste salarial. A reportagem indica que na usina Muribeca houve um incêndio na ilha João de Barros, atribuído pelos trabalhadores ao latifundiário, que queimou 400 casas de camponeses, tendo perdido a vida 4 deles./na reportagem 4 se indica que além da Federação e das Ligas, participaram STRs autônomos e o Conselho Sindical dos Trabalhadores de Pernambuco. Também se destaca a realização de piquetes nos engenhos nos 3 dias de greve (começou no dia 17). Se indica que no primeiro dia 90 por cento dos camponeses já haviam aderido a ação - que indicam ter se espalhado também pela Paraíba, mas não dão dados sobre [e o indicativo de que a Paraíba tentava organizar uma greve vão na direção de que a ação foi mais ou exclusivamente em Pernambuco]- só não se mobilizando algumas usinas devido a seus proprietários, mas que tiveram resistência vencida já no segundo dia. Salário foi de 303 cruzeiros para 904</p>	Greve regional	Na Usina Muribeca foram queimadas 400 casas de camponeses, tendo morrido 4 deles	Mediação do Estado	13/11/63 n54 p5 "Duzentos mil rurais do açúcar: aumento de 80% ou greve geral"/ 27/11/63 n56 p1 "Vitoriosa a greve dos 200 mil camponeses de Pernambuco:80%"/27/11 /63 n56 p5 "Greve triumfa: camponeses ganham aumento salarial"/4/12/63 n57 p5 "Experiência da greve geral de Pernambuco"	PE	Jornal Liga	Ligas, PCB e Igreja (por mais que inicialmente PCB parece ser mais relevante para esta ação)
--	-------	---	---	----------------	--	--------------------	--	----	----------------	---

17/11/63 (reportagem que se usa é de antes da ação)	Congresso	Pernambuco	Jornal indica que estava sendo preparado o I Congresso Estadual de Mulheres Camponesas, que se pretendia realizar naquele mesmo ano. Que seria organizado a partir das delegações femininas das Ligas já existentes. O fito do encontro era aumentar o contato das mulheres camponesas com as Ligas	Reunião/ concentração pública	x	x	13/11/63 n54 p5 "I Encontro Estadual de Mulheres Camponesas"	PE	Jornal Liga		Ligas
Provavelmente dia 17/11/63	Manifestação/ Concentração pública	Goiana	No contexto de greve de 240 mil camponeses da ara açucareira, ocorreram grandes concentrações em várias cidades do interior. Uma delas em Goiana, com 6 mil participantes que se concentraram na praça principal da cidade na qual Julião discursou [na página 1 do n57 da Liga existe foto desta ação em Goiana; na mesma pagina, tanto na primeira manchete, quanto na parte escrita por Julião se indica que o numero de camponeses teria sido de 5 mil]	Manifestação/ Concentração pública	x	Contexto de diversas greves e concentrações pelo estado pelos 80 por cento de aumento salarial	27/11/63 n56 p1 "Vitoriosa a greve dos 200 mil camponeses de Pernambuco:80%"	PE	Jornal Liga		Ligas
Reportagem de 27/11/63	Reunião entre lideranças de diversos sindicatos e organizações de trabalhadores rurais	Recife	Lideranças de STRs da zona açucareira de Pernambuco, inclusive os da Federação dos Trabalhadores Rurais se reuniram para debater a fundação da Federação dos Trabalhadores na Lavoura Canavieira, que abrangeria Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Um manifesto/convocação estava sendo elaborado, e, embalados pelo sucesso da mobilização da greve que conseguiu os 80 por cento de aumento salarial, seriam realizadas reuniões-consulta com os STRs para iniciar a mobilização. Uma destas reuniões consulta seria realizada na sexta (29/11), na sede da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco e outra no domingo (1/12), em Palmares, a qual seria seguida de concentração pública que manifestaria a fundação da entidade. As demandas principais a serem debatidas eram: o ETR; os direitos pré-adquiridos pelos trabalhadores da cana; e a previdência rural	Reunião estadual de lideranças e participantes de organizações diversas	x	Contexto da grande greve de Pernambuco	27/11/63 n56 p5 "Camponeses criam a federação do açúcar"	PE	Jornal Liga		STRs e outras organizações (provavelmente abrangendo Ligas, PCB e Igreja)
29/11/63 (ação ainda não tinha acontecido)	Reunião/ concentração pública	Recife (sede da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco)	Lideranças de STRs da zona açucareira de Pernambuco, inclusive os da Federação dos Trabalhadores Rurais se reuniram para debater a fundação da Federação dos Trabalhadores na Lavoura Canavieira, que abrangeria Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Um manifesto/convocação estava sendo elaborado, e, embalados pelo sucesso da mobilização da greve que conseguiu os 80 por cento de aumento salarial, seriam realizadas reuniões-consulta com os STRs para iniciar a mobilização. Uma destas reuniões consulta seria realizada na sexta (29/11), na sede da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco e outra no domingo (1/12), em Palmares, a qual seria seguida de concentração pública que manifestaria a fundação da entidade. As demandas principais a serem debatidas eram: o ETR; os direitos pré-adquiridos pelos trabalhadores da cana; e a previdência rural	Manifestação/ Concentração pública	x	Contexto da grande greve de Pernambuco	27/11/63 n56 p5 "Camponeses criam a federação do açúcar"	PE	Jornal Liga		STRs e outras organizações (provavelmente abrangendo Ligas, PCB e Igreja)

1/12/63 (ação ainda não tinha acontecido)	Reunião/ concentração pública	Palmares	Lideranças de STRs da zona açucareira de Pernambuco, inclusive os da Federação dos Trabalhadores Rurais se reuniram para debater a fundação da Federação dos Trabalhadores na Lavoura Canavieira, que abrangia Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Um manifesto/convocação estava sendo elaborado, e, embalados pelo sucesso da mobilização da greve que conseguiu os 80 por cento de aumento salarial, seriam realizadas reuniões-consulta com os STRs para iniciar a mobilização. Uma destas reuniões consulta seria realizada na sexta (29/11), na sede da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco e outra no domingo (1/12), em Palmares, a qual seria seguida de concentração pública que manifestaria a fundação da entidade. As demandas principais a serem debatidas eram: o ETR; os direitos pré-adquiridos pelos trabalhadores da cana; e a previdência rural	Manifestação/ Concentração pública	x	Contexto da grande greve de Pernambuco	27/11/63 n56 p5 "Camponeses criam a federação do açúcar"	PE	Jornal Liga	STRs e outras organizações (provavelmente abrangendo Ligas, PCB e Igreja)
Reportagem de 4/12/63	Manifestação/ Concentração pública	Recife (praça Dantas Barreto)	Protesto de 5 mil camponeses demandando a libertação de líderes camponeses que ocorreram a partir do dia 17 quando se realizou a greve dos 200 mil camponeses. Indicam que caso não houvesse a libertação dos mesmos haveria uma segunda greve. Entre os detidos que se exigia liberdade estavam: Carlos Montarreis, Júlio Santana, Joel Câmara e Ayberê [lideranças de grupos diversos: Aybere e Joel Camara das Ligas, Júlio Santana um dissidente de Julião; na manchete escrita por Julião, na mesma página, ele até escreve que por mais que haja divergências com alguns destes encarcerados não defendiam que eles fossem passíveis da lei fascista criada pelo Estado Novo] Também demandavam a prisão dos responsáveis pelos assassinatos de camponeses durante as mobilizações	Manifestação/ Concentração pública		Contexto da grande greve de Pernambuco pelos 80 por cento de reajuste	4/12/63 n57 p1 "Camponeses exigem 'liberdade para nossos líderes já, ou greve geral!'"	PE	Jornal Liga	Ligas e PCB conjuntamente
Reportagem de 4/12/63	Procissão / velório	Moreno	Camponeses compareceram em massa ao velório de Erasmo Marinho, delegado sindical [em outra reportagem -27/11/63 n56 p5 "Delegado das Ligas Camponesas assassinado por latifundiário"- se diz ser delegado das Ligas] no engenho Oiteirão de propriedade de Antônio Veloso, que teria sido o próprio autor do assassinato	Procissão / velório		Contexto da grande greve de Pernambuco pelos 80 por cento de reajuste	4/12/63 n57 p5 "Experiência da greve geral de Pernambuco"	PE	Jornal Liga	Ligas
Relatório é de 23/12/63	Ocupação de terras	Pesqueira (Pedra D'Água na Serra do ororubá)	Edson Silva (2010) assinala que em Pesqueira houve uma tomada de terra em 1963 na Pedra D'Água, área tradicional dos indígenas Xukuru que pertencia à União mas que estava arrendada para fazendeiros, promovida com a participação das Ligas Camponesas (contando com a participação de membros do PCB) e também com a presença de indígenas da etnia Xukuru e alguns ciganos A ocupação dessa área contou com apoio do governo Arraes e durou até o golpe militar, quando esta é desfeita e os participantes perseguidos	Ocupação de terras	Ocupação	Conflito é mediado pelo Estado e se dá na disputa por terras públicas	Relatório sobre o município de Pesqueira, em 23/12/1963. APE, Fundo SSP 29293. (Documentação do DOPS).	PE	Relatório sobre o município de Pesqueira, em 23/12/1963. APE, Fundo SSP 29293. (Documentação do DOPS).	Edson Silva (2010) Ligas, PCB, indígenas Xukuru (vários participando da Liga da cidade) e ciganos

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados produzidos na pesquisa

